PREFÁCIO
Claude Raffestin

Tito Carlos Machado de Oliveira
ORGANIZADOR

TERRITÓRIO SEM LIMITES

ESTUDOS SOBRE FRONTEIRAS

EDITORA UFMS

Tito Carlos Machado de Oliveira

ORGANIZADOR

TERRITÓRIO SEM LIMITES

ESTUDOS SOBRE FRONTEIRAS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

Reitor: *Manoel Catarino Paes - Peró*

Vice-Reitor: *Amaury de Souza*

Obra aprovada pelo
CONSELHO EDITORIAL DA UFMS
Resolução 18/2005

CONSELHO EDITORIAL

Célia Maria da Silva de Oliveira (Presidente)
Antônio Lino Rodrigues de Sá
Cícero Antonio de Oliveira Tredezini
Élcia Esnarriaga de Arruda
Giancarlo Lastoria
Horácio Porto Filho
Jackeline Maria Zani Pinto da Silva Oliveira
Jéferson Meneguin Ortega
Jorge Eremites de Oliveira
José Luiz Fornasieri
Jussara Peixoto Ennes
Lucia Regina Vianna Oliveira
Maria Adélia Menegazzo
Marize Terezinha L. P. Peres
Mônica Carvalho Magalhães Kassar
Silvana de Abreu
Tito Carlos Machado de Oliveira

T327 Território sem limites : estudos sobre fronteiras / Tito Carlos Machado de Oliveira, organizador. -- Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2005.
648 p. : il., mapas ; 21 cm.

ISBN: 85-7613-069-6

1. Geopolítica. 2. Fronteiras. 3. I. Oliveira, Tito Carlos Machado de.

CDD (22) – 327.101

Catalogação na publicação:
Divisão de Processamento Técnico da Coordenadoria de Biblioteca Central da UFMS

Tito Carlos Machado de Oliveira

ORGANIZADOR

TERRITÓRIO SEM LIMITES

ESTUDOS SOBRE FRONTEIRAS

Campo Grande

2005

EDITORA UFMS

Copyright © 2005 - Tito Carlos Machado de Oliveira

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica,
Impressão e Acabamento
Editora UFMS

Revisão
A revisão lingüística e ortográfica é de responsabilidade de Marli Lúcia de Oliveira B. Leite

Direitos exclusivos
para esta edição

EDITORA UFMS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL
Portão 14 - Estádio Morenão - Campus da UFMS
Fone: (67) 3345-7200 - Campo Grande - MS
e-mail:editora@editora.ufms.br

Editora associada à
ABEU
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

ISBN: 85-7613-069-6
Depósito Legal na Biblioteca Nacional
Impresso no Brasil

Apoio Cultural

Ministério da Integração Nacional

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Yo no sé dónde soy
Mi casa está en la frontera
Yo no sé dónde soy
Mi casa está en la frontera
Y las fronteras se mueven
Como las banderas
Las fronteras se mueven
Como las banderas

Da música de Jorge Drexler
para o filme *Diário de Motocicleta*

Ao povo da fronteira,
aos homens e mulheres que constroem suas vidas
e suas esperanças em um território
muito bem definido e muito pouco limitado.

Al pueblo de la frontera,
a los hombres y mujeres que construyen sus vidas
y sus esperanzas en un territorio
muy bien definido y muy poco limitado.

APRESENTAÇÃO

A faixa de fronteira é uma área especial que, em função de questões históricas e políticas, tem sido associada a uma agenda negativa, ficando praticamente abandonada pelo Estado. A isto deve ser acrescido o fato de que a legislação brasileira que dispõe sobre seu uso é de 1979, ou seja, elaborada durante o regime de exceção, razão pela qual a área é vista e considerada apenas do ponto de vista da segurança nacional.

A faixa de fronteira continua sendo uma região estratégica para a garantia da segurança nacional, porém o próprio conceito de segurança evoluiu nas últimas décadas, incorporando, modernamente, ao referencial geopolítico o referencial geoeconômico, com os novos desafios implícitos nessa mudança.

Hoje, a segurança nacional está também relacionada à ocupação do solo, ao fortalecimento da cidadania, às condições de vida da

população, que deve estar livre de ameaças das mais diversas naturezas. O acesso ao trabalho e a sustentabilidade da permanência da população na faixa de fronteira passam, desta forma, a ser preocupações importantes da regionalização da economia e da exploração das diversidades e potenciais locais.

Reconhecendo o caráter estratégico do desenvolvimento dessa região e, ainda, a enorme dívida social a ser resgatada, o Ministério da Integração Nacional relançou o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF. A importância de uma atuação multissetorial, o fortalecimento do arcabouço legal e a institucionalização da faixa de fronteira são reconhecidos no novo formato do PDFF, que contempla diretrizes claras de fortalecimento da cidadania e de estímulo às potencialidades locais e aos empreendimentos de pequeno e médio portes.

Nesse contexto, o Ministério da Integração Nacional entende que são essenciais o conhecimento da história e da realidade da Faixa de Fronteira, o fortalecimento da cultura local, a consciência dos entraves diplomáticos que dificultam o pleno e racional revigoramento da economia e, principalmente, o planejamento e o provisionamento de bens e serviços básicos para a população.

A publicação deste livro é um passo no sentido de sistematizar a coleta de informações, de conhecer as peculiaridades, as legislações, os acordos binacionais, enfim, de levantar tudo o que interessa e impacta a região e sua população residente. A partir deste conhecimento, será possível qualificar o debate e propor soluções consistentes para lidar com as especificidades das fronteiras.

Ciro Ferreira Gomes
Ministro de Estado da Integração Nacional

PREFÁCIO

A ORDEM E A DESORDEM OU OS PARADOXOS DA FRONTEIRA*

Claude Raffestin**

Nos tempos atuais, possivelmente em função dos fenômenos de integração, que interessam mais à Europa, como se poderia imaginar, desenvolveu-se um novo mito.O mito das fronteiras nacionais foi substituído pelo mito da eliminação das fronteiras nacionais.

Um dos perigos desse pensamento é o de se deixar levar pela "mono-miticidade", se me permitem esse neologismo, que revela quase sempre uma perda de liberdade, ao invés da "poli-miticidade" que é uma condição prejudicial de busca da liberdade (1).

A reflexão e mais ainda a ausência de reflexão a respeito do significado de fronteira ratificam a falta do regramento nos diversos aspectos do pensamento e da ação. A vontade de eliminar as regras e

---

* Tradução de Cleonice Alexandre le Bourlegat e Renato Luiz Sproesser.

** Claude Raffestin est géographe. Il est professeur à la retraite et vice-recteur de l'Université de Genève.

por conseqüência, os ritos e códigos, é uma formidável manifestação de uma cultura inteira colocada em cheque. Utilizo o adjetivo "formidável" no seu sentido etimológico ("que inspira angústia"), pois há que se sentir medo diante da amnésia incrível que está nos fazendo perder os antecedentes de nossa cultura (2), como se refere George Steiner.

A representação que a cultura ocidental faz atualmente da fronteira é de uma pobreza tão absoluta, que precisa ser alertada, pois ela é a negação de toda uma história. E não somente da história que se deu conta de mudanças através do tempo, que não passam de uma "projeção de preocupações internas, imediatas e precárias", e sim de uma história mais enraizada nos antigos ritos e práticas.

A fronteira vai muito mais além do fato geográfico que ela realmente é, pois ela não é só isso. Para compreendê-la, é preciso retornar à expressão "*regere fines*" que significa traçar em linha reta as fronteiras, os limites. É o mesmo procedimento utilizado pelo padre na construção de um templo ou de uma cidade, quando ele determina esse espaço consagrado sobre o terreno. Nessa operação o caráter mágico fica evidente: trata-se de delimitar o interior e o exterior, o reino do sagrado e o reino do profano...(3) pois segundo Benveniste, a noção de fronteira é ao mesmo tempo material e moral. Assim, uma fronteira não é somente um fato geográfico, mas também é um fato social de uma riqueza considerável pelas conotações religiosas nele implícitas.

Como o mostra Benveniste, o traçado é efetuado pelo personagem investido dos mais altos poderes, o rei. (4). O limite, portanto, é fundante de uma ordem como bem o demonstra e explicita o mito de fundação de Roma. A fundação desta ordem se faz acompanhar de uma morte, mas ""*there is nothing unusual about the combination of murderer, fraticide and town founder*" (5).

Quando até mesmo o limite materializado é revestido de importância, na medida em que ele assume além de um traço sobre o solo a presença da ordem, sua manifestação, de alguma forma, para o outro,

é muito marcante, já que resulta de um rito, de um costume. A história de Anacharsis e de Scylès, relatada por Heródoto, demonstra exatamente esta relação entre a fronteira,a regra moral e a morte. Anacharsis et Scylès, das Scythes, foram mortos por terem adotados práticas gregas e por conseqüência, transgredido o costume Scythe (6).

Toda a cultura ocidental está impregnada pela "regere fines" e pelas transgressões inevitáveis que dela são derivadas. Sem dúvida também, porque mais do que um fato geográfico e um fato social, a fronteira é um fato biológico incrustado no hipotálamo. Espaço-temporal, a fronteira é também bio-social: ela delimita um "para cá" e outro "para lá", um "antes" e um "depois", com um limite marcado e uma área de segurança.

A fronteira nasce da diferença, ora, "onde a diferença se faz ausente, é que há ameaça de violência", "pois não é a diferença, e sim a sua perda que causa a confusão para a violência"(7). Eu entendo aqui por fronteira todo processo que desemboca em um processo cuja seqüência pode ser resumida em quatro momentos: diferenciação, tradução, relação e regulação (8). É perfeitamente permitido pretender que a fronteira seja uma invariante estrutural tendo apenas a morfologia como variável. Ela é uma saliência no sentido que Thon dá a este conceito: "Eu chamaria de forma saliente a toda forma vivida que se separa nitidamente do fundo contínuo sobre o qual se destaca". Se se passa do tempo ao espaço, uma forma saliente seria atribuída a todo objeto visivelmente percebido que se distingue nitidamente pelo contraste em relação seu fundo, o espaço "substrato", no qual habita a forma. Em geral, uma forma saliente observada terá um interior no campo visual, apresentando em seguida uma fronteira: seu contorno aparente (9). A saliência tem "o papel de uma 'ruptura' do real por onde percola o fluído invasor do espírito com sentido implícito" que se propaga de duas formas: "propagação por vizinhança" e "propagação por similaridade" (10).

O limite, a fronteira, a regra, o rito, o cerimonial, para citar apenas estes elementos que pertencem a uma mesma constelação,

constituem metaforicamente antes e depois, sistemas de “saliência - espírito com sentido implícito” e por qualquer ângulo que se queira analisá-los, funcionam sempre como mecanismos de regulação.

A fronteira, na condição de invariável estrutural ubíqua, é grande reveladora da necessidade que as sociedades têm de serem inventoras dos modos de diferenciação no contexto espaço-temporal, modos que condicionam a seguir toda uma ordem vivente, definida tanto biologicamente como culturalmente.

Não seria oportuno lembrar-se dessas evidências se as representações contemporâneas não fossem de tão grande pobreza como já mencionado. Condicionada, entre outras, pela representação cartográfica, a representação da fronteira é carimbada pelo selo de um esquematismo, capaz de permitir a perda das noções mais aderentes à nossa cultura e no lado mais essencial de seu profundo significado. Os próprios geógrafos revelaram este esquematismo, ao qualificar as fronteiras de “linhas coloridas ou pontilhadas”.

A perda do sentido profundo a respeito de limite ou de fronteira em toda sua complexidade resulta da recorrência a um modelo fortemente solicitado pelo poder público, que é o mapa. A representação da fronteira finalmente é metonímica, o que significa dizer que a parte do todo que se impõe ao espírito ao ser manipulada pelo Estado aparece como negativa, na medida em que a função de controle pode se revelar por meio de interdições.

A fronteira, portanto, é bem outra coisa e a história não pode ser interpretável sem ela, pois as sociedades foram sempre definidas pelas fronteiras que elas traçaram. Elas acompanham os movimentos dos povos e marcam as grandes viradas nas transformações das civilizações.

Poder-se-ia acompanhar a situação da Europa e tomar apenas este exemplo, embora existam outros no mundo e particularmente na América. Desde o Império de Augusto que elas se desenham em todo o contorno do Mediterrâneo e que vem preparando as fragmentações

do futuro. As fronteiras, mesmo quando elas parecem apagadas, sobrevivem em diferentes instituições. Existe alguma coisa mais viva que a fronteira entre o Ocidente e o Oriente, cujas reminiscências ainda afetam o mundo balcânico contemporâneo? O cristianismo, após a ruptura com a Igreja Ortodoxa, o avanço dos turcos, a impetuosidade muçulmana e enfim a Reforma vem, ao longo do tempo, não só reativando como ainda criando novas fronteiras.

Mas os Europeus não se contentaram só com seu continente. Eles transportaram e impuseram sua concepção de fronteira, muito além, atingindo a América, Ásia e África. Estes continentes não ignoravam a noção de fronteira, mas esta foi se enraizando mesmo nas concepções sensivelmente mais diversas.

A ordem e a desordem não são, paradoxalmente, noções opostas e não representam mais do que momentos de um processo semelhante ao da cinemática da fronteira. A fronteira não é uma linha, a fronteira é um dos elementos da comunicação biossocial que assume uma função reguladora. Ela é a expressão de um equilíbrio dinâmico que não se encontra somente no sistema territorial, mas em todos os sistemas biossociais.

Que não haja enganos. De nenhum modo estou tentando reviver a idéia fortemente criticada de Jacques Ancel a respeito "do isóbaro político", bastante solicitada pelos Estados com dificuldades de expansão. O problema é outro. Se for necessário e altamente desejável que as fronteiras se beneficiem de uma grande estabilidade para garantir a paz no contexto espaço-temporal, isto significa a necessidade de comprovação de uma grande mobilidade sócio-cultural para imaginar instituições susceptíveis de garantir a inevitável evolução das populações no interior de fronteiras estáveis.

Quando os limites não-materiais não podem ser modificados por razões múltiplas, o risco de se tentar modificar as fronteiras materiais do dispositivo territorial aumenta. Eu quero dizer que a interface dos limites não-materializados e materializados termina se deforman-

do de uma maneira sensível. A necessidade de diferenciação pode se expressar por meio do remanejamento dos sistemas institucionais, dos códigos e dos ritos, dos projetos políticos, econômicos e culturais, mas se a rigidez impede estes remanejamentos é evidente que serão então as fragmentações territoriais que tomarão o seu lugar.

Segundo um velho provérbio francês caído em desuso "la lisière est pire que le drap" (a borda é pior que o lençol). É evidente que essa idéia pode ser constatada nas crises da Europa balcânica e oriental, nas quais não se prestou atenção suficiente às minorias e seus problemas. Falar disso durante o avanço dos nacionalismos não parece a explicação mais satisfatória nem mesmo a mais plausível.

A hipótese que se pode fazer, e que me parece mais pertinente, é aquela relativa ao avanço dos particularismos culturais, estes por longo tempo esmagados pelos sistemas totalitários. É a mesma coisa em outros lugares, ao longo de todas as fronteiras.

A multiplicação das fronteiras na ex-URSS não é ressurgência de nacionalismos e sim ressurgência de culturas que foram esmagadas durante 75 anos pelo totalitarismo soviético. A ordem soviética traduziu-se por uma rigidez capaz de gerar tanto a confusão de limites não materializados como a de fronteiras materializadas. A ligação entre os dois é bem mais forte do que se imagina e do que se possa geralmente suspeitar.

O que o Ocidente decodifica como uma desordem talvez seja, de fato, somente uma ordem fundada sobre ritos e critérios que tinham sido esquecidos e dissimulados. Assim, se refazem os laços com antecedentes que ainda não desapareceram da memória coletiva, mas que as instituições deixam de reativar.

A fronteira, no seu processo de funcionalização, pode naturalmente ser interpretada, tanto no sentido político como no sentido sócio-cultural. Nestas condições, a fronteira aparece muito paradoxal, já que o seu reforço e mesmo seu desmantelamento é um provável reflexo de um outro sistema de limites em crise, não imediatamente visível.

A fronteira e suas metamorfoses podem ser a conseqüência de modificações não visíveis no sistema de valores. Quando a delimitação não é mais possível no interior de um conjunto cultural, fica à disposição somente a malha dos territórios. Mas não foi o que prevaleceu, na maior parte dos casos do mundo.

A cinemática das fronteiras não estaria atraindo nossa atenção sobre as dimensões não econômicas de existência que temos uma vergonhosa tendência de negligenciar e esquecer?

A "lisiére est pire que le drap" (A borda é pior que o lençol)! Não é o que os Latino-Americanos, os Africanos e os Asiáticos estão descobrindo, entre uns e outros de um lado e entre eles e os Americanos do Norte de outro lado?

(1) Sobre este assunto Odo Marquard, Apologia del Caso (traduzido do alemão "Apologie der Zufälligen") il Mulino, Bologna 1991.

(2) George Steiner, Dans le château de Barbe-Bleue. Notes pour une redéfinition de la culture, Paris, 1986, p. 14

(3) Cf. Emile Benveniste, Le vocabulaire des institutions européennes, Paris, 1969.

(4) Ibid.

(5) Joseph Rykwert, The Idea of a Town, the MIT Press Cambridge Massassuchetts, London 1988, p. 28.

(6) François Hartog, Le miroir d'Hérodote, essai sur la représentation de l'autre, Gallimard, Paris 1980, p. 82 et sq.

(7) René Girard, la violence et le sacré, Grasset Paris, 1972, p. 87, et p. 79.

(8) Claude Raffestin, Diogène

(9) As expressões são de René Thom.

(10) Ibid.

PREFÁCIO NA LÍNGUA ORIGINAL

L'ORDRE ET LE DESORDRE OU LES PARADOXES DE LA FRONTIERE

Claude Raffestin

Dans la période contemporaine, probablement à cause des phénomènes d'intégration, qui n'intéressent d'ailleurs pas que l'Europe, comme on pourrait l'imaginer, s'est développé un nouveau mythe.

Au mythe des frontières nationales s'est substitué le mythe de l'élimination des frontières. L'un des dangers de la pensée est de s'abandonner à la "mono-mythicité", si l'on me passe ce néologisme, qui révèle presque toujours une perte de liberté à l'inverse de la "poly-mythicité" qui est une condition préjudicielle de la recherche de la liberté (1). La réflexion ou plutôt l'absence de réflexion sur la signification de la frontière conduit à la ratification de la dérégulation dans divers domaines de la pensée et de l'action. La volonté d'éliminer les règles et par conséquent aussi les rites et les codes est une formidable mise en question de toute la culture.

Je prends l'adjectif formidable dans son sens étymologique ("qui inspire la crainte") car il y a de quoi éprouver de la peur face à l'amnésie inouïe qui est entrain de nous faire perdre les antécédents, comme dirait George Steiner, de notre culture (2).

La représentation que la culture occidentale se fait actuellement de la frontière est d'une pauvreté absolue qu'il convient de dénoncer car elle est la négation de toute une histoire. Non pas de l'histoire qui a rendu compte des changements qui ne sont rien d'autre, à travers le temps, que la "projection de préoccupations internes, immédiates et précaires" mais d'une histoire beaucoup plus profondément enracinée dans les rites et les pratiques antiques. La frontière va bien au-delà du fait géographique qu'elle est mais qu'elle n'est pas seulement.

Pour le comprendre, il est utile de remonter jusqu'à l'expression "regere fines" qui signifie tracer en ligne droite les frontières, les limites.

C'est l'opération à laquelle procède le grand prêtre pour la construction d'un temple ou d'une ville et qui consiste à déterminer sur le terrain l'espace consacré.

Opération dont le caractère magique est évident: il s'agit de délimiter l'intérieur et l'extérieur, le royaume du sacré et le royaume du profane, ... (3). Mais selon Benveniste, la notion de frontière est non seulement matérielle mais aussi morale. Une frontière n'est donc pas seulement un fait géographique mais encore un fait social dont la richesse est considérable par les connotations religieuses qu'elle implique.

Comme le montre Benveniste, le tracé est effectué par le personnage investi des plus hauts pouvoirs, le rex (4). La limite est fondatrice d'un ordre comme le montre et l'explicite le mythe de la fondation de Rome. La fondation de cet ordre s'accompagne d'un meurtre mais "there is nothing unusual about the combination of murderer, fraticide and town founder" (5).

Quand bien même la limite matérialisée n'est pas sans importance puisqu'elle assume, en tant que trace sur le sol, la présence de l'ordre, sa manifestation en quelque sorte pour l'Autre, elle est plus marquante en tant que résultante d'un rite, d'une coutume. L'histoire d'Anacharsis et de Scylès, rapportée par Hérodote démontre à l'envi cette relation entre la frontière, la règle morale et le meurtre: Anacharsis et Scylès, des Scythes, furent tués pour avoir adopté des pratiques grecques et par conséquent transgressé la coutume Scythe (6).

Toute la culture occidentale est imprégnée par le "regere fines" et par les transgressions inévitables qui en dérivent. Sans doute aussi parce qu'en plus d'être un fait géographique et un fait social, la frontière est encore un fait biologique qui est engrammé dans l'hypothalamus. Spatio-temporelle, la frontière est aussi bio-sociale: elle délimite un en deçà et un au-delà, un "avant" et un "après", mais encore une portée limite et une aire de sécurité.

La frontière crée de la différence or "là, où la différence fait défaut, c'est la violence qui menace", "car ce n'est pas la différence, mais bien sa perte qui cause la confusion violente" (7). J'entends ici par frontière tout processus qui débouche sur un processus dont la séquence peut se résumer par quatre moments: la différenciation, la traduction, la relation et la régulation (8). Il est vraiment loisible de prétendre que la frontière est un invariant structurel dont la morphologie seule est variable. Elle est une saillance au sens que Thom donne à ce concept: "J'appellerai forme saillante toute forme vécue qui se sépare nettement du fond continu sur lequel elle se détache. Si l'on passe du temps à l'espace, alors une forme saillante se dira de tout objet visuellement perçu qui se distingue nettement par contraste par rapport à son fond, l'espace "substrat" dans lequel habite la forme. En général, une forme saillante vue aura un intérieur dans le champ visuel; elle présentera par suite une frontière: son contour apparent (9). La saillance joue "le rôle d'une "fissure" du réel par où percole le fluide envahissant de la prégnance"

qui se propage selon deux modes: ”propagation par contiguïté” ou “propagation par similitude” (10).

La limite, la frontière, la règle, le rite, le cérémonial, pour ne citer que ces éléments qui appartiennent à une même constellation, constituent métaphoriquement d’abord, mais réellement ensuite, des systèmes de saillance-prégnance qui, pour autant qu’on veuille bien les analyser, fonctionnent comme des mécanismes de régulation.

La frontière en tant qu’invariant structurel ubiquiste révèle bien la nécessité dans laquelle sont les sociétés de s’inventer des modes de différenciation dans l’enveloppe spatio-temporelle, modes qui conditionnent ensuite tout l’ordre du vivant défini tout autant biologiquement que culturellement.

Il ne serait pas utile de rappeler ces évidences si lês représentations contemporaines de la frontière n’étaient pas d’une aussi grande pauvreté que je l’ai dite. Conditionnée entre autres, par la représentation cartographique la représentation de la frontière est marquée du sceau d’un schématisme qui fait perdre à l’une des notions qui adhère le plus à notre culture la part essentielle de sa signification profonde. Ce schématisme, les géographes, eux-mêmes, l’ont dénoncé qualifiant les frontières de « lignes coloriées ou pointillées”.

La perte du sens profond de la limite ou de la frontière dans toute sa complexité résulte du recours à un modèle fortement sollicité par le pouvoir politique à savoir la carte. La représentation de la frontière est finalement métonymique, c’est-à-dire que la partie du tout qui s’est imposée à l’esprit est celle-là même qui est manipulée par l’Etat et qui apparaît comme négative à savoir la fonction de contrôle pouvant se traduire par des interdictions.

La frontière est pourtant tout autre chose et l’histoire est ininterprétable sans elle car les sociétés se sont toujours définies par les frontières qu’elles traçaient. Elles accompagnent les mouvements des peuples, elles soulignent les bouleversements des civilisations.

On pourrait suivre la situation de l’Europe, pour ne prendre que cet exemple, mais il y en a d’autres à travers le monde et particulièrement en Amérique, depuis l’Empire d’Auguste qui se dessine tout le pourtour de la Méditerranée et qui prépare les fragmentations du futur. Les frontières même quand elles semblent effacées se survivent dans différentes institutions. Y a-t-il, quelque chose de plus vivant que la frontière entre l’Occident et l’Orient dont les réminiscences affectent encore le monde balkanique contemporain? Le christianisme, puis la rupture avec l’Eglise orthodoxe, la poussée des Turcs, déferlement musulman, et enfin la Réforme vont, au fil du temps, réactiver des frontières et en créer de nouvelles.

Mais les Européens ne se contenteront pas de leur continent. Ils transporteront et imposeront leur conception de la frontière ailleurs, en Amérique, en Asie et en Afrique. Ces continents n'ignoraient pas la notion de frontière mais celle-ci s'enracinait dans des conceptions sensiblement différentes.

L'ordre et le désordre ne sont pas, paradoxalement, des notions opposées, elles ne sont que les moments d'un processus qui est celui-là même de la cinématique de la frontière. La frontière n'est pas une ligne, la frontière est un des éléments de la communication bio-sociale qui assume une fonction régulatrice. Elle est l'expression d'un équilibre dynamique qu'on ne retrouve pas seulement dans le système territorial, mais dans tous les systèmes bios sociaux.

Qu'on ne s'y trompe pas. Je ne suis pas en train de faire revivre - en aucune manière - l'idée fortement critiquée de Jacques Ancel à savoir celle "d'isobare politique" qui a été fortement sollicitée par les Etats en mal d'expansion. Le problème est ailleurs. S'il est nécessaire et hautement souhaitable que les frontières territoriales jouissent d'une grande stabilité pour garantir la paix dans l'enveloppe spatio-temporelle cela veut dire qu'il faut faire preuve d'une grande mobilité socio culturelle pour imaginer des institutions susceptibles de garantir l'inévitable évolution des populations à l'intérieur de frontières stables.

Lorsque les limites non matérielles ne peuvent pas être modifiées pour des raisons multiples, le risque de chercher à modifier les frontières matérielles du dispositif territorial augmente. Je veux dire que l'interface des limites non matérialisées et matérialisées finit par se déformer d'une manière sensible. Le besoin de différenciation peut s'exprimer à travers le remaniement des systèmes institutionnels, des codes et des rites, des projets politiques, économiques et culturels, mais si la rigidité empêche ces remaniements il est évident que ce sont alors lês fragmentations territoriales qui vont prendre le relais.

Un vieux proverbe français, tombé en désuétude, dit que "la lisière est pire que le drap". C'est évidemment ce que l'on peut constater, dans les crises de l'Europe balkanique et orientale dans lesquelles on n'a pas suffisamment prêté attention aux minorités et à leurs problèmes. Parler à leur propos de la montée des nationalismes ne me semble pas l'explication la plus satisfaisante ni non plus la plus plausible.

L'hypothèse qu'on peut faire, et qui me semble plus pertinente, est celle relative à la montée des particularismes culturels trop longtemps écrasés par les systèmes totalitaires. C'est la même chose ailleurs, le long de toutes les frontières.

La multiplication des frontières dans l'ex-URSS n'est pas la résurgence de nationalismes mais la résurgence de cultures qui ont été écrasées pendant 75 ans, par le totalitarisme soviétique. L'ordre soviétique s'est traduit par une rigidité qui a

conduit à la confusion des limites non matérialisées et à celle des frontières matérialisées. La liaison entre les deux est beaucoup plus forte qu'on ne l'imagine et qu'on ne le soupçonne généralement.

Ce que l'Occident décode comme un désordre n'est, peut-être, en fait, qu'un ordre fondé sur des rites et des critères qui avaient été oubliées et dissimulés. Ainsi se renouent des liens avec des antécédents qui n'avaient pas disparu de la mémoire collective, mais que les institutions avaient renoncé à réactiver.

.La frontière, dans son processus de fonctionnalisation, peut naturellement être interprétée dans un sens politique ou dans un sens socioculturel. Dans ces conditions, la frontière apparaît très paradoxale puisque son renforcement ou son démantèlement est probablement le reflet d'un autre système de limites, non immédiatement visible, qui est en crise.

La frontière et ses avatars peuvent être la conséquence de modifications non visibles dans le système de valeurs. Lorsque la délimitation n'est plus possible à l'intérieur d'un ensemble culturel, il ne reste plus à disposition que le maillage des territoires. N'est-ce pas ce qui a prévalu dans beaucoup de cas, dans le monde.

La cinématique des frontières ne serait-elle pas en train d'attirer notre attention sur les dimensions non économiques de l'existence que nous avons une fâcheuse tendance à négliger et à oublier?

La « lisière est pire que le drap »! N'est-ce pas ce que les Latino-Américains, les Africains et les Asiatiques sont en train de découvrir, entre les uns et les autres d'une part, mais entre eux et les Américains du Nord d'autre part ?

(1) Sur ce sujet Odo Marquard, Apologia del Caso (traduit de l'allemand "Apologie der Zufälligen") il Mulino, Bologna 1991.
(2) George Steiner, Dans le château de Barbe-Bleue. Notes pour une redéfinition de la culture, Paris, 1986, p. 14
(3) Cf. Emile Benveniste, Le vocabulaire des institutions européennes, Paris, 1969.
(4) Ibid.
(5) Joseph Rykwert, The Idea of a Town, the MIT Press Cambridge Massassuchetts, London 1988, p. 28.
(6) François Hartog, le miroir d'Hérodote, essai sur la représentation de l'autre, Gallimard, Paris 1980, p. 82 et sq.
(7) René Girard, la violence et le sacré, Grasset Paris, 1972, p. 87, et p. 79.
(8) Claude Raffestin, Diogène
(9) Les expressions sont de René Thom.
(10) Ibid.

SUMÁRIO

7
APRESENTAÇÃO

9
PREFÁCIO
A ORDEM E A DESORDEM OU OS PARADOXOS DA FRONTEIRA
Claude Raffestin

16
PREFÁCIO NA LÍNGUA ORIGINAL
L'ORDRE ET LE DESORDRE OU LES PARADOXES
DE LA FRONTIERE
Claude Raffestin

25
A TÍTULO DE INTRODUÇÃO
A POLÍTICA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO DAS FRONTEIRAS: O PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA - PDFF
Carlos Augusto Grabois Gadelha e *Laís Costa*

47

PARTE I

TERRITÓRIO, MOVIMENTO E DESENVOLVIMENTO

MIGRAÇÕES BRASILEIRAS NO PARAGUAI, **49**
Marcial Antonio Riquelme

O DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA: UMA PROPOSTA CONCEITUAL-METODOLÓGICA, **87**
Lia Machado, Rogério Haesbaert, Leticia P. Ribeiro, Rebeca Steiman, Paulo Peiter e André Novaes

LAS REGIONES DE FRONTERA: ESPACIOS COMPLEJOS DE LA RESISTENCIA GLOBAL, **113**
Roberto Carlos Abinzano

LAS RECONFIGURACIONES TERRITORIALES DEL CHACO PARAGUAYO: ENTRE ESPACIO NACIONAL Y ESPACIO MUNDIAL, **131**
Fabricio Vázquez

COOPERACIÓN Y COMPETENCIA INTERNACIONAL DE REGIONES: HACIA NUEVAS FORMAS DE GESTIÓN DE DESARROLLO REGIONAL BINACIONAL, **155**
Pablo Wong-González

REGIONALISMO FRONTEIRIÇO E O "ACORDO PARA OS NACIONAIS FRONTEIRIÇOS BRASILEIROS URUGUAIOS", **195**
Adriana Dorfman e Gladys Teresa Bentancor Rosés

DESCENTRALIZACIÓN "DESDE ABAJO", **229**
Ulrich Müller

DIREITOS TRABALHISTAS APLICÁVEIS AO TRABALHADOR DA FRONTEIRA, **251**
Ynes da Silva Félix, Luana Gatass e Silva e João Guilherme F. Maranhão

VECINDAD E INTERACCIONES FRONTERIZAS EN LA REGIÓN TIJUANA-SAN DIEGO, **279**
María Eugenia Anguiano-Téllez

DESARROLLO ECONÓMICO REGIONAL EN LA FRONTERA PARAGUAI-BRASIL: ESTUDIO EXPLORATÓRIO DEL ALTO PARANÁ, **307**
Fernando Masi e Gonzalo Falabella

TEMPO, FRONTEIRA E IMIGRANTE: UM LUGAR E SUAS 'INEXISTÊNCIAS', **349**
Marco Aurélio Machado de Oliveira

INTEGRACIÓN TRANSFRONTERIZA EN SERVICIOS PERSONALES DE SALUD. TENDENCIAS EN LA REGIÓN NORTE DE MÉXICO Y EL SUR DE ESTADOS UNIDOS, **359**
Patricia L. Salido Araiza

TIPOLOGIA DAS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS: ELEMENTOS PARA O DEBATE TEÓRICO-PRÁTICOS, **377**
Tito Carlos Machado de Oliveira

LA FRONTERA NORTE DE MÉXICO: POBLACIÓN, MIGRACIÓN Y EMPLEO, **409**
Rodolfo Cruz Piñeiro

435

PARTE II

TERRITÓRIO, IDENTIDADE E CULTURA

CULTURA FRONTEIRIÇA DO MERCOSUL: PODERES DOS SEM PODER, **437**
Ligia Chiappini

EL ESTADO-NACIÓN Y LAS LITERATURAS NACIONALES: SUS FRONTERAS Y LÍMITES, **475**
Horst Nitschack

EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL: LIMITAÇÕES DA ESCOLA BRASILEIRA NUMA DIVISA SEM LIMITES NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI, **491**
Nilce A. S. Freitas Fedatto

CULTO AOS MORTOS NA FRONTEIRA
ENTRE BRASIL E PARAGUAI: OS RITUAIS DA
SEXTA-FEIRA SANTA EM PEDRO JUAN CABALLERO, **511**
Álvaro Banducci Júnior e Arnaldo Romero

TRAVESSIAS E FRONTEIRAS: HISTÓRIA, LITERATURA
E IDENTIDADE GAÚCHA EM BARBOSA LESSA E
RICARDO GÜIRALDES, **539**
Joana Bosak de Figueiredo

ESPAÇOS DE FRONTEIRAS NACIONAIS,
PÓLOS DE INTEGRAÇÃO, **573**
Karla M. Muller

LA LITERATURA GAUCHESCA
ARGENTINA Y URUGUAYA EN LOS
SIGLOS XIX Y XX, UN ESBOZO, **593**
Sabine Schlickers

O PAMPA REVISITADO:
EM DIA COM ALCIDES MAYA, **609**
Léa Masina

A IMAGEM DESCONHECE FRONTEIRAS:
SERÁ QUE O BERÇO DO CINEMA
LATINO-AMERICANO É SITUADO NO PAMPA? **623**
Ute Hermanns

SERRA VERSUS PAMPA:
O RIO GRANDE DO SUL NA OBRA DE VIANNA MOOG, **637**
Helga Dressel

A POLÍTICA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS FRONTEIRAS: O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA - PDFF

Carlos Augusto Grabois Gadelha *
Laís Costa **

1 - INTRODUÇÃO

Com a nova conformação política e econômica global, e a conseqüente importância do fortalecimento de blocos regionais para uma inserção competitiva no mercado mundial, as fronteiras passaram a desempenhar papel estratégico para o desenvolvimento sustentável nacional, dado que, em função de características comuns e necessida-

---

* Secretário de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional. Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UFRJ.

** Gerente do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Mestre em '*Development Studies*' pela *London School of Economics and Political Sciences - LSE*'.
Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, assessor internacional da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, promoveu subsídios ao desenvolvimento da abordagem internacional do Programa, um dos sub-itens deste texto. Para a elaboração do trabalho em questão contou-se com a colaboração de Ana Cláudia Batista de Oliveira e Michelline Carmo Lins, assessoras da Secretaria de Programas Regionais no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

de de desenvolvimento articulado, configuram-se como pontos estratégicos para catalisação e fortalecimento da integração dos países.

Apesar de estratégica para a integração sul-americana uma vez que faz fronteira com dez países, de corresponder à 27% do território nacional (11 estados e 588 municípios) e reunir aproximadamente 10 milhões de habitantes, configura-se como uma região pouco desenvolvida economicamente, historicamente abandonada pelo Estado, marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, falta de coesão social, inobservância de cidadania e por problemas peculiares às regiões fronteiriças.

Assim sendo, o desenvolvimento da faixa de fronteira configura-se como importante diretriz da política nacional e internacional brasileira, conforme preconiza a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, prioridade traduzida no PPA 2004/2007, que passa a definir um norte político para seu desenvolvimento, traduzido em política pública com a reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF, da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional.

Ademais, o PDFF passa a ter condições concretas de promoção do desenvolvimento sustentável da faixa de fronteira a partir de atuação articulada do governo federal, em parceria com estados e municípios, voltada para a promoção da infra-estrutura econômica e social, dinamização econômica e organização social e institucional, elegendo a faixa de fronteira como uma das áreas de desenvolvimento prioritárias do país.

A busca da dinamização econômica das sub-regiões[1] e da cidadania das populações envolvidas é regida, portanto, por um novo enfoque

---

[1] Para o planejamento e reformulação do PDFF, o Ministério da Integração Nacional contratou um trabalho detalhado, resumido em um dos capítulos desta publicação, coordenado pela Dra. Lia Osório Machado, visando à sub-regionalização da faixa de fronteira. Assim, a atuação do PDFF aproveita-se de sinergias possíveis por características comuns e complementares observadas ao longo da faixa de fronteira.

que privilegia o desenvolvimento voltado ao fortalecimento dos atores locais e à articulação das atividades econômicas tradicionais regionais. Entende-se que o estímulo às atividades econômicas complementares, o desenvolvimento da infra-estrutura necessária à produção, e seu escoamento, assim como o aproveitamento das vantagens referentes às particularidades locais, configura-se como política de reintegração de grupos populacionais e regiões marginalizadas.

Desta forma, a perspectiva de desenvolvimento para a faixa de fronteira segue diretrizes multissetoriais e define suas principais estratégias de atuação a partir do desenvolvimento integrado das cidades-gêmeas, a articulação do PDFF com as mesorregiões prioritárias, utilizando-se de uma estrutura voltada para o desenvolvimento mesorregional, e marcada pela presença da sociedade civil e seu fortalecimento e a melhoria das condições econômicas, sociais e de cidadania das sub-regiões que compõem a faixa de fronteira, promovendo a articulação dos atores envolvidos além de incentivos à infra-estrutura econômica e social da região como um todo.

Por fim, o Programa reconhece que sua atuação de promoção da cidadania da população fronteiriça depende do fortalecimento das instituições supra-nacionais voltadas para integração fronteiriça, e para tanto, tem se articulado com o Ministério das Relações Exteriores visando ao suporte dessas instituições - em especial quanto ao encaminhamento das questões nacionais para os órgãos federais, estaduais e municipais afetos e para o necessário subsídio de informações locais para o desenvolvimento regional, regido pela PNDR. Desta forma, mantendo a autonomia dos Ministérios envolvidos consegue-se articular a vertente nacional e internacional de modo a dar seguimento e subsidiar a implementação dos processos de mudanças necessários ao fortalecimento de blocos regionais e ao resgate da cidadania da população fronteiriça.

O objetivo deste texto é fornecer um breve relato da mudança do perfil de atuação na faixa de fronteira a partir de como se verificou a priorização política de seu desenvolvimento, apontar os espaços de

atuação desta política, o reflexo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional sobre o desenvolvimento pretendido na região, as vertentes e linhas de atuação do PDFF e a importância de uma atuação articulada supra-nacional em busca dos objetivos preconizados nas políticas internas e externas brasileiras.

2 - MACRO-DIRETRIZES POLÍTICAS E A REGIÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA

A abertura dos mercados mundiais e a conseqüente globalização têm suscitado preocupação entre os governantes dos países menos desenvolvidos, em função da maior vulnerabilidade que estão expostas suas economias - comparativamente menos competitivas, menos aptas às adaptações necessárias de seu parque produtivo e do aumento das desigualdades sociais, enfatizadas pela priorização da competitividade promovida em detrimento das políticas sociais (CASSIOLATO & LASTRES, 1999).

O conseqüente aumento das desigualdades, a marginalização da população e a concentração da pobreza configuram um quadro de injustiça social não condizente com a diretriz política do governo federal. Na prática, a população mais pobre é desproporcionalmente afetada, vez que, como profissionais menos qualificados, são os menos aptos a responderem ao novo dinamismo econômico, apresentando baixa empregabilidade e sofrendo discriminação e marginalização da sociedade e da condição de cidadãos. O crescimento de tensão e exclusão social resultante configura-se inclusive como empecilho ao desenvolvimento econômico sustentável da nação, uma vez que impulsiona a violência, o que vem a prejudicar - e em muitos casos destruir - a formação de capital social, físico, além do fluxo de investimentos.

Como resposta às ‘ameaças’ provocadas pela globalização entendeu-se que o fortalecimento de blocos e relações regionais configura-se como ‘oportunidade’ central de se desenvolver as economias

mais atrasadas e manter, em bloco, a competitividade necessária para o desenvolvimento sustentável dessas nações.

É, portanto, prioridade deste governo o fortalecimento do Mercosul, em particular, e a inserção soberana e integração do Brasil com toda a América do Sul, sem a qual se acirrará a pobreza brasileira e o quadro de exclusão social e desigualdades diversas, aqui observados.

Como uma das estratégias principais de combate às desigualdades, fortalecimento e viabilização dos potenciais endógenos e resgate de dívida social com população em histórica situação de vulnerabilidade, o Desenvolvimento Regional foi eleito como prioridade desse governo. A estratégia desse desenvolvimento inova ao reconhecer que políticas cujo parâmetro de atuação são as macrorregiões brasileiras são insuficientes pois falham em entender a realidade, a complexidade e a estrutura a serem desenvolvidas, conforme ênfase no PPA 2004/2007 e na Mensagem do Congresso Nacional de 2005.

3 - A RETOMADA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E O PDFF

Na retomada do planejamento estratégico pelo governo federal, o desenvolvimento regional figura como um dos cinco megaobjetivos listados no Plano Brasil para Todos (PPA 2004-2007). Seguindo orientação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro de Estado da Integração Nacional, Ciro Gomes, o planejamento estratégico é retomado de acordo com três vertentes primordiais: promoção de desenvolvimento sustentável, de cidadania e da integração sul-americana.

Ao considerar a dimensão nacional da política e dos programas e, de outro lado, as desigualdades observadas entre as regiões, optou-se pela formulação da Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional e pelo foco programático sub-regional, chegando-se às regiões especiais do Semi-Árido, Interior da Amazônia e Faixa de

Fronteira, sendo esta última selecionada em virtude do seu potencial para promover a integração da América do Sul.

Ao analisar o PPA 2004-2007 já se verifica o papel estratégico que o desenvolvimento da faixa de fronteira desempenha para o alcance dos objetivos macro-políticos nacionais, ao explicitar que:

a) a integração das zonas deprimidas é um dos desafios centrais para a desconcentração de renda, de modo que gargalos ao desenvolvimento nessas zonas têm que ser combatidos prioritariamente, a partir do investimento em infra-estrutura social e econômica, necessária para a dinamização e sustentabilidade do crescimento;
b) o planejamento estratégico brasileiro, contemplando o formato econômico e político global vigente, deixa de ser exclusivamente nacional e passa a perseguir o fortalecimento de integração das logísticas de infra-estrutura na América do Sul, na construção progressiva de um destino comum para o continente.

Ademais, o Plano enfatiza que a necessária coesão social e econômica no território nacional - sem a qual não se observará justiça social e desenvolvimento sustentável - demanda uma política nacional que promova a coesão territorial[2]. Desta forma, o pleno desenvolvimento da faixa de fronteira, região de visível potencialidade para catalisar a integração sul-americana, configura-se como importante diretriz da política nacional e internacional brasileira, tendo como norte a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

A importância da PNDR verifica-se, em especial no caso brasileiro, pela sua capacidade de reverter tendências tradicionais de concentração da produção e renda no espaço, e é em sua abordagem em múltiplas escalas que se verificou a necessidade de implementar pro-

---

[2] "[A]s atividades econômicas dinamizam-se em áreas que apresentam melhores condições de atração locacional, ..., que contam, entre outros, com atributos vantajosos de infra-estrutura, com recursos humanos qualificados e qualidade de vida da população aceitável (...), [enquanto] áreas excluídas pelo mercado, ..., tendem a permanecer à margem dos fluxos econômicos principais e, assim, apresentar menores níveis de renda e bem-estar, o que termina por instigar o esvaziamento populacional e os fluxos migratórios para áreas mais dinâmicas ou de maior patrimônio produtivo instalado." PNDR, 2003: p. 7 e 8 (versão 08/09/2005).

gramas específicos para o desenvolvimento de algumas áreas especiais, sendo a Faixa de Fronteira um desses casos que, de acordo com a PNDR, "suscitam estratégias específicas de desenvolvimento" [3].

Desta forma, observam-se, na prática, iniciativas de combate à exclusão social por intermédio de política integrada e estruturante, capaz de fortalecer a economia do país, dirimir as desigualdades e desenvolver a capacidade produtiva de seus cidadãos; representa a reversão da abordagem assistencialista praticada nas últimas décadas.

4 - A FAIXA DE FRONTEIRA

A criação de uma faixa de fronteira, estabelecida atualmente em 150 km de largura paralela à linha divisória terrestre do território nacional[4], foi motivada por ser esta uma área estratégica para a segurança nacional, resultante de uma política que deu ênfase à concepção de fronteira como sendo peça fundamental para a defesa nacional, com características de imposição de barreiras às ameaças externas e estabelecimento de limites nas relações com os países vizinhos.

O resultado prático do tratamento da faixa como um local de isolamento é a observação, na região, de uma ocupação limitada, inexistência ou pouca eficiência e alto custo para a provisão de bens e serviços públicos, além de dificuldades diversas no planejamento de políticas regionais. Os objetivos pregressos não contemplaram o de-

---

[3] O outro Programa sugerido foi o CONVIVER, de convivência com o Semi-árido (PNDR:2003, 50).

[4] De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 2º, "A faixa de até cento e cinqüenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei. A lei que dispõe sobre a faixa de fronteira é a lei 6.634 de 02 de maio de 1979, regulamentada pelo Decreto-Lei 85.064 de 26 de agosto de 1980. A lei 6.634 está sendo revista no momento, visando à mudança de enfoque no tratamento do tema, antes exclusivamente voltado para a defesa, sem considerar prioridades desenvolvimentistas e caráter estratégico da região para a integração sul-americana.

senvolvimento sustentável, a qualidade de vida da população e a promoção de cidadania, e como resultado desta negligência, esta região, que abrange pouco mais que um quarto do território nacional, configura-se hoje como um região deprimida, marcada por profundas iniquidades; essas agravadas por questões diplomáticas peculiares a territórios contíguos entre duas ou mais nações.

O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF, cuja gerência está incubida ao Ministério da Integração Nacional desde novembro de 1999, caracterizava-se, até recentemente, pela presença de projetos desarticulados e fragmentados, movidos por uma lógica assistencialista, sem qualquer planejamento ou orientação programática, resultando na dispersão dos escassos recursos públicos, sem ter impactos na geração de emprego e renda, na organização da sociedade civil e na estruturação das atividades produtivas.

O padrão de intervenção supra citado ressentia justamente a falta de uma diretriz política de Desenvolvimento Regional, gerando duplicações de iniciativas, competições predatórias, falta de planejamento integrado do desenvolvimento territorial e visão estratégica quanto ao aproveitamento das potencialidades endógenas.

5 - O PDFF E A SUB-REGIONALIZAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA[5]

No planejamento dessas estratégias específicas para seu desenvolvimento, dadas as diferenças marcantes observadas ao longo dos 15.719 km da faixa de fronteira (27% do território nacional), percebeu-se a necessidade de conhecer melhor essa região. Para tanto

---

[5] Para maiores detalhes sobre a sub-regionalização aqui mencionada, ver o trabalho realizado pelo Grupo RETIS, publicado pelo Ministério da Integração Nacional sob o título 'Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira': BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional/IICA, 2003, que serviu de base para esse tópico.

foi proposta uma sub-regionalização baseada em afinidades sociais, culturais, históricas, étnicas e de potencialidade e dinamismo econômico que sejam fortes o suficiente para otimizar iniciativas conjuntas. O resultado foi a subdivisão da faixa em 17 sub-regiões, agrupadas em três grandes arcos.

Neste novo enfoque, a forma de atuação do PDFF na faixa de fronteira está voltada para seus três Arcos (Norte, Central, Sul), englobando os espaços sub-regionais que permitem otimizar e catalisar o aproveitamento de peculiaridades da organização social e das características sociais, econômicas, políticas e culturais locais. A seguir as principais características dos Arcos:

O Arco Norte abrange a faixa de fronteira do estado do Amapá até o Acre. Diferenças na base produtiva, posição geográfica e predomínio de população indígena foram os principais critérios para a definição das sub-regiões do arco norte. Apesar dos fluxos migratórios procedentes de outras regiões do país (principalmente nordestina), a faixa de fronteira norte constitui um "arco indígena", com grandes áreas de reserva e identidade territorial ligada a sua importância étnico-cultural indígena. A identidade produtiva da maioria das sub-regiões do arco norte se baseia na pesca, no extrativismo vegetal e no cultivo da mandioca. Há alguns focos de mineração, silvicultura e produção de piaçava, além de criação de bovinos. Mas grande parte das atividades produtivas que geram emprego e renda no arco norte tem base urbana, caracterizada por mão de obra desqualificada e mal remunerada. As dificuldades de comunicação e circulação entre as cidades é um fator inibidor para investidores potenciais.

O Arco Central abrange a faixa de fronteira dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Oito sub-regiões foram identificadas, um indicador de grande diversidade nos tipos de organização territorial. A unidade do Arco deriva do caráter de transição entre a Amazônia e o Centro-Sul do país e de sua posição central no subcontinente. É nele que se encontram as duas grandes bacias hidrográficas sul-americanas, a Bacia Amazônica e a Bacia do Paraná-

Paraguai. A grosso modo o arco central apresenta quatro modelos de organização do sistema produtivo. Três deles ligados à produção agrícola e a criação de gado e um quarto modelo industrial-comercial ligado à agroindústria englobando redes de secagem e armazenamento de soja além de frigoríficos de carne bovina e pescado.

O Arco Sul compreende a faixa de fronteira dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A região do Arco Sul é onde encontramos uma das fronteiras mais permeáveis e de interações mais intensas com os países vizinhos e que estão sendo reestruturadas com a criação do Mercosul. O Legado da imigração européia é uma das marcas fundamentais da sociedade e da economia regional caracterizada por uma estrutura fundiária moldada por pequenas e médias propriedades, com base produtiva voltada para a agroindústria e criação de gado bovino e ovino. Mais recentemente, a expansão territorial do cultivo da soja e desenvolvimento de uma compacta rede urbana conectada por densa malha rodoviária impulsionaram a indústria voltada para o agronegócio interno e externo. As interações transfronteiriças são fortemente regidas pela expansão de interesses e de imigrantes brasileiros, ligados à rizicultura no Uruguai e à soja no Paraguai[6].

6 - A CÂMARA DE POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O PDFF

A retomada do plano estratégico para o desenvolvimento regional representa um dos cinco megaobjetivos de ações transversais do governo federal (Plano Brasil para Todos), o qual se materializa com a criação da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, uma institucionalidade que permite a concretização de tais objetivos.

---

[6] O trecho adaptado neste documento foi extraído do Livro *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*, desenvolvido pelo Grupo RETIS, contratado pela SPR/MI.

Trata-se de uma importante iniciativa do governo Lula na busca do desenvolvimento integrado e sustentável coordenada pela Casa Civil da Presidência da República. Esta Câmara, composta por 23 Ministérios e Secretarias Especiais, constituiu um Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, coordenado pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, visando à articulação concreta das iniciativas do governo, de modo a promover sinergias, aproveitar complementaridades e proporcionar desenvolvimento e sustentabilidade das políticas implementadas. Note que estas políticas são priorizadas de acordo com necessidades, gargalos e potencialidades locais, consideradas as diretrizes políticas estaduais, municipais e das sociedades locais.

O PDFF passa a ter condições concretas de contribuir para uma mudança qualitativa no desenvolvimento da região com a criação dessa Câmara, que elegeu o desenvolvimento da faixa de fronteira, com ações específicas voltadas para o desenvolvimento das cidades-gêmeas, como prioritário para o país. Com isto, abre-se uma nova perspectiva de fortalecer e catalisar as linhas de atuação do PDFF, ao articular a ação do Governo Federal na dinamização econômica, na infra-estrutura social e econômica e na organização social e institucional, conforme preconiza a PNDR.

Esta é uma ação inédita de atuação integrada do governo federal, articulada com demais esferas governamentais e sociedade civil, visando à sustentabilidade da intervenção pública e à criação de um novo paradigma de desenvolvimento regional.

Outrossim, com a reestruturação do PDFF abre-se uma nova perspectiva de fortalecer e catalisar os processos de desenvolvimento sub-regional e de integração supra-nacional, por intermédio de investimentos articulados, fortalecimento do tecido social, da institucionalização regional e do estreitamento do relacionamento da atuação com outros ministérios.

Como exemplo, vale citar que o Ministério da Integração Nacional está investindo em arranjos produtivos locais voltados para o fortaleci-

mento da integração dos países da América do Sul, em capacitações para o fortalecimento do capital humano e dinamização da economia, na integração das ações de defesa civil e metereologia, assim como no desenvolvimento de plano diretor integrado e ações de turismo em parceria com o Ministério das Cidades e Ministério do Turismo, respectivamente.

Além disto, o Ministério do Turismo tem aplicado recursos em programas como o Frontur, voltado para a discussão do desenvolvimento do setor turístico nas fronteiras, elaborando, de forma participativa, o diagnóstico dos principais empecilhos e sugerindo iniciativas para equacioná-los. Já o Ministério da Educação está implementando o projeto de escolas de fronteira, em que não somente as aulas são ministradas em dois idiomas, como as culturas dos países envolvidos são também disseminadas.

Vale enfatizar que diversos ministérios que não tinham políticas específicas voltadas para a faixa de fronteira e integração transnacional estão agora, em função da diretriz clara da Presidência da República de privilegiar o desenvolvimento da faixa de fronteira, revendo suas prioridades e direcionando investimentos para esta região. O projeto Segurança Cidadã, por exemplo, do Ministério da Justiça, já está sendo adaptado para contemplar as questões de fronteira, quando cabível. Vale relatar, por fim, que o Ministério dos Transportes, no desenho em suas ações planejadas em três tempos (2007, 2015 e 2022) está considerando a importância do desenvolvimento regional, como reflexo da atuação da referida Câmara.

7 - OBJETIVOS DO PDFF, SUAS DIRETRIZES MULTISSETORIAIS E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

O Programa tem como objetivo principal promover o desenvolvimento da faixa de fronteira por meio de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul.

Além destes, vale ressaltar seus objetivos associados que se referem à promoção da convergência das políticas públicas setoriais na faixa de fronteira, visando a: a) o enfrentamento das desigualdades intra e inter-regionais, considerando a diversidade socioeconômica e cultural da região; b) a articulação da questão da soberania nacional com o desenvolvimento regional, em sua dimensão econômica, social, institucional e cultural; c) a promoção das potencialidades endógenas, em diversas escalas espaciais, voltada para a inserção social e econômica das populações locais; d) a articulação dos investimentos em infraestrutura econômica e social para apoiar o processo de integração nacional; e) e a estímulo aos investimentos em arranjos e cadeias produtivas prioritários para o desenvolvimento sustentável de regiões menos dinâmicas, buscando a otimização dos benefícios sociais deles decorrentes, o desenvolvimento local e a integração da América do Sul.

Entendendo que o estímulo à formação de redes de atores locais impacta diretamente o fortalecimento de novos eixos dinâmicos da economia e levando-se em conta as características de uma região altamente complexa como a faixa de fronteira, o PDFF foi reestruturado baseado em grandes diretrizes multissetoriais que contemplam seu fortalecimento institucional; desenvolvimento econômico integrado; promoção de cidadania; e revisão de seu marco regulatório.

Para tanto o PDFF traçou uma estratégia de atuação que gira em torno de três grandes linhas de ação:

1. Desenvolvimento Integrado das Cidades Gêmeas: seguindo as diretrizes do governo federal de dar primazia ao desenvolvimento, à cidadania e à integração sul-americana, foi priorizado, no âmbito do Comitê Executivo da Câmara de Política de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, um projeto piloto que visa ao desenvolvimento integrado das cidades-gêmeas. Essa iniciativa estará baseada nas potencialidades locais cujo padrão de atuação é articulado. Entende-se que a nova ordem mundial identifica cidades contíguas como uma oportunidade de fortalecer e catalisar os processos de desenvolvimento sub-regional e de integração supra-nacional – fundamentais para a competitividade nacional e também como resposta à dívida social que o governo tem com estas populações historicamente em situação desvantajosa.

2. Articulação das Prioridades do PDFF com o Desenvolvimento das Mesorregiões Prioritárias: quatro mesorregiões[7] prioritárias encontram-se em áreas coincidentes com a faixa de fronteira – Alto Solimões (AM), Vale do Rio Acre (AC e AM), Grande Fronteira do Mercosul (RS, SC e PR) e Metade Sul do Rio Grande do Sul (RS) - e constituem uma oportunidade para o aproveitamento de sinergias das ações públicas e privadas, otimizando esforços para empreender projeto de desenvolvimento regional articulados.

Essas mesorregiões são beneficiadas pelas ações do PDFF e do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – PROMESO[8], de modo que, complementarmente, os programas em questão possam garantir o desenvolvimento sustentável dessas sub-regiões que se configuram como dupla prioridade de desenvolvimento regional e integração nacional. Dentro dessas linhas algumas ações, tais como: apoio a arranjos produtivos locais, capacitação de associativismo e empreendedorismo e fortalecimento de fóruns, fazem parte das metas dos dois programas e, portanto, estão sendo trabalhadas em conjunto visando à sua dinamização, otimizando esforços para empreender projetos de desenvolvimento regionais articulados.

É justamente a articulação das políticas do MI que vem garantindo o fortalecimento das regiões prioritárias, além de fornecer as bases para uma ação mais geral. Neste sentido, vale enfatizar, não é coincidência que as cidades-gêmeas escolhidas façam parte de mesorregiões prioritárias, de modo que a política seja bem focada e coerente com a PNDR. Além disso a articulação entre Programas

---

[7] "Mesorregiões são áreas individuais que compartilham identidades cultural, institucional, sócio-econômica e articulação política, aliando o potencial de construção de uma base que permite gestar projetos endógenos de desenvolvimento regional".

[8] O objetivo do PROMESO é o de aumentar a autonomia e a sustentabilidade das mesorregiões, refletindo o foco sub-regional e a identidade cultural, institucional e sócio-econômica, ao apoiar a organização social, o desenvolvimento do seu potencial endógeno e o fortalecimento da sua base produtiva.

permite que o PDFF chegue a atuar sobre 331 dos 588 municípios da Faixa de Fronteira.

3. Melhoria das Condições Econômicas, Sociais e de Cidadania das Sub-regiões que compõem a Faixa de Fronteira. A terceira linha de ação, que se baseia no aprendizado acumulado da atuação nas cidades-gêmeas e nas mesorregiões, engloba o fortalecimento da sociedade civil, a promoção da articulação dos atores e incentivos à infra-estrutura econômica e social da região como um todo.

As ações aqui propostas têm o objetivo de articular os atores da faixa de fronteira[9] em torno de projetos de desenvolvimento comuns e de construção de percepções da realidade local e subregional, assim como provocar a elaboração de agenda para a superação dos obstáculos e utilização das potencialidades.

O objetivo é, ainda, ampliar o conhecimento compartilhado entre o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira e o maior número possível de municípios inseridos nesse espaço geográfico.

8 - OS SUB-ESPAÇOS DA LINHA DE FRONTEIRA E A VERTENTE INTERNACIONAL DO PDFF

As características da faixa de fronteira variam bastante ao longo de todo o território abrangido, conforme referência anterior. Fora as peculiaridades que marcam o território do extremo norte ao sul do país, há também diferenças ditas 'horizontais'. Cidades limítrofes com países vizinhos, sendo gêmeas ou não, são mais diretamente afetadas por questões políticas, econômicas e diplomáticas dos países envolvidos.

No planejamento de políticas que demandam ações regionalizadas, casos que englobam prevenções diversas (saúde, meio-ambiente, defesa-civil, etc.), provisão de bens e serviços que precisam de

---

[9] As três esferas de governo, sociedade civil, setor privado e representantes dos países vizinhos.

maior escala para sua viabilidade ou até questões como a troca de informações e promover a cidadania para a população residente na zona de fronteira, residentes em um ou outro país, demandam ainda iniciativas específicas.

O planejamento e sustentabilidade do desenvolvimento destas regiões extrapolam os limites nacionais, dependendo, portanto, de instrumentos que observem as exceções, caso a caso, e possam, em conjunto com o país vizinho, elaborar regras especiais de funcionamento, respaldadas por acordos bi ou multilaterias.

Da mesma forma, algumas ações que são importantes para a integração das nações sul-americanas, acabam por ser prejudiciais para as populações fronteiriças; acordos bilaterais são firmados, assim como ações de política internacional são levadas a cabo, sem apresentar necessariamente efeitos satisfatórios nos espaços de interação física entre os países, dadas as especificidades das áreas de fronteira que, na prática demandam regimes especiais para regê-las e garantir a isonomia preconizada pela Constituição Federal.

Em virtude da sua extensão territorial, de suas diferenças explícitas e de que mantém relações diferenciadas com 10 países, há clareza de que a atuação nesta faixa não pode se estabelecer a partir de um padrão único de atuação.

A criação de Comitês de Fronteira binacionais, bem como a reativação e fortalecimento daqueles já existentes, pode representar uma ferramenta significativa para a otimização da infra-estrutura existente, assim como a integração das ações marcadas por cunho regional[10].

Fora as ações intrinsecamente regionais, existem outras tantas que ao serem planejadas de forma integrada criam sinergias diversas, permitindo também melhor planejamento da atuação no espaço, evitando competições, em muitos casos predatórias para o desenvolvi-

---

[10] Caso específico de ações de vigilância, prevenção, planejamento do uso sustentável do meio-ambiente, entre outras.

mento local. Integrar também pode significar adequação de escala até a competitividade necessária para um mercado global.

O Comitê pode também servir para identificação das demandas locais, em muitos casos equacionáveis em instâncias locais, dar transparência às mesmas, e buscar os meios viáveis de executar ações para o desenvolvimento integrado com os países vizinhos, promovendo espaço para as vozes de atores municipais, estaduais, federais, da sociedade civil dos dois lados, uma vez articulados.

Um dos objetivos mais imediatos do PDFF em sua atuação internacional é o de, com o apoio do Itamaraty, revitalizar os Comitês de Fronteira (CF) já existentes, para que passem a atuar, no plano local, como efetivo mecanismo binacional de integração fronteiriça. Os CFs - copresididos pelos titulares das repartições consulares brasileira e do país vizinho respectivo e integrados pelas "forças vivas" locais (prefeitos, vereadores, empresários, associações comerciais, representantes militares e das polícias federais etc) - funcionam como fórum de discussão dos problemas típicos de cidades de fronteira, permitindo que as demandas locais em termos de saúde, educação, meio-ambiente, segurança, comércio fronteiriço, projetos de infra-estrutura (manejo de lixo, esgotos, tratamento de água, malha viária, etc) tenham ressonância e boa acolhida junto aos órgãos das administrações estaduais, departamentais, provinciais e federais sediados nas cidades de fronteira.

As dificuldades no processo de revitalização dos CFs são diversas, atribuídas não somente à complexidade e dificuldade intrínseca de concertação entre países, tendo suas leis nacionais e prioridades políticas a serem obedecidas, como pelo próprio histórico de atuação dos Comitês; até em função da conformação política de quando foram criados, os comitês apresentavam estrutura muito "oficialista" e, em função disto, falhavam em captar junto à sociedade as questões que mais a afetavam[11]. Ademais, não são poucos os casos em que a

[11] O que comprometia não somente a legitimidade das priorizações identificadas para o desenvolvimento da zona de fronteira como a qualidade da informação reunida.

atuação dos comitês enfrentou dificuldades para tratar das questões apresentadas e dar continuidade aos debates travados, falhando, portanto, em sugerir equação das questões apontadas nos fóruns em questão. Adicione a isto o fato de que, por motivos diversos, a deliberação nos comitês não conseguia alcançar a segunda instância, ou seja, a chancelaria dos países, perdendo sua eficácia como ferramenta para a elaboração dos regimes especiais a serem observados nas zonas fronteiriças.

Apesar do baixo grau de institucionalização normalmente observado com relação aos comitês de fronteiras, é possível se comprovar a efetividade dos mesmos na fronteira do Brasil com o Uruguai. Com a implementação da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai, instituída em abril de 2002, foi dirimida a questão referente à qualidade das informações locais, uma vez que foram constituídos Grupos de Trabalho para discussão das questões junto à sociedade (Saúde, Educação e Formação Profissional, Cooperação Policial e Judicial e Meio Ambiente e Saneamento), encarregados de dar continuidade aos planos de ação traçados para o desenvolvimento da fronteira em questão e, posteriormente, reportam-se às chancelarias, em Reuniões de Alto nível, visando viabilizar equação para as questões apresentadas.

Além das medidas de caráter local - que vêm apresentando significativos resultados para a melhoria da qualidade de vida da população fronteiriça e para o desenvolvimento regional, importante passo em direção ao resgate da cidadania dessa população - o principal fruto dos trabalhos da Nova Agenda[12], que deve ser ampliado para as fronteiras com os demais países da América do Sul, foi, sem dúvida, o Acordo de Permissão de Residência, Estudo e Trabalho para Fronteiriços, que entrou em vigor em 14 de abril do ano passado.

---

[12] As informações referentes a atuação da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai foram extraídas de *memo* do Conselheiro Bruno Luiz dos Santos Cobuccio, assessor internacional da SPR/MI do Ministério da Integração Nacional e de atas das reuniões da referida instância.

Esse Acordo, em síntese, permite que brasileiros e uruguaios possam residir, trabalhar e estudar, com acesso às previdências sociais locais e outros benefícios, em uma faixa de 20 km do outro lado da fronteira de seus países, em localidades assinaladas pelo Acordo. A promoção da cidadania para esta população observou-se com a superação do antigo e grave problema dos chamados "indocumentados" brasileiros e uruguaios vivendo, trabalhando e estudando em situação migratória irregular no país vizinho, ainda que dentro da mesma conurbação.

Os comitês na fronteira entre Brasil e Uruguai representam, portanto, importantes mecanismos institucionais para a cooperação fronteiriça, tendo, inclusive, alguns focos geográficos localizados, a Comissão para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM) e a Comissão para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí (CRQ), hoje em análise de planejamento integrado.

Essa "Nova Agenda" vem suscitando excelentes resultados e transformando-se em paradigma a ser adaptado e seguido nas fronteiras com demais países; vem sendo adotada como modelo para outras experiências de desenvolvimento de áreas fronteiriças inclusive em nível multilateral, como no caso das discussões mantidas no âmbito Grupo Ad Hoc de Integração Fronteiriça do Mercosul- GAHIF.

O GAHIF, criado com o intuito de melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas zonas de fronteira do MERCOSUL ao promover a integração das fronteiras tendo como instrumento a elaboração de 'regimes especiais' em área a ser definida pelos países[13], leva em consideração os avanços proporcionados pela Nova Agenda e busca evoluir em pontos já identificados como necessários para a integração fronteiriça.

---

[13] O documento em elaboração pelos países aborda questões como exercício profissional, permissão de compra de bens de consumo pessoal, deslocamento na região, acesso à saúde e educação, questões aduaneiras e regras específicas de transporte na região, entre outras.

O objetivo principal é, portanto, contemplar questões que demandem regras e normas diferenciadas daquelas praticadas pelos Estados, que precisem ser planejadas em parceria com a nação vizinha. Busca ainda verificar a possibilidade de fortalecimento da elaboração de um "Estatuto das Fronteiras", que resultaria da discussão integrada dos diversos aspectos relacionados à vida na fronteira, a exemplo de comércio, saúde, assuntos trabalhistas, educacionais, migratórios, de transporte, de desenvolvimento econômico e outros que tendam a impulsionar a integração entre as comunidades de fronteira, com vistas à melhoria da qualidade de vida de suas populações.

Para a atuação da vertente internacional do PDFF, o Ministério da Integração Nacional, no âmbito da Secretaria de Programas Regionais, tem se articulado com o Ministério das Relações Exteriores. Busca a atuação conjunta, dentro do limite de sua competência, com o intuito de fortalecer o processo de disseminação de informações e encaminhamento das questões cuja definição dar-se-á em âmbito nacional.

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E RESULTADOS ESPERADOS DO PDFF

As desigualdades existentes ao longo da faixa são marcantes, assim como é o seu abandono histórico. A falta de infra-estrutura e dificuldades para a realização de ações integradas, assim como a otimização de bens e serviços têm sido, entre outros, motivadores da identificação desta faixa com uma agenda negativa. Sua diversidade cultural, econômica, social e natural também têm tido exploração negligenciada, e, em muitos caos, quando ela ocorre, dá-se por ações de pirataria, que naturalmente não vislumbram a sustentabilidade da utilização dos recursos existentes.

É levando em consideração o contexto macro político - em que se prioriza o combate à pobreza e às desigualdades diversas, o desenvolvimento humano, a competitividade do país aliada à responsabilida-

de social e a integração sul-americana, como estratégias de promoção de desenvolvimento sustentável - que o governo federal envida esforços voltados ao desenvolvimento da faixa de fronteira.

É com uma nova visão voltada à integração e ao desenvolvimento sustentável, que o PDFF passou por uma profunda mudança de valores, de estratégias e de formas de atuação, seguindo as orientações do Governo Federal, estipuladas pela nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. As referidas alterações ilustram não somente a retomada do planejamento estratégico no Brasil, como também a iniciativa de dar primazia tanto ao desenvolvimento regional quanto à integração com os Países da América do Sul.

Nesta nova conformação política em que o regional funciona como estratégia de desenvolvimento local, potencializando sua inserção competitiva global, o PDFF passa a defender o fortalecimento dos processos de mudanças a partir do estímulo à formação de redes de atores locais, fortalecendo de novos eixos dinâmicos da economia ao alcançar os seguintes resultados:

a) Estímulo a processos sub-regionais de desenvolvimento, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e para a integração da América do Sul.
b) A melhoria da governança e estímulo à participação da sociedade civil, envolvendo a articulação dos atores locais em torno de projetos de desenvolvimento na Faixa de Fronteira.
c) A estruturação e dinamização de Arranjos Produtivos Locais e transfronteiriços.
d) A promoção articulada da infra-estrutura econômica e social, associada às estratégias locais de desenvolvimento.
e) A melhoria das condições de cidadania da população da zona de fronteira.
f) A revisão do marco regulatório que possui impacto no desenvolvimento econômico da região e nas condições de cidadania.
g) Fortalecimento dos instrumentos supra-nacionais voltados à integração fronteiriça.

Utilizando-se dessas estratégias de aproveitamento das potencialidades sub e mesorregionais, norteadas por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional e o fortalecimento das relações inter-

nacionais, pretende-se resgatar parte da dívida social com a população fronteiriça e fortalecer a formação de uma agenda positiva, voltada para o desenvolvimento em bases integradas e sustentáveis.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira*. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Programa de desenvolvimento da faixa de fronteira*. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Plano plurianual 2004-2007*: mensagem presidencial. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*. Brasília, 2003.

BRASIL. Presidência da República. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, 2005.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M. . *Globalização & inovação localizada*. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

COBUCCIO, Bruno Luiz dos Santos. *Programa de trabalho do pdff para 2005 (vertente internacional)*. Brasília, 2005.

PARTE I

TERRITÓRIO, MOVIMENTO E DESENVOLVIMENTO

MIGRAÇÕES BRASILEIRAS NO PARAGUAI*

Marcial Antonio Riquelme, Ph.D.**

* Tradução de Iromar Maria Vilela

** Ph.D. em Sociologia da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara. Atualmente é professor de sociologia na Universidade do Estado de Kansas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho representa a primeira etapa de uma pesquisa mais ampla que se propõe analisar as causas e conseqüências dos fluxos migratórios brasileiros ao Paraguai.

É um tema que, por sua relevância, deveria ser abordado por pesquisadores dos dois países envolvidos para explorar de forma conjunta temas migratórios em ambos lados da fronteira como fazem os acadêmicos do México e Estados Unidos.

É importante combinar as visões para o estudo dos fatores que desencadearam os sucessivos fluxos migratórios do maior país, e um

dos mais desenvolvidos da América do Sul, para uma das nações mais fracas e atrasadas da região e as implicações sócio-demográficas, econômicas, políticas, de meio ambiente e culturais que sofrem com estes deslocamentos no país receptor.

Este artigo tem como objetivo caracterizar a diferença existente nas relações entre Paraguai e Brasil, principalmente, desde a década de 1970 até a atualidade. Essa diferença serviu como referência para o início do grandioso ingresso e do poderio econômico formado por um grupo de migrantes brasileiros que acomodam os enclaves da soja. O modelo agro-exportador baseado no cultivo e no comércio da soja, sem dúvida gerou divisas para o Paraguai e enriqueceu um grupo seleto de brasileiros e seus sócios paraguaios. Mas ao mesmo tempo, desarticulou a economia familiar rural; desencadeou migrações internas e saturou os mercados de trabalho urbano, aumentou os índices de pobreza e baixou os níveis de qualidade de vida em grande setores da população paraguaia. Da mesma maneira, acelerou o processo de devastação dos recursos naturais provocando danos à ecologia e ao meio ambiente.

Somente a partir do reconhecimento desta problemática será possível articular de ambos os lados da fronteira, tanto em nível estadual como federal, soluções direcionadas à correção das assimetrias existentes a fim de prosseguir com igualdade rumo a concretização dos postulados do MERCOSUL.

1 - ELEMENTOS TEÓRICOS E SUBSTANTIVOS DO MARCO ANALÍTICO PARA O ESTUDO DAS MIGRAÇÕES BRASILEIRAS AO PARAGUAI

As teorias mais difundidas sobre migrações internacionais possuem limites para a abordagem das causas e efeitos das migrações brasileiras no Paraguai. Por isso, tanto as teorias que

enfatizam variáveis estruturais (v. gr. economia política), como as que privilegiam ao migrante como unidade de análise, (v. gr. vertentes funcionalistas), tratam estes fenômenos de forma parcial, porque deixam de lado o estudo das relações entre variáveis histórico-estruturais, atitudes e comportamentos de grupos e individuais.

Por esse motivo, o marco analítico desta pesquisa inicia-se com a análise dos fatores histórico-estruturais, como a política econômica de modernização rural do Brasil, os tratados internacionais entre os regimes autoritários do Paraguai e do Brasil, para posteriormente estudar as interações entre imigrantes e a população local.

Uma breve revisão das políticas econômicas brasileiras direcionadas ao meio rural, indica que na década de 1950, foram criadas algumas instituições para a reestruturação da economia agrícola e a colonização de novas regiões. Os presidentes Vargas, Kubitscheck e Goulart deram impulso a programas regionais, entre estes, os destinados ao desenvolvimento da Amazônia Legal e do Nordeste. Durante o governo de Goulart, sancionaram-se leis para a assistência e proteção do trabalhador rural.

No entanto, tais medidas não afetaram o sistema de posse da terra. O Censo Agrícola de 1960 indicava que 1% dos estabelecimentos agrícolas absorvia 50% da área total dedicada à agricultura, enquanto que 50% das pequenas propriedades rurais ocupavam somente uma quarta parte dessa superfície (cfr. *Pastoral da terra*. São Paulo: Paulinas, 1977. p. 63).

Com o golpe militar de 1964, as políticas agrárias dos governos anteriores perderam sustentação; os movimentos dos trabalhadores rurais foram reprimidos e se estabeleceram as bases para as novas políticas econômicas, especialmente as que se referiam à modernização e à industrialização da produção agrícola.

As políticas implementadas pelos generais que governaram o Brasil (1964-1982) incluíam os seguintes pontos:

- Crédito e assistência técnica para os que já eram proprietários;

- Investimentos de capital externo;
- Ocupação, desenvolvimento e integração da Amazônia Legal ao país;
- Incorporação de novas áreas de produção;
- Translado e inserção de um excedente populacional, de quase dois milhões de nordestinos sem terra a Mato Grosso, Goiás e outras áreas de baixa densidade demográfica.

Essas políticas tinham como objetivo transformar a agricultura na base produtiva, ligada a um processo de industrialização dos produtos do meio rural, mas sem alterar os padrões existentes de posse da terra. Como disse John Wilkinson:

> *"a imagem dominante da modernização da agricultura, (brasileira) foi a de uma transformação induzida do latifúndio como uma alternativa à reforma agrária"*[1]

Para dar início ao esquema de modernização rural, o Brasil foi dividido em diferentes regiões, dentro das quais foram inseridos os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, fronteiriços com o Paraguai.

Com suas medidas econômicas, os governos militares incentivaram o estabelecimento de empresas agroindustriais de exportação de produtos cultivados, como a soja e o trigo, que requeriam grandes extensões de terra para garantir a rentabilidade dos seus investimentos, dando ênfase à 'competitividade' e a 'eficiência'.

Conseqüentemente, esse esquema de modernização significou a destruição da produção agrícola familiar destinada ao consumo interno. Em razão disso, os agricultores sem títulos de propriedade (posseiros) e os pequenos proprietários, com lotes menores que 50 hectares, foram absorvidos por empresas agrícolas brasileiras e multinacionais, que deram início a grandes investimentos, especialmente, no Centro Sul do país, nos estados fronteiriços com o Paraguai.

---

[1] WILKINSON, John. Regional Integration the Family Farming the Mercosul countries. In: GOODMAN, David, WATTS, Michael. *Globalizing Food*: Agrarian Questions and Global Restructuring. London: Routledge, 1997. p.38.

A referida reestruturação expandiu a fronteira agrícola e desencadeou fluxos migratórios em massa de brasileiros ao Paraguai. Incidiu também em um conjunto de fenômenos no país receptor, tais como a reestruturação agrícola, a formação de novos latifúndios, a aceleração da monocultura comercial da soja, o desemprego rural, a intensificação da migração interna rural-urbana e a degradação ambiental no Paraguai.

No Brasil, após consolidar-se um esquema de domínio interno, baseado na sintonia entre forças nacionais e internacionais e o regime *burocrático-autoritário*, iniciou-se um projeto geopolítico expansionista em direção ao Paraguai.

Por meio dos tratados de Itaipu (1973) e de "Aliança e cooperação" (1975), legitimou-se a concepção geopolítica das fronteiras vivas para a segurança nacional do Brasil.

Em contraposição, o regime "patrimonialista autoritário" do General Stroessner, não firmou as bases para a formação de um estado nacional e de uma burguesia que tivesse um projeto de desenvolvimento próprio.

O fato de levar a cabo tratados entre os governos do Brasil e do Paraguai – prejudiciais aos interesses deste último – foi facilitado pela desarticulação da oposição democrática e pelo mau funcionamento das instituições civis e militares, nas quais se trabalhava pouco, porém, ganhava-se muito.

As Forças Armadas do Paraguai renunciaram a sua missão institucional, o controle das fronteiras do país, participando da venda e colonização de terras.

Os fatores mencionados facilitaram a prática de uma política de "portas abertas" ao capital e mão de obra brasileira, cuja conseqüência mais significativa foi o ingresso sem registro de grande fluxo migratório do país vizinho.

Em suma, o marco analítico esboçado busca explicar as interrelações entre os fatores políticos, econômicos macro-estruturais e as

instituições, peças chaves, nas regiões do Brasil onde houve maior fluxo migratório.

Neste marco histórico e localizado regionalmente, serão analisados os processos que hoje estão alterando profundamente a economia, a demografia e o meio ambiente de um país, cuja população era majoritariamente rural até a década de 1980.

Para que o modelo analítico tenha um maior poder explicativo, aos fenômenos mencionados acrescenta-se a configuração de enclaves nas zonas fronteiriças com o Brasil, fragilmente conectados com o governo federal ou estadual, que incidem na diminuição da soberania paraguaia. Por essa razão, os conceitos soberania e enclave merecem um tratamento especial por sua relevância para a explicação do fenômeno migratório no Paraguai.

1.1 - O CONCEITO DE SOBERANIA

A soberania se refere à capacidade de decisão e gestão que um estado tem de levar adiante seus projetos e programas, sempre e quando os mesmos não afetem os direitos ou interesses de outras nações.

Alguns consideram que é irrelevante falar de soberania nesta etapa de crescente integração regional e globalização, devido entre outras razões, ao impulso de organismos supranacionais como a Organização Internacional do Comércio e ao protagonismo das *corporações* multinacionais, que desencadearam um processo de erosão dos cimentos do poder dos estados nacionais. Isto significaria que as *corporações* estariam substituindo os estados nas negociações internacionais. Por essas razões, a validade do paradigma *estado nação* com uma soberania irrestrita sobre o território e sua divisão sócio-política está sendo seriamente reconsiderada (PAPADEMETRIOU, WALLER MEYERS, LYNNE RIENNER, Londres, 2003).

Os partidários da globalização defendem a permeabilidade das fronteiras e a eliminação das barreiras impostas para legalizar o livre fluxo de bens e capitais. Essa perspectiva, que vigorou na última década, não está isenta de críticas. Em verdade, para alguns autores, a mudança do paradigma se orientaria não em direção da erosão dos cimentos do *estado*, mas rumo a uma maior exclusividade e controle do mesmo sobre seu território sócio-político. Apontam entre outros aspectos que mesmo que países altamente industrializados como os Estados Unidos apregoem as virtudes da globalização, na prática, continuam mantendo políticas que tendem ao fortalecimento de sua soberania territorial. Por isso, incrementam os investimentos de capital físico e político para lograr um maior grau de controle sobre os fluxos migratórios – legais ou ilegais – ou para controlar dentro de suas fronteiras, o acesso dos imigrantes aos serviços sociais, como educação e saúde. Assim, paralelamente à implementação do Tratado de Livre Comércio (TLC) ou NAFTA, que regulamenta as relações comerciais entre os Estados Unidos, Canadá e México, existe uma barreira cada vez mais fortalecida contra a livre circulação dos imigrantes, especialmente do México para os Estados Unidos. Esse e outros exemplos são utilizados pelos críticos da globalização para demonstrar que o estado não "está em retirada", mas pelo contrário. Os investimentos para um maior controle da fronteira mais parecem indicar que o *estado* está de volta e com força (ibid, p. 3).

Aderindo aos argumentos citados neste estudo, considera-se que o conceito de soberania continua sendo fundamental para entender o desenvolvimento de processos econômicos e sócio-demográficos, especialmente em regiões onde os estados pequenos e frágeis como o Paraguai, que sem ter se constituído plenamente em um estado nacional e sem ter exercido nunca o controle do seu amplo território fronteiriço, passou a tomar parte de um esquema de integração regional com os países maiores e mais desenvolvidos da região: a Argentina e o Brasil.

O ingresso do Paraguai ao MERCOSUL não trouxe até agora os benefícios econômicos esperados; ao contrário, trouxe preparado

um aprofundamento do processo de cessão da soberania em troca de uma retórica cooperação regional caracterizada por relações muito assimétricas entre seus membros.

Geralmente, ao falar de integração regional, tem-se em mente a União Européia, um pacto pelo qual seus integrantes aceitaram perder uma parte da sua soberania para ajustar uma entidade supranacional que combinasse elementos econômicos, geográficos, históricos e culturais que formam a identidade européia, mas sem que tal pacto implique que os países mais fracos renunciem a sua soberania e, muito menos, que sejam avassalados pelos estados mais desenvolvidos da União.

A conjuntura mundial impulsiona a formação de pactos regionais integradores que exige dos países a substituição da noção estática e onipotente de soberania por uma concepção mais dinâmica, com ênfase no componente de **reciprocidade**.

Esta pesquisa assume tal conceito de soberania para demonstrar empiricamente, entre outros objetivos, a ausência de reciprocidade nas relações profundamente assimétricas que unem, ou melhor, sujeitam o Paraguai ao Brasil.

O país vizinho continua pautando, em grande medida, suas relações exteriores no que se refere a política migratória e proteção de fronteira, com base no esquema clássico de *Estado Nação*, como ilustra claramente a detalhada legislação brasileira sobre estrangeiros, em especial a Lei de Fronteira nº 6.634 de 02/05/1979.

A diferença a que se faz alusão não é recente, mas adquiriu uma nova dimensão a partir da década de 1970, quando foi formalizada pelos generais Stroessner e Garrastazu Médici, com o tratado de Itaipu (1973), e posteriormente reforçada com o tratado de Amizade e Cooperação (1975) rubricado por Stroessner e Geisel.

Ainda que os fluxos migratórios brasileiros ao Paraguai já tivessem iniciado na década de 1960, os acordos acima mencionados deram um extraordinário impulso a tal migração e justificaram-se os investimentos do país vizinho, os quais se introduziram em diferentes setores

da economia paraguaia, como na agricultura comercial (concentrada na plantação de soja) e na pecuária. Esses investimentos somaram-se aos já existentes (banco, incluindo casas de câmbio, comércio, etc.) e chegaram a estabelecer controle sobre cada um dos setores mencionados.

1.2 - ENCLAVE

O expressado no tópico anterior faz referência ao outro conceito fundamental deste estudo: os enclaves econômicos, fundamentalmente brasileiros que concentrados nas regiões fronteiriças com o Brasil, têm pouca ou nenhuma conexão com o estado paraguaio tanto em nível federal, como estadual. Essa situação contribui para a diminuição da soberania paraguaia especialmente nas regiões de fronteiras com o Brasil.

O conceito de enclave vem sendo usado há décadas na América Latina e foi um componente importante da teoria da dependência formulada por Fernando Henrique Cardoso, assim como também de sua vertente anglo-saxônica, a teoria do "sistema mundial" ou "*world system theory*", de Immanuel Wallerstein.

Ainda que a avaliação destas teorias transcendem os objetivos do estudo, é conveniente destacar que a caracterização dos enclaves econômicos realizada por Cardoso, na década de 1970, segue constituindo um referente importante para o estudo deste fenômeno no Paraguai contemporâneo.

De forma resumida, para os teóricos da dependência, o enclave aparece na etapa de "desenvolvimento externo", na qual o setor exportador "enclavado"- na periferia – constituía uma prolongação direta da economia central.

As decisões relativas ao investimento e circulação do capital começavam e terminavam no *país central*, depois de passar pelo *país periférico*, onde somente ficavam as partes correspondentes aos impostos e salários do pessoal local.

O enclave está relacionado com o sistema de poder vigente na sociedade local, mas não necessariamente com o setor agrícola, de subsistência do mercado interno. (SOLARI, Aldo et al. *Teoria, Acción Social y Desarrollo en América Latina*. México: Siglo XXI, 1976. p.170).

Naturalmente, quando Cardoso teorizava sobre esses temas, Inglaterra e, posteriormente, os Estados Unidos eram os *países centrais*. Agora, trata-se de analisar um novo tipo de enclave formado pelos grupos mais prósperos de migrantes brasileiros no Paraguai.

Os enclaves desenvolveram-se em um espaço regional constituído por distritos paraguaios limítrofes ao Brasil. Essa proximidade espacial tem enormes implicações já que os enclaves econômicos afetam os componentes sócio-políticos e culturais das comunidades onde se assentam.

Nesse contexto vale a pena mencionar que existem distritos como *San Alberto* em *Alto Paraná*, onde a família Maia controlou durante anos a prefeitura local, assim como os distritos de Cedrales, Naranjal e Iruña, do mesmo estado altoparanaense, que também estiveram sob o controle de poderosos migrantes brasileiros.

2 - OBJETIVOS DO ESTUDO

Os objetivos gerais desta pesquisa são:

- Analisar os fatores externos e internos que impulsionaram as correntes migratórias brasileiras ao Paraguai;
- Estudar o processo de modernização e expansão agrícola avaliando a sua contribuição à economia do Paraguai.

Objetivos específicos

A partir dos objetivos gerais, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o conteúdo do Tratado de Cooperação de 1975, entre Paraguai e Brasil que legitimou a prática de uma política de "portas abertas" para a migração brasileira;
- Caracterizar os diferentes fluxos migratórios a partir de determinadas variáveis – lugar de origem – composição étnica, época de chegada e desempenho dos diferentes fluxos, ramo de atividade, situação migratória, e estimar seu volume atual, especialmente, nos municípios fronteiriços com o Brasil;
- Estimar o nível de concentração da propriedade rural e de outros meios produtivos em mãos de proprietários brasileiros nos municípios *selecionados*;
- Examinar o grau de poder econômico, político e social dos migrantes brasileiros em distritos onde constituem um segmento considerável da população;
- Determinar a existência de um processo de incorporação dos migrantes brasileiros às comunidades locais, explorando seu comportamento e atitudes em relação à população paraguaia;
- Explorar a relação entre a expansão das áreas de cultivo comercial da soja e o êxodo dos camponeses paraguaios em direção aos centros urbanos e metropolitanos do país;
- Documentar os efeitos do desmatamento e do uso de agrotóxicos no meio ambiente e nos assentamentos humanos associados ao cultivo comercial da soja;
- Analisar o grau de influência da migração brasileira no exercício da soberania paraguaia no território fronteiriço com o Brasil.

3 - BREVE NOTA METODOLÓGICA

O cumprimento dos objetivos gerais e específicos deste estudo requer uma combinação de técnicas e estratégias metodológicas, tais como, a análise dos materiais pré-existentes, etnopesquisas e pesquisas pontuais, entrevistas a informantes chaves, observação de comunidades e grupos em foco.

A pesquisa consta de duas partes:

A primeira prioriza a coleta e análise dos materiais pré-existentes, isto é, a informação contida nas pesquisas de lares e nos três últimos Censos Nacionais de População e Moradia, os tratados internacionais firmados pelos governos do Paraguai e Brasil; as leis migratórias – incluindo a que se refere à defesa da faixa de fronteira – bem como as políticas de desenvolvimento rural e as instituições criadas para tal.

Também serão analisados os materiais estatísticos, mapas e imagens provenientes de órgãos oficiais e não governamentais dedicados ao estudo da ecologia e meio ambiente, especialmente, os que se referem às taxas periódicas de desmatamento.

Por último, serão utilizadas fontes bibliográficas e periodísticas de origem nacional e estrangeira.

A segunda parte abarca trabalho de campo dentro das comunidades selecionadas e os estados fronteiriços com o Brasil: Alto Paraná, Canindeyú e outros pólos de atração de fluxos migratórios em estados não fronteiriços como Caaguazú[2].

A combinação de estratégias metodológicas e de técnicas de coleta e análise de dados fundada no marco analítico citado anteriormente, permitirá explorar as inter-relações entre os níveis macro, das causas e macro-micro, das conseqüências dos fluxos migratórios no Paraguai.

Atualmente, concluiu-se a coleta e parte das análises dos materiais pré existentes, no que se refere ao trabalho de campo – que está em sua fase inicial – conta-se com materiais de pesquisas e entrevistas realizadas detalhadamente em uma parte dos distritos selecionados nos estados fronteiriços (Alto Paraná e Canindeyú) e outro não fronteiriço, mas com uma forte corrente migratória brasileira (Caaguazú). Também se conta com algumas entrevistas de informantes chaves (v. gr. empresários locais, autoridades estaduais e munici-

---

[2] Este item da pesquisa está em sua primeira parte e para efeitos deste artigo serão examinados somente alguns dos objetivos específicos.

pais, militares ou forças policiais, funcionários de migrações, educadores e líderes religiosos das comunidades e um grupo de colonos brasileiros). No anexo deste trabalho, apresenta-se um breve resumo das entrevistas dos informantes chaves e de camponeses de um distrito de Caaguazú.

4 - REFERÊNCIA HISTÓRICA DAS MIGRAÇÕES NO BRASIL

Até a década de 1950, o Brasil incluía-se entre os países de imigração, estimando-se em mais de cinco milhões os imigrantes procedentes de países europeus e do Japão, que se assentaram especialmente no Sul e Sudeste do país (PATARRA, 1990). Até os finais de 1960, o Brasil se converteu em um país exportador de mão de obra. Por isso, com o início do "Projeto Brasil, Grande Potência", começa um processo de modernização da estrutura produtiva do país, que desencadeou diferentes fluxos migratórios internos e externos. Entre os primeiros se encontravam os camponeses, que como resultado da agressiva penetração do capitalismo no campo, sentiram-se forçados a migrar em direção às novas fronteiras agrícolas do país (Amazônia, Mato Grosso, Roraima, etc.).

Os fluxos migratórios eram compostos de pequenos proprietários arrendatários e posseiros, que se dirigiram a mais de uma dúzia de áreas rurais dos países limítrofes com o Brasil, especialmente em direção ao Paraguai (PATARRA, 1990).

Por último, profissionais e operários qualificados emigraram a Europa, Estados Unidos e Japão. A esse último país, foram quase exclusivamente os brasileiros de origem japonesa (SALES, 1990).

Curiosamente as maiores concentrações de brasileiros no exterior assentaram-se nos Estados Unidos, Paraguai e Japão (PATARRA, 1990; SALES, 1990).

5 - QUEM ERAM E QUANDO CHEGARAM OS IMIGRANTES BRASILEIROS

Trata-se de um grupo muito heterogêneo no que se refere a data de chegada, lugar de origem, diversidade étnica, ocupação e outras características sócio-econômicas.

Sem dúvida, os migrantes brasileiros constituem uma coletividade heterogênea composta de vários grupos diferenciados entre si por fatores étnicos, sócio-econômicos e culturais.

Ainda hoje, em vários distritos dos estados fronteiriços de Canindeyú e Alto Paraná existem pelo menos dois grupos claramente diferenciados:

1) os imigrantes pobres que antes de vir ao Paraguai não eram proprietários e que não puderam adquirir terras neste país. Eles eram provenientes do Nordeste e Norte do Brasil, (se bem que também existem imigrantes de origem européia – originários do sul do Brasil – neste grupo). Os imigrantes pobres estão inseridos como empregados agrícolas, funcionários de grandes propriedades rurais ou no setor terciário.

2) Os pequenos, médios agricultores e empresários agrícolas oriundos do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina são indiscutivelmente de origem européia (Alemães, Italianos, Polacos, etc.). Estes grupos, que trouxeram capital e implementos agrícolas foram muito privilegiados pelo regime de Stroessner e conseguiram ascender socialmente muito rapidamente dentro da estrutura de classe que se formava na nova sociedade rural da fronteira.

Quanto à data de chegada ao Paraguai, vários pesquisadores tanto brasileiros (SPRANDEL, 1992; 1998; WAGNER, 1990; CORTEZ, 1993; AMORIM, 1994), como paraguaios (FOGEL, 1990; GALEANO, 1994), pontuaram que o seu ingresso massivo ao Paraguai foi facilitado pelo trabalho de empresários e latifundiários do Brasil, que no princípio do regime Stronista (1954) adquiram grandes exten-

sões de terra para iniciar um processo de colonização com seus compatriotas.

Um desses pioneiros foi Geremias Lunardelli, que na década de 1950, já era proprietário de 500 mil hectares no Alto Paraná, Caaguazú e no que seria posteriormente o estado de Canindeyú. A aquisição se deu em condições pouco claras, garante a pesquisadora brasileira Cácia Cortez, que fala de uma concessão de terras feita por Stroessner a Lunardelli, conhecido então como "Rei do Café".

Outros grandes compradores ou concessionários brasileiros foram James Watts Longo, João Muxfeld, João Borba, Manuel Teixeira, Antonio Martins, Willy Ludecke e o Chanceler do Brasil, Mario Gibson Barbosa. Eles, juntamente, com outros importantes proprietários iniciaram entre 1960 e 1970, uma agressiva etapa de colonização privada que incluiu o desmatamento de montes virgens, medição dos lotes a ser vendidos e a contratação de pequenos produtores rurais. A pesquisadora brasileira Márcia Sprandel reporta que "os grandes proprietários brasileiros, donos de terras no Paraguai passaram a contratar famílias de pequenos produtores rurais, principalmente dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, que foram levados como arrendatários ao Paraguai... ali estas famílias desmataram e prepararam a terra para o plantio de pastos ou para a mecanização agrícola"[3].

6 - CARACTERIZAÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS BRASILEIROS

A migração brasileira diferencia-se dos demais grupos migratórios radicados no Paraguai por seu volume, densidade,

---

[3] SPRANDEL, Márcia Anita. *Brasiguaios*: Conflito e Identidade em Fronteiras Internacionais. Tese (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992. p. 28.

concentração geográfica e poderio econômico. Em alguns municípios fronteiriços, constituem mais de 70% da população (CENSO NACIONAL, 2002).

Nessas regiões configuraram-se verdadeiros enclaves econômicos e sócio-culturais, fracamente conectados com um débil estado nacional, que até a data não haviam posto em prática políticas migratórias para fazer frente a essa nova realidade demográfica[4].

Nesse contexto é importante destacar que a grande maioria dos migrantes brasileiros carecem de habilitação de documentação para o exercício de atividades econômicas no Paraguai.

Essa situação ilustra a fragilidade e ineficiência do estado nacional, situação que se agrava pela corrupção existente nas instituições encarregadas de controle migratório[5].

Apoiada nessa ausência de institucionalidade se gerou uma dupla prática frente a migração brasileira. Os imigrantes menos favorecidos vivem entre a ilegalidade e a permanente extorsão das autoridades paraguaias, tanto que quem detém um maior poder econômico paga somas muito elevadas para obtenção de seus documentos migratórios. Esse poderio econômico dos brasileiros para legalizar sua situação como migrantes, manifestou-se primeiramente nos departamentos fronteiriços, especialmente no Alto Paraná, Canindeyú e Amambay, estendeu-se, até o momento, a maior parte do território nacional. Atualmente, apenas três departamentos da região oriental – Central, Cordillera e Paraguari – e um departamento – Presidente Hayes – na região ocidental ainda não receberam fluxos migratórios do país vizinho.

---

[4] Deve-se assinalar que se completaram os documentos de políticas migratórias e de política de povoação, mas que as mesmas não foram implementadas. Por outro lado, ambas câmaras tinham aprovado uma lei de "faixa de fronteira" de 50 km na qual os estrangeiros não poderão adquirir bens imóveis. Essa lei não foi regulamentada ainda.

[5] É importante destacar que o atual titular da Diretoria de Migração (Lic. Carlos Lisseras) está concluindo um trabalho de reorganização e saneamento da instituição.

Em suma, as características mencionadas indicam que a migração brasileira constitui uma minoria heterogênea, quantitativamente numerosa e com forte peso econômico, que na maioria dos casos, entra no país sem documentos para dedicar-se principalmente às atividades agrícolas e, em menor escala, a trabalhos na pecuária e no comércio.

Geralmente, tais imigrantes são omissos às leis de proteção ambiental, não apresentam nenhum plano de investimento, utilizam-se de pouca ou nenhuma mão de obra local e acabam deslocando os pequenos produtores camponeses e trabalhadores do setor terciário em direção a saturadas áreas urbanas.

A política de "laissez faire" do estado paraguaio não mudou até a data e os conflitos estão cada vez maiores entre grupos de migrantes brasileiros, especialmente os cultivadores de soja e as organizações rurais do Paraguai. Além disso, muitos moradores do setor rural que moram em estados e distritos – não fronteiriços com o Brasil – (como em Caaguazú), são pressionados a vender suas terras, sejam documentadas ou não, aos cultivadores de soja.

7 - ANTECEDENTES E ESTIMATIVA DO VOLUME DA MIGRAÇÃO BRASILEIRA AO PARAGUAI

Existem algumas discrepâncias sobre a data em que se deu início os fluxos migratórios brasileiros ao Paraguai.

A maioria dos autores reconhecem que um importante movimento migratório de brasileiros ao Paraguai, começa em meados de 1960, com a construção da ponte sobre o Rio Paraná, e que o maior fluxo se deu, aproximadamente de 1970 a 1985 (PALAU, 1998; GALEANO, 1994) e afirmam que tal migração começou nos finais de 1950, e que o contingente mais numeroso começou a chegar a partir

dos finais de 1960. De acordo com Wagner (1990) a migração brasileira se inicia em 1959, e que em 1986 havia por volta de 350.000 colonos no Paraguai. Paralelamente, consigna o autor, em meados de 1980, iniciou-se um fluxo de retorno ao Brasil, pelos imigrantes que não tiveram sucesso no Paraguai e que receberam nome de "brasiguaios" no Brasil.

Em síntese, de acordo com a revisão bibliográfica e entrevistas com autores chaves, é possível afirmar que o processo de migração brasileira já dura mais de quatro décadas; constatando-se que os primeiros grupos chegaram no início de 1960; e que a partir daí, foram vários os fluxos migratórios, sendo que as mais intensas foram registradas entre 1970 e meados de 1980.

Nessa época, alguns contingentes de migrantes pobres iniciavam o retorno ao Brasil, ao mesmo tempo que outros, com maiores recursos, continuavam chegando ao Paraguai, mas em quantidades bem menores se comparadas aos primeiros fluxos.

Nos finais de 1990, aproximadamente, os colonos bem sucedidos já assentados no Paraguai, começaram a adquirir novas propriedades em zonas diferentes de seus assentamentos de origem. Formaram-se assim novos latifúndios – às custas das vendas feitas pelos pequenos camponeses paraguaios – em estados cada vez mais distantes da fronteira com o Brasil, como Caaguazú, Caazapá, San Pedro e Misiones.

Existe uma grande diversidade de opiniões sobre o volume da migração brasileira. Isso se reflete na grande diferença divulgada nos documentos oficiais do Paraguai (Censos Nacionais de Povoação e informes do Ministério do Interior) e as cifras de fontes oficiais e não governamentais do Brasil, bem como nos estudos realizados por pesquisadores de ambos países. Assim, enquanto o Censo de Povoação e Moradias (1992) registrava uma população de 108.528 brasileiros, o último Censo (2002), registra uma quantidade de 81.616, estimativas oficiais do Itamarati (Ministério de Relações Exteriores do Brasil) fei-

tas em diferentes épocas, oscilavam entre 350.000 e 500.000. Porta–vozes da Pastoral do Migrante de ambos países – que foram entrevistados em Julho de 2004 – calcularam em torno de 350.000 o número de imigrantes brasileiros no Paraguai.

Considerando-se ambas fontes (Embaixada Brasileira e Pastoral do Migrante), chama a atenção o fato de que a população brasileira no Paraguai tenha reduzido em 81.616, já que o número dos que retornaram ao Brasil não havia chegado a mais de 50.000 pessoas.

Como poderiam explicar uma diferença tão grande entre os dados do Censo Nacional e as estimativas da Pastoral e do próprio Itamarati?

A resposta requer a formulação de outras perguntas, entre estas: Como contabilizar os brasileiros?, Fala-se unicamente dos migrantes da primeira geração?, Quantas pessoas da segunda geração já são paraguaios e quantas estão registradas em ambos países?, Quantos imigrantes brasileiros sem documentos, dos distritos de fronteiras, atravessaram ao seu país no dia em que foi realizado o Censo?

Sem questionar a capacidade profissional dos que organizaram o último Censo, poderia-se afirmar que o volume dos migrantes brasileiros no Paraguai, somente poderá ser confirmado depois de um censo complementar que será realizado nos estados fronteiriços e em outras comunidades com importante fluxo de brasileiros.

No quadro que segue – elaborado com base no Censo de 2002 – é possível observar que ao introduzir a variável *idioma*, registra-se um número de 326.496 pessoas que declarou falar português. Essa última cifra se aproximaria à quantidade de brasileiros residentes no Paraguai, mas, sem dúvida, é necessário estudar com profundidade essa variável porque nem toda a população fronteiriça falante do idioma português é necessariamente brasileira.

População por Área do Estado que declarou falar português, Censo de Povoação e Moradia 2002.

Tabela 1

	AREA		Total
	Urbana	**Rural**	
Concepción	2.494	3.979	**6.473**
San Pedro	1.058	2.150	**3.208**
Cordillera	861	519	**1.380**
Guairá	1.010	462	**1.472**
Caaguazú	3.078	7.703	**10.781**
Caazapá	259	4.917	**5.176**
Itapúa	2.910	9.449	**12.359**
Misiones	860	156	**1.016**
Paraguarí	488	419	**907**
Alto Paraná	91.601	53.542	**145.143**
Central	24.836	1.135	**25.971**
Ñeembucu	285	34	**319**
Amambay	33.052	8.797	**41.849**
Canindeyú	14.969	25.989	**40.958**
Pdte. Hayes	263	294	**557**
Boquerón	857	253	**1.110**
Alto Paraguay	128	721	**849**
Asunción	26.968		**26.968**
Total	**205.977**	**120.519**	**326.496**

Contudo, quando se examina a variável *idioma* por distritos, adverte-se que nas áreas rurais dos distritos de Katuete e Nova Esperanza, em Canindeyú, mais de 70% da população residente fala português.

Ao situar-se as diferentes estimativas da população migrante brasileira em um contexto internacional de grandes fluxos migratórios, chama a atenção que as autoridades do Paraguai, como *país receptor*, não dêem tanta importância ao volume, concentração e condição legal dos imigrantes; tanto que as autoridades do Brasil, *país de origem*, tenham divulgado, em documentos oficiais, um número entre 3 e cinco vezes mais alto que o divulgado oficialmente no Paraguai.

As contradições entre as distintas fontes sobre o volume da migração brasileira tem sido apontadas em documentos da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e das Unidades Nacionais para Atividades de Povoação (UNFPA).

Tabela 2 - População que fala Português – Estado Canindeyú

Población que habla Portugués

Distritos	Población Total Distritos	Total				Urbana				Rural			
		Ambos sexos	Varón	Mujer	%	Ambos sexos	%	Varón	Mujer	Ambos sexos	%	Varón	Mujer
Salto de Guairá	11.430	6.758	3.587	3.171	59,1%	3.465	30,3%	1.738	1.727	3.293	28,8%	1.849	1.444
Corpus Christi	13.090	6.837	3.828	3.009	52,2%	949	7,2%	501	448	5.888	45%	3.327	2.561
Curuguaty	58.000	2.687	1.570	1.117	4,6%	761	1,3%	381	380	1.926	3,3%	1.189	737
Ygatimí	17.090	1.558	970	588	9,1%	525	3,1%	303	222	1.033	6%	667	366
Itanará	2.040	790	453	337	38,7%	141	6,9%	75	66	649	31,8%	378	271
Ypehú	5.870	1.237	680	557	21%	680	11,5%	348	332	557	9,5%	332	225
Gral. Francisco C. Alvarez	8.820	4.393	2.385	2.008	49,8%	1.196	13,5%	609	587	3.197	36,3%	1.776	1.421
Katueté	7.610	5.651	2.993	2.658	74,3%	2.680	35,3%	1.372	1.308	2.971	39%	1.621	1.350
La Paloma	6.450	3.938	2.036	1.902	61%	2.217	34,4%	1.103	1.114	1.721	26,7%	933	788
Nueva Esperanza	9.850	7.109	3.821	3.288	72,1%	2.355	24%	1.192	1.163	4.754	48,1%	2.629	2.125
TOTAL	**140.250**	**40.958**	**22.323**	**18.635**	**29,2%**	**14.969**	**10,7 %**	**7.622**	**7.347**	**25.989**	**18,5 %**	**14.701**	**11.288**

*Por lo menos dos municipios fronterisos de Canindeyú (Katueté, Nueva Esperanza) tienen más de 70% de población portugués hablante, según datos del Censo 2002
Tabla reelaborada por Marcial A. Riquelme

8 - OUTROS FATORES QUE DESENCADEARAM OS FLUXOS MIGRATÓRIOS BRASILEIROS AO PARAGUAI

Quando se fala de fatores desencadeantes das migrações brasileiras ao Paraguai, mencionam-se normalmente as políticas de modernização rural do Brasil, a inauguração da Ponte da Amizade (1966), a venda de terras férteis a preços irrisórios no Paraguai, entre outros.

Existem, no entanto, facetas não muito conhecidas que teriam estimulado os fluxos migratórios massivos de brasileiros com suas conseqüentes implicações para a soberania paraguaia que são ressaltadas neste apartado. Chama a atenção que até hoje, a incidência da migração brasileira na soberania paraguaia tenha sido mais discutida entre pesquisadores universitários e pela própria imprensa do Brasil, que no país receptor.

Assim, por exemplo, para vários pesquisadores brasileiros (WAGNER, 1990; SPRANDEL, 1992; CORTEZ, 1993, MOTTA MENEZES, 1990), o segundo fluxo massivo de migrantes brasileiros que se produziu na década de 1970, já estava enquadrado dentro da concepção geopolítica das "fronteiras vivas".

> "A emigração acelerada de brasileiros para a fronteira paraguaia favoreceu não somente uma estratégia expansionista dos militares, mas também a política submissa de Stroessner, que condicionou o desenvolvimento paraguaio ao Brasil em uma aliança política firmada através de vários acordos e tratados e penalizou a soberania do povo paraguaio[6]."

A venda massiva de terras paraguaias a colonos brasileiros inscreve-se no Tratado de Amizade e Cooperação firmado pelos generais Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner em dezembro de 1975. Vejamos algumas partes do mesmo:

---

[6] CORTEZ, Cácia. *Brasiguaios*. São Paulo: Agora, 1993. p. 23.

O art. XV refere-se a um plano de desenvolvimento da área do Alto Paraná, que deveria ser elaborado pelo Brasil. O "Plano" se referia à integração dos sistemas de transporte e comunicação dos dois países; mas curiosamente, não incluía somente o estado do Alto Paraná, mas também os estados de San Pedro, Concepción, Caaguazú, Guairá e Itapúa, este último, limítrofe com a Argentina. O "Plano" ultrapassava a superfície do estado do Alto Paraná, monopolizando uma superfície de 121.889 km2, ou seja, 33% do território paraguaio. A área, de acordo com o projeto, deveria ser povoada por 1.120.000 pessoas, ou seja, 45% de população paraguaia, mas, na região, na mesma época (1975) já residiam por volta de 40.000 brasileiros[7], "cujo número foi aumentando consideravelmente a cada ano, transformando a região em uma *'fronteira viva'* ao redor de Itaipu, cumprindo a estratégia de segurança do projeto traçada pelos militares[8]".

A noção de "fronteira viva" fez parte da doutrina da segurança nacional, inspirada na geopolítica brasileira. O General Meira Mattos, seguidor do renomado teórico brasileiro da doutrina de segurança nacional, Golbery do Couto e Silva, sustenta que:

> "as fronteiras vivas (ou de tensão, quando estão ligadas a interesses políticos, econômicos ou militares) estão submetidas à pressão do Estado mais poderoso. Esta pressão é sempre real e se faz sentir pela expansão cultural ou econômica tendendo a levar para o lado oposto a influência do lado mais forte. Nos períodos de tensão, essa pressão pode assumir caráter militar[9]".

9 - TENSÕES GERADAS COM O AVANÇO DAS "FRONTEIRAS VIVAS"

Durante o governo de Stroessner, os organismos de segurança paraguaia velavam pelos interesses dos mais for-

---

[7] MOTA MENEZES, Alfredo da. *La Herencia de Stroessner*.

[8] CORTEZ, Cácia. *Brasiguaios.* São Paulo: Agora, 1993. p. 35.

[9] CORTEZ, Cácia. *Brasiguaios.* São Paulo: Agora, 1993. p. 36- 37.

tes, entenda-se, os grandes proprietários, brasileiros e paraguaios. Entre estes últimos se encontravam oficiais das Forças Armadas que controlavam os mercados de terra nas áreas de colonização.

Os mais fracos eram os camponeses paraguaios e os "agregados" brasileiros, como se havia assinalado anteriormente, que acompanharam os primeiros colonos brasileiros para desmatar as terras virgens a fim de convertê-las em campos de cultivo.

Ao longo da década de 1970, no meio rural paraguaio, deram-se vários processos simultâneos de colonização de novas terras; repressão dos camponeses paraguaios em áreas já ocupadas e a expulsão de camponeses brasileiros pobres. De acordo com a pesquisadora brasileira Márcia Anita Sprandel:

> "No território paraguaio, registra-se, a partir de 1970, um processo violento de repressão às denominadas ligas agrárias, que se organizavam no país, com o apoio de segmentos da Igreja, desde 1960. Em 1971... o exército é mobilizado para despejar famílias de áreas de povoamentos antigos, tratando de desmobilizar uma organização que alcançava os estados de Caaguazú, Concepcion, Paraguari, Misiones, Amambay, San Pedro e Alto Paraná[10]"

Era a época em que o exército paraguaio atuava no marco da Doutrina da Segurança Nacional para manter-se a "paz social", contando com a colaboração dos militares brasileiros.

Sprandel afirma que a tensão social pela posse da terra na fronteira que divide o Paraguai do Brasil, de um e de outro lado da fronteira:

> "indicam que os conflitos de interesses nacionais militares e diplomáticos estão em segundo plano quando se trata da repressão às tentativas de mobilização política da população que transita localmente.
> Estas reciprocidades positivas entre militares brasileiros e paraguaios, nos anos de 1970, passavam também pela extensão de favores ilícitos na compra

---

[10] SPRANDEL, Márcia Anita. *Brasiguaios*: Conflito e Identidade em Fronteiras Internacionais. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992. p. 29.

> de terras e as companhias colonizadoras que comercializavam as terras da fronteira leste do Paraguai, tinham como proprietários autoridades militares e ainda diplomáticas dos dois países. Nessa região de fronteira político-administrativa entre Brasil e Paraguai surge formalmente o fenômeno dos brasiguaios[11]"

Os problemas da descontrolada migração brasileira cujas origens remontam à época dos regimes autoritários do Paraguai e do Brasil, longe de alcançar uma solução durante o processo de democratização, tenderam a piorar.

Com efeito, o Paraguai da década de 1970 abre sua nova fronteira agrícola para receber uma quantidade notável de agricultores brasileiros deslocados no processo de modernização agrícola do sul do Brasil. Três décadas mais tarde, a grande maioria de tais migrantes – especialmente os de origem européia – prosperou visivelmente, enquanto que os pequenos camponeses paraguaios, sem condições de concorrer e sem nenhum apoio oficial, foram vendendo suas propriedades e/ou possessões rurais (*derecheras*) e dado que não existem novas fronteiras agrícolas no país e muito menos indústrias que absorvam sua força de trabalho, passam a engrossar as filas do setor informal da Ciudad del Este, Coronel Oviedo e os conurbados do Departamento Central

Vale a pena ilustrar a correlação existente entre os distritos com crescimento negativo da população paraguaia e a alta porcentagem da migração brasileira. Desse modo, por exemplo, o estado de Canindeyú teve um crescimento negativo da população de 3,1% entre 1992 e 2002. Seus distritos de Salto de Guairá, General Francisco Caballero Alvarez, Katuete, La Paloma y Nueva Esperanza registram altas taxas de imigrantes brasileiros e altas porcentagens de crescimento negativo da população.

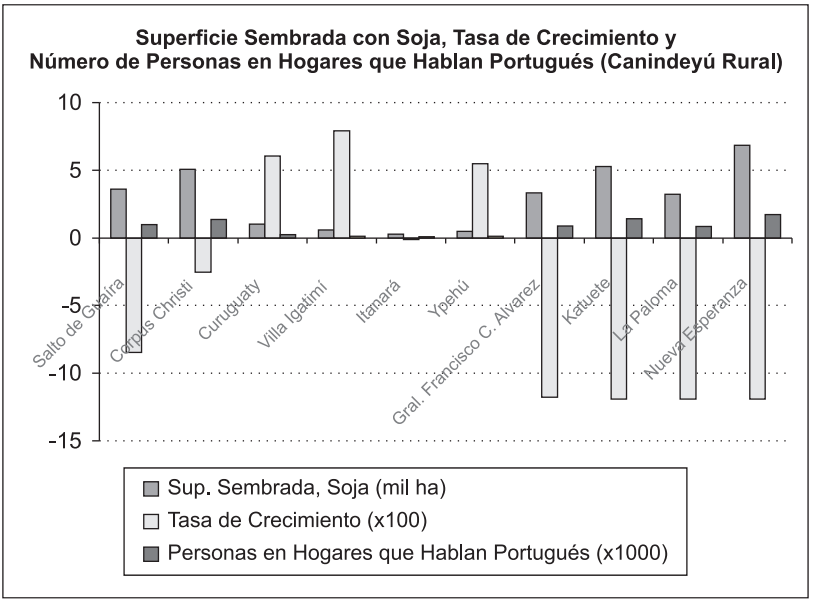
---

[11] SPRANDEL, Márcia Anita. *Brasiguaios:* Conflito e Identidade em Fronteiras Internacionais. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992. p. 31.

Igualmente, no estado do Alto Paraná registraram taxas de crescimento negativo nos distritos de Mbaracayu, San Alberto e Ñacunday.

Essas regiões receberam fluxos migratórios brasileiros e se poderia inferir que à medida que avança a mecanização da agricultura, os distritos rurais vão perdendo a população rural paraguaia.

Tabela 3



10 - MARCHA EM DIREÇÃO AO LESTE vs MARCHA EM DIREÇÃO AO OESTE

No início de 1960 implementou-se no Paraguai "a marcha em direção ao Leste" com o objetivo, entre outros, de dotar com terras os campesinos paraguaios da zona central do país. Juan Manuel Frutos, o ideólogo deste projeto, diz em seu livro *Con el Hombre y la Tierra hacia el Bienestar Rural:*

> "A marcha ao leste da Reforma Agrária abarca a extensa zona de Caaguazú e Alto Paraná, cuja superfície é de 21.613 e 20.246 quilômetros quadrados res-

pectivamente, maior que o de alguns países centroamericanos. São os maiores estados da Região Oriental cujas áreas florestais ultrapassam a 60% e 80% de suas correspondentes superfícies[12]".

Quase paralelamente a essa Marcha, em 1963, o governo paraguaio modificou o Estatuto Agrário, resgatando a proibição – estabelecida no Estatuto de 1940 – de vender terras a estrangeiros nas zonas fronteiriças. Com isso, abriu-se o caminho para a venda das terras mais férteis do país a brasileiros e corporações transnacionais. Recentemente em 2002, pela Lei 1963, restabeleceu-se a cidadania paraguaia como requisito para o recebimento de terras por parte do IBR (art. 16, beneficiários da Lei).

Outro fato relevante constituiu a violenta repressão às Ligas Agrárias – a partir de 1970 – o exército paraguaio foi mobilizado para a expulsão de camponeses proprietários de terras em áreas pretendidas por companhias colonizadoras brasileiras. Assim, por exemplo, em Yhu, estado de Caaguazú, soldados paraguaios queimaram as barracas e expulsaram de seus lotes umas 1300 famílias, confiscando suas terras. Grande parte das mesmas passou a ser propriedade de militares paraguaios que, por sua vez, venderam-nas, posteriormente, a empresários brasileiros e paraguaios.

É preciso pesquisar o que ocorreu com essas terras, bem como determinar a porcentagem de camponeses que participou da "Marcha em direção ao leste" e se fixou na região, e qual a porcentagem desses camponeses iniciou uma marcha de volta a suas antigas comunidades ou a zonas conurbadas do Departamento Central. Também é necessário precisar as razões pelas quais os camponeses venderam ou perderam a posse de suas terras, assim como, quem as compraram e se a venda foi ou não legal.

---

[12] Em uma publicação posterior apresentaremos a informação correspondente à superfície de florestas de tais estados que foram desmatados (ou transformada, na linguagem dos geógrafos) para o cultivo comercial da soja.

É importante pesquisar esses temas, pois, fala-se de duas marchas supostamente complementares entre si, uma do lado paraguaio “em direção ao leste” e outra no Brasil “em direção ao oeste”. Esta última iniciou-se há quatro décadas e ainda continua em movimento, desmatando florestas ou convertendo campos de pastagens de gado em plantações de soja; obtendo divisas, mas a um alto custo social para a população e comunidades paraguaias. Certamente, a marcha brasileira foi lucrativa para os imigrantes que trouxeram recursos para a compra de terras no Paraguai, **e naturalmente, para as companhias multinacionais associadas ao cultivo, tratamento, armazenamento e comercialização da soja.** Na coluna de ganhadores versus perdedores, eles se encontram entre os primeiros.

Na “Marcha para o leste”, também ouve ganhadores e perdedores. O grande número de camponeses sem terra, seus níveis de pobreza, a degradação de suas comunidades e de seus recursos naturais pelo uso indiscriminado de agrotóxicos que afetam sua saúde e de seus familiares, parecem indicar que uma vez mais a população rural paraguaia saiu perdendo[13].

A diferença entre a época em que formalmente iniciaram-se as marchas e a época atual, é que por um lado, o governo de Stroessner dispunha de terras fiscais para os seus programas de “bem estar rural”. O IBR entregou 11.883.262 hectares, ou seja, 29% da superfície total do país em hectares[14]. Atualmente, NÃO EXISTEM fronteiras agrícolas; as terras fiscais foram liquidadas e se chegou a situações alarmantes de desmatamento no período de mais ou menos três décadas[15].

---

[13] Segundo o Censo Nacional de Povoação e Moradia (2002), 43,3% da população paraguaia é rural.

[14] Informe apresentado pelo Deputado Efraín Alegre, Outubro, 2004.

[15] Segundo a Organización Guyra Paraguay, o devastamento da Região Oriental, na década de 1990, foi de 1.355.000 hectares.

Por outro lado, a reorganização e o combate aos movimentos camponeses faz supor que se o governo paraguaio não aborda seriamente a problemática agrária no país, estaria aproximando-se um período de aumento de enfrentamentos entre camponeses paraguaios organizados e proprietários brasileiros que até o presente têm o apoio das forças governamentais de repressão (nomeiam-se polícia, grupos especiais) e de grupos particulares armados que poderiam desafiar o monopólio estatal dos meios de violência.

11 - RECOMENDAÇÕES PARCIAIS

Com base no trabalho de pesquisa que está sendo desenvolvido sobre o tema, apresentam-se algumas recomendações que por falta de uma denominação mais apropriada poderiam chamar-se *parciais*, já que ainda não se dispõe de todos os elementos para a formulação das *recomendações definitivas*, que serão apresentadas ao final do projeto.

- Revisão do Tratado de Itaipu e de todos os acordos firmados entre o Brasil e o Paraguai que poderiam ser lesivos aos interesses desse último;
- Promulgação e regulamentação para que se coloque em prática a lei de proteção de uma faixa de 50 km ao longo das fronteiras nacionais;
- Realização de um censo nacional de imigrantes complementando com outras medidas de registros de entradas, saídas e residências de estrangeiros com a finalidade de conhecer com precisão seu volume e outras variáveis demográficas;
- Implementação de políticas orientadas ao estabelecimento dos camponeses paraguaios em suas comunidades de origem através de construções de caminhos definitivos; créditos e assistência técnica, programas descentralizados de saúde e educação; assessoria a novas formas associativas de produção,

comercialização e/ou industrialização de seus produtos, com vistas a frear seu êxodo em direção aos centros urbanos com mercados de trabalho saturados;

- Promulgação de uma política migratória internacional em um marco de acordo regionais de integração com base em critérios de reciprocidade;
- Implementação de um programa de integração jurídica, social e cultural dos imigrantes residentes no país com ênfase especial para os radicados em áreas de fronteiras;
- Fomento à imigração de pessoas que possam contribuir com seus investimentos e/ou conhecimentos técnicos ao desenvolvimento do país, desencorajando o ingresso de pessoas inadimplentes;
- Tornar clara a gestão das instituições encarregadas da migração internacional, incluindo a revisão de convênios de legalização de imigrantes não documentados, realizados sem a aprovação do Congresso Nacional.

BIBLIOGRAFIA

ADEPO/UNFPA. Congreso Paraguayo de Población. *La dinámica de la población*: desafios y estrategias frente a la pobreza. 1ed. Asunción: AGZ, 2004.

BASE INVESTIGACIONES SOCIALES. AMORIN SALIM, Celso. *Migración, Brasiguayos y MERCOSUR.* Documento de trabajo n. 63. Asunción, 1994. p. 28.

BASE INVESTIGACIONES SOCIALES. *Brasiguayos, Itaipu y MERCOSUR:* Memorias del VI Seminario Binacional sobre Brasiguayos. Documento de Trabajo n. 68. Asunción, 1995. p. 97.

BASE INVESTIGACIONES SOCIALES. VAN DER GLAS, Mariecke. *Respuesta de los agricultores a la degradación del suelo en áreas de colonización agrícola*. Documento de trabajo n. 88. Asunción, 1997. p. 27.

BERNAL, Mario, ORTIZ AÑES, Silvia, SORIA PIRIS, Eladio. *Frontera seca:* soberanía y descentralización transfronteriza. Asunción, 2002. p. 206.

BORDA, Dionisio, MASI, Fernando. *Economías Regionales y Desarrollo Territorial.* 2 ed. Asunción: QR Producciones Graficas, 2002. p. 438.

CENTRO DE ESTUDIOS MIGRATORIOS LATINOAMERICANOS. *Estudios migratorios latinoamericanos*. n.31. Buenos Aires, 1995. p. 796.

CENTRO DE ESTUDIOS MIGRATÓRIOS. *Migrantes*: éxodo forzado. 1ed. São Paulo: Paulinas, 1980. p. 107.

CIPAE. *La concentración de la tierra en los departamentos fronterizos*. Asunción, 1989.

CIPAE. *Los campesinos sin tierra en la frontera*. Asunción, 1990.

CNBB. *Migrações no Brasil*: um desafio a pastoral. São Paulo: Paulinas, 1987. p. 74.

CNBB. *Pastoral da terra*: posse e conflitos. São Paulo: Paulinas, 1977. p. 206.

COMITÉ DE IGLESIAS. Migración Brasileña al Alto Paraná: Canales de integración. *Cuaderno de investigación* n. 6. Asunción, 1981. p. 40.

CONSEJO DE LA DEFENSA NACIONAL. *Posibles escenarios de riesgo de colisión de intereses para nuestro país*. Grupo n.13. Asunción, 2002.

CORTEZ, Cacia. *Brasiguaios*. São Paulo: Agora, 1993. p. 218.

DE OLIVEIRA, Juarez. *Série Legislação Brasileira*: estrangeiro. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1985. p. 152.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. *Anuario estadístico del Paraguay 2001*. Fernando de la Mora, 2002. p. 333.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. *Censo Nacional de población y viviendas 1992*: Resumen. Asunción, 1994. p. 99.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. *Compendio estadístico 2001*. Fernando de la Mora, 2002. p. 95.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. *Paraguay:* Resultados Finales. Censo Nacional de Población y Viviendas. Año 2002. Fernando de la Mora, 2004.

EQUIPO NACIONAL DE LA PASTORAL SOCIAL. *Migrantes Brasileños en Paraguay:* Principales problemas y demandas. 1 ed. Asunción: Arte S.R.L. p. 120.

FEATHERSTONE, Allen M., CONFORTE, Daniel. *The Future of South American Agriculture.*

FELIU, Fernanda. *Canindeyu – Zona Alta*. Los Brasiguayos. 1ed. Asunción: Imprenta LEO S.R.L., 1999. p. 140.

FOGEL, Ramón. *Las luchas campesinas*. 1 ed. Asunción: Cromos S.R.L., 2001. p. 245.

FOGEL, Ramón. *La Concentración de la tierra en Departamentos Fronterizos*. 1 ed. Asunción, 1989.

FRUTOS, Juan Manuel. *Con el hombre y la tierra hacia el bienestar rural.* 1 ed. Asunción: Cromos S.R.L., 1982. p. 300.

GOODMAN, David, REDCLIF, Michael. *From Peasant to Proletarian.* Capitalist Development and Agrarian Transitions. Oxford: Basil Blackwell.

GOODMAN, David, WATTS, Michael. *Globalising Food*: Agrarian Questions and Global Restructuring. London: Routledge, 1997.

HERZOG, Lawrence. *Changing Boundaries in the Americas*. California, San Diego, 1992. p. 249.

INSTITUTO DE BIENESTAR RURAL. *Memorias:* 1968 – 1969 – 1970 – 1971. Asunción. p. 112.

INSTITUTO DE BIENESTAR RURAL. *Ley No. 1863/02: Que establece el Estatuto Agrario*. Asunción, 2002. p. 68.

INSTITUCIONES Y ACTORES DEL DESARROLLO Y territorial en el marco de la globalización. 1 ed. *Talcahuano*: Universidad del Bio – Bio, 1999. p. 386.

LAINO, Domingo. *Paraguay*: Fronteras y penetración brasileña. Asunción: Cerro Cora, 1977. p. 227.

LÓPES PATARRA, Neide. *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo, 1995. p. 207.

MOTA MENEZES, Alfredo da. *La Herencia de Stroessner*. 1ed. en Castellano. Carlos Schauman, editor. Asunción: Comuneros, 1990.

NERVI, Ariel, DIETZE, Ronaldo. *Negociaciones Internacionales en Agricultura*. Asunción, 2002. p. 295.

NICKSON, Andrew. *Brazilian Colonization of the Eastern Border Region of Paraguay*. Lat. Amer. Stud. 13, I. Gran Bretaña, 1981. p. 111-131.

PALAU VILADESAU, Tomas. *Informe sobre migración de colonos a Alto Paraná*. 1981. p. 32.

PALAU VILADESAU, Tomas, HEIKEL, Maria Victoria. (1987). *Los campesinos. El Estado y las empresas*: en la frontera agrícola. 1 ed. Asunción: Litocolor, 1987. p. 333.

PAPADEMETRIOU, Demetrios, MEYERS, Deborah Waller. *Caught in the Middle*. Carnegie Endowment for International Peace. Washington, D.C.

PARAGUAY. Ministerio de Relaciones Exteriores. *I Taller Interinstitucional sobre política Migratoria*. Asunción, 2002. p. 91.

SERVICIO PASTORAL DOS MIGRANTES. *O fenómeno migratorio no limiar do terceiro milenio*: desafios pastorais. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 368.

SMITH, Peter H. *The Challenge of Integration. Europe and the Americas*. North South Center, University of Miami, 1993.

SPENER, David et. al. *The U.S. – Mexico Border*. Transcending Divisions, Contesting Identities.

SPRANDEL, Marcia Anita. *Brasiguaios:* Conflito e Identidade em Fronteiras Internacionais. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidad Federal do Río de Janeiro, 1992.

SPRANDEL, Marcia Anita. *Brasiguaios:* os camponeses e as regras do jogo político nas fronteiras do cone sul. dez. 1991.

WAGNER, Carlos. *Brasiguaios*: homens sem pátria. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 86.

WILLIAMS, Gary, THOMPSON, Robert. *The Brazilian Soybean Industry*. Economic Structure and Policy Interventions. Washington, D.C., 1984.

ANEXOS

Anexo 1

LEI No. 6.634, DE 2 DE MAIO DE 1979.

Dispõe sobre a Faixa de Fronteira,
altera o Decreto – lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970,
e dá outras providências.

Regulamento

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1. – É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 Km. (cento e cinqüenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira.

Art. 2 – Salvo com o assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, será vedada, na Faixa de Fronteira, a prática dos atos referentes a:

I. Alienação e concessão de terras públicas, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação destinados à exploração de serviços de radiodifusão de sons ou radiodifusão de sons e imagens;

II. Construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso;

III. Estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional, assim relacionadas em decreto do Poder Executivo.

IV. Instalação de empresas que se dedicarem às seguintes atividades:

a. Pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, salvo aqueles de imediata aplicação na construção civil, assim classificados no Código de Mineração;

b. Colonização e loteamentos rurais;

V. Transações com imóvel rural, que impliquem a obtenção, por estrangeiro, do domínio, da posse ou de qualquer direito real sobre o imóvel;

VI. Participação, a qualquer titulo, de estrangeiro, pessoa natural ou jurídica, em pessoa jurídica que seja titular de direito real sobre imóvel rural;

1 – O assentimento prévio, a modificação ou a cassação das concessões ou autorizações serão formalizados em ato da Secretaria – Geral do Conselho de Segurança Nacional, em cada caso.

2 – Se o ato da Secretaria – Geral do Conselho de Segurança Nacional for denegatório ou implicar modificação ou cassação de atos anteriores, da decisão caberá recurso ao Presidente da República.

3 – Os pedidos de assentimento prévio serão instituídos com o parecer do órgão federal controlador da atividade, observada a legislação pertinente em cada caso.

Art. 3 – Na faixa de Fronteira, as empresas que se dedicarem às indústrias ou atividades previstas nos itens III e IV do artigo 2 deverão, obrigatoriamente, satisfazer as seguintes condições:

I – pelo menos 51% (cinqüenta e um por cento) do capital pertencer a brasileiros;

II – pelo menos 2/3 (dois terços) de trabalhadores serem brasileiros; e

III – caber a administração ou gerencia a maioria de brasileiros, assegurados a estes os poderes predominantes.

Parágrafo único – No caso de pessoa física ou empresa individual só a brasileiro será permitido o estabelecimento ou exploração das indústrias ou das atividades referidas neste artigo.

Art. 4 – As autoridades, entidades e serventuários públicos exigirão prova do assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional para prática de qualquer ato regulado por esta lei.

Parágrafo único – Os tabeliães e Oficiais do Registro de Imóveis, bem como os servidores das Juntas Comerciais, quando não derem fiel cumprimento ao disposto neste artigo, estarão sujeitos a multa de até 10% (dez por cento) sobre valor do negócio irregularmente realizado, independentemente das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 5 – As Juntas Comerciais não poderão arquivar ou registrar contrato social, estatuto ou ato constitutivo de sociedade, bem como suas eventuais alterações, quando contrariarem o disposto nesta Lei.

Art. 6 – Os atos previstos no artigo 2, quando praticados sem o prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional, serão nulos de pleno direito e sujeitarão os responsáveis a multa de até 20% (vinte por cento) do valor declarado do negócio irregularmente realizado.

Art. 7 – Competirá a Secretaria – Geral do Conselho de Segurança Nacional solicitar, dos órgãos competentes, a instauração de inquérito destinado a apurar as infrações às disposições desta Lei.

Art. 8 – A alienação e a concessão de terras públicas, na faixa de Fronteira, não poderão exceder de 3000 ha (três mil hectares), sendo consideradas como uma só unidade as alienações e concessões feitas a pessoas jurídicas que tenham administradores, ou detentores da maioria do capital comuns.

Anexo 2 - Resumen de respuestas de informantes claves

	Funcionario del IBR	Coronel en Servicio Activo	Diplomáticos brasileños	Funcionario de Migraciones
Se manejan distintas cifras sobre inmigrantes brasileños en el Paraguay. ¿Cuál es la cifra que ustedes manejan?	"Siempre se esta manejando en el entorno de 300, 350 mil, algunos hablan de mayor cantidad".	"No podría darle una cifra exacta, pero si le puedo garantizar que de un tiempo a esta parte se ha incrementado la cantidad de inmigrantes brasileños".	"Alrededor de 400.000 o aproximadamente el 8% de la población paraguaya. Hay muchos brasiguayos entre estos".	"Censo dice menos de 108 mil, el actual no tiene mucho mas, entre 160 y 170. Los brasileños manejan cifras que van entre los 400 a 500 mil. Radicados son 118 mil según nuestros datos".

	Diputado Nacional	Relaciones Exteriores	Coronel en Servicio Activo (FF.AA)	Intendente de ciudad fronteriza
¿Que opina usted acerca de la migración brasileña? Hay aspectos positivos y negativos?	"A mi no me preocupa la población brasileña asentada que es productiva. Lo que importa es que continúen llegando y que casi todos los negocios y tierras agrícolas pasen a sus manos".	"Es un problema y no se está tratando con seriedad este caso. El estado paraguayo debe asumir su posición de manejar el control político, social y jurídico de este tema".	"Tratándose de un lugar fronterizo, nos sentimos preocupados por la invasión de estas personas en nuestro país, están comprando conciencia y apoderándose de nuestro territorio".	"Preocupante son esta gente que tienen propiedades en la frontera, a pesar de que producen se llevan todo lo recaudado a Brasil".

Continua...

	Colono Brasileño	Relaciones Exteriores	Coronel en Servicio Activo (FF.AA)
Motivos de migración a Paraguay.	“Tierras fértiles, precio menor y un futuro promisor”.	“En la época de la dictadura militar; el Brasil estaba en una especie de quietud. Y la generación de los nuevos trabajadores brasileños querían, estabilidad y seguridad; y eso otorgaba la dictadura paraguaya; y no existe una legislación fronteriza”.	“Se habla de una intención de querer tomar prácticamente el país, se habla de una ingerencia política de Itamarati, a mi no me consta, pero podría ser el antecedente de una invasión prácticamente al país. Pienso que ha de haber algo de cierto en la ingerencia política brasileño”.

	Funcionario del IBR	Coronel en Servicio Activo (FF.AA)
¿Por que los campesinos venden sus tierras?	“No podemos decir que los campesinos venden porque no tienen infraestructura social; lo venden porque tienen una oferta interesante de dinero por parte de los extranjeros, naturalmente que se ven atraídos por el dinero que le ofrecen y esa es la razón. Otro fundamento por lo menos yo no encuentro, no se si existirá”.	“Es por la demanda de tierra que se esta teniendo ahora y los brasileños son los que tienen el dinero”.

Anexo 3 - Resumen de la Encuesta a Campesinos (Distritos de Vaquería y Raúl Arsenio Oviedo - Caaguazú) (n 30)

Escolaridad de los jefes de familia.		5,4 años de escolaridad.
Promedio de Ingreso mensual.		440.000 Gs/familia.
Promedio de Hectáreas de tierra.		9 (nueve) hectáreas/ familia
Productos más cultivados		Algodón, maíz, poroto, maní, mandioca, soja, batata.
Problemas causadas por el cultivo de soja	Problemas familiares	Enfermedades, especialmente de los niños. Desplazamiento de la familia. Falta de trabajo. Pérdida de animales domésticos. No se planta mas cultivo de autoconsumo.
	Problemas Comunidad	Desplazamiento de los pobladores (Desarraigo) Desentendimientos entre los pobladores Cierre de las escuelas y campos de deportes. Enfrentamiento continuo entre campesinos y cultivadores de soja.
	Problemas del Medio Ambiente	Destrucción del medio ambiente. Deforestación masiva. Contaminación de ríos, arroyos y fuentes de agua.
Causas de la venta de tierra de los campesinos a los sojeros.		Por la buena oferta por hectárea (entre 6 a 8 millones de guaraníes por ha). Porque los campesinos se encuentran en extrema pobreza, no existe apoyo del gobierno para el campesino. Buscan mejoría.
Promedio de año de residencia en sus comunidades.		De 19 a 22 años de antigüedad
Tienen alguna relación con los sojeros.		La relación entre los campesinos y sojeros es casi nula.
Porcentaje de “Derechera” y propiedad titulada.		70% “derechera”* 30% titulada.
Los productos que cultiva son:		Para consumo familiar y venta.
Cómo se puede solucionar los problemas?		Haciendo cumplir las leyes. Reforestación. Unidad en la comunidad.
Que hace las autoridades cuando hay enfrentamiento entre campesinos y sojeros (brasileños)?		No hacen absolutamente nada para los campesinos paraguayos. Favorecen a los sojeros.
Que solución ve para su familia?		Asistencia técnica permanente. Crédito. Apoyo del gobierno.
Que soluciones ve para su comunidad?		Entendimiento entre los pobladores. Organización. Que no se venda más la tierra. Reforma agraria.

* Posesión de un lote de IBR o INDERT que aun no ha sido titulado

O DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA: UMA PROPOSTA CONCEITUAL-METODOLÓGICA

Lia Machado[*]; Rogério Haesbaert[**]; *Leticia P. Ribeiro*[*]; *Rebeca Steiman*[*]; *Paulo Peiter*[*]; *André Novaes*[*]

[*] Grupo Retis de Pesquisa, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

[**] NUREG (Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização), Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF)

INTRODUÇÃO

A faixa de fronteira do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 150 km de largura (Lei nº. 6.634, de 2/05/1979), paralela à linha divisória terrestre do território nacional. A largura da faixa foi sendo modificada desde o século XIX por sucessivas Constituições Federais (1934; 1937; 1946) até a atual, que ratificou sua largura em 150 km. A preocupação com a segurança nacional, de onde emana a criação de um território especial ao longo do limite internacional continental do país, embora legítima, não tem sido acompanhada de uma política pública sistemática que atenda as especificidades regionais, nem do ponto de vista econô-

mico nem da cidadania fronteiriça. Motivos para isso não faltaram até o passado recente, como a baixa densidade demográfica, a "vocação atlântica" do país, as grandes distâncias e as dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios.

O momento atual apresenta novos condicionantes, perceptíveis em diversas escalas geográficas, que tornam imperativa a mudança de perspectiva do Estado nacional em relação à fronteira continental.

Nas escalas global e continental há um aprofundamento de dinâmicas que desafiam os sistemas tradicionais de controle territorial dos estados nacionais, em virtude de mudanças nas condições técnico-tecnológicas no campo da produção e troca de informações e da proliferação de estratégias e planos de ação de organismos internacionais e empresas transnacionais. Deve-se destacar também a disseminação de processos que exigem tratamento bilateral ou multilateral, como a implantação e desenvolvimento de agrupamentos funcionais dos Estados Nacionais (MERCOSUL, Comunidade Andina), a integração da malha viária sul-americana, a intensificação do tráfico de armas e drogas ilícitas na Zona de Fronteira e a expansão dos movimentos migratórios e pendulares na região. Os Estados encontram-se, portanto, diante da necessidade de ajustar suas políticas públicas à 'permeabilidade' das fronteiras e, ao mesmo tempo, fomentar a articulação da Faixa de Fronteira às outras regiões do país, diante do fato dela estar situada à frente do processo de integração sul-americana.

Nos âmbitos sub-nacional e local despontam sinais de insatisfação com o modelo tradicional de relações hierárquicas entre o estado/região (inferior) e o centro decisório nacional (superior), e que se expressa na faixa de fronteira pela crítica ao desconhecimento dos efeitos nestas escalas de decisões tomadas na esfera federal e ao não reconhecimento das especificidades territoriais dos municípios de fronteira.

Tendo em vista estes e outros condicionantes atuais, o Ministério da Integração Nacional escolheu a Faixa de Fronteira como Área Especial de Planejamento no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, com o intuito de promover políticas específicas de desenvolvimento regional para fazer frente aos problemas e desafios socioeconômicos, culturais, geoestratégicos e de interação transfronteiriça nessa área. Com o propósito de definir diretrizes, estratégias e instrumentos de ação para a reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, a Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional promoveu uma licitação aberta para selecionar a instituição encarregada de apresentar uma proposta sobre as bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a Faixa de Fronteira, tendo sido selecionado o Grupo Retis de Pesquisa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro[1].

O termo de referência do trabalho, definido pela própria Secretaria de Programas Regionais, abrangia os seguintes objetivos: 1) delimitar as especificidades socioeconômicas e culturais dos distintos subespaços territoriais da região da Faixa de Fronteira, desenvolvendo uma tipologia básica de subregiões; 2) indicar novas atividades produtivas com perfil industrial e potencial de implementação nas subregiões identificadas; (3) identificar os principais tipos de interação transfronteiriça e estimar seu potencial para o desenvolvimento econômico e da cidadania; (4) avaliar o marco legal vigente para a Faixa de Fronteira, indicando novas formas de atuação; (5) estudar *in loco* duas regiões diferenciadas da faixa, a Fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a Fronteira da Mesorregião do Alto Solimões com o Peru e a Colômbia; (6) elaborar uma agenda global de diretrizes, estratégias e ações para a reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

---

[1] Quaisquer comentários e conclusões contidas neste artigo são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a visão do Ministério da Integração Nacional.

Neste artigo apresentamos as bases conceituais e a proposta metodológica que norteou a elaboração do trabalho em questão[2]. Sendo o foco do trabalho a criação de uma nova base territorial para o Programa, a discussão sobre território, territorialidade e regionalização foi o ponto de partida para se chegar aos objetivos propostos. Como se trata de uma área de fronteira onde as relações com os países vizinhos são parte constitutivas da vida regional os elementos que serviram de base à construção de uma tipologia das interações transfronteiriças e cidades-gêmeas também foram aqui incluídos. O destaque dado às interações transfronteiriças decorre das conclusões alcançadas em pesquisas anteriores desenvolvidas pelo Grupo Retis acerca das relações do Brasil com países vizinhos da América do Sul e que resultaram na elaboração do *Atlas da Fronteira Continental do Brasil* (2001).[3]

BASES CONCEITUAIS

O enfoque geográfico do trabalho levou-nos a definir noções e conceitos que servissem como eixo teórico ao longo de todo o percurso – *território, territorialidade, rede, identidade, região, regionalização, faixa e zona de fronteira*. É importante destacar que não se constituíram em a priori para o desdobramento do trabalho ou em receitas genéricas a serem incorporadas pelos pesquisadores. Trata-se de fato de uma base conceitual que foi sendo repensada no decorrer da pesquisa e adaptada à realidade das fronteiras internacionais do Brasil.

A começar por uma concepção de ***território*** que rompe com a visão mais tradicional. Em vez do território reduzido a sua dimen-

---

[2] Os resultados completos da proposta apresentada ao Ministério da Integração Nacional encontram-se disponíveis no *site*: www.igeo.ufrj.br/gruporetis/programafronteira

[3] *site*: www.igeo.ufrj.br/fonteiras

são jurídico-administrativa, de áreas geográficas delimitadas e controladas pelo Estado, entende-se que o território é também produto de processos concomitantes de dominação ou apropriação do espaço físico por agentes não-estatais. Nota-se que os processos de controle (jurídico/político/administrativo), dominação (econômico-social) e apropriação (cultural-simbólica) do espaço geográfico nem sempre são coincidentes em seus limites e propósitos. Ademais, a territorialização desses processos se dá tanto de "cima para baixo" (a partir da ação intencional do Estado ou das grandes empresas, por exemplo) quanto de "baixo para cima" (através das práticas e da significação do espaço efetivamente vivido e representado pelas comunidades). É, portanto, o processo de territorialização como acima concebido, ou seja, filtrado pelos agentes sociais, que acaba por delinear o território por uso e posse, e não somente por determinação jurídico-administrativa.

A segunda noção que norteou o trabalho é a noção de ***territorialidade***. Os processos relacionados ao poder sobre territórios – o poder de afetar, influenciar, controlar o uso social do espaço físico – não criam homogeneidade ou uma qualidade única do território, nem mesmo, obrigatoriamente, geram um território, pois podem se "empilhar" tanto quanto articular-se em tensão constante ou gerar conflitos abertos. Ao contrário do território, que de alguma forma define "nós" e os "outros", "próprio" e o "não-próprio", ou seja, carrega um sentido de exclusividade, a territorialidade é um processo de caráter 'inclusivo', incorporando velhos e novos espaços de forma oportunista e/ou seletiva, não separando quem está 'dentro' de quem está 'fora'. Por isso mesmo, a territorialidade de algum elemento geográfico dificilmente coincide com os limites de um território, embora possa justificar a formação de novos territórios.

A terceira noção que norteou o trabalho é a de ***rede***. Embora com freqüência vista como modismo por setores da comunidade científica, ou mesmo pelos especialistas em marketing, a noção de rede é fundamental para o entendimento da organização da base produtiva e

sócio-cultural. É igualmente eficaz para eliminar do vocabulário do desenvolvimento econômico local e regional a infeliz noção de 'enclave'. Lugares e territórios cuja base produtiva se diferencia do entorno podem ser mais bem entendidos através da noção de rede. A vida das cidades da faixa de fronteira, por exemplo, não importa se situada ou não na divisória internacional, com freqüência depende mais de interações com espaços não-contíguos do que com o espaço adjacente. Também a ação institucional, qualquer que seja a escala de atuação, é praticamente impossível de ser gerida sem a organização em rede. Em suma, a organização territorial em rede ao englobar desde a rede urbana até redes decisórias, sociais, culturais, políticas, tem poder explicativo importante para a compreensão das territorialidades. É importante destacar ainda que nossa leitura de *rede* não a coloque num sentido contraposto ao do território, como ocorre entre alguns autores. A rede é concebida aqui como um componente fundamental na articulação e na desarticulação territorial. Os quadros abaixo contrapõem as alternativas propostas às alternativas comumente encontradas na bibliografia pertinente.

Quadro 1 - Conceitos – Território, Territorialidade e Rede

	Alternativa 1	**Alternativa Proposta**
Território	Dominação / Estado (jurídico – administrativo)	Controle e/ou Dominação e /ou Apropriação; Estado / comunidades (ação de exclusão).
Territorialidade	Qualidade geral do território (única)	Processos relacionados ao poder sobre o território (afetar, influenciar, controlar o uso social do espaço físico); 'empilhamento' e/ou articulação (ação de inclusão).
Relação Território – Rede	Oposição entre território (permanente, independente) e organização em rede (efêmera, dependente)	Relações de interdependência entre *redes* (transacionais, técnicas, sociais, informacionais) e *território* (complementares; superposição; hierarquia).

Por sua capacidade de mobilização das populações locais e por sua importância para a estratégia política desejada, a noção de **identidade** constituiu uma das noções básicas para a regionalização da faixa de fronteira. Embora o Brasil não tenha grandes conflitos em que a base cultural-identitária se coloque como questão central (à exceção da questão indígena, muito importante em áreas da faixa de fronteira), sem dúvida ela é uma das questões mais relevantes para qualquer ação política no nível transnacional. Em áreas de fronteira internacional como a que aqui está sendo focalizada, a relação com a 'alteridade', com o Outro, do outro lado da divisória, é decisiva na configuração das relações sociais como um todo.

Por mais que no senso comum se tenha uma concepção clara e definida de identidade, como se ela fosse 'natural' a um determinado grupo, deve-se partir do pressuposto de que a identidade cultural é uma ''construção' social-histórica – e, no nosso caso, também geográfica. Centralizada sobre a dimensão simbólica da realidade, ela está aberta a novas formulações e, para retomar a idéia de Hobsbawm e Ranger (2002), é possível de ser sempre "reinventada".

A construção e reconstrução de identidades não constituem um processo linear. Trata-se de um processo eivado de contradições e ambigüidades, os símbolos envolvidos nem sempre tendo a mesma eficácia. Altamente complexo, o jogo de identidades pode ser facilitado ou dificultado, de acordo com as condições sociais em que se dá. Nesse sentido, a presença de 'marcos' ou referenciais histórico-geográficos pode ser um fator decisivo na construção e reconstrução de identidades. No caso de processos de regionalização é de um tipo especifico de identidade que estaremos tratando, a *identidade territorial*, aquela identidade cultural que tem como base ou fundamento para sua elaboração a referência a um espaço ou território determinado, e que denominamos, retomando uma expressão de Bernard Poche (1983), de *espaço de referência identitária*.

Quadro 2 - Conceitos – Identidade

	Alternativa 1	**Alternativa da Proposta**
Identidade Social	Qualidade própria, singular, de um grupo social	Processo de identificação de um grupo em relação a referências gerais
Identidade Territorial	Identidade social definida por um território	Processo de identificação de um grupo com um território (proximidade, dependência) - *espaço de referência identitária*
Identidade regional	Identidade social definida por uma região	Processo de identificação de um grupo em que o espaço de referência identitária é uma região definida com relação a um poder centralizado
"Identidade Produtiva"	Vocação geográfica	"Imagem de marca"

Diante dessas conceituações de *território*, *territorialidade*, *rede* e *identidade*, a ***regionalização*** deve ser vista não só como instrumento analítico, e neste caso também político, instituído pelo investigador, mas como processo efetivo, forjado na própria ação dos indivíduos e comunidades que, conjugando múltiplos interesses, econômicos e políticos, e produzindo identificações sócio-culturais diversificadas, redesenham constantemente seus espaços. Daí a importância de se incluir o urbano, representado aqui pelas *cidades-gêmeas*, núcleos articuladores de redes (e sub-redes) locais, regionais, nacionais e transnacionais.

Se a regionalização é entendida de forma dinâmica e complexa, conjugando diversas territorialidades e conexões (em rede), além da interação de múltiplas densidades sociais e econômicas, é óbvio que o resultado aqui proposto, ao identificar sub-regiões *zonais* contínuas e contíguas no sentido mais tradicional de ***região***, atende, sobretudo, aos objetivos de planejamento. Deve ser interpretado como 'imagem' momentânea de uma realidade em constante movimento e, por isso, permanentemente aberta à transformação.

Quadro 3 - Conceitos – Região e Regionalização

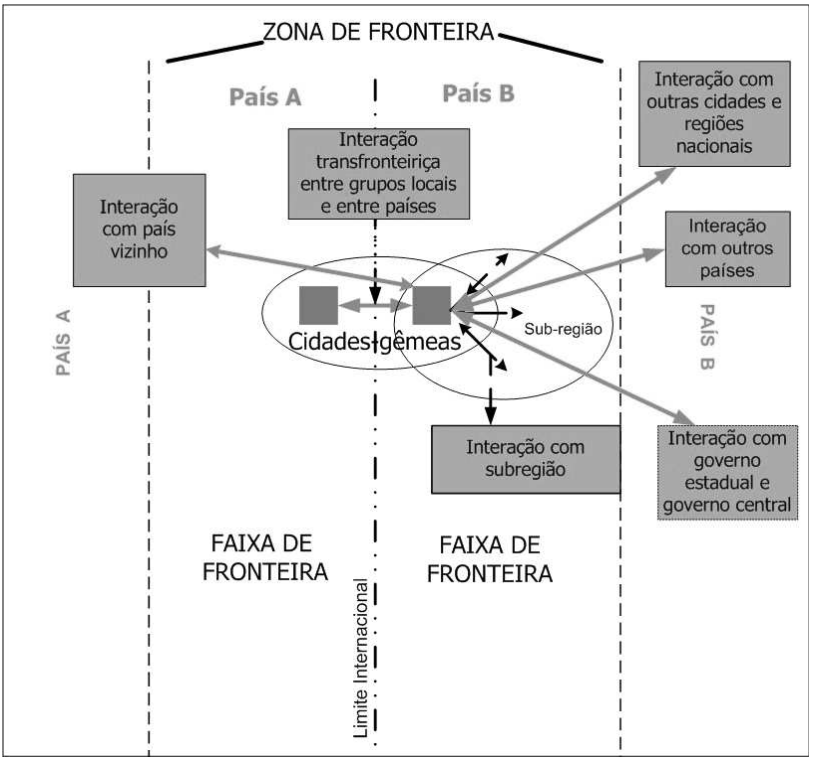
	Alternativa 1	**Alternativa da Proposta**
Região	Espaço dotado de coerência interna (critério(s) estabelecido(s) pelo pesquisador / planejador), 'sistema fechado'.	Espaço de coesão funcional (Santos) e político-simbólica (identitária), 'sistema aberto'.
Regionalização	"Dinâmica descendente" (modelo do pesquisador / planejador)	Ação negociada de criar recortes regionais, *modo concreto* (vivência) e/ou *abstrato* (pesquisador / planejador)

Finalmente, ao deslocar o enfoque de uma concepção 'linear', própria à noção de limite ou divisória internacional, para uma concepção de área ou região de fronteira, introduziu-se uma distinção muito relevante para este trabalho, entre **faixa** e **zona de fronteira**. Enquanto a faixa de fronteira constitui uma expressão *de jure*, associada aos limites territoriais do poder do Estado, o conceito de zona de fronteira aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, um espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialidade mais evoluída é a das cidades-gêmeas.

Produto de processos e interações econômicas, culturais e políticas, tanto espontâneas como promovidas, a *zona de fronteira* é o espaço-teste de políticas públicas de integração e cooperação, espaço-exemplo das diferenças de expectativas e transações do local e do internacional, e espaço-limite do desejo de homogeneizar a geografia dos Estados nacionais.

As noções de território, territorialidade, rede e zona de fronteira apontam para o caráter dinâmico dos processos sócio-espaciais e sugerem que uma das propriedades da região ou de uma sub-região, por mais que queiramos delimitá-la de modo a definir um território único, é a de ser um 'sistema aberto'. A troca de bens, energia, pessoas, informação com o ambiente 'externo' (o não-próprio à região) a torna su-

Quadro 4 - Conceitos – Faixa e Zona de Fronteira



jeita a mudanças e adaptações, inclusive de seus limites, quase sempre provisórios e definidos por objetivos determinados. Alguns indicadores e variáveis utilizados na elaboração da tipologia de sub-regiões da faixa de fronteira do Brasil têm a pretensão de iluminar diversas territorialidades, econômicas e culturais, que extrapolam limites territoriais bem definidos e mostram o caráter heterogêneo e territorialmente 'aberto' de cada sub-região.

CONCEPÇÃO DA BASE TERRITORIAL

Para a delimitação das sub-regiões partiu-se de dois grandes vetores analíticos. O primeiro vetor se refere ao

desenvolvimento econômico regional e o segundo à **identidade cultural**, ambos imprescindíveis na compreensão da organização sócio-territorial e na construção da cidadania na faixa fronteiriça do Brasil com países vizinhos sul-americanos. A natureza distinta de cada vetor exigiu a aplicação de critérios e escolha de variáveis diferenciadas.

O vetor desenvolvimento econômico regional

No caso do vetor desenvolvimento econômico, a regionalização apoiou-se na noção descritiva–operativa de "densidade" e no mapeamento de um conjunto de índices para avaliar a situação efetiva dos municípios, o potencial de desenvolvimento regional e seus gargalos, problematizando assim a situação interna ao território jurídico-administrativo.

A noção de "**densidade**" foi escolhida para descrever diferenças na incidência territorial de variáveis que medem o grau e o tipo de desenvolvimento econômico, de modo a subsidiar a delimitação das sub-regiões e estabelecer sua tipologia. A noção de densidade aponta para o fato de que o desenvolvimento se dá de forma desigual, tanto nos lugares como entre os lugares. Cada lugar ou local pode abrigar outros tipos de densidade que não só a econômico-produtiva, como é o caso da densidade social, cultural-simbólica e étnica. Essas últimas foram geralmente subestimadas pelas teorias clássicas de desenvolvimento por não ser imediatamente perceptível seu valor econômico. No entanto, em muitos lugares, é a interação entre atividades econômicas locais, tradições, crenças e costumes que gera e consolida na população local sentimentos de pertencimento e auto-estima, essenciais ao fortalecimento do senso de auto-organização, à emergência da inovação e ao incentivo a trocas e colaboração com o "não-próprio".

Em função dos objetivos do trabalho, maior peso foi dado à densidade econômica como elemento de diferenciação das sub-regiões zonais da faixa de fronteira. Os seguintes elementos geográfico-

econômicos compõem o cálculo da densidade econômica: 1) Base Produtiva Local; 2) Mercado de Trabalho; 3) Serviços à Produção; 4) Índice de Conectividade.

A agricultura, a pecuária, o extrativismo, a silvicultura e a indústria são os setores econômicos que compõem a **base produtiva local**. A distribuição da produção ao nível municipal para cada um destes setores define áreas com diferentes graus de especialização territorial em relação a certos produtos ou a certas combinações de produtos. No caso da Faixa de Fronteira brasileira – conforme demonstrado pelo mapeamento das variáveis – a lavoura temporária (e, em especial, a produção de grãos) é o setor produtivo com maior poder definidor de sub-regiões na base produtiva.

Em relação à agricultura foram consideradas tanto as lavouras temporárias e permanentes, em termos de: a) presença e ausência; b) valor total da produção; c) percentagem no valor total da produção; d) diversidade de produtos (valor acima de 1% do valor total da produção); em alguns casos, também foi considerada a área plantada.

Os dados sobre pecuária bovina e suína apresentam uma limitação, pois a pesquisa anual da Produção Pecuária Municipal (PPM)/ IBGE não registra o valor do rebanho, somente o número de cabeças. Os dados sobre o rebanho foram assim contabilizados, porém, para efeito do mapeamento, só foram considerados rebanhos com mais de 50.000 cabeças, no caso dos bovinos, e de 20.000 cabeças, no caso dos suínos. Tais limiares permitiram estimar seu peso na base produtiva local e identificar combinações locais com outros setores produtivos.

A extração vegetal é importante em termos de extensão territorial, principalmente nos municípios do Arco Norte (Amazônia). Na maior parte dos casos, o valor da produção é muito baixo, confirmando o caráter pouco produtivo e de baixa rentabilidade da atividade nos lugares onde ocorre. O produto extrativo vegetal de maior valor é a extração de madeira em tora e, em alguns casos, da lenha. Em

várias áreas, tanto a extração de madeira em tora e a lenha foram associadas a outros elementos da base produtiva, definindo combinações específicas. Devido ao fato de que alguns produtos vegetais extrativos, como a *hevea brasiliensis* e a castanha do Pará (*Bertholettia excelsa)* definem "identidades produtivas", ou mesmo a identidade cultural de certos lugares, e porque sua simples presença pode ser objeto de *arranjos produtivos* incentivados por políticas públicas, sua incidência territorial foi registrada na tipologia da base produtiva, a despeito do baixo valor.

No caso da indústria, os dados mais recentes disponíveis são bastante modestos, porém foram incorporados à tipologia por sua importância na agregação de valor à base produtiva local. O número de unidades locais industriais em cada município, fornecido pelo Cadastro Geral de Empresas (2001) foi a variável escolhida, especificamente a indústria de transformação, mesmo sabendo-se que esta categoria inclui desde indústrias tecnicamente sofisticadas até as ubíquas padarias. É importante notar que o levantamento do IBGE só considera as empresas registradas no Cadastro Geral dos Contribuintes (CGC), ou seja, as empresas formais. Tal restrição subestima o quadro real, como já criticado por especialistas e associações empresariais, pois existem pequenas e médias unidades locais industriais que "não existem" simplesmente por não estarem legalizadas, de acordo com os critérios da Receita Federal. Entretanto, estas empresas podem não apenas ser a fonte de novos *arranjos produtivos locais*, como de fato constituem arranjos espaciais emergentes em diversas áreas da faixa.

O vetor Densidade Econômica considerou também as características do **mercado de trabalho**. Pesquisas anteriores mostraram que, de forma similar ao resto do país, a faixa de fronteira apresenta com freqüência uma disjunção entre o valor da produção e a capacidade de gerar emprego e/ou renda nos lugares. Para estimar a situação geral desta categoria foram testadas diversas variáveis disponibilizadas pelo Censo Nacional de 2000 no intuito de definir as

principais características do mercado de trabalho em cada município. A PEA urbana e rural indica a condição de domicílio da população economicamente ativa empregada ou buscando trabalho no período de censo no município. O resultado foi relacionado ao tipo de atividade que efetivamente absorvia maior número de pessoas ocupadas em cada município, sendo essas atividades agregadas em grandes grupos (agricultura, indústria, serviços, comércio, administração pública). As combinações obtidas foram então cruzadas com a variável relativa ao pessoal ocupado, classificado por posição na ocupação. Esta variável permite distinguir aqueles que são empregados (com regime permanente ou temporário, formal ou informal) daqueles que trabalham por conta própria, ou que não são remunerados porque ajudam à família, ou que trabalhem apenas para o próprio consumo. Embora em princípio apenas a posição de empregado configure a existência de trabalho assalariado, a possibilidade real do indivíduo se deslocar de uma posição para outra, dependendo da necessidade e da oportunidade, sugere que todas as categorias sejam consideradas para a descrição da categoria "mercado de trabalho".

Complementando a análise da base produtiva e do mercado trabalho, foi estudada a concentração de **serviços à produção** ao nível municipal, tendo sido considerados como serviços mais importantes, crédito, acessibilidade a estabelecimentos de crédito e serviços gerais de apoio a empresas. Quatro variáveis foram selecionadas para medir a presença maior ou menor de serviços à produção: (a) número de agências bancárias; (b) número de unidades locais de intermediação financeira que não agências bancárias; (c) número de unidades locais especializadas em serviços às empresas; (d) operações de crédito (valor das transações).

É certo que nem todos os lugares dependem da presença desse tipo de infra-estrutura, uma vez que a proximidade geográfica ou o acesso aos centros regionais possibilita o atendimento no entorno. Acresce ainda que a dispersão espacial desses serviços tende a diminuir em áreas de expansão de grandes redes empresariais com sedes

distantes da região. Empresas, principalmente grandes empresas, buscam esses serviços em grandes centros metropolitanos com freqüência distantes dos lugares da produção ou do negócio. Mesmo assim, não só existe demanda por esses serviços em muitos lugares, como a presença deles confere prestígio ao lugar, principalmente nas sub-regiões onde esses serviços são mais raros. Os serviços à produção constituem um indicador da abrangência espacial do espaço-de-fluxos que se superpõem ao território. O espaço-de-fluxos interage com os lugares, mas não é definido pelos lugares que ocupa, obedecendo a dinâmicas concebidas em outras escalas e com freqüência movida por estratégias que escapam ao entendimento da população local.

Finalmente, ao cálculo da Densidade Econômica foi agregado o **índice de conectividade**, o qual estima a efetiva ou potencial interação intra-regional, inter-regional e internacional dos lugares. A conectividade tem efeito nas economias de escala para as atividades produtivas, principalmente quando destinadas à exportação. Nesses casos o efeito é positivo, de incentivo ao desenvolvimento das forças produtivas. A maior conectividade também é portadora de efeitos negativos potenciais, desde fonte de desigualdade regional até quebra das âncoras econômicas locais. Uma outra dimensão explicativa atribuída ao índice é a de chamar a atenção para os limites da noção difundida pelo novo regionalismo econômico, de que as regiões, principalmente as regiões marginalizadas, permanecem enraizadas na tradição e no paroquial. A cultura regional está sujeita à mobilidade espacial e ao híbrido cultural resultante da conectividade com outros lugares, seja através da imigração, da mídia, do consumo e da internet. No caso específico da fronteira, o híbrido cultural resultante das conexões e convivência com o "estrangeiro" exige o reconhecimento por parte do poder público de uma sociedade com características peculiares à situação de fronteira.

Para a elaboração do índice, foram cruzados dados sobre infraestrutura aeroportuária e conexões aéreas; densidade de estradas e telecomunicações (unidades locais de estação de rádio, domicílios com

linha telefônica, computador, televisão; acesso a serviços de comunicação por satélite e a cabo).

Como mencionado anteriormente, outras "densidades" foram analisadas e cotejadas ao mapeamento das variáveis que compõem a densidade econômica, com o intuito de medir o potencial das economias municipais e sub-regionais.

O peso para o desenvolvimento local e sub-regional da infraestrutura **técnico-tecnológica** foi descrito a partir das seguintes variáveis: (a) número de estabelecimentos de ensino médio; (b) número de estabelecimentos de ensino superior (público e privado); (c) estabelecimentos de educação profissional (do tipo CEFET e outros); (d) estabelecimentos de ensino técnico básico; (e) unidades de treinamento de mão de obra em área urbana; (f) unidades de treinamento de mão de obra rural.

Por outro lado, o desenvolvimento econômico local sustentável interage com as condições sociais. Para avaliar aqueles que têm as melhores e as piores condições sociais foi selecionado um grupo de variáveis julgadas representativas, tais como, população alfabetizada, ausência de pobreza extrema e saúde, agrupados sob o vetor **densidade social.**

O trabalho avaliou ainda a relevância da ação institucional em cada município, levando em consideração diversos tipos de agentes e níveis de governo (por exemplo, unidades de vigilância sanitária, unidades da polícia e da receita federal, unidades do exército, programas ativos federais, entre outros). Embora constitua um dos principais vetores deste trabalho, a avaliação da **densidade institucional** foi prejudicada pela dificuldade em obter várias informações relevantes. Para dar um quadro mais abrangente da ação institucional e de sua efetividade, faltaria incluir as organizações não governamentais, associações locais de diversos tipos, programas institucionais que efetivamente saíram do papel, e outras informações não disponíveis para todos os municípios, o que impossibilita seu mapeamento.

Às densidades acima descritas foram acrescentados dois índices, calculados a partir de conjuntos articulados de variáveis selecionadas, a saber, o Índice de Estabilidade Municipal e o Índice de Desequilíbrio Interno Local.

O **Índice de Estabilidade Municipal** resulta do cálculo de um conjunto de variáveis que descrevem processos evolutivos ao nível do município: 1) evolução do trabalho formal entre 1985-2001, 2) evolução do povoamento no decênio 1991-2000 (medida em termos do peso dos processos migratórios recentes e antigos na composição demográfica do município e das taxas de crescimento populacional total e urbano), e 3) evolução do Produto Interno Bruto no qüinqüênio 1991-1996.

A análise do conjunto de variáveis permitiu estimar qual o nível de estabilidade, se alto, médio ou baixo e ainda mapear três situações de dinâmica de povoamento: *afluxo em geral* (quando as taxas foram positivas para o urbano e o rural); *afluxo urbano* (quando a taxa de crescimento foi positiva apenas para o urbano); e *refluxo*, quando as taxas de crescimento populacional (total e urbana) foram negativas, indicando perda populacional.

A importância da consideração do nível de estabilidade decorre do fato de que os efeitos dos processos evolutivos podem afetar a capacidade produtiva e a organização do sistema territorial. Do ponto de vista da geografia do território, a estabilidade ou a instabilidade oriunda de processos evolutivos sinaliza quão forte ou fraca é a organização territorial em termos de sua capacidade de se adaptar às mudanças ou à ausência delas.

De forma complementar ao índice anterior, o **índice de desequilíbrio interno local** aponta para situações locais de concentração da propriedade fundiária e de concentração de renda. Quanto maior o índice de desequilíbrio maior o potencial de o lugar apresentar em algum momento problemas e conflitos de natureza econômica, social e política decorrentes da disparidade interna local. Foram escolhidos

como variáveis: 1) Índice de Gini – concentração de renda; 2) Índice de Gini – concentração fundiária, 3) Razão entre renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres.

O vetor Identidade Cultural

De forma genérica, analisamos a identidade cultural e, mais especificamente, a identidade territorial, a partir de três grandes conjuntos de informações, envolvendo:

a) o caráter qualitativo e simbólico da identidade, mas sem prescindir, no caso das identidades territoriais, de um referencial concreto, um espaço de referência identitária;

b) o caráter singular e contrastante da identidade, sempre definida na relação com a alteridade, com a diferença, e cuja singularidade em termos territoriais é definida cada vez menos pelo "homogêneo-único", mas pela especificidade da combinação de processos heterogêneos e/ou da conexão entre redes de distintas origens.

c) o caráter dinâmico ou "relativamente estável" da identidade territorial, sempre em processo (alguns preferem até utilizar o termo identificação no lugar de identidade) – tal como a territorialidade com fronteiras muito tênues e de mais difícil delimitação no espaço.

A partir dessas características gerais e dada a especificidade da questão cultural, mais do que com vetores analíticos em sentido estrito, como ocorreu com o vetor desenvolvimento econômico, trabalhamos com diversos indicadores de caráter mais qualitativo que quantitativo. Embora privilegiem a esfera simbólica, estes indicadores não ignoram a importância e a indissociabilidade das dimensões econômicas (o que inclui, por exemplo, a diferenciação econômica) e política (incluindo, por exemplo, as instituicões). Utilizamos assim os seguintes indicadores, agrupados em termos mais gerais em torno do tipo de

diferenciação a que se referem – geográfica, sócio-econômica ou cultural (em sentido estrito), às institucionalidades e à mobilidade da população:

1. *Diferenciação geográfica*: trata-se da construção de espaços de referência identitária. Distinguimos dois tipos, conforme a escala de relação entre espaço representado e representação do espaço: o primeiro, de relação mais direta, que denominamos *região-paisagem*, e o segundo, de relação indireta, que denominamos *paisagem-símbolo*. Não há dúvida que nos dois casos a paisagem aparece como um símbolo da identidade regional. Mas enquanto no primeiro caso ela se confunde com a própria área da região como um todo (o binômio rio-floresta estendido para toda a Amazônia), no segundo trata-se de uma paisagem específica que é transposta como símbolo de toda uma área (como o caso da estância latifundiária da Campanha Gaúcha para o Rio Grande do Sul como um todo).

2. *Diferenciação histórica*: referenciais históricos de identidade que levam em conta a maior ou menor "densidade" ou "carga" histórica de uma região, e que pode tecer estreitos vínculos com os referenciais geográficos (neste caso, "geo-históricos" anteriormente citados).

3. *Diferenciação Sócio-econômica*, em dois sentidos:

   i. Desigualdades Sociais: estipuladas com base em indicadores do vetor econômico e que podem interferir na maior ou menor coesão sócio-cultural de uma região.

   ii. Diferenciação econômica: especificidade regional capaz de fomentar uma identidade a partir de sua base produtiva.

4. *Diferenciação Cultural* (em sentido estrito)

   i. Composição étnica: obtida com base nos últimos dados censitários a nível municipal.

ii. Práticas religiosas: através de dados obtidos também com base nos últimos dados censitários a nível municipal.

iii. Outros elementos culturais, não quantificáveis: diferenças no linguajar, na culinária, no folclore e nas festividades regionais.

5. *'Institucionalidade'*: a influência das divisões institucionais, propostas ou efetivas, da administração, do Exército, da Igreja e outros órgãos, na configuração de identidades regionais.

6. *Mobilidade*: o peso das migrações na transformação – e no hibridismo – das identidades, quantificável através de dados censitários da origem e intensidade dos grupos migratórios.

Além da combinação dessas informações, que permitiu a identificação de (sub) regiões culturais ao longo da faixa de fronteira, foi extremamente importante o tratamento dos processos de identificação territorial, considerados em termos das interações transfronteiriças, pois elas são fundamentais para avaliar o maior ou menor hibridismo – e conseqüente integração cultural - dessas identidades em relação aos países vizinhos. No mundo interconectado em que vivemos muitas vezes é mais importante verificar o grau de abertura das relações culturais para outras dinâmicas identitárias, em outros espaços, do que seu aparente "fechamento" em termos de características próprias, singulares. Para além, portanto, dessas inúmeras diferenciações identitárias (sub-regionais), relativamente aglutinadoras, deve-se pensar também o potencial de que se dispõe a fim de fortalecer identidades efetivamente transfronteiriças.

Tipologia Básica das Subregiões

A partir do levantamento, mapeamento e análise dos principais vetores do Desenvolvimento Econômico e de dados e informações sobre a Identidade Cultural, foi possível propor a nova base territorial do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

Os estudos apontaram para a macrodivisão da Faixa de Fronteira em três grandes Arcos. O primeiro é o Arco Norte, compreendendo a faixa de fronteira dos estados do Amapá, Pará, Amazonas e os estados de Roraima e Acre (totalmente situados na faixa de fronteira). O segundo é o Arco Central, que constitui a faixa de fronteira dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O terceiro é o Arco Sul, que inclui a fronteira dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O segundo nível da base territorial é constituído pela divisão de cada Arco em sub-regiões (vide mapa a seguir), cada uma delas resultante da síntese da base produtiva com a identidade cultural. Se a análise das especializações produtivas (Base produtiva local) foi elemento essencial para a definição das sub-regiões, foi um elemento qualitativo do vetor Identidade Cultural que permitiu nomeá-las. Esse elemento, o *espaço de referência identitária*, sugere a importância para a formação da identidade regional das *regiões-paisagem* e das *paisagens-símbolos*. Tendo em vista as múltiplas e instáveis referências identitárias associadas à vida social e econômica coletiva e a maior estabilidade das *regiões-paisagem* como referência identitária dos habitantes de um território, foram estas que deram nome a cada sub-região.

UM MODELO PARA A CLASSIFICAÇÃO DAS INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

No campo das interações transfronteiriças, as situações de fronteira não são as mesmas ao longo do extenso limite internacional (continental) do país (15.700 km), não só devido às diferenças geográficas, mas também ao tratamento diferenciado que recebem dos órgãos de Estado e ao tipo de relação estabelecida com os povos vizinhos. Quanto a este último aspecto destaca-se a importância para a geografia da fronteira e para um novo Programa da Faixa

de Fronteira das cidades-gêmeas, lugares onde as simetrias e assimetrias entre sistemas territoriais nacionais são mais visíveis e que podem se tornar um dos alicerces da cooperação com os outros países da América do Sul e consolidação da cidadania.

Para a tipologia das interações transfronteiriças foram utilizados os modelos propostos pelo geógrafo francês Arnaud Cuisinier-Raynal (2001), com algumas adaptações necessárias ao caso brasileiro. Os mesmos modelos foram aplicados às cidades-gêmeas, embora essas cidades não sejam contempladas no trabalho de Cuisinier-Raynal, cujo enfoque se restringia ao limite político internacional. Embora as superposições de tipos de interação sejam mais comuns, é possível identificar 5 tipos dominantes: (1) margem; (2) zona-tampão; (3) frentes; (4) capilar; (5) sinapse.

Na **margem,** a população fronteiriça de cada lado do limite internacional mantém pouco contacto entre si, exceto de tipo familiar ou para modestas trocas comerciais. Apesar da vizinhança, as relações são mais fortes com o nacional de cada país do que entre si, ou seja, a primazia da dinâmica é local ou nacional.

As **zonas-tampão** constituem as zonas estratégicas onde o Estado central restringe ou interdita o acesso à faixa e zona de fronteira, criando parques naturais nacionais, áreas protegidas ou áreas de reserva, como é o caso das terras indígenas. Mesmo que em certos locais exista uma relação de tipo cultural ou de ordem comercial ou ainda uma combinação de ambos, a situação de bloqueio espaço-institucional promovida 'pelo alto' (governo central) pode criar uma dicotomia espacial com potencial de conflito entre o institucional e os nexos de deslocamento e expansão espontânea do povoamento no nível local.

O termo **frentes** é usualmente empregado para *frentes pioneiras*, nome proposto há mais de cinqüenta anos para caracterizar frentes de povoamento. No caso das interações fronteiriças, o modelo "frente" também designa outros tipos de dinâmicas espaciais, como a frente *cultural* (afinidades seletivas), *frente indígena* ou *frente militar*. A frente militar difere da frente pioneira (a pioneira pode ser

identificada como um tipo de frente cultural), os investimentos dos Estados atendo-se a ações fronteiriças somente na perspectiva tática (aeródromos, pista de helicópteros, etc.).

Existem processos diversos responsáveis por interações de tipo **capilar**. As interações podem se dar somente no nível local, como no caso das feiras, exemplo concreto de interação e integração fronteiriça espontânea. Também podem ocorrer através de trocas difusas entre vizinhos fronteiriços com limitadas redes de comunicação, ou ainda podem resultar de zonas de integração espontânea, em que o Estado pouco intervém, principalmente não patrocinando a construção de infra-estrutura de articulação transfronteira. A primazia é o local, antes de ser nacional ou bilateral, similar ao modelo sinaptico.

O modelo da **sinapse**, termo importado da biologia, se refere à presença de alto grau de troca entre as populações fronteiriças. Esse tipo de interação é ativamente apoiado pelos Estados contíguos que geralmente constroem, em certos lugares de comunicação e trânsito, infra-estrutura especializada e operacional de suporte, mecanismos de apoio ao intercâmbio e regulamentação de dinâmicas, principalmente mercantis. As cidades-gêmeas mais dinâmicas podem ser caracterizadas de acordo com este modelo. No caso da sinapse, os fluxos comerciais internacionais se justapõem aos locais.

MARCO LEGAL

Outra etapa do projeto, de natureza qualitativa, consistiu no levantamento e análise avaliativa dos marcos legais que interferem direta ou indiretamente na Faixa de Fronteira, e os principais acordos bilaterais vigentes com os países vizinhos. O material foi classificado de acordo com os temas principais identificados em trabalhos de campo e em estudos sobre a faixa de fronteira, sendo divididos em dois grandes grupos: os pertinentes à cidadania e os pertinentes ao desenvolvimento econômico regional.

O estudo permitiu a proposição de algumas mudanças e/ou criação de novas legislações a serem negociadas pelo Ministério da Integração Nacional com outros Ministérios e o Poder Legislativo.

ESTUDOS DE CASO

Com os propósitos de tornar mais concretas as propostas de diretrizes, estratégias e instrumentos de ação da Agenda Global, registrar demandas e potencialidades locais e testar a tipologia das subregiões, foram realizadas pesquisas de campo em duas áreas piloto da Faixa de Fronteira, previamente selecionadas pelo Ministério de Integração Nacional. A primeira, na mesorregião do Alto Solimões (fronteira com Peru e Colômbia) e a segunda, no Cone Sul-Mato-Grossense (fronteira com o Paraguai).

Apesar da escolha das áreas ter sido prévia à realização deste Projeto, confirmou-se seu acerto, devido a localização estratégica de ambas. Foram realizadas entrevistas individuais e encontros com grupos específicos, englobando prefeitos, secretários municipais, representantes da sociedade civil (comércio, indústria, serviços, profissionais liberais), representantes de movimentos sociais ligados a assentamentos rurais, e outras instituições. No caso do trabalho de campo em Mato Grosso do Sul, também foram entrevistadas representantes públicos (governadores, prefeitos, técnicos, consulado do Brasil) e representantes da sociedade civil do lado do Paraguai.

CONCLUSÃO

Este artigo propôs noções, conceitos e metodologia elaborados a partir de uma perspectiva geográfica e com a manifesta intenção de subsidiar políticas públicas, ou seja, de se aproximar dos fenômenos reais da área de fronteira. Existe o problema cen-

tral de que a informalidade deste 'modelo' torna difícil checar a completude lógica e a correção dos argumentos nele contidos. No entanto, o exercício e a disciplina de formalizar esses argumentos podem revelar muito sobre o que neles está incompleto ou problemático. Essa foi nossa intenção.

A história dos territórios sul-americanos tem sido turbulenta, suas populações estando com freqüência sujeitas a novos desafios sem ter solucionado ainda os antigos. Um dos desafios que de novo está sobre a mesa de negociações dos governos e nas estratégias de movimentos sociais e empresas é estimular as interações entre os povos do continente sul-americano, direcionando-as não no sentido negativo de ser "contra" outros povos e sim na positividade do amadurecimento político de seus habitantes. Esse é nosso desejo.

BIBLIOGRAFIA

ALLEN, John et al. (eds). *Rethinking the Region*. Londres: Routledge, 1998.

CUISINIER-RAYNAL, Armand. La Frontière au Pérou entre fronts et synapses. *L'Espace Géographique* 3: 213-229, 2001

GANSTER, Paul et al. (eds.) *Border and Border Regions in Europe and North America*. San Diego: San Diego State University, 1997.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

————. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, R., ROSENDHAL, Z. (orgs.) *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence. (org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. (trad. bras.)

IBGE. *Atlas Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

MACHADO, Lia O., Grupo Retis de Pesquisa. *Terra Limitanea.* Atlas da Fronteira Continental do Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

POCHE, Bernard. La région comme espace de référence identitaire. *Espaces et Sociétés* 42: 3-12, 1983.

RIBEIRO, Letícia P. *Interações Espaciais na Fronteira Brasil-Paraguai:* as cidades gêmeas Foz de Iguaçu e Ciudad del Este. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2001.

SALES, Teresa. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. *Revista Brasileira de Estudos de População* 13, 1997.

SEJAS, Lidia. *Condicionantes territoriales en la integración fronteriza con los países vecinos*. Programa de Integración Latinoamericana –Consejo Federal de Inversiones. Buenos Aires, feb. 2003. (www.amersur.or.ar/integ/espacios territoriales)

STEIMAN, Rebeca. *A Geografia das Cidades de Fronteira*: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia*)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2002. (www.igeo.ufrj.br/fronteiras)

LAS REGIONES DE FRONTERA: ESPACIOS COMPLEJOS DE LA RESISTENCIA GLOBAL

Roberto Carlos Abinzano*

* Universidad Nacional de Misiones.

Las fronteras son los confines de un ente, sus manifestaciones, simbolizaciones o materializaciones extremas. Pero, cuando se trata de sociedades, solo encontramos algo parecido (y solo parecido) en las ***líneas de frontera***, aquellas zonas convencionales referidas siempre a un espacio definido, establecido por los estados naciones u otras formas de organización política según normas de derecho internacional público.

Las líneas de frontera son los enclaves de las instituciones especializadas en el control de los flujos que la atraviesan: personas, mercancías, mensajes, etc. y son, con diferentes nombres, según los países: aduanas, oficinas de

migraciones, fuerzas armadas y de seguridad, sanidad, etc. En este trabajo no nos referimos, sino en forma secundaria a las fronteras interiores o frentes de expansión ni a otras acepciones o utilizaciones metafóricas de este termino.

De manera que, las fronteras, entendidas como líneas geopolíticos consagradas en tratados, son realidades concretas, ancladas territorialmente, definidas de manera compleja y sutil por las leyes y constituciones respectivas.

Y a esa juricidad de base debe agregarse la que corresponde a cada institución situada en la línea; complicadas reglas que se superponen, se mezclan y se contradicen y que responden a épocas diferentes de las relaciones entre los países.

Hay otra forma de concebir la frontera y es como una región: ***la región de fronteras***. Se trata de un conjunto de múltiples relaciones económicas, sociales, políticas, laborales, culturales, personales, etc. que se establecen en un espacio transnacional en el cual *las líneas de frontera quedan contenidas en su interior*.

Las regiones son espacios determinados arbitrariamente según exigencias metodológicas específicas. Pero, en este caso no se trata de regiones geográficas sino de espacios humanizados, donde lo que importa son las relaciones entre personas y colectivos sociales. Siguiendo al geógrafo brasileño Milton Santos estamos hablando de "formaciones socioeconómicas espaciales" ya que la abstracción propia del concepto de modo de producción debe materializarse en espacios y tiempos concretos cuando operamos a escala de las formaciones sociales históricas y las investigaciones empíricas. Las formaciones socio espaciales pueden metodológicamente hacerse corresponder con naciones, pero en este caso se trata de procesos transnacionales y como tal deben estudiarse.

Dos sociedades que habitan a ambos lados de una línea de frontera y que interactúan de diversas formas marcan con sus praxis los límites socio antropológico de la región de frontera. Y en esa praxis

generan construcciones simbólicas y representaciones colectivas que son consubstánciales con el proceso dialéctico de las acciones y las ideologías de las sociedades fronterizas y los hombres de la frontera. Porque las sociedades de frontera poseen una *especificidad* innegable. Son los agentes sociales quienes construyen su escenario de interacciones dentro de los limites fijados objetivamente por sus especializaciones productivas y laborales, y por muchos otros factores que combina determinaciones locales, regionales mas amplias, nacionales e incluso internacionales de gran escala. Lo importante es el núcleo mas denso y significativo de estas interacciones que se manifiestan en forma de redes dinámicas y procesuales para cuyo estudio es necesario apelar a metodologías que den cuenta de la complejidad y el dinamismo que las constituye.

Insistiremos en un punto en el que hemos enfatizado en muchas publicaciones anteriores. La región se define principalmente por su núcleo central; el mas denso tejido de las múltiples relaciones especializadas sin importar tanto sus bordes o limites exteriores ya que muchísimas variables presentes en la región de frontera –como queda dicho- transregionales, nacionales, estaduales, provinciales, departamentales o internacionales

Existen sin duda tantas variaciones y casos específicos de fronteras que estas afirmaciones poseen un carácter excesivamente general, pero se refieren fundamentalmente a las fronteras de América Latina que fueron establecidas durante procesos históricos en los cuales, las líneas de frontera se establecieron por medio de guerras o negociaciones en las que pueblos históricamente uniformes fueron repartidos en distintas soberanías o jurisdicciones sin tener en cuenta esa historia común, la homogeneidad cultural o las múltiples actividades compartidas. Los ejemplos serían innumerables.

El concepto de frontera ha sido utilizado como metáfora de muy diversas formas. Por lo tanto en cada caso debemos explicitar el sentido contextual con el que estamos operando. En este artículo nos referimos a líneas de frontera y regiones de frontera en sentido ya

definido. Ahora bien, es necesario insistir que la región de frontera es un espacio determinado por las acciones humanas y no por sus propias características físicas, pero también, es imprescindible tener en cuenta todas las características físicas del medio ambiente, la topografía, los recursos naturales, el clima, etc. y las infraestructuras disponibles como caminos, transportes, comunicaciones, puentes, etc.

Las condiciones geográficas forman una parte importante en las determinaciones de las praxis sociales. Pero, las fronteras –ya sean líneas o regiones- no poseen un carácter sustantivo o esencialista desde el punto de vista de dichas praxis. Hay acciones humanas y orientaciones ideológicas jugando dialécticamente en el tiempo porque las regiones de frontera son el escenario de relaciones sociales fundamentalmente dinámicas. Y, por otra parte, las líneas de frontera que aparecen como la variable más rígida *dentro* la región de fronteras está permanentemente adaptándose a los cambios nacionales o globales potenciados actualmente por el proceso de integración.

Cuando en nuestro trabajo hemos hablado de una situación de fronteras nos referimos al estado de las relaciones transnacionales de la región de frontera en un momento dado. Estas descripciones sincrónicas son las que nos permiten comparar situaciones de frontera contemporáneas -similares o diferentes- y al mismo tiempo nos permiten construir secuencias de cambio para comprender los procesos adaptativos y sobre todo los *procesos emergentes*.

Precisamente, este ha sido un concepto *clave* para investigar el impacto de la integración en las regiones de frontera y cualquier otro tipo de impacto anterior o posterior. Los procesos emergentes se caracterizan porque sus propiedades no pueden deducirse simplemente de situaciones anteriores, no están prefigurados explícitamente. La realidad social so sigue una trayectoria que pueda explicarse mediante modelos lineales; debe apelar a modelos no lineales. Cuando las realidades son de gran complejidad es necesario construir modelos complejos no lineales. Por ejemplo: ¿cómo se constituyen y conforman redes de relaciones a través de la línea de frontera? ¿cuales son los

nodos de estas redes que poseen la mayor cantidad de segmentos conectivos?, ¿cuáles pueden ser las prácticas y acciones a desarrollar por estos conjuntos heterogéneos y en formación?, ¿cómo se relaciones entre si, formando nuevas redes de creciente complejidad unas redes con otras?, etc.

Para poner un ejemplo que seguramente excita nuestro interés pensemos en la llamada Triple Frontera. Los medios masivos de comunicación mundial intentan en este momento mostrar una zona restringida a tres ciudades situadas sobre las líneas de frontera donde ocurren toda clase de actividades ilícitas o al menos sospechosas. Pero una visión seria de la actual *situación* de frontera citada pueda contrarrestar semejante distorción de los hechos.

Si pensamos en la triple frontera como una región, lo primero que observamos es que en ella habitan *pueblos que están con contacto desde hace siglos*. Han compartido una dilatada historia que conoció tiempos de guerra y de paz desde la época colonial. La cultura de estos pueblos, es en muchos aspectos homogénea o, por lo menos, fácilmente "traducible" de unos grupos a otros, de unas personas a otras. Esta historia común forma parte de la conciencia histórica regional que, obviamente, está plagada de contradicciones porque, en tantos segmentos de naciones diferentes y al menos oficialmente, por medio de la escolaridad y otros medios, las versiones de dicha historia en cada país responden a la idea de confrontación, separación, de construcción de identidades en oposición y de reafirmación nacionalista. Pero, es indiscutible que más allá de estas construcciones ideológicas los hechos a los cuales estas historiografías se refieren son los mismos y existen muchos procesos que poseen visiones similares y compartidas. De todas maneras esta es una tarea que ya ha comenzado en los encuentros entre científicos sociales de la región de frontera que han avanzado notablemente en su comunicación y replanteo revisionista. Estas redes de intelectuales, científicos y docentes, quiza por la índole de sus actividades constituyen uno de los fenómenos emergentes que hace unos años nadie hubiera previsto.

Hoy es inadmisible investigar sobre la región sin integrar todas las perspectivas y sin tener en cuenta a los que están trabajando “desde el otro lado”. Este salto de las líneas de frontera constituyó un salto mental. ¡pensar que estudiábamos la historia de los fragmentos naciones de la región sin tener en cuenta el resta! o pretendíamos entender el mercado de trabajo y las migraciones con enfoques muy simplificados que a los sumo acudían a algunas informaciones parciales a estadísticas.

Pero, volvamos a la Triple Frontera. Un mundo denso en el cual podemos encontrar, por ejemplo a la represa hidroeléctrica más grande del mundo a todas las consecuencias ecológicas y sociales cuyos efectos se harían sentir en un vasto territorio por décadas.

Si nos referimos al comercio, hallaremos una de las plazas comerciales más importantes de América. Miles de personas viven de esas actividades en las tres subareas. ¿cómo tipificar estos negocios?, es otra cuestión a la que no hay que reuir. Se trate de comercio ilegal o legal lo cierto es que existe en una magnitud sorprendente.

La construcción de la represa generó la aparición de un lago de dimensiones colosales. Cada uno de los municipios del perilago, incluyendo una parte perteneciente a Mato Grosso Do Sul debieron enfrentar los cambios múltiples que esto significaba y diseñar estrategias para su desarrollo. En otros trabajos hemos analizado cada caso en particular.

Las ciudades de marras crecieron en forma geométrica. Hoy nos encontramos con procesos de urbanización que sin duda en marcha que muy pronto se cristalizaran en un único entramado de más un millón de habitantes, con más infraestructuras, servicios, puentas, caminos, suburbios en expansión, etc.

Paralelamente observamos que la región ha podido afincar instituciones universitarias en un número creciente, tanto públicas como privadas. Y esto ocurrió también con el resto del sistema educativo. En cuanto al sistema de salud vemos que se ha constituido en un

factor de utilización transnacional en forma conflictiva pero inevitable dadas las diferencias objetivas de los sistemas públicos de salud.

En esta región nos encontramos con una integración creciente de los servicios turísticos que han aumentado en ofertas, además de las cataratas, y en complejidad, calidad y cantidad y que han convertido a Foz do Iguazú en uno de los principales parques hoteleros de Brasil. Esta actividad proporciona trabajo a pobladores de toda la región y mueve millones de dólares anualmente.

Otra característica de la región es el compartir importantes ecosistemas y esto obliga a un tratamiento conjunto de los problemas medioambientales. De allí que los territorios destinados a reservas de biosfera (parques y reservas de diferentes características y dimensiones) merezcan un tratamiento común. No podemos dejar de mencionar al "Acuífero Guaraní" que debería ser un motivo más que suficiente para una acción local conjunta. La defensa de este recurso es obra de muchas voluntades e instancias, pero fundamentalmente de la movilización regional.

Por ser ciudades que además del comercio y el turismo constituyen centros de servicios para las poblaciones rurales, podemos analizar las relaciones ruralurbanas de la región y sobre todo los conflictos campesinos, las luchas por la tierra (en los tres países), la expansión de la soja transgenica; la expansión del frente forestal (Arg.); las migraciones brasileñas a Paraguay (brasiguayos); la situación de las agroindustrias y las industrias de armado de bienes importados; etc.

En cuanto a las actividades ilegales se habla del contrabando y del tráfico de armas y drogas y el lavado de dinero. Se han señalado algunos puntos como los más críticos en este sentido como Pedro Juan Caballero- Ponta Porã. Es posible que así haya sido, pero es improbable que ante tanta publicidad el trafico ilegal -de lo que sea- insista en utilizar estos lugares. Argentina envió ilegalmente armas a Croacia y a Ecuador y no sabemos el itinerario, pero seguramente fue a la luz del día en lugares oficiales.

Quien estudia las fronteras sabe que para las poblaciones locales el contrabando no es percibido como un delito. Todos, sin importan la clase social, la profesión, actividad o educación, transgreden aunque sea en forma mínima las leyes aduaneras. Cortar esa actividad en forma absoluta sería una catástrofe para miles de personas que practican un contrabando hormiga. El gran contrabando siempre encontrará en nuestras inmensas y casi incontrolables líneas de frontera los pasos necesarios para su accionar. Obviamente, no estoy haciendo apología del delito. Afirmo algo cientificamente demostrado.

En cuanto al supuesto terrorismo, se trara de una excusa imperial para justificar la ocupación militar de una zona en la cual todos los años se pierden millones de dólares por la venta de manifacturas "truchas" que no pagan ningún derecho de propiedad intelectual o royalties y fundamentalmente para el control del Acuífero Guarani cuya administración y preservación nuestros países, según los expertos norteamericanos, no pueden realizar eficazmente. Ellos desearían que el Amazonas, el Acuífero y vastísimas zonas cercanas a los cursos más importantes de agua fueron administrados por propietarios privados o por organismos internacionales. No sorprende la compra de inmensos latifundios improductivos, sustraídos a las posibilidades de una reforma agraria por parte de particulares, muchos de los cuales poseen antecedentes directamente vinculados a los intereses imperiales.

Volviendo al terrorismo ligado a la colectividad árabe, digamos que todos los allanamientos efectuados, así como las detenciones e interrogatorios de ciudadanos de origen árabe o religión musulmana han sido una verdadera "charada", para usar un término caro a las series y películas americanas.

Los árabes afincados en nuestros países han realizado un gran aporte de trabajo y cultura, integrándose y comprometiéndose con nuestros futuros. Los "turcos" son habitantes típicos de nuestras sociedades aluvionales como un grupo étnico más.

Si en tiempos recientes se han visto envueltos políticamente en relaciones con sus patrias de origen están en su derecho. ¿por qué no habrían de hacerlo?.

En cuanto a la financiación del terrorismo recordemos que durante la guerra fría fueron los estados enfrentados quienes financiaron toda clase de terrorismo: golpes de estado, sabotajes, asesinatos, etc. Y que en la etapa siguiente estas aportaciones no cesaron aunque muchos grupos debieron apelar la autofinanciación como el IRA, la OLP o la ETA, mediante diversos mecanismos de recaudación. Pero hoy, la financiación proviene del sistema financiero mundial, totalmente interrelacionado, donde el dinero del tráfico de drogas, armas, toda forma de lavado, etc. esta fundido y asociado a los grandes capitales monopólicos. A al Queda se le bloquearon 150 millones de dólares cuando se estima que posee por lo menos 1.500 millones. No es en la Triple Frontera precisamente donde están esas sumas. Muchas de ellas están invertidas en empresas "legales" y es por eso tan difícil detectar el poderío mimetizado del dinero negro.

Durante estos últimos años hemos acompañado a los movimientos sociales regionales (campesinos, campesinos sin tierra, trabajadores rurales, organizaciones de derechos humanos, organizaciones políticas de base, cooperativistas, oborigenes, grupos ecologistas) en la espontánea y esperanzadora aventura de reunirse con sus iguales de la región de frontera haciendo caso omiso a la integración cupular de los estados. Fueron años de encuentros, movilizaciones, seminarios populares, integración de organizaciones de apoyo, circulación de información escrita, y muchas otras actividades. Estas redes que se fueron constituyendo tuvieron que luchar contra quienes defendían la integración de los monopolios dibujada desde arriba y según la reseta liberal. Si la triple frontera es hoy atacada es porque en las regiones de frontera existen las condiciones de hecho para la integración de los pueblos en contacto, en forma directa, desde abajo, desde la defensa real de los intereses regionales.

Existe la oportunidad de activar este gran “labotario”, conocer su extrema complejidad, potenciar la experiencia de los agentes sociales, crear una nueva cultura de la integración.

Durante el invierno de 2002 se llevó a cabo en Puerto Iguazú el llamado Foro Social de la Triple Frontera en defensa de la región ante las amenazas de militarización. Podríamos analizar innumerables aspectos de este encuentro, pero la brevedad de este artículo nos permite solamente una breve síntesis con la cual damos por finalizado este texto. Pero, antes de dicha síntesis quisiera decir que los científicos sociales nos hallamos como aquellos investigadores que trabajan en el mundo colonial y de pronto se vieron arrastrados por la avalancha de la descolonización. Hoy debemos investigar adoptando un compromiso: ¿qué estudiamos?, ¿para quién estudiamos? ¿qué podemos hacer con los resultados de nuestras investigaciones?. Los agentes sociales de la región necesitan informarse, capacitarse y organizar para pasar a la acción y en cada uno de esos tramos debemos realizar un aporte. Eso no significa inventar la realidad con un propósito ideológico sino investigar rigurosamente para construir orientaciones de las praxis más certeras, más confiables, más rigurosas.

EL FORO SOCIAL: PRE FORO, FORO Y FORO DISIDENTE

El foro social de la triple frontera posee antecedentes de reuniones o foros realizados en el marco del MERCOSUR, en las ciudades de frontera en forma alternativa y como resultado de iniciativas locales como fue el Foro Social de la Integración Fronteriza que hemos descrito en informes anteriores. Estos foros trataron de instalar la agenda de los problemas fronterizos y de la especificidad de las sociedades de frontera. Pero, en su momento no abordaron el tema de la posible ocupación militar de esta región.

El Foro Social de la Triple Frontera fue el primero en su tipo, por su problemática central. Poseyó diversas instancias de realización que pueden agruparse en las siguientes actividades: actos y movilizaciones públicas, mesas redondas con invitados especiales, comisiones temáticas de trabajo, culturales, reuniones informales entre agrupaciones u organizaciones, etc.

Poder abarcar todos estos aspectos fue muy difícil etnográficamente hablando ya que quienes estábamos directamente interesados en observar y participar éramos pocos en relación a la magnitud del evento. Para compensar esta deficiencia utilizamos la colaboración de algunos participantes que grabaron disertaciones y debates y que recogieron abundante documentación, desde panfletos hasta libros, desde publicaciones periódicas hasta leyendas de carteles y pancartas.

El Foro fue precedido por un amplio debate que tuvo lugar en internet. Fue en este medio donde se puso seguir el resultado posterior al pre foro y el desenlace final de la escisión.

BIBLIOGRAFÍA

ABINZANO, Roberto C. Regiones de frontera y procesos transfronterizos. In*: Actas del Encuentro Internacional de Ciudades Fronterizas del Mercosur*. Mercociudades, Municipalidad de Asunción. Asunción, oct. del 2003.

ABINZANO, Roberto C. *Mercosur*: Un Modelo de Integración. Crítica y Compilación Documental. Universidad Nacional de Misiones. 3 ed. Actualizada con nuevo prefacio. 2001. (Serie Contemporánea).

ABINZANO, Roberto C. Interdisciplinariedad y región: una reflexión desde la Antropología sobre la realidad de Misiones. In: *Revista de Estudios Regionales*. (comp.). Documento del Instituto de Investigación. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, UNaM, 1988.

ABINZANO, Roberto C**.** Las instituciones en el proceso de integración. In: *Primer Encuentro Rural Fronterizo.* Central Unica de Trabajadores de Brasil (CUT). Porto Alegre, 1990. (En portugués).

ABINZANO, Roberto C. Política y etnicidad en el contexto rural de frontera. El Nacional Socialismo en las Colonias Alemanas de Sudamérica. In: *Revista de Estudios Regionales*. Revista del Instituto de Investigación. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, UNaM, v. 2 ,1991. (Serie Relaciones Interétnicas)

ABINZANO, Roberto C. El protocolo ausente. Medio ambiente e integración. In: *Propuesta Ecológica*. n. 4. Posadas, 1992.

ABINZANO, Roberto C. Integración regional en áreas de frontera: Argentina, Brasil y Paraguay. Los movimientos sociales. In: *Revista del Centro de Estudios Latinoamericanos*. Warzawa: Universidad de Varsovia, 2001.

ABINZANO, Roberto C. Integración regional fronteriza "desde abajo". Nuevos sujetos colectivos, ¿nuevos poderes? In. *Revista de Estudios Regionales*. año 9, n. 17, nov. 2001. Posadas. Sec. de Inv. y Postrgrado. FHYCS, UnaM. Sevilla, 2000.

ABINZANO, Roberto C. Los estudios antropológicos en los espacios transfronterizos. Publicación en CD con las *Actas de la reunión de la Asociación de Estudios de Población de Argentina* (AEPA), 2002.

ABINZANO, Roberto C**.** Las nuevas relaciones entre las naciones en el continente americano. In: ZARTH, Paulo A. et al. *Ensino de Historia e Educação.* Ijui: UNIJUI, Ampurs, Fapergs, 2004.

ABINZANO, Roberto C. *Estrategias de una red de movimientos sociales argentinos, brasileños y paraguayos en el marco de la integración regional fronteriza.* Factores de Cohesión y Conflicto. Documentos. Proyecto de investigación. Programa de Incentivos. UNaM, Sec. de Investigación y Postgrado, Fac. de H. y C. Sociales, 1996/1998.

ABINZANO, Roberto C. Integración regional fronteriza: sectores vulnerables frente al impacto global. Políticas y acciones alternativas. Comunicación. In: *ACTAS del III Encuentro de Científicos Sociales*.....op. cit., 1995.

ABINZANO, Roberto C. *Procesos de Integración en una sociedad multiétnica.* La provincia argentina de Misiones (1880-1985). Sevilla: Universidad de Sevilla, 1985.

ALBUQUERQUE, José L. C**.** Campesinos paraguayos y "brasiguayos" en la frontera este del Paraguay, 1996. In**:** FOGEL, R., RIQUELME, M. (comp.). *Enclave sojero*. Merma de soberanía y pobreza. Centro de estudios rurales interdisciplinarios. Asunción, 2005

ALVAREZ, Gabriel O. *Los límites de lo transnacional*: Brasil y el Mercosur. Una aproximación antropológica a los proceso de integración. Disertación (Mestrado), Univ. de Brasília. Brasília: Departamento de Antropologia, 1995.

ANAIS do I *Encontro de Cientistas Sociais sobre a problemática regional*. Aportes para o futuro. Ijui: UNaM, UNOESC, UNIJUI, 1993.

ANAIS do II *Encontro de Cientistas Sociais sobre problemática regional*. Aportes para o futuro. Chapecó: UNOESC, UNIJUI, UNaM, 1994. (dos v.).

ANALES del III *Encuentro de Científicos Sociales*. Integración del Conocimiento y la práxis científica en los portales del siglo XXI. Posadas: UNaM, UNIJUI, UNOESC, 1995.

ANAIS do IV *Encontro de Cientistas Sociais sobre a problemática regional*. Aportes para o futuro. Regionalização e Globalização. Ijui: UNIJUI, UNaM, UNOESC, 1996.

BAGGIO, Luisa. La integración cultural entre ciudades fronterizas desde los municipios y las universidades. In: *Actas del Encuentro Internacional de Ciudades*

Fronterizas del Mercosur. Mercociudades, Municipalidad de Asunción. Asunción, oct. 2003.

BARTOLOMÉ, Leopoldo**.** Base social e ideología en las movilizaciones agraristas en Misiones entre 1971 y 1975. Emergencia de un populismo agrario. In: *Desarrollo Económico*. v. 22, n. 85. Buenos Aires, 1982.

BAUMAN, Zygmunt**.** *La globalización*. Consecuencias humanas. San Pablo: FCE, 1998.

BAUMAN, Zygmunt**.** *La sociedad sitiada*. Buenos Aires: FCE, 2004.

BECKER, Bertha K. Geografia política e gestão do território no liminar do Século XXI. *Revista Brasileira de Geografía*. v. 53, n. 3, jul - set. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

BECKER, Bertha K., EGLER, C.A.G. *Brasil, uma nova potência regional na economía-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.

BELATA, D., ABINZANO, R.C., TREVISOL, J.V., MOREIRA, S. C. Os impactos da Globalização na nossa região. Mesa redonda de abertura. In: *Anais do IV Encontro de Cientistas Socias*. op. cit. 1996.

BELATO, Dinarte. *Os Camponeses Integrados*. Dissertação (Programa de Pós-Graduaçao em História da Universidade Estadual de Campinas), maio 1985.

BERRETA, Nora, PAOLINO, Carlos**.** Comercio con Argentina y Brasil: ¿Uno o dos patrones de inserción? In: *Revista Paraguaya de Sociología*. n.28, mayo-ago. Asunción, 1991.

BETRISEY, Nadali Debora. Estrategias migratorias en una zona de fronteras.: Posadas/Argentina Encarnación/Paraguay. *Cuadernos de la Frontera*. n. IV. (en prensa)

BETTO, Frei. La otra cara del MST. In*: Tesis 11 internacional*. n.35, jul.- ago. Buenos Aires, 1997. p.9

BOISER, Sergio**.** Las regiones como espacios socialmente construidos. In: *Revista de Naciones Unidas*, CEPAL, n. 35, 1988.

BOLGNESI-DROSDOFF, María C. *Cooperación e integración fronteriza*: bibliografía. Buenos Aires: BID-INTAL, 1991.

BORRINI, Hector. La población de Misiones y su evolución en el área de frontera. In: *Folia Histórica del Nordeste*. n. 4. Resistencia, 1980.

BOX, Louk, DE LA RIVE BOX-LASOCKI, B. ¿Sociedad fronteriza o frontera social? Transformaciones sociales en la zona fronteriza de la República Dominicana (1907-1984). In: *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*. n. 46, jun. 1989.

BRANDÃO LOPES, J. R. et al. *Estado, estructura agraria y población.* El caso de Brasil. PISPAL. México: Terra Nova, 1980.

BUUL, F. M., PERALTA, Resquin**.** *Propietarios de tierra.* Los grandes establecimientos en la frontera agrícola de Paraguay Oriental. Asunción: Base Ecta, Documento de estudio, 1990.

CANESE, Roberto E. Globalización y fronteras. In*: Actas del Encuentro Internacional de Ciudades Fronterizas del Mercosur.* Mercociudades, Municipalidad de Asunción. Asunción, oct. 2003.

CARRON, J. M., FOGEL, Ramon**.** *El fenómeno migratorio en el Paraguay*. Asunción: CEP, 1985.

CIPAE (Comisión de Iglesias para Ayudas de Emergencia). *Las economías campesinas ante la integración.* Seminario "MERCOSUR" y su impacto en las áreas rurales del Cono Sur. Asunción, 1992.

COMISIÓN DEL SUR**.** *Desafío para el Sur.* México: FCE, 1991.

COMISIÓN SOBRE INTEGRACIÓN CON BRASIL**.** *Reunión de octubre de 1990*. Senado de la Nación Argentina, versión taquigráfica. Buenos Aires, 1990.

CORAGGIO, José L. *Territorios en transición.* Crítica a la planificación regional en América Latina. Quito: Centro de Investigaciones Quito, 1987.

DA SILVA MARTINS, Rubens**.** *Entre jagunços y posseiros*. Curitiba: AMDBEAM, 1986.

DE SOUZA MARTINS, José**.** *Caminhada no chão da noite*. Emancipação política e libertação nos Movimentos Sociais do Campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

DE SOUZA MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1981.

DROR, Yehezkel**.** Conducción del estado hacia la integración. In: *Integración latinoamericana*. Buenos Aires: BID-INTAL, 189-190, mayo-jun., 1993. p. 3.

ESCOBAR, Ticio**.** *Sobre cultura y Mercosur.* Asunción: Don Bosco, 1995.

FERNANDEZ BRAVO, Alvaro. (comp.). *La invención de la nación.* Lecturas de la identidad desde Herder a Homi Bhabha. (Contiene textos de: Herder, Renan, Mariátegui, Fanon, Geertz, Hobsbawn, Bhabha, etc.). Buenos Aires: Manantial, 2000.

FLECHA, Agustín O. *Paraguay en la coyuntura económica actual*. Asunción: E.T.I., s/f.

FOGEL, Ramón**.** Efectos socioambientales del enclave sojero. In**:** FOGEL, R., RIQUELME, M. (comp.). *Enclave sojero.* Merma de soberanía y pobreza. Centro de estudios rurales interdisciplinarios. Asunción, 2005.

FOGEL, Ramón. *La ciencia y la tecnología en Paraguay.* Su impacto socioambiental. Asunción: CERI, 1994.

FOGEL, Ramón**.** *Los campesinos sin tierra en la frontera*. Asunción: Comité de Iglesias, 1990.

FOGEL, Ramón**.** Los conflictos agrarios y la intervención del estado. In*: Revista Paraguaya de Sociología.*, n. 83, año 29, ene.-abr. Asunción, 1992.

FOGEL, Ramón, RIQUELME, Marcial. (comp.). *Enclave sojero*. Merma de soberanía y pobreza. Centro de estudios rurales interdisciplinarios. Asunción, 2005.

FOGEL, Ramón**.** Tierra y democracia. La lucha de los campesinos paraguayos. In : *Nueva Sociedad.* n. 96, jul.-ago. Caracas, 1988.

FOGEL, Ramón. Desintegración social e integración en regiones fronterizas. In: *Actas del Encuentro Internacional de Ciudades Fronterizas del Mercosur*. Mercociudades, Muncipalidad de Asunción. Asunción, oct. 2003.

FOUCAULT, Michel. *Defender la sociedad*. Curso en el College de France (1975-1976) Bs.As., FCE, 2001.

FURTADO, Celso. *O Brasil Pós - "Milagre"*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

GALEANO, Luis. (comp.). *Mujer y trabajo en el Paraguay*. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1982.

GIDDENS, Anthony. *Consecuencias de la modernidad*. Madrid: Alianza, 1990.

GODELIER, Maurice. *Lo ideal y lo material.* Pensamiento, economía, sociedades. Madrid: Taurus, 1989.

GODELIER, Maurice. ¿Hay que hacer tabla rasa con el pasado? In: R. MOTAMED-NEJAD (comp.). *URSS y Rusia.* Ruptura histórica y continuidad económica. ¿A dónde va China? Buenos Aires: Kohen, 1998.

GOHN, María da Gloria. *Os Sem-terra, ONGs e Cidadanía*. São Paulo: Cortez, 1997.

GOHN, María da Gloria. *Teoría dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, María da Gloria. *Historia dos movimentos e lutas sociais, construção da cidadanía dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

GONZALES, Carlos A. et al. *Organizaciones campesinas en el Paraguay*. Centro Interdisciplinario de derecho social y economía política. Asunción: Universidad Católica, 1987.

GONZALES POSSE, Ernesto et al. *La frontera como factor de integración*. Buenos Aires: BID-INTAL, 1990.

HEISFELD, Adelar. *O pensamiento geopolítico no Brasil e na Argentina*: un estudio analítico a partir do Barão do Rio Branco e de Estanislao Zeballos. In: IBIDEM.

HOBSBAWM, Eric. *Los campesinos y la política*. Barcelona: Anagrama, 1976.

HOBSBAWM, Eric. *Naciones y nacionalismo*. La nación como novedad de la revolución al liberalismo. Barcelona: Crítica, 1995.

IBARRA, Pedro, TEJERINA, B. (comp.). *Los movimientos sociales.* Transformaciones políticas y cambio cultural. Valladolid: Trotta, 1998.

IDES- Instituto de desarrollo económico y social. *Movimientos sociales y ciudadanía más allá de la nación.* Seminario Taller Internacional, Buenos Aires, ago. 1999. Recopilación de ponencias fotocopiadas.

INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA. *Revista del Instituto de Integración Latinoamericana*, Buenos Aires, Banco Interamericano de Desarrollo. Colección desde su creación hasta 1994 (observación: obra de consulta general insustituible).

ITURRIZA, Jorge et al. *La integración y cooperación fronteriza en el programa Argentina-Brasil.* Buenos Aires: BID-INTAL, 1991.

JIMENEZ NUÑEZ, Alfredo**.** *El fenómeno de frontera y sus variables*. Notas para una tipología. California: Universidad de Baja California, 1998.

JIMENEZ NUÑEZ, Alfredo**.** El Lejano Norte español: cómo escapar del American West y de la Spanish Borderlands. In: *Colonial Latin America Historical Review*. v.5, n.4. Albuquerque, New Mexico, 1996.

JIMENEZ NUÑEZ, Alfredo**.** *La frontera en América:* observaciones, críticas y sugerencias. Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-americanos y Univ. De Sevilla, 1997.

JUAREZ, Rubens et al. *Estado, Estructura Agraria y Población, el caso de Brasil*. Pispal: Terra Nova, 1980.

LAINO, Domingo. *Paraguay:* de la independencia a la dependencia. Buenos Aires, Cerro Corá, 1976. MAM (Movimiento Agrario Misionero). Encuentro regional de pequeños y medianos productores del N.E.A. Oberá, ago. 1990.

LANGONI, Carlos G. (comp.). *Os novos blocos econômicos:* desafios e oportunidades. Fund. Getulio Vargas, Centro de Economia Mundial. Rio de Janeiro, 1993.

MAEDER, Ernesto. Breve historia del nordeste argentino en su relación con el Paraguay y Rio Grande Do Sul. In: *Revista de Estudios Regionales*. año 1, n.2. Corrientes, dic.1977.

MAM (Movimiento Agrario Misionero). *Encuentro regional de pequeños y medianos productores del N.E.A.* Oberá, ago. 1990.

MANDEL, Ernest**.** Globalización, interdependencia y bloques económicos regionales. In: *El Cielo por Asalto*. n.5. Buenos Aires, otoño 1993.

MARINI, Ruy Mauro**.** El experimento neo-liberal en Brasil. In*: Nueva Sociedad*. nov. 1993.

MISIONES, GOBIERNO DE LA PROV. Ministerio de Ecología y R.N.R., Subsecretaria de Ecología. *II Conferencia del MERCOSUR sobre Medio Ambiente y Aspectos Transfronterizos.* ECO-SUR'93.

NICKSON, Andrew**.** Colonización brasileña en la región oriental del Paraguay. In: FOGEL, Ramon, RIQUELME, M. (comp). *Enclave sojero.* Merma de soberanía y pobreza. Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios. Asunción, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo de. *A geografia das lutas no campo.* Conflitos e violência, movimentos sociais e resistência a nova república¨e a reforma agrária. São Paulo: USP, 1993.

OLIVEIRA, Naia**.** Áreas de fronteira na perspectiva da integração latinoamericana. In: *Análise Conjuntural*. n. 3, 3º trimestre, v.20. Porto Alegre, 1992.

OVIEDO, A., GORTARI, J**.** Misiones en el intercambio económico regional y en el contexto del Mercosur. *Revista de Estudios Regionales.* n. 10. Sec. de Investigación y Postgrado, FHCS-UNaM. Posadas, 1997.

OVIEDO, A., GORTARI, J. Dinámica y vínculos regionales en el contexto del Mercosur. In: *ANAIS do IV Encontro de Cientistas Sociais*...op.cit., 1996.

OVIEDO, A., GORTARI, J. *Integración del comercio regional.* Informe final. Proyecto del programa de incentivos. Sec. de Inv. y Posgrado, F.de H. y C.Soc. UNaM, 1996.

PASTORE, Carlos. *La lucha por la tierra en Paraguay*. Montevideo: Antequera, 1972.

PETRAS, James. *Clase, estado y poder en el tercer mundo*. Casos de conflictos de clases en América Latina. Buenos Aires: FCE, 1993.

PIDOUX, Lira. *Inmigración y colonización en el Paraguay,1870-1970*. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1992.

REYNOSO, Carlos. *Teorías y métodos de la complejidad y el caos*. Una perspectiva antropológica. Manuscrito original. En prensa, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Globalización y transnacionalización.* Perspectivas antropológicas y latinoamericanas. Brasilia: Universidad de Brasilia, 1996.

ROFMAN, Alejandro. Estrategias alternativas frente al desafío del MERCOSUR. In: CICCOLELLA, Pablo et al. *Modelos de Integración en América Latina.* Desafíos y alternativas en la construcción de un nuevo territorio latinoamericano. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993. p. 47-137.

ROJAS AEAVENA, Francisco et al. Integración regional y globalización. (Dossier). In: *Nueva Sociedad*. n.125, mayo-jun. Caracas, 1993.

SANTOS, Milton. *De la totalidad al lugar*. Barcelona: Oikos-Tau, 1996.

SCHIAVONI, Lidia. *Pesadas cargas, frágiles pasos*. Posadas: Universitaria, 1993.

SCHIAVONI, Lidia. Pobreza y fronteras. In: *Actas del Encuentro Internacional de Ciudades Fronterizas del Mercosur.* Mercociudades, Municipalidad de Asunción. Asunción, oct. 2003.

SHILLING, Paulo. *Mercosul*: integração o dominação. São Paulo: CEDI, 1992.

SOUCHAUD, Sylvain. Dinámica de la agricultura de exportación paraguaya y el complejo de la soja una organización del territorio al estilo brasileño. In: FOGEL, R., RIQUELME. (comp.). *Enclave sojero.* Merma de soberanía y pobreza. Centro de estudios rurales interdisciplinarios. Asunción, 2005.

SPORK, J. A. *Ensayo de definición y de clasificación de las "regiones" en geografía*. Inst. de Geog. Fac. de Humanidades. Univ. Nac. del Nordeste. Resistencia s/f (orig. 1961).

TERCER ENCUENTRO Internacional de Organizaciones Rurales Argentina-Brasil y Paraguay. Campinas das Missões, Rio Grande do Sul, 15 al 17 de feb. de 1991 (actas).

TILLMAN, Herman. Sabiduría campesina acorralada. In: *Nueva Sociedad*. n. 96, jul.-ago.Caracas, 1988.

THOMPSON, E. P. *Historia Social y Antropología*. México: Instituto Mora, 1994.

VANUCCHI LEME, Maria C., ARAUJO PIETRAFESA, W.M. *Assassinatos no campo*. Crime e impunidade (1964-1986). Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. São Paulo: Global ,1987.

VITALE, Luis. *Introducción a una teoría de la história para America Latina*. Buenos Aires: Planeta, 1992.

WALLERSTEIN, Emmanuel. *Después del liberalismo*. Mexico: Siglo XXI, 1996.

WOLF, Eric. *Europa y los pueblos sin história*. México: FCE, 1994.

ZANONI GOMEZ, Iria. *1957: A revolta dos posseiros*. Curitiba: CRIAR, 1987.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijui: UNIJUI, 1996.

LAS RECONFIGURACIONES TERRITORIALES DEL CHACO PARAGUAYO: ENTRE ESPACIO NACIONAL Y ESPACIO MUNDIAL

Fabricio Vázquez*

* Universidad Nacional de Asunción.
Facultad de Ciencias Agrarias.

1 - INTRODUCCIÓN

Las transformaciones territoriales que afectan a todos los espacios regionales y nacionales son innegables. En este contexto, el espacio paraguayo sigue siendo concebido como un dispositivo productivo agropecuario, en el que el movimiento de la frontera agrícola es el fenómeno creador de nuevos territorios. La mayoría de reconfiguraciones territoriales han sido estudiadas como elementos secundarios de las transformaciones económicas, debido sobre todo a la inexistencia de centros de investigación geográfica en el país. Sin embargo, las dinámicas territoriales que se producen en las dos regiones del país, la Oriental y Occidental, exigen una

nueva mirada espacial, donde se pueden encontrar recientes elementos de comprensión y análisis de los problemas económicos y territoriales de Paraguay.

La situación geográfica particular de Paraguay, su centralidad continental, que la paga con la mediterraneidad, y sus dos grandes vecinos que le rodean, ya no son hoy las barreras insalvables para el desarrollo. El espacio paraguayo, polarizado por la región Oriental no es el único territorio activo del país, el Chaco aparece y se inserta en los procesos de integración regional con actores, actividades y formas diferentes.

Entender la encrucijada y los desafíos del Chaco exige una serie de innovaciones metodológicas importantes, sobre todo en las escalas de análisis, ya que las interacciones entre los actores locales, regionales y mundiales no respetan fronteras e imprimen una gran aceleración a los intercambios y procesos de integración regional.

2 - ESTRUCTURA TERRITORIAL DE PARAGUAY

El territorio paraguayo se caracteriza por la división administrativa, ecológica y cultural en dos regiones separadas por el río Paraguay. La primera de ellas, la región Oriental, constituyó desde el período colonial el espacio de preferencia de los paraguayos. Antes de la llegada de los españoles, los indígenas de ambas márgenes mantenían una rivalidad legendaria. La fundación del fuerte de Asunción, en 1537, fue aprovechada por los de la región Oriental para establecer una defensa ante los ataques devastadores de los ocupantes del Chaco. A lo largo de todo el proceso colonial e incluso durante la independencia, la expansión territorial se produjo hacia los alrededores de Asunción; la parte Sur de la región, por ejemplo, fue ocupada y controlada por las misiones jesuíticas.

Actualmente, la región Oriental concentra el 97% de la población total del país, aunque representa solo el 39% del territorio nacional

(159.000 km² aproximadamente). En esta región se encuentran las principales ciudades del país, que constituyen, en el caso paraguayo, concentraciones urbanas de más de 100.000 habitantes. Estas ciudades, Asunción, Ciudad del Este y Encarnación, las dos ultimas fronterizas, resultado de proyecciones platinas y lusitanas, que continúan ejerciendo sus influencias seculares.

La región Oriental fue integrandose lentamente, siendo el extremo Este el último en ser ocupado, fenómeno que se produce en las ultimas décadas (1970-2000), a causa de la centralización económica y política sobre Asunción. Las ciudades intermedias como Villarrica, Coronel Oviedo o Concepción mantuvieron siempre un rol secundario en la producción de la riqueza nacional, considerada como uno de los agentes dinamizadores de la integración de los espacios periféricos, a través de la agricultura.

Del otro lado del rio Paraguay se extiende una gran llanura, la región Occidental o Chaco, que forma parte del Gran Chaco Sudamericano. Esta región natural, caracterizada por un clima semi-árido y una estructura geológica particular, contrasta diametralmente con la Oriental, que se distingue por un clima subtropical. Las diferentes conformaciones florísticas y faunísticas aumentan las diferencias entre ambas regiones. Solo el 3% de la población paraguaya, aproximadamente 150.000 personas, habita esta región cuya extensión es de más de 240.000 km².

Esta estructura bi-regional es la primera característica del territorio paraguayo, donde ses combinan y refuerzan diferencias geológicas, climáticas y humanas. Nada parece integrar estas regiones opuestas, aunque esto tampoco ha sido una prioridad nacional, ya que la región Oriental, centrada sobre Asunción, polariza la capacidad de intervención territorial. De esta forma, la región Oriental es la receptora de una amplia mayoría de obras de infraestructura y de otros proyectos de inversión, lo que margina a la región chaqueña.

Otro indicador del enclaustramiento del Chaco son las infraestructuras de comunicación, que permiten a Paraguay vencer el encierro geográfico. La región Oriental dispone de las mejores rutas y los dispositivos adecuados para la conexión con los países vecinos. La ruta Transchaco, construida por los menonitas a inicios de los años '60, es el único medio de comunicación con la región Oriental, lo que permite asegurar un cierto intercambio entre ésta y el Chaco.

Esta dicotomía espacial no es neutra. Si la región Oriental es llamada por los geógrafos Kleinpenning, Gaignard y Souchaud como el « Paraguay verdadero » o como el « Paraguay útil », el Chaco puede ser considerado como un « ángulo muerto » o una periferia no controlada, un espacio marginal, marginado y repulsivo, o simplemente como el « falso Paraguay ».

Sin embargo, el Chaco esta experimentando, especialmente a partir de la década de 1980, un conjunto de dinámicas espaciales que están, en su mayor parte, desconectadas del Paraguay verdadero (región Oriental).

3 - BREVE HISTORIA DE LA IMPLANTACIÓN HUMANA EN EL CHACO

Los primeros habitantes del Gran Chaco fueron un conjunto de pueblos indígenas cazadores, recolectores, seminómadas, considerados como paleolíticos. Sin embargo, sus vecinos de la región Oriental de Paraguay, los grupo Tupí-Guaraní, eran sin embargo neolíticos.

La llegada de los conquistadores españoles no va a modificar la vida de los grupos indígenas del Chaco, ya que el descubrimiento del Perú por Pizarro se realiza por el Norte, teniendo como vía de acceso el océano Pacífico. Ante esta realidad, los conquistadores españoles

que habían llegado por el Río de la Plata y pretendían alcanzar el oro del Perú navegando por el río Paraguay y luego continuando por el Chaco, deben transformarse en agricultores y abandonar sus esperanzas de El Dorado. El cierre de esta vía de acceso al Perú mantuvo al Chaco lejos de todo juego de poder y se convirtió pronto en un espacio repulsivo, especialmente a partir de los relatos de indígenas Tupí-Guaraní y españoles sobre los encuentros, nunca amistosos, con los aborígenes de la región.

A parte de algunas experiencias de misiones jesuitas en el Chaco, pero en las proximidades de Asunción, este espacio se mantuvo aislado hasta la mitad del siglo XIX, cuando Paraguay comienza a definir sus fronteras tras la guerra contra la Triple Alianza. Antes, en 1855, el gobierno paraguayo intenta establecer una colonia agrícola con inmigrantes franceses en la parte Sur del Chaco, pero esta experiencia se convierte un conflicto importante con el gobierno de Francia. Uno de los principales motivos del fracaso de la instalación de los colonos fue que los franceses no eran agricultores ni tenían vocación agrícola. Además, estos « venían al Paraguay, no al Chaco ». Finalmente, los colonos lograron al final instalarse en la región Oriental y las provincias del Norte argentino.

Una vez terminada la guerra contra la Triple Alianza, el gobierno paraguayo decide la venta de terrenos fiscales, que son adquiridos a bajo precio por empresas brasileñas, argentinas, inglesas y francesas. La venta de tierras fue acompañada de una tímida política de llamado a inmigrantes europeos que tendrían que repoblar e impulsar el desarrollo del país. Pero, Paraguay no pudo competir con los puertos de Buenos Aires y Montevideo. A falta de un conocimiento cartográfico y catastral exacto, la venta se realizó sobre un plano realizado por Fontana, el explorador argentino que demostró la no navegabilidad del Pilcomayo.

a. La era del quebracho.

El descubrimiento de bosques de quebracho en la zona Norte del Chaco, fue la clave de la expansión del dispositivo empresarial argentino

de quebracho y tanino más allá de sus fronteras. De esta forma, las empresas que extraían el quebracho en el Norte argentino se posicionaron en el Chaco paraguayo, el cual se convirtió en un espacio que funcionaba según el modelo económico argentino. Las empresas tanineras estaban exoneradas de todo impuesto en Paraguay, de manera a fomentar la industrialización y el poblamiento de las zonas periféricas. Este fue el comienzo del fin del sistema territorial indígena y el surgimiento de las primeras superposiciones territoriales. Una de las responsabilidades de las empresas, ante el pedido expreso del gobierno paraguayo, era la asimilación de los indígenas a la nación paraguaya.

Ante las ventajas nada despreciables, las compañías argentinas, entre ellas La Forestal, controlaban la producción de quebracho y tanino en Paraguay. Pero, es Carlos Casado quien edifica todo un imperio en el Chaco y se convierte en uno de los mayores propietarios del mundo, lo que le permitía jactarse diciendo que « su propiedad contenía una superficie equivalente a los reinos de Bélgica y Luxemburgo juntos ». Ante la falta de mano de obra para los trabajos de campo y de las industrias tanineras, las empresas utilizaron a los indígenas, quienes no solo habían perdido su territorio, sino además trabajaban en condiciones de esclavitud solapada, en sus antiguas tierras. Para el efecto, la religión fue el elemento facilitador de la integración industrial de los indígenas. La Misión Anglicana se encargó del desafío y trabajó en la aculturación de los indígenas.

Los elevados costos de transporte, que implicaba mantener las explotaciones en el Chaco paraguayo, estaban totalmente compensados con los bajos costos de la tierra en comparación con la Argentina. Para ellos, la mayoría de las empresas disponían de barcos propios que aseguraban el trayecto entre el Chaco paraguayo y el puerto de Buenos Aires.

Pasadas las dos guerras mundiales, período de elevada demanda de tanino destinado en gran parte a la confección de calzados para los soldados, así como el descubrimiento de un producto sustituto en África, « la mimosa » hizo que, a partir del 1950, la producción se desplazara

del Chaco argentino y paraguayo hacia África, donde La Forestal también estaba instalada. Asi, el Chaco paraguayo demostró no ser más que un dispositivo industrial argentino en el pais.

En términos espaciales, la producción de tanino constituye la primera puesta en valor de los recursos del Chaco. Sin embargo, el funcionamiento interno de las empresas impidió la formación de un frente pionero o de un polo urbano atractivo, debido en su mayor parte al dominio exclusivo de las empresas en los servicios a sus trabajadores. La formación de verdaderas ciudades privadas, en algunos casos más modernas y con más servicios que Asunción, como puerto Casado, por ejemplo. La empresa proveía de todos los productos y servicios necesarios a los trabajadores y no permitía la entrada de otros comerciantes.

La ganadería tomo la posta del quebracho y gradualmente se fue expandiendo en las cercanías del río Paraguay, único medio de comunicación y comercialización con Asunción y el resto del país.

b. Petroleo y guerra en el Chaco (1932-1935).

La falta de definición fronteriza y la perdida boliviana del litoral marítimo (guerra del Pacífico) son elementos claves para explicar el conflicto armado entre Paraguay y Bolivia, que comienza en 1932. El descubrimiento y la explotación de petroleo en el Sur de Bolivia, en el espacio que se autoatribuían paraguayos y bolivianos, así como la suposición que todo el Chaco sería un campo petrolero, encendieron esperanzas económicas especialmente en Paraguay, lo que convirtió al Chaco en una zona de importancia estratégica.

Sin embargo la lucha comercial entre las empresas petroleras Exxon, instalada en Bolivia, y Royal Dutch (Shell), con fuertes intereses en el río del Plata y en todo el continente, jugaron un rol geopolítico importante, aunque solapado, en el conflicto.

La victoria militar paraguaya luego de tres años de intensos combates, definió la frontera actual con Bolivia. En el plano

exclusivamente militar, esta guerra fue un campo de experimentación de armamentos y equipos, utilizados más tarde en la segunda guerra mundial. Bolivia contrato los servicios de un general alemán, quien organizó el ejercito de ese país. Así también, recibió una misión militar checa, ya que esta república le proveía armamentos, en especial unos tanques de combate. Estos fueron probados en el Chaco, pues los checos pensaban venderlos a Alemania, que comenzaba a equipar sus fuerzas armadas.

c. Iglesia Católica y colonias Menonitas

A partir de 1920, Paraguay y Bolivia intentan demostrar su soberanía sobre el Chaco, a través el establecimiento de fortines, misiones religiosas y de colonos. En 1921, el gobierno paraguayo otorga ciertos privilegios para el establecimiento de colonias menonitas, con la intención de reforzar su presencia en la región. Los menonitas, grupo protestante que nace en Suiza en 1525, se caracterizan por su tradicionalismo religioso, sus valores morales estrictos y por el rechazo de la modernidad. Estos han podido conservar varios elementos culturales comunes, como el idioma utilizado –una variante del Alemán- a través los casi 500 años de diáspora por todo el mundo.

Al tener conocimiento de la instalación de los menonitas, el gobierno boliviano, en 1925, hace un llamado al Vaticano, pidiendo el envío de misioneros católicos a la misma región. Ante el riesgo de que los habitantes de la zona y especialmente los indígenas, fuesen adoctrinados e incorporados a la fé menonita, el Vaticano envía a misioneros alemanes de la congregación Oblatos de María Inmaculada. De esta forma se echan las bases de una confrontación confesional entre actores extranjeros en idioma alemán. Sin duda alguna, estos grupos religiosos fueron instrumentalizados por los gobiernos de Paraguay y de Bolivia en la búsqueda de obtener una legitimidad territorial sobre el disputado Chaco.

De forma paradójica, los menonitas fueron los que más aprovecharon la coyuntura económica de la guerra del Chaco. Los

soldados paraguayos fueron clientes directos de las incipientes colonias, que aprovisionaron al ejercito con rubros agrícolas. Para la institución militar, resultaba más práctico y económico abastecerse de las colonias menonitas, que de Asunción. Una vez finalizada la guerra, todo el material bélico fuera de servicio (municiones, armas, vehículos de combate, etc.) es aprovechado por los menonitas, quienes construyen los primeros arados y carretas de los metales obtenidos.

A partir de la década de los ’60, las colonias menonitas experimentan un crecimiento sostenido gracias al apoyo recibido del Comité Central Menonita de Estados Unidos. Los motores del desarrollo productivo e industrial son los prestamos de inversión, mejoramiento de condiciones de trabajo y, sobre todo, la construcción de la ruta Transchaco, la primera via de comunicación terrestre en la región Occidental, que une las colonias menonitas del Chaco con Asunción. Esta ruta es construida gracias a las gestiones de los menonitas norteamericanos quienes lograron convencer a su gobierno de apoyar el desarrollo en Paraguay. El gobierno paraguayo aceptó el proyecto, pero indicó que tenia otras prioridades, como por ejemplo el mejoramiento de la ruta Asunción-Encarnación, por lo que las obras contaron con poco apoyo estatal. La ruta Transchaco fue construida con capital financiero y humano proveniente de Estados Unidos, cuyo gobierno cedió inclusive algunas máquinas sobrantes de la guerra de Corea a la comisión constructora de la ruta.

4 - EMERGENCIA Y REESTRUCTURACIÓN TERRITORIAL EN PARAGUAY: RUPTURAS Y ACELERACIONES (1980-2003)

Las décadas de los ’80, los ’90 y principios de los 2000 son prolíficas en aceleraciones, continuidades y rupturas espaciales en todo el territorio. Los principales ejes del desarrollo siguen

siendo el crecimiento demográfico, la concentración de la población urbana, el éxodo rural, la expansión de la frontera agrícola y la integración regional. Aunque la mayoría de estos fenómenos han sido estudiados a la luz de varias disciplinas, la magnitud territorial no ha sido tenida en cuenta, quizás por el peso de los estudios sobre los Recursos Naturales, que pretende incluir el aspecto espacial.

La evolución espacial que prima en este periodo, 1980-2000, es la aceleración de la ocupación de la región Oriental, así como el crecimiento urbano y la descompresión rural por el éxodo interno, dirigido en su mayor parte a Asunción y el externo, principalmente a Buenos Aires. La valorización del extremo Este del país, que comienza con la construcción de la represa hidroeléctrica de Itaipu y continua con la lenta penetración de colonos brasileños, rediseña el nuevo espacio fronterizo con el Brasil. La política estatal del gobierno paraguayo, conocida como "marcha al Este" se reveló mas tarde como una política brasileña de "marcha al Oeste",de ese país a la región Oriental. Los cultivos de renta, primero el algodón y luego la soja, fueron los rubros agrícolas claves en el proceso de esta expansión.

En el plano geopolítico, el gobierno de Stroessner (1954-1989) da un golpe de timón a las relaciones internacionales paraguayas. Así, a partir de la década del 70, la salida al mar, es decir el rompimiento del aislamiento geográfico, ya no se hace por la vía natural e histórica, el río de la Plata (eje Sur), sino por la red rutera brasileña y el nuevo puerto franco paraguayo en Paranagua (eje Este). Antes, Paraguay dependía económicamente en exclusividad de los puertos argentinos para la entrada y salida de mercancías. La dependencia política del puerto de Buenos Aires se rompe recién con la independencia de Paraguay en 1811 que, según Rodriguez Alcalá, fue realmente una independencia de la Buenos Aires amenazante que de la lejana y débil España.

Este cambio del eje Sur por el eje Este tendrá consecuencias políticas, económicas y espaciales relevantes. En el plano político significa la integración de Paraguay a la órbita brasileña en detrimento

de la argentina, lo que posibilitó que los intercambios comerciales crecieran con el Brasil, a partir de la década de los ‘70. En términos espaciales, es la región Oriental la que evoluciona. El eje Sur, fluvial, rutero y ferroviario hacia Buenos Aires, donde la ciudad fronteriza de Encarnación era el dispositivo de interfase con Argentina, fue paulatinamente perdiendo importancia ante el surgimiento del eje Este hacia Brasil y la ciudad de Puerto Presidente Stroessner, luego Ciudad del Este.[1]

Pero en el Chaco, el espacio que nos interesa, no se produjeron modificaciones relacionadas con los eventos ocurridos, pues esta región era y lo es aun, un espacio reservado y secundario. Sin embargo, otros tipos de evoluciones se producen y están representadas por el éxito agroindustrial de los menonitas, quienes encarnan la victoria sobre “el infierno verde”. La reconversión agrícola que se opera en este período, del énfasis en la agricultura a la ganadería dirigida a la producción láctea, constituye el punto de inflexión económica y territorial de todo el Chaco. Si hasta la década de los ‘60, el centro económico y social de la región Occidental se situaba en los pueblos tanineros de la margen del río Paraguay, a partir de los ‘80, el centro se desplaza hacia las colonias menonitas, coincidiendo por primera vez el centro geográfico y el centro económico del Chaco. La producción láctea del Chaco fue totalmente absorbida por el mercado paraguayo, es decir la región Oriental, hasta mediados de la década de los ‘90. Luego comienzan las exportaciones de leche y derivados a Bolivia y Brasil, en clara demostración de la buena salud de esta actividad agroindustrial.

La pérdida de rentabilidad de la actividad lechera, causada principalmente por la recesión de la economía paraguaya, que se tradujo por la disminución de la demanda interna de productos lácteos, obligó

---

[1] El cambio de denominación se produce luego del golpe de estado de 1989. Llama la atención la falta de creatividad y de agudeza en la nueva denominación de la ciudad, que no se llama ni « Alto Paraná », ni « Paraná », ni cualquier otro nombre coherente con la historia o la geografía de la zona, aunque se trate quizás de explicitar aun más el sentido del desarrollo y de la integración de esta parte del país y de todo el Paraguay: el Este.

a los menonitas a una reconversión productiva. A partir de mediados de los ‘90, éstos se concentran en la producción de ganado vacuno sin descuidar la producción lechera, ya que son los lideres y proveedores más importantes del país, con alrededor el 75 % del mercado lácteo nacional[2].

Cuadro 1 - Las colonias menonitas del Chaco paraguayo.

Colonia	Menno	Ferheim	Neuland
Origen	Canadá (Manitoba y Saskatchenwan)	Rusia (Siberia)	Rusia (Siberia)
Año de instalación	1927	1930	1947
Centro urbano	Loma Plata	Filadelfia	Neuland
Población (2002)	16.294	16.838	5.462
Producción (2002) • **Leche** • **Ganado** • **Agricultura**	82.975.649 lts. año 243.620 cabezas algodón, sorgo y maní	16.175.882 lts. año 207.603 cabezas algodón, sorgo y maní	8.736 lts. año 101.055 cabezas algodón, sorgo y maní
Productos claves	Lácteos « Trébol » Cárnicos « Chorti »	Lácteos « Coop »	Cárnicos « Neuland »

Fuente: elaboración propia.

El éxito menonita fortaleció e integró a los ganaderos paraguayos de la parte Sur del Chaco, que hasta entonces producían de forma extensiva. Los ganaderos paraguayos, actores secundarios del sistema de actores económicos del Chaco, se convierten así en componentes importantes de un nuevo dispositivo productivo que tendrá que esperar los primeros años del 2000 para emerger y afirmarse como región ganadera de calidad y de exportación. En 2002 se inauguran dos modernos frigoríficos pertenecientes a las cooperativas menonitas, acordes con los requerimientos europeos de calidad.

El crecimiento de la producción bovina, así como de la industrialización láctea y cárnica, atraen aun más a la población indígena

[2] Nestlé y Parmalat disponen de menos del 20 % del mercado de productos lácteos de Paraguay.

de varias etnias, que ofrecen su mano de obra barata, pero, sobre todo abundante, para las actividades menos calificadas del proceso productivo. Otros productores, ganaderos paraguayos y colonos europeos[3] llegados al Chaco en la década de los '80 y '90, también se concentran en torno a la zona de las colonias menonitas, que constituye el único polo urbano e industrial de esta región. La posibilidad de poder contar con servicios diversos como comunicaciones, restauración y sobre todo servicios de producción como ferreterías, maquinarias y veterinarios, hace aún más atractiva a la zona central del Chaco, como espacio para nuevas implantaciones de actores.

Sin embargo, nuevos actores se implantan en el Chaco a finales de la década de los '90 en la antigua zona taninera, lo que agrega un elemento más a la estructura territorial. Para comprender la llegada de nuevos actores, sus lógicas y actividades, es imperativo introducir análisis a escalas nacionales, fronterizas, transfronterizas y hasta mundiales.

El nuevo actor que hace irrupción en el año 2000, es la Iglesia de la Unificación de las Familias y la Paz del Mundo, mas conocida como secta Moon, que adquiere más de 600.000 has. de la empresa taninera Casado, sobre el río Paraguay, bajo el nombre de "Empresa La Victoria". A efectos prácticos, designaremos a este actor como una empresa sin connotaciones religiosas, pues sus actividades confesionales no se comparan con la vitalidad empresarial y económica del grupo Moon en el mundo. La empresa ya ha comenzado a ejecutar proyectos de producción agrícola, forestal y de turismo, destinado principalmente al mercado asiático[4].

---

[3] A inicios de los años '80, la llegada a la presidencia de Mitterrand en Francia produce incertidumbre en algunos empresarios franceses quienes ante el temor de que aumenten los impuestos a la riqueza, emigran al exterior. Algunos llegan a la zona Noroeste del Chaco y desarrollan actividades productivas (jojoba y ganadería) sin mayor suceso. Así mismo, ciudadanos alemanes son atraídos por el bajo costo de la tierra en el Chaco.

[4] Existe un desconocimiento sobre las actividades y proyectos de la empresa así como su inacccesibilidad, debido principalmente al ataque mediático que ha soportado. La problemática más importante constituye la población del pueblo La Victoria, también llamado Puerto Casado, quienes han logrado la expropiación por parte del Estado, de 50.000 hectáreas para los pobladores de la zona.

El escenario se completa con los ganaderos brasileños que comienzan a comprar grandes extensiones de tierra en el Noreste del Chaco. La instalación de nuevas estancias de producción ganadera intensiva responde a la demanda del mercado regional brasileño, centrado sobre el estado de Mato Grosso do Sul y la ciudad de Campo Grande. Si bien los propietarios brasileños viven en el Brasil, la aviación privada[5] permite administrar las explotaciones a distancia. La gran mayoría de los obreros y encargados de estas estancias son también brasileños. Esto demuestra que la penetración brasileña y la dinamización del espacio paraguayo no se reduce a la sola región Oriental, sino que se expande también al Chaco.

Si la zona central del Chaco, poblada por los menonitas, sigue siendo el centro neurálgico de esta región por las actividades industriales y por hallarse conectada a la capital, Asunción, mediante la única ruta pavimentada, los actores recién llegados no parecen estar interesados ni en la zona central ni en la ruta transchaco, como infraestructuras estructurantes de sus actividades.

La falta de políticas públicas y de una presencia efectiva del aparato estatal sobre el territorio, el Chaco es un espacio privilegiado para la implantación de actores privados nacionales y extranjeros, los cuales disponen de medios y objetivos diferentes y contradictorios. Es innegable también que estos actores implementan sus diversas estrategias territoriales a escalas diferentes.

Ante este estado de "ebullición" territorial sobre un espacio considerado difícil, marginal y repulsivo, es válido cuestionarse acerca de los tipos de intereses en juego y las razones de la nueva "atracción" del Chaco. Las respuestas no serán sencillas ni habrá que buscarlas dentro de los debilitados límites del Estado paraguayo, aunque éste sea, el primer administrador del territorio.

---

[5] Los propietarios disponen de avionetas particulares, que les posibilitan una comunicación y un control fluido desde el Brasil. Por otra parte, los presidentes de Paraguay y Brasil, Nicanor Duarte Frutos y Luís Ignacio Da Silva, ya aprobaron la construcción de un nuevo puente sobre el río Paraguay, que unirá el Chaco con el estado de Matto Grosso del Sur, entre las comunidades de Carmelo Peralta en Paraguay, y Puerto Murtinho en Brasil.

Cuadro 2 - Tierras de propietarios extranjeros en el departamento de Alto Paraguay (Noreste), lista no exhaustiva.

Ubicación	Propietario	Hectáreas	Origen	Actividad principal
Port La Victoria	La Victoria S.A. (Secta Moon)	400.000	Grupo coreano	Agricultura, ganadería y turismo
Pto. Esperanza	La Victoria S.A. (Secta Moon)	200.000	Grupo coreano	Agricultura, turismo
Pto. Verde		120.000	Brasileño	Ganadería
Pto. Caballo	Timoty Towell*	80.000	Norte americano	Desconocida
Pto. Leti	La Victoria S.A. (Secta Moon)	85.000	Grupo coreano	Turismo
Ko'ejhu		40.000	Alemán	Ganadería
Estancia Maria		20.000	Brasileño	Ganadería
Kuñatai	Maidana	15.000	Brasileño	Ganadería
Pto. Triunfo		15.000	Brasileño	Ganadería
Estancia Miranda		10.000	Alemán	Ganadería
Total		**985.000**		

* Ex embajador norteamericano en Paraguay durante los años 1990
Fuente : Diario Abc Color, Asunción, 17 octubre 2002.

Las escalas regionales, continentales y mundiales podrían ser los hilos conductores que expliquen, en parte, la nueva configuración regional del Chaco paraguayo y hasta del Gran Chaco Sudamericano. Así mismo, las estrategias de los actores antiguos y nuevos del Chaco obligan a integrar el enfoque de la mundialización, entendida como una aceleración de los flujo crecientes de hombres, capitales, bienes y servicios, entre las diferentes partes del mundo.

5 - LA INTEGRACIÓN REGIONAL EN DOS MODELOS, COMPLEMENTACIÓN Y COMPETENCIA

a. Del Mercosur al Atlántico.

Uno de los vectores más importantes del proceso de mundialización es la figura de la integración regio-

nal[6]. En el caso de Paraguay, la emergencia del Mercosur ha acelerado la integración interna dentro de éste o, como lo indica Rodriguez Alcalá, “mientras que Paraguay y Uruguay se integran al Mercosur, Argentina y Brasil se integran al mundo”.

En efecto, el nacimiento del Mercosur se da casi al mismo tiempo que el retorno del país a la vida democrática, producidos el primero en 1989 y el segundo, en 1991 respectivamente. Para el Paraguay, el Mercosur tiene una significación particular, especialmente en materia de relaciones internacionales, vinculada directamente con el fin del antagonismo entre Brasil y Argentina[7]. Visto desde Paraguay, el Mercosur es un dispositivo económico y comercial de fuerte vocación Atlántica –todos los puertos brasileños y argentinos están sobre el océano Atlántico-, producto de la historia e influencia platina.

Las estadísticas[8] demuestran que el Mercosur no hace más que reforzar esta tendencia de integración paraguaya y de rompimiento del encierro geográfico gracias y a través de sus dos grandes vecinos, especialmente Brasil. El cambio de orientación de los intercambios paraguayos, del eje Sur -Argentina- al eje Este -Brasil-, mantuvo y reforzaró la salida al Atlántico, que incluía el monitoreo de la economía paraguaya por los dos vecinos, al controlar los flujos de entrada y de salida.

---

[6] No obstante puede analizarse la integración regional como una defensa o reacción para limitar los efectos negativos de la mundialización y, al mismo tiempo, aprovechar mejor las oportunidades que ésta ofrece.

[7] La confrontación geopolítica entre los dos grandes países de la región fue siempre una amenaza para Paraguay, que tuvo una política pendulante con sus dos vecinos. Sin embargo, Stroessner aprovechó de manera excelente los juegos de poder en la década de los ‘70, cuando Brasil y Argentina se disputaban el potencial energético del río Paraná, que luego se materializó en las construcciones de las represas de Itaipu y Yacyreta. Ambos tratados fueron resistidos por los geopolíticos brasileños y argentinos, quienes criticaban a sus gobiernos respectivos por los « beneficios excesivos » concedidos a Paraguay.

[8]Decidimos no incluir estadística económica, pues lo que nos interesa demostrar son las manifestaciones territoriales de los procesos económicos.

No es sorprendente que las tres ciudades más importantes en términos demográficos y de producción de riqueza de Paraguay sean fronterizas. De esta forma, Asunción, Ciudad del Este y Encarnación son los polos urbanos, económicos y comerciales más dinámicos del país o, siendo más precisos, de la región Oriental.

Pero es esta región -el Paraguay verdadero- la que se integra al Mercosur; el Chaco sigue siendo una gran periferia dentro del esquema paraguayo. Pero, si incluimos en la escala de análisis al Gran Chaco percibimos que se trata de una gran isla periférica y secundaria de Argentina, Paraguay y Bolivia. Esta gran región no forma parte del área de influencia directa del Mercosur, muy centrado sobre la costa atlántica y sobre las metrópolis -Buenos Aires, São Paulo, Río de Janeiro-.

b. De la Zicosur al Pacífico

La Zicosur - Zona de Integración del Centro Oeste Sudamericano- es una instancia de integración regional cuyo aire de acción coincide prácticamente con el ecosistema del Gran Chaco - Suroeste de Bolivia, Noroeste de Argentina, el Chaco paraguayo y el Norte de Chile-, pero con una salida marítima en el Norte chileno. A diferencia del Mercosur, la Zicosur agrupa a los actores locales y regionales, mas no nacionales, en el sentido de los poderes ejecutivos de los Estados-Nación. El objetivo principal de la Zicosur es el desarrollo del comercio con los mercados de la cuenca del Pacífico y, especialmente, con los países asiáticos. Las regiones miembros la definen como “unión de las periferias del centro Sur del cono Sur”.

La iniciativa de la conformación de la Zicosur nace en la región de Antofagasta, Chile, con la intención de generar un desarrollo regional basado en la infraestructura portuaria de toda la franja costera chilena y, al mismo tiempo, atraer a los actores socio-económicos de la macroregión andina, en donde se agrega el Gran Chaco Sudamericano.

La característica principal de la Zicosur radica en que los actores miembros provienen de las zonas periféricas de cada uno de los países, lo que nos lleva a considerarla como el “Club de los periféricos”, frente al Mercosur como “Club central”. Otro factor que caracteriza la Zicosur es su formato “regional”, con regiones interrelacionadas por una historia y una geografía común, ante un Mercosur articulado por los Estados Nación.

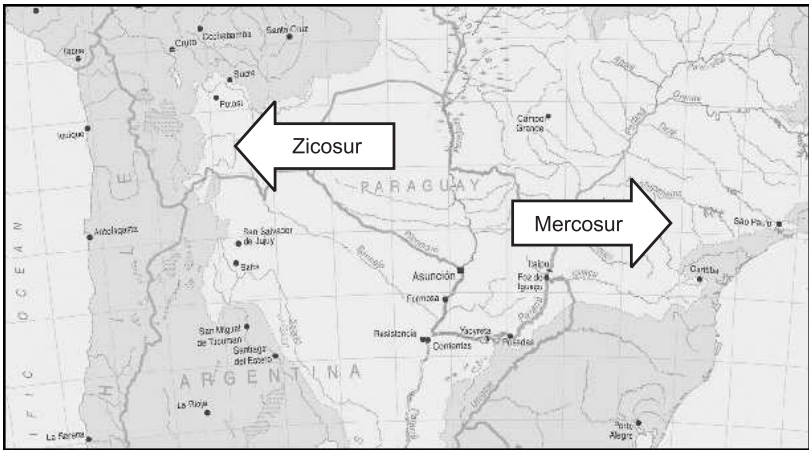
Las primeras acciones de la Zicosur han sido dirigidas a la creación y mejoramiento de las infraestructuras de comunicación, con énfasis en los pasos andinos entre Argentina y Chile, así como los trechos entre Bolivia y Argentina, Bolivia y Paraguay, y Paraguay con Argentina. Si bien todas las regiones interiores del Cono Sur esperan poder lograr niveles crecientes de integración regional, son los países mediterráneos, especialmente Bolivia, los más esperanzados de poder romper el aislamiento mediante esta nueva instancia.

Entre las regiones de la Zicosur, el Chaco paraguayo presenta los niveles más bajos de densidad poblacional, lo que le incide considerablemente en la integración regional. Por su parte, el gobierno paraguayo no manifiesta un interés fuerte en la Zicosur, quizás porque tiene otras áreas de acción prioritarias y porque históricamente, el Chaco ha sido dejado en manos de actores privados y, como lo indicamos antes, con fuerte componente extranjero

c. Los corredores de integración, las nuevas venas de la economía continental

La idea de unir los océanos Atlántico y Pacífico tiene una larga historia que se remonta incluso hasta antes de los años ‘50, cuando la mayoría de los países del continente intentaba integrar sus espacios periféricos a través de la colonización interna, acompañada casi siempre de infraestructura de comunicaciones. Cada país implementó políticas diferentes, privilegiando la red rutera o el ferrocarril, según un conjunto de condiciones físicas y económicas de las regiones en cuestión.

Mapa 1 - Modelos de funcionamiento de la integración regional para Paraguay : entre el Mercosur de los Estados y la Zicosur de las regiones.



A mediados de los años ‘90, el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) se involucra en los proyectos relacionados a los corredores bioceánicos, mediante el financiamiento de las obras. Se definen además tres corredores principales: uno al Norte, otro al Sur y el Central, con un énfasis en la articulación de los dispositivos de comunicación entre los países. Mientras que de la Corporación Andina de Fomento (CAF) y del Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA) se convierten en las instituciones regionales de gestión.

En Paraguay, el territorio directamente afectado por el Corredor Central es el Chaco, que logrará de por este medio romper la dependencia de la región Oriental e integrarse mejor a la macro región del Gran Chaco, que se unirá a su vez por múltiples vías a los sistemas andinos y platinos. La ruta Transchaco tendrá que ser conectada a las rutas argentinas y bolivianas, que ya están conectadas a las chilenas y orientadas casi todas a los puertos de Mejillones, Antofagasta, Iquique y Arica en el norte Chileno. Cuando se disponga de esta red caminera, Paraguay contará con una nueva vía de salida exterior, a la cual denominamos « Eje Noroeste ». La particularidad reside en que esta nueva vía de quiebre del aislamiento

no responderá, al menos de forma explícita, a los intereses argentinos ni brasileños que, en el caso de Paraguay han estructurado siempre el territorio.

Existen muchos trechos que aun no son funcionales, lo que indica que los corredores están en el estadio de proyectos, pero con avances prometedores, así como los discursos de sus actores, en su mayoría utópicos, que lo conciben como el soporte de entrada al mercado asiático, donde el Cono sur aparecería como proveedor de alimentos para más de « mil millones de asiáticos ».

Pero, la realización de las obras de infraestructura de los corredores bioeceánicos, y por ende el soporte básico de la Zicosur, pasan indefectiblemente por las instituciones públicas para las cuales, en el caso de Paraguay, no constituyen todavia una prioridad ni nacional ni regional. Contrariamente a lo que podría esperarse, los actores privados del Chaco, que hasta hoy supieron movilizar sus propios recursos para comunicarse con las otras regiones, hacen un llamado al Estado paraguayo para la materialización de las infraestructuras, debido a que su la envergadura impide que sean integradas como costes de los actores privados.

6 - LA NUEVA CONFIGURACIÓN TERRITORIAL: MARGINALIZACIÓN NACIONAL Y CENTRALIDAD REGIONAL

El Chaco paraguayo se encuentra viviendo un período de intensas modificaciones espaciales, debido en mayor medida a la gran dinámica económica y la diversificación de sus actores. Las colonias menonitas constituyen el centro agroindustrial de todo el Chaco. Sin embargo, la llegada de nuevos actores, sobre todo en la franja del río Paraguay, podrían originar competencia por el centro económico de la región, manteniendo siempre las antiguas tendencias territoriales,

lo que podríamos llamar “el resurgimiento de la franja del río Paraguay”, luego de su período de gloria con la explotación del quebracho y la producción industrial de tanino.

La estrategia menonita parece orientarse hacia la diversificación productiva y la ampliación de los mercados internacionales, ante el casi copamiento del mercado lácteo paraguayo. Los dos modernos frigoríficos que poseen, uno de los cuales está ubicado en las afueras de Asunción, constituyen el nuevo producto clave para imponerse en el mercado nacional, aunque orientado sobre todo al mercado externo.

La cuota Hilton, que permite le exportación de productos cárnicos a Europa[9] y Chile[10], es el condicionante del éxito de los ganaderos menonitas y paraguayos del Chaco. Con una lógica contraria, los ganaderos brasileños del Noreste chaqueño, dirigen su producción hacia el mercado del estado de Matto Grosso del Sur. Para éstos, el Chaco paraguayo no sería otra cosa que un dispositivo productivo más allá de la frontera brasileña, con un funcionamiento financiero-tecnológico similar al de la soja en la región Oriental[11].

Los proyectos de las empresas pertenecientes a la secta Moon, tienen una estrategia de implantación continental, basad en el privilegio dos ejes de comunicación. Por un lado la Cuenca del Plata y la proyectada Hidrovía, donde sus empresas disponen de tierras en las

---

[9] Argentina y Brasil también disponen de cupos de exportación de carne, lo que produce una serie de conflictos bilaterales causados por la fiebre Aftosa. La aparición de esta enfermedad cancela automáticamente las exportaciones. Paraguay emerge ante sus vecinos como el peor alumno en la lucha contra la enfermedad, mientras que algunos ganaderos hacen referencia a una competencia desleal dirigida por Brasil y Argentina.

[10] El el caso del mercado chileno se conjugan intereses económicos y políticos de envergadura, especialmente entre Chile y Brasil. Chile parecería preferir la carne paraguaya, aduciendo que Brasil envía la mejor carne a Europa dejando a Chile la producción de segunda calidad.

[11] La soja producida por los brasileños en la región Oriental tiene asesoramiento técnico de la EMBRAPA, *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária*.

adyacencias de los ríos Paraná y Paraguay, así como complejos portuarios en Uruguay y Argentina. El otro eje parece constituirse en torno a los corredores bioeceánicos. En efecto, la secta dispone de tierras en Bolivia, Brasil y Paraguay en las áreas de influencia de las rutas de integración y pretendería disponer y controlar el megapuerto de Mejillones.

No es sorprendente que gran parte de los actores socioeconómicos del Chaco sean extranjeros, a excepción de los ganaderos nacionales, ya que el espacio la región Oriental sigue siendo la zona de predilección de los paraguayos. En el caso de los menonitas, poseen la nacionalidad paraguaya, pero funcionan culturalmente con un fuerte sentimiento solidario y comunitario que los mantiene unidos a sus raíces culturales.

7 - CONCLUSIÓN

La conjunción de los procesos de integración regional, con el gigante Mercosur y la incipiente Zicosur, a la que se agregan los corredores bioeceánicos y los nuevos actores recientemente implantados, modifican radicalmente la lectura tradicional de las evoluciones territoriales, inclusive de aquellas regiones más aisladas y marginadas, como el Gran Chaco Sudamericano.

Las estrategias productivas y comerciales de los actores del Chaco demuestran que se trata de un territorio activo y dinámico, que sin embargo sigue representando una periferia para el estado paraguayo. Esto nos lleva a concluir que esta región está inmersa en un proceso de mundialización, con sus aceleraciones y reconfiguraciones espaciales propias, pasando de una región marginal y repulsiva a una región dinámica, en vías de integración transfronteriza y transregional. Intereses económicos, religiosos y geopolíticos hacen que el Chaco paraguayo emerja como un espacio en transición. En el caso de los menonitas, representan una experiencia de adaptación constante a los nuevos desafíos económicos, comerciales y hasta territoriales, y

sorprenden por el carácter religioso tradicional y comunitario de los grupos menonitas.

La simple sumatoria de actores y actividades demuestran la aparición de nuevos centros productivos -menonitas en la zona central, Ganaderos paraguayos en el Sur, Secta Moon y Ganaderos Brasileños en el Noroeste- con diferentes lógicas, capitales y mercados, produciendo un equilibrio relativo de la región. Esta ya no se encuentra centrada ni articulada por los menonitas de la zona central, sino que cada actor meneja escalas diferentes, donde se conjugan las actividades locales con las infraestructuras regionales y los mercados mundiales, convirtiendo a todo el Chaco en un espacio mundializado, a pesar de la visión que siguen teniendo los paraguayos de la región Oriental.

A la escala nacional, el Chaco aparece entonces como un espacio no integrado al "Paraguay propiamente dicho", un espacio reservado y secundario. Pero, si el análisis se efectúa a una escala regional o continental, este territorio surge como un espacio dinámico, en franca emergencia y pilotado por actores económicos privados y extrangeros.

La historia de la ocupación y del aprovechamiento de los recursos del Chaco se caracteriza por un fuerte componente externo: empresas argentinas, inglesas y estadounidenses dedicadas a la producción de tanino; colonos menonitas de origen europeo; ganaderos brasileños y la secta Moon, considerada como una multinacional de origen coreano.

A la escala nacional, el espacio paraguayo aparece formado por dos territorios desarticulados y con un desarrollo a velocidades y lógicas distintas, sin dejar de ser elementos espaciales de la misma unidad territorial. Se produce entonces una disyunción espacial y económica, que origina un Paraguay bicéfalo, aunque todavía esto sea imperceptible para la región Oriental o el "Paraguay verdadero", que no conoce ni valora los recursos y desafíos que porta en sí el Chaco. El nuevo territorio del Chaco surge entonces como una conjunción de fuerzas económicas y geográficas entre actores antiguos y nuevos, por un lado, y entre espacios activos y repulsivos, por el otro.

BIBLIOGRAFÍA

AMILHAT SZARY, A. L'intégration continentale aux marges du Mercosur: les échelles d'un processus transfrontalier et transandin. In: *Revue de Geographie Alpine.* tome 1, n.3. 2003.

BORRINI, H. Poblamiento y colonización en el Chaco paraguayo (1850-1990). *Cuadernos de Geohistoria Regional* .n. 32. Conicet: Resistencia,1997

GAIGNARD, R. Le Paraguay. In : DELAVAUD, C. *L'Amérique latine, approche géographique régional*. Paris : Bordas, 1973. tome 2, p. 115-135.

KLEINPENING, J. *Man and Land in Paraguay*. Amsterdam: CEDLA, 1987.

RATZLAFF,G. *La ruta Transchaco, proyecto y ejecución*. Asunción, 1999.

RODRIGUEZ ALCALÁ, J. Una ecuación irresuelta: el Paraguay-Mercosur. In: *Los desafíos del Mercosur*. Buenos Aires: Clacso, 2001.

SAFAROV, A. El territorio como factor dinámico de la integración: la ZICOSUR. *Revista Persona*. Buenos Aires, 2000.

SOUCHAUD, S. *Pionniers brésiliens au Paraguay*. Paris : Karthala, 2002. 406 p.

VÁSQUEZ, F., GUIBERT, M. *Le Chaco paraguayen:* entre le Mercosur des Etats et la Zicosur des régions. Concurrence et complementarité d'intégration. L'ordinaire Latioamericain. Actualités du Mercosur. Toulouse, 2004. n.196.

VÁSQUEZ, F. *Intégration et desenclavement au Paraguay*: les dynamiques transfrotnalieres au cœur du developpement territorial. Colloque International Cuenca del Plata. Université de Toulouse Le Mirail, 2004.

COOPERACIÓN Y COMPETENCIA INTERNACIONAL DE REGIONES: HACIA NUEVAS FORMAS DE GESTIÓN DE DESARROLLO REGIONAL BINACIONAL

Pablo Wong-González*

* Profesor-Investigador Titular de la Coordinación de Desarrollo Regional del Centro de Investigación en Alimentación y Desarrollo, A.C. (CIAD), Hermosillo, Sonora, México.

1 - INTRODUCCIÓN

De manera similar a las corporaciones, al emerger como entes económicos y políticos en la arena global, actualmente las regiones llevan cabo asociaciones y alianzas estratégicas entre sí buscando elevar sus niveles de competitividad, aprovechar complementariedades y localización geográfica, acceder a mercados y fuentes de inversión, así como beneficiarse de la innovación tecnológica, entre otros aspectos. Sin embargo, esta tendencia creciente de sincronización local-global parece encontrar aún fuertes retos y dificultades desde la perspectiva territorial-funcional entre distintos ámbitos de gobierno.

Existen visiones opuestas sobre las relaciones e interacciones internacionales a escala fronteriza, ya sea vistas desde el gobierno central (federal), por un lado, y desde los estados o comunidades fronterizas, por otro. En la actualidad, mientras que para la mayoría de las regiones o estados fronterizos la contigüidad geográfica es tomada como una oportunidad para incrementar los flujos comerciales y de servicios, la integración y la complementariedad económicas, para los gobiernos federales –por el contrario-, en general la línea fronteriza es vista como sinónimo de migración ilegal, contrabando y narcotráfico. Esta situación se agudiza en momentos de crisis económica, convulsión política, amenaza terrorista o de conflicto bélico. Es decir, desde el punto de vista de los Estados nacionales, más que puntos de vinculación, tradicionalmente las regiones fronterizas han sido consideradas puntos de conflicto y separación.

Las fuerzas detrás de los procesos relativamente recientes de integración internacional y globalización han inducido a retomar esta discusión a la luz de nuevas tendencias descentralizadoras y de la búsqueda de estrategias más autónomas de desarrollo local y regional en una gran cantidad de países. Relacionado con ello, se ha argumentado que la creciente "ola globalizadora" ha realzado la importancia de las regiones fronterizas transnacionales, debido a las externalidades económicas y ambientales producidas por dicho proceso y a las cuales gobiernos, empresas y otras instituciones deben abordar de una manera conjunta (NIJKAMP, 1993; BAILEY, 2003; PAVLAKOVICH-KOCHI, MOREHOUSE y WASTL-WALTER, 2004). Si en la etapa de una economía cerrada las regiones fronterizas mantenían una importante interdependencia con el exterior, en la actualidad, más que para otras unidades territoriales del interior, el desarrollo regional tiene un profundo carácter internacional.

Inducido por ese perfil de entidades transnacionales que de forma creciente las regiones están adoptando con la integración, las "cuestiones transfronterizas" han sido retomadas recientemente para analizar desde sus implicaciones económicas y comerciales (BAILEY, 2003), hasta aspectos de órdenes e identidades (ALBERT, JACOBSON

Y LAPID, 2001), patrones culturales, migración y seguridad (MERCADO y GUTIÉRREZ, 2004), la emergencia de espacios sociales y ciudadanías transnacionales (VELASCO, 2002; LANLY y VALENZUELA, 2004), y planteamientos relacionados a los nuevos patrones territoriales emergentes y fronteras digitales producto de la virtualización de la economía (WONG-GONZÁLEZ, 2002). Asimismo, han aparecido estudios sobre factores de conflicto y cooperación en regiones transfronterizas de Europa y América del Norte, procesos que transcienden las esferas políticas y culturales (PAVLAKOVICH-KOCHI, MOREHOUSE y WASTL-WALTER, 2004).

Precisamente, en el contexto de América del Norte, el creciente proceso de integración norte-sur entre las economías de los tres países (Canadá, Estados Unidos y México), formalizado en el Tratado de Libre Comercio (TLC), parece haber inducido la intensificación de una especie de competencia oeste-este entre regiones (estados) subnacionales. Una de las formas en que se ha manifestado esta competencia inter-territorial, es la *formalización* de acciones y esquemas regionales conjuntos de gestión del desarrollo bajo un contexto binacional o transfronterizo, mediante los cuales se intenta mejorar su posición competitiva en un mercado de libre comercio norteamericano, cada vez más globalizado. Como resultado, de la tradicional existencia de regiones fronterizas transnacionales que operaban de forma funcional -*de facto*-, se presenta ahora un proceso de conformación formal -*de jure*- de las mismas. Estos esquemas novedosos de acciones transfronterizas conjuntas, como especie de "alianzas estratégicas" regionales a través de las fronteras, probablemente rebasan la noción de "Estado-región" de Kenichi Ohmae (1993), tendiendo a conformar lo que analíticamente Sergio Boisier (1993) conceptualiza como regiones "asociativas" y "virtuales".

En ese sentido, con diferentes grados, alcances y condiciones, en el contexto de Norte y Sud-América se iniciaba un proceso similar al de Europa, que quizá representa el mejor ejemplo de esta tendencia de colaboración inter-regional. En base a la experiencia europea, ya desde

principios de los años ochenta se había sugerido la idea de explorar la posibilidad de llevar a cabo acuerdos más formales de cooperación entre regiones fronterizas de México y los Estados Unidos, así como entre éstas últimas y del Canadá (HANSEN, 1983). Llama la atención que a pesar de que tal sugerencia de planeación transfronteriza haya sido calificada por algunos analistas como un caso de "provocación sofisticada" (FRIEDMAN y MORALES, 1985), en los noventas acciones regionales transfronterizas conjuntas empiezan a tomar auge.

Un ejemplo concreto del proceso anteriormente señalado se expresa en el proyecto conocido como *Visión Estratégica del Desarrollo Económico de la Región Sonora-Arizona (VEDERSA)*, en el cual los estados de Sonora (México) y Arizona (EEUU) son concebidos como una región económica conjunta para alcanzar mayores niveles de complementariedad y competitividad en los mercados internacionales. Para el caso de Sonora, esta estrategia es vista como un mecanismo que le permitiría reposicionar y/o fortalecer su condición competitiva frente a estados pujantes como Nuevo León y Baja California; para Arizona existe una expectativa similar con relación a California y Texas. Precisamente, el objetivo central de este trabajo es abordar y describir el emergente proceso de asociación internacional de regiones y, a partir de ello, analizar las perspectivas de la Región Sonora-Arizona como un ejemplo de alianza estratégica o "región asociativa transfronteriza" en América del Norte, considerando los avances en la colaboración así como los retos y conflictos resultantes del proceso de interacción. Como antecedentes se abordará la emergente conformación de alianzas estratégicas regionales transfronterizas en Norte y Sud-América.

2 - LA EMERGENCIA DE REGIONES TRASFRONTERIZAS FORMALIZADAS

En los Estados-regiones, caracterizado por Ohmae (1993) como zonas económicas naturales, los límites no son

definidos por criterios político-administrativos, sino por la fuerza de los mercados globales. Sus vínculos principales tienden a desarrollarse con la economía global y no con sus respectivas economías nacionales. Dentro de este tipo de zonas económicas transfronterizas se mencionan las regiones conformadas por Hong Kong y la provincia de Guangdong en el sur de China, el "triángulo de crecimiento" entre Singapur e Indonesia, así como la región Tijuana-San Diego en la frontera México-Estados Unidos (OHMAE, 1993).

En el contexto de las franjas fronterizas de Canadá-Estados Unidos y de Estados Unidos-México, se han identificado al menos once regiones que contienen algunos elementos de los definidos en los denominados "Estados-regiones". Larry Swanson (1994) ha llamado la atención sobre la emergencia de *regiones económicas transnacionales* en América del Norte, espoleada por acuerdos de apertura comercial como el Tratado de Libre Comercio (TLC). Estas regiones económicas transnacionales, de corte *funcional*, se constituyen a partir de la acción de grupos y cámaras empresariales, asociaciones comunitarias y gobiernos locales, donde se desarrollan iniciativas y acciones para incrementar los flujos comerciales, localización industrial, la planeación del transporte y cruces fronterizos, entre otras.

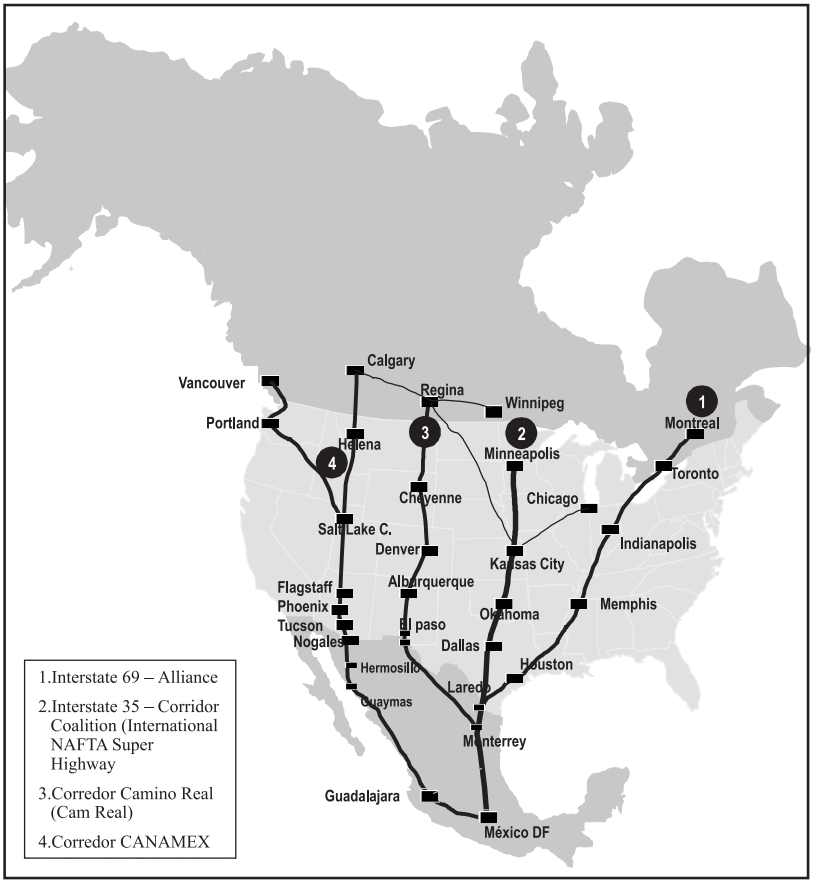
Una estrategia adicional bosquejada para aprovechar las oportunidades resultantes de la liberalización comercial a escala transfronteriza es el diseño de *"supercarreteras" transnacionales o "corredores" económicos o comerciales*. En los países del continente americano esta estrategia ha estado ligada principalmente a la formación del TLC y del Mercosur. En años recientes, estos corredores han sido considerados nuevas regiones de planeación, complementando las unidades de planeación más convencionales como áreas administrativas subnacionales o cuencas hidrográficas y atravesando los límites físicos, políticos, sociales, económicos y administrativos tradicionales (BENDER, 1998). Bajo este esquema, las ciudades se convierten en los actores principales de la creación y

desarrollo del potencial de dichos corredores. De hecho, se ha calificado a los corredores comerciales como la tercera generación de unidades de planeación regional a lo largo de varias décadas del desarrollo moderno en América Latina. De acuerdo a Bender (1998), las rutas de comercio intra e inter-regionales trazadas a partir de tratados comerciales internacionales apoyan las conexiones urbanas ya existentes, forjando también nuevos vínculos entre ciudades dominantes y en crecimiento; en esta perspectiva, los corredores conjuntan en formas novedosas, ciudades con cambiantes dependencias, infraestructura económica, social y física, mercados de trabajo, áreas de servicios y demandas por bienestar.

A pesar de no existir una definición clara de lo que constituye un "corredor" comercial internacional, algunas de sus características clave son las siguientes (Arizona Trade Corridor, 1993: 2): a) una infraestructura física bien desarrollada, incluyendo vínculos a través de autopistas, ferrocarril, aéreos y marinos, así como puertos de entrada; b) una estructura comercial establecida y apropiados incentivos comerciales, comprendiendo instalaciones de almacenamiento y distribución, zonas de libre comercio (francas) y un marco normativo estandarizado; c) una infraestructura tecnológica regionalmente integrada, conteniendo bases de datos sobre comercio y boletines electrónicos en tableros a lo largo del corredor; d) profesionales competentes y expertos en negocios, incluyendo agentes aduanales, transportistas y contadores, abogados, consultores y académicos internacionalmente calificados; y e) una red desarrollada de vínculos sociales, políticos y de negocios a lo largo del corredor.

En el área norteamericana, la idea central de estos proyectos es fomentar el crecimiento norte-sur, además de fortalecer la posición en las rutas oeste-este, de los estados, regiones o localidades involucradas. Entre los corredores más importantes que están siendo desarrollados están los siguientes (WONG-GONZÁLEZ, 1998 y 2002): 1) el *Corredor Interstate 69;* 2) *Interstate 35*, conocido también

Figura 1 - Corredores Comerciales - "Supercarreteras" de América del Norte



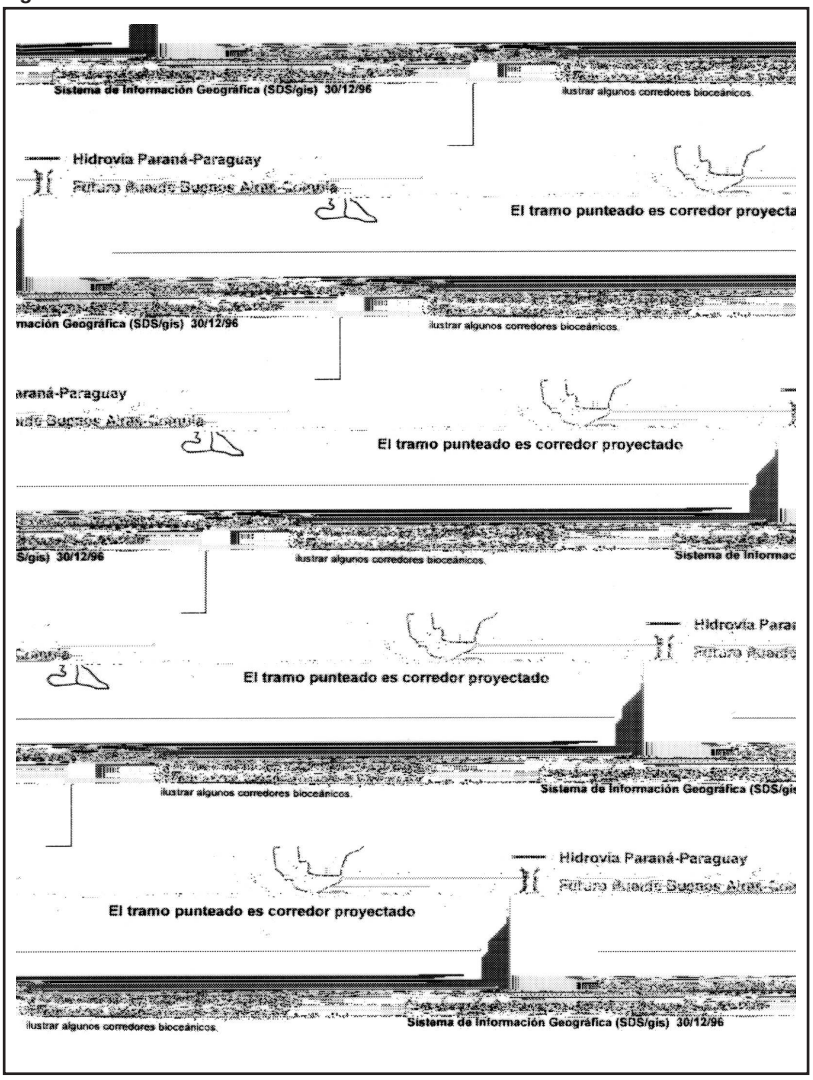
Fuente: Elaboración propia

como *International NAFTA Superhighway;* 3) *Corredor Camino Real*; y 4) el *Corredor*, hacia el oeste de norteamérica (**Figura 1**).

De manera similar, a raíz de la proliferación de acuerdos de libre comercio en América del Sur, particularmente en el área del MERCOSUR, se ha retomado la idea de potenciar los corredores comerciales como una forma de desarrollo local y regional. Si bien la mayoría de estos proyectos aún mantienen características muy marcadas de corredores de transporte, existe una tendencia hacia su progresiva utilización como corredores de comercio, industriales y de

servicios. Entre los principales corredores identificados están el *Biocéanico, Transcontinental Central, Libertadores, Atlántico y Transandino Central* (**Figura 2**).[1]

Figura 2 - Corredores Inter-oceánicos de América del Sur



[1] Un análisis de los principales corredores de transporte en América del Sur y América Central puede encontrarse en el informe de OEA (1995).

Ante la emergencia de regiones económicas transnacionales funcionales, recientemente se ha presentado un proceso *de formalización* de dichos esquemas de interacción e integración transfronterizas. Esta tendencia ha dado lugar a la conformación de formas territoriales organizadas de gestión del desarrollo regional, perfilándose lo que Sergio Boisier (1993) ha definido en la novedosa noción de *"regiones virtuales"*. Boisier (1993: 13) considera una "región virtual" como "el resultado de un acuerdo contractual (formal o no) entre dos o más regiones pivotales o bien asociativas, para alcanzar ciertos objetivos de corto y mediano plazo". En el contexto europeo, desde hace algunos años se han venido desarrollando este tipo de acuerdos contractuales entre regiones, no necesariamente con contigüidad geográfica, para el intercambio de información y experiencias en materia de desarrollo local; el desarrollo de programas de investigación y tecnológicos; vínculos de producción, comercialización, infraestructura y transporte; lazos en los campos social y cultural, entre otros. Tal es el caso, por ejemplo, de una de las primeras alianzas entre los llamados cuatro "motores regionales", integrada por Lombardía (Italia), Ródano-Alpes (Francia), Cataluña (España) y Baden-Wurttemberg (Alemania). Asimismo, la cooperación que la región italiana de Emilia-Romaña ha llevado a cabo con Valencia (España), los estados de Baden-Wurttemberg y Hesse (Alemania), Cracovia (Polonia), Nueva Jersey (Estados Unidos) y Dinamarca (SENGENBERGER, 1993).

Es conveniente señalar que la formalización de los procesos de integración de estas regiones económicas fronterizas transnacionales, no significa la pérdida de su posición o estatus político-administrativo dentro de sus respectivos países. Más bien representan formas no ortodoxas de gestión del desarrollo regional, adoptando esquemas *de planeación regional binacional*. Bajo estos procesos, por lo tanto, se instauran nuevas formas de competencia, complementariedad y competitividad internacional de regiones.[2]

---

[2] Una descripción de las acciones y manifestaciones recientes relacionadas a la competencia y competitividad internacional de regiones en México y Estados Unidos puede encontrarse en Pablo Wong-González (1997).

La formalización de los procesos de integración regionales adquiere formas variadas como “regiones económicas binacionales”, “corredores comerciales” o “proyectos transfronterizos de gran visión”. Sin embargo, independientemente de su forma o estructura específicas, todas estas organizaciones territoriales tienen en común un objetivo central: mejorar la posición competitiva de sus regiones en los mercados de Norteamérica y del mundo. En grado significativo, en este tipo de acciones y proyectos -siguiendo la conceptualización de Boisier (1992)-, se intentan esquemas que pretenden imprimirle a las regiones un carácter de *“cuasi-estados”* en la esfera político-administrativa, y de *“cuasi-empresa”*, en la económica o tecno-productiva.

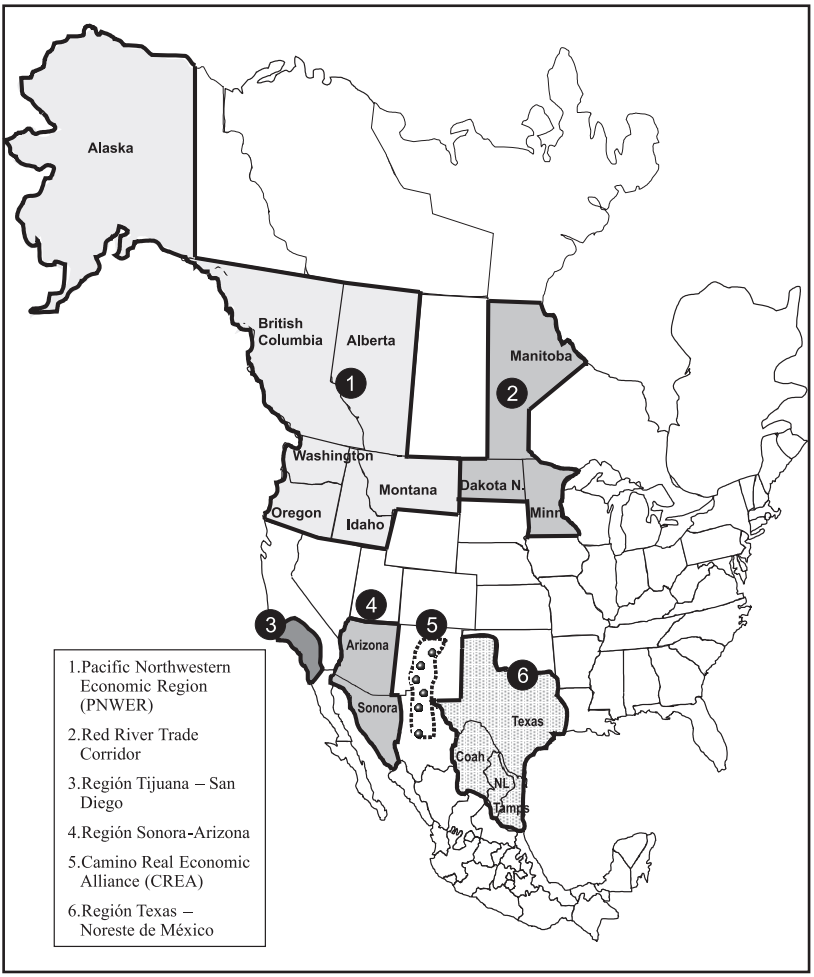
Entre las iniciativas más notables de este tipo y que han alcanzado un grado importante de madurez en su formalización, están las siguientes (**Cuadro 1 y Figura 3**):

a. En la frontera Canadá - Estados Unidos:

Pacific Northwestern Economic Región (PNWER). Esta región, que contiene a la llamada Región Cascadia, está integrada por dos provincias canadienses (Alberta y British Columbia) y cinco estados de la Unión Americana (Alaska, Idaho, Oregon, Montana y Washington). Se estima que el Producto Interno Bruto (PIB) conjunto de las siete jurisdicciones de la región, vistas como entidad económica única o país, ascendería a alrededor de $ 350 billones de dólares, constituyéndose en la décima economía más grande del mundo. PNWER se creó en 1991 por acuerdo legislativo. Los principales agentes involucrados en el proyecto son las provincias, los estados y los sectores público y privado.

Red River Trade Corridor. Está conformada por la provincia canadiense de Manitoba y los estados de North Dakota y Minessota de la Unión Americana. Cuenta con una población regional de 1.5 millones de habitantes y registra ventas anuales de manufacturas y al menudeo por más de 20 billones de dólares. Los principales agentes son grupos empresariales, líderes comunitarios y gobiernos locales.

Figura 3 - Regiones Económicas Transfronterizas Formalizadas en América del Norte



Fuente: Elaboración propia

b. En la frontera Estados Unidos - México

La Región Sonora-Arizona. Esta región es conformada por dos estados: Sonora, en México y Arizona, en los Estados Unidos. Se constituyó por acuerdo legislativo en el año de 1993. Los actores regionales más relevantes son los gobiernos estatales, agencias de desarrollo privadas, ONG's, las Comisiones Arizona-México y Arizona-Sonora, y los consorcios universitarios.

Cuadro 1 - Características Básicas de Regiones Económicas Transfronterizas Formales de América del Norte

Región	Cobertura Geográfica	Objetivos	Principales Agentes	Características Básicas
1. Pacific Northwestern Economic Región (PNWER)	Provincias de Alberta y British Columbia (Canadá); estados de Alaska, Idaho, Oregon, Montana y Washington (EEUU)	Visión de la región como potencia económica mundial; realzar la competitividad regional en los mercados nacionales e internacionales	Gobiernos de los estados, provincias y agentes privados y sociales	PIB conjunto de $350 billones de dólares; PNWER fue instituido por acuerdo legislativo en 1991
2. Red River Trade Corridor	Provincia de Manitoba (Canadá); Estados de North Dakota y Minnessota (EEUU)	Convertir a la región en una entidad clave en Norteamérica y el mercado global; facilitar la discusión de problemas y estrategias económicas regionales	Gobiernos locales, estatales y provinciales; agentes empresariales y grupos comunitarios	Población regional de 1.5 millones de habitantes; exportaciones de $7.0 billones de dólares 1992; ventas anuales de $20 billones de dólares; cuenta con más de 50 centros de investigación y desarrollo públicos y privados
3. Región Tijuana-San Diego	Ciudades de Tijuana, Baja California, en México y San Diego, California, en los Estados Unidos, incluyendo el área de influencia de ambas.	*Border Liaison Mechanism (BLM)*: promover la participación de los 3 ámbitos de gobierno, a través de los respectivos cónsules, en la atención de los problemas comunes (cruces fronterizos, seguridad pública, desastres naturales, migración y protección consular). *The San Diego Dialogue (SDD)*: fomentar una región binacional metropolitana a través de una estrategia de "desarrollo inteligente" y una reforma educativa y ambiental. *"Descubra las Californias: dos países, una región" (DP,UR)* : promover la región a nivel mundial para incrementar el comercio y atraer inversiones ante las perspectivas del TLCAN, resaltando sus complementariedades de recursos humanos y tecnología y de localización geográfica.	*BLM:* dependencias de gobiernos federales, agentes consulares, gobiernos municipales-locales y actores comunitarios sociales y empresariales. *SDD:* instituciones académicas, ONGs, agentes gubernamentales de distintos ámbitos, medios de comunicación, organizaciones y cámaras empresariales. *DP,UR:* gobiernos estatales y locales; cámaras de comercio; organizaciones de promoción industrial y turística.	*BLM:* bajo este esquema institucional se creó un "Comité Binacional de Planeación y Coordinación" (1993) y la iniciativa "Memorandum for Mutual Assistance" (1993). *SDD:* Creación de instancias de reflexión, análisis y fomento, tales como el "Forum Fronterizo" y el "Binational Task Force on Economic Development and Transportation Infrastructure". *DP,UR:* Promoción regional conjunta; acuerdos de colaboración entre las Cámaras de Comercio de San Diego y Tijuana; planes de construir un aeropuerto internacional moderno que proporcione servicio a las dos ciudades, tocando ambos lados de la frontera.

4. Región Sonora-Arizona	Estados de Sonora (México) y Arizona (EEUU)	Concebir los estados de Sonora y Arizona como una región económica conjunta para elevar los niveles de complementariedad y competitividad internacional. Realización del proyecto "Visión Estratégica del Desarrollo Económico de la Región Sonora-Arizona"	Gobiernos de los estados, agencias de desarrollo privadas y sociales, comisiones binacionales Arizona-México y Arizona-Sonora; consorcios universitarios de ambos estados	Población regional de 6 millones de habitantes; exportaciones de $12,000 millones de dólares; la región se constituyó formalmente en 1993.
5. Camino Real Economic Alliance (CREA)	Ciudades de Las Vegas, Santa Fe, Albuquerque, Las Cruces (Nuevo Mexico) y El Paso (Texas), en los Estados Unidos; Ciudad Juárez y Chihuahua (Chihuahua) en México	Promover el comercio internacional y el turismo de la región	Cámaras de Comercio, Universidades, gobiernos locales y agentes privados	En el área de Ciudad Juárez y la ciudad de Chihuahua se ubica uno de los grandes conjuntos de la industria maquiladora de México (17% de las plantas y 30% del empleo a nivel nacional); la región "Camino Real" cuenta con ocho prestigiadas universidades y varios centros tecnológicos
6. Región Texas -Noreste de México (en proceso)	El estado de Texas, por los Estados Unidos, y los estados de Coahuila, Nuevo León y Tamaulipas en el lado mexicano.	Fortalecer un esquema de integración para que la Región en su conjunto sea capaz de aprovechar al máximo el proceso de globalización y responder eficientemente a los desafíos de las transformaciones mundiales. Reforzar la integración económica y social en una óptica del desarrollo sustentable para hacer más competitivo y menos dependiente el territorio transfronterizo de Texas-Noreste de México.	Iniciativa de los gobiernos de los estados involucrados. Plan de incorporar a la mayor cantidad de actores sociales para impulsar y dar sustento social al proyecto (gobiernos locales, organizaciones empresariales, instituciones académicas y de investigación, ONGs.	La región concentra 31 millones de habitantes. La parte mexicana genera el 13 % del PIB nacional. Texas es el estado de la Unión Americana con el mayor volumen de exportaciones hacia México Se contempla la creación de un "Fondo Estructural para el Desarrollo del Noreste", del lado mexicano, con una aportación inicial de fondos públicos de entre 3 y 4 mil millones de dólares.

Fuente: Elaboración propia en base a diversas fuentes.

Región Tijuana-San Diego. La región, configurada por la asociación entre las ciudades de Tijuana, Baja California (México) y San Diego, California (Estados Unidos), mantienen una serie de convenios formales en diversas áreas económicas, sociales, ambientales y de infraestructura. En términos del cruce transfronterizo de bienes, servicios, capitales y personas, esta región es una de las más dinámicas del mundo. Es uno de los grandes centros de manufactura ligados a redes globales de producción. En Tijuana se concentra alrededor del 30 por ciento de las plantas (1,000) y el 20 por ciento de los empleos (200,000) de la industria maquiladora de México. En las acciones binacionales participa una variedad de actores sociales, dependiendo del área en cuestión.

Camino Real Economic Alliance (CREA). Está integrada por siete ciudades ubicadas a lo largo del antiguo Corredor Camino Real: Las Vegas, Santa Fe, Albuquerque, Las Cruces (en Nuevo Mexico) y El Paso (Texas), del lado americano, y Ciudad Juárez y Chihuahua (Chihuahua), del lado mexicano. Los principales actores regionales son las cámaras de comercio, universidades, empresarios y gobiernos locales.

Región Texas-Noreste de México. Es una región en proceso de formalización, constituida por el estado de Texas, de la Unión Americana y los estados de Coahuila, Nuevo León y Tamaulipas, de México. En conjunto, la región concentra 31 millones de habitantes. La parte mexicana genera le 13 por ciento del PIB nacional. Por su parte, Texas es la entidad de la Unión Americana con el mayor monto de exportaciones hacia México. Bajo la iniciativa de los gobiernos de los estados, se espera que se incorporen al proyecto una mayor diversidad de actores sociales y empresariales.

c. En las regiones fronterizas de América del Sur

Motivados por el proceso de integración en el Cono Sur de América, también se han empezado a impulsar procesos y proyectos

regionales transfronterizos de colaboración, para la construcción de infraestructura y potenciar la posición geográfica y/o competitiva de las respectivas regiones en la zona. Entre estos casos están los siguientes:

- Zona de Integración del Centro-Oeste Suramericano (ZICOSUR);
- Federación Económica Brasil, Argentina, Paraguay (FEBAP);
- Proyecto Desarrollo Transfronterizo Integrado en el Bajo Uruguay;
- Red de Ciudades del Corredor Bioceánico;
- Área Protegida Binacional "Los Pehuenes";
- Integración del Eje Regional Sur de Perú-Centro Oeste de Brasil.

El **Cuadro 2** muestra las características básicas de las acciones, estrategias, corredores o regiones transfronterizas iniciadas o que se están perfilando en América del Sur. De manera similar a América del Norte, la mayoría de las acciones intentan posicionarse competitivamente ante el avance del MERCOSUR.

3 - LA REGIÓN ASOCIATIVA TRANSFRONTERIZA SONORA-ARIZONA

Por siglos, los estados de Sonora y Arizona han mantenido vínculos geo-políticos y económicos, compartiendo historia, cultura y medio ambiente. De hecho, en el pasado estos dos estados pertenecieron a las mismas fronteras político-administrativas. El origen común de grupos étnicos desde la época pre-colonial, el desarrollo de las misiones a partir del siglo XVII, el comercio de ganado y minería del siglo pasado, así como la creciente relación transfronteriza de la época actual derivada de nuevos flujos comerciales, de servicios y la integración manufacturera, son sólo algunos de los hitos que dan cuenta de la extensa interrelación que ha existido entre ambos estados.

Si bien esta "convivencia" no ha sido ajena a problemas, la existencia de una línea fronteriza, como división política entre México

Cuadro 2 - Características Básicas de Acciones/Estrategias Transfronterizas Iniciadas en el Cono Sur

Región/Corredor	Cobertura Geográfica	Objetivos	Principales Agentes	Características Básicas
1. Zona de Integración del Centro-Oeste Suramericano (ZICOSUR)	Estados de Mato Grosso y Mato Grosso do Sul (Brasil), Paraguay, Sur de Bolivia, Norte de Argentina y la Región de Antofagasta (Chile).	Aprovechar los puertos del litoral del norte de Chile (Antofagasta y Mejillones) como plataforma para exportar la producción regional hacia los mercados de Asia-Pacífico. Impulsar la complementariedad económica regional como respuesta a la globalización y conformar alianzas estratégicas para ofrecer una alternativa de comercio e inversión bioceánica dentro del MERCOSUR. Coordinar esfuerzos para optimizar la integración física y energética, para alcanzar eficiencia y costo competitivo para el desarrollo del comercio exterior.	Autoridades gubernamentales de provincias, estados, departamentos, prefecturas y regiones. Organizaciones empresariales (industriales, turísticos y de servicios) e inversionistas. Grupos académicos.	Concreción de la iniciativa de creación en 1997, en Antofagasta, Chile. Creación de una Secretaría Pro-Tempore para garantizar la coordinación de las diversas actividades vinculadas al proceso de integración. Avances en materia de inversión en infraestructura física (carreteras, puentes, puertos marítimos y cruces fronterizos).
2. Federación Económica Brasil, Argentina, Paraguay (FEBAP)	Estado de Río Grande do Sul (Brasil), Provincia de Misiones (Argentina), el Departamento de Itapúa (Paraguay), y sus zonas de influencia y/o áreas de relacionamiento.	Consolidar y fomentar la integración y el desarrollo de las actividades productivas de la región. Fomentar el desarrollo de las actividades de interés social y cultural entre las unidades territoriales que conforman la Federación.	Asociaciones empresariales. Universidades. Cooperativas. Entidades bancarias y financieras con autonomía regional.	Firma de estatutos de la Federación en 1993. La Federación cuenta con capacidad patrimonial social. Gestión para la sanción, promulgación, ejecución y/o derogación de las disposiciones gubernamentales que afecten los intereses de la economía regional.
3. Red de Ciudades del Corredor Bioceánico	Ciudades "estratégicas" o "medias": Córdoba, Rosario, Mendoza, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador. Eje urbano: Valparaíso-Río de Janeiro, vía Santiago, Mendoza, Córdoba, Rosario, Buenos Aires, Montevideo, Porto Alegre, Curitiba y San Pablo.	Potenciar el rol de Rosario, Argentina, en un Sistema Regional de Ciudades, para dinamizar su centralidad regional (Área Metropolitana/región asociativa) y su proyección internacional (redes transfronterizas en el Cono Sur/región virtual). Convertir a Rosario en centro geo-político y económico de una amplia región metropolitana y "puerta y puerto" del MERCOSUR, posicionándose como una Comunidad Logística de infraestructura y servicios especializados a nivel regional. Promover el fortalecimiento de la Red de Ciudades del Corredor Bioceánico.	Agencias gubernamentales. Organizaciones y cámaras empresariales, comerciales y turísticas. Actores de la sociedad civil. Instituciones académicas.	Agencia de Desarrollo Local como núcleo de la gestión estratégica del desarrollo de la ciudad. Agencia Regional de Desarrollo para el Área Metropolitana de Rosario como proyecto para trabajar en la dimensión metropolitana. Impulso a la consolidación de la Red de Mercociudades o Red de Ciudades del Corredor Bioceánico.

4. Área Protegida Binacional "Los Pehuenes"	Territorio transfronterizo ubicado entre la Provincia del Neuquén, Argentina y la Región de la Araucanía, Chile.	Creación de un Área Protegida Binacional en el marco de integración argentino-chileno. Demostrar que los procesos de integración binacional regional son una alternativa para el desarrollo "sostenible" de los territorios en el concierto de la globalización.	Agencias de gobiernos federales/centrales; Gobiernos provinciales; Comunidades indígenas y ONGs.	Primera "experiencia piloto" en América del Sur de Gestión Ambiental Conjunta de un Área Protegida de territorios transfronterizos (1 millar de hectáreas, aproximadamente). Conformación de la "Agenda Área Protegida Binacional los Pehuenes (2000-2007)".
5. Desarrollo Transfronterizo Integrado en el Bajo Uruguay	A la Región del Bajo Uruguay se le define como una proyección geográfica que abarca desde la zona de la localidad de Monte Caseros (Provincia de Corrientes, Argentina) y Bella Unión (Departamento de Artigas, Uruguay) hasta Gualeguaychú (Provincia de Entre Ríos, Argentina y Fray-Bentos Mercedes (Departamento de Río Negro y Soriano, Uruguay).	Contribuir al proceso de integración regional a través de esquemas de desarrollo local transfronterizo. Mejorar las capacidades locales para llevar adelante una planificación y gestión integrada del desarrollo territorial en las microrregiones transfronterizas del litoral del Río Uruguay.	Municipios, gobiernos departamentales y nacionales. PYMES, ONGs y grupos comunitarios. Instituciones académicas regionales. Grandes empresas extra-locales que dinamicen cadenas agroalimentarias de la región.	La región binacional cuenta con más de 1 millón de habitantes, una superficie de 90,000 km² y PIB de $1,200 millones de dólares (1991). Antecedente: creación del Comité de Planificación y Gestión de los Municipios Integrados de la Costa del Río Uruguay. Resultados esperados: red regional de sistemas de información; planes estratégicos regionales transfronterizos; red regional de agentes y agencias de desarrollo; dinamización de tejidos de PYMES.
6. Integración del Eje Regional Sur de Perú-Centro Oeste Brasileño.	Macro-Región Sur (MRS) de Perú: Departamentos de Apurímac, Arequipa, Cusco, Madre de Dios, Moquegua, Puno y Tacna. Centro-Oeste de Brasil: Acre, Rondônia y Mato Grosso.	Aprovechar la ubicación geo-estratégica de la Macro-Región Sur para convertirse en un eje transaccional de gran escala oeste-este en el punto medio de Sud América, a través de la integración con el Centro-Oeste Brasileño. Tener mayor acceso a los intercambios del MERCOSUR Propiciar un desarrollo autosostenido y cortar la dependencia de la MRS del cada vez más reducido mercado de Lima.	Gobiernos provinciales, departamentales y municipales. Cámaras de comercio y colegios profesionales. Universidades, líderes sectoriales y ONGs.	"Comunicado de Brasilia" en el 2000: lograr la integración física de la región. Corporación Andina de Fomento (CAF): prioridad política a las iniciativas binacionales o subregionales. Estímulo a acuerdos fronterizos transnacionales y promoción de "supercarreteras" binacionales.

Fuente: Elaboración propia en base a diversas fuentes.

y los Estados Unidos, no refleja la profundidad de la vinculación regional y la vecindad de las comunidades de estos estados. No obstante las significativas diferencias nacionales y la edificación de una frontera política internacional, algunos analistas consideran que en este espacio transfronterizo se ha preservado una identidad regional, conformando una *región cultural binacional* (LOZANO, 1993).

3.1 - NATURALEZA DE LA INTEGRACIÓN EN LA REGIÓN SONORA-ARIZONA

La evolución del proceso de integración en Sonora y Arizona debe ser abordado desde dos perspectivas: a) integración funcional (*de facto*); y b) integración formal (*de jure*). Ambas formas de integración son complementarias. La primera, la más antigua, deriva de la operación de las fuerzas del mercado, la interacción de los actores sociales y la apertura de las respectivas economías nacionales. La segunda, la más reciente, es consecuencia de acuerdos deliberados entre los gobiernos estatales implicados.

A pesar de que una delimitación exacta de la configuración regional -sobre todo en términos funcionales- de Sonora-Arizona representa una tarea compleja, es posible identificar dos esferas geográficas que se relacionan directamente a las formas de integración señaladas: a) el ámbito geográfico que incluye la totalidad del territorio de ambos estados, acorde al proceso de integración formal; y b) un ámbito geográfico más reducido, pero mucho más intenso en términos del intercambio comercial y productivo, derivado de la integración funcional. Este último ámbito está configurado por dos subespacios principales: i) las áreas de zonas libres y puertos de entrada ubicados a lo largo de la franja fronteriza; y ii) el área conformada desde el sur de Sonora hasta la Zona Metropolitana de Phoenix, siguiendo en gran medida la principal vía de comunicación entre los dos estados.

3.1.1 - INTEGRACIÓN FUNCIONAL REGIONAL

Durante la última década, el comercio transfronterizo ha crecido a tasas considerables, impulsado principalmente por la actividad maquiladora,[3] la industria automotriz y los productos hortofrutícolas. En este período, tanto las exportaciones de Sonora hacia los Estados Unidos como las de Arizona hacia México se han cuadruplicado. Hacia el año 2000, Sonora y Arizona exportaron $12,200 millones de dólares de productos a los mercados del TLC, aportando $5,600 millones de dólares el primero y $6,600 millones el segundo. A raíz de ello, Arizona se ha colocado actualmente como el tercer estado exportador más importante hacia México, después de Texas y California. De igual manera, durante este periodo el tráfico de vehículos y el cruce de personas en la frontera Sonora-Arizona han aumentado considerablemente; por ejemplo, tan sólo de 1987 a 1992 el tráfico de vehículos comerciales creció en alrededor de 60 por ciento (Arizona Trade Corridor Study, 1993). En el 2000, más de 35 millones de personas y 10.6 millones de vehículos cruzaron la frontera de Sonora hacia Arizona (PAVLAKOVICH y SONNETT, 2001).

En relación a los crecientes vínculos al interior de la Región Sonora-Arizona, algunos estudios de mediados de los 1990´s estimaban que más de 24,000 empleos en Arizona dependían o eran sostenidos por las exportaciones hacia México (PAVLAKOVICH, 1995). La relevancia de la industria maquiladora se demuestra por el hecho de que, a nivel nacional, el 24 por ciento de las exportaciones de los Estados Unidos hacia México y el 45 por ciento de las exportaciones de

---

[3] El programa de *Maquiladoras* –también conocido como *in-bond* - permite la entrada, libre de aranceles, de insumos y componentes para su ensamble en México, y posteriormente ser re-exportados como producto final. Correspondientemente, a través del uso de las tarifas estadounidenses 9802.0060 y 98002.0080, se permite su reingreso hacia los estados Unidos, pagando impuestos únicamente sobre el valor agregado en México.

México hacia los Estados Unidos están relacionadas a la operación de dicha actividad (PAVLAKOVICH y LARA, 1994). De acuerdo a fuentes mexicanas (SECOFI), entre el 35 y 40 por ciento de las plantas maquiladoras localizadas en el estado de Sonora tienen su contrato de maquila (contraparte) en el vecino estado de Arizona. De hecho, la creciente integración de las operaciones de maquila entre Sonora y Arizona ha producido la configuración de "corredores maquiladores transfronterizos", reflejada en flujos de insumos y de transporte, vínculos en asistencia técnica, en la existencia de flujos y mercados regionales de trabajo, así como en una división técnica del trabajo intrafirma. La proximidad geográfica permite el intercambio diario y permanente de personal técnico y administrativo. En este sentido, la actividad maquiladora representa el vínculo comercial más importante entre Sonora y Arizona, exportándose productos por alrededor de 3,500 millones de dólares anuales desde el lado mexicano. Asimismo se ha estimado que alrededor del 43% de las exportaciones manufactureras de Arizona hacia México, durante 1993, se relacionaron con la maquila (PAVLAKOVICH, 1995). De manera similar, el 40% del total de las exportaciones de Sonora se asocia a esta rama.

Por otro lado, la actividad de agronegocios representa uno de los sectores más dinámicos en términos de la interacción entre agentes regionales, impulsada principalmente por productores privados. Los agronegocios funcionan como una especie de *cluster* regional, presentándose una integración binacional en financiamiento e inversión, comercialización, asistencia técnica, equipo, insumos y en mercado laboral (TRONSTAD, et. al., 1997). Nogales -el puerto de entrada internacional más importante de la Región Sonora-Arizona probablemente se ha convertido en uno de los puntos de cruce fronterizos de productos horto-frutícolas más grande del mundo. En este contexto, la actividad de agronegocios ha formado un complejo productivo transfronterizo, que desde mediados de los 1990 ya manejaba alrededor de mil millones de dólares de productos hortofrutícolas (PAVLAKOVICH, et. al., 1997). Esto significaba que del total de las

importaciones estadounidenses de hortalizas y frutas frescas provenientes de México durante el invierno, el 60 por ciento pasaba a través de Nogales. Igualmente, se ha reportado que alrededor del 25 por ciento del conjunto de estos productos consumidos en el mercado de los Estados Unidos es importado por Nogales, y cuya mayor parte proviene de los estados de Sonora y Sinaloa. Durante el 2002, por Nogales se exportaron más de 1.4 millones de toneladas de productos hortofrutícolas. Bajo este panorama, y en términos de integración tecnoproductiva entre las dos economías estatales, probablemente la actividad de agronegocios, principalmente la agricultura y ganadería, representa el vínculo más dinámico por los niveles de interacción entre los agentes productivos regionales, que rebasa el ámbito puramente comercial. Dicha interacción se realiza por medio del desarrollo de una marcada especialización productiva y división territorial y funcional del trabajo entre ambos estados.

3.1.2 - INTEGRACIÓN FORMAL: UNA VISIÓN ESTRATÉGICA CONJUNTA

En la época contemporánea, los estados de Sonora y Arizona iniciaron relaciones formales en 1959, a través del *Comité de Promoción Económica y Social Sonora-Arizona* y de la *Arizona-Mexico West Trade Commission*, fundadas por los señores Paul Fannin y Alvaro Obregón, gobernadores de Arizona y Sonora, respectivamente. En el seno de esta Comisión se llevaban a cabo reuniones de trabajo conjuntas para el análisis y discusión de temas de interés en las áreas de educación, salud, comunicaciones y economía. Estas organizaciones constituyen el origen de las actuales *Comisiones Sonora-Arizona* y *Arizona-México*.

Los objetivos generales establecidos por la Comisión Sonora-Arizona fueron: 1) promover e incrementar el acercamiento entre la población de los estados de Sonora y Arizona, fomentando las relacio-

nes institucionales y de gobierno, mediante un contacto más directo entre los diversos sectores de ambos estados; y 2) gestionar el intercambio comercial, científico y tecnológico; el mejoramiento de la calidad de los servicios de la educación y asistencia médica y el desarrollo de las actividades productivas de los dos estados. Hasta principios de 1995, esta Comisión estuvo organizada en 12 Comités sectoriales.

En el Congreso Anual y la Reunión Plenaria de las Comisiones Sonora-Arizona y Arizona-México, escenificada en Hermosillo, Sonora en enero de 1992, se abre una nueva era en las relaciones entre los dos estados. En dicha reunión, los gobernadores de Arizona, Fife Symington, y de Sonora, Manlio Fabio Beltrones Rivera, acordaron llevar a cabo una visión estratégica conjunta para el futuro económico de la Región. Después de confirmar esta iniciativa en el marco de la Reunión Plenaria de las Comisiones, realizada en Phoenix, Arizona en junio de 1993, ésta fue aprobada oficialmente en Sesión Protocolaria Legislativa entre los cuerpos correspondientes de Sonora y Arizona, el 1o. de diciembre del mismo año. Surge así el proyecto *Visión Estratégica del Desarrollo Económico de la Región Sonora-Arizona (VEDERSA)*.

Esta acción marcaba el comienzo de la formalización de un ambicioso proceso de integración más amplio entre los dos estados. El propósito de formalizar el proceso de integración a través de VEDERSA, significaba también el deseo de imprimirle un fuerte cambio, en énfasis y dirección, a la relación entre ambos estados así como al trabajo de las Comisiones. Con esto se intentaba rebasar los tradicionales lazos culturales y sociales, y fortalecer las interacciones en los campos de la economía, comercio e inversión. Para ello se inicia un programa de reorganización de los comités dentro de las Comisiones, invitando a los Consorcios Universitarios de Sonora y Arizona para la realización de los estudios e investigación. De esa manera, a los representantes de diferentes sectores de gobierno, productivos y sociales de la región, se les unía el grupo académico.

Los objetivos generales de VEDERSA son: 1) Desarrollar Sonora y Arizona como una región económica conjunta, con ventajas competitivas en los mercados globales: 2) Facilitar el movimiento de bienes, servicios, personas e información a través de la Región y promover el establecimiento de un corredor comercial que tenga como eje a Sonora y Arizona: 3) Promover vínculos y eliminar barreras para facilitar el desarrollo económico y promover complementariedades en el comercio y la producción: 4) Estimular e incentivar el desarrollo de *clusters* (conglomerados) transfronterizos en la Región Sonora-Arizona, con el fin de incrementar las actividades económicas de mayor valor agregado: 5) Crear nuevos mercados y nuevas oportunidades de mercados externos para la Región Sonora-Arizona; 6) Identificar y desarrollar los fundamentos económicos, infraestructura y servicios necesarios para alcanzar los niveles de competitividad deseados para la región; y, 7) Promover un desarrollo económico regional acorde a los principios del desarrollo sustentable.

La propuesta de realizar un estudio de Gran Visión Regional se fundamenta en el reconocimiento de los retos que plantean las nuevas condiciones de competencia global y el acelerado cambio tecnológico, así como las potencialidades que presenta para ambos estados el TLC y la creciente integración productiva entre México y los Estados Unidos. La Región -se asumía- debería estar preparada para responder a las demandas que traerá consigo la economía del siglo XXI, ante la llamada "Tercera Revolución Industrial", donde sobresalen la microelectrónica, la robótica y la informática. La idea central consistía en tener una visión estratégica de los dos estados concebidos como una región conjunta, donde se pudieran aprovechar y potenciar las ventajas comparativas y competitivas que se poseen y salir fortalecidos en la concurrencia a los mercados mundiales. A través de dicha estrategia se busca obtener beneficios para ambos estados, en términos de la promoción de inversiones que creen empleos de mayor productividad y mejor remunerados, y que permitan elevar el nivel de vida de la población regional.

Adicionalmente a estos factores, los estados de Sonora y Arizona como región conjunta buscaban potenciar sus complementariedades para mejorar su nivel y posición competitiva frente a otros estados o regiones. En particular, Sonora en relación a otras entidades fronterizas (Baja California, Chihuahua o Nuevo León) y Arizona, a California y Texas. Por otro lado, Sonora aspiraría a tener acceso a mercados más amplios, a nuevas tecnologías y fuentes de financiamiento, mientras que Arizona estaría contando con una salida marítima hacia la Cuenca del Pacífico, lo cual pudiera dinamizar su capacidad exportadora.

De hecho, esta propuesta representa un esquema innovador en materia de estrategias de desarrollo regional, ya que las tendencias señaladas -entre otros factores-, han obligado la búsqueda de *formas no-ortodoxas de complementariedad y competitividad regionales*, en un contexto de creciente globalización económica. Representa, por lo tanto, un nuevo proceso de *planeación regional binacional*.

Una de las metas de VEDERSA fue la realización de estudios técnicos en áreas (clusters) prioritarias y fundamentos económicos para la Región en su conjunto, en los cuales se definieran acciones y proyectos específicos. Si bien contrastados los logros obtenidos con los objetivos generales del proyecto VEDERSA, los resultados pudieran considerarse limitados y parciales, puede decirse que hubo avances de relativa importancia en campos específicos de la relación Sonora-Arizona que son la base para el fortalecimiento futuro de la concepción de región conjunta. Entre los principales logros y acciones concretizadas a partir del proyecto VEDERSA se pueden citar los siguientes:[4] a) establecimiento de *Oficinas de Representación* en ambos estados para apoyar a las empresas de cada estado en la búsqueda de nuevas oportunidades de negocios; b) establecimiento del *Centro de Desarrollo Turístico Regional Sonora-Arizona*, el cual sirve para

[4] Información obtenida de las Comisiones Arizona-México y Sonora-Arizona y otras fuentes directas.

promover a ambos estados como una sola región turística a nivel mundial; c) constitución formal del *Cluster Transfronterizo de Servicios de Salud* de la Región Sonora-Arizona; d) realización de misiones binacionales de intercambio en el *Cluster de Agronegocios*; e) acuerdos y seminarios para aprovechar y potenciar los beneficios regionales del *Corredor CANAMEX;* f) establecimiento del Instituto de Educación Sonora-Arizona/Arizona-Sonora; g) establecimiento del *Grupo de Trabajo Binacional sobre Salud y Medio*; h) *e*l inicio del *Programa de Desarrollo de Proveedores de Maquiladoras*.

4 - INTERACCIÓN ECONÓMICA REGIONAL: COOPERACIÓN Y CONFLICTO

La alianza estratégica Sonora-Arizona posee simultáneamente nuevas oportunidades de desarrollo y retos. El proceso de integración y el alcance cabal de los objetivos propuestos no es una tarea fácil. Sonora y Arizona están inmersos en contextos económicos, sociales y tecnológicos muy diferentes, incluso capacidades humanas y de recursos financieros disímiles. Por otra parte, existen esquemas de planificación y tradiciones bastante diferentes. Bajo este marco de asimetría, los puntos siguientes deben analizarse y discutirse a profundidad para obtener impactos positivos más amplios derivados de la implementación de VEDERSA:

a. La Naturaleza/Modalidad de Integración. Dentro de este proceso de formalización de la Región Sonora-Arizona y dada la disparidad socioeconómica y de dotación de factores existentes, ¿cuál debería ser la naturaleza/modalidad de integración y división del trabajo (especialización sectorial) intra-regional que ofrezca resultados positivos para ambos estados?

Conforme al Plan Estratégico de Desarrollo Económico de Arizona definido desde los 1990s (ASPED, 1992), los elementos críti-

cos que definirían una economía exitosa del futuro serían los empleos de alta calidad, eslabonamientos (clusters) económicos competitivos, bases económicas fuertes y diversificación económica. Dentro de este marco y dada la oportunidad única creada por el TLC, se sugirió la complementariedad entre las economías de Arizona y Sonora basada en el desarrollo de "eslabonamientos industriales transfronterizos" como una de las estrategias económicas. Una de las formas indicadas de hacerlo fue mediante una combinación del capital, la administración y los "conocimientos prácticos" de Arizona con la calificación técnica de la mano de obra de Sonora (SRI, 1992). Por otra parte, los Planes Estatales de Desarrollo de Sonora de la última década (Gobierno del Estado de Sonora, 1992 y 2004), incluyen el fortalecimiento de su sector industrial incrementando el valor agregado en los productos primarios y la superación de las operaciones simples de maquila, conllevando a la llamada "segunda generación" de plantas maquiladoras. De cualquier manera, Sonora está intentando rebasar el uso de mano de obra intensiva, incluyendo su mayor calificación y la adopción de innovaciones tecnológicas.

Posiblemente en esta etapa, una estrategia pragmática podría ser la definición de formas de interacción y coordinación para diferentes períodos (a corto, mediano y largo plazo), según la dotación de recursos y ventajas competitivas que poseen ambos estados. Estas formas de interacciones pueden variar de una simple complementariedad a una integración compleja o tecno-productiva. El objetivo final sería incrementar la base técnica general de la industria, así como el nivel y calidad de vida de la población de ambos estados.

En la actualidad, es posible señalar que existe ya un grado sustancial de integración económica entre Sonora y Arizona. Sin embargo, puede argumentarse también que esta integración es en su mayoría de naturaleza comercial, en comparación con una integración tecno-productiva o de capital-inversión. Esto es evidente particularmente dentro del sector manufacturero (industrias automotriz y maquiladora). Por ejemplo, estudios sobre las empresas de manufactura

en la región muestran que sólo el 13 por ciento de las empresas sonorenses exportan a Arizona; 15 por ciento de ellas, importa de Arizona y sólo un 6 por ciento de todos sus insumos provino de este estado; por el lado de las empresas de Arizona, el 17 por ciento exporta a Sonora y el 13 por ciento importa de este estado (SHUNK, et. al, 1996). En forma semejante, Ford Motor Company, ubicada en Hermosillo y que representa aproximadamente una tercera parte del total de exportaciones de Sonora, utiliza a Arizona únicamente como punto para la importación de piezas automotrices de Detroit a México y la exportación de vehículos ensamblados al resto de América del Norte. Otro ejemplo es la industria maquiladora que representa casi la mitad de las exportaciones de Sonora. Aunque un 35 a 40 por ciento de las plantas maquiladoras que operan en Sonora –como se mencionó anteriormente–, tienen sus sedes u oficinas matrices en Arizona, éstas funcionan principalmente como nexo comercial con otros estados de la Unión Americana u otros países, más que el establecimiento de una integración tecno-productiva a ambos lados de la frontera.

En cierta medida y en términos de los patrones comerciales globales existentes entre Sonora y Arizona, ambos estados funcionan más bien como corredores comerciales estratégicos a otras regiones en América del Norte. En este sentido, dado el papel importante que desempeña en los flujos comerciales norte a sur, la Región debería desarrollar una política comercial enlazada a su capacidad de producción y capacidad potencial (creación de comercio) además de atraer flujos comerciales a través de la Región (desviación del comercio). Además de desarrollar una infraestructura física y comercial, la idea principal sería la de establecer un corredor comercial dinámico, generando mayor valor agregado y servir como fuente de impulso de muchos de los eslabonamientos industriales de la región.

Dentro de este contexto, como alternativa estratégica, Arizona debe evaluar, por ejemplo, si debe permanecer principalmente como corredor comercial de bienes importados de/ exportados a los Grandes Lagos u otras regiones en los Estados Unidos o desarrollarse como

un centro principal de innovaciones en la manufactura. En el caso de las opciones estratégicas de Sonora, los escenarios de desarrollo estratégico de Nijkamp (1993) desarrollados en referencia a algunas regiones holandesas fronterizas, podrían ser de cierta utilidad, a pesar de las diferencias. Bajo este marco, Sonora deberá seleccionar entre: a) área de traspatio; b) área corredor; c) área de "tecnología ecológica" (industria sustentable); y d) área de servicios multimodales. Otro marco de análisis para el escenario regional estratégico es la tipología desarrollada por Leborgne y Lipietz (1993), basada en modelos de organización industrial: a) región neo-taylorista (v.g. operaciones sencillas de ensamble); b) región de tecnología o modelo "californiano" (v.g. Sillicon Valley); y c) región área-sistema o modelo "saturniano" (v.g. alto nivel de eslabonamiento industrial).

Considerando una visión más amplia de desarrollo para Sonora, deben descartarse las estrategias de área de traspatio –que es el caso para gran parte de las operaciones actuales de las plantas maquiladoras–, las opciones de área de corredor estático y región neo-taylorista. En la actualidad, o a corto y mediano plazo, no hay condiciones idóneas para seguir la trayectoria de una "tecnología ecológica" (industria sustentable) o "californiana", aunque Arizona si las tiene. En este sentido, una combinación de área de servicios multimodales, que significa el desarrollo de un corredor comercial dinámico y la aspiración de una región de "área-sistema", con un alto nivel de eslabonamiento industrial, podrían ser los panoramas más deseables para el desarrollo de la región. Tal como se puntualizó con anterioridad, posiblemente aprovechando las complementariedades "positivas" entre Arizona y Sonora, considerando a los dos estados como una sola región transfronteriza, podría avanzarse hacia una integración más "equitativa".

b. Impactos Espaciales Intra-regionales de la Integración. Siguiendo el esquema de integración formal (*de jure*), se incluye el territorio de toda la Región. No obstante, de acuerdo con la geografía de la integración funcional (*de facto*), los impactos del crecimiento

económico se concentran más bien en ciertas localidades fronterizas y principales de la Región.

En el caso de Sonora algunos ejemplos son los siguientes: a) aproximadamente el 70 por ciento de las plantas maquiladoras y de los empleos se concentran en tres ciudades fronterizas (Nogales, Agua Prieta y San Luis Río Colorado), presentando también un dinamismo importante en Hermosillo –la capital del estado- y en Guaymas-Empalme; el 35 por ciento de las exportaciones totales de Sonora las realiza Ford Motor Company, ubicada en Hermosillo; c) las principales empresas manufactureras y de exportaciones ajenas a la actividad de las maquiladoras se concentran en cuatro municipios (Hermosillo, Cajeme, Caborca, y San Luis Río Colorado); en Hermosillo se encuentra la mitad de las empresas de exportación. En el caso de Arizona, se ha reportado una situación semejante, siendo Phoenix y Tucson las ciudades que concentran dos terceras partes del total de las exportaciones a México (PAVLAKOVICH, et. al., 1996).

Otra tendencia importante es el papel cambiante de las ciudades fronterizas con la apertura de la economía (liberalización) y la implementación del TLC. Estos procesos han ocasionado impactos sectoriales-espaciales diferenciados. Por una parte, parece que en las ciudades fronterizas existe una pérdida de ventaja comparativa como ubicación para ciertas actividades, tales como el comercio, especialmente en el lado de Arizona (Nogales). En consecuencia, Hermosillo ha experimentado un crecimiento sustancial en el comercio y servicios relacionados a operaciones de franquicia. En el caso de Arizona, Phoenix ha reforzado su posición como centro principal de distribución.

Las devaluaciones del peso mexicano también han tenido impactos negativos en la economía fronteriza. En el lado de Sonora, ha aumentado el costo de vida y el precio de los productos estadounidenses, ocasionando una profunda caída en las ventas en Nogales, Arizona. La disminución asociada de inversiones en los centros comerciales y las pocas ventas produjeron una vulnerabilidad económica en Nogales. Por ejemplo, algunas fuentes estimaron que durante la crisis de 1995,

debido a los cambios estructurales ocasionados por la apertura de la economía y la devaluación del peso (el factor de coyuntural), más del 30 por ciento de las tiendas minoristas y del comercio en Nogales, Arizona, había cerrado, después de una caída en las ventas aproximadamente de un 60 por ciento. Sin embargo, es importante hacer hincapié que este impacto negativo en el sector minorista de la zona fronteriza no se generalizó en los demás sectores o regiones. Un estudio específico sobre la sensibilidad de las industrias manufactureras de Arizona respecto a la devaluación reciente del peso encontró que únicamente el uno por ciento (13,400) del número total de empleos en el Estado fueron sensibles frente al peso (PAVLAKOVICH, 1995). Los empleos sensibles frente al peso en las industrias manufactureras (10,000) representan aproximadamente el 5 por ciento del total de empleos en la industria manufacturera.

Un factor adicional que afecta a las comunidades fronterizas es el creciente tráfico que ocasiona externalidades negativas y congestionamiento urbano. Debido al TLC, las actividades de importación y exportación han aumento, haciendo que la infraestructura actual de los puertos fronterizos de entrada sea insuficiente.

c. Convergencia/Divergencia Regional. Este asunto ha sido objeto de muchas discusiones en Europa, donde estudios recientes demostraron que las desigualdades regionales han aumentado con la integración internacional (DUNFORD, 1994; CUADRADO-ROURA, 1994). A diferencia de la Unión Europea, en América del Norte el TLC no considera fondos compensatorios para apoyar a las regiones rezagadas o deprimidas, lo que representa una desventaja al perseguir una convergencia regional. Este aspecto plantea una dimensión adicional: ¿cómo medir el proceso de la convergencia o divergencia entre socios desiguales?

Aunque no hay mucho análisis empírico, existen dos tendencias generales en el caso de la región Arizona-Sonora (PAVLAKOVICH y LARA, 1994; PAVLAKOVICH, 1995b): a) durante el período de 1980-1990, pareció haber un proceso de convergencia en términos de la

distribución geográfica del empleo entre Sonora y Arizona en minería, manufactura, construcción, comercio y transporte, así como en los sectores de las comunicaciones y los servicios públicos y una divergencia en la distribución de los sectores de servicios financieros; b) en cuanto a los niveles de ingresos, a pesar de una ligera disminución de la desigualdad entre determinadas zonas fronterizas, la brecha a nivel regional continúa ampliándose, conllevando a una mayor divergencia.

En términos generales, el análisis del proceso de convergencia/divergencia de las regiones fronterizas transnacionales debe considerar tres perspectivas como punto de referencia: a) la evolución de un estado en particular, en relación con el resto de los estados o regiones de su país respectivo; b) la evolución en relación con su propia base absoluta; y c) la evolución en relación con el (los) estado(s) de la región transnacional. En este último caso, la convergencia deberá ser un objetivo a largo plazo.

d. ¿Complementaridad o Competencia Intraregional? Otro punto importante de discusión y conflicto potencial es la forma en la que los diferentes actores de la Región perciben sus interacciones económicas. Los actores en diferentes actividades económicas o *clusters* han demostrado una actitud diferente ante la interacción o asociación. Por ejemplo, el sector manufacturero parece ser una perspectiva amplia para complementariedades e interacciones, formando asociaciones en participación e integrando actividades transfronterizas; las operaciones de las maquiladoras son posiblemente el mejor ejemplo de ello. Agronegocios es otro sector que presenta un grado sustancial de integración transfronteriza en varias fases de la cadena productiva. Ese parece ser también el caso del turismo, en el que los dos estados complementan mutuamente sus recursos naturales e inversiones (el Gran Cañón en Arizona y el Pinacate y las playas y los balnearios turísticos junto al mar en Sonora), así como los servicios de la salud, en los que hay flujos de consumidores transfronterizos que buscan servicios especializados con base en costos, nivel técnico y aspectos culturales, entre otros factores.

Sin embargo, en algunos clusters, los agentes económicos se consideran competidores más bien que socios potenciales. En particular, este es el caso de los servicios de transporte y distribución. Esto se debe a causas variadas y complejas: la desigualdad en el tamaño y la capacidad de las empresas, diferencias en las reglas y reglamentos, cultura, etc. De hecho, tanto las asociaciones de transportistas en México como en los Estados Unidos rechazaron la apertura de la frontera a los servicios de transporte bajo el TLC, disposición que debió entrar en vigor el 17 de diciembre de 1995. A pesar de los problemas que se han encontrado en esta actividad para desarrollar asociaciones binacionales y eslabonamientos transfronterizos, hay ciertas áreas de colaboración que se han sentido por espacio de varios años y así mismo, se han identificado algunas potencialidades.

e. Participación Comunitaria y Local. Hasta ahora, VEDERSA es una especie de plan macroregional, vislumbrado desde una perspectiva amplia de la región Arizona-Sonora dentro de América del Norte y a nivel mundial. Aunque en este caso, el "Proyecto de Visión" no viene como una imposición del gobierno federal, en cierto sentido es una especie de enfoque de desarrollo "de arriba hacia abajo", promovido en primer instancia, por los gobiernos estatales con la participación de varios representantes de los actores sociales. En este sentido, para obtener un consenso más amplio acerca de VEDERSA, así como beneficios más generalizados, es necesario establecer los canales apropiados para motivar una mayor participación de los actores de la comunidad local y sus iniciativas.

f. Descentralización y Autonomía Regional. Tanto en los Estados Unidos como en México, los gobiernos federales consideran a sus regiones fronterizas como zonas de conflicto y separación. Esto es particularmente evidente en lo que se refiere a asuntos de inmigración ilegal, estupefacientes y seguridad nacional. Por este motivo, las decisiones respecto a las regiones fronterizas son altamente centralizadas. Aunque existen algunas diferencias en la normatividad de los gobiernos federales de ambos países, áreas tales como el transporte y

las comunicaciones, infraestructura fronteriza, reglamentos sanitarios, entre otros, requieren manejarse con una mayor autonomía regional o local. Por consiguiente, a fin de promover el desarrollo local y regional, se requiere una política más descentralizada. Así mismo, deberían desarrollarse nuevos esquemas de coordinación entre los niveles federal y estatal para otorgar más flexibilidad al proceso de toma de decisiones a nivel local.

g. TLC y Política Regional Compensatoria. Como se mencionó, a diferencia de la Unión Europea, en América del Norte el TLC no considera fondos compensatorios para apoyar a las regiones rezagadas o deprimidas. Con procesos de integración, sobre todo de carácter asimétrico, la existencia de fondos compensatorios para regiones rezagadas o con problemas es considerada como un factor relevante para el mantenimiento de la cohesión social. En este sentido, en la búsqueda de una tendencia hacia la convergencia inter-regional en el marco del TLC, como un elemento de cohesión socio-territorial, valdría la pena analizar la conveniencia de negociar el establecimiento de fondos compensatorios regionales con los socios comerciales.

En el caso de la Unión Europea, se argumenta que la aceptación del principio de cohesión social de parte de las sociedades y gobiernos se constituyó en un pilar del éxito del proceso de integración. Gran parte de ello se debió a la importancia política dada al principio del cohesión, similar al adjudicado a otros objetivos de política económica o de seguridad nacional (ALBA, 1999). Como señala Mauricio de María y Campos (1998), en el contexto de la Unión Europea la política regional no solamente hizo posible la integración y cohesión de países con distintos grados de desarrollo, nivelando las condiciones de interacción, sino que también representa un elemento fundamental para promover el cambio estructural y hacer frente a los efectos de la liberalización y desregulación dentro de los países y hacia el exterior, tanto de los países integrantes de la Unión como del resto del mundo.

Sin embargo, la negociación y el compromiso de fondos compensatorios regionales como una forma de alcanzar una mayor

cohesión social entre los países del área de libre comercio de Norteamérica, posiblemente requiera avanzar a estadios más profundos de integración de las economías de los países involucrados, condición que deberá ser analizada con mayor detenimiento en función de las posibles consecuencias que ello conllevaría dada las asimetrías existentes.

5 - REFLEXIONES FINALES

Como sugiere Josef Lapid (2001), con la globalización las fronteras en parte continúan sirviendo -o están siendo reconstituidas- como campos de batalla, mientras que por otro lado también funcionan como mediadoras de resolución de conflictos, así como de nuevos espacios para la adaptación de los Estados, sociedades y comunidades. En tal sentido, el proyecto de Visión Estratégica de la Región Sonora-Arizona representa un gran reto tanto desde la perspectiva de las acciones de políticas del desarrollo regional, como desde las bases teóricas cambiantes. El impacto final sobre el desarrollo o la situación de convergencia/divergencia deberá ser evaluado a los niveles macro y microregionales, así como en términos sociales y sectoriales. Sin embargo, tanto los gobiernos estatales como actores sociales de la región, esperan que la oportunidad y la voluntad de actuar respecto a un objetivo común que genera una sinergia regional puedan producir mayores beneficios a la población y que no sea un juego de suma cero[5]. Posiblemente una parte substancial del éxito dependerá del aprovechamiento "inteligente" de las asimetrías, incrementando sus complementariedades. Si este fuera el caso, en el mediano y largo plazos el proyecto podría tener –cuando menos parcialmente– resultados positivos aún en condiciones de una interdependencia asimétrica.

[5] El hecho de que la Región Sonora-Arizona sea formalizada, no significa que tenga actualmente un mayor dinamismo que otras de carácter netamente funcional.

La alianza estratégica Sonora-Arizona posee simultáneamente nuevas oportunidades de desarrollo y de retos, presentándose un camino sinuoso para alcanzar los objetivos. Factores externos e internos a la región actúan en detrimento de la cooperación, como son, por ejemplo, las medidas de reforzamiento militar de las fronteras con los sucesos terroristas del "9/11" o la reciente controversia por la llamada "Ley 200" aprobada en Arizona, que restringe servicios y derechos a los inmigrantes indocumentados.

Desde el punto de vista del marco de una política amplia, un proyecto binacional estratégico como éste no debería considerarse la panacea para el desarrollo de la región. En la mayoría de los casos, por sí solos, este tipo de proyectos de visión estratégica son incapaces de resolver los problemas estructurales, al menos en el corto plazo. Por lo tanto, deben considerarse sólo como una acción complementaria de una estrategia particular, que para algunos estados o regiones puede ser vital, pero no suficiente. En el mismo sentido, la emergencia de proyectos de gran visión desde los ámbitos local-regionales, no pueden ser sustitutos de una política regional comprensiva a escala nacional.

Por otra parte, diferentes experiencias revelan que en un gran número de casos los problemas fronterizos han dado lugar a la promoción de instancias de cooperación de carácter informal, particulares y coyunturales, sin una visión de conjunto, que no necesariamente se han institucionalizado entre los gobiernos locales de México y los Estados Unidos. Por lo tanto, se considera que una gestión binacional de los gobiernos locales, con una perspectiva intergubernamental e interinstitucional, representa una de las alternativas para promover la colaboración transfronteriza y el desarrollo local. De hecho, analistas del tema han planteado la necesidad de un cambio de enfoque de la administración pública, en la cual las entidades federativas tengan una mayor participación en asuntos internacionales (por ejemplo administración del desarrollo fronterizo), ya que esto incrementaría la cooperación binacional y reduciría las tensiones políticas (RAMOS, 1996). Con base en los aspectos formales respecto al proceso de

integración en América del Norte, parece que el éxito de las regiones económicas transnacionales fronterizas en lograr los objetivos propuestos, dependerá en gran medida del grado de desarrollo de los lazos de cooperación y planeación transfronterizas y de una participación más amplia e iniciativas de los actores locales. Así mismo, la organización y la capacidad de la región por negociar con otros niveles gubernamentales en términos de procesos de toma de decisiones territorial, de financiamiento y políticas (una mayor autonomía y descentralización) serán de gran importancia. Así, en el largo plazo, estas acciones podrían disminuir los conflictos y aumentar la cooperación entre las entidades participantes.

Finalmente, reflexionando sobre el proceso abordado con relación al resto del Continente Americano, particularmente desde la perspectiva de América Latina, conviene retomar una de las principales conclusiones a las que se llegó hace algunos años en un seminario sobre las perspectivas del desarrollo regional en Latinoamérica, organizado por la Organización de Estados Americanos (OEA): aprovechar las potencialidades que se presentan para las regiones fronterizas en función del nuevo entorno de globalización y apertura[6]. De acuerdo a esta recomendación, ello implica una reorientación geoestratégica de la ordenación y el equipamiento territorial, de manera coordinada entre los países involucrados. Esta perspectiva es relevante ya que, a pesar de los avances en materia de colaboración transfronteriza en América Latina, los conflictos siguen sacudiendo la zona.

Por fortuna, los pasos dados con base en las nuevas modalidades de integración en Latinoamérica, bajo el llamado "regionalismo abierto", están impulsando iniciativas frescas de cooperación transfronteriza. Esto es evidente ya dentro de los principales esque-

---

[6] Véanse las conclusiones del *Seminario-Taller Regionalización y Cambio Económico: una Visión Comparativa en Latinoamérica*, Organización de los Estados Americanos (OEA), Oficina Central de Coordinación y Planificación (CORDIPLAN), y Fundación para el Desarrollo de la Región Centro Occidental de Venezuela (FUDECO), celebrado en Barquisimeto, Estado Lara, Venezuela, 18 al 20 de octubre de 1994.

mas como el "Grupo de los Tres", Región Andina y, sobre todo, en el MERCOSUR, donde se han abierto oportunidades de inversión en infraestructura, transporte, energía y sectores productivos (IGLESIAS, 1996). El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) también ha apoyado la evolución integral de las zonas fronterizas en grandes corredores comerciales intrarregionales (BIRDSALL y DEVLIN, 1997). Es imperante, por lo tanto, que en lugar de zonas de separación, las regiones fronterizas sean concebidas como puntos de desarrollo, como verdaderas *bisagras* de integración –usando una expresión de Boisier (1986). Esta oportunidad que se presenta en función del nuevo entorno, representa una oportunidad – y un reto táctico- para que las regiones organizadas pongan en práctica los atrayentes *slogans* "pensar globalmente y actuar localmente" y "pensar localmente y actuar globalmente". El sueño integracionista de Bolívar pudiera ser apoyado desde las regiones transfronterizas, rebasando las barreras administrativas y celos políticos de los Estados nacionales. Sin embargo, abordar estas acciones requiere, necesariamente, de nuevas formas de gestión y planeación del desarrollo regional, con carácter binacional.

BIBLIOGRAFÍA

ALBA. Francisco. La cuestión regional y la integración internacional de México: una introducción. *Estúdios Sociológicos.* v.XVII, n.15, sept.-dic. 1999. p. 611-631.

ALBERT, Mathias, JACOBSON, David, LAPID, Yosef (eds). *Identities, Borders, Orders.* Rethinking International Relations Theory. Borderlines, v.18. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2001.

ASPED. *Creating a 21st Century Economy:* Arizona's Strategic Plan for Economic Development. jan. v.I: Strategic Plan Tempe. Arizona, 1992.

ARIZONA TRADE CORRIDOR STUDY. Study Summary. Prepared for Governor Fife Symington and the Arizona Summit Six. Arizona Department of Transportation, aug,, 1993.

BAILEY, John (comp.). *Impactos del TLC en México y Estados Unidos.* Efectos subregionales del comercio y la integración económica. México, DF, FLACSO-MÉXICO, Georgetown University, Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa, 2003.

BENDER, Stephen. Trade Corridors: The Emerging Regional Development Planning Unit in Latin América. *UNRDD Proceedings Series n.33, Planeamiento del Desarrollo Regional en el Siglo XXI:* América Latina y el Caribe. Centro de las Naciones Unidas para el Desarrollo (UNCRD), Nagoya, Japón, 1998. p.263-266.

BIRDSALL, Nancy, DEVLIN, Robert. La integración Regional y el Banco Interamericano de Desarrollo. *Comercio Exterior.* v.47, n.7, julio. México, DF., 1997. p. 569-571.

BOISER, Sergio. *Notas en Torno al Desarrollo de Regiones Fronterizas en América Latina*. Doc. CPRD/C-79, DPPR, ILPES-ONU, Santiago de Chile, 1986.

BOISER, Sergio. *El Difícil Arte de Hacer Región:* Las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional. Conceptos, problemas y métodos. Cusco, Peru: Centro de Estúdios Regionales Andinos "Bartolomé de las Casas", 1992.

BOISER, Sergio. *Postmodernismo territorial y globalización:* regiones pivotales y regiones virtuales. Doc.93/19, nov. Santiago de Chile: ILPES-ONU, 1993. (Serie Ensayos)

CUADRADO-ROURA, J.R. Regional disparities and territorial competition in the EC. In: CUADRADO-ROURA, J.R., NIJIKAMP, P., SILVA, P. (eds.). *Moving Frontiers:* Economic Restructuring, Regional Development and Emerging Networks. Avebury, Aldershot, 1994. p. 3-22.

DUNFORD, Michael. Winners and Losers: the New Map of Economic Inequality in the European Union. *European Urban and Regional Studies I (2).* 1994. p.95-114.

FRIEDMAN, J., MORALES, R. Planeación transfronteriza: un caso de 'provocación sofisticada'. *Estúdios Fronterizos.* año III, v.III, n.7-8, mayo-agos./ sept.-dic.,1985.

GOBIERNO DEL ESTADO DE SONORA. *Plan Estatal de Desarrollo 1992-1997.* Secretaria de Planeación del Desarrollo y Gasto Pùblico. Hermosillo, Sonora, 1992.

GOBIERNO DEL ESTADO DE SONORA. *Plan Estatal de Desarrollo 2004-2009.* Oficina del Gobernador. Hermosillo, Sonora, 2004.

HANSEN, Niles. European transboundary cooperation and its relevance to the United States-Mexico borders. *Journal of the American Institute of Plamers,49,3*(Summer), 1983.

IGLESIAS, Enrique. From rethoric to reality. *The Developmente of LatinAmerica 1996.* Johannesburg, South Africa: ALADI-LATAG, Sterling Publications Limited, 1996. p.27-29.

LANLY, Guillaume, VALENZUELA V., M. Basília (comps.). *Clubes de migrantes oriundos mexicanos en los Estados Unidos.* La política transnacional de la nueva sociedad civil migrante. México,Universidad de Guadalajara, Centro Universitário de Ciencias Económico Administrativas, 2004.

LAPID, Josef. Introduction Identities, Borders, Orders: Nudging International relations Theory in a New Direction. In: ALBERT, M., JACOBSON, D., LAPID, Y. (eds.). *Identities, Borders, Orders.* Rethinking International Relations Theory. Borderlines, v.18. Minneapolis, London, Universit of Minnesota Press, 2001. p.1-20.

LOZANO, Fernando (coord.). *Sonorenses en Arizona:* Proceso de Formación de una Región Binacional. dic.Gobierno del Estado de Sonora-Mexican, American Studies & Research Center. Tucson, Arizona, The Universit of Arizona, 1993.

MERCADO CELIS, Alejandro, ROMERO, Elizabeth Gutiérrez (eds.). *Fronteras en América del Norte.* Estúdios Multidiciplinarios. México: CISAN-UNAN, 2004.

NIKIKAMP, Peter. Border regions and infrastructure networks in the European integration. *Environment and Planning C.* v.II, n.4. 1993. p.431-446.

OHMAE, Kenichi. The Rise of the Region State. *Foreign Affairs.*v.72, n.2. Spring, 1993. p.78-87.

PAVLAKOVICH-KOCHI, Vera, MOREHOUSE, Barbara J., WASTL-WALTER, Doris (eds.). *Challenged Borderlands:* Transcending Political and Cultural Boundaries. Great Britain, Ashgate, 2004.

PAVLAKOVICH-KOCHI, Vera, LARA, Francisco. The Arizona-Sonora Región: Definition, Processes and Change. *Border Economy.* v.0, n.0, dec. The University of Arizona-El Colegio de la Frontera Norte. p. 1-8.

PAVLAKOVICH-KOCHI, Vera. Sensitivity of Arizona's Manufacturing Industries to the Peso Devaluation. Borderlands: regional Economic Perspectives. *Research Paper Series 1995-I.* Office of Economic Development, The University of Arizona. Tucson, Arizona, 1995.

PAVLAKOVICH-KOCHI, Vera. Regional Inequalities, Infrastructure and Economic Integration: Policy Implications for the Arizona-Sonora Region. Estudios Sociales. *Revista de Investigación del Noroeste.* v.V, n.10, julio-dic., 1995b. p.139-169.

PAVLAKOVICH-KOCHI, Vera, LARA, F., WONG-GONZÁLES, Pablo. *Trade Patterns in the Arizona-Sonora Region:* Analysis and Recommendations for Development. Government of the State of Arizona, Government of the State Sonora. Arizona-México and Sonora-Arizona Commissions, sept.,1996.

PAVLAKOVICH-KOCHI, Vera, A. H. CHARNEY, A. Vias, WEISTER, A. *Fresh Produce Industry in Nogales, Arizona:* Impacts of a Transborder Production Complex on the Economy of Arizona. An Economic and Revenne Analysis, Prepared for the City of Nogales, Arizona. Department of Community Affairs and Economia Development, The University of Arizona, dec., 1997.

PAVLAKOVICH-KOCHI, Vera, SONNETT, J. *Regional Economic Indicators 2001.* The University of Arizona. Office of Economic Development. Tucson, Arizona, nov., 2001.

RAMOS, José Maria. *Desarrollo regional y relación transfronterizas.* El caso México-California. México, Instituto Nacional de Administración Pública (INAP), 1996.

SECOFI (Ministry of Commerce and Industrial Promotion). *Directorio de la Industria Maquiladora de Exportación.* México, D.F. (several issues*).*

SENGENBERG, Werner. El Desarrollo local y la competência económica internacional. *Revista Internacional del Trabajo.* v.112, n.4. 1993.

SHUNK, Dan, NYSTROM, H., LARA, B. *The Arizona-Sonora Manufacturing Study:* Analysis y Recommendations for Development. Government of the State of Arizona, Government of the State of Sonora. Arizona-México and Sonora-Arizona Commissions, oct., 1996.

SRI INTERNATIONAL. *Arizona-Sonora Complementary:* a Gateway between the United States and México. Center for Economic Competitiveness, Menlo Park, july. California, 1992.

SWANSON, Larry. Emerging Transnational Economic Regions in North America Under NAFTA. *Proceeding of the Symposium The Impact of NAFTA:*Economics in Transition. Michael Hodges (ed.), The London School of Economics and Political Science. London, 1994. p. 64-93.

TRONSTAD, Russel, ARADHYULA, S., WONG-GONZÁLES, Pablo. *Arizona-Sonora Agribusiness Cluster:* Analysis and Recommendations for Development. Government of the State of Arizona, Government of the State of Sonora, nov. Arizona-México and Sonora-Arizona Commissions,1997.

TUCSON-PIMA COUNTY FREE COORDINATING COUNCIL. *Tucson Metropolitan Intermodal Transfer Facilities Project*, jan. Pima County Arizona, Tucson. Arizona, 1994.

VELASCO ORTIZ, Laura. *El regreso de la comunidad:* migración indígena y agentes étnicos. Los mixtecos en la frontera México-Estados Unidos. México, D.F., El Colégio de México. El Colégio de la Frontera Norte, 2002.

WONG-GONZÁLES, Pablo. *Integración de América del Norte*: Implicaciones para la Competência y Competitividad Internacional de Regiones. Documento 97/17, oct.,Dirección de Políticas y Planificación Regionales. Santiago de Chile: ILPES-ONU, 1997. (Serie Investigación)

WONG-GONZÁLES, Pablo. Globalización y regionalización: nuevas estrategias de desarrollo regional transfronterizo. *UNRDD Proceedings Series n. 33.* Planeamiento del Desarrollo Regional en el Siglo XXI: América Latina y el Caribe. Centro de las Naciones Unidas para el Desarrollo (UNRDD). Nagoya, Japón, 1998. p. 41-64.

WONG-GONZÁLES, Pablo. Alianzas estratégicas de regiones transfronterizas: cooperación y conflicto en la frontera México-Estados Unidos.In: BORDA, Dionísio, MASI, Fernando (eds.). *Economías Regionales y Desarrollo Territorial.* Centro de Análysis y Difusion de la Economia Paraguaya (CADEP). Asunción, Paraguay, 2002. p. 149-179.

WONG-GONZÁLES, Pablo. Globalización e Virtualización de la Economia: Impactos Territoriales. In: BECKER, Dinizar, BANDEIRA, Pedro S. (eds.). *Desenvolvimiento Local-Regional.* Respostas Regionais aos Desafios da Globalização. v. 2. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

REGIONALISMO FRONTEIRIÇO E O "ACORDO PARA OS NACIONAIS FRONTEIRIÇOS BRASILEIROS URUGUAIOS"

Adriana Dorfman*
Gladys Teresa Bentancor Rosés**

* Professora de Geografia do Colégio de Aplicação Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

** Geógrafa. Coordinadora de la Comisión de Mercosur de Rivera y Profesora de Educación Ambiental en el Instituto de Formación Docente (Rivera - Uruguai).

1 - INTRODUÇÃO:

O artigo que segue é o resultado do encontro de pesquisadoras, uma brasileira e uma uruguaia, que vem se dando há mais de uma década. As discussões sobre fronteiras agregaram-se aos temas do Mercosul, já que as décadas de oitenta e noventa do século passado clamavam pela circunscrição do processo de negociação e concretização da integração regional, orientando-se principalmente para os aspectos políticos e econômicos da mesma.

No século XXI a pauta é local, isto é, busca-se a compreensão das práticas cotidianas nas áreas de fronteira em detrimento do

temário puramente econômico. Identidades, contatos culturais e relações de poder na escala local traduzem as relações sociais na região fronteiriça e são vistos como a concretização de uma cidadania compartilhada neste espaço.

A recente ratificação (14/04/2004) do "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios" inspira análises sobre os rumos dos processos políticos e sociais nesta fronteira, sendo objeto da discussão que segue.

2 - A REGIÃO FRONTEIRIÇA

A fronteira é uma característica de qualquer objeto ou fenômeno, cuja existência possua extensão e fim. O fim, ou fronteira, representará também contato, caso haja um objeto ou fenômeno de igual natureza adjacente ao primeiro. No caso dos estados-nação, a fronteira é chamada fronteira internacional, e é um objeto dessa natureza que aqui enfocaremos: a fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Fronteira é o espaço onde se entrelaçam as influências dos estados em contato. Atividades econômicas, sociais e culturais aí se encontram, criando práticas compartilhadas que podem construir uma identidade fronteiriça.

Usualmente analisam-se as fronteiras internacionais diferenciando fronteira e limite. Este último é um atributo do estado-nação, delimitando soberania, isto é, demarcando a vigência de normas estatais diferenciadas em cada um dos seus lados e extensivas no interior do território.

A fronteira distingue os territórios estatais, mas não os torna estanques, na medida em que fluxos de pessoas, objetos e informação cruzam constantemente o limite. Na fronteira criam-se possibilidades

de atividades econômicas, atraindo população, inclusive de origens diferentes daquelas das nações em contato, a descontinuidade e justaposição das normas nacionais sendo a origem dessas possibilidades.

A população fronteiriça desenvolve práticas que se especializam e apresentam semelhanças em ambos os lados da linha, o que pode ser entendido como a formação de uma região: a região fronteiriça. A expressão parece tautológica, em vista das características limitantes e periféricas usualmente atribuídas à fronteira, em contraste com a unidade espacial implícita na idéia de região. A fronteira internacional é, nesse caso, a origem dos descritores da região fronteiriça, gerando as práticas cotidianas específicas de cada um dos espaços de contato.

A região fronteiriça é visível quando se opera uma mudança na escala de análise: o estado-nação permanece como pano de fundo, mas examinamos a região formada pelas práticas ligadas à existência da fronteira, trabalhando então com o conceito de lugar, palco do cotidiano.

Politicamente, a região fronteiriça pode gerar processos reivindicatórios frente a cada um dos estados-nação a que se vincula, inclusive mobilizando agentes transfronteiriços.

3 - UMA HISTÓRIA ENTRELAÇADA

Para examinar a importância das origens históricas na construção da identidade fronteiriça, façamos uma breve cronologia da construção da fronteira e da região que em torno dela se criou. No século XVI a área era dominada por índios caingangues, guaranis e guaicurus, cujos territórios foram paulatinamente apagados. No século seguinte, as missões jesuíticas instalam-se no oeste, aldeiam os índios e introduzem a criação de gado eqüino e bovino. Em 1680 dá-se a fundação, na margem oriental do rio da Prata (território espanhol), da Colônia de Sacramento, um enclave português construído para apoiar o avanço da colônia até o rio da Prata, ou ao menos pos-

sibilitar o escoamento flúvio-marítimo de mercadorias, em contraponto a Buenos Aires. O avanço desde o norte significava a ocupação do território espanhol pelos portugueses com a organização das califórnias, incursões para captura de gado crioulo. A resposta espanhola foi criar postos ou "guardiãs militares". Essas fracassaram no objetivo principal, devido à falta de apoio logístico (dada a distância) e conseqüente dificuldade de sobrevivência, o que fez com que os guardas se envolvessem no contrabando da região, lesando os cofres metropolitanos.

O século XVIII é marcado por lutas e guerras pela posse da Colônia de Sacramento, bem como pela distribuição de sesmarias, pela fundação por portugueses, em 1737, do Forte Jesus Maria e José, que deu origem à cidade de Rio Grande (a primeira no atual território riograndense). O Tratado de Madri, assinado em 1750, passa a Colônia de Sacramento para o controle espanhol, ao mesmo tempo em que transfere ao domínio português a região das missões.

Na passagem do século XVIII para o XIX a ameaça expansionista portuguesa é claramente notada, o que leva à opção pela fundação de vilas, num projeto de demarcação do limite. O grande "deserto verde" era povoado por índios guerreiros changadores (carregadores), contrabandistas e por um grande rebanho bovino, cujo tráfico afetava as arcas do vice-reino espanhol. Em 1795 funda-se Melo (atualmente a 60 km ao sul da fronteira) e impõe-se "guardiãs" e outras vilas ao longo da fronteira leste. A fronteira nor-noreste (correspondente aos departamentos de Rivera e Cerro Largo) apresenta uma grande extensão seca, facilitando a ação dos gaúchos.

José Gervásio Artigas, protagonista da história uruguaia, percorre, na primeira década do século XIX, o "deserto verde", especialmente ao norte do Rio Negro. Conhecendo de perto a situação local, identifica o projeto colonizador lusitano como o principal problema, ao invés da crença usual que acusava ao contrabando de gado e aos índios de obstaculizarem a exploração da área. Ele afirmava ter: "clara consciência do avanço visível e patente das fronteiras lusitanas bem adentradas no território espanhol", mediante o recurso à denomi-

nação da área adjacente como "campos de avanço do Ibicuy", lançando mão do *uti possidetis* (PALERMO, 2001: 158).

É no século XIX que, depois de décadas de guerras ligadas à descolonização e à demarcação das fronteiras, distingüem-se os territórios dos estados de hoje. A incorporação das terras do Rio Grande do Sul ao Brasil só vai se firmar em meados daquele século, ainda em meio a conflitos. Nesse momento esforços nacionalizantes levarão, paradoxalmente, ao embrião da cidadania compartilhada.

A historiadora Susana Bleil de Souza (1994, 1995), examinando as relações entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai[1] durante o século XIX e começo do XX, descreve a região como apresentando um problema de definição das soberanias sobre as terras em pauta, pois havia forte interação entre a comunidade de charqueadores e criadores, relações familiares estreitas, existência de propriedades rurais transfronteiriças e de redes de transporte que faziam com que a região-fronteira gaúcha se abastecesse e escoasse sua produção através do porto de Montevidéu[2].

Na passagem do século XIX para o XX, os administradores uruguaios lançam mão de várias medidas objetivando "orientalizar" [3]

---

[1] Observemos a comparação entre territórios de escalas geográficas distintas, de um lado um estado da federação e de outro, o país vizinho, o que indica representatividade e nexo regional do Rio Grande do Sul e não uma incongruência analítica.

[2] "En la hora actual, el Brasil, después de continuados y pacientes esfuerzos, domina con sus súbditos, que son propietarios del suelo, casi todo el norte de la República: en toda esa zona, hasta el idioma oficial casi se ha perdido ya, puesto que es el portugués el que se habla con mas generalidad. De ahí que en nuestras luchas cívicas hayamos visto a los partidos orientales necesitados del curso de jefes brasileños que, aún quando hayan nacido en nuestro territorio, conservan el idioma, las costumbres, y el amor a la patria de su padre, que es la suya también, aunque no hayan nacido en ella, ya que para conservarles hasta la nacionalidad, han ido bautizarlos en las parroquias brasileñas de la frontera (...)" (VARELA, J.P., RAMIREZ, C. M. *El destino nacional y la universidad.* Polémica. Montevidéu: Biblioteca Artigas, [1876] 1965, t.1, p. 132-3, apud SOUZA, 1995, p.164).

[3] Não no sentido empregado por Edward W. Said, de construção discursiva de uma cultura ou espaço antagônico como forma de dominação do outro e autocircunscrição, mas como gentílico da República Oriental do Uruguai.

a fronteira norte de seu país: a extensão de redes ferroviárias – com trilhos de bitola incongruente com a brasileira – e de telégrafo, reforçando as ligações com Montevidéu; o estímulo à imigração, diminuindo o peso dos descendentes de brasileiros; o fomento à agricultura e a instalação de escolas, para combater o português.

Na segunda metade do século XX, o fato dos militares estarem no poder durante longos períodos gerou um recrudescimento do nacionalismo isolacionista, porque toda ação era interpretada como ameaça expansionista ou projeto de hegemonia continental. Construir uma estrada era visto como tentativa de invasão, os portos visariam desviar comércio, as barragens tencionariam criar "países prisioneiros geopolíticos". A ameaça externa, além de reforçar sentimentos nacionalistas de coesão nacional, criou para os municípios fronteiriços um status de "território de segurança nacional", coibindo a ação política na escala local e entravando a prática da cidadania. Além disso, o contingente de servidores civis e militares, agentes da nacionalização, cresceu significativamente.

A partir da década de 1980, o fim das ditaduras brasileira e uruguaia e a pressão por fazer-se atraente à corrente de capitais internacionais permitem a criação do Mercosul, que possibilitou negociações também no nível regional, com a assinatura de protocolos sobre questões do cotidiano fronteiriço.

Assim, observamos que num primeiro momento histórico estabelecem-se atividades econômicas – pecuária e comércio - unificadas. Estas permanecerão, influindo nas práticas alimentares, na posse da terra e em outros indicadores materiais. Alianças políticas, famílias internacionais e um vocabulário comum mantém-se como descritores imateriais. Numa segunda etapa, de nacionalismo florescente, buscam-se distinções, incentiva-se a concretização da diferença, a fim de representar o estado, de "inscrevê-lo monumentalmente na fronteira política" (DONNAN, WILSON, 1998:8 apud QUADRELLI, 2002:85).

A partir da instituição do Mercosul, o discurso muda de polaridade: busca-se mostrar a fronteira como precursora da integração, como exemplo pragmático. Poderíamos relacionar essa nova interpretação da fronteira no marco de uma nova centralidade.

4 - AS CIDADES GÊMEAS

Ao longo da extensão limítrofe (1003 km) estabeleceram-se povoações orientais que conformaram, com suas contrapartes brasileiras, pares de centros urbanos. Com diferentes contingentes demográficos e vários níveis de interação (fronteira seca ou fluvial, diferentes atividades econômicas no entorno, variável grau de atração para migrantes, processos históricos), cada par de cidades demanda uma investigação específica, ao mesmo tempo em que apresentam elementos comuns.

Dois centros povoados frente a frente em um limite internacional não constituem em si uma excepcionalidade, seja internacionalmente ou no nível latinoamericano. De uma função estratégica de obstáculo ao avanço, tornam-se áreas privilegiadas de contato e entrelaçamento político.

Rivera (República Oriental do Uruguai) e Santana do Livramento (República Federativa do Brasil) são conhecidas como cidades-gêmeas. Reconhecidas como um conjunto urbano significativo (160.000 habitantes) possuem, entretanto, diferente importância para os respectivos estados nacionais, uma vez que Rivera é uma capital departamental (unidade política que situa-se imediatamente abaixo do estado-nação), enquanto Livramento é sede de município (havendo ainda a escala da unidade da federação, o estado do Rio Grande do Sul, subordinado ao estado nacional) (vide figura 1). As primeiras observações indicam a inexistência de ascendência de uma cidade sobre a outra, evitando assim outra das situações conflitivas que surgem nas fronteiras.

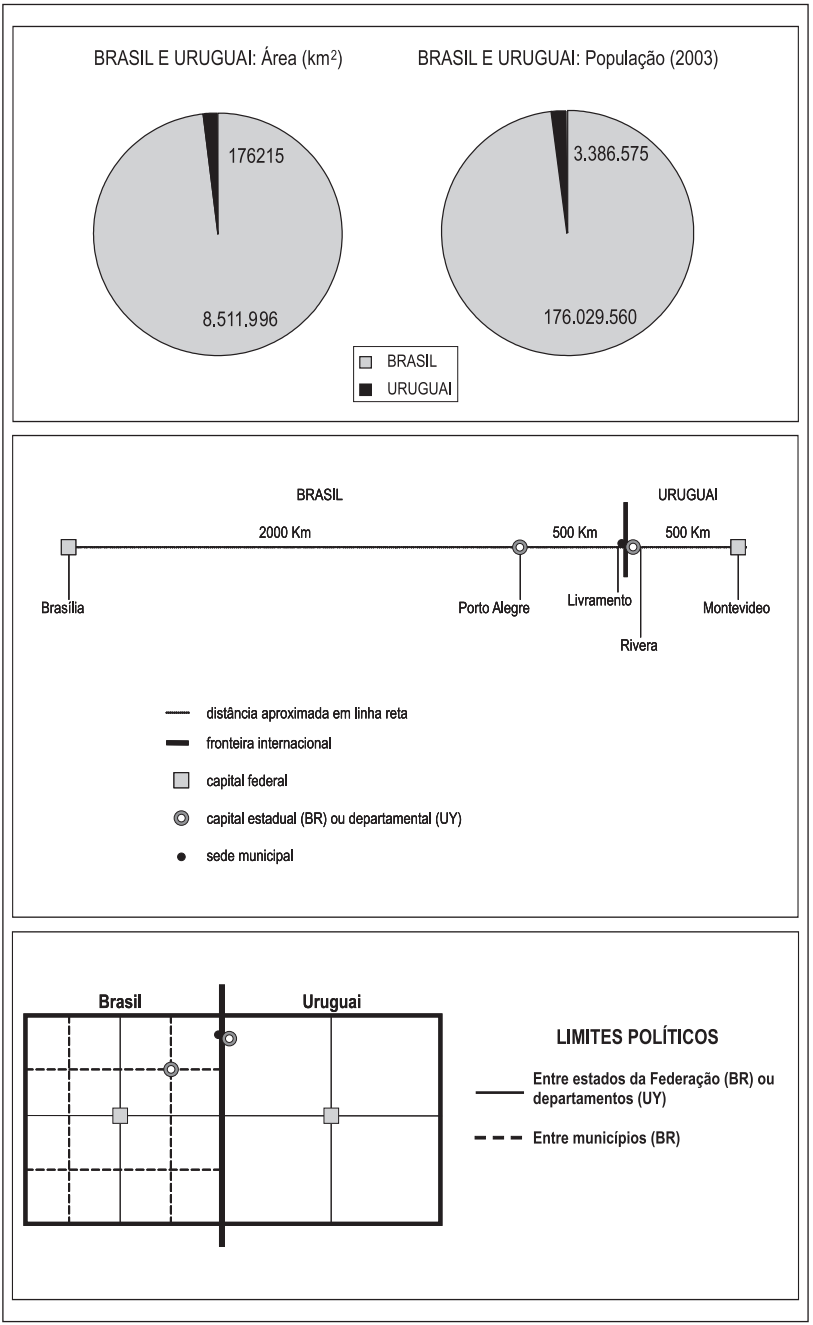


Figura 1 - Limites políticos

A cidade de Rivera nasce como Villa Ceballos na penúltima década do século XIX, apesar dos marcos da fronteira estarem plantados desde 1853. Apesar de fundada como contenção ao avanço brasileiro, os primeiros censos demográficos (1867, 1895) apontavam a existência de maior número de brasileiros que de uruguaios. Os brasileiros tinham também maior importância na produção pecuária (censo de 1900). Comércio e agricultura eram atividades nas mãos dos imigrantes que se instalavam na vila.

A fundação de Rivera foi muito bem recebida por seu par fronteiriço por representar o acesso – em Livramento, bem como em outras cidades do interior do Rio Grande do Sul - a mercadorias até 50% mais baratas, em função dos impostos de importação uruguaios, bem inferiores aos brasileiros. Mais de um século depois, as vantagens fiscais continuam sendo fonte de desenvolvimento comercial (como ocorre com os *free shops* contemporâneos).

A intensificação do movimento comercial foi elemento fundamental para a expansão urbana das cidades fronteriças, junto à principal ocupação da região, a atividade pecuária. A descrição da região fronteriça estaria incompleta se não mencionássemos o contrabando. Para os agentes que, de ambos os lados da linha, têm protagonizado os períodos de auge da região, poderíamos afirmar que em tais momentos a fronteira como proibição e obstáculo torna-se abstrata e imaginária, ganhando importância a fronteira como diferenciação econômica entre estados nacionais.

5 - PRÁTICAS COMUNS: A LÍNGUA

A situação de contato geográfico coloca frente a frente duas comunidades lingüísticas distintas, ocasionando o bilingüismo, assim como variedades mistas de português e espanhol, que constituem uma forma de comunicação local (o dialecto): "É esse o tipo de contato que se dá em nossa fronteira com o Brasil: duas

línguas que, além de próximas geneticamente, têm compartilhado em toda sua já longa história vicissitudes comuns" (t.as.) (ELIZAINCÍN, 1979).

Inicialmente essa forma de comunicação foi denominada portunhol: "uma manifestação popular que reflete o sentir de duas culturas" (t.as.) (BENTANCOR et al., 1989). Estudos lingüísticos posteriores afirmam ser incorreta a interpretação como um único "dialeto" ou "variedade dialetal", sendo mais apropriado falar de "dialetos portugueses do Uruguai" (DPU). Seu desenvolvimento, baseado na oralidade, leva a construções diferentes ao longo da região fronteiriça. O fenômeno é descrito pelos estudiosos como um tipo de bilingüísmo calcado no uso de uma língua standart (o espanhol) e num dialeto substandart de outra língua, no caso os DPU. Elizaincín, em vários trabalhos, descreve essa região lingüística como "bilingüe e diglósica, isto é, uma região em que se usam dois sistemas lingüísticos com uma matriz diglósica[4] firme e estabelecida" (t.as.). O aporte lingüístico para o surgimento dos dialetos é de base portuguesa e, à primeira vista, pareceria inexistir equivalente para o espanhol no lado brasileiro. Entretanto, existem variedades identificadas com a influência da fronteira sobre o português também em estudo.

Se pensarmos as políticas lingüísticas como elementos integradores da identidade nacional, tanto Brasil como Uruguai justificariam seus idiomas standard como elementos necessários de unidade. A escola uruguaia tem visado marcar o território dessa identidade, e o fazia proibindo o emprego do português e do "portunhol". Deve-se também considerar que a linguagem fronteiriça é interpretada segundo óticas diferentes, correspondendo à escala geográfica que informa a análise, já que do ponto de vista da região ela é reconhecida como expressão de uma cultura peculiar, enquanto que, observada à distân-

---

[4] "Uma matriz diglósica consiste na distribuição funcional do uso de cada uma das línguas em situações e momentos possíveis, de acordo com os usos sociais dessa comunidade" (t.as.) (BEHARES, 1985).

cia, a partir de outros pontos do Uruguai, é vista como um problema a ser resolvido através de políticas centralistas.

Elizaincín descreve o uso do espanhol como a variedade alta utilizada para todos os fins formais, enquanto os DPU são usados na comunicação familiar e na comunicação espontânea. Ainda que a divisão não apareça tão claramente, essa observação foi confirmada a nível empírico, nesta e em pesquisas anteriores, posto que impregna a vida cotidiana da fronteira.

Numa análise das percepções sobre a língua e seus falantes, podemos encontrar o rechaço aos DPU, tipificados como "deformações da linguagem" ou "misturas inferiores", identificados em geral com relações de classes sociais e de discriminação em relação aos seus falantes. Considerando essa estigmatização, o emprego dos DPU é associado a perdas, mais do que a um recurso alternativo de comunicação.

Desde a fundação das cidades na área de fronteira até hoje continuam os esforços nacionalizantes para "erradicar a influência luso-brasileira". Esta não diminuiu, tendo se acentuado com os meios de comunicação (em especial a televisão) contemporâneos, que incrementam a influência do português. Regionalmente, vários projetos educativos foram propostos, com escassa implementação. Atualmente, desenrola-se uma experiência-piloto de educação bilíngüe na escola primária, trabalhando com as línguas standart, desconsiderando os DPU, língua materna da fronteira, e reiterando a tensão entre a lógica do lugar e as estratégias nacionais.

6 - O ENTRELAÇAMENTO POLÍTICO

É interessante observar que o entrelaçamento político da região remonta às primeiras tentativas de apropriação e territorialização desse espaço. Uma figura típica da região é o caudi-

lho, que representa uma mistura de liderança política, de destaque econômico e de capacidade de mobilização social e militar.

Significativo exemplo encontra-se na família Saravia (SARAVIA): dois caudilhos irmãos, participaram de revoluções que de alguma forma marcaram o fim de uma época.

Esta família fez parte de uma migração de fazendeiros do Rio Grande do Sul para o Uruguai (parte de seus filhos nascem neste país). Tratava-se da busca de uma identidade nacional, a formação e consolidação dos estados, da obtenção de vantagens econômicas através da articulação política de bandos que tinham a fronteira entre Uruguai e Brasil como cenário principal. Gumercindo e Aparicio Saravia representaram para seus seguidores "uma identidade coletiva que despertava reações similares às vinculadas com o nacionalismo" (CHASTEEN, 2001: 22). Os destinos dos irmãos foram tão contrastantes como os dos países em questão. Aliados na revolução riograndense, os Saravia aparecem identificados com o autonomismo e apoiando o Rio Grande do Sul nas reivindicações federalistas.

Ao longo do século XX, foi prática comum na política do Cone Sul a brusca mudança na ordem do poder, com a substituição dos líderes e a perseguição dos derrotados. Como conseqüência, sucederam-se os exílios, tendo como destino freqüente a área fronteiriça do país vizinho, lugar de asilo e proteção sem distanciamento, facilitado pela familiaridade cultural e proximidade geográfica, e possibilitando a continuidade das lutas. Esse foi o caso de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola, entre muitos outros. Da mesma forma, a repressão política durante o período ditatorial no Cone Sul desconsiderou os limites nacionais e criou a região de ação do Plano Condor.

Certos aspectos da política binacional são institucionalizados, como os tratados sobre limites e o funcionamento de chancelarias e grupos a elas subordinados: entre estes nomeamos os comitês de fronteira e a Nova Agenda de Cooperação Fronteiriça.

Outras práticas políticas, originárias das demandas locais da população, não são institucionalizadas. Um exemplo dessa tensão pode ser encontrado na questão do uso da franja imediata à fronteira, regido pelo Estatuto Jurídico de Fronteiras de 1933, que proíbe sua ocupação. No entanto a área vem sendo usada há muito por vendedores ambulantes (camelôs), cujos produtos são de procedência variada, sendo predominantemente contrabandeados do Paraguai. Um decreto de 2001 do Poder Executivo do Uruguai determinou desocupar tais espaços, fundamentado no Estatuto de 1933. Na fronteira Chuy-Chuí a ordem foi cumprida em 2002, apesar dos protestos e da mobilização dos ambulantes.

No caso da fronteira Rivera-Livramento a situação inclui, apesar da proibição de Estatuto Internacional, a existência da Ordenanza Municipal de 06/06/1995, que regula a atividade do Comércio Informal na cidade de Rivera, localizando-o na linha (e cobrando mensalmente uma taxa). Os vendedores de Rivera não foram obrigados finalmente a deixar seus postos, graças a sua mobilização e ao apoio de um senador e de um deputado da República, entre outros líderes político-partidarios locais. A demanda dos ambulantes por esse espaço se baseia no potencial econômico ali presente, descartando-se as propostas de relocalização. Esse caso mostra como, na fronteira, questões de cunho aparentemente local e econômico repercutem em distintos aspectos e escalas, como o político e a nacional.

Outros aparatos institucionais binacionais foram implantados, como os Passos de Fronteira Integrados, portos secos encarregados de executar conjuntamente o controle de importações e exportações e o trânsito de pessoas. A partir de sua reunião num mesmo lugar físico, localizando-se o primeiro em território brasileiro e o segundo no lado uruguaio, trazem novas lições sobre os alcances de iniciativas de integração no plano concreto. A integração não se faz por decreto, pois os passos que já operavam conjuntamente continuaram cooperando, enquanto os que não trabalhavam coordenadamente não passaram a fazê-lo apenas por compartilhar o mesmo prédio.

No nível local implementou-se o Conselho Legislativo Internacional - que já não funciona – e a Câmara Binacional de Comércio no momento de auge das negociações do Mercosul. Os sindicatos coordenavam algumas de suas ações na década de 1950, quando Livramento possuía o terceiro parque industrial do Rio Grande do Sul (cinqüenta estabelecimentos e mais de três mil operários, muitos dos quais uruguaios). A primeira greve em uma fábrica multinacional realiza-se no frigorífico Armour. Nesse momento se realizam comícios na praça de Rivera e comparecem delegados sindicais de Montevidéu. Hoje se comemora conjuntamente o 1º de maio, mas não há uma prática sindical integrada.

A região fronteiriça que era, no século XIX, um espaço articulador de resistências socio-políticas, converte-se no século XX, em espaço simbólico de identidade cultural. Para o Rio Grande do Sul, a fronteira é emblemática e operativa, legando aos discursos regionalistas a imagem do guerreiro, do civilizador, para estimular a coesão da população e para reivindicar "justiça indenizadora", haja vista o sacrifício na consolidação das fronteiras diante do governo brasileiro. Do lado uruguaio da fronteira, os fronteiriços reconhecem suas particularidades, mas têm dificuldade em afirma-se como habitantes de um espaço diferenciado, posto que dentro do centralismo uruguaio não há lugar para discursos regionalistas.

7 - O ACORDO E AS QUESTÕES POR ELE LEVANTADAS

Nesse quadro, coloca-se a institucionalização de práticas cotidianas e da região-fronteira de sua incidência. Assinado em 09 de agosto de 2002 como "Acordo sobre Permissão para Residência, Trabalho e Estudos para os Cidadãos das Localidades Fronteiriças da República Oriental do Uruguai e da República Federativa do Brasil" e ratificado em 14 de abril de 2004, como "Acordo

entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios" (vide anexo 1), o acordo abrange uma região delimitada simetricamente a 20Km em ambos lados da fronteira incluindo, portanto, as cidades-gêmeas e uma série de localidades de tamanhos variados, ligadas à dinâmica fronteiriça.

Foram oficialmente estabelecidas as seguintes "localidades vinculadas":

1 - Chuy, 18 de Julio, La Coronilla, y Barra del Chuy (Uruguai) vinculada a Chui, Santa Vitória do Palmar/Balneário Hermenegildo, (Brasil);
2 - Rio Branco (Uruguai) a Jaguarão (Brasil);
3 - Aceguá (Uruguai) a Aceguá (Brasil);
4 - Rivera (Uruguai) a Santana do Livramento (Brasil);
5 - Artigas (Uruguai) a Quaraí (Brasil);
6 - Bella Unión (Uruguai) a Barra do Quaraí (Brasil).[5]

O propósito do acordo é legalizar residência; exercício de trabalho, ofício ou profissão, com os correspondentes direitos de previdência social; estudo em estabelecimentos públicos ou privados, para uruguaios e brasileiros cidadãos residentes nas localidades vinculadas (figura 2: mapa da "região fronteiriça" e das "localidades vinculadas").

Tais direitos materializam-se em um "Documento Especial de Fronteiriço", uma carteira de identidade que aponta qual a localidade vinculada em que exercer-se-ão os direitos de fronteiriço. Trata-se, portanto, de uma tentativa de institucionalização de práticas amplamente difundidas e historicamente embasadas. Pela primeira vez o caráter supranacional da população da região é legitimado pelos estados-nação.

Várias perguntas são pertinentes e podemos organizá-las em três eixos: aspectos da demarcação geográfica, da população envolvida e do alcance dos direitos outorgados.

---

[5] O simples exame da toponímia revela os fortes vínculos entre as comunidades.

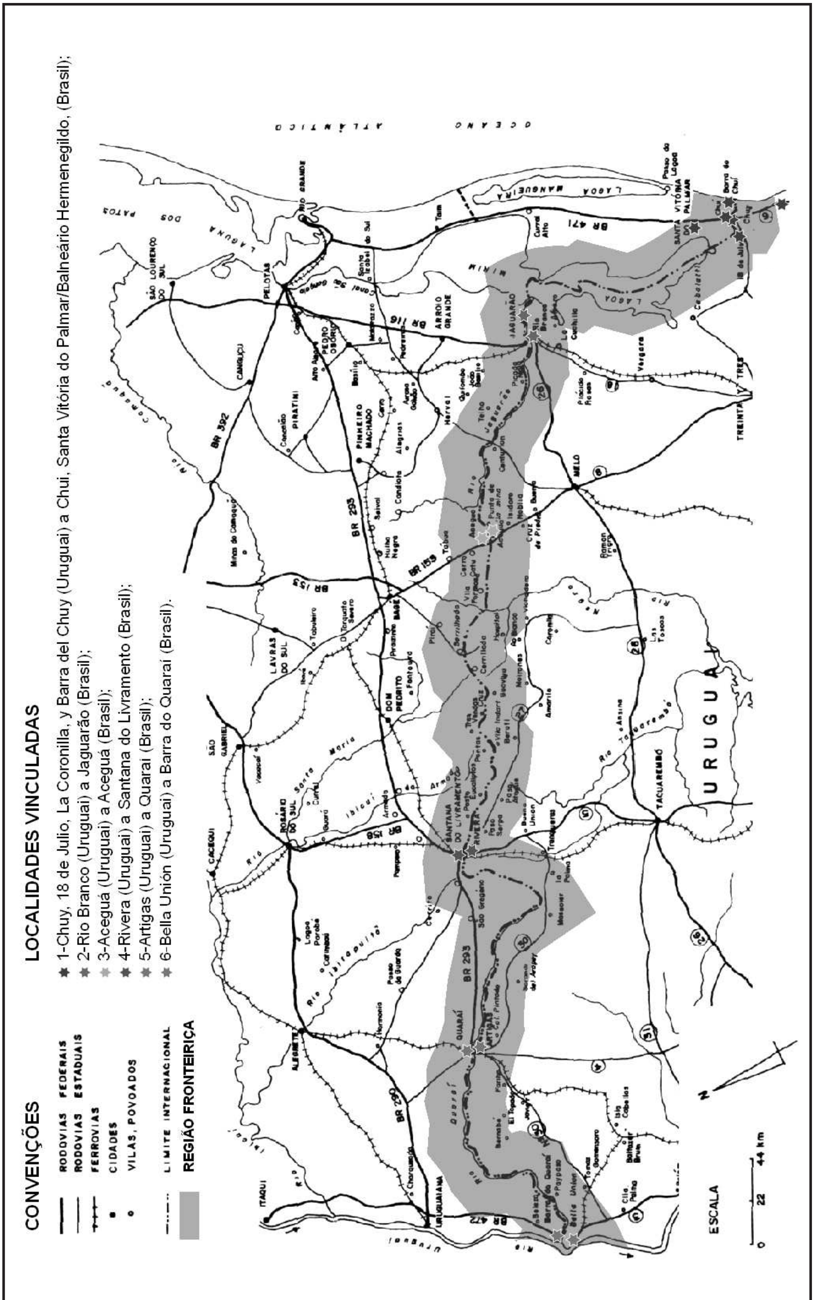


Figura 2 - Região Fronteiriça e Localidades Vinculadas.

O primeiro aspecto, da delimitação das localidades de fronteira, motiva questões como:

a. Qual seria a razão para o estabelecimento dos vinte quilômetros como faixa de fronteira? Uma dinâmica fronteiriça não pode ser contida nesse perímetro, se considerarmos a fronteira como área de influência.
b. Por que tal área é fracionada em cinco localidades estanques, compartimentando os direitos e impedindo seu exercício em localidades distintas daquela de outorga inicial, isto é, por que um uruguaio com direitos de fronteiriço em Livramento não os poderia exercer em Quaraí (ou vice-versa, um nacional fronteiriço brasileiro residente em Aceguá não poderia desfrutar de seus direitos em Rio Branco)?
c. Como se distingue um "vínculo fronteiriço"? Existem povoações de tamanhos variados que, mesmo não sendo contíguas a núcleos povoados limítrofes, não configurando cidades-gêmeas, apresentam forte integração com o país vizinho.
d. È impar o caso da localidade vinculada nº 1 - Chuy, 18 de Julio, La Coronilla, y Barra del Chuy (Uruguai) a Chuí, Santa Vitória do Palmar/Balneário Hermenegildo, (Brasil). Esta toponimata inclui, além das gêmeas Chuí-Chuy, pequenos povoados, balneários e a sede municipal de um município vizinho. La Coronilla (balneário uruguaio) encontra-se a 30 km da fronteira, fora da faixa estabelecida, portanto. O que interferiu na demarcação dessa área vinculada? As outras localidades são descritas apenas pelas cidades-gêmeas, passando a impressão de haver um vazio demográfico na área adjacente. Rivera e Livramento, por exemplo, apresentam, nos 20 km já estipulados, os povoados de Capão Alto, San Luis, Hospital, Cerrillada, Tranqueras, Massoller, Villa Indart e La Puente, do lado uruguaio, além de Vichadero que, apesar de situar-se fora dos 20 km, possui fortes vínculos com a fronteira, como demonstrado pela toponímia (*vichar*, ou espiar, ligada ao controle da fronteira ou à prática do contrabando). Vila Albornoz (em frente a Massoller) está no município de Santana do Livramento, e foi fundada para garantir a posse da área contestada, numa atualização do *uti possidetis*. Serrilhada, cidade próxima a Cerrillada, encontra-se em outro município, o de Bagé. E o que se dá com as áreas dos municípios e departamentos citados que avançam além da faixa dos 20 km ou apresentam características rurais?

A dinâmica fronteiriça é tão complexa, em função da quantidade de variáveis envolvidas que, para esse acordo, a melhor adequação seria a de respeitar a divisão política dos municípios (Brasil) e departamentos (Uruguai) fronteiriços (figura 3: mapa dos municípios e de-

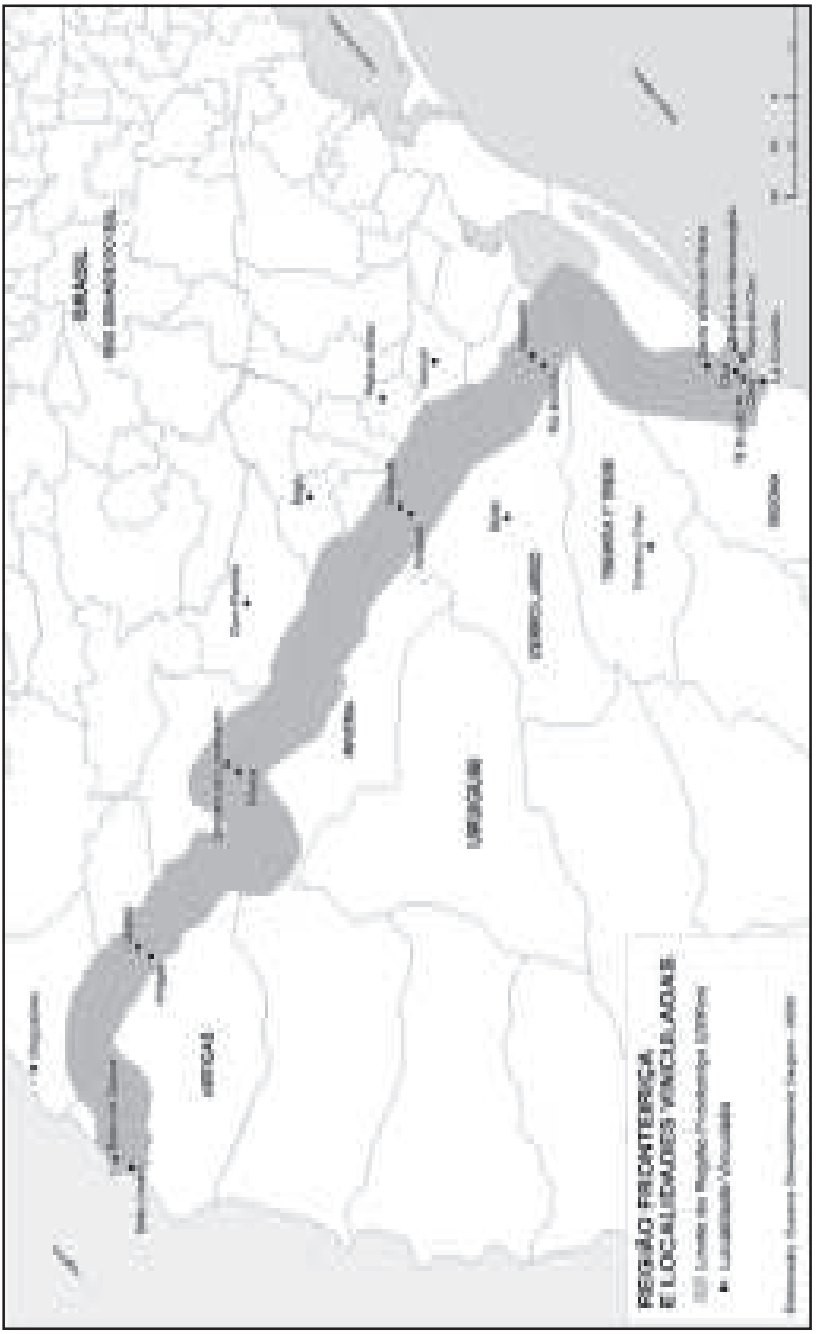


Figura 3 - Municípios e Departamentos Fronteiriços

partamentos fronteiriços), haja vista a arbitrariedade do critério métrico de 20 km e a dificuldade de estabelecer indicadores que determinem o alcance da interação fronteiriça.

O segundo aspecto a ser comentado é o dos direitos ora assegurados. Quanto ao trabalho e ao estudo, será necessário compatibilizar as demandas de conselhos profissionais e dos organismos que validam os títulos acadêmicos, dando seqüência aos esforços iniciados no Mercosul, a exemplo do pioneiro reconhecimento do título de agrônomo. Da mesma forma o direito à previdência social depende de muitas adequações, bem como o acesso a serviços de saúde, à posse de imóveis e a simplificação de trâmites aduaneiros para o translado de bens, temas também presentes na Nova Agenda de Cooperação Fronteiriça.

Quanto à população contemplada, deve-se enfatizar que o acordo permite a legalização dos nacionais uruguaios e brasileiros residentes no país-espelho, colocando-se na contramão de uma tendência internacional xenófoba e oportunista em que a maioria dos países coíbe a entrada ou a legalização de trabalhadores, levando à difusão do fenômeno dos migrantes indocumentados. O acordo enquadra-se, portanto, no espírito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde é reconhecido o direito de migrar em busca de melhores condições de vida. Entretanto, a mudança operada no nome do acordo - entre a assinatura e a ratificação do acordo substituíram-se os "cidadãos das localidades fronteiriças" pelos "nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios" – representa um cuidado com o alcance do mesmo, posto que a passagem de um a outro âmbito exclui os estrangeiros de terceiras nacionalidades. A livre circulação de pessoas é parte importante nas fases de construção do Mercosul, que podemos considerar ainda distante, de acordo com os avanços do bloco regional nos seus 14 anos de existência.

Dados sobre a demanda pela carteira, quando obtidos, lançarão luzes sobre a dinâmica regional. Por exemplo: quem tem maior interesse, brasileiros ou uruguaios, estudantes ou trabalhadores, qual clas-

se social? Que tipos de atividades econômicas? Rurais ou urbanas? Como ficam os estrangeiros (nem brasileiros nem uruguaios)?

O Tratado de Assunção implementou, desde o início, o português e o espanhol como línguas oficiais. Aparece, assim, uma situação paradoxal, já que o acordo em pauta estabelece, no artigo VIII, que "cada uma das partes poderá ser tolerante em relação ao uso do idioma da outra parte". Não é compreensível que acordos que atendem a situações especiais ou urgentes, surgidos ao longo do processo de construção do Mercosul, apresentem retrocessos em relação ao tratado-marco da integração regional.

O acordo propõe direitos como residência, estudo, trabalho e previdência, legalizando a interação dos fronteiriços com quem os acolhe, participando na construção da sociedade local. Até onde avança essa nova situação, na medida em que os direitos políticos não são contemplados?

Tal acordo demandaria, portanto, um estatuto de fronteiriço, com representação legal política de base e democrática, para ajustar as demandas e necessidades da população fronteiriça.

É ainda cedo para responder a todas essas questões, visto que o acordo entrou em vigor há apenas oito meses, mas podemos avançar alguns pontos. Em artigo publicado por Eduardo dos Santos, atual embaixador do Brasil no Uruguai, lê-se:

> [para combater o portunhol] "as crianças aprendem o português e o espanhol também em aulas de Ciências, História, Matemática e outras matérias, ministradas ora em uma língua, ora na outra. Para as crianças expostas diariamente ao "portunhol", aprender de forma sistemática os dois idiomas facilita o aprendizado da própria língua materna. (...) é importante perceber que ao aprender espanhol e português não se está pondo em risco o sentimento de Pátria. Ao contrário, dificulta-se o desenvolvimento de um dialeto local, que mais do que um sotaque ou um maneirismo regional, aí sim, diluiria o que cada população tem de brasileira ou uruguaia." (2004: 15)

O texto do embaixador trata do ensino das línguas em sua forma culta como estratégia de controle da difusão do portunhol. As ex-

pressões “sotaque ou maneirismo regional” demonstram uma falha compreensão da realidade abarcada, ou um desejo de reforço da língua culta. Eis uma possível resposta ao porque do acordo: legalizar para controlar, como está explicitado na estratégia a respeito das línguas, prevalecendo novamente o ponto de vista nacional e ignorando a língua materna da fronteira, o DPU.

Ora descrito como instrumento de “nacionalidade compartilhada” (FAGIANNI, 2004), ora como “carteira de identidade” (Notícias do Gabinete da Vice-Governadoria do RS, 15/04/2004), o acordo coloca em pauta as práticas cotidianas, reconhecendo a existência de uma identidade fronteiriça compartilhada por uruguaios e brasileiros. Entretanto, passa a discriminar outras etnicidades aí presentes.

O cônsul uruguaio em Livramento, em entrevista à imprensa (20/04/04), afirma que o acordo dá marco jurídico a uma realidade já existente na fronteira, tranqüilizando numerosos cidadãos de ambas nacionalidades que viviam de forma irregular. Destaca também o incremento impressionante no número de consultas, esclarecendo que o documento fronteiriço “não é uma panacéia, dá tranqüilidade e acomoda juridicamente uma realidade, mas os problemas subsistem (...) é um passo político transcendente necessário para a fronteira”. Os cônsules de Rio Branco e Jaguarão entendem que “facilitará uma integração que ultrapasse o comercial e o social”. Para a Comissão de Assuntos Internacionais do Senado do Uruguai “constitui um importante avanço no processo de fortalecimento da integração regional”.

As autoridades compartilham o interesse pela institucionalização das práticas cotidianas, usualmente marcadas por ‘jeitinhos’ e ‘trampitas’, ao mesmo tempo em que reconhecem, ainda que indiretamente, as particularidades da fronteira em análise. Tratam de dar soluções para questões de moradia, trabalho e estudo, no marco legal, deslocando o mesmo para abarcar práticas até então ilegais. Numerosas questões restam pendentes, sendo a maior delas ligada ao âmbito político contemplado, na medida em que direitos eleitorais não são

sequer aventados. Vimos que o documento é também resultado de um processo histórico de entrelaçamento social e político, aspecto que demanda mais estudo, reconhecendo, até certo ponto, as demandas por cidadania. Mas de que cidadania estamos falando?

8 - CIDADANIA, REGIONALISMO, IDENTIDADE

Normalmente as leis de cada estado estabelecem as condições em que se reconhece a cidadania aos nacionais e aos estrangeiros que a solicitem (naturalização). Dá-se "a qualidade de cidadão ao conjunto de pessoas de um povoado ou país que reúnem os requisitos para serem considerados como tais e que, portanto, possuem direitos políticos, fundamentalmente o de eleger e de ser eleito" (DI TELLA, 1989: 95).

Concebe-se a cidadania hoje como o conjunto de responsabilidades individuais e coletivas dos habitantes de um território determinado. Esta conceituação implica na capacidade das pessoas de realizar uma leitura crítica de sua situação e de seu entorno, capacidade de geração de propostas e inovação, bem como de capacidade de gestão.

A abordagem do tema numa situação de fronteira introduz complicações. A maioria das pesquisas afirma que os contatos como os de nossas cidades-gêmeas, a despeito da superposição de influências, não implica em perda de nacionalidade e do sentido de cidadania. No caso em estudo, as irregularidades que esta situação coloca são muito antigas e variadas, e criaram demandas cidadãs para resolvê-las.

Quando o acordo menciona a "concessão especial de fronteiriço para estrangeiros residentes" poderia interpretar-se como uma possível naturalização, mas nada disposto no articulado seguinte explicita tal processo. A laconicidade do acordo não esclarece como este aspecto seria desenvolvido, levando a preocupações com o sentido que

possa ser dado ao controle migratório e de circulação de pessoas, também enunciado no *considerando*.

Fronteiras geram uma forte relação entre espaço geográfico e identidade, em suas múltiplas formas. Assim, a similaridade dentro do grupo humano e a singularidade deste em relação a outras comunidades podem ser encontradas na fronteira do Brasil com o Uruguai. Várias são as ocasiões em que incluem-se alguns habitantes e rejeitam-se outros. Este ponto, explorado por Brunet (1993), levanta a questão: a oscilação similaridade-singularidade se dá por contraste com o "outro", o que pode ser apontado em vários níveis, já que a região-fronteira constitui um "sistema poliétnico complexo" (BARTH, [1969]1998:200).

A identidade de brasileiros, uruguaios, palestinos, estrangeiros, gaúchos, fronteiriços, presentes na fronteira em estudo, constitui-se através da oscilação similaridade-singularidade relacional. Identificar-se e identificar a cada grupo corresponderá a conjuntos de práticas cotidianas, que podemos exemplificar com a fala.

O estabelecimento da fronteira entre dois países é, claramente, um gesto de territorialização dos estados-nação e, como Eric Hobsbawm (1990) e Benedict Anderson (1991) afirmaram, à constituição do estado e da nação corresponderão não apenas um território e um aparato institucional, mas também um "universo" cultural composto por língua, cultura e identidade nacional. Portanto, a nacionalidade é, idealmente, uma identidade ancorada no território; nacionalidade é também territorialidade.

As nacionalidades brasileira e uruguaia justapõem-se na fronteira[6], instituídas inicialmente por intervenções deliberadas por parte

---

[6] A nacionalidade palestina, também presente, segue o balizamento dado por Brunet. Expulsos e dispersos pela instalação do estado de Israel, os palestinos são numericamente significativos nessa fronteira, a qual chegaram também em busca das oportunidades ligadas à multiplicidade de atividades econômicas, brasileiras e uruguaias. A manutenção (recriação) da nacionalidade palestina e sua extensão aos descendentes nascidos na diáspora são realizadas através da referência à terra de origem (JARDIM, 2000).

dos respectivos estados, como exemplificado pelo estabelecimento das cidades uruguaias.

Os critérios *ser nascido de* e *ter nascido em* tem tradução jurídica na atribuição da nacionalidade por *jus sanguini* e *jus soli*, respectivamente adotados no Uruguai e no Brasil. Eis a base legal para a chamada *doble-chapa*, dupla nacionalidade brasileiro-uruguaia.

Na fronteira em questão, a nacionalidade é alvo de negociação, distanciando-se do que poderia haver de "natural". O referencial legal da nacionalidade, que possibilita aí (mesmo através de algum subterfúgio) registro e obtenção de ambas nacionalidades, não esgota as escolhas identitárias, uma vez que a posse legal da nacionalidade é por vezes relativizada pelo morador da fronteira, que continua vendo-se como brasileiro ou uruguaio mesmo quando busca os benefícios disponibilizados pelo estatuto legal de nacional do país vizinho[7].

Quantas identidades podem ser enumeradas na fronteira? Nacionalidades brasileira; uruguaia; de outros migrantes recentemente atraídos pelas potencialidades da fronteira, reconhecidos como estrangeiros; a identidade regional gaúcha, dos riograndenses, relativa à diferenciação destes com relação ao resto do Brasil, cujas origens históricas encontram-se no passado compartilhado com os uruguaios que, por sua vez usam a mesma figura com personagem nacional e não

---

[7] "Uma das questões centrais que revela esta prática é a disjunção entre a experiência da nacionalidade (no sentido de definir-se como brasileiro ou uruguaio), e o lugar físico de nascimento. Isto é, quem nasce em Rivera (ou em Santana) não necessariamente define a sua nacionalidade como uruguaia ou brasileira. De fato, para o ator fronteiriço, a nacionalidade, através desta prática, pode converter-se numa opção, sendo este quem decidirá qual será a sua nacionalidade (ao menos aquela que lhe interessa reconhecer), independentemente do lugar onde nasceu".
Neste caso, é o ator fronteiriço, e não o Estado, quem estabelece a correspondência certa entre lugar de nascimento e nacionalidade, e esta correspondência define um limite, aquele que se encarrega de estabelecer a quem deve atribuir-se uma determinada nacionalidade. Deste modo, não são as regras do Estado que definem a nacionalidade da sua população, são os atores fronteiriços os que resolvem ou escolhem a sua nacionalidade, segundo as suas próprias regras. (QUADRELLI, 2002: 79).

regional; a diferenciação dos uruguaios da fronteira que, a seu turno, são chamados *bayanos* no resto do Uruguai; a identidade dos fronteiriços frente aos outros *gauchos*/gaúchos, brasileiros e uruguaios, alicerçada em práticas contemporâneas de intercâmbio internacional, de cidadania compartilhada.

Uma sucinta análise escalar mostra que não é uma particularidade da região-fronteira comportar distintas identidades territoriais. Há um vínculo entre certas práticas identitárias e determinadas escalas, sendo escalarmente coerente identificar-se com o bairro, a cidade, a região, o país, e ainda com outros espaços simultaneamente. Usualmente bairrismo, cidadania, regionalismo e nacionalidade descrevem pertinências de todos nós[8].

Ann Markusen define o regionalismo, em 1981, dentro de uma dimensão fundamentalmente política, constituindo-se numa reivindicação de um grupo de pessoas identificado territorialmente, contra um ou muitos dos mecanismos do estado. Uma luta regionalista pode ser essencialmente econômica, mas há necessariamente uma objetivação que é política, na medida em que se expressa como reivindicação de mudança no tratamento de questões territoriais. A mesma autora, em 1987, acrescenta que "Independente de quão fortes forem as dificuldades e particularidades eco-

---

[8] O conceito de etnicidade é menos explícito em sua correspondência escalar. Segundo Jardim (2000: 57 e ss) "etnicidade e nacionalismo podem ser aproximados como fenômenos de uma mesma qualidade. Ambos evocam uma ação social, vinculada a uma vontade coletiva ou à vontade de uma autodenominação de determinada *coletividade*. Etnicidade é tomada como uma das formas possíveis de identidade social, trazendo aspectos mais pontuais sobre lealdades políticas, algo que está inscrito na idéia de nacionalismo" (p. 57). "Entretanto, para Weber, o étnico é também apresentado como o resíduo do projeto nacional, aquilo que ficou como diferença dentro de um ideal de estado-nação" (p. 59). Depreende-se que a etnicidade, enquanto reconhecimento relacional em uma comunidade, distancia-se da nacionalidade na medida em que esta se vincula a um projeto espacial e político, isto é, territorial e legitimado internacionalmente. Ao mesmo tempo, a idéia de etnicidade aproxima-se daquela de identidade, enfatizando o ator, a escala geográfica humana, centrando a discussão nos atores concretos.

nômicas de uma região, elas não se materializarão necessariamente como política regional. A forma e a intensidade da política regional depende fortemente da **cultura** [g.n.], política e economia da região. A unidade interna em torno de uma emergência regional ocorrerá mais frequentemente quando a cultura for relativamente homogênea (ou algum argumento acerca de diferenças internas possa ser encontrado), produza-se liderança local e haja uma estrutura político-partidária sequiosa de abraçar e encaminhar a causa regional" (p.6). Tal a ampliação do conceito representativa da ênfase recente dada à cultura.

O regionalismo na fronteira Brasil-Uruguai apresenta congruência econômica e cultural. Existem algumas estruturas políticas que organizam as reivindicações locais. O acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios pode ser um instrumento de consolidação dessa identidade, possibilitando um crescimento na capacidade de organização e reivindicação locais.

9 - CONCLUSÕES

Os fronteiriços, chamados a exemplificar práticas integracionistas no auge da discussão sobre o Mercosul, têm suas expectativas reaquecidas pela promulgação do acordo.

Na fronteira do Brasil com o Uruguai as escalas geográficas precipitam-se, isto é, os estados-nação fazem-se ostensivamente presentes, simultaneamente à experiência cidadã, cotidiana, reforçando a identificação com mais de uma escala. Dentro desse processo, o regionalismo da fronteira ganha destaque. Apontam-se raízes históricas para a forte interação contemporânea, ligadas ao passado comum como charqueadores e criadores, aos vínculos comerciais legais e ilegais intensos, às relações familiares estreitas, à existência de propriedades rurais transfronteiriças.

O Documento Especial de Fronteiriço atualiza a discussão, mostrando a um só tempo o reconhecimento das particularidades da fronteira e a hesitação por parte das autoridades nacionais em implementar medidas que possam levar à diluição da nacionalidade e à diminuição da soberania. Muitos direitos peculiares aos fronteiriços não são atendidos pelo estado, o que motiva a permanência de legítimas práticas reivindicatórias por parte da população.

Concluímos que a adoção do documento dependerá de sua adequação às demandas por cidadania, entendida como o exercício de direitos a partir do lugar. Além disso, a inconsistente proposta de uma faixa de vinte kilômetros de cada lado da linha de fronteira poderia ser aprimorada com a adequação ao arcabouço político-administrativo já existente (departamentos uruguaios e municípios brasileiros limítrofes), otimizando a implementação do acordo.

Aparentemente, a permissão para residência é o elemento mais acabado dentro do acordo, permitindo legalizar situações de fato.

Por outro lado, a identidade cultural tem as práticas cotidianas como marcadores. Variando num espectro amplo de legalidade-ilegalidade e legitimidade-ilegitimidade, os cidadãos fronteiriços obtém vantagens com o duplo sistema econômico e legal: vão ao supermercado abastecer-se (contrabando diário e em pequena quantidade assumido como legítimo), requerem cidadania por meio de falsos testemunhos de residência ou certidões de nascimento (manobras conscientemente ilegais e ilegítimas). A maioria das práticas é bem-sucedida e os obstáculos (repressão ao contrabando, dificuldades na validação de títulos acadêmicos no país vizinho, no transporte de bens através da fronteira) são responsáveis pela detecção dos limites e carências impostos pelos estados à vida cotidiana na fronteira.

Essa identidade cultural tem assim, uma relação conflitiva com os estados-nação, lançando mão de *jeitinhos* e *trampitas* estrategicamente acionados. Tais manobras representam a negação de certos aspectos da política institucionalizada, podendo ser interpretadas como

resistência à ordem externa, não legitimada por corresponder à racionalidade de outra escala geográfica, ou como esvaziamento do discurso político nacionalista e das instituições estatais. Pode ser também vista como a permanência de alguns traços históricos de entrelaçamento que não puderam ser completamente apagados pelos estados nacionais.

O descompasso entre a política nacional e a realidade local pode ainda ser atribuído à marginalidade da região, na medida em que a lógica legal corresponde mais às demandas dos centros políticos e culturais dos países.

Além disso, a recepção na fronteira de decretos instituídos verticalmente, emanados do centro político do estado não contempla adequadamente a realidade local, não atende às pautas descentralizadoras e às práticas de autonomia demandadas pela sociedade civil.

A partir da nova configuração territorial dada pelo Mercosul, a fronteira ganha em centralidade, em função da aproximação dos mercados nacionais. Ainda assim, não se tratava de uma política de ordenamento territorial que contemplasse a especificidade da região fronteiriça.

Na pauta dos estudos para o Cone Sul em geral e para o Mercosul em especial aparece com grande relevância a interpretação das culturas locais, de modo que ousemos reconhecer a multiplicidade de manifestações, muitas vezes além dos marcos nacionais.

Mais do que "uma manifestação popular que reflete o sentir de duas culturas", no marco do reconhecimento da diversidade, o estudo da faixa de fronteira situada entre Brasil e Uruguai, deve aprofundar a análise das particularidades de cada par de cidades, diferentes em termos de história, níveis e classes de contato, porte demográfico e econômico, realidade social e demonstrações culturais, movimentos migratórios, organização do entorno, da paisagem etc.

Um produtivo exemplo foi dado pelos lingüistas, que souberam reconhecer um status dialetal à variação das línguas standart, supe-

rando o estigma de “sotaque ou maneirismo regional” e legitimando a produção cultural da fronteira. A proposta teórica de uma região-fronteira tem que ser reconhecida, revolucionariamente afirmando que se trata de um espaço diferenciado, com língua e processos marcados e contidos numa região, superando a idéia de encontro de duas culturas nacionais, afirmando a existência de uma cultura de fronteira.

Além da opção por estudos interdisciplinares, há que reconhecer a importância dos estudos internacionais já que, ainda que formadas na mesma disciplina, acede-se à informação mais qualificada e aproveitam-se os distintos marcos nacionais no trabalho de cada pesquisadora.

Restam perguntas e resposta parciais. A identidade fronteiriça existe? Sim, pois ainda que para ser negada ela é sempre reconvocada no plano cultural, em que está bem estabelecida. Qual é o momento em que a cultura transforma-se em prática política? Existe identidade sem proposta política? O cidadão fronteiriço é uma nova figura legal? Como o Documento Especial de Fronteiriço influi nesses processos? O acompanhamento da dinâmica presente na fronteira recoloca tais questões concretamente.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*: reflections on the origin and spread of nationalism. Londres: Verso, 1991. 224 p.

BEHARES, Luis. *Planificación lingüística y Educación en la frontera de Uruguay con Bras*il. S/l: Instituto Interamericano del Niño / OEA, 1985.

BENTANCOR ROSÉS, Gladys Teresa. *El espacio cotidiano fronterizo a través de las estrategias de vida de uruguayos y brasileños en Rivera-Livramento*. Tese (Maestria en Ciencias Humanas opción Estudios Fronterizos). Montevideo: UDELAR / Facultad de Humanidades, 2004.

BRUNET, R., FERRAT, R., THÉRY, H. *Les mots de la géographie*. Dictionnaire critique. Montpellier-Paris: RECLUS - La Documentation Française, 1993. 520 p., ed.3.

CHASTEEN, John. *Heroes a caballo*: los hermanos Saravia y su frontera insurgente. Montevideo: Santillana, 2001.

DI TELLA, Torcuato. *Diccionario de Ciencias Sociales y Políticas*. Montevideo: Puntosur, 1989.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Decreto n. 5.105 de 14 de jun. de 2004, 15/06/2004, n. 113, seção 1, p.1-2

DORFMAN, Adriana. *Nacionalidade doble-chapa*: novas identidades na fronteira Brasil-Uruguai. Resumos do I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. Canoas: 2004. p.12-13.

ELIZAINCÍN, Adolfo. *Algunas precisiones sobre los dialectos portugueses en el Uruguay*. Montevideo: UDELAR / Dirección General de Extensión Universitaria, 1979.

ELIZAINCÍN, Adolfo. *Dialectos en contacto*. Montevideo: Arca, 1994.

FAGGIANI, Nádia. Cidadãos que vivem na fronteira Brasil-Uruguai terão sua situação legalizada. *Agência Brasil*, 14/04/2004.

GABINETE DA VICE-GOVERNADORIA DO RS. Entra em vigor acordo que beneficia brasileiros e uruguaios fronteiriços. *Notícias* 15/04/2004 www.ppp.rs.gov.br/gvg.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JARDIM, Denise Fagundes. *Palestinos no extremo sul do Brasil*: identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade – Chuí/RS. Tese (Doutorado em Antropologia, orientada pelo Dr. João Pacheco de Oliveira Filho). Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS – Museu Nacional, 2000. 376 p.

MARKUSEN, Ann. Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço e Debates*. ano I, nº2, maio. São Paulo: Cortez, 1981. p. 61-99.

————. *Region building*: an introduction. Regions the economics and politics of territory. New Jersey: Bowman and Littlefield Ltd., 1987. 304 p. p. 1-48.

PALERMO, Eduardo. *Banda Norte*. Una historia de la frontera oriental. Rivera: Yatay, 2001.

QUADRELLI SÁNCHEZ, Andrea. *A fronteira inevitável*. Um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. Tese (Doutorado, orientada pelo Prof. Dr. Ruben George Oliven). Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2002.

SAID, Edward W. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. da Letras, 1990. 370 p.

SANTOS, Eduardo dos. Bilingüismo na fronteira Brasil-Uruguay. *Zero Hora*. 13 de abr. de 2004, p. 5.

SOUZA, Suzana Bleil de. Identidade e nacionalismo no processo de integração da fronteira uruguaia no final do século XIX. *Humanas*. v.18 - n.1/2 (jan - dez 1995). Porto Alegre: IFCH, 1995. p.151-169.

SOUZA, Suzana Bleil de. *L'Uruguay et le Rio Grande do Sul*: le commerce de transit et le contrebande. Tese (Doutorado em História orientada pelo Prof. Frédéric Mauro). Paris: Univ. de Paris X, 1994. 422 p.

ANEXO

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI PARA PERMISSÃO DE RESIDÊNCIA, ESTUDO E TRABALHO A NACIONAIS FRONTEIRIÇOS BRASILEIROS E URUGUAIOS

O Governo da República Federativa do Brasil
e **O Governo da República Oriental do Uruguai**
(doravante denominados "Partes"),

Considerando os históricos laços de fraterna amizade existentes entre as duas Nações;
Reconhecendo que as fronteiras que unem os dois países constituem elementos de integração de suas populações;
Reafirmando o desejo de acordar soluções comuns com vistas ao fortalecimento do processo de integração entre as Partes;
Destacando a importância de contemplar tais soluções em instrumentos jurídicos de cooperação em áreas de interesse comum, como a circulação de pessoas e o controle migratório;
Resolvem celebrar um Acordo para permissão de ingresso, residência, estudo, trabalho, previdência social e concessão de documento especial de fronteiriço a estrangeiros residentes em localidades fronteiriças, nos termos que se seguem:

ARTIGO I
Permissão de Residência, Estudo e Trabalho.
1. Aos nacionais de uma das Partes, residentes nas localidades fronteiriças listadas no Anexo de Localidades Vinculadas, poderá ser concedida permissão para:
a) residência na localidade vizinha, situada no território da outra Parte, à qual fica vinculada na forma deste Acordo;
b) exercício de trabalho, ofício ou profissão, com as conseqüentes obrigações e direitos previdenciários deles decorrentes;
c) freqüência a estabelecimentos de ensino públicos ou privados.
2. Os direitos estabelecidos neste artigo estendem-se aos aposentados e pensionistas.
3. A qualidade de fronteiriço poderá ser inicialmente outorgada por 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período, findo o qual poderá ser concedida por prazo indeterminado, e valerá, em qualquer caso, exclusivamente, nos limites da localidade para a qual foi concedida.

ARTIGO II
Documento Especial de Fronteiriço
1. Aos indivíduos referidos no artigo anterior poderá ser fornecido documento especial de fronteiriço, caracterizando essa qualidade.
2. A posse do documento especial de fronteiriço não dispensa o uso dos

documentos de identidade já estabelecidos em outros acordos vigentes entre as Partes.

ARTIGO III
Concessão
1. Compete ao Departamento de Polícia Federal do Brasil e à Direção Nacional de Migrações do Uruguai conceder o documento especial de fronteiriço, respectivamente.
2. Do documento especial de fronteiriço constará a qualidade de fronteiriço e a localidade onde estará autorizado a exercer os direitos previstos neste Acordo e outros requisitos estabelecidos por ajuste administrativo entre o Ministério da Justiça do Brasil e o Ministério do Interior do Uruguai.
3. O documento especial de fronteiriço permite residência exclusivamente dentro dos limites territoriais da localidade fronteiriça a que se referir.
4. Para a concessão do documento especial de fronteiriço serão exigidos:
a) passaporte ou outro documento de identidade válido admitido pelas Partes em outros acordos vigentes;
b) comprovante de residência em alguma das localidades constantes do Anexo deste Acordo;
c) documento relativo a processos penais e antecedentes criminais nos locais de residência nos últimos 5 (cinco) anos;
d) duas fotografias tamanho 3x4, coloridas e recentes;
e) comprovante de pagamento da taxa respectiva.
5. Não poderá beneficiar-se deste Acordo quem tiver sofrido condenação criminal ou esteja respondendo a processo penal nas Partes ou no exterior.
6. Mediante ajuste administrativo entre o Ministério da Justiça do Brasil e o Ministério do Interior do Uruguai poderá ser detalhada ou modificada a relação de documentos estabelecidos no parágrafo 4.
7. No caso de menores, o pedido será formalizado por meio de representação ou assistência.
8. Para a concessão do documento especial de fronteiriço serão aceitos, igualmente, por ambas as Partes, documentos redigidos em português ou espanhol.

ARTIGO IV
Cancelamento
1. A qualidade de fronteiriço será cancelada, a qualquer tempo, ocorrida uma das seguintes hipóteses:
a) perda da condição de nacional de uma das Partes;
b) condenação penal em qualquer das Partes ou no exterior;
c) fraude ou utilização de documentos falsos para sua concessão;
d) obtenção de outro status imigratório; ou
e) tentativa de exercer os direitos previstos neste Acordo fora dos limites territoriais estabelecidos no Anexo.
2. O cancelamento acarretará o recolhimento do documento especial de fronteiriço pela autoridade expedidora.

3. As Partes poderão estabelecer outras hipóteses de cancelamento da qualidade de fronteiriço.

ARTIGO V
Outros Acordos
1. Este Acordo não modifica direitos e obrigações estabelecidos por outros acordos e tratados vigentes.
2. O presente Acordo não obsta a aplicação nas localidades nele abrangidas de outros tratados ou acordos vigentes.
3. Este Acordo não se aplica a qualquer localidade que não conste expressamente do seu Anexo de Localidades Vinculadas.

ARTIGO VI
Anexo de Localidades Vinculadas
1. A lista de localidades fronteiriças e das respectivas vinculações para aplicação do presente Acordo é a que consta do Anexo, podendo ser ampliada ou reduzida por troca de notas entre as Partes, com antecedência de 90 (noventa) dias.
2. A ampliação da lista estabelecida no Anexo somente poderá contemplar aquelas localidades situadas em uma faixa de até 20 (vinte) quilômetros da fronteira e dependerá da concordância de ambas as Partes. A ampliação poderá contemplar a totalidade ou parte dos direitos previstos no Artigo I.
3. Cada Parte poderá, a seu critério, suspender ou cancelar unilateralmente a aplicação do presente Acordo em quaisquer das localidades constantes do Anexo, por meio de nota diplomática com antecedência de 30 (trinta) dias. O cancelamento ou suspensão poderá referir-se também a quaisquer dos incisos do Artigo I do presente Acordo.
4. A suspensão ou cancelamento da aplicação deste Acordo, previstos no inciso 3, não prejudica a validade dos documentos especiais de fronteiriço já expedidos, assim como o exercício dos direitos deles decorrentes.

ARTIGO VII
Extinção de Penalidades
Ficam extintas as penalidades administrativas aplicadas ou aplicáveis na data da entrada em vigor deste Acordo em razão da permanência irregular das pessoas que tenham ingressado até 15 de março de 2002 nas localidades mencionadas no Anexo.

ARTIGO VIII
Estímulo à Integração
Cada uma das Partes poderá ser tolerante quanto ao uso do idioma da outra Parte pelos beneficiários deste Acordo quando se dirigirem a órgãos ou repartições públicas para reclamar ou reivindicar os benefícios dele decorrentes.

ARTIGO IX
Vigência
Este Acordo entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação pelas Partes.

ARTIGO X
Denúncia
O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes, com comunicação escrita, transmitida por via diplomática, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

ARTIGO XI
Solução de Controvérsias
Qualquer dúvida relacionada à aplicação deste Acordo será solucionada por meios diplomáticos, com respectiva troca de notas.

Feito em Montevidéu, em 21 de agosto de 2002, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

_____
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Celso Lafer
Ministro das Relações Exteriores

_____
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI
Didier Opertti Badán
Ministro das Relações Exteriores
do Uruguai

ANEXO DE LOCALIDADES VINCULADAS

Relação de Vinculação das Localidades Fronteiriças

1. Chuí, Santa Vitória do Palmar/Balneário do Hermenegildo e Barra do Chuí (Brasil) a Chuy, 18 de Julho, Barra de Chuy e La Coronilla (Uruguai);
2. Jaguarão (Brasil) a Rio Branco (Uruguai);
3. Aceguá (Brasil) a Aceguá (Uruguai);
4. Santana do Livramento (Brasil) a Rivera (Uruguai);
5. Quaraí (Brasil) a Artigas (Uruguai);
6. Barra do Quaraí (Brasil) a Bella Unión (Uruguai).

DESCENTRALIZACIÓN "DESDE ABAJO"

Dr. Ulrich Müller*

* Geógrafo. Doutor em Geografia. Consultor da Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit no Paraguai e Bolívia.

1 - INTRODUCCIÓN

En la gestión de procesos de desarrollo se observan dos dilemas que se conectan con paradigmas opuestos (REICHARD, 1993: 248):

- ¿Cómo propiciar que las reformas estructurales aterricen en prácticas mejoradas?
- ¿Cómo generar efectos estructurales a partir del acompañamiento de actores individuales y de pequeños grupos de actores?

En el primer caso, las intervenciones se efectúan "desde arriba" partiendo de la idea de que son las fuerzas exógenas las que determinan el desarrollo. Lo que se busca - y muchas veces no se logra - es bajar los efectos de las intervenciones hasta el nivel de las acciones

individuales. En el segundo caso, las intervenciones se realizan "desde abajo" confiando en las fuerzas endógenas de desarrollo. Sin embargo, en muchos casos carecen de significatividad porque no logran impulsar cambios estructurales y, por lo tanto, sólo favorecen a grupos pequeños creando disparidades con los que no reciben la misma atención.[1]

En este contexto, la descentralización es un enfoque que se conecta con ambos tipos de intervención. Por un lado, busca fortalecer las fuerzas de desarrollo que existen dentro de una región dándoles mayor autonomía de decisión y mayores recursos para actuar. Por el otro lado, requiere reformas políticas en relación con la atribución de funciones y de recursos. No obstante, la descentralización siempre se encuentra bajo la influencia de los paradigmas de desarrollo vigentes. De este modo, en la década pasada el fomento de la descentralización se ha conectado fuertemente con los paradigmas neoliberales poniendo mucho énfasis en las reformas estructurales hacia una modernización del estado (WELTBANK, 1997). En la medida en que el paradigma neoliberal pierde influencia, hay voces que proponen dar mayor atención al "otro lado" de la descentralización, la del desarrollo local y regional y del fortalecimiento de sus actores. Tal vez "lo más importante en América Latina para viabilizar la descentralización que el desarrollo local requiere, sería la tradición de prácticas autogestionarias en las bases mismas de las sociedades de la región" (FINOT, 2002: 47). En este sentido, y sin descartar la necesidad de reformas estructurales y políticas, quiere entenderse también el título de la presente ponencia.

En lo que sigue, primero se presenta un marco teórico sobre la conexión entre acción y estructura, enfoques "desde abajo" y enfoques "desde arriba". Después se presentan algunas consideraciones acerca del debate sobre la descentralización y los efectos prácticos logra-

---

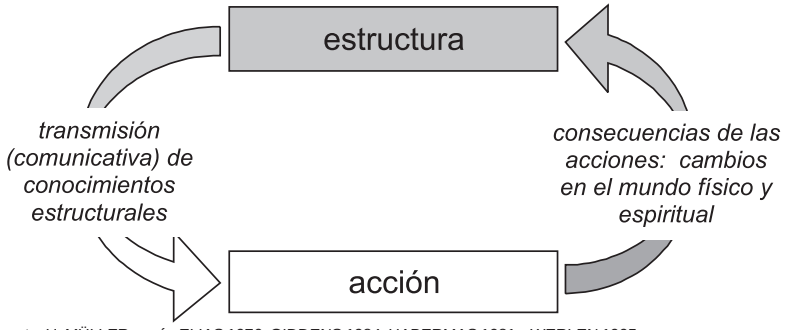
[1] Acerca de la crítica de un enfoque de desarrollo que se basa unilateralmente en las fuerzas endógenas o exógenas, véase Boisier (1997).

dos. En una tercera parte, se pone la mirada sobre la situación específica del Paraguay, relacionando el debate nacional sobre la descentralización con los poderes fácticos de crisis económica, aumento de la pobreza e integración regional que se presentan en el país. Finalmente, en base a la experiencia de trabajo de la cooperación técnica alemana se indican algunas pistas de acción que parecen promisorias en el contexto de una descentralización "desde abajo"

2 - LA RELACIÓN ENTRE ACCIÓN Y ESTRUCTURA

Para entender la forma en que las intervenciones "desde arriba" llegan hasta los actores individuales y cómo las intervenciones "desde abajo" que se efectúan en las acciones individuales se llevan a una escala mayor, se requiere un modelo teórico que relacione ambos niveles, lo micro y lo macro, la acción y la estructura. Para ello se ofrecen las obras de pensadores de teorías de sociedad que tratan de vincular la teoría de las acciones con la teoría de los sistemas. Basándose en las obras de Habermas, Giddens y Elias, se deriva un simple modelo de la relación recíproca entre estructura y acción (Figura 1).

Figura 1 - El desarrollo espacial-social como producto de la relación entre acción y estructura



Fuente: U. MÜLLER según ELIAS 1976, GIDDENS 1984, HABERMAS 1981 y WERLEN 1995.

El mensaje principal de este modelo consiste en la dependencia mutua entre acción y estructura (GIDDENS, 1984) y su permanente reproducción a través de la dinámica que se produce desde las acciones hacia la estructura por las consecuencias de las acciones y los procesos espacial-sociales resultantes y desde la estructura hacia la acción por los discursos que resultan de la transmisión (comunicativa) de conocimientos estructurales.

De este modo, las acciones son el resultado de las evaluaciones subjetivas de la situación en la cual se efectúan y de la coordinación intersubjetiva de las mismas que consiste en un análisis compartido de la situación y una concertación de las propuestas de acción (GIDDENS, 1984, HABERMAS, 1981). Intervenciones estructurales desde arriba en este sentido sólo tienen una posibilidad de éxito cuando entran en las evaluaciones subjetivas de la situación y en la coordinación intersubjetiva de acciones. Para ello se requieren debates sobre las propuestas de reforma y capacitaciones masivas e intensivas sobre nuevas atribuciones y responsabilidades, tareas que por su alto costo de tiempo y recursos y por sus resultados inciertos muchas veces se tratan con cierta negligencia en los procesos de reforma.

Por otro lado, la estructura espacial-social, según el modelo presentado en la figura 2, es el producto de la superposición de una gran cantidad de acciones y de sus consecuencias deseadas y no-deseadas. Es más que la suma de las acciones individuales. Más bien se produce por su vinculación e influencia recíproca un “todo”, que obedece a su propia dinámica y no puede atribuirse a las intenciones detrás de las diversas acciones (ELIAS, 1976, GIDDENS, 1984, WERLEN, 1995). Por lo tanto, para evaluar la posibilidad de que las intervenciones “desde abajo” puedan tener repercusiones estructurales, es esencial reconocer el ámbito de las tendencias de cambio que ejercen su fuerza e influencia paralelamente a las intervenciones que se efectúan. Aunque parece claro y nadie va a negar las influencias de las condiciones generales y las presiones fácticas que se derivan de

las acciones de otros actores, notoriamente se omite reconocerlas en la práctica.

3 - LA DESCENTRALIZACIÓN EN AMÉRICA LATINA – DISCURSOS, LOGROS Y DESAFÍOS

No hay un discurso único de descentralización. Más bien se trata de un termino, que por "su ambigüedad y elasticidad" permite comunicar "una pluralidad de significados (muchas veces opuestos) a fuerzas sociales y políticas adversas" (CANEL, 2003:113). Lo interesante en esta observación quizás no es tanto la pregunta sobre quién tiene razón o quién ofrece la propuesta mejor, ni mucho menos el intento de ubicar distintas voces en un sistema ideológico, sino más bien el debilitamiento de la voluntad política para poner en práctica pasos hacia la descentralización. Mientras todos hablan de descentralización, no coinciden en sus objetivos; por eso no logran propuestas de reforma muy coherentes que por lo tanto tienen menores posibilidades de éxito o, en el peor de los casos, ni llegan a un acuerdo sobre qué proponer. De este modo, se fortalecen las fuerzas centralistas y los actores que se niegan a ceder poder y recursos para transferirlos a otros niveles (ROJAS, 1999: 11ff.).

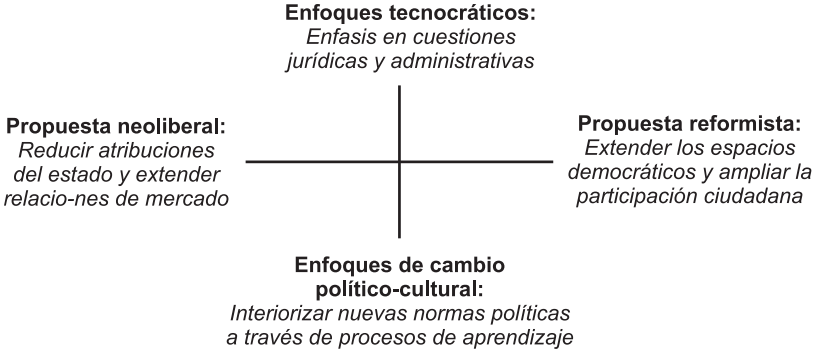
Intentos de visualizar sistemáticamente los distintos argumentos en los discursos sobre la descentralización, por lo tanto, tienen más que todo el objetivo de llevar el debate a otro ámbito para poder superar el impasse que se deriva de la ambigüedad y flexibilidad con la cual se adapta el término descentralización a distintos proyectos políticos y volver al debate político en vez de buscar sólo una solución técnica. "Pues en el sentido tradicional, descentralización significa la transferencia de responsabilidades del estado central a niveles inferiores de la organización territorial del estado, distinguiéndose… cuatro formas diferentes, a saber: la desconcentración, delegación, devolución

y la privatización (ROONDINELLI/CHEEMA, 1983: 13). Hoy, sin embargo, … este alcance terminológico y la interpretación resultante de la descentralización resultan demasiado estrechos. … Mientras tanto, se entiende por descentralización política las competencias reglamentarias y recursos que se atribuyen a los niveles inferiores con el fin de que ellos arreglen sus asuntos en el marco de un ámbito definido de autonomía administrativa." (PITSCHAS, 2001: 125-126 – traducción al español: U. Müller).

Las diferencias entre los discursos que usan el término descentralización (figura 2) se manifiestan tanto en los objetivos políticos que se pretenden lograr (CANEL, 2003), entre propuestas neoliberales y reformistas (o de la izquierda como lo denomina Canel), como también por el tipo de proceso en que se piensa. En este último sentido pueden distinguirse enfoques tecnocráticos que ponen énfasis en cuestiones jurídicas y administrativas y enfoques de cambio político-cultural que buscan una transformación más profunda y completa, aunque con el riesgo de presentar un proyecto mucho más a largo plazo y, por lo tanto, mucho más difícil de manejar (SIMON, 2001, CANEL, 2003).

Aunque los resultados varían mucho de un país a otro, los avances logrados en la descentralización durante la década de los noventa

Figura 2 - Orientaciones en los debates sobre descentralización



Fuente: U. MÜLLER

son importantes (GTZ/ CONAM 2000, 1999, ROJAS, 1999, BORGES-MÉNDEZ/VERGARA, 1999):

- la elección directa de intendentes y gobernadores,
- la mayor autonomía de gobiernos locales y regionales,
- la recaudación de recursos propios – aunque insuficientes - por gobiernos locales y regionales,
- la transferencia de algunas competencias y recursos desde los gobiernos nacionales,
- la creación de nuevos instrumentos de participación ciudadana.

Sin embargo, son insuficiente en relación con los objetivos de un prestación eficiente y equitativa de servicios y de una participación amplia. Quedan como desafíos importantes (GTZ/ CONAM 2000, WELTBANK 1997, BORGES-MÉNDEZ, VERGARA 1999) los siguientes:

- la insuficiente capacitación de gobiernos locales y regionales,
- las transferencias de recursos insuficientes para nuevas tareas,
- el aumento de las disparidades regionales,
- la reducción de la descentralización – en algunos casos – a un mero fortalecimiento de élites locales, brindándoles oportunidades de corrupción y ampliando los sistemas clientelistas,
- la poca atención a gobiernos regionales (rol coordinador),
- la falta de descentralización intramunicipal y
- las expectativas de la población no cumplidas.

4 - LA DESCENTRALIZACIÓN EN EL PARAGUAY

Paraguay tiene – aún en el contexto latino-americano – una muy fuerte tradición centralista y autoritaria. El concepto de descentralización se introdujo con la Constitución de 1992, que en su artículo 1 define a la República del Paraguay como “Estado de derecho unitario, indivisible y descentralizado...”. La apertura democrática a inicios de los años 90 llevó a importantes avances en la

descentralización política con la elección directa de los intendentes y gobernadores, pero hasta hoy "no están definidas claramente las competencias de cada nivel de gobierno, los recursos y menos aún… los mecanismos de relacionamiento entre las diferentes esferas gubernamentales" (FLECHA, 2003: 318).

Antes de 1991 el debate sobre la descentralización no tenía muchos antecedentes en el país. No era "una demanda expresamente solicitada por actores de la sociedad económica ni civil … su origen pareciera ser más la articulación de (a) un afán de control político de organismos estatales de nivel territorial por parte de los líderes, caudillos o dirigentes locales y (b) la necesidad de justificarlo en el marco de procesos electorales" (FRETES, 2003: 27). La formula constitucional de país 'unitario' y 'descentralizado', términos contrarios y no fácilmente compatibles entre sí (LIVIERES BANKS, 2001: 4), refleja como en las discusiones de la Constituyente "se cruzaron 'idiomas diferentes'" y distintas personas utilizaron "un mismo lenguaje aparente pero con significaciones opuestas..." (FRETES, 2003: 28).

En la práctica, las contradicciones entre los distintos discursos sobre la descentralización en el Paraguay han llevado a situaciones ambiguas. Un ejemplo ilustrativo es la definición del estatus de los gobiernos departamentales. Éstos son, por un lado, políticamente autónomos en la elección de los Gobernadores. Pero, por el otro lado, los Gobernadores se entienden como representantes del Poder Ejecutivo y las Gobernaciones dependen exclusivamente de transferencias financieras del Gobierno Central y su potestad de definir el presupuesto con la Junta Departamental se relativiza por su posterior tratamiento en el Congreso Nacional (FLECHA, 2003: 299ff.; FRETES, 2003: 47).

Otra consecuencia de las contradicciones entre los distintos discursos sobre la descentralización es el estancamiento del debate sobre una legislación de descentralización. Aunque el debate se concentra desde hace años en cuestiones legales, las distintas iniciativas de leyes de descentralización apoyadas por distintas organizaciones nacionales e internacionales – tanto para la descentralización de

sectores específicos como para crear un marco legal general para la descentralización – quedaron paradas en el camino.

A pesar de este panorama muy poco alentador también hay fuerzas que presionan hacia una mayor descentralización:

a) La urgencia de soluciones locales en la lucha contra la pobreza

Debido a la prolongada crisis económica, los márgenes de pobreza en el Paraguay se han incrementado en el transcurso de los últimos años (PIDHDD, 2003: 161). Las medidas para reducir la pobreza deben ejecutarse localmente y sobre todo en algunas zonas periféricas muy afectadas del interior del país (Ministerio Federal de Cooperación Económica y Desarrollo, 2001). Para ello se requieren estructuras administrativas capacitadas, que por el momento poco se encuentra en el interior del país, tanto en municipalidades como en gobernaciones o en ONG locales.

b) La necesidad de un fortalecimiento institucional

La debilidad institucional (figura 3) – situación aún más deteriorada durante el año 2002 (BARREIRO, 2003: 14ff) – constituye al mismo tiempo un obstáculo y un incentivo para una mayor descentralización. Por un lado, pone en duda la aplicabilidad de nuevas disposiciones legales orientadas a una mayor descentralización. Por otro lado, en los gobiernos municipales y departamentales se han creado nuevas posibilidades de aprendizaje en tareas de la administración pública desde la práctica. El hecho de que varios ex-intendentes y ex-gobernadores en las últimas elecciones fueron electos como senadores y diputados y un ex-gobernador ocupa un cargo de ministro, demuestra la validez de la formación administrativa que se adquiere en los niveles gubernamentales inferiores.

c) La crisis de confianza y credibilidad en las instituciones estatales

Los indicadores de Latinobarometro (figura 3) demuestran un extremadamente alto grado de desconfianza de la población en el

Figura 3 - Indicadores de gobernabilidad

Paraguay en comparación con otros países del mundo: Voz, libertades fundamentales y rendición de cuentas27,0% Estabilidad política y falta de violencia17,3% Eficacia gubernamental/ burocracia10,0% Calidad de marco regulatorio 25,4% Aplicación de normas de derecho18,2% Control de corrupción14,9% % = porcentaje de países en el mundo que son peores	Confianza en el estado y sus instituciones: Aprobación de la gestión del gobierno que encabeza el presidente 2002: 5% 2003: 8% Confianza en partidos políticos 2002: 7% 2003: 12% Corrupción: Paraguay uno de los países más corruptos del mundo (cuarto lugar entre 133 naciones)

Fuentes: ABC-COLOR 14.08.2003, LATINOBAROMETRO 2002 y 2003, TRANSPARENCIA INTERNACIONAL 2003.

Gobierno y en los partidos políticos, llegando a un grado de desarticulación en el cual hay "una sociedad a pesar del estado" (BARREIRO, 2003: 22). Los gobiernos municipales y departamentales conforman el lugar donde el contacto entre población y gobierno es el más directo y donde los ciudadanos acuden más a menudo para plantear sus necesidades e inquietudes. Por ende, los gobiernos municipales y departamentales tienen un papel muy importante cuando se trata de recuperar legitimidad del estado y confianza en sus instituciones. Los gobiernos subnacionales requieren un mandato claro, competencia administrativa y suficientes recursos para atender los pedidos de la población y canalizarlos en programas razonables y eficientes que escapen del individualismo de la atención asistencialista que tradicionalmente suele prestar el estado.

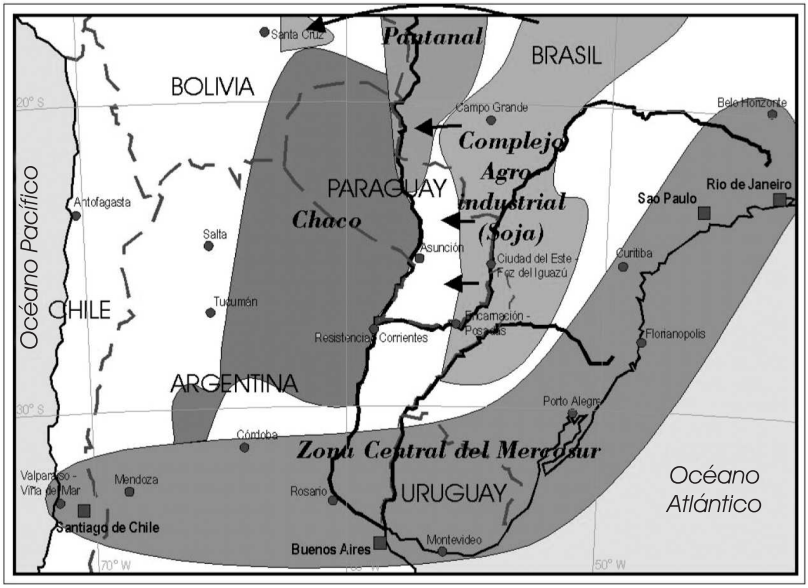
d) La inserción del país a sistemas de integración regional y en el mundo globalizado

Con la debilidad institucional esbozada arriba, muchas de las relaciones transfronterizas del Paraguay con los otros miembros del MERCOSUR se producen en forma particular. Existe una brecha entre los contactos políticos de alto nivel y las relaciones vivenciales de la población en el MERCOSUR. Son los gobiernos municipales y

departamentales los que tienen el potencial (pero en general no el mandato) de llenar el vacío entre lo político y lo vivencial creando acuerdos locales sobre el uso de infraestructura, el mercado laboral transfronterizo y el intercambio local de bienes y conocimientos.

La extensión del complejo agro-industrial sojero integrado en los mercados globales (figura 4) desde el Brasil hacia el este del Paraguay y su avance continuo en el centro del país forma actualmente el proceso de desarrollo territorial más importante en el país. En los años 60 y 80 la colonización agrícola y la depredación de bosques que se extendió en forma radial desde el centro del país, desde la capital Asunción, hacia el este y el norte dominaba el desarrollo territorial en el Paraguay. Este proceso se agota ahora en el norte de Concepción y algunas zonas montañosas como San Rafael y el Ybytyruzú. Mientras tanto, desde hace aproximadamente 20 años se superpone un proceso adverso de avance de una economía agropecuaria mecanizada e internacionalizada en dirección este - oeste. Con este proceso, Paraguay

Figura 4 - Paraguay en el MERCOSUR de las regiones



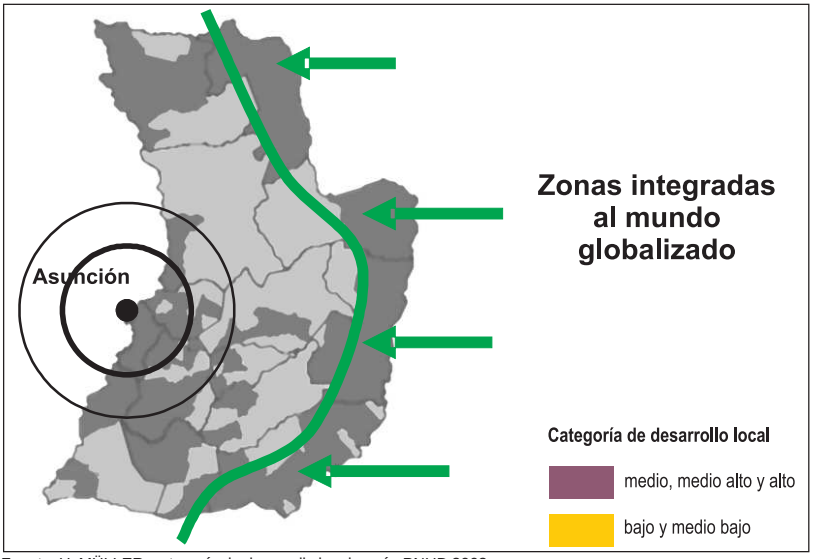
Fuente: U. MÜLLER, extensión del Complejo Agro-Industrial (Soja) en Brasil según COY/NEUBURGER 2002: 76.

se inscribe en la zona de influencia económica del sudeste del Brasil con São Paulo como centro. El proceso no se controla desde Asunción, puesto que el Ministerio de Agricultura no está preparado "para enfrentar los desafíos de la integración de la agricultura en mercados competitivos" y "la formulación de las políticas agrarias es tan débil, que se la puede considerar casi inexistente en términos macroeconómicos" (PALAU VILADESAU 1998: 170 citando el diagnóstico institucional del Proyecto PROMODAF). De este modo, se produce en el oriente del Paraguay una distribución bifocal de avances del desarrollo. Las mayores riquezas se producen por un lado en Asunción y por el otro lado en la zona integrada al complejo sojero dejando una franja de pobreza entre ambos, donde no llega la influencia de ambos (figura 5)[2]. Las zonas de mayor conflicto se encuentran justamente en las interfases entre el mundo urbano asunceno como isla globalizada y la periferia rural y en la franja de expansión del complejo sojero donde se expulsa mano de obra de una economía campesina que retrocede al avance de la producción mecanizada e internacionalizada.

En una perspectiva regional más amplia (figura 4), Paraguay no tiene parte de la zona central del MERCOSUR marcada por el área donde se encuentran las ciudades más grandes y los actores económicos más fuertes de la región. La capital nacional, Asunción, se encuentra en una situación periférica, lejos de grandes zonas de integración a la economía global, pero al mismo tiempo también fuera de las grandes regiones ecológicas de interés global (Chaco, Pantanal), que podrían dar lugar a un desarrollo alternativo con sello verde. La desarticulación de distintos submundos en el territorio nacional requiere una

[2] „La frontera Este del país, desde Amambay hasta Itapúa, sumada a Asunción y su zona metropolitana, concentraban más del 70% de la población total del país, el 90% de la actividad comercial … a fines de los noventa. Se originaron así dos polos dinámicos como, regiones ganadoras'. El resto del país, más estancado, ha ido convirtiendose en, regiones perdedoras'" (MASI, BORDA, 2002: 189)

Figura 5 - Zonas dinámicas y categoría de desarrollo local en el oriente del Paraguay



Fuente: U. MÜLLER, categoría de desarrollo local según PNUD 2003

reorganización de las relaciones entre las partes y una reorientación de la política nacional hacia un rol facilitador para la inscripción de distintas partes del país en diversas regiones transfronterizas de importancia global. Esa reorganización y reorientación requiere un elemento descentralizador, aunque quizás no tanto con las pautas tecnócratas de la década anterior, sino posibilitando redes interinstitucionales y transfronterizas para la gestión del desarrollo local y regional.

5 - PROPUESTAS ESTRATÉGICAS PARA EL PARAGUAY

A partir de las consideraciones sobre la descentralización se propone buscar un camino para salir del impasse del debate jurídico-tecnócrata estancado y encontrar los puntos de enlace entre los intereses del gobierno nacional y los gobiernos

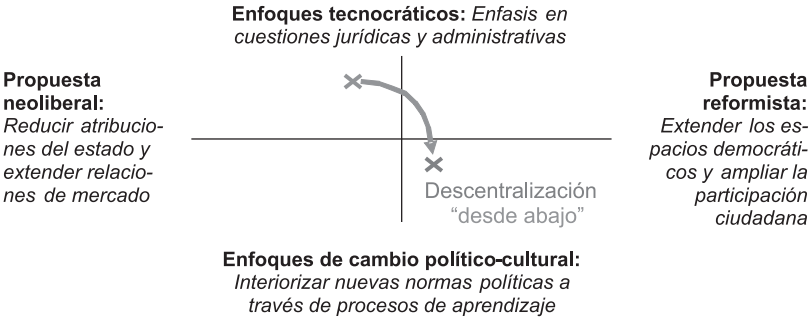
municipales y departamentales. Para ello parece necesario mover el *focus* del debate sobre la descentralización del énfasis en cuestiones jurídicas y administrativas y de una redistribución de tareas y recursos a un énfasis en el cambio político-cultural y la extensión de los espacios democráticos y la participación ciudadana (figura 6), lo que en el título de esta ponencia se denomina descentralización "desde abajo".

En el contexto de este cambio de *focus* las normas y reglas, atribuciones y recursos no pierden totalmente su vigencia para la descentralización, pero forman solamente uno de cuatro ángulos de acción que se derivan del concepto de relación entre estructura y acción (figura 1). La tarea de la descentralización "desde abajo" consiste entonces en coordinar los esfuerzos que se orientan hacia los 4 ángulos del modelo de la relación entre estructura y acción (figura 7):

a) Intervención a nivel acción: "Aprender haciendo" en proyectos comunitarios de cambio

El cambio de la cultura política-organizativa es un proceso a largo plazo en el cual los conocimientos no se transmiten por cursos de capacitación (SIMON, 2001). El aprendizaje debe incluir tanto gobiernos municipales y departamentales como organizaciones de la población local y dependencias regionales del gobierno nacional. Para ello se identifican proyectos locales de cambio, cuya selección en talleres participativos se basa en los siguientes criterios:

Figura 6 - Propuesta estratégica para el Paraguay



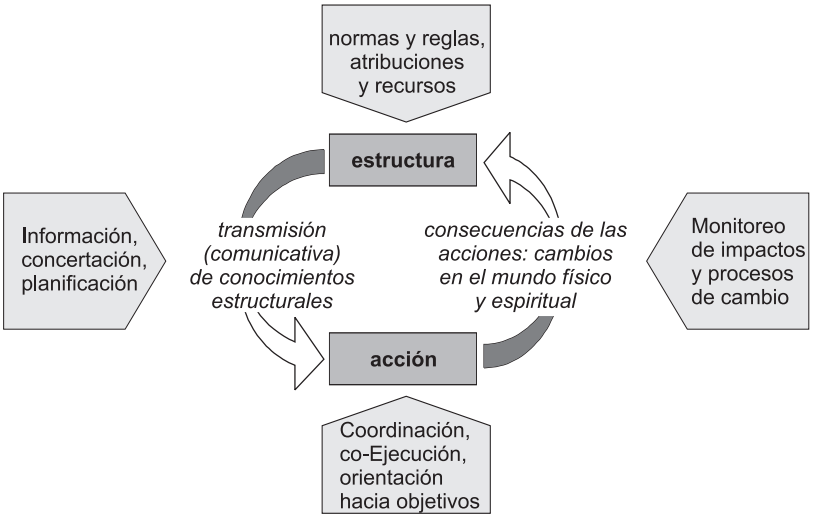
Fuente: U. MÜLLER

- Deben ser actividades que pueden efectuarse entre todos los actores mencionados.
- Deben orientarse en temas generativos que atraen el interés de todas las partes involucradas reflejando una priorización entre varias opciones.
- Deben permitir ser realizados con lo que está a mano, mano de obra, materiales y presupuestos limitados, sin esperar grandes recursos de afuera.
- Deben realizarse en un lapso de tiempo de 4 a 9 meses para asegurar el control y la evaluación del éxito del proceso entero por las partes involucradas.

Las temáticas de los proyectos comunitarios se eligen en cada comunidad. Su éxito y sostenibilidad dependen de la identificación de temas generativos en el lugar. Con apoyo de la Cooperación Técnica Alemana se ejecutaron con éxito proyectos comunitarios en áreas como: creación de centros culturales y juveniles, acciones de limpieza de la ciudad o acuerdos de criterios para la priorización de caminos vecinales para ser arreglados.

b) Intervención en la transmisión entre estructura y acción: Institucionalizar instancias de coordinación y planificación orientadas a la acción

Figura 7 - Importantes campos de intervención



Fuente: U. MÜLLER

Las instancias de coordinación y la planificación orientada a la acción tienen un papel importante para institucionalizar los cambios que se logran con los aprendizajes iniciados a nivel acción. Tienen la función de ajustar las actividades de distintos actores, sus presupuestos y planes de trabajo en objetivos acordados juntos. De este modo se pasa de la ejecución coordinada de actividades puntuales a programas acordados. Elementos importantes para la coordinación y la planificación son

- la elaboración de diagnósticos compartidos,
- la definición de impactos deseados en temas, métodos y lugares priorizados para la intervención,
- la aclaración de los roles de las distintas partes involucradas y la asignación clara de responsabilidades,
- la definición de criterios de calidad para servicios estratégicos y
- el monitoreo y la evaluación compartidos de la implementación.

Es específicamente importante incorporar actores estratégicos de afuera de los lugares de trabajo, tanto organizaciones internacionales como empresas del sector privado, buscando que ellos se incorporen en las instancias de coordinación creadas.

Un ejemplo de instancias de coordinación son las mesas de coordinación interinstitucional para la producción agropecuaria en el Departamento de Caazapá y en el Municipio de Concepción. En estas mesas de coordinación participan el servicio local de extensión agropecuaria dependiente del Ministerio de Agricultura, los servicios de extensión tercerizados, cooperativas, Gobiernos Municipales y Departamentales, entre otros. Gestionan la introducción de técnicas de manejo de los suelos como la siembra directa y el abono verde, así como la incorporación de pequeños productores del área a cadenas productivas a partir de acuerdos publico-privados de asesoría a la producción y comercialización con empresas privadas que utilizan la materia prima producida.

Otro ejemplo son los planes operativos para el desarrollo departamental que recientemente se han elaborado con métodos

participativos sencillos y de acuerdo a las capacidades de planificación e implementación existentes en departamentos como Caazapá, Concepción, Guairá e Itapúa. Basándose en estos planes, se elaboran presupuestos departamentales territorializados y acordados en la medida de lo posible con los presupuestos municipales y de ministerios relevantes del Gobierno Central. En un proceso escalonado se busca mejorar y ampliar los planes hasta llegar en lo ideal a planes de desarrollo que coordinan todas las actividades en el área, indican perspectivas de desarrollo territorial y sectorial a mediano y largo plazo y son aprobados por las Juntas Departamentales.

c) Intervención en la transmisión entre acción y estructura: monitorear y evaluar las capacidades de gestión existentes, las consecuencias de las acciones y los procesos de cambio resultantes

La tarea en esta área es llegar de diagnósticos puntuales a sistemas de observación permanentes de aspectos estratégicos para el desarrollo local y regional. Los temas a ser observados son:

- la calidad de gestión y el desempeño de municipalidades, gobernaciones departamentales y otros entes relevantes en el área,
- el desarrollo de indicadores claves de impacto de las intervenciones hacia el desarrollo regional,
- las grandes tendencias de desarrollo que se observan en área.

Para ello se necesitan métodos simples de autoevaluación y acuerdos con servicios profesionalizados como la Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. En cuanto a la instalación de bancos de datos y sistemas de información geográfica, para evitar la proliferación de instalaciones físicas que después no se mantienen es preciso buscar estructuras de amplio acceso y con reglas claras acerca de la utilización de los datos y mapas y las condiciones para la facilitación y entrega de los materiales de tal modo que asegure el mantenimiento de los servicios.

Un ejemplo de los sistemas de monitoreo y evaluación es la autoevaluación de la calidad de la gestión municipal, un instrumento sencillo de control de calidad que se ha aplicado en un primer momen-

to en las seis municipalidades de Concepción, cuatro municipalidades de Caazapá y dos municipalidades de San Pedro. En la autoevaluación se analiza el cumplimiento de criterios de calidad en los temas de

- planificación,
- finanzas municipales y equipamiento,
- recursos humanos,
- organización comunitaria y cooperación y
- servicios municipales.

A partir de la descripción de la situación actual, se identifican campos para mejorar que pueden servir como base para una planificación estratégica de la municipalidad. Un sistema de puntaje permite comparar los resultados de la autoevaluación entre un año y otro. Para el año 2004 está previsto conectar la autoevaluación con una encuesta a los clientes de las municipalidades y hacer una validación externa de los resultados obtenidos en casos seleccionados.

d) Intervención a nivel estructural: elaboración y debate de propuestas legales e institucionales en base a las experiencias locales y regionales

En este nivel se concentraron los esfuerzos hacia la descentralización en Paraguay durante la última década. Se ha visto que la concentración en iniciativas legales por si sola no lleva a la descentralización. Sin embargo, tampoco hay razón para suponer que la descentralización solamente puede efectuarse desde abajo. Más bien deben coincidir ambos esfuerzos. Para la intervención a nivel estructural, eso significa acompañar la elaboración de propuestas legales con debates públicos que incorporen los distintos niveles del estado, los tres poderes y la sociedad civil. Para ello se recomienda basarse en buenas experiencias de gestión municipal y departamental – una iniciativa de recopilación de experiencias departamentales, municipales y comunitarias se ha iniciado desde la mesa de cooperantes en descentralización. Además parece importante coordinar más las actividades relevantes de distintos actores, tanto Ministerios Nacionales y ONG nacionales, como organizaciones de cooperación internacional, para acordar estrategias y

conceptos compartidos y transparentar las ofertas de asesoría existentes. En este sentido varias organizaciones en la mesa de cooperantes en descentralización están preparando un intercambio de experiencias en el área de las finanzas municipales. En el futuro va a tener un papel muy importante incorporar las experiencias y los conceptos de descentralización en la Estrategia Nacional de Reducción de la Pobreza y la Desigualdad y los proyectos regionales resultantes.

6 - CONCLUSIONES

La descentralización es un objetivo a mediano y largo plazo. Para alcanzarlo deben combinarse en forma programática intervenciones a nivel de acción (desde abajo) y a nivel estructural (desde arriba). En esto tiene un papel muy importante la articulación entre acción y estructura, las instancias de coordinación entre sectores y niveles, los sistemas de monitoreo y evaluación y la transferencia de lecciones aprendidas de un nivel a otro. Con este enfoque, el apoyo a la descentralización se acerca metodológicamente al fomento del desarrollo regional, conexión temática que se perfila claramente en las recomendaciones elaborados por la CEPAL en los últimos años (BOISIER, 1997). La estrecha relación entre descentralización y desarrollo regional coincide con las necesidades de integración transfronteriza en el Mercosur y con la prioridad que los actores locales y regionales en el Paraguay, debido a la crisis económica prolongada, ponen actualmente en el área productiva.

BIBLIOGRAFÍA:

ABC-Color 14.08.2003

BARREIRO, Line. Degradación Institucional. In: *Derechos Humanos en Paraguay 2002*. 2003.

BOISIER, Sergio. *El vuelo de una cometa*. Una metáfora para una teoría del desarrollo territorial. Santiago de Chile: CEPAL-ILPES, 1997. Documento 97/37. (Serie Ensayos).

BORGES-MÉNDEZ, Ramón, VERGARA, Victor M. The Participation-Accountability Nexus and Decentralization in Latin America. In: BURKI, S. J., PERRY G. E. *Decentralization and Accountability of the Public Sector*. Annual World Bank Conference on Development in Latin America and the Caribbean 1999. Washington, 1999.

CANEL, Eduardo. Dos modelos de descentralización y participación en América Latina: una discusión conceptual. In: BURCHARDT, H.-J./ DILLA ALFONSO, H. *Mercados globales y gobernabilidad local*: retos para la descentralización. Caracas, 2003.

COY, Martin, NEUBURGER, Martina. Aktuelle Entwicklungstendenzen im ländlichen Raum Brasiliens. In: *Petermanns Geographische Mitteilungen*, 146. Gotha, 2002.

ELIAS, Norbert. *Über den Prozeß der Zivilisation*. Frankfurt/ Main, 1976.

FINOT, Iván. Descentralización en América Latina: cómo propiciar el desarrollo local. In: BORDA, Dionisio, MASI, Fernando. *Economías Regionales y Desarrollo Territoria*l. Asunción: CADEP, 2002..

FRETES CARRERAS, Luis. *Descentralización y Participación Ciudadana.* Reto a la Transición Democrática del Paraguay. CIDSEP. Konrad-Adenauer-Stiftung. Asunción, 2003.

GIDDENS, Anthony. *Die Konstitution der Gesellschaft*. Grundzüge einer Theorie der Strukturierung. Frankfurt, Main, New York, 1984.

GTZ/ CONAM. Línea de Referencia. *El proceso de descentralización en Argentina, Brasil, Bolivia, Chile y Perú*. Quito, 2000.

HABERMAS, Jürgen. *Theorie des kommunikativen Handelns*, Band 1: Handlungsrationalität und gesellschaftliche Rationalisierung. Band 2: Zur Kritik der funktionalistischen Vernunft. Frankfurt/ Main, 1981.

LATINOBAROMETRO. *Opinión Publica Latinoamericana 2002-2003*. www.latinobarometro.com 02.04.2004.

LECHA, Victor-Jacinto. La Descentralización como Reforma del Estado. In: VIAL, A. *Cultura política, sociedad civil y participación ciudadana*. Asunción: CIRD, USAID, 2003

LIVIERES BANKS, Lorenzo. *El Presente Político Paraguayo y la Descentralización Gubernativa*. Asunción: CEPPRO, 2001. (Serie Enfoques)

MASI, Fernando, BORDA, Dionisio. Regiones y competitividad en el Paraguay. In: BORDA, D., MASI, F. *Economías regionales y Desarrollo Territorial*. Asunción: CADEP, 2002.

MINISTERIO FEDERAL DE COOPERACIÓN ECONÓMICA Y DESARROLLO. *La lucha contra la pobreza – una tarea global.* Programa de Acción 2015. El aporte del Gobierno Federal Alemán a los esfuerzos de reducir a la mitad la pobreza extrema en el mundo. Versión abreviada. Bonn, 2001.

PALAU VILADESAU, Tomas. La agricultura paraguaya al promediar la década de 1990: situación, conflictos y perspectivas. In: GIARRACCA, N., CLOQUELL, S. *Las agriculturas del MERCOSUR*. El papel de los actores sociales. Buenos Aires, CLACSO, 1998.

PERRY, G. E. *Descentralization and Accountability of the Public Sector*. Annual World Bank Conference on Development in Latin America and the Caribbean 1999. Washington, 1999.

PITSCHAS, Rainer. Dezentralisierung und Good Governance – Zivilgesellschaftliche Entwicklung im Konflikt mit dem effizienten Staat. In: THOMI, W., STEINICH, M., POLTE, W. *Dezentralisierung in Entwicklungsländern*. Jüngere Ursachen, Ergebnisse und Perspektiven staatlicher Reformpolitik. Baden Baden, 2001.

PLATAFORMA INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS, DEMOCRACIA Y DESARROLLO, PIDHDD. *Los derechos económicos, sociales y culturales en el MERCOSUR*. Rio de Janeiro, 2003.

PROGRAMA DE NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO, PNUD. Informe Nacional sobre Desarrollo Humano Paraguay 2003. *Desarrollo de las personas, por las personas y para las personas*. Asunción, 2003.

REICHARD, Christoph. Institutionelle Arrangements auf der regionalen Ebene. In: SIMON, K., STOCKMEYER, A., FUHR, H. *Subsidiarität in der Entwicklungszusammenarbeit*. Dezentralisierung und Verwaltungsreformen zwischen Strukturanpassung und Selbsthilfe. Baden Baden, 1993.

ROJAS, Fernando. The political Context of Decentralization in Latin

America. Accounting for the Particular Demands of Decentralization in the Region. In: BURKI, S. J., PERRY G. E. *Decentralization and Accountability of the Public Sector*. Annual World Bank Conference on Development in Latin America and the Caribbean 1999. Washington, 1999.

SIMON, Klaus. Local governance als Lernprozess: Die Entwicklungszusammenarbeit vor postmodernen Tendenzen in Dezentralisierung und Verwaltungsreform. In: THOMI, W., STEINICH, M., POLTE, W. *Dezentralisierung in Entwicklungsländern*. Jüngere Ursachen, Ergebnisse und Perspektiven staatlicher Reformpolitik. Baden Baden, 2001.

TRANSPARENCIA INTERNACIONAL: Indice de Percepción de Corrupción. 2003. www.transparency.org 02.04.2004.

WELTBANK. *Weltentwicklungsbericht 1997*. Der Staat in einer sich verändernden Welt. Washington, 1997.

WERLEN, Benno. *Sozialgeographie alltäglicher Regionalisierungen*. Band 1: Zur Ontologie von Gesellschaft und Raum. Stuttgart, 1995.

DIREITOS TRABALHISTAS APLICÁVEIS AO TRABALHADOR DA FRONTEIRA

Ynes da Silva Félix*
Luana Gatass e Silva**
João Guilherme F. Maranhão**

* Doutora em Direito do Trabalho pela PUC/SP; Professora Titular de Direito do Trabalho e Coordenadora do curso de Direito da UFMS.

** Acadêmicos do 3º ano do curso de Direito da UFMS

1 - INTRODUÇÃO

A movimentação de trabalhadores de um país para outro - ou a migração destes, com ou sem interesse de fixar residência – é um fenômeno antigo que foi e continua sendo vivenciado de formas diversas, dependendo do contexto em que ocorre. Relacionando esse fenômeno com o direito do trabalho e partindo do exemplo brasileiro, pode-se identificar, após o descobrimento, duas formas de deslocamento de trabalhadores: a vinda dos negros africanos para o trabalho no campo, para trabalharem como escravos, e a chegada dos imigrantes europeus no final do século passado, para trabalharem de forma livre.

Quase sempre os trabalhadores migram movidos pelo desejo de habitar novas terras e também por interesse de conseguir um trabalho, auferir melhores rendimentos ou compelidos por necessidades do empregador, quase sempre um grupo de empresas ou multinacionais, conforme tem sido visto recentemente.

Nesse sentido, além das normativas internas, cuidou o direito internacional de estabelecer algumas garantias a esses trabalhadores, inclusive assegurando-lhes igualdade de direitos com os nacionais, como as Convenções 97 e 143 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e seus Familiares (Convenção de Nova York), documentos que serão objeto de registro mais detalhado nesse trabalho.

A globalização, entendida por Cemy (*apud* SOUTO MAIOR, 2000, p. 127) como "um conjunto de estruturas e processos econômicos e políticos derivados do caráter cambiante das mercadorias e bens que compõem a base da economia política internacional – em particular, a diferenciação estrutural crescente dessas mercadorias e bens..." trouxe à tona um novo movimento de nações revelado pelos processos de integração regional que demonstram uma rearticulação dos países, destinada principalmente, a enfrentar a concorrência provocada pelo processo de expansão acelerada na área da economia e, também, da política, da cultura e do comportamento social, características desse fenômeno.

A respeito das conseqüências da globalização para o direito do trabalho, Norris (1998) destaca a expansão das hipóteses de relações laborais que envolvem mais de um ordenamento jurídico, derivadas das migrações internacionais de trabalhadores e do desenvolvimento da atividade internacional das empresas.

Assiste-se, pois, à formação de blocos regionais como a União Européia; o Tratado de Livre Comércio da América do Norte, que reúnem os Estados Unidos, o Canadá e o México; o bloco informal do

oriente, com os chamados Tigres Asiáticos e o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, reunindo o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, incluídos mais tarde também o Chile e a Bolívia.

Na formação desses blocos, Barros (1993, p. 181) destaca que a circulação dos trabalhadores compõe uma das etapas do processo de integração que numa perspectiva do Direito, reflete cinco liberdades básicas, a saber:

> ...livre circulação de mercadorias sem fronteiras alfandegárias; circulação de capital, que supõe uma moeda única; liberdade de concorrência, que submete todos os produtores às mesmas regras jurídicas e encargos iguais; liberdade de estabelecimento, que permite ao produtor instalar-se onde deseja, no próprio Estado ou em outros; a produção como significando trabalho e liberdade de circulação de trabalhadores nos limites do Estado ou fora deste.

Ao tratar do tema fronteira, Ribeiro[1] afirma que a formação dos blocos regionais "...está provocando uma valorização crescente da cooperação *transfronteiriça* como forma de adaptação dos atores nacionais e subnacionais a transnacionalização da economia." Acrescenta que, *in verbis*:

> A maior intensidade das interações entre países está reforçando a concepção da fronteira como zona de comunicação e troca. É este o sentido da contribuição de Ganster et alli (1997:9) quando afirmam que as regiões de fronteira constituem pontes entre nações, ajudando a eliminar as barreiras físicas e psicológicas para tornar mais abrangentes as formas de cooperação internacional.

Embora a circulação de trabalhadores no decorrer do tempo venha sendo motivada, dentre as várias razões, pela necessidade de colonizar, desejo de desbravar, interesse de povoar ou sonho de integrar, existe um território onde essa movimentação sempre se deu de maneira menos perceptível, em razão da quase ausência de deslocamento espacial, porém, de modo muito intenso no que se refere às possibilidades de relacionamentos de âmbito formal e (ou) funcional. Esse território é a fronteira, espaço povoado de contradições e simila-

---

[1] Artigo extraído da página www.igel.ufrj.br/gruporetis

ridades, experiente nas relações sociais, econômicas e políticas nem sempre pacíficas que revelam um convívio, uma integração digna de estudo.

O aspecto jurídico-trabalhista das relações de trabalho que se desenvolvem nas regiões de fronteira atinentes ao Mato Grosso do Sul é pouco estudado, o que despertou a inclusão dessa abordagem na pesquisa que vem sendo desenvolvida dentro do Projeto "Espaço de Fronteira" da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Antes de partir para a pesquisa de campo objetivando o levantamento das relações de trabalho encontradas na região, tendo-se como motivação as decisões proferidas pelo TRT da 24ª. Região nos conflitos de trabalho apreciados a esse respeito, decidiu-se nesse trabalho, identificar a natureza das relações de trabalho e as normas trabalhistas aplicáveis aos trabalhadores denominados fronteiriços.

Na fronteira, em especial naquelas regiões onde se situam as "cidades-gêmeas"[2], desenvolvem-se comumente relações de trabalho onde o trabalhador de um país presta serviço no outro e vice e versa, movimentando-se quase diariamente entre um e outro país, no desempenho desse mister.

Na maioria dos casos apreciados pelo TRT da 24ª. Região, entretanto, foi encontrada uma outra forma de prestação de trabalho que vem sendo utilizada nas regiões de fronteira, especialmente do Brasil com o Paraguai e com a Bolívia, pela qual um trabalhador é contratado no Brasil, não necessariamente na região fronteiriça, para trabalhar no país vizinho, em propriedades rurais localizadas na região da fronteira.

O entendimento expresso nessas decisões é confrontado com os textos normativos internacionais e nacional, na tentativa de se iden-

---

[2] BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.* Brasília: s. ed., 2005.

tificar o trabalhador que presta esse serviço e qual a proteção legal a ele destinada, bem como que país detém a jurisdição para apreciar e julgar o conflito.

Para tanto, o estudo está dividido em três partes: na primeira, trata-se de definir trabalhador fronteiriço e trabalhador migrante, segundo a lei internacional e a nacional, além de outras espécies de trabalhadores citados nesses textos; na segunda, apoiados na fixação da jurisdição e da competência territorial, passa-se a demonstrar o sistema jurídico trabalhista aplicável ao trabalhador brasileiro que trabalha na região da fronteira e ao estrangeiro que vem trabalhar no Brasil; na terceira parte, a partir das decisões do TRT da 24ª. Região instalado em Mato Grosso do Sul, analisa-se a definição de trabalhador fronteiriço, as normas que lhe são aplicáveis e a jurisdição brasileira para apreciação do conflito trabalhista decorrente.

2 - TRABALHADOR FRONTEIRIÇO E TRABALHADOR MIGRANTE

Para tratar da circulação de trabalhadores ligada às áreas regionais de grande contato entre países, ou seja, às fronteiras, faz-se imprescindível a conceituação de alguns personagens característicos dessas áreas específicas que figuram nas relações laborais, dentre os quais se destacam o trabalhador migrante e o fronteiriço.

2.1 - CONCEITO DA LEI BRASILEIRA

O trabalhador fronteiriço é definido pelo art.21 do Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980), donde se pode extrair ser este o nacional de país limítrofe, domiciliado em cidade contígua ao território nacional, que adentra os municípios

fronteiriços ao seu respectivo país para realizar atividade remunerada, mas, voltando ao Estado Nacional originário com habitualidade[3], não chegando assim a residir em solo brasileiro (aspecto fático). Esse trabalhador é aquele que possui uma carteira de fronteiriço – documento especial de identificação e, conforme o caso, Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (aspecto formal).

O § 2º desse artigo dispõe que referidos documentos não conferem ao trabalhador fronteiriço o direito de residir no Brasil, não podendo fixar-se com ânimo definitivo em solo brasileiro.

A ausência do pressuposto formal não descaracteriza a situação de trabalhador fronteiriço. Não obstante ser ilegal, neste caso, o exercício da atividade remunerada em solo pátrio, o contrato de trabalho não deixa de existir e ter validade, pois vigora no direito do trabalho o princípio da primazia da realidade[4], enfatizando-se o que ocorre no mundo fenomênico em detrimento do que se atesta formalmente.

A referida lei trata de pessoa de outra nacionalidade que vem ao Brasil exercer atividade remunerada por conta alheia, restando claro que esse conceito está direcionado apenas a uma parte do presente estudo, haja vista que o conceito legal não trata especificamente do trabalhador fronteiriço brasileiro em solo estrangeiro. No entanto, cabe entendimento *a contrario sensu* no que tange ao aspecto fático da definição, para abranger o nacional brasileiro que trabalha em país fronteiriço e mantém residência habitual (domicílio) no Brasil.

O trabalhador migrante é definido na Convenção n° 97 da OIT, que foi recepcionada pelo Brasil através do Decreto Legislativo nº 20/

---

[3] No art. 21 do Estatuto do Estrangeiro, a habitualidade está ligada ao fato da autorização não conferir direito ao trabalhador fronteiriço de fixar residência no Brasil, o que estimula as periódicas idas e vindas deste trabalhador, na fronteira. Não há disposição legal expressa neste estatuto quanto à freqüência desse ir e vir (§ 2º).

[4] Para Américo Plá Rodriguez esse princípio significa que, "em caso de discordância entre o que ocorre na prática e o que emerge de documentos ou acordos, deve-se dar preferência ao primeiro, isto é, ao que sucede no terreno dos fatos." In: *Princípios de Direito do Trabalho*. Tradução e ver. tec. Wagner Giglio, 3ª ed. Atual. São Paulo: LTr, 2004.

65 e promulgada através do Decreto nº 58.819/66, no seu artigo 11.1, *in verbis*

> para os fins da presente convenção, o termo 'trabalhador migrante' designa uma pessoa que emigra de um país para outro com vista a ocupar um emprego que não seja por sua conta própria; inclui todas as pessoas admitidas regularmente na qualidade de trabalhador migrante.

Por essa convenção pode-se compreender o trabalhador fronteiriço como uma espécie de trabalhador que está contida na definição de trabalhador migrante.

2.2 - CONCEITO DA NORMA INTERNACIONAL

A legislação internacional é vasta no campo das conceituações quanto aos trabalhadores migrantes e fronteiriços.

Um dos conceitos formulados para orientar a aplicação do Tratado de Roma diz que trabalhador fronteiriço é o trabalhador assalariado ou não assalariado que exerce a sua atividade em um Estado signatário diferente daquele onde reside, regressando a este último pelo menos uma vez por semana. Embora não tenha sido ratificada pelo Brasil, a Convenção de Nova York, resolução 158 da Assembléia Geral das Nações Unidas, define com propriedade trabalhador fronteiriço como "o trabalhador migrante que conserva a sua residência habitual num Estado vizinho a que regressa, em princípio, todos os dias ou, pelo menos uma vez por semana" (Convenção de Nova York, art. 2º, item 2, a).

Observa-se que a definição do Tratado de Nova York e a que foi elaborada com base no Estatuto do Estrangeiro guardam semelhança.

Quanto ao trabalhador migrante, a mesma Convenção de Nova York traz a seguinte definição: "pessoa que realiza atividade remunerada em um Estado do qual não seja nacional".

Ressalta Franco Filho (2004) que a referida Convenção trata especialmente dos direitos dos trabalhadores migrantes e seus familiares, sendo denominada Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e seus Familiares.

Percebe-se que nas definições de trabalhador migrante não há referência à localização geográfica do país de origem do trabalhador e nem de sua residência habitual (domicílio). Dessa forma, embora evidente a diferenciação conceitual entre as duas figuras, no plano internacional, pode-se afirmar que um trabalhador fronteiriço é um trabalhador migrante, ou seja, o trabalhador migrante constitui um gênero do qual trabalhador fronteiriço é uma espécie. Essa intersecção entre os dois conceitos tem grande influência na elaboração da definição jurisprudencial e conseqüente adoção do sistema jurídico trabalhista brasileiro ao trabalhador fronteiriço, tema tratado adiante.

A Convenção 143 da OIT, adotada em 1975 e ainda não ratificada pelo Brasil, trata das migrações em condições abusivas e da promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento dos trabalhadores migrantes. Nela, os países se comprometem a respeitar os direitos fundamentais do trabalhador migrante. Em seu art. 11, a Convenção define o trabalhador migrante, *in litteris*:

> la expresión ***trabajador migrante*** comprende a toda persona que emigra o ha emigrado de un país a otro para ocupar un empleo que no sea por cuenta propia; incluye también a toda persona admitida regularmente como trabajador migrante.

Prescreve no art. 2º que suas disposições não se aplicam aos trabalhadores fronteiriços, nem àqueles trabalhadores que vieram ao país com fins específicos de formação ou educação e àqueles trabalhadores de empresas estrangeiras que têm contrato temporário e que estão obrigados a deixar o país ao término das atividades, dentre outros. Nota-se, dessa forma, que a despeito da importância do trabalhador fronteiriço, essa convenção se furtou da responsabilidade de tratar de tão peculiar espécie de empregado.

2.3 - OUTRAS ESPÉCIES DE TRABALHADOR MIGRANTE RELACIONADAS À CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES

Existem outros personagens relacionados ao fenômeno da circulação de trabalhadores, mas cuja importância é um tanto reduzida em face do escopo central deste artigo. A já referida Convenção de Nova York traz a definição desses trabalhadores:

A expressão "trabalhador sazonal" designa o trabalhador migrante cuja atividade, pela sua natureza, depende de condições sazonais e só se realiza durante parte do ano.

A expressão "marítimo", que abrange os pescadores, designa o trabalhador migrante empregado a bordo de um navio matriculado num Estado de que não é nacional.

A expressão "trabalhador numa estrutura marítima" designa o trabalhador migrante empregado numa estrutura marítima que se encontra sob a jurisdição de um Estado de que não é nacional.

A expressão "trabalhador itinerante" designa o trabalhador migrante que tendo a sua residência habitual num Estado, necessita viajar para outros Estados por períodos curtos, devido à natureza da sua ocupação.

A expressão "trabalhador vinculado a um projecto" designa o trabalhador migrante admitido num Estado de emprego, por tempo definido, para trabalhar unicamente num projeto concreto conduzido pelo seu empregador nesse Estado.

A expressão "trabalhador com emprego específico" designa o trabalhador migrante:

a) que tenha sido enviado pelo seu empregador, por um período limitado e definido, a um Estado de emprego para aí realizar uma tarefa ou função específica; ou

b) que realize, por um período limitado e definido, um trabalho que exige competências profissionais, comerciais, técnicas ou altamente especializadas de outra natureza; ou

c) que, a pedido do seu empregador no Estado de emprego, realize, por um período limitado e definido, um trabalho de natureza transitória ou de curta duração, e que deva deixar o Estado de emprego ao expirar o período autorizado de residência, ou mais cedo, se deixa de realizar a tarefa ou função específica ou o trabalho inicial.

A expressão "trabalhador independente" designa o trabalhador migrante que exerce uma atividade remunerada, não submetida a um contrato de trabalho e que ganha a sua vida através desta atividade, trabalhando normalmente só ou com membros da sua família, assim como o trabalhador considerado independente pela legislação aplicável do Estado de emprego ou por acordos bilaterais ou multilaterais.

A expressão "trabalhador transferido" é extraída da lei brasileira nº 7.064/82, art. 2° e incisos, que embora trate especificamente dos trabalhadores contratados no Brasil ou transferidos por empresas prestadoras de serviços de engenharia, consultoria, projetos e obras, montagens, gerenciamento e congêneres, serve muito bem ao presente estudo, pois registra ser esse trabalhador, *in verbis*:

I - o empregado removido para o exterior; cujo contrato estava sendo executado no território brasileiro;

II - o empregado cedido a empresa sediada no estrangeiro, para trabalhar no exterior, desde que mantido o vínculo trabalhista com o empregador brasileiro;

III - o empregado contratado por empresa sediada no Brasil para trabalhar a seu serviço no exterior.

3 - JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

No caso específico do trabalhador fronteiriço, a discussão gira em torno de qual dos ordenamentos jurídicos, o brasileiro ou o estrangeiro, deve ser aplicado ao caso concreto, e, em qual país deve ser apreciada a lide. Nesse sentido, faz-se necessário conceituar inicialmente os institutos jurídicos "jurisdição" e "competência".

A jurisdição, segundo Wambier (2003), “é a função do Estado, decorrente de sua soberania, de resolver os conflitos, na medida em que a ela sejam apresentados, em lugar daqueles que no conflito estão envolvidos, através da aplicação de uma solução contida no sistema jurídico.”

Com propriedade, os professores Cintra, Grinover e Dinamarco (2004, p. 230-231) conceituam Jurisdição como poder, função e atividade. Ela é poder porque é manifestação do poder estatal, o qual outorga ao Estado Juiz o poder de substituir os litigantes e impor a eles a decisão por ele tomada. É função uma vez que denota atribuição aos órgãos estatais de dirimir os conflitos intersubjetivos com justiça, por meio do processo. E, por fim, é atividade uma vez que ao juiz é atribuído o poder de ação, por meio de atos processuais, em nome do Estado. Ainda conforme referidos professores, pode-se conceituar competência como “o exercício da jurisdição distribuído, pela Constituição e pela lei ordinária, entre os muitos órgãos jurisdicionais (...) com referência a determinado grupo de litígios.”

De acordo com o professor Wambier (2003, p. 91), competência é “instituto que define o âmbito de exercício da atividade jurisdicional de cada órgão dessa função encarregado”. Sua preleção enseja uma crítica à tradicional expressão “medida da jurisdição”, a qual dá margem a uma interpretação errônea quanto ao exercício da jurisdição, sugerindo a fragmentação desta no momento da atuação dos órgãos judiciais. Na verdade, cada órgão jurisdicional é investido plenamente de jurisdição, a qual, como expressão do poder estatal, é una e indivisível. O que ocorre é uma racionalização no momento da distribuição das tarefas, uma espécie de distribuição de trabalho.

Tendo em vista o exposto, há de se conceituar competência exclusiva e concorrente, para dar continuidade à formação do arcabouço teórico desta pesquisa, que está ligada à região de fronteira. Devido a esse fator geográfico, não se pode esquecer que se trata da delicada situação do exercício jurisdicional de mais de um Estado nacional, abarcando questões de competência internacional.

A competência exclusiva ou absoluta refere-se aos casos em que se admite apenas e exclusivamente a atividade judiciária brasileira, os quais estão elencados e previstos no art. 89 do Código de Processo Civil, a saber, as ações relativas a imóveis situados no Brasil, e a inventário ou partilha de bens nesta mesma condição.

As hipóteses de competência concorrente ou relativa são aquelas em que os conflitos de interesse podem ser dirimidos tanto pela justiça brasileira como pela estrangeira, conforme disposto no art. 88 do Código de Processo Civil. Nesse elenco, estão as ações em que o réu, independentemente de sua nacionalidade, tenha domicílio no Brasil; as ações que dizem respeito à obrigação que deva ser cumprida no Brasil; e as ações decorrentes de fato praticado no Brasil. No caso de estarem em curso duas ações idênticas, uma intentada perante autoridade estrangeira e outra intentada no Brasil, é válida a sentença que primeiro transitar em julgado. A sentença estrangeira só transitará em julgado no Brasil após homologação pelo Superior Tribunal de Justiça (CF art 105 I *alínea* i).

Importante registrar que a competência internacional refere-se à matéria de jurisdição e não de competência. Isso ocorre porque a jurisdição é a expressão do poder soberano do Estado, sendo que, em litígios envolvendo o trabalhador fronteiriço, uma das questões é saber qual Estado juiz tem jurisdição para atuar no caso.

Tratando especificamente da competência na seara trabalhista, mesmo em se tratando de casos internacionais, deve-se considerar o que dispõe o artigo 651 da CLT, bem como as disposições da lei processual civil dada a aplicação subsidiária autorizada pelo artigo 769 da CLT.

Com efeito, a regra geral do artigo 651 da CLT, *caput*, dispõe que a ação trabalhista deve ser proposta no local da prestação dos serviços. Dessa forma, aprioristicamente, tem-se que o fronteiriço brasileiro que vai trabalhar em Estado vizinho ao nosso, só pode ingressar com ação naquele juízo.

Porém, nos parágrafos (§) 2º. e 3º. do mesmo artigo há previsão de casos que admitem exceção à regra. O § 2º autoriza a justiça brasileira apreciar aqueles dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro, desde que o empregado seja brasileiro e não haja convenção internacional dispondo em contrário; o § 3º trata do dissídio envolvendo empregador que realize atividades fora do lugar do contrato de trabalho, facultando ao empregado a propositura da reclamação no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços. Essas questões se relacionam ao exame da competência territorial e, por isso, serão aprofundadas no próximo item.

3.1 - O PRINCÍPIO DA *LEX LOCI EXECUTIONIS*

Quando se fala de jurisdição e competência, está se tratando de questões de direito processual, de instrumentalidade, ou seja, de qual maneira proceder a fim de obter a pacificação dos conflitos. Essas questões são de extrema importância para o presente estudo. No entanto, fica evidente que este estudo transcende a questão processual, para perquirir sobre qual direito material (ordenamento jurídico) deve ser aplicado ao caso concreto. De maneira mais clara, a relação de trabalho do trabalhador fronteiriço é regida pelas previsões legais brasileiras ou alienígenas?

A norma geral aplicável quando houver em tese leis estrangeiras envolvidas é a Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei 4.657/42), pela qual as obrigações se regem pela lei do país em que se constituírem (art. 9º.). Esse artigo ainda acrescenta dois parágrafos que dispõem:

> § 1º. Destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato.
>
> § 2º. A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

Tratando, porém, das obrigações resultantes do contrato de trabalho, o local da contratação não tem prevalência, dada a finalidade protecionista deste (CARRIÓN, 2004), tanto que o direito comparado e o Direito Internacional Privado consagram o princípio da territorialidade ou da *lex loci executionis*, conforme se verifica no Código de Bustamante (Decreto Legislativo 5.467/29 e Decreto 18.871/29) e na Convenção de Roma de 1980.

O Enunciado 207 do Tribunal Superior do Trabalho consagra esse princípio ao dispor que "a relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país de prestação de serviço e não por aquelas do local da contratação".

Fazendo uma interpretação sistemática do princípio da *lex loci executionis* (direito material aplicável) e do artigo 651, § 2º (jurisdição – questão processual), pode-se estabelecer inicialmente que o trabalhador fronteiriço que trabalha em filial ou agência no exterior, de empresa que tenha sede no Brasil, pode ingressar com ação trabalhista na justiça brasileira, todavia deve ser aplicada a lei alienígena, caso a argüição de defesa assim exija, ou seja, caso a defesa alegue em seu benefício o princípio da territorialidade, ficando a seu encargo apresentar a legislação estrangeira aplicável ao caso concreto devidamente traduzida (art. 818 da CLT e art. 333, I e II, do CPC).

Por outro lado, conforme Bebber (1997), esse princípio admite exceções, como no caso de trabalho transitório ou naquele realizado no território de vários países, no qual se fixou a aplicação da lei do domicílio do empregador, e também no caso do trabalhador fronteiriço brasileiro que trabalha para empregador brasileiro com domicílio no Brasil, em que o simples fato da atividade laboral ser prestada no exterior, não justifica a aplicação de lei estrangeira.

Acrescente-se, ainda, a expressa exceção a esse princípio promovida pela Lei 7.064/82, que trata das relações de trabalho dos trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos por empresas prestadoras de serviços de engenharia, inclusive consultoria, projetos e obras, montagens, gerenciamento e congêneres para prestar servi-

ços no exterior . Referida norma dispõe no art. 3º que os direitos aplicáveis a esses trabalhadores são aqueles nela previstos e os da lei brasileira, naquilo que não for incompatível com suas disposições e quando forem mais favoráveis do que a legislação territorial, no conjunto de normas e em relação a cada matéria.

No caso, porém, do trabalhador fronteiriço estrangeiro (aquele residente no Brasil e empregado em seu país de origem) e do empregador-réu com domicílio no Brasil, o trabalhador pode entrar com ação trabalhista aqui e requerer a aplicação do princípio da *lex loci executionis*. Nesse caso, deve-se presumir que o trabalhador estrangeiro conhece melhor a lei de seu país, sendo relevante o local da prestação de serviços.

A exceção do princípio da *lex loci executionis* será objeto de maiores considerações no próximo capítulo pela intrínseca ligação com o tema central.

4 - AS DECISÕES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª. REGIÃO, MS

O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região localizado no Estado de Mato Grosso do Sul guarda importância para o tema devido ao fato de dirimir conflitos ocorridos em um membro da federação brasileira que faz fronteira com dois outros Estados nacionais, a Bolívia e o Paraguai. Esse contexto geográfico-territorial do Tribunal obriga a apreciação dos conflitos laborais recorrentes na região fronteiriça, o que ensejou entendimento fundamentado em exceção ao princípio da *lex loci executionis*[5].

---

[5]Para este trabalho, a expressão jurisprudência é usada para indicar o conjunto de sentenças dos Tribunais, em sentido amplo, e abranger tanto a jurisprudência uniforme quanto a contraditória, conforme uma das acepções de André Franco Montoro, em sua obra *Introdução à Ciência do Direito*, São Paulo: RT, 2000)

4.1 - CONCEITO JURISPRUDENCIAL DE TRABALHADOR FRONTEIRIÇO E SUA CRÍTICA

Nas decisões em que apreciou os conflitos decorrentes das relações de trabalho na região de fronteira, o Tribunal Regional da 24ª. Região acabou por formular uma definição de trabalhador fronteiriço que engloba características inerentes tanto ao trabalhador fronteiriço *stricto sensu* (o natural de país limítrofe, domiciliado em cidade contígua ao território nacional, que adentra os municípios fronteiriços ao seu respectivo país para realizar atividade remunerada, mas voltando ao Estado Nacional originário com habitualidade, não chegando assim a residir em solo brasileiro[6]), quanto ao trabalhador migrante (uma pessoa que emigra de um país para outro com vista a ocupar um emprego que não seja por sua conta própria[7]).

Considerando o fato desse conceito resultar da apreciação de situações concretas, algumas peculiaridades da situação fática foram usadas para sua formulação, conforme se verifica *in litteris*:

> "trabalhadores de fronteira ou fronteiriços, assim considerados aqueles trabalhadores brasileiros arregimentados no Brasil para trabalharem nos países vizinhos, para empregadores, os quais em geral são pessoas físicas, brasileiros e com domicílio fixo no Brasil." [8]
>
> "trabalhador fronteiriço, assim entendido aquele empregado oriundo de área próxima à fronteira e que vem a trabalhar em território estrangeiro, notadamente em atividades rurais e não raro para empregadores igualmente brasileiros, os quais possuem ou mantêm negócios no país vizinho." [9]

---

[6] definição contida no item 2.1.1

[7] definição contida no item 2.1.2

[8] processo TR-MS-ROPS- 00146-2002-031-24-00-2, publicado no DO Nº 5819 de 20/08/2002, p. 37

[9] processo TRT-MS-RO-01486-2002-005-24-00-4, publicada no DO Nº 6238 de 05/05/2004, p. 46

Nesse sentido, a conceituação dada no mundo forense ao trabalhador fronteiriço é formulada a partir de algumas características principais e secundárias. Registre-se que a tutela obtida através da relativização ao princípio da *lex loci executionis*, ou seja, a exceção ao referido princípio, é concedida de acordo com essa conceituação, daí sua importância. Em outras palavras: a proteção lograda a partir da flexibilização do princípio da territorialidade só se dá nos casos que possuem tais elementos.

De forma esquemática, pode-se elencar como características principais de tal conceituação jurisprudencial, as seguintes:

- nacionalidade brasileira do empregador e do trabalhador;
- domicílio (ânimo definitivo) de ambos no Brasil;
- desnecessidade de que a contratação ocorra no Brasil;
- estabelecimento comercial no estrangeiro mas próximo à fronteira.

Como características secundárias, destacam-se as seguintes:

- pagamento em reais (moeda brasileira);
- idioma falado é o português;
- não se tem conhecimento da lei estrangeira por ambas as partes;
- domicilio dos familiares do trabalhador ainda é o Brasil;
- o meio de transporte é brasileiro;
- horário seguido é o brasileiro.

Nota-se que a atividade dos juízes, mais voltada para o atendimento das situações concretas apreciadas do que para a formulação de um conceito rigorosamente adequado aos padrões científicos, dá margem a uma possível redução do conceito de trabalhador fronteiriço ao nacional brasileiro, uma vez que o conceito jurisprudencial refere-se apenas ao nascido em nosso país.

Por outro lado, a fim de abranger o trabalhador fronteiriço brasileiro, essa definição tende a ampliar o próprio conceito técnico, referido pelas normas internacionais e pátrias para considerar como trabalhador fronteiriço não apenas aquele que é domiciliado em cidade contígua ao território nacional que adentra os municípios fronteiriços ao seu respectivo país para realizar atividade remunerada, voltando ao

Estado Nacional originário com habitualidade, mas também, aquele trabalhador que emigra de um país para outro com vistas a ocupar um emprego que não seja por sua conta própria, vindo a residir neste, identificado mais propriamente, como o trabalhador migrante.

4.2 - PECULIARIDADES IDENTIFICADAS NAS SITUAÇÕES FÁTICAS DE CADA CASO

A partir do estudo dessas peculiaridades, serão abordados dois grupos de decisões: o primeiro, daquelas que versam sobre trabalhador fronteiriço brasileiro de acordo com a definição formulada na jurisprudência, a qual engloba o conceito de trabalhador migrante e fronteiriço *strictu sensu*; e o segundo que trata do trabalhador fronteiriço de acordo com a definição extraída da lei 6.815/80[10] (Estatuto do Estrangeiro).

4.2.1 - CASUÍSTICA DOS FRONTEIRIÇOS DE NACIONALIDADE BRASILEIRA

Com relação à tutela do trabalhador brasileiro, como já foi exposto, a atuação da jurisprudência brasileira tem grande preocupação em resguardar seus direitos, devido às conjunturas sócio-econômicas e jurídicas desfavoráveis a que é submetido ao sair do Brasil. Isso sem considerar as perdas na vida social e familiar desse empregado. Esse escopo de proteção não se deixa ludibriar com mudanças formais na caracterização das empresas sediadas em país limítrofe.

---

[10] Ver tópico 2.1.1.

Nesse sentido, há uma subdivisão interessante envolvendo o trabalhador fronteiriço brasileiro, fundada na estrutura econômica da empresa onde o serviço é prestado, em especial, se esta se constitui em grupo econômico ou se está distribuída pelos territórios com agências e filiais. Esse dado vai definir se a empresa contratante estrangeira deve se submeter às leis brasileiras e ao poder judiciário nacional ou não.

Dito isso, chega-se aos casos nos quais a empresa está localizada em território estrangeiro, mas é filial ou agência de uma empresa brasileira; ou até mesmo é uma empresa distinta, porém, com o mesmo núcleo de controle-direção-administração, ainda que informal, constituindo, pois, um grupo econômico.

No primeiro caso é evidente a competência brasileira.Tais situações são previstas expressamente pelo artigo 651, §2°, *in verbis*:

> A competência das juntas de conciliação e julgamento, estabelecida neste artigo, estende-se aos dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro, desde que o empregado seja brasileiro e não haja convenção internacional dispondo em contrário.

Porém, no caso do grupo econômico, depara-se com um problema aparentemente secundário mas não menos importante, qual seja, de caracterização desse grupo quando ele não se dá por instrumento formal, mas emerge da realidade. Para tanto, deve o juiz se utilizar dos indícios e presunções admitidos em direito para formar sua convicção no sentido de fixar a existência de grupo econômico em razão da atuação das empresas, bem como, adotar os princípios do direito, em especial, para o caso, o princípio da primazia da realidade. Esse princípio anuncia ao operador do Direito que ele deve estar atento às maquiagens formais que porventura venham a encobrir qualquer tipo de desrespeito ao ordenamento trabalhista nacional.

A respeito do sistema jurídico trabalhista que deve ser aplicado, o Tribunal Regional do Trabalho, no julgamento do processo TRT-MS-ROPS-00116-2002-066-24-00-0 adotou o seguinte entendimento:

> Quanto à legislação aplicável ao caso em análise deve ser observada a lei brasileira, já que as partes são brasileiras, com domicílio no Brasil, e o simples fato do obreiro ter executado seus serviços no estabelecimento sediado no Paraguai, não é suficiente para atrair a aplicação da legislação estrangeira.[11]

Neste caso, houve uma clara tentativa de ludibriar a justiça brasileira apresentando as certidões do Ministério da Agricultura do Paraguai, nas quais constam a razão social da empresa, onde figura como titular pessoa diversa dos sócios da empresa brasileira, para se descaracterizar formalmente o grupo econômico. Porém, constava nos autos que "...havia uma estreita relação entre ambas as empresas, tanto no tocante ao comando quanto à própria condução das atividades internas, inclusive com a cessão de empregados de uma empresa para outra; o que se explica pela concentração do comando das empresas nas mãos de membros de uma mesma família...". Por fim, o Tribunal concluiu que "...na realidade, para o Direito do Trabalho, não interessa a titularidade das empresas às quais se atribui a formação de grupo econômico, mas sim se há uma unidade de controle econômico-administrativo entre essas diversas empresas."; dando dessa maneira provimento ao recurso do empregado recorrente interposto contra a decisão desfavorável na primeira instância, reconhecendo os direitos trabalhistas brasileiros.

Confirmando a aplicação da legislação nacional, também se pode citar a ementa do processo TRT-MS-RO-01307-1996-777-24-00-8, *in verbis*:

> Trabalhador brasileiro fronteiriço, aqui domiciliado, que presta serviços para o mesmo empregador rural em propriedades distintas, uma delas situada em país limítrofe, deve ter todo o seu contrato de trabalho regido pela legislação brasileira. Exceção imposta pelo princípio de proteção à regra da *lex loci executionis*.[12]

---

[11] acórdão publicado no DO nº 5878 de 14/11/2002, p. 49/50

[12] acórdão publicado no DO nº 004477 de 03/03/1997, p. 00053

Em outros dois casos – processo TRT-MS-RO-01275-2000-777-24-00-8 e TRT-MS-RO-00402-1997-777-24-00-5,[13] foi reconhecido o grupo econômico entre duas empresas de transportes – a brasileira Andorinha e a boliviana Cruceña. A empresa boliviana contratou empregados brasileiros na cidade de Presidente Prudente/SP para fazer o trajeto rodoviário de Puerto Suarez na Bolívia, a São Paulo no Brasil. Porém, em todo o território brasileiro a empresa Cruceña operava com apoio das garagens, empregados e serviços da empresa Andorinha. Ficou configurado que os diretores da empresa brasileira davam ordens aos empregados da Cruceña e esses mesmos diretores tinham amplos poderes de contratação e dispensa de empregados da empresa estrangeira. Em ambos os processos a empresa Andorinha alegou não ser solidariamente responsável, sob o argumento de que havia entre as duas empresas apenas um termo de acordo de cooperação mútua. Por sua vez, a empresa Cruceña alegou incompetência da justiça brasileira para apreciação do caso.

O Tribunal Regional do Trabalho decidiu pela aplicação da *lex loci executionis*, considerando que a rodovia pela qual transitava o trabalhador durante a prestação de serviços estava majoritariamente em solo brasileiro, sendo assim competente e aplicável o sistema jurídico brasileiro. Já quanto à solidariedade da empresa Andorinha, os fatos não deixaram dúvida de se tratar de um grupo econômico, uma vez que não há como empresas distintas possuírem poder de direção uno, a não ser que se trate de mesmo grupo econômico.

Nos litígios envolvendo trabalhador brasileiro que, independentemente do local de contratação, prestou serviços no exterior para empregador brasileiro com domicílio no Brasil, não há previsão na legislação trabalhista como no caso anterior. Em tal situação, aplica-se o artigo 12 da Lei de Introdução ao Código Civil ou Decreto-lei nº

---

[13] Registre-se que este caso serve para ilustrar apenas a questão relacionada à formação do grupo econômico, uma vez que não há a caracterização do trabalhador fronteiriço.

4.657/42, o qual dispõe que é competente a autoridade judiciária brasileira quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação. Logo, não há que se falar em incompetência do poder judiciário brasileiro, porquanto incontroverso que o empregador é brasileiro e aqui reside, sendo que os atos executórios serão contra ele aqui praticados, submetendo-se, pois, à jurisdição brasileira.

Recorre-se, também, para solução do caso, ao Código de Processo Civil, que em seu art. 88, I, estabelece a competência brasileira, se o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.

Já quanto a qual legislação deve ser aplicada ao caso concreto, são extremamente pertinentes as já referidas palavras do jurista e Juiz do Trabalho Júlio César Bebber que ensina:

> "O que de fato passa a existir é o seguinte: o empregador é brasileiro e todos os seus empregados também; o empregador possui residência fixa no Brasil, e a maioria dos empregados também. Aqueles empregados que no Brasil não residem, permanecem acampados nas fazendas ou nas serrarias, deixando suas famílias no Brasil, para onde vêm com freqüência; as propriedades, seja para exploração de madeira, agricultura ou pecuária, localizam-se próximas à linha de fronteira, ou em curta distância desta; a língua falada é o português; o meio de transporte é brasileiro; o pagamento dos salários se dá pela moeda brasileira; o horário seguido é o brasileiro.
>
> Da legislação do país estrangeiro nada se aplica, até mesmo porque os empregadores sequer a conhecem ou sabem de sua existência. Contudo, acionados judicialmente na Justiça brasileira, desejam ver aplicada a lei estrangeira, sem no entanto dizer qual delas.
>
> A única diferença que existe, então, do trabalho no Brasil realizado, com o trabalho dos chamados fronteiriços, é a localização da propriedade do empregador, no estrangeiro.
>
> Não há, então, razão para a não aplicação da lei substantiva brasileira a tais relações de emprego." [14]

Nesse sentido, vê-se configurada a jurisdição brasileira e a viabilidade de aplicação do nosso Direito Material nos casos de trabalho

---

[14] BEBBER, Júlio César. *Princípios do Processo do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1997.

fronteiriço, quando o empregado for brasileiro e o empregador tiver domicílio no Brasil, mesmo que a empresa esteja totalmente sediada em solo estrangeiro.

Outro motivo justificador da atração da jurisdição brasileira, nesses casos, diz respeito ao fato de que os trabalhadores não têm condições financeiras para reclamar seus pretensos direitos na Justiça estrangeira, uma vez que seu domicílio é no Brasil e o conflito se revela quando o trabalhador não mais trabalha em solo alienígena, propiciando assim uma impunidade fomentada pela hipossuficiência econômica do trabalhador fronteiriço, aliás, a mesma hipossuficiência que o fez deslocar-se para o exterior.

De acordo com tudo até agora dito, pode-se ainda destacar a fundamentação da decisão tomada pelo Tribunal Regional no processo TRT-MS-RO-01861-1999-777-24-00-8, *in verbis*:

> Deve ser ressaltado, ainda, no que pertine à competência substantiva (lei material aplicável), pelos motivos já expostos (partes brasileiras, com domicílio no Brasil, apenas com atividades econômicas no exterior), que a análise da *litiscontestatio* deve ser procedida sob a égide da legislação brasileira, mesmo porque a única distinção do trabalho fronteiriço e o do prestado no Brasil é a localização do estabelecimento empresarial, o que é insuficiente para atrair a aplicação da legislação estrangeira.[15]

4.2.2 - CASUÍSTICA DOS FRONTEIRIÇOS DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA

Considerando a tutela do trabalhador fronteiriço estrangeiro, é necessário fazer dois importantes comentários: o pri-

---

[15] Outros exemplos de decisões do TRT/MS no mesmo sentido: PROCESSO: 01486-2002-005-24-00-4 (RO); PROCESSO: 01861-1999-777-24-00-8 (RO); PROCESSO: 00571-2002-031-24-00-1 (RO); PROCESSO: 00146-2002-031-24-00-2 (ROPS); PROCESSO: 01056-1999-777-24-00-4 (RO).

meiro diz respeito ao fato de que se trata de trabalhadores previstos normativamente pela lei 6.815/80, conhecida como Estatuto do Estrangeiro[16]; o segundo, é que não há exceção à *lex loci executionis*, e sim a aplicação dela, uma vez que no caso do trabalhador fronteiriço estrangeiro o serviço é prestado no Brasil. Sendo o Trabalhador legalizado, não há discussão: é aplicada a lei brasileira e a jurisdição também é brasileira. O problema ocorre no caso de ilegalidade desse trabalhador fronteiriço estrangeiro, havendo nessa última hipótese uma divergência jurisprudencial.

Há uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho[17] decretando a nulidade do contrato de trabalho do empregado fronteiriço estrangeiro pelo fato desse trabalhador estar ilegalmente no país, ou seja, por ele não possuir documento especial nos termos do art. 21, § 1º, da Lei nº 6.815/80, expedido pela Polícia Federal que identifique e caracterize a sua condição. Nesta decisão o Tribunal desprezou o fato do contrato de trabalho ser um "contrato realidade", valorizando o pressuposto formal para concluir pelo não reconhecimento do vínculo empregatício. Conseqüência: o trabalhador não teve acesso aos direitos trabalhistas decorrentes da relação de emprego.

Em contraposição, há um outro julgado[18] cuja decisão foi favorável ao trabalhador fronteiriço estrangeiro, mesmo ele estando na ilegalidade, ou seja, mesmo ele não possuindo a "carteira de fronteiriço". O Tribunal Regional do Trabalho reconheceu a ilegalidade e declarou a nulidade do contrato, entretanto, decidiu que a nulidade do contrato de trabalho teria efeitos *ex nunc*, ou seja, a nulidade do contrato teria efeito a partir daquela data, reconhecendo-se o vínculo empregatício e os direitos trabalhistas daquela relação jurídica. A fundamentação dada para a aplicação de efeitos *ex nunc* foi a de que ao se atribuir efeitos *ex tunc* (nulidade do contrato desde o início da

---

[16] Conforme já referido no item 2.1.1

[17] TRT-MS-RO-00717-1996-777-24-00-1

[18] TRT-MS-RO-00519-2000-777-24-00-5

relação jurídica) estar-se-ia estimulando a contratação de estrangeiros na fronteira, em detrimento do trabalhador brasileiro, bem como o direito estaria sendo utilizado de maneira oposta à finalidade de proteger um interesse público e social de emprego humano.

Nesse último caso, não seria necessário que o Tribunal Regional fundamentasse sua decisão com base em critérios extra-normativos. Bastava afirmar que toda e qualquer relação empregatícia é regida pelo princípio da primazia da realidade, o que obriga a devida separação entre direitos trabalhistas alcançados pela prestação de atividades laborais e formalização da permanência de tal pessoa física estrangeira no Brasil.

5 - CONCLUSÃO

Um aspecto a ser destacado nas decisões do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª. Região, aqui analisadas, é a denominação dada àquele que trabalha na região da fronteira, constatando-se que tanto o trabalhador migrante como o fronteiriço, definidos na legislação internacional, são nominados como "trabalhadores fronteiriços". Essa nova conceituação tem como consequência direta o alargamento da tutela jurídica trabalhista nacional, desde que verificadas certas características no caso concreto, conforme indicado no esquema elaborado no tópico 4.1.

Outro aspecto importante diz respeito à aplicação da exceção ao princípio da *lex loci executionis* e suas justificações. O Tribunal Regional tem adotado tal exceção como regra quando aprecia os conflitos decorrentes das relações de trabalho dos trabalhadores brasileiros da fronteira.

Um dos argumentos levados em consideração ao estender a jurisdição brasileira ao trabalhador fronteiriço nacional é o fato de que só faz sentido a apreciação de uma lide com possibilidade de execu-

ção da sentença proferida. No caso dos trabalhadores fronteiriços e migrantes, se o domicílio do réu (empregador) é situado em solo brasileiro, a sentença proferida no Brasil é passível de surtir efeitos no mundo dos fatos, uma vez que se trata de "competência" concorrente, conforme previsto no art. 88, I, do Código de Processo Civil e também no *caput* do art. 12 da Lei de Introdução ao Código Civil.[19] Esses dispositivos vêm complementar o que dispõe o art. 651, §3º, da CLT.[20]

A afirmação de que os dispositivos citados se complementam, advém do fato de que o empregador paraguaio (no caso de ser réu em processo trabalhista, por exemplo), sem domicílio no Brasil, dificilmente acataria uma decisão proferida por tribunal brasileiro em favor de um trabalhador fronteiriço brasileiro.

Deve-se registrar que em tais julgados, o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, adota justificativas da exceção ao princípio da territorialidade, isto é, a sua falta de aplicação, com sobreposição de questões de extensão de jurisdição e extensão da aplicabilidade da lei nacional.

Com efeito, tem-se justificado a exceção à *lex loci executionis*, questão material, com base em argumentos referentes à jurisdição aplicável, questão processual. Embora em algum caso se veja configurada a competência concorrente, conforme o art. 88 do CPC, a argüição de defesa pode exigir que seja aplicada a legislação do local da prestação laboral, ou seja, aplicação da lei estrangeira.

Para a inaplicabilidade do princípio da *lex loci executionis* ao fronteiriço nacional pode-se fundamentar com a exigibilidade de um processo efetivo, que realmente solucione os conflitos. Essa eficácia difícilmente se poderia alcançar caso seja aceita a aplicabilidade de tal

---

[19] Art.12. É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação.

[20] §3.º Em se tratando de empregador que promova realizações de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços.

princípio em processo no qual figure trabalhador fronteiriço brasileiro e empregador brasileiro.

Como afirmado, o simples fato da atividade laboral ser realizada em região estrangeira não justifica a aplicação do princípio da *lex loci executionis*. Nesse caso, o interesse do empregador-réu na aplicação de lei estrangeira, sendo, tanto ele quanto o trabalhador fronteiriço reclamantes brasileiros, estaria voltado muito provavelmente, às tentativas de impor entraves ao normal andamento do processo.

Já nos casos em que figura o trabalhador fronteiriço estrangeiro, as decisões analisam o aspecto formal (existência de documento que o caracterize como tal) da permanência do trabalhador fronteiriço enquanto tal no Brasil. Uma vez que o empregador-réu é domiciliado no Brasil, o trabalhador pode entrar com ação trabalhista aqui e requerer a aplicação do princípio da *lex loci executionis* (aplicação da lei do local da prestação de trabalho). Nesse caso, como já salientado, a questão não se encontra na aplicação do ordenamento jurídico, uma vez que o referido princípio enuncia que seja feita a aplicação da lei brasileira. A controvérsia se dá no que tange ao reconhecimento do próprio vínculo empregatício, a qual pode ser resolvida pela devida aplicação do princípio da primazia da realidade.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Cássio Mesquita. Circulação dos Trabalhadores no Mercosul. In: CHIARELLI, Carlos Alberto Gomes (coord.).*Temas de Integração com enfoques no MERCOSUL*. v. I. São Paulo: LTr, 1997. p.181.

BEBBER, Júlio César. *Princípios do Processo do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1997.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília: s. ed., 2005.

CARRIÓN, Valentin. *Comentários à consolidação das Leis do Trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2005.

CERNY, Philip G.. Globalization and collective action. In: *Internacional Organization* , v. 49, n. 4, p. 596-7, autumn, 1995 apud SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *O Direito do trabalho como instrumento de Justiça Social*. São Paulo: LTr, 2000, p. 127.

CINTRA, Antônio Araújo, GRINOVER, Ada Pelegrini, DINAMARCO, Cândido Rangel.*Teoria Geral do Processo*. Malheiros, 2004. p. 230-231.

CONVENÇÃO DE NOVA YORK Artigo 2 e incisos. Ratificada pela República Democrática de Timor Leste. Disponível em: <http://www.jornal.gov-rdtl.org/page5/rpn23_03.htm>

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. Trabalho na Amazônia: a questão dos migrantes. *Revista do TRT-8ª Região*. v. 37, nº 72. p.31-32.

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. *Princípios de direito do trabalho*. Trad. Wagner Giglio, 3ª ed. Atual. São Paulo: LTr, 2004.

RIBEIRO, Letícia. <www.igel.ufrj.br/gruporetis>

WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Curso Avançado de Processo Civil*. v. 1. São Paulo: RT, 2003.

VECINDAD E INTERACCIONES FRONTERIZAS EN LA REGIÓN TIJUANA-SAN DIEGO

María Eugenia Anguiano-Téllez*

* Doctora en Ciencia Social con especialidad en Sociologia por El Colegio de México. Profesora e Investigadora de El Colegio de la Frontera Norte.

INTRODUCCIÓN

La región fronteriza Tijuana-San Diego constituye un espacio social con características singulares, resultado de la colindancia entre una de las ciudades más dinámicas de México en su crecimiento económico y social y uno de los condados más prósperos de los Estados Unidos.

En las dos últimas décadas del siglo XX, Tijuana experimentó un desarrollo sin precedente, no sólo por la instalación de la industria de ensamblaje o industria maquiladora de exportación de origen estadounidense y asiático, sino también por su alto crecimiento pobla-

cional estrechamente vinculado con la inmigración interna y la migración internacional, migración atraída por las oportunidades de empleo que potencialmente ofrece un mercado regional binacional constituido por los estados de Baja California y California. Por su parte, en 1999 San Diego atrajo más de 950 millones en inversión de capital, cantidad que representó un incremento de más del 250 por ciento respecto al año anterior, y ocupó el tercer lugar en concentración de trabajadores en telecomunicaciones y biotecnología en Estados Unidos.[1]

Este par de localidades comparte similitudes con otras regiones binacionales de la frontera norte mexicana y sur estadounidense, propias de la vecindad y de la asimetría entre los dos países. Pero también tienen características que las diferencian de esas otras regiones fronterizas, y posiblemente de otras fronteras entre el mundo desarrollado y los países en desarrollo.

El objetivo del presente trabajo es mostrar las características propias y distintivas de la región fronteriza Tijuana-San Diego. Para ello, en la primera sección destacamos el tamaño poblacional de la conurbación Tijuana-San Diego, volumen que nos permite esbozar una primera dimensión en la magnitud potencial de las interacciones entre sus residentes. En la segunda sección, subrayamos la diversidad de opciones y espacios de intercambio que la vecindad y la asimetría han generado, escenarios donde convergen variadas interacciones cotidianas de estos residentes fronterizos. Finalmente, presentamos el perfil sociodemográfico de la población y las características generales del mercado de trabajo del municipio de Tijuana y el condado de San Diego, contornos que bosquejan el sustento humano que forja esas interacciones.

---

[1] SAN DIEGO DIALOGUE'S FORUM FRONTERIZO. *The global engagement of San Diego Baja California*. Final Report, Nov. 2000.

LA CONURBACIÓN TIJUANA – SAN DIEGO

Aunque históricamente la conurbación Tijuana-San Diego es más reciente que otras localidades fronterizas contiguas de México y Estados Unidos[2], por el número de sus habitantes es actualmente la de mayor tamaño poblacional y la que experimentó el mayor crecimiento relativo en los últimos diez años del siglo XX (Cuadro 1).

Cuadro 1 - Población total residente en condados y municipios fronterizos limítrofes seleccionados de México y Estados Unidos, 1990 - 2000

Condado Municipio Total regional	Población total		Crecimiento en números absolutos	Crecimiento promedio anual	Proporción de residentes contiguos
	1990	2000	1990-2000	1990-2000	2000
San Diego	2'498,016	2'813,833	315,817	1.2	70
Tijuana	747,381	1'210,820	463,439	6.1	30
Total	3'245,397	4'024,653	779,256	2.4	
Imperial	109,303	142,361	33,058	3.0	16
Mexicali	601,938	764,602	162,664	2.7	84
Total	711,241	906,963	195,722	2.7	
El Paso	591,610	679,622	88,012	1.4	36
C. Juárez	798,499	1,218,817	420,318	5.2	64
Total	1'390,109	1,898,439	508,330	3.6	
Webb	133,239	193,117	59,878	4.5	38
N. Laredo	219,468	310,915	91,447	4.1	62
Total	352,707	504,032	151,325	4.3	
Hidalgo	383,545	569,463	185,918	4.8	58
Reynosa	282,667	420,463	137,796	4.8	42
Total	666,212	989,926	323,714	4.8	
Cameron	260,120	335,227	75,107	2.8	45
Matamoros	303,293	418,141	114,848	3.7	55
Total	563,413	753,368	189,955	3.3	

Fuentes: U.S. Census Bureau (DE: http://www.census.gov/main/www/cen2000.html)
INEGI, (DE: http://www.inegi.gob.mx).

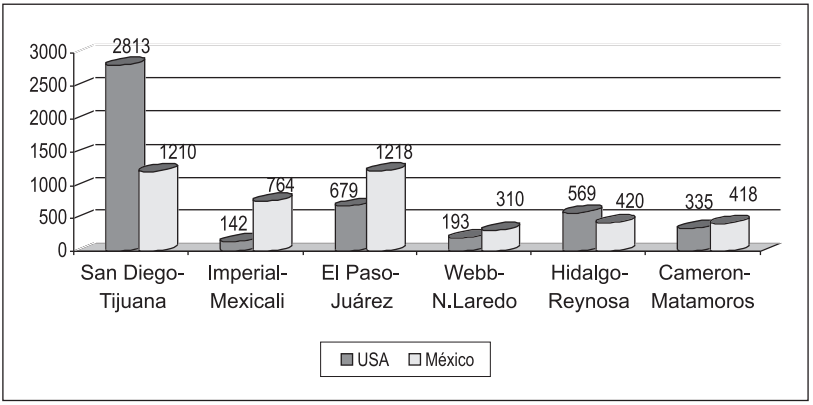
De acuerdo con información del Cuadro 1, en 1990 en la región Tijuana-San Diego residían 3.2 millones de habitantes, cifra que en

[2] Aunque la Misión de San Diego de Alcalá data de la época novo hispana (1602), el asentamiento que dio origen a Tijuana data apenas de 1889. En el año 1900, San Diego contaba con 17,700 habitantes y Tijuana apenas con 242 residentes; comparativamente, El Paso, Texas, tenía 15,908 pobladores y su vecina localidad mexicana, Ciudad Juárez, 8,218 moradores.

una década creció aceleradamente alcanzando poco más de 4 millones de personas. Aunque el crecimiento promedio anual de Tijuana alcanzó un 6.1%, experimentando un notorio incremento de su población en sólo diez años, en el año 2000 residían en San Diego 2.8 millones de personas que representaban el 70% de la población total de esta región binacional.[3]

La gráfica 1 nos permite observar que la región Tijuana-San Diego duplica en población a la de Cuidad Juárez-El Paso, la segunda mayor conurbación fronteriza binacional.

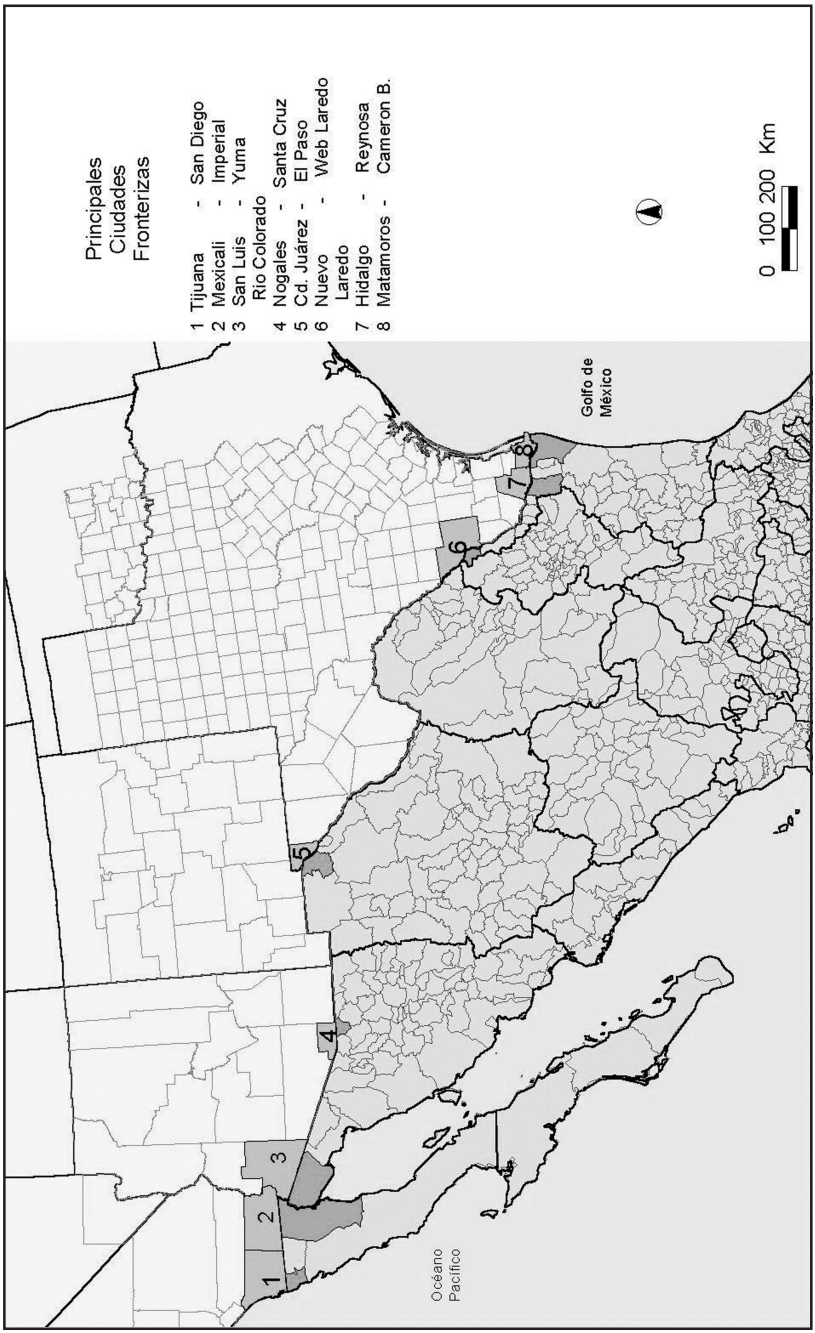
Gráfica 1 - Población residente en condados vecinos fronterizos México-Estados Unidos, 2000



A diferencia de San Diego y Tijuana y en menor proporción entre Hidalgo y Reynosa, en las otras localidades contiguas de la frontera México-Estados Unidos, la población del lado mexicano es manifiestamente mayor (Gráfica 1). Adicionalmente esas localidades tienen una amplia población de ascendencia mexicana.

---

[3] Si considerásemos a los residentes de los vecinos condados de Orange y Los Angeles, en California, y de los municipios de Tecate, Rosarito, Ensenada y Mexicali en Baja California, la región norte de Baja California y sur de California ampliaría sus dimensiones poblacionales enormemente, alcanzando cerca de 15 millones de personas.



Mapa 1 - Principales Ciudades Fronterizas.

Además del tamaño poblacional, la asimetría económica entre los dos países adquiere dimensiones específicas en sus localidades contiguas fronterizas. De acuerdo con información sistematizada por Tim Gerber, seis de las siete ciudades con más altos índices de pobreza en Estados Unidos eran ciudades fronterizas, y cuatro de ellas se localizaban en la frontera de Texas con México. Considerando como indicador de asimetría el producto per capita del año 1999, las ciudades limítrofes estadounidenses eran notoriamente menos pobres que sus vecinas mexicanas –según se detalla en el cuadro 2– y San Diego sobresale en el conjunto por su evidente distancia del resto y por su pronunciada asimetría respecto a Tijuana.

Cuadro 2 - Producto Per Capita, 1999

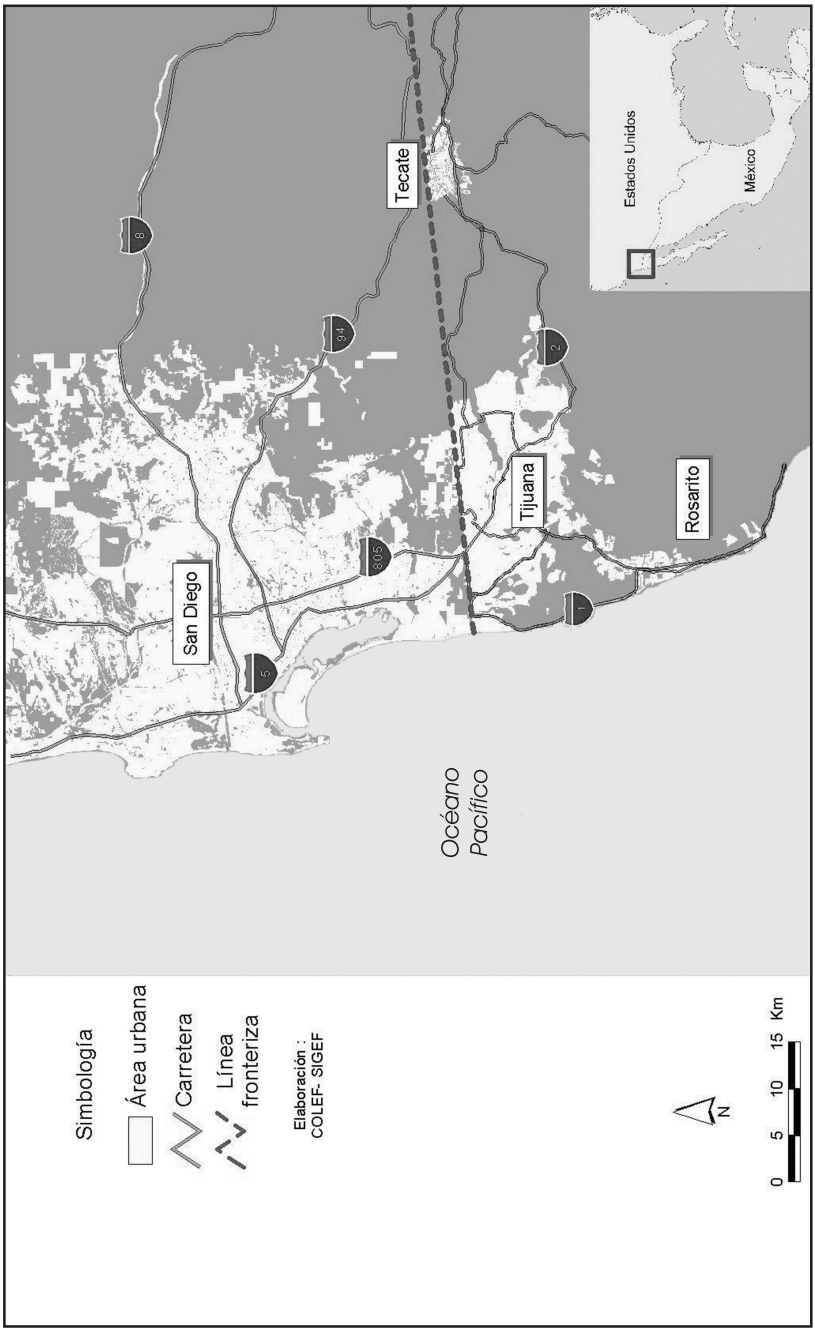
	US Dólares		US Dólares	Proporción
Mexicali	6,366	Imperial	17,550	2.76
Tijuana	6,800	San Diego	29,488	4.34
Juarez	7,074	El Paso	17,216	2.43
Nuevo Laredo	5,678	Laredo	14,112	2.48

Fuente: Tim Gerber. "San Diego - Tijuana: It's Not Texas". Cross-Border Economic Bulletin. September/October 2002. San Diego Dialogue Report, Vol. 5, no. 4, DE: http://www.sandiegodialogue.org/Report/sep_oct_02/index.html

Aunque las ciudades fronterizas estadounidenses presentaron los índices más altos de pobreza en Estados Unidos y las mexicanas los indicadores más bajos de marginalidad del país, la distancia entre sus productos per capita exhibe una brecha notoria entre ellas. A pesar de que Tijuana es uno de los municipios con menores índices de marginación y desempleo en México, la vecindad con uno de los condados más ricos de los Estados Unidos, acrecienta la asimetría económica entre ellos. Esa asimetría tiene consecuencias significativas para la región Tijuana-San Diego.

VECINDAD E INTERACCIONES FRONTERIZAS

Haciendo uso de las ventajas que ofrece la vecindad adyacente, los residentes de las localidades limítrofes de la



Mapa 2 - Región Tijuana - San Diego

frontera México-Estados Unidos se trasladan con habitual frecuencia entre los dos países. Cotidianamente se desplazan en calidad de visitantes, consumidores, estudiantes y trabajadores, y establecen vínculos y relaciones entre individuos, familias e instituciones, cuyas actividades y experiencias transcurren en ese territorio fronterizo siguiendo pautas y ritmos marcados por las desigualdades económicas, los lazos familiares y enlaces comunitarios y las similitudes y diferencias específicas de esa vecindad.

De acuerdo con Jorge A. Bustamante: "La vecindad geográfica entre México y Estados Unidos ha producido un fenómeno de relaciones humanas que se puede entender como un conjunto de interacciones sociales entre individuos de diferentes nacionalidades, niveles de desarrollo económico, tradiciones y valores culturales y de diferente grado de poder, a pesar de lo cual estos países han logrado un mínimo acuerdo como para satisfacer mutuamente sus respectivas necesidades con acciones e interacciones recíprocas" (BUSTAMANTE, 1989: 24).

En la región colindante Tijuana-San Diego, la distancia económica y la cercanía geográfica ofrecen a la población alternativas y oportunidades vinculadas con las ventajas comparativas de dos mercados de trabajo y consumo, con salarios y precios diferenciales que multiplican las posibilidades de empleo, adquisición de mercancías y uso de servicios en los dos lados de la frontera. El diferencial de salarios atrae trabajadores hacia el norte e inversionistas y consumidores en dirección sur. La variedad de bienes y servicios ofrecidos en la región y la disparidad de sus precios captan consumidores y usuarios en ambas direcciones.

Pero la frontera no es sólo un recurso material, es también un espacio de interacción social donde las posibilidades que ofrecen las diferencias económicas y la vecindad geográfica no son accesibles por igual para toda la población de la región. Existe una selectividad asociada a factores sociales y procesos históricos como el estrato socioeconómico, la condición migratoria, las redes familiares y sociales,

la herencia cultural, la pertenencia étnica, que determinan el uso del espacio y el establecimiento de interacciones entre la población. Como afirma Bustamante: “la extensión geográfica de los fenómenos sociales económicos y culturales de las zonas fronterizas no está delimitada por la demarcación internacional sino, más bien, por la interacción de las personas que viven paralelamente a ella” (BUSTAMANTE, 1989: 10). A esta idea del *territorio delimitado por la interacción*, Tito Alegría agrega: “las diferencias entre ambos lados de la frontera no introducen una ruptura sino una continuidad estratificada de la estructura social binacional” (ALEGRIA, 1989: 63).

Considerando el lugar de residencia y el motivo de los desplazamientos transfronterizos cotidianos, en el Cuadro 3 describimos la diversidad de opciones que el espacio regional ofrece a los habitantes fronterizos; desplazamientos que originan el establecimiento de interacciones sociales más allá de los límites territoriales de cada país.

Como espacios laborales, son conocidos los desplazamientos de residentes fronterizos mexicanos que se emplean en las localidades cercanas estadounidenses, los llamados *commuters* –también deno-

Cuadro 3 - Residentes de Tijuana o San Diego que cruzan la frontera según motivación y dirección del desplazamiento

Motivo del desplazamiento	Residentes de Tijuana desplazándose hacia San Diego	Residentes de San Diego desplazándose hacia Tijuana
Trabajar	Jóvenes y adultos, hombres y mujeres	Personal de empresas de capital extranjero
Estudiar	Niños y jóvenes	
Visitas familiares y turísticas	Individuos y familias con ascendientes y/o descendientes en los dos países	
Adquirir bienes y servicios	Compradores, consumidores y visitantes turísticos	
Recibir servicios	- Trabajadores y beneficiarios - Jubilados de EEUU	
Abastecer negocios	Comerciantes de los sectores formal e informal, minoristas y mayoristas	Comerciantes de productos étnicos
Brindar apoyo comunitario	Organizaciones no gubernamentales y voluntarios	
En tránsito	Residentes y visitantes no fronterizos	

minados *transmigrantes*. En la región, la extensión del mercado de trabajo para ellos puede desplegarse desde el sur del condado de San Diego hasta el condado de Orange y llegar incluso al norte del condado de Los Ángeles. Dependiendo de la distancia, los desplazamientos a través de la frontera pueden realizarse diaria o semanalmente, incluso espaciarse con mayor temporalidad.

En ese mercado laboral converge una demanda sectorial segmentada, cuyo rango no sólo incluye ocupaciones en el sector formal de la economía sino también una diversidad de empleos temporales y aún otros ubicados en el sector informal; ocupaciones y empleos que son cubiertos por una variada oferta de asalariados mexicanos, desde aquellos que cuentan con permisos de trabajo, hasta personas –en su mayoría mujeres– cuya visa de turista les permite desplazarse entre los dos países y trabajar en el servicio doméstico o en el cuidado de niños, enfermos y personas mayores, y jóvenes estudiantes residentes en Tijuana que pueden encontrar empleos eventuales en temporadas festivas en diversidad de establecimientos en San Diego. Tito Alegría estimó que en 1996 Tijuana tenía 28,656 trabajadores *transmigrantes*, cifra que en 1998 se elevaba a 35,943; respectivamente 7.5% y 8% de su población trabajadora (ALEGRIA, 2002: 39-40). Según información de la Encuesta Nacional de Empleo Urbano, en el año 2001 un 7.4% de la población ocupada residente en Tijuana laboraba en el vecino país, cifra que se redujo ligeramente a 6.8% en el año 2003, alcanzando aproximadamente 30 mil personas.[4]

En el espacio transfronterizo[5], menos frecuentes aunque significativos por las características y localización de empresas en que

---

[4] INEGI. *Encuesta Nacional de Empleo Urbano*. 2001, 2003.

[5] Olivia Ruiz propone definir lo *transfronterizo* como una interacción continua entre individuos e instituciones pertenecientes a dos estructuras socioeconómicas distintas (países) en la región donde colindan sus fronteras (RUIZ, 1992: 143). En otro texto expone: "lo *transfronterizo* acontece en un área geográficamente restringida y se refiere a actividades realizadas por personas, comunidades e instituciones de origen y destino locales" (RUIZ, 1993: 2).

laboran, son los desplazamientos de trabajadores altamente calificados que residen al norte de la frontera y desarrollan su actividad laboral en empresas transnacionales con filiales en los dos países, particularmente en la industria maquiladora de exportación o industria de ensamblaje (ejecutivos, técnicos y profesionales).

Residentes de la región alternan estancias y visitas familiares y turísticas. Diversos trabajos han analizado las estrechas relaciones que establecen los hogares y familias transfronterizas y binacionales, y el uso que sus miembros hacen de los recursos que las dos sociedades les ofrecen (RUIZ 1992, OJEDA 1995, OJEDA y LÓPEZ 1994). Con apoyo de esos vínculos familiares –aunque también sin ellos– niños y jóvenes residentes en México son enviados a estudiar a las localidades estadounidenses.

En ambas direcciones cruzan la frontera consumidores de bienes y servicios y visitantes turísticos. Residentes de California adquieren mercancías y servicios a menor costo en Baja California, entre ellos medicamentos y servicios médicos privados en todas sus especialidades, servicio de reparación de automóviles y adquisición de bienes inmobiliarios. Vale la pena mencionar que los estadounidenses no necesitan documentación migratoria para internarse a Baja California por vía terrestre. Por su parte, consumidores mexicanos tienen acceso a una diversidad de productos que van desde alimentos, ropa, calzado, aparatos electrodomésticos y otros bienes hasta automóviles y gasolina.[6] Una encuesta sobre hábitos de consumo en Baja California, mostró que 63.6% de los bajacalifornianos que cruzan con frecuencia a California lo hace para realizar compras.[7] Esa misma fuente reveló

---

[6] En zonas residenciales de clase media en Tijuana, a través de folletos impresos contenidos en un paquete llamado “La Bolsa Azul”, todos los jueves se distribuye información sobre los artículos y precios especiales que ofrecen centros comerciales del Condado de Diego y establecimientos como Kmart, Target, Home Depot, Office Depot, Best Buy, etc.

[7] Encuesta “Canasta hábitos de consumo de la población de Baja California”. Facultad de Economía Universidad Autónoma de Baja California, sep. 2001. *Cf.* SIERRA, SERRANO, 2002.

que el sector de la población bajacaliforniana que contaba con visa para internarse al vecino país, se ubicó en el grupo de mayores ingresos, que en Tijuana concentraba una tercera parte de su población trabajadora: un nada despreciable contingente de aproximadamente 150 mil consumidores potenciales.

Adicionalmente, en las localidades fronterizas los negocios dedicados a la compra de mercancías de segundo uso o de saldos adquiridos en Estados Unidos para su venta en México –conocidos como *segundas* – son una actividad económica extensamente usual que genera empleo e ingresos para individuos y familias que los practican, y abarata y posibilita el acceso a una diversidad de bienes para residentes de Tijuana, y de la frontera mexicana en general, que no tienen forma directa de adquirirlos por carecer de recursos y documentos para cruzar la frontera.

Desde su fundación, Tijuana ha sido espacio de recreación y esparcimiento para visitantes californianos. De los visitantes turísticos que recibe, la gran mayoría proceden de California y de ellos un estudio realizado a principios de los años 1990 estimó que casi el 60% eran visitantes de ascendencia mexicana. Esta última cifra nos indica que además de la cercanía geográfica, la motivación de los visitantes puede estar estrechamente asociada con una herencia cultural y étnica compartida (BRINGAS y CARRILLO, 1991). De igual forma, California ofrece múltiples opciones recreativas para los residentes de Baja California, incluso con promociones especialmente orientadas hacia ellos.[8]

Trabajadores mexicanos que cuentan con permiso para laborar en Estados Unidos y mantienen su residencia familiar en Tijuana, los

---

[8] Dos veces por año, el parque de diversiones de Disneyland en California ofrece precios especiales para los residentes de Baja California. El parque está ubicado en el Condado de Orange, a una distancia aproximada de 100 millas de Tijuana. En forma similar, otros centros recreativos y de espectáculos en San Diego ofrecen precios especiales a través de promociones y cupones de descuento a los residentes de Baja California. En mes de Octubre, el Zoológico de San Diego ofrece admisiones sin costo para los escolares de ambas Californias.

llamados *commuters* o transmigrantes, y jubilados norteamericanos que han decidido establecer su residencia en Tijuana tienen acceso a servicios públicos en Estados Unidos, acceso extensivo a sus familiares, motivo por el cual se desplazan con frecuencia entre las dos ciudades.

Comerciantes y propietarios de negocios minoristas y de productos étnicos encuentran en la ciudad vecina proveedores para el abasto de sus mercancías.

Finalmente, organizaciones no gubernamentales y otros grupos de voluntarios con sede tanto de México como en Estados Unidos trabajan en las dos ciudades ofreciendo asistencia filantrópica a personas y comunidades de escasos recursos, especialmente servicios educativos, de salud y atención humanitaria.[9] Por otra parte, el flujo cotidiano también incluye residentes no fronterizos que utilizan la región en tránsito hacia alguno de los dos países en sus desplazamientos por negocios, trabajo o turismo.

En la región Tijuana-San Diego, la magnitud de la circulación de peatones y vehículos que detalla el Cuadro 3, nos permite subrayar la intensidad de los desplazamientos transfronterizos cotidianos.

Tomando como base el año 2000, podemos estimar que en promedio cada hora se realizaron cerca de 6 mil desplazamientos de personas de Tijuana a San Diego. Tanto el volumen como la intensidad

Cuadro 3 - Tránsito peatonal y vehicular anual de Tijuana a San Diego, 1997-2000 (miles)

	1997	1998	1999	2000
Peatones	7’668	7’552	8’242	8’191
Pasajeros en autobuses	1’069	1’125	1’166	1’629
Pasajeros en vehículos personales	37’431	41’363	43’450	41’684
Total	46’196	50’017	52’857	51’505

Fuente: San Diego Dialogue, http://www.sandiegodialogue.org

[9] Kiy Richard & Naoko Kada, “Building a Case or Cross –Border Service Provisions for San Diego’s Mexican Trans-National Migrants”. *The Ties That Bind Us*. Center for U.S.-Mexican Studies, *en prensa*.

de estos desplazamientos transfronterizos motivaron que el gobierno de Estados Unidos diseñara un sistema de inspección rápido para acelerar el cruce de vehículos. Este programa conocido como "Línea SENTRI" (*Secure Electronic Network for Traveler's Rapid Inspection*) dio inicio en los dos sitios de acceso internacional de la región: en la zona de Otay Mesa a partir del Noviembre de 1995 y en el área de San Isidro a partir de Septiembre del 2000.[10]

A finales del año 2000, el Consulado General de Estados Unidos en Tijuana informó que aproximadamente 4 mil personas eran usuarios del programa: 2,500 estadounidenses, mil mexicanos y 500 de otras nacionalidades. La mayoría eran turistas, personas de negocios, madres de familia y estudiantes. En esa fecha, el costo anual por adulto usuario del programa era de 129 dólares y los niños menores de 14 años podían utilizarlo en forma gratuita, con un máximo de 4 ocupantes por vehículo (www.frontera.info, Nov. 19, 2000).

Después de Septiembre 11, 2001, a la par que se ha incrementado el tiempo de espera para cruzar las garitas internacionales de Tijuana a San Diego, parece haberse incrementado el número de usuarios del programa. A principios del 2004, el Consulado informó sobre los planes de creación de una Línea Sentri para peatones en la garita de San Ysidro y del proyecto de destinar cuatro carriles para el tránsito vehicular dentro del mismo programa (www.frontera.info, Feb. 11, 2004).

Aunque el programa planea extenderse a otros cruces fronterizos de gran volumen para el ingreso de personas y vehículos, cabe destacar que de las tres garitas que actualmente cuentan con él, dos se

---

[10] Las líneas SENTRI permiten que los automóviles y sus ocupantes registrados en el programa pasen de forma más rápida las inspecciones en la frontera mediante el uso de avanzadas tecnologías de monitoreo y de la interconexión de bases de datos. Sin embargo, su uso está restringido a un sector de población que cuenta con recursos económicos para ser usuario del programa, además de automóvil asegurado para circular en Estados Unidos y cubrir daños a terceros en ese país y, por supuesto, documentos para cruzar la frontera legalmente.

localizan en la región Tijuana-San Diego, situación que confirma su posición como espacio significativo de las interacciones fronterizas entre los dos países.[11]

La frecuencia y naturaleza de las interacciones que establecen los residentes fronterizos con sus vecinos no están únicamente relacionadas con el motivo principal de sus desplazamientos transfronterizos cotidianos, están también asociadas y en ocasiones determinadas por su edad, sector de ocupación, condición migratoria, así como por su condición étnica, características que detallamos a continuación.

ESTRUCTURAS POBLACIONAL Y LABORAL DE TIJUANA Y SAN DIEGO[12]

Las características sociodemográficas de los habitantes de Tijuana y San Diego y las estructuras de sus mercados de trabajo nos permiten delinear los entornos poblacional y laboral que sustentan sus interacciones sociales.

En el año 2000, en el estado de Baja California –conformado por 5 municipios–residían cerca de 2.5 millones de personas. En el municipio de Tijuana residía cerca de la mitad de la población estatal: 1.2 millones de personas (48%). Por su parte, si bien el condado de San Diego no es la concentración poblacional más grande del estado de California, pues su población representa el 8.3% del total estatal, sus 2.8 millones de residentes superaban la población total del estado de Baja California, es decir, en números absolutos, San Diego tenía en esa fecha más habitantes que todo el estado de Baja California.

---

[11] Aunque en la frontera Ciudad Juárez-El Paso existen 3 sitios de acceso internacional, solamente uno de ellos cuenta con el programa.

[12] A menos que se indique lo contrario, la información que se detalla esta sección proviene de los Censos de cada país. INEGI, *XII Censo General de Población y Vivienda 2000*, DE: http://www.inegi.gob.mx, U.S. Census Bureau. *United State Census 2000*, DE: http://www.census.gov/main/www/cen2000.html

Tanto Tijuana como San Diego se caracterizan por ser localidades de fuerte atracción migratoria interna e internacional. En el año 2000, 60.3% de los habitantes de Tijuana eran inmigrantes nacionales. De la población residente en San Diego, entre 1995 y 2000 una tercera parte había llegado a ese condado procedente de algún otro estado de la Unión Americana y uno de cada 5 de sus habitantes habían nacido fuera de Estados Unidos. Estas cifras dan cuenta de la fuerte atracción migratoria de ambas localidades y de la alta proporción del crecimiento social como determinante del crecimiento poblacional regional.

En Tijuana la diversidad étnica no es muy variada. En todo el país, en el año 2000 los hablantes de lenguas indígenas representaron el 7.2% de la población nacional y en Baja California, apenas el 1.9%. Por su parte, los extranjeros residentes en México apenas llegaban a un 0.5% de total de residentes del país y un 2.4% de los residentes bajacalifornianos. En Estados Unidos, al igual que en California y San Diego la pluralidad étnica es más variada. En San Diego está altamente concentrada entre anglosajones e hispanos, con escasa presencia afro americana y asiática, y en los últimos 20 años se observó un decrecimiento de la participación porcentual del grupo anglosajón frente al incremento de conjunto hispano, que se elevó de 15% a 25% en ese período, según se registra en el Cuadro 4.

En contraste con la escasa proporción de extranjeros residentes en México y en Baja California, la población nacida fuera de los Estados Unidos residente en San Diego ascendió a 606,254 personas en el año 2000, cantidad que representó el 21.5% del total de sus habitantes. De ellos, 53% eran latinoamericanos, 33% asiáticos, 9% procedían de Europa y 5% de otra región del mundo. En ese mismo

Cuadro 4 - Distribución porcentual de residentes en San Diego según grupo étnico.

Grupo étnico	1980	1990	2000
Anglosajón	74	66	64
Hispano	15	20	25
Afro americano	5	6	5
Asiático y otros	6	8	6

Fuente: San Diego Dialogue, 2002

año, entre los 10 lugares con mayor cantidad de población hispana en todo Estados Unidos, San Diego ocupó el 7º lugar, después de Nueva York, Los Ángeles, Chicago, Houston, Filadelfia y Phoenix. Del conjunto total de residentes sandieguinos, 25.4% eran hispanos o de origen hispano. Estas cifras nos permiten subrayar otro aspecto en la multiplicidad de posibilidades propicias para las interacciones sociales de la población que habita en la región: atendiendo a su lenguaje y sentido de pertenencia compartidos por hispanos y latinoamericanos residentes en San Diego, éstos pueden encontrar en Tijuana cercanía con sus raíces culturales y oportunidades propicias para la recreación y persistencia de su identidad "hispana".

Considerando a la población por grupos de edad y de acuerdo con información del cuadro 5, en Tijuana cerca de la tercera parte de sus habitantes eran niños y jóvenes menores de 15 años (30.4%), en San Diego sólo la quinta parte conformaban ese grupo de edad (21.7%). En ambas localidades, los jóvenes y adultos entre 15 y 64 años integraban la mayor proporción de sus habitantes: en Tijuana ascendía a 57.6% y en San Diego a 67.1%. En contraste, mientras Tijuana tenía una proporción mínima de personas mayor de 65 años (2.8%), en San Diego ese grupo de edad alcanzó al 11.2% de sus residentes. Estas cifras nos muestran una población más joven residiendo al sur de la frontera frente a una más envejecida residiendo al norte de la misma.

En México, la población en edad laboral se registra a partir de los 12 años de edad, en los Estados Unidos a partir de los 16 años. En el mismo cuadro 5, observamos que ese grupo poblacional concentró cerca de dos tercios de los habitantes de Tijuana (65.5%) y en San Diego alcanzó al 76.9% de su población. De la población en edad laboral, más de la mitad era económicamente activa en Tijuana (56.8%) y dos casi terceras partes en San Diego (65%). Casi la totalidad de la población económicamente activa de Tijuana se encontraba ocupada o desempeñaba un empleo, al igual que la gran mayoría residente en San Diego (94.1%), cifras que indican altos niveles de empleo en la región.

Cuadro 5 - Distribución porcentual de la población por grupos de edad y condición de ocupación en Tijuana y San Diego, 2000.

Grupo poblacional	Tijuana		San Diego	
	Absolutos	%	Absolutos	%
Población total	1'210,820	100	2,813,833	100
Grupos de edad				
Menores de 15 años	367,735	30.4	611,122	21.7
Entre 15 y 64 años	697,984	57.6	1,888,961	67.1
Mayores de 64 años	34,595	2.8	313,750	11.2
No especificado	110,506	9.1	- - -	- - -
Población de 12 años y más	793,112	65.5		
Población de 16 años y más			2,165,034	76.9
Población económicamente activa	450,608	56.8	1,407,152	65.0
Población económicamente inactiva	335,134	42.2	757,882	35.0
[No Especificado]	[7,370]	0.9	- - -	- - -
[Fuerzas armadas]	- - -	- - -	[85,635]	
Población civil económicamente activa	450,608	100.0	1,319,517	100.0
Ocupada	446,339	99.1	1,241,258	94.1
Desocupada	4,269	0.9	78,259	5.9

Fuentes: INEGI, *XII Censo General de Población y Vivienda 2000*, DE: http://www.inegi.gob.mx; U.S. Census Bureau. *United State Census 2000*, DE: http://www.census.gov/main/www/cen2000.html

Vale la pena mencionar que, del total del personal ocupado en todo el estado de Baja California, 58% laboraba en el municipio de Tijuana. De la población ocupada en Tijuana, 56.4% se empleaba en la manufactura, 20.6% en el comercio y 23% en los servicios. Atendiendo al monto de la producción y al número de empleos creados, las principales actividades manufactureras eran el ensamblaje de automóviles y automotores, el ensamblaje de equipo para comunicación y transmisión, la fabricación de partes para equipo de comunicaciones y la confección de productos textiles.[13] En San Diego, la mayor proporción de su población ocupada se empleaba en el sector servicios (67.1%), mientras que la manufactura y la industria de la construcción generaban al 17.6% del empleo y el comercio un 14.6%. En el amplio sector terciario de San Diego, los servicios educativos, de salud y sociales concentraban el mayor número de empleos, seguidos por los servicios profesionales, científicos, gerenciales y administrativos y en tercer sitio los servicios en actividades artísticas, de entretenimiento, recreación y alimentación. Es relevante mencionar que en Tijuana el

[13] INEGI. *Censos Económicos*, 1999.

sector primario carecía de presencia y San Diego su participación era mínima (0.7%).

Recapitulando la información poblacional, subrayamos que Tijuana aglutina a cerca de la mitad de los habitantes y más de la mitad de los trabajadores del estado de Baja California. Aunque en relación con California, los habitantes de San Diego alcanzan solamente a ocho de cada cien residentes del estado, el volumen de su población es mayor que la totalidad del vecino estado de Baja California. En las últimas dos décadas del siglo XX, Tijuana destacó como destino de la migración interna mexicana; por su parte, San Diego recibió tanto a inmigrantes internos como internacionales en amplias proporciones. A pesar de su alta proporción de población de origen angloamericano, San Diego ocupó el 7º sitio entre los condados de mayor concentración hispana en los Estados Unidos. Mientras la pirámide poblacional de Tijuana presenta todavía una base amplia conformada por su prominente población infantil y joven, San Diego se encuentra en una etapa más avanzada de la transición demográfica con una amplia población adulta y envejecida. Las dos localidades han logrado altas tasas de empleo para su población. El mercado laboral en Tijuana es predominantemente manufacturero y la industria maquiladora de exportación, o *industria de ensamblaje*, es la de mayor participación en la generación de empleo. San Diego presenta una economía ampliamente *terciarizada*, donde el sector servicios, especialmente los educativos, de salud y sociales, brindan empleo a la mayor proporción de sus residentes.

Continuó ahora describiendo las estructuras laborales de las dos localidades, intentando relacionar las potencialidades y oportunidades que ofrecen a la población fronteriza.

Ya mencioné que en el sector manufacturero de Tijuana, las industrias de ensamblaje de automóviles y automotores, ensamblaje de equipos de comunicación y transmisión y fabricación partes para equipos de comunicación ocuparon los tres primeros lugares por el monto aportado a la producción y el personal empleado; indicadores

que confirman la primacía de la industria maquiladora de exportación en el mercado de trabajo de la localidad. Al igual que en otras localidades fronterizas del norte de México, en Tijuana la industria maquiladora de exportación ha generado empleo e inversiones, a la par que una dinámica laboral y social propias y distintivas. En el año 2000, de las 1,218 maquiladoras instaladas en Baja California, 65% se situaban en Tijuana, concentrando poco más de dos terceras partes del personal ocupado en esa industria en la entidad (67.5%). Además de ostentar el lema de "*la ciudad más visitada del mundo*" por el número anual de desplazamientos vehiculares y de personas que transitan por sus garitas internacionales, Tijuana es considerada "*la capital mundial de la industria del televisor*" por su producción en las empresas Samsung, Sony, Sanyo, Panasonic y otras instaladas en la ciudad.

Vale la pena mencionar que a finales de la década de los años 1990, las expectativas de crecimiento del empleo en México eran bastante desfavorables, exceptuando a la industria maquiladora de exportación (IME en lo sucesivo). En contraste con la industria manufacturera en general, cuyo empleo apenas creció un 1.9% entre 1997 y 1998, en la IME se incrementó en un 12.3% y se esperaba un crecimiento de 11.9 % en siguiente año (GEA, 1999). Entre 1990 y 2001, el personal ocupado y el número de establecimientos de la IME en Tijuana tuvieron un continuo crecimiento, disminuyendo notablemente en los años 2002 y 2003. Esa drástica disminución fue el resultado de la desaceleración de la economía estadounidense observada desde mediados del año 2000, de la pérdida de ventajas competitivas de la IME localizada en México y de la creciente presencia de países como China en la producción manufacturera mundial, factores que han ocasionado que ciertas empresas se hayan marchado del país y otras tenían planes de hacerlo (CARRILLO y GOMIS, 2003).

La Encuesta Nacional de Empleo Urbano también registró ese declive en el volumen del personal ocupado en el sector industrial en Tijuana. En enero del año 2002, 40% de la población ocupada laboraban como trabajadores industriales, a finales del año 2003 la proporción se

había reducido al 33%. Sin embargo, la tasa de desempleo en la localidad en esa misma fecha apenas alcanzó el 1.1% frente a un 3.25% en el ámbito nacional. Paralelamente, el comercio y los servicios incrementaron su participación entre términos de población ocupada: de 19.4% y 29.8% en el año 2001 a 20.5% y 33.1% en el año 2003, respectivamente. Este comportamiento puede indicar un reacomodo de la población trabajadora en otros sectores de empleo.

En la actividad comercial, considerando el número de unidades económicas, personal ocupado y participación en el conjunto de ingresos y remuneraciones totales del sector comercial, las *farmacias, perfumerías y tiendas de artesanías* destacan en los primeros lugares no sólo del municipio de Tijuana, sino en el conjunto de Baja California. En las principales zonas y avenidas turísticas de Tijuana, es visible la concentración de farmacias, perfumerías y tiendas de artesanías que orientan sus ventas prioritariamente a la población estadounidense, anunciando sugerentes promociones escritas en idioma inglés. Los residentes de California pueden adquirir medicamentos a menor precio en Baja California, incluso sin necesidad de mostrar prescripción médica alguna. Por su otra, vendedores ambulantes y establecidos de artesanías aprecian como consumidores preferentes a los visitantes estadounidenses. En el sector servicios de Tijuana, por el número de establecimientos, personal ocupado y aportación a los ingresos del sector, los restaurantes y *fondas*[14] ocupan el primer lugar. En segundo sitio destacan los talleres mecánicos y consultorios médicos, que al igual que las farmacias y perfumerías ofrecen mejores precios que los establecidos en California, atrayendo una numerosa clientela procedente los condados vecinos de San Diego, Orange y Los Ángeles.

Había mencionado que, de acuerdo con esa Encuesta Nacional de Empleo Urbano, de la población ocupada residente en Tijuana en el año 2001, el 7.4% laboraba en Estados Unidos, cifra que se redujo

[14] Pequeños negocios de venta y consumo de alimentos preparados.

ligeramente a 6.8% en el año 2003 (aproximadamente 30 mil personas). Estas cifras pueden indicar que los residentes de Tijuana se desplazan preferentemente entre los sectores productivos de la localidad, antes de buscar alternativas de empleo en los Estados Unidos. En principio, es posible que esa decisión esté asociada a los asequibles niveles de empleo y aceptables niveles de ingreso que ofrece Tijuana, en contraste con las limitaciones que presenta el mercado laboral del vecino país pues además de requerir permisos de ingreso y trabajo, clasifica y segmenta los sectores de ocupación en que pueden emplearse los inmigrantes atendiendo a su nacionalidad, grupo étnico, manejo del idioma, escolaridad y calificación laboral. Otro factor de selectividad para el acceso a las oportunidades de empleo generadas en San Diego, es la calificación y especialización requerida para acceder a su mercado de trabajo ampliamente concentrado en los servicios profesionales, científicos, gerenciales, financieros, de salud, educación y sociales. En general, en el mercado laboral de San Diego, los mexicanos se ubican en empleos mal remunerados y de baja calificación que no son ocupados por los estadounidenses.[15] Adicionalmente, mientras Tijuana ha experimentado una expansión continua de su mercado laboral, San Diego no ha sido ajeno a los efectos de la reducción en el dinamismo de la economía de California, y en general de Estados Unidos.

Recordando el señalamiento de Tito Alegría, las características de los mercados de trabajo de Tijuana y San Diego, "no introducen una ruptura sino una continuidad estratificada de la estructura social binacional", en la que empleos mal remunerados y de baja calificación en los dos lados de la frontera son ocupados por mexicanos y los altamente especializados y bien pagados se localizan mayoritariamente al norte de la frontera y son poco accesibles para los residentes de Tijuana y para los bajacalifornianos en general.

---

[15] *Cf.* SANTIBAÑEZ, Jorge. Los tijuanenses que trabajan en San Diego. *Diario Frontera*, sept. 8, 2000. (DE: www.frontera.info)

Comparando los niveles de ingreso de los trabajadores en Tijuana con el conjunto de México, encontramos un factor adicional que permite entender su posición como mercado laboral privilegiado que atrae y retiene a trabajadores en el país. El Cuadro 6 muestra la distribución porcentual de la población ocupada por ingresos percibidos en salarios mínimos mensuales.[16] Mientras que en el país cerca del 30% de la población ocupada recibe menos de dos salarios mínimos mensuales, en Tijuana esa población apenas representan el 8.8%. En contraste, más de la mitad de los ocupados en Tijuana reciben entre 2 y 5 salarios mínimos mensuales ubicándose 10 puntos porcentuales por arriba del mismo grupo en el ámbito nacional. Así mismo, respecto al conjunto del país Tijuana duplica la proporción de quienes perciben más de 5 salarios mínimos mensuales.

Si recordamos que la mitad de los residentes de Tijuana son inmigrantes y su población se encuentra altamente concentrada en las edades más activas de la vida productiva, su baja tasa de desempleo y alta concentración en los grupos de ingresos superiores a dos salarios mínimos nos permite suponer que Tijuana es considerada por sus inmigrantes un destino laboral y no única o necesariamente un lugar de paso hacia Estados Unidos. Es decir, la condición de Tijuana como polo de atracción migratoria y laboral está asociada no sólo al dinamismo de su economía y expansión de su mercado de trabajo, sino a las oportunidades de empleo e ingresos que los inmigrantes estiman encontrar en la localidad.

Cuadro 6 - Distribución porcentual de la población ocupada por nivel de ingresos, México y Tijuana, 2003.

Entidad	Total	Nivel de ingreso (en salarios mínimos)				No recibe ingresos	No Especificado
		Menos de 1	de 1 a hasta 2	de 2 hasta 5	5 y más		
País	100.0	6.9	22.5	46.0	14.9	4.1	5.6
Tijuana	100.0	1.5	7.3	56.2	32.5	2.4	0.1

Fuente: INEGI, Encuesta Nacional de Empleo Urbano, 2003.

[16] El salario mínimo mensual en México equivale aproximadamente a 150 dólares.

Un último indicador de la asimetría económica entre Tijuana y San Diego, es la enorme distancia en los niveles de ingreso de la población en uno y otro lado de la frontera. De acuerdo con información del cuadro 6, en año 2003 en Tijuana, poco más de la mitad de su población trabajadora recibía entre 300 y 750 dólares mensuales, una tercera parte más de 750 y uno de cada diez menos de 300 dólares. El ingreso promedio por hogar era de 860 dólares mensuales y el tamaño promedio del hogar era de 4 miembros (4.1). En contraste, en San Diego, el ingreso promedio mensual por hogar fue de 4,157 dólares y el ingreso promedio familiar era de 4,848 dólares, con un tamaño promedio de hogar de casi 3 miembros (2.78) y un tamaño promedio de familias un poco mayor (3.43).[17]

REFLEXIONES FINALES

Por el número de sus residentes, el volumen de sus flujos transfronterizos y la diversidad de sus interacciones cotidianas, la conurbación Tijuana-San Diego es un espacio social y económico sumamente dinámico en la región fronteriza de México y Estados Unidos y una de las fronteras más activas y vitales del mundo.

Las características de sus habitantes y de sus actividades laborales son el sustento primario de esas interacciones. En el municipio de Tijuana, una población ampliamente inmigrante y joven, con niveles de ocupación e ingresos por arriba del promedio nacional, mayoritariamente empleada en la industria maquiladora y en menores proporciones en los servicios y el comercio, en su condición de consumidores, estudiantes, visitantes frecuentes y eventualmente trabajadores se benefician de la vecindad y cercanía de San Diego y en general de California. Por su parte, los residentes del condado de San Diego, en

[17] *Cf. American Community Survey, 2003.*

su gran mayoría constituidos por una población adulta anglo americana y una creciente minoría hispana, en sus visitas al sur de la frontera aprovechan las ventajas que costos menores en alimentos, bienes y servicios diversos les ofrecen Tijuana y las otras localidades de Baja California.

Tijuana ha sido y continúa siendo receptora de inmigrantes procedentes de todo México, destino temporal y frecuente de visitantes turísticos, consumidores y familias procedentes California, y espacio privilegiado para inversiones procedentes de Estados Unidos y de Asia que han encontrado en la región ventajas de localización y un mercado laboral en continua expansión; mercado de trabajo que a la par genera empleos y crea consumidores con recursos suficientes para ampliar el intercambio de mercancías.

Un estudio del año 1994 reveló que un solo establecimiento comercial ubicado 10 kilómetros al norte de Tijuana, en la vecina ciudad fronteriza de Chulavista perteneciente al condado de San Diego, realizaba el 70% de sus ventas a consumidores mexicanos.[18] A finales de ese año, la firma comercial estableció su primera sucursal en Tijuana, en una de las zonas de la ciudad con más alta densidad poblacional. Una década después, en el verano de 2004, la misma firma instaló una segunda sucursal en Tijuana, ubicándola en una de las zonas de mayor dinamismo comercial, financiero y de servicios, localizada a menos de un kilómetro de la frontera internacional. Tijuana no es solamente destino privilegiado de inversiones de origen estadounidense y asiática en la industria de ensamblaje que busca mano de obra barata, es también destino de inversiones comerciales en busca de consumidores.

San Diego es también un espacio de atracción de inmigrantes e inversiones de capital, ambos de origen interno e internacional, pero

---

[18] SAN DIEGO DIALOGUE. *Who Crosses the Border:* A View of the San Diego-Tijuana Metropolitan Region, 1994.

de dimensiones y calidades sumamente distintas a los que recibe Tijuana. Empresas líderes a nivel mundial en el ramo de las telecomunicaciones (Gateway, Nokia y AMCC), así como en la investigación de punta en informática y biotecnología se han asentado en San Diego. Mientras que en San Diego se realiza y desarrolla investigación en telecomunicaciones, en Tijuana se ensamblan los micros componentes para una diversidad de productos electrónicos, en empresas pertenecientes a las grandes firmas Sony, Sanyo, Hitachi, Panasonic, Sharp y Samsumg.

Las oportunidades que generan los diferenciales de precios y salarios, así como la variedad, costos y disponibilidad de bienes y servicios en una y otra localidad intensifican los flujos de personas y capitales a través de la frontera. Sucesos como las constantes devaluaciones de la moneda mexicana o los atentados terroristas de Septiembre 11 del 2001, sin duda alguna afectan la dinámica cotidiana de esta región fronteriza. A pesar de las coyunturas poco favorables, de las dificultades asociadas a la vecindad internacional y de las pronunciadas desigualdades económicas, o precisamente tomando ventaja de ellas, los habitantes de la región Tijuana-San Diego han establecido múltiples estrategias para continuar construyendo un espacio de intensa interacción regional.

BIBLIOGRAFÍA

ALEGRIA, Tito. Demand and Supply of Mexican Cross-Border Workers. In: *Journal of Borderlands Studies*. v. 17, n. 1. Spring, 2002. p. 37-55.

ALEGRIA, Tito. La ciudad y los procesos transfronterizos entre México y Estados Unidos. In: *Frontera Norte*. v. 1, n. 1. 1989. p. 53-90.

ANGUIANO TÉLLEZ, María Eugenia. Migración y mercado laboral en la frontera norte de México. In: *Cooperación Internacional*. año 5, n. 8. 2002. p. 111-120.

ANGUIANO TÉLLEZ, María Eugenia. Migración a la frontera norte de México y su relación con el mercado de trabajo regional. In: *Papeles de Población*. v. 4, n. 17. 1998. p. 63-69.

BRINGAS, Nora L., CARRILO, Jorge. (coord.). *Grupos de visitantes y actividades turísticas en Tijuana*. Tijuana: EL COLEF, 1991.

BUSTAMANTE, Jorge A. Frontera México-Estados Unidos: reflexiones para un marco teórico. In: *Frontera Norte*. v. 1, n. 1. 1989. p. 7-24.

CARRILLO, Jorge, GOMIS, Redi. Los retos de las maquiladoras ante la pérdida de competitividad. In: *Comercio Exterior*. v. 53, n.4, abr. 2003. p. 318-327

DIARIO FRONTERA. In: http://www.frontera.info

GANSTER, Paul et al. (ed.). *Borders and Border Regions in Europe and North America*. San Diego: San Diego State University Press & Institue for Regional Studies of the Californias, 1997.

GERBER, Tim. San Diego - Tijuana: It's Not Texas. Cross-Border Economic Bulletin. sept./oct. 2002. *San Diego Dialogue Report*. v. 5, n. 4. In: http://www.sandiegodialogue.org/Report/sep_oct_02/index.html

GRUPO DE ECONOMISTAS Y ASOCIADOS (GEA). Perspectivas del empleo y los salarios en 1999. In: *Este país*. abr. 1999. p. 12-13.

INEGI. XII Censo General de Población y Vivienda 2000. In: http://www.inegi.gob.mx

INEGI. Encuesta Nacional de Empleo Urbano. In: http://www.inegi.gob.mx

INEGI. Censos Económicos 1999. In: http://www.inegi.gob.mx

INEGI. *Baja California*. Perfil sociodemográfico. México, 2003.

OJEDA De LA PEÑA, Norma. Familias transfronterizas y trayectorias de migración y trabajo. In: GONZÁLES, Soledad et al. (comps.). *Mujeres, migración y maquila en la frontera norte*. México: COLMEX–COLEF, 1995. p. 89-112.

OJEDA DE LA PEÑA, Norma, LÓPEZ, Silvia. *Familias transfronterizas en Tijuana:* dos estudios complementarios. Tijuana: EL COLEF, 1994. (Col. Cuadernos, 6)

RUIZ, Olivia. Visitas y convivencias de los norteamericanos de ascendencia mexicana en Baja California. In: *Historia y Cultura*. Cuidad Juárez: COLEF-UACD, 1992. p. 143-170.

RUIZ, Olivia. La relación transfronteriza. Ponencia presentada en el *Seminario COLEF III*. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte. oct. 20-22, 1994. *Mimeo*. p. 12.

SAN DIEGO DIALOGUE. In: http://www.sandiegodialogue.org

SAN DIEGO DIALOGUE'S FORUM FRONTERIZO. *The global engagement of San Diego Baja California*. Final Report, nov. 2000.

SIERRA LÓPES, Olga Alejandra, CONTRERAS, Sandra Serrano. Patrones y hábitos de consumo en Baja California. In: *Comercio Exterior*. v.58, n. 8, ago. 2002. p. 701-708.

U.S. CENSUS BUREAU. In : http://www.census.gov/main/www/cen2000.html

"DESARROLLO ECONÓMICO REGIONAL EN LA FRONTERA PARAGUAI-BRASIL: ESTUDIO EXPLORATÓRIO DEL ALTO PARANÁ"

Fernando Masi e Gonzalo Falabella*

* Consultores do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Juan Cresta y Julio Ramírez, economistas del CADEP, colaboraron en el conjunto del estudio. De suma importancia ha sido la colaboración recibida por el Lic. Damián Escurra, decano de la Facultad de Ciencias Contables y Administrativas de la Universidad Católica de Ciudad del Este (Alto Paraná) y de los profesores Economista Roque Godoy y el Ing. Agr. Antonio Aquino Ayala, de la misma casa de estudios.

INTRODUCCIÓN

El presente artículo tiene por objetivo hacer una descripción exploratoria de Alto Paraná en términos de su desarrollo económico[1]. En general, los diagnósticos pueden ser *exploratorios, descriptivos o explicativos*. La falta de estudios que cubran estos aspectos del territorio y el tiempo limita-

[1] Este articulo esta basado en el trabajo DESARROLLO REGIONAL Y COMPETITIVIDAD EN EL ESTE Estudio Exploratorio del Alto Paraná (diagnóstico para la acción) de los mismos autores. Este articulo fue realizado en forma conjunta por Julio Ramírez, Economista del CADEP y Tito Carlos Machado, profesor de la UFMS.

do para ello, llevaron a decidir por un diseño exploratorio, a ser mejorado en el transcurso hasta concluir en áreas y elementos claves para el desarrollo.

Para el presente estudio, el *nivel de desarrollo económico* es entendido como: i) desarrollo *sostenible* de su tejido productivo (encadenamiento hacia a tras, hacia adelante y hacia los lados, con otras actividades)[2], incluso en tiempos de crisis; ii) *sustentable* en sus recursos naturales, o sea, que se extienda mas allá de una generación; iii) la *productividad* de su fuerza de trabajo; iv) y la *calidad de vida* de su población.

Para obtener información se utilizó un conjunto de técnicas apropiadas para este objetivo:

grupos focales con actores claves del territorio (tres de ellos, cubriendo la zona agrícola y agroindustrial del área Sur, en Santa Rita, norte, en Mbaracayú, y en Ciudad del Este, CDE),
reconvocatoria de éstos con el objeto de afinar datos y el diagnóstico preeliminar,
convocatoria al conjunto de participantes de los anteriores para discutir el borrador del resumen ejecutivo del informe y los caminos a seguir,
23 entrevistas en profundidad con informantes calificados del territorio,
estudios y datos secundarios referidos a la zona.

El equipo de estudio estuvo compuesto por un consultor externo y uno nacional, y por la colaboración de dos economistas del CADEP y profesores de la Universidad Católica con sede en AP.[3]

A. Desarrollo Económico.

---

[2] Este es elemento central de la constitución de complejos productivos o clusters. Pero requiere también de esos otros elementos no económicos con que aquí se define el desarrollo. En este trabajo se discute en conjunto la cadena y su grado agregación de valor en el territorio).

[3] Se agradece la colaboración recibida por el Lic. Damián Escurra, decano de la Facultad de Ciencias Contables y Administrativas de la Universidad Católica de Ciudad del Este (Alto Paraná) y de los profesores Economista Roque Godoy y el Ing. Agr. Antonio Aquino Ayala, de la misma casa de estudios.

1 - ¿SOSTENIBLE? EL TEJIDO PRODUCTIVO.

El AP muestra dos estructuras productivas bien diferenciadas en opinión del PNUD[4],:.. “una primera formada por el complejo comercio-servicios, fuertemente concentrada en CDE, y el complejo agropecuario-industrial. En la segunda, a su vez, pueden distinguirse también dos estructuras muy diferenciadas, la de los productores de soja y trigo con grandes extensiones y mecanización y la de los campesinos que alternan cultivos de autosubsistencia y algodón y algo de ganadería como rubro comercial. Mientras los primeros se conectan con las industrias de molinería, balanceados, y los silos y galpones, los campesinos lo hacen con las desmotadoras, yerbateras, tabacaleras.” Los primeros se concentran en 9 Municipios de la zona sojera que abarcan el 83% de la superficie, aunque en el resto también representa una cifra alta, 45% y 75% en promedio. Por ésta razón, es allí en particular donde el diagnóstico y la propuesta de este trabajo centra su atención. Paraguay es el 4º exportador y 5º productor mundial de soja, con una productividad 27% superior al resto de los países, y en AP un 8% adicional.

a. Soja (maíz, trigo y otros granos).

Los inmigrantes brasileños, desplazados ellos mismos por la gran empresa (GE) sojera en su país de origen, específicamente en el Estado de Paraná, Brasil (contiguo a AP) generaron, hace ya 30 años, el desmonte mecanizado de los bosques con el objetivo inicial del cultivo de menta. La siembra de la soja se desarrolló en este contexto, para facilitar la mecanización en el cultivo de menta, ya que permitía el destronque y un mayor aprovechamiento de la tierra. En la actualidad, la soja se ha constituido en el rubro agrícola más importante de la

---

[4] CARRERAS, Carlos. *Diagnóstico de Competitividad Industrial del Departamento de Alto Paraná.* PNUD/ORMIC.

región (80%) en particular, y del país en general, desplazando casi completamente a la menta.

Técnicos regionales, que participan constantemente en seminarios sobre el tema soja, afirman que se supone que hasta el año 2020 el consumo de soja se encontrará en aumento. Para Breno Batista Bianchi (inmigrante brasileño), Presidente de Agro Santa Rosa S.A, *"la producción de soja sigue siendo el cultivo líder, ya que tiene cotización en dólar norteamericano, un mercado seguro y reglas de comercialización internas claras y preestablecidas mediante estándares internacionales. Eso no ocurre con el algodón, para el cuál no se cuenta con información de los precios internacionales, ni de los costos reales."*

Casi paralelamente al cultivo de soja, en la zona también se inició el cultivo del trigo y el maíz, como mecanismo de rotación del suelo. Sin embargo, éstos últimos no tienen tanta importancia en la economía de la región. Las razones tienen que ver con la intermitencia de la demanda – proveniente del Brasil – y con la volatilidad de los precios internacionales, fenómeno típico en la producción de *commodities*. La comercialización de esos otros rubros no es segura en Brasil, a pesar que se ha iniciado una exportación mas o menos contínua de trigo y maíz hacia ese país.

Para no permanecer muy atados a la producción triguera y de maíz, los colonos agrícolas de la zona también iniciaron ya hace varios años el cultivo de la avena y del girasol. Mas recientemente ha comenzado una fuerte producción de canola o colza aunque en pequeña escala. Todos estos cultivos alternativos han estado orientados a la búsqueda de rubros rentables para el invierno.

Los productores de la zona estiman que la agro-industrialización es posible, y el reciente informe de la JICA[5] lo corrobora sobre todo

---

[5] SECRETARÍA TÉCNICA DE PLANIFICACIÓN/Agencia Internacional de Cooperación del Japón. *Estudio sobre el Desarrollo económico de la República del Paraguay.* Asunción, 2001.

en dirección a los balanceados o alimentos de aves, cerdos y vacunos, con lo cual se aprovecharía la casi totalidad de la producción de maíz y parte de la soja. De hecho en la zona las inversiones más importantes se dirigen a mejorar la capacidad de aprovechamiento de los subproductos de la soja y el maíz en esta línea y existe un incipiente proceso de agro-industrialización de la zona. En primer lugar, se ha implantado una fábrica de harina de trigo cuyo mercado es el estado fronterizo del Brasil (Estado de Paraná). También existe una pequeña industria láctea que se nutre principalmente de la producción lechera de los pequeños productores.

Existe, asimismo, una acopiadora brasileña de granos en territorio paraguayo instalada en el departamento de Canindeyú (en el limite norte de Alto Paraná) y que en el estado de Paraná (Brasil) posee frigoríficos de aves y cerdo, como fábricas de aceite, todos rubros destinados a la exportación. El potencial de esta inversión brasileña podría aprovecharse para emprendimientos de mayor valor agregado que formen parte de la cadena agro-industrial de granos con mercados de exportación.

La empresa Agro Santa Rosa se encuentra en un proceso de inversión en una planta para el aprovechamiento de los subproductos de los granos mencionados. La planta reprocesa los residuos limpiándolos (sacando las impurezas). El resultado de este proceso es justamente su utilización como componentes de alimentos balanceados en la ganadería y la cría de otros animales.

Renilson Maia, Propietario de Silos Norte Sur S.A., va más allá: "el proyecto en mente es instalar un frigorífico de pollos, de forma tal que nosotros podamos aprovechar nuestra materia prima que es muy barata y fabricar balanceados; además se podría trabajar con los agricultores pequeños para que ellos críen los pollos y nosotros les financiamos la producción de las aves, les proveemos los balanceados y la asistencia técnica (como lo hacemos con los productores de soja) y luego les compramos la producción y procesamos el pollo".

Sin embargo, este tipo de proyectos tropieza con el problema de la inseguridad de la comercialización y de los mercados de exportación de aves y cerdos. El Brasil sería el mercado natural, pero no se han iniciado negociaciones con industrias brasileñas para la creación de cadenas productivas de este rubro (Brasil es un gran productor de aves y cerdos). Sin embargo un grupo de 8 productores de la zona (Agilisa S.A.) han logrado asociarse para procesar trigo y exportar harina a empresas brasileñas del estado fronterizo. Pero para que este tipo de alianzas fructifique y se expanda es cada vez más urgente que Paraguay resuelva sus nudos comerciales fronterizos con Brasil.

En efecto, desde 1996 el comercio ilegal de frontera ha tenido crecientes restricciones legales y controles por parte del Brasil, al punto que la participación en este tipo de comercio en las exportaciones totales del país se ha reducido significativamente, como se detalla mas adelante. Sin embargo la fluidez de las relaciones entre Paraguay y el Brasil deja aún mucho que desear. En una reciente conferencia sobre relaciones binacionales en la frontera México-EE.UU, organizada en la frontera paraguayo-brasileña (agosto del 2002 a la cual fueron invitadas autoridades brasileñas, por ejemplo, estas se negaron a asistir a no ser que sus contrapartes fueran ONGs de su confianza y Universidades, pero de ningún modo autoridades del Gobierno, particularmente Regional o municipal de Ciudad del Este. La situación se torna aún más compleja para el Paraguay si se considera que su mercado natural es el MERCOSUR, su principal socio es Brasil y acaba de asumir allí un Presidente cuya prioridad es acabar con el hambre en su país y postula para ello como una de las principales causas de aquel y objetivo fundamental de su Gobierno, en consecuencia, la lucha contra la corrupción.

Pero, las opciones de industrialización del grano pueden verse también desfavorecidas por un proyecto de ley de Franja de Seguridad Fronteriza (que surgió en represalia contra el cierre de fronteras, implementado por Brasil, Argentina, a raíz del brote de aftosa, en una

estancia fronteriza, propiedad de un brasileño). Ha sido aprobada por la Cámara de Diputados y se encuentra en estudio en la de Senadores y desalentaría cualquier inversión futura, aunque no podría aplicarse retroactivamente. De todas maneras existe temor en la zona, aunque otros opinan que la ley no cuenta con bases suficiente alguna para ser aprobada. Bruno Batista Bianchi Presidente de Agro Santa Rosa S.A., interesado en el desarrollo agroindustrial de su negocio basado en las ventajas que ofrece el país, evalúa así esta iniciativa: *"no se consigue el desarrollo vendiendo solo materia prima, se debe aumentar el valor agregado. La ley fronteriza hizo correr las inversiones, asustó a muchos inversionistas que tenían proyectos de inversión casi en proceso de ejecución. Resulta claro que se debe vender una mejor imagen del país, lograr un estado de derecho y una economía estable. El Paraguay es viable aún para la inversión, la energía es barata, los impuestos no son muy altos y la tierra es fértil."*

El impulso de la industria de balanceados y carnes y otras alternativas a partir de la soja es fundamental considerando que, a pesar del aumento de la productividad de la soja paraguaya[6], alcanzando la productividad del MERCOSUR y Estados Unidos, los precios de este rubro primario e incluso del aceite de soja han caído sistemáticamente en los últimos años.[7] Según la Central de cooperativas UNICOOP de Santa Rita concentrada en la zona y en Itapuá (departamento vecino al sur de AP), actualmente existen otros usos alternativos a la soja aparte de los balanceados: pintura ecológica, embalajes, y Bio-Diesel, carburante natural a partir de soja y otros granos. El bio-diesel se está comenzando a utilizar crecientemente en Alto Paraná e Itapúa, como

---

[6] 3.5 millones de toneladas según el MAG Paraguayo, de un producción mundial de 180.000 toneladas en 2001-2002 (octubre-2002, USDA). Ver Informe MAG. "El cultivo de soja", p. 1-7

[7] Solo la harina de soja ha logrado mantener su precio a pesar de fuertes oscilaciones en el período 1995-2001. Aquel de grano de soja ha caído en 25% y el de aceites de $688 a $315 la tonelada! "Os segmentos Agropecuarios" en Valor Setorial, Agricultura e seus Insumos, p. 23-30.

carburante de maquinarias agrícolas. Por otro lado, en la Cooperativa Yguazú también se cultiva soja orgánica (sin uso de agrotóxicos), especial para el consumo humano, una semilla desarrollada por CETAPAR (Centro Tecnológico Agropecuario en Paraguay), que se exporta directamente al Japón, pero aún en bajo volumen (unas 300 toneladas). Según el sub-gerente de la Cooperativa, "esta *exportación se hace en forma directa, al contrario del restante de la producción que se entrega a ADM o Cargil (multinacionales acopiadoras de granos establecidas en la región). La exportación en forma directa es un proceso bastante complicado y tiene relación con el volumen que se exporta"*.

Pero la exportación directa, en general, no es una alternativa según UNICOOP, que tiene un gran volumen de producción de granos (700.000 toneladas)[8].UNICOOP no realiza la exportación en forma directa. Según su gerente esto se debe a que "*las multinacionales prácticamente monopolizan la exportación, pues tienen mucha demanda en el exterior; tratan siempre de ofrecer el mejor precio. Nosotros tenemos clientes en el exterior, y estos nos ofrecen un precio determinado, que siempre es igualado o mejorado por las multinacionales, por lo que no existe ventaja en exportar directamente, pues se debe considerar el tiempo, la burocracia, los riesgos que esto implica. Otra ventaja de vender a las mismas es que ellos pueden financiar la producción, entregan insumos, por lo que es bueno tener relaciones comerciales con ellos"*. Esta relación de servicios con las transnacionales también es valorada por el responsable de las Estancias FD, Eduardo de Souza Cuenca: "...es *ventajoso trabajar con las agro- exportadoras debido a los adelantos de insumos y de dinero, pues el servicio de los bancos privados que más se utiliza es (solo para) el deposito de dinero o valores. Las exportadoras adelantan insumos antes de la cosecha.*

---

[8] CENTRAL DE COOPERATIVAS UNICOOP Ltda. *Presentación Institucional 2002*. Santa Rita, AP, Pa: Vitamina S/P, 2002. p. 10.

Otorgan créditos en pequeñas cantidades de dinero que sirven para gastos de insumos de la cosecha de la soja, que están cotizados en dólares norteamericanos. Además el interés es más bajo que en el sistema financiero."

UNICOOP se encuentra embarcada además, según su gerente, en un proyecto de industrialización de la soja para obtener aceite y expeller, coincidiendo con la línea de desarrollo destacada mas arriba. Pero la inversión destinada a la industrialización de la soja, no se considera aún en el corto plazo, sino el aprovechamiento de sus subproductos.

Entre los esfuerzos de la industrialización de la soja, se encuentran las actividades de la Cooperativa Yguazú y la UNICOOP. La Cooperativa Yguazú desde hace cuatro años viene produciendo harina de trigo, para comercializarlo a nivel nacional, y ahora ya cuenta con marca propia. Ahora, existe un proyecto definido de producción de balanceados. La producción sería para venta en la región, para los criadores de cerdos y gallinas. Según el sub gerente de la Cooperativa Yguazú, ..*"si bien la cooperativa no incentiva la producción de cerdos y gallinas directamente, sabemos que es una alternativa para los socios o los hijos de los socios, dado que las tierras ya son limitadas en la colonia. Por esto la producción de balanceados es también importante como insumo alimentario"*.

El mayor proyecto de industrialización de la soja en la región tiene como responsable a la UNICOOP y se encuentra en evaluación final. El mismo consistirá en producir aceite y pellet de soja, en principio con el objetivo de exportar, ya que no existe demanda interna; y a futuro, para la producción de balanceados que a su vez se utilizará para el desarrollo de la cría de aves, porcinos y vacunos. Unos de los escollos es el tema financiamiento, pues el monto del proyecto es de US$ 18 millones, y otro monto importante, mayor a esto para capital operativo. Los mercados objetivos son Chile, Venezuela, Colombia y el Oriente. Esto debido a que si bien, el mercado brasileño, es cercano, es más competitivo, el Brasil también industrializa su soja, por lo que

hay trabas (probablemente no arancelarias) para ingresar el producto procesado al mercado del país vecino.

Si bien el negocio de la soja en grano, continuará por varios años más, según el gerente comercial de la UNICOOP, "..con la industrialización se puede obtener más beneficios para los productores y generar mayor mano de obra con buen salario; por ejemplo vamos a tener más de 100 personas ganando más de un promedio de 1000 dólares cada uno, son un millón de dólares que yo tengo calculado de sueldo y servicios sociales, eso queda acá, en la región, y ahora ese dinero queda en ADM o Cargil y se va afuera"

La UNICOOP tiene conocimiento del estudio realizado por la JICA sobre los *clusters*, y participa en el *cluster* regional de balanceados. Pero considera que aún va a demorar para que este proyecto sea una realidad, pues existe muy bajo nivel de procesamiento de la soja.

Otro empresario, Romildo Maia, propietario de Silos Norte Sur S.A. piensa que "no podemos involucrarnos en la fabricación de aceites pues las escalas necesarias para que la actividad sea rentable son demasiado elevadas", levantando con ello el tema adicional del crédito: "El tema del financiamiento adecuado es un problema", al cual se añade el tema de la reducción, en un 50% ,del precio internacional del aceite en el período 1995-2002 ya indicado.

En el acceso al crédito, en efecto, según Maia "estamos teniendo (los productores, acopiadores) un serio problema de financiamiento actualmente en el país. En primer lugar, como se incrementa el riesgo país, las matrices de los bancos extranjeros, hacen que sus sucursales disminuyan sus inversiones en el país, a pesar de que el negocio de la soja, sea bueno. Por otra parte grupos como el Santander se han retirado del país, y bancos como el ING Bank y el Sudameris estan pensando retirarse del país. Además, el problema que existió con el banco Alemán, que ha llevado a su cierre. Todo esto hace que haya una contracción del crédito y se encarezcan los mismos

con el incremento de las tasas de interés y se exija mayores garantías; anteriormente yo conseguía por lo menos el 40% de los créditos sin garantía, ahora eso es imposible. Entonces, debemos recurrir a las multinacionales como la ADM y Cargil, que si bién tienen créditos con tasas bajas, si se depende en demasía de ellos y solo se les puede vender a ellos, en el futuro serán los que determinen el precio del producto en forma local, ya que estos solo te financian con un contrato previo. Esto resta libertad a los productores de comercializar sus productos o de darle un uso alternativo como ser la industrialización. El Banco Nacional de Fomento (banca pública), no cubre ni siquiera el 3% de las necesidades de financiamiento."

De hecho, en otro estudio para el BID[9], uno de los autores concluye que, de tres temas estructurales que caracterizan la economía paraguaya, uno es precisamente la especulación financiera cuya consecuencia es la falta de liquidez anotada por el citado empresario.

Así la soja, a pesar de la caída constante de sus precios y subproductos, seguirá siendo un rubro competitivo para Paraguay durante los próximos 20 años. Pero sus productores han comenzado a incursionar paralelamente en la agregación de valor mediante su agroindustrialización y mejoramiento de servicios conexos, abriendo nuevas alternativas para el sector, cuya experiencia se pueden resumir en los siguientes lineamientos de proyectos o propuestas en marcha:

balanceados de varios granos para alimento de animales
producción , faenamiento y comercialización conexa de animales (pollos, cerdos, vacunos)
aceite, bio-diesel y pinturas ecológicas
soja de consumo humano
negociación de mayores, mejores y más competitivos servicios financieros, asistencia técnica, insumos y comercialización por parte de las transnacionales
acceso al crédito para el desarrollo

---

[9] MASI, Fernando. Consultor. "*Postura del Paraguay frente a los escenarios actual y futuros del MERCOSUR*". Proyecto PAR 96/03, sept. 2002.

y exigir al Estado Nacional: 1) crear tanto *procedimientos* de comercialización 2) como abrir *canales* efectivos de comercialización con Brasil[10], y 3) la exigencia de una mejora de la *imagen país*.

b. Pequeña Producción: granjera de productos de mercado y campesina de subsistencia.

Existen dos categorías de pequeños productores agrícolas en el departamento. En la primera de ellas se ubican aquellos productores de un tipo maíz denominado *zafriña* evitando con ello la producción de trigo, por baja rentabilidad de este último; como también productores de avena que normalmente se cultiva al sólo efecto de cubrir el suelo y luego incorporarla como abono verde. El maíz utilizan para alimentos de aves , cerdos, y ganado vacuno, rubros que son comercializados en parte, y en parte sirven para el autoconsumo de estos productores. El cultivo de la soja no es preponderante en este grupo, debido a que su rendimiento en terrenos pequeños resulta poco económico. En una segunda categoría, se incluyen aquellos pequeños productores que poseen tierras de una extensión máxima de 10 hectáreas. Se encuentran organizados básicamente en asentamientos campesinos, siendo los rubros de subsistencia el cultivo de mandioca, algodón y poroto.

En cuanto a los productos agrícolas diferentes a la soja, los problemas de infraestructura impiden su exportación. Otro problema consiste en la "invasión" de productos del Brasil y la Argentina, sobre todo en materia fruti-hortícola (US$ 1 millón, según el Municipio de Foz), lo que impide una producción mayor de los mismos en las fincas pequeñas, con fines de exportación, limitándose al autoconsumo. A su vez, la falta de capacitación y tecnología en los pequeños agricultores hace que éstos propendan a desaparecer y vender sus tierras, generando

[10] Ambos temas de comercialización exterior —junto al acceso a los seguros y el financiamiento, recién subrayados, y los recursos humanos— son mencionados por el informe JICA (v. 6, p. 13 op. cit.), como los nudos estructurales fundamentales de Desarrollo del Paraguay.

una creciente migración rural – urbana, o a los países de origen, en el caso de los colonos extranjeros (brasileños). Otros rubros no agrícolas como la cría de cerdos y aves fueron dejados de lado en su comercialización, por la caída de los precios y falta de mercados, a pesar de la capacidad de producción y la tecnología ya existentes. Estas actividades se desarrollan básicamente para el sustento de la economía del hogar.

La escasez de empleos derivada de la alta productividad del cultivo de la soja propicia la creación de asentamientos campesinos con un alto crecimiento del nivel de pobreza. Coexisten productores prósperos (farmers) con 100 o mas hectáreas (principalmente de soja y otros granos) con pequeños productores rurales de auto-subsistencia o con cultivos de renta pero sin capacidad de comercialización (problemas del mercado interno). En cuanto a la capacitación, esta es brindada casi en su totalidad por las empresas agro exportadoras. Además existe una sola escuela agrícola en la región y el sistema escolar no está relacionado a la generación de conocimientos para la explotación agrícola.

La falta de mercados, la poca competitividad e infraestructura impiden el desarrollo de los pequeños agricultores, que además carecen de asistencia técnica y crediticia, como de asistencia en la búsqueda de mercados diferentes a la soja. En cuanto a ésta última, toda la producción de los pequeños productores es destinada a las grandes agro exportadoras.

En cuanto al financiamiento de su producción, los pequeños productores no tienen alternativas crediticias en el sistema financiero, tanto privado como gubernamental, a diferencia de los productores sojeros que reciben asistencia principalmente de las empresas agro exportadoras y de las cooperativas de producción. El crédito que los campesinos *"pueden obtener del sistema informal es en condiciones muy desfavorables, y a corto plazo, por lo que solo pueden dedicarlo a financiar los costes de producción y sobrevivencia, es un proceso que se retroalimenta y acaba expul-*

sando a los campesinos de sus tierras" según el PNUD. Sólo 1 de cada 5 campesinos tiene título de propiedad.

Como se indicó, el 75% de la superficie de AP se dedica a la soja y trigo; "el resto es algodón, maíz y mandioca, junto a cultivos secundarios. Sin embargo solo el 27% (de las granjas pequeñas) y el 4% (de la agricultura de subsistencia) de las explotaciones se dedican a la soja y al trigo, respectivamente, mientras que el 56% cultiva algodón".

De acuerdo al informe JICA, la producción de algodón se redujo en 1998 a un tercio de su producción en 1989 debido al agotamiento de nutrientes e infección del picudo. El informe del PNUD añade a ello que "la política monetaria seguida? (reevaluación en términos reales) ha sido el factor que más ha afectado la caída de la economía campesina", al analizar este producto, que es cultivado en un 98% por campesinos de acuerdo a contratos. La extensionista del Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG) entrevistada por éste proyecto añade, a lo anterior, las asimetrías de información respecto a los precios internacionales, y de los costos reales de producción, debido a la incertidumbre que rodea la obtención de insumos importantes en el proceso de cultivo y cosecha. Ante esto, la mandioca, el poroto y otros se han constituido en rubros alternativos importantes al algodón.

El algodón es el único rubro que reporta algún dinero al pequeño agricultor, según las expresiones del técnico citado. Siempre hay alguien dispuesto a financiar (acopiador, intermediario) el inicio de la siembra, la provisión de semillas, los insumos necesarios. Existe para el año en curso una esperanza de un alza importante en el precio a pagarse en finca. La ayuda del MAG también es importante en la reducción de costos pues durante el 2002 la distribución de semillas, insecticidas y otros insumos fue gratis. A pesar de la decadencia del algodón, el MAG sigue fomentando su producción, mediante la provisión de semillas e insumos, pero a través de canales que son cuestionados por los campesinos. *"El año pasado se encargó la distribución de las semillas a los propios acopiadores, eso dificultó que todos los*

agricultores las recibieran, ya que aquellos que no tenían una desmotadora a quien entregar su producción se quedaron sin semillas. Las acopiadoras solo entregan semillas a sus productores asociados" Son los pequeños productores de subsistencia los que no acceden a las semillas. Por su escala menor de producción, el interés hacia ellos del acopiador es marginal.

Aunque el Banco Nacional de Fomento (BNF), la banca oficial de desarrollo, prácticamente solo apoya al programa de algodón, actualmente se encuentra con graves problemas de liquidez, por lo que el campesino depende de la acopiadora para ello, o del crédito informal como se indicó.

A pesar de lo indicado, la cooperación japonesa indica a este sector como uno de los 6 clusters potenciales (y de los 5 agropecuario-forestales) del Paraguay, por tratarse justamente de una industria basada en producción primaria campesina casi en un 100%.

La ganadería se extiende por todo el Departamento, pero no alcanza mas que al 16% del sector agropecuario del AP, a medida que la ganadería ha sido desplazada por la soja de acuerdo al PNUD y no representa mas que el 4% nacional. En cambio la ganadería porcina acumula el 15% del país. Ambas son de producción campesina En conjunto con la producción de aves y articulado a la producción de granos, la cooperación japonesa ubica a este sector como parte de los encadenamientos de otro de los 6 clusters nacionales y el mas importante, aquel de balanceado de granos.

En 1965 el Alto Paraná era extensamente reforestado. En actualidad le resta entre un 8% a 10% de esa masa y en 10 años podría quedar totalmente deforestado. Esto es muy importante pues la industria maderera representa el 22% del empleo industrial del AP de acuerdo al estudio del PNUD. JICA lo nombra como otro de los potenciales clusters del país debido, en otras cosas, a la potencialidad de reforestación sobre base campesina del AP, y propone ubicar la industria en el Departamento.

Aparte del algodón, el MAG también incentiva la producción de sésamo, que se ve frenado en su desarrollo, principalmente debido a imperfecciones en su mercado, como lo indica la representante de la Dirección de Extensión Agraria: *"....existe un solo comprador que al acumular inventarios, suspende la compra y presiona a la baja en los precios. En principio habia buen precio del sésamo, pues el producto era escaso. Luego que hubo mayor producción, los precios bajaron y los pequeños productores se desmotivaron"*[11]

El grueso de las actividades de los pequeños agricultores dedicados a los cultivos de subsistencia, está orientado principalmente por la acción del programa de Dirección de Extensión Agraria (DEA) del MAG. Dedicados básicamente a la implementación de nuevas metodologías productivas, introducción de nuevos rubros y el acompañamiento de apertura de mercados para la colocación de productos.

El programa no financia la compra de insumos al pequeño productor individual, pero sí lo capacita en el manejo adecuado de los mismos, en especial en lo referente al manejo de desechos, es decir dirigido a la protección del medio ambiente. Brindan asistencia técnica en los rubros o actividades específicas de los productores, como mecanismo para fomentar aún más la especialización. Si no cuentan con los recursos para brindar toda la asistencia necesaria, analizan la forma de facilitarla por intermedio de otra institución o a través de programas conjuntos.

La comercialización de los productos obtenidos por los pequeños agricultores, se realiza en ferias. En las mismas se comercializan productos horti-granjeros, y el resultado es de vital importancia para el

---

[11] El sésamo es un cultivo de exportación que tiene como mercado de destino el Japón. Ha sido introducido por una trading japonesa en el país (SHIROSAWA), pero los cultivos no se iniciaron en el Departamento de Alto Paraná, sino en el Norte, en los departamentos de Concepción y San Pedro, y con pequeños productores. En este momento es uno de los cultivos alternativos a los tradicionales con mayor fuerza exportadora en el país.

campesino, porque las transacciones se realizan en dinero efectivo. Este rápido retorno ha motivado que algunos productores traten de dar un mayor valor agregado a sus productos.

Sin embargo, la actividad hortifrutícola, está en decadencia, a pesar que hace unos años existia una buena producción en la Cooperativa Yguazú (japonesa). Según su subgerente "... *el problema con la producción horticola, es que el mercado nacional es muy limitado, los insumos cada día se encarecen y sobre todo ingresan muchos productos de contrabando desde el Brasil, frente a los cuales es imposible competir.*[12] *Las variedades de melón y tomate, desarrolladas por CETAPAR, tienen buen rendimiento y se cultivan pero en baja escala, la producción hortifrutícola actualmente es de aproximadamente el 1% en la cooperativa.*".

La Yerba Mate Orgánica ha sido exportada a países como Australia y Suiza, y su venta en el mercado interno va en aumento. Las estancias FD, son las principales productoras, y poseen la certificación orgánica internacional, por lo que están exportando el producto a los Estados Unidos. Además, esta misma empresa está plantando unas cuarenta hectareas de acerola (fruta que proviene del Brasil y con gran contenido de Vitamina C, mayor que las cítricas), que además procesan y venden en forma congelada.

En cuanto a los cultivos alternativos, en la Colonía Yguazú, los productores están plantando y procesando la macadamia (una especie de nuez). Este procesamiento, consiste en el envasando al vacío. El precio es de US$1 por cada 100 gramos. Es un producto rentable y cada planta produce como 100 Kg. Aún no hay volumen para exportar. Se han plantado como 20 a 40 hectáreas, en total.

Además hace 10 años, CETAPAR (cooperación japonesa), importó gran cantidad de semillas de macadamia proveyendo al MAG

---

[12] Representa, como se indicó, un millón US según el Municipio brasilero fronterizo de Foz.

para que repartiera en distintos puntos de país, de manera a observar el comportamiento. Se realizaron las plantaciones pero no el cuidado de las plantas y terminaron por secarse. Según técnicos del centro "... *la idea era que sea una alternativa para el algodón; se hablaba de una rentabilidad de 10 plantas de macadamia equiparable a una hectárea de algodón. Era un rubro complementario, teniendo 10 plantas, pero siguiendo con la producción tradicional. Pero ahora sólo quedaron algunos pocos productores, y solo en esta zona"*.

Por otro lado en la zona de Yguazú también existe producción de una especie de hongo, que es en base a mano de obra intensiva y también tiene buen precio. La producción se hace en forma marginal, generalmente las esposas de los sojeros se dedican a este cultivo. Hay una empresa en la colonía que compra toda la producción y la exporta a Japón, y es un producto cuya oferta escasea. Según técnicos de CETAPAR, *este producto elaborado cuesta como 400 US$ el Kilo, pues además de alimenticio, tiene usos medicinales.*

La otra alternativa es producción de seda, que puede ser una buena opción, considerando que el pequeño agricultor posee en promedio entre 5 y 12 hectáreas. La producción de hilos de seda se encuentra en la localidad de Hernandarias (cercana a CDE). Es una empresa perteneciente a una firma europea. La producción se exporta a Europa. Actualmente tienen en todo el país unos 300 productores que le proveen materia prima para la producción, la mayoría en Alto Paraná. Sin embargo, la provisión de materia prima solo cubre el 20% de la necesidad de la planta, importándose lo restante. La empresa tiene actualmente unos 180 funcionarios en planta. La empresa tiene gran necesidad de contar con proveedores de gusanos de seda. Una familia dedicada a esta actividad puede obtener aproximadamente Gs. 900.000 de ingresos mensuales (US$ 130), en tres hectáreas, durante ocho o nueve meses del año. Con todo, es una producción alternativa. La empresa provee a los agricultores interesados la planta de la mora, asistencia técnica y la larva. Actualmente cuenta con 300 productores

paraguayos, que producen los capullos de gusano de seda, mientras que el objetivo es llegar a 2.500 familias. El empresario de la seda se queja de la falta de ayuda oficial para la promoción de la producción. Según sus palabras *"..no estamos consiguiendo más productores porque no tenemos el apoyo del MAG; pues aún este organismo posee una política de promover el algodón; cuando se les pide ayuda para promocionar el rubro, la respuesta es la falta de recursos"*.

OTROS productos como los cítricos, sufren casi la misma suerte, principalmente por la incertidumbre y por el elevado costo de producción, resultado de la necesidad de tecnología avanzada en algunos rubros, como la acerola. Tal como definiera el problema el Gerente General de Estancias FD*: "No se exporta aún la pulpa de acerola porque no se tiene la presentación adecuada a los requerimientos del mercado internacional, este requiere que sea en polvo. Hasta el momento, nosotros trabajamos con pulpa congelada y trasladarla en frío a los mercados de exportación es muy costoso.*

Por otro lado, una de las 32 tabacaleras existentes en la zona (pero del sector formal)[13], Tabacalera del Este debe importar tabacos virginia de Brasil. Según las expresiones de directivos de esta fábrica: *"se está trabajando con algunos productores nacionales para plantar tabaco, la empresa le brinda capacitación y le da los recursos; el gobierno no apoya la difusión de este rubro pues su política es la algodonera. Existe una empresa brasileña, nuestro proveedor de tabaco, interesada en impulsar la producción de tabaco en nuestro país, con financiamiento y asistencia técnica."*

---

[13] El descenso de la actividad de reexportación (mayormente ilegal) en la frontera ha dado lugar a otra actividad ilícita cual es la falsificación de marcas de cigarrillos (principalmente brasileños) para su introducción en el Brasil. Así han proliferado las "tabacaleras", muchas de las cuales son simples empaquetadoras de cigarrillos brasileños que se introducen de contrabando a ese país para eludir impuestos altos en el mismo.

La información entregada acerca de la producción campesina y granjera del AP indican la existencia de al menos tres sectores campesinos y granjeros diferenciados:

- los campesinos de subsistencia vinculados al mercado a través del cultivo del algodón y más recientemente a las Ferias urbanas, con potencialidad de vincularse adicionalmente a una futura industria de balanceados de los sojeros, como actuales productores de porcinos y ganado vacuno.
- los sojeros, dependientes de las exportadoras
- los granjeros independientes vinculados al mercado interno y potenciales exportadores, con apoyo de la cooperación japonesa (CETAPAR-Cooperativa Iguazú).

Los datos recogidos también proveen la base para elaborar mas adelante las propuestas que articulen estas tres partes de la estructura económica de exportación y subsistencia del AP analizadas en estas dos primeras secciones del presente informe.

2 - ECONOMÍA ¿SUSTENTABLE? EL MEDIO AMBIENTE.

En cuanto al tema medio ambiental la UNICOOP, lo considera muy importante. Los temas tratados son los de reforestación, preservación de nacientes, y los desechos tóxicos. Se están construyendo galpones para guardar los envases plásticos recipientes de los agrotoxicos, y vender posteriormente al Brasil, pues en Paraguay no existen compradores. Además, en la cooperativa existe un proyecto de compra de máquinas cortadoras de plásticos para facilitar la tarea de venta, específicamente a São Paulo.

Uno de los problemas ecológicos más graves es el desecho anormado de los envases de agrotóxicos y la fumigación aérea de los cultivos con pesticidas, que afecta negativamente a personas y animales (ganado) y en lo cuales se responsabilizan mutuamente exportadoras y productores. En el primer caso los segundos refuerzan su argumentación mencionando la responsabilidad asumida por los

primeros en Brasil, que condiciona la entrega de nuevos pesticidas a la entrega de los envases anteriores.

Pero al menos se ha iniciado un proceso de concientización de menor uso de pesticidas o de buen uso de los mismos, como para evitar el desecho de los envases. A juicio del empresario Renilson Maia de Silos Norte Sur S.A. "*nosostros tratamos de concientizar a los productores que cuiden el ambiente, nuestros ingenieros les ayudan a que por ejemplo hagan curvas de nivel, cuando observan erosión; también estamos concientes de la necesidad de reciclar los envases de los fertilizantes y agroquímicos, pero aquí aún no hay opción para ello.*"

En el cuidado ambiental y sostenible, resalta la importancia del cultivo de maíz, trigo, girasol y otros para la conservación del suelo. Los agricultores de la zona participan de conferencias regionales e internacionales de conservación ambiental, han recibido el apoyo técnico de la GTZ alemana y han adoptado la técnica de rotación de cultivos extensivamente. La capacitación en materia ambiental, sin embargo llega solo a parte de los medianos y grandes productores, mientras que la misma se encuentra prácticamente ausente entre los pequeños productores, debido a la dispersión geográfica de estos últimos, y a la falta de relaciones de organización como en el caso de los sojeros.

Los productores en su mayoría realizan siembra directa evitando, la erosión. Pero aquello que también contribuye a la erosión son los caminos construidos por el Ministerio de Obras Publicas y Comunicaciones . En palabras del citado empresario "*...la gente del ministerio, no conoce como hacer caminos que no causen erosión, intentan pero igual sus caminos provocan una enorme erosión, porque no tienen la técnica adecuada.*"

La pertenencia de municipios y productores a redes ambientales y la asistencia de la GTZ en relación a la técnica de la siembra directa ha contribuido a poner freno al problema de la erosión del suelo. Ello

ha dado lugar a la rotación de cultivos, con lo cual también se ha diversificado la producción de granos.

Colonia Yguazú es conocida como capital de la siembra directa[14]. Por eso existe poca erosión. El lago Yguazú tiene aguas cristalinas y comparando con las otras zonas sojeras, existen mas adelantos en términos de cuidado ambiental. Aparte de ello la cooperativa ya prohibió a los socios el uso de algunos insecticidas que puedan dañar al medio ambiente. También es importante el cuidado de las aguas y las nacientes hídricas, existiendo una orientación precisa a los socios de las cooperativas a evitar la contaminación de las mismas.

Otro de los impactos más importantes de la actividad agrícola en el medio ambiente, así como en el mismo desarrollo de ciencia y tecnología, es el cultivo de variedades de granos transgénicos, que todavía son muy rentables y poseen mercados importantes de destino. Además la inversión para desarrollarlos, que debe ser recuperada, hace que el material transgénico tenga ventajas aún inexploradas. En la opinión del señor Batista representante de Agro Santa Rosa S.A., "*los transgénicos tienen un mercado importante en el Brasil y la Argentina y debido a este costo de oportunidad el país no puede dejar de explotarlos. Mientras que los productores legalmente constituidos no pueden producir transgénicos, los ilegales lo hacen y se benefician de ello, incluso aprovechando conocimientos desarrollados en el pasado por los productores formales. La comercialización de transgénicos impide desarrollar nuevas tecnología y técnicas de producción, descubrir nuevas variedades, incrementar la productividad y mejorar la calidad de las semillas no transgénicas. Debido a la orientación de mercado y a la búsqueda del beneficio económico que prima en las actividades económicas, es casi imposible frenar el crecimiento de los*

[14] La siembra directa requiere rotación de cultivos: soja en verano, maíz, trigo y sorgo en invierno.

transgénicos, y mucho menos destinar recursos a la inversión en investigación y desarrollo de variedades orgánicas."

La deforestación a la cual estuvo sometida la zona por varias décadas de su riqueza de 1.400.000 de hectáreas de selvas nativas, constituye un problema mayor. Alto Paraná constituía una de las zonas boscosas nativas mas importantes del país, y el cultivo extensivo de soja mas el contrabando de madera al Brasil prácticamente han terminado con el bosque nativo, reducido a entre 8% a 10% de su masa original de 1965 (PNUD). Parte de esta deforestación ha tenido como causa la construcción de la represa de Itaipú (la más grande del mundo), con un fuerte impacto ambiental por las inundaciones causadas (la formación de un gran lago). Estas últimas también afectaron severamente a comunidades agrícolas al suprimir acceso a mercados (las rutas quedaron inundadas), provocando un problema de movilidad y comunicación.

Estas comunidades afectadas aún no reciben la totalidad de las compensaciones por las pérdidas de cultivos, tierras, cultura, etc. En cambio esta situación no se observa en las localidades afectadas del Brasil que reciben indemnizaciones mínimas de US$ 1,2 millones mensuales, versus US$ 100 mil anual, para municipios de igual tamaño en el lado paraguayo. Además en el lado brasileño, los municipios y la Itaipú binacional han estructurado programas de cuidado de las microcuencas y de reforestación, que no ha sido el caso de la frontera paraguaya.

Con respecto al problema de la deforestación, la cooperativa de productores de soja y otros granos del departamento diseñaron un plan de plantaciones de árboles, que actualmente ya se encuentra en plena etapa de implementación y bien avanzado. La propuesta de desarrollo de la JICA centra allí la base del éxito de un cluster de la madera: la reforestación campesina de una especie de variedad de Paraíso Gigante. El nivel actual es bajísimo: se han reforestado 2.598 Has. según el MAG y apenas 6.324 cuentan con conservación de suelo (curva de nivel, terraza, abono verde, rotación de cultivo, siembra directa o labranza) (Censo Agropecuario, 1991).

También han existido iniciativas para el aprovechamiento de cauces de agua de los ríos para irrigación de los cultivos. En este sentido, se ha tenido la precaución de estudiar la técnica de aprovechamiento de estos cauces utilizada por los brasileños antes que entrar a hacer uso de este recurso sin el cuidado ambiental adecuado. Este proyecto del Banco Mundial lleva 10 años de desarrollo y sus éxitos han sido relativos, habiendo sido recientemente reestructurado.

La deforestación, los pesticidas y sus envases, y los transgénicos aparecen como los principales problemas del medio ambiente rural, aún no enfrentados, a diferencia de la rotación de cultivos que ha permitido el desarrollo sustentable y competitivo de granos, a nivel mundial. Todos son desafíos de primer orden para el desarrollo, en particular la reforestación campesina, tanto para su propio desarrollo y como base de cualquier agroindustria maderera, cuyo cuello de botella principal es hoy día la depredación casi total de hasta hace pocos años de la enorme masa boscosa de AP.

3 - TRABAJO ¿COMPETITIVO? (RELACIONES LABORALES).

El trabajo campesino ha sido abordado tanto en la sección referida a su economía como en el texto sobre a la pobreza rural, mas adelante. Aqui la referencia es exclusiva a las relaciones asalariadas.

Según los miembros de las cooperativas productoras de soja, la mano de obra preponderante no es calificada. La actividad sojera sin embargo es poco generadora de mano de obra, por lo que la inversión en capital en este sector es eminentemente ahorrador de mano de obra; es decir, la tecnología permite una alta productividad de la mano de obra en la producción de soja.

En materia de remuneraciones, las negociaciones son individuales entre empleado – empleador, es decir de común acuerdo y existe una legislación que avala salarios de temporada que lo facilita. Como lo indica un ex-Director del Trabajo de AP, *"en el campo se establece un sistema de contrato laboral por zafra que la ley fija. Se hace un contrato por los meses que dura la zafra y se estipula un salario para el zafrero. Esta reglamentación se cumple bien, pues los sojeros tienen dinero, pueden pagar, aunque es difícil saber pues no existen estadísticas ni control sobre lo que declaran los patrones."*

Pero según el entrevistado, en Ciudad del Este la situación es muy parecida a la del resto del país, en el sentido de existir mucha informalidad y dificultad de controlar a las empresas. *"No existen estadísticas, se intentó hacer, por ejemplo, un recuento de la cantidad de personas extranjeras que trabajan en los comercios de CDE, a través de las planillas de inscripción laboral. Pero el problema es que en estas planillas está subestimada la cantidad de personal de una empresa, pues mientras declaran dos o tres a los que le pagan IPS (seguro social), vacaciones, etc, existen 7 a 10 empleados no registrados. Se prefiere, en el comercio generalmente a los brasileños/as para las funciones, pues según algunos comerciantes son mejores vendedores que los paraguayos, mejores secretarias. Hasta hoy día una gran cantidad de brasileños cruzan el puente tranquilamente para trabajar en Ciudad del Este. La mayor eficiencia de los brasileños se refiere al manejo de idioma (los compradores en su mayoría son brasileños), a la forma de "negociar" con el cliente, de presentar la mercadería, conociendo las características del producto como ser las funciones (lo que hace un video, o un equipo de sonido), etc. Los salarios generalmente los fijan los patrones, pues ahora hay pocas fuentes de trabajo. Es dejar o largar, como dirían algunos, el empleado no tiene opción."*

Las condiciones de empleo varían de comercio a comercio. Hay muchos por ejemplo, que ni siquiera permiten a sus empleados ir a

comer, si no que traen la comida al negocio y se come allí nomás, rápidamente. Esto es practica típica de los orientales (chinos). Otros empresarios establecen horarios rotativos para ir a almorzar, pero son la minoría.

Por ultimo, el entrevistado indica que en el Paraguay no existen fiscales especializados en trabajo infantil, que se estarían formando estos fiscales capacitándolos en Brasil y que se implementaría primeramente en Ciudad del Este la figura de fiscal del menor como proyecto piloto.

Es muy común que la Dirección Regional de Trabajo, actúe como un ente recaudador de *coimas*. Como existe bajo cumplimiento de la Ley e incapacidad física y humana para hacerla cumplir, cuando un funcionario de esta dependencia realiza una inspección en un comercio realmente va a pedir coima; ello está prácticamente institucionalizado en el País. Por eso, el cargo de la Dirección Regional de Trabajo es muy solicitado en Ciudad del Este y sufre cambios frecuentes, de acuerdo a los cambios políticos. Se encuentra en proyecto la creación de la Coordinadora de Direcciones de Trabajo del interior, que tendrá su sede en el Alto Paraná, cuya función (en los papeles) será medir el desempeño de las Dirección Regionales del Trabajo de todo el país o crear nuevas direcciones donde hagan falta. Pero al parecer se crea, solo y únicamente, según este ex-Director de Trabajo, precisamente en AP, *"para evitar las demandas"*.

La ex- Secretaria del Departamento del Mercosur y Asuntos Internacionales de la Municipalidad de Foz de Iguazú entrevistada, Señora Fabiola Lavinicki, aporta una visión particular y complementaria a la tratada hasta ahora, desde el momento en que su función fue afrontar los problemas laborales, entre otros, surgidos con los trabajadores de un lado y otro de la triple frontera. *"Existía una gran cantidad de brasileños que iban a trabajar a Ciudad del Este; ahora existen en menor cantidad pero aún van. El problema es que estos brasileños trabajan en la ilegalidad, no están amparados por las leyes paraguayas, no tienen seguro social,*

indemnizaciones. Esto se debe a que por un lado las autoridades paraguayas no controlan quienes son los que están trabajando en esos locales. Por otro lado el comerciante, desea contratar mayormente a los brasileños, por manejar mejor el idioma (los compristas son mayormente brasileños), algunos los consideran más eficientes o mejores vendedores, pero a su vez estos comerciantes son oportunistas y le tienen a esas personas en el negro. El trabajador brasileño no tiene ninguna garantía al ir a trabajar a Ciudad del Este, sin embargo el trabajador paraguayo, que trabaja en el lado brasileño, tiene derecho a una cartera de trabajo, incluso a una jubilación."[15]

"Nuestra ley permite que en un radio de 200 Kms de la frontera un paraguayo pueda fijar residencia y trabajar normalmente en el país; por eso existe una baja tasa de ilegalidad en nuestra región. Aquí se da sin embargo un problema de aplicación de las leyes, pues la legislación laboral paraguaya determina un trato similar a extranjeros y paraguayos. La situación, sin embargo, es de una falta de aplicación de estas leyes, falta de control a los comerciantes; generalmente las oficinas regionales de trabajo actúan como oficinas recaudadoras de las llamadas "coimas"; el comerciante generalmente registra uno o dos empleados mientras que tiene hasta 10 en su comercio. Por otro lado, esta permisividad de las leyes facilita que brasileños vayan a trabajar al Paraguay; no así en el lado brasileño donde la dificultad para que un paraguayo (o extranjero) trabaje en el país son enormes . Así también está el tema de los vendedores informales de frutas, etc, brasileños que pasan sin mayores inconvenientes a CDE; situación que no se repite para el caso de los informales paraguayos". En el campo profesional pasa algo similar, mientras generalmente los brasileños que terminan sus carreras en Paraguay, quedan en el país

[15] De acuerdo a los habitantes paraguayos de Alto Paraná esto último no es necesariamente así, en primer lugar porque es muy difícil que una mano de obra paraguaya pueda obtener trabajo en el Brasil, dadas las regulaciones migratorias de ese país.

ejerciendo sus profesiones; eso es casi imposible para un paraguayo, por lo que debe nacionalizarse brasileño para conseguir tal objetivo.

Han habido quejas de paraguayos por la gran incidencia de brasileños que trabajan en CDE, que produjo incluso cierres del puente que une a los dos países. Según la señora Fabiola, "*conocemos ese problema y se hicieron reuniones con el Ministro de Trabajo y otras autoridades paraguayas, los mismos condicionaron la continuidad del ingreso de brasileños para trabajar en CDE con una contrapartida de inversiones de una cierta cantidad de dólares en la ciudad; pero lo que se hizo fue que el gobierno brasileño facilitó la capacitación y entrenamiento a paraguayos para la generación de sus propios empleos*". De hecho, se han habilitado centros de entrenamiento en CDE a través de convenio de las oficinas del trabajo de ambos países; se donó infraestructura, materiales y se dió el apoyo profesional. Pero muchos consideran estas ayudas como mínimas con relación al perjuicio que causan los trabajadores brasileños.

Según los miembros del grupo focal de CDE, en el sector urbano las leyes laborales son consideradas en extremo muy rígidas para las PYMES, dada la competencia desleal del trabajo informal, por lo tanto su cumplimiento resulta prácticamente imposible (ellas operan fundamentalmente en el área del comercio). Esto no sucede con las cooperativas y las grandes empresas, debido a su gran capacidad económica que les permite mayor margen de actuación en cuanto a despidos y negociaciones con la fuerza laboral.

Los antecedentes aportados señalan relaciones laborales relativamente buenas en el cultivo de la soja aunque sin mayor impacto en el empleo. En cambio, la informalidad del trabajo en CDE ofrece oportunidades de empleo en forma masiva, pero en condiciones precarias. Aún así, el beneficio es mayor en el caso del comercio para el trabajador brasileño, por atender a sus conciudadanos "compristas". En el eslabón aún inferior, como se verá, se encuentra el trabajo infantil y la prostitución, de origen urbano y también rural.

4 - MODO DE VIDA (¿DE CALIDAD?)

Alto Paraná tiene el Indice de Calidad de Vida más alto de Paraguay después de Asunción y el Departamento Central, tanto en ingreso, escolaridad como esperanza de vida al nacer, así como el más bajo de pobreza (23,6%). Pero estos niveles son igualmente deficientes para una participación de la población en el desarrollo. La diferencia entre las 9 Municipalidades de la zona sojera y el resto del Departamento es sin embargo significativa. Al observar las diferencias a su interior, los valores más bajos de pobreza distrital, por ejemplo, no se encuentran entre los nueve municipios sojeros (Hermandarías, Ñacunday, Yguazú, San Cristóbal, Santa Rita, Naranjal, Santa Rosa, Minga Pora, San Alberto, San Cristobal, Iruña, Minga Guazú). Los servicios básicos dejan en evidencia estas deficiencias, sobretodo en las áreas rurales en comparación con las urbanas: energía 80 vs 15%, agua corriente 16 vs 0%, teléfono 7 vs 0.5%, baño con desague 47 vs. 8%, recolección de basura 24 vs. 0%.

Hay 73.222 estudiantes primarios, 14.718 secundarios y 1.700 universitarios dentro de una población cercana al medio millón, y preponderantemente joven. La escolarización alcanza el 45%, y el analfabetismo al 12.2%, pero 18.7% en las áreas rurales. La asistencia técnica de todas las entidades del agro abarca al 12.5% de las propiedades (2.756 de 21.772) y el crédito al 39%. De acuerdo al informe del PNUD, sencillamente *"no existen opciones financieras a largo plazo para la industria o el sector agropecuario"* lo cual afecta sin duda el desarrollo campesino, como ya se ha visto en el caso del algodón.

Uno de los indicios evidente de la pobreza del AP se manifiesta en la alta prostitución infantil detectada por la Organización Internacional del Trabajo[16]. Para un 100% de los encuestados la razón es la

[16] Resultados del Seminario "La explotación Sexual Comercial Infanto Juvenil en la Triple Frontera". Programa Prevención y Eliminación de la explotación sexual en la Frontera Paraguay-Brasil, OIT, CDE. s..f.

generación de ingresos, 80% de los cuales consume alcohol y drogas, y un 80% está dispuesto a cambiar de vida.

La información resultante de los grupos focales y entrevistas en profundidad completan y complementan ésta información, como se evidencia a continuación.

Existe casi una total carencia de escuelas agrícolas y el sistema escolar no está relacionado a la agricultura en las regiones eminentemente agrícolas, de acuerdo a datos de las entrevistas corroborados por los citados informes internacionales. En este sentido, la mayor capacitación es brindada por las empresas agro exportadoras.

En cuanto a la disponibilidad de bienes, la entrada de los supermercados en las ciudades que rodean al agro del AP, particularmente CDE, generó la expulsión de los pequeños almaceneros. Sin embargo, la posterior organización de estos últimos en grandes almacenes logró que sobrevivieran a la competencia, permitiendo además una mayor disponibilidad de bienes en la región.

En general, en las zonas de la mediana y grande producción de soja, trigo y maíz, se cuenta con infraestructura vial adecuada, con servicios para transporte también adecuados y con centros asistenciales. La Ruta 6 que une Ciudad del Este con Encarnación (Itapúa) es la principal via de comunicación y ,luego, la ruta que une Hernandarias con Salto del Guairá.

En la zona de los pequeños productores de granos y de cultivos de subsistencia, las carencias en el campo de la salud y la educación básica son notorios, como también se hace difícil el acceso a las vias de comunicación asfaltadas para la salida de los productos. Paradójicamente, existen dificultades de conexión eléctrica, siendo esta zona vecina a la hidroeléctrica de Itaipú.

El escaso acceso al crédito, la recesión experimentada por la economía paraguaya y el crecimiento de la pobreza, principalmente en los asentamientos campesinos de pequeños productores, impiden el acceso efectivo de gran parte de la población de la región a los bienes.

Según representantes de las cooperativas de producción sojera, la inflación juega un rol importante en el deterioro del poder de acceso a los bienes de la población de la región.

Los problemas que aquejan a los pequeños productores dedicados a actividades de subsistencia, trascienden el simple ámbito de la asistencia técnica. Dice la extensionista del MAG entrevistada: *los agricultores están tan desmotivados....; no se cual es el problema realmente, es increíble. Yo hace 22 años trabajo en extensionismo. Hay gente que le manda a sus hijas a trabajar de empleadas domésticas por un sueldo aproximado de Gs. 300.000 (US$ 40), y ese dinero se lo tienen que rendir al mes, muchas veces no se preocupan o no les interesa comprobar si realmente las hijas trabajan como domésticas; después se va la otra, y la otra, y terminan en la prostitución. En otros tiempos era el varón de la casa el que no dejaba que nadie se fuera de su casa y se empeñaba en dar de comer a toda su familia. Ahora no es más así, lo que recalco es que todos los hijos varones tienen que trabajar, tienen que quedarse en la chacra y el papá feliz de la vida, porque llega el mes y los hijos le pagan el almacén y su ropa..".*

Uno de los mecanismos implementados por el Gobierno en busca de una mejora en la situación de los pequeños productores, ha sido a través de la Dirección de Extensión Agraria. Estos asisten aproximadamente a diez o doce comités de agricultores en la zona de Minga Guazú (20 kms antes de llegar a Ciudad del Este desde Asunción) de varios asentamientos. Dentro de este grupo, aproximadamente el 10% de los productores pequeños agricultores, están abocados a actividades puramente de subsistencia.

Según la extensionista del MAG, en promedio las familias que asisten se componen de 7 miembros, los padres y cinco hijos. Si poseen más de cinco hijos, generalmente se trata de jóvenes con la mayoría de edad que ya no están con los padres, abandonaron el hogar por motivos de matrimonio o emigraron a la ciudad.

En cuanto el número de pequeños productores participantes en este programa "existen bastantes, pero los que están en regla con todos los documentos de su constitución como comités en cumplimiento de los requisitos legales y con los reconocimientos de las municipalidades y del MAG, en promedio serían 20 comités de 10 a 15 personas. Su importancia radica en que estos son fácilmente identificables, y gracias a ello se les puede asistir más eficientemente porque son los realmente activos. Es decir están bien constituidos y es a quienes resulta más factible brindar asistencia.

En este segmento mas formal de campesinos con que trabaja el MAG la comercialización de los productos se realiza en ferias organizadas por los extensionistas. El impacto del programa en la reducción de la pobreza de los grupos a los que asisten es ambiguo y *"está subordinado a la capacidad de trabajo e iniciativa de cada individuo, o familia"*según la extensionista de Minga Guazú. Las personas que no alcanzan a asistir por diferentes motivos se encuentran en niveles de extrema pobreza y no solicitan la ayuda de los extensionistas. Es decir, la falta de iniciativa de estos pequeños productores inmersos en un nivel de vida de extrema pobreza, es un determinante crucial de su situación como parte del círculo vicioso de la pobreza..

Debido a la poca rentabilidad de las pequeñas parcelas destinadas al cultivo de la soja (los datos del PNUD indican que las parcelas no sojeras son mas rentables que las sojeras en pequeñas propiedades) la opción de salida a la crisis de muchos de los pequeños productores es la venta de sus tierras a los grandes productores, compuestos en su mayoría por las cooperativas sojeras y los grandes silos acopiadores de granos. Los pequeños productores que venden sus tierras emigran a las ciudades en busca de nuevas oportunidades. Sin embargo, la insuficiencia de industrias generadoras de fuentes de trabajo, y sobre todo la decadencia del comercio de reexportación, generan nudos sociales como el crecimiento de los llamados campesinos sin tierra.

La ayuda de capacitación y de destino de los productos que en parte cubre el MAG es incompleta sin la asistencia crediticia. El Banco Nacional de Fomento (BNF) apoya solo al programa de algodón. La entidad es el Crédito Agrícola de Habilitación (CAH). *"El banco mencionado (BNF) casi no asiste a los pequeños productores que se dedican a producción de subsistencia, organizados en los comités y en las ferias"* dice la extensionista entrevistada. *"En cuanto a la cobertura, es pequeña en lo que respecta al CAH, no es mucha pero por lo menos ayuda"*. Sin embargo, en los criterios para otorgar los créditos influye la capacidad de pago y la existencia de solvencia con que avalar los créditos. *"También existe una discriminación en la cesión de créditos que se ajusta a las decisiones del oficial de créditos (el "amiguismo"). Tal vez la reducción de la concesión de créditos por parte del BNF, también se deba al hecho de que muchos de los créditos se destinan al consumo de subsistencia y a la cobertura de otras necesidades primarias, y no a la producción. Eso impide el futuro pago de los créditos, es un problema que también está asociado a(otra) mala política(como es) la condonación de deudas.*

Un grupo importante de los asentamientos campesinos subsiste mediante la cooperación de los silos agro exportadores, quienes los asisten de distintas maneras en vista de la expansión cada vez mayor de los campesinos sin tierra. Según uno de los acopiadores, *"hay que dar participación, para convivir con ellos (los campesinos). Nosotros les proveemos las semillas y otros les prestan los tractores. Todos debemos proteger nuestras propiedades."*

El círculo vicioso de la pobreza y el aislamiento de estos pequeños productores se expresa en la falta de absorción de tecnología, ya sea por problemas culturales (resistencia a cambiar su forma de producción) como por falta de capacidad de comprender los conceptos y técnicas, ya que muchos carecen de educación básica. Según un técnico de CETAPAR que conjuntamente con la Cooperativa Yguazú, trabaja en una experiencia de capacitación técnica a un asentamiento

de la colonia: *“se empezaron las charlas técnicas y en principio concurrían varios campesinos, pero después fueron abandonándolas, pues lo que ellos querían es que se les de algo, dinero, vacas, se le construya infraestructura. Muchos están acostumbrados a ese tipo de asistencia, que brinda a veces el MAG, cuando tiene algún fondo de algún proyecto, o cuando hay campaña política. Se trabajó también con ellos el tema motivación, pero mismo así no resultó. Nosotros, por así decirlo, estuvimos hablando en vano como tres años; entonces aquí existe un problema de mentalidad, de falta de motivación, de dificultad de cooperar. Pero además, no poseen las técnicas adecuadas, porque hay muchos productores que poseen como 5 hectáreas, pero solo producen 2 o 3, y con bajísima productividad; también hay un problema de hacer conocer y aplicar las técnicas, debido a que el campesino entiende muy poco, pues posee baja formación, no tienen educación básica, por lo tanto vos le das tecnologías y ellos no saben aplicarla”*

Uno de los resultados interesantes de la experiencia y a la vez frustrante por su dificultad, es que, según los extensionistas, ellos necesitan un apoyo integral: *yo incluso le llevaba a algunas monjas, enfermeras, pero era una iniciativa personal. Quiero decir que es necesario que se le brinde asistencia en la parte tecnica, educación, salud, incluso psicológica. Por eso es necesario que toda la comunidad se involucre, y eso es muy difícil; o sea es muy dificil involucrar al comerciante, al gran agricultor, incluso a los intendentes muchas veces pues cada uno responde a sus intereses.“*

Debido a la poca rentabilidad de las pequeñas parcelas destinadas al cultivo de soja, la única salida observada de un número cada vez mayor de los pequeños agricultores es, irreversiblemente y desde hace ya muchos años[17], la venta de sus tierras a los grandes productores.

---

[17] Ver PALAU, Tomás, HEIKEL, María Victoria. *Los Campesinos, el Estado y las Empresas en la frontera agrícola.* Asunción: BASE/PISPAL, 1987.

De hecho el GINI (concentración absoluta de la tierra = 1) para el AP alcanza al 0,84, según el PNUD.

No necesariamente el resultado de la falta de oportunidades de la agricultura y la ganadería es la venta de la tierra. Los pequeños agricultores también la alquilan y luego emigran a las ciudades. Los colonos brasileños ofrecen aproximadamente Gs. 350.000 por hectárea (US$ 50). Ese monto de dinero no lo obtendrían en 10 hectáreas de cultivos de soja, la soja es rentable a partir de 100 o 200 hectáreas. Además, el agricultor tiene que alquilar las maquinarias como tractores y otros.

Consultado al respecto el principal representante de la Coordinadora Agrícola del Paraguay (grupo de empresarios agrícolas o farmers paraguayos y brasiguayos), ubicada en la ciudad de Hernandarias afirma, justificando esta práctica y distanciándose del fenómeno de los sintierra tan emergente en Brasil: "*las tierras deben ser de los agricultores productores, no de los sin tierras, estos no son productores, en otras palabras no saben cómo producir.*"

Ante las dificultades que encaran los asentamientos campesinos que se encuentran cerca de los grandes establecimientos agrícolas ellos brindan a los campesinos algunas fuente de trabajo y muchas veces asistencia en educación, salud e incluso a veces les entregan la explotación de los subproductos de su producción de granos según informan, e incluso han mediado y conseguido solucionar problemas que han sufrido de invasión de tierras. Al respecto indica el empresario Batista: "*Hay que dar participación, para convivir con ellos. Nosotros les proveemos las semillas y otros les prestan los tractores. Todos debemos proteger nuestras propiedades. Hoy hay casi 150 empleados directos y otros 150 trabajos indirectos en tiempos de zafra.*"

Otro foco de conflicto de consideración, pero al interior de los propios campesinos, es el *abigeato* (robo de ganada vacuno). Entre los pequeños productores que más lo sufren, se encuentran principal-

mente los productores lecheros y por este motivo se ha reducido fuertemente su producción. Lo mismo acontece con los porcinos y las aves, aunque en menor proporción, representando un freno importante al desarrollo de los pequeños productores.

Ante la pregunta de quiénes son los que se dedican a este tipo de actividad delictiva, la citada extensionista responde, "...Y yo creo que son esos que abandonaron el campo, yo no puedo decirte quienes son, pero la mayoría son jóvenes que vinieron a buscar fortuna no encontraron lo que querían y se asocian para delinquir; y hay hijos de agricultores de la misma calle que hacen eso sin la anuencia de los padres, y muchas veces caen, y es el hijo de don fulano, y asusta. Normalmente son ladrones de gallina, y no solamente los animales, los cultivos también; a veces hay cultivos como choclos (maíz), por bolsas se llevan a la noche, poroto; los agricultores están tan desmotivados... para que voy a plantar para que otros se lo lleven, suelen decir, o los huevos, las gallinas, a veces al propio vecino (aduciendo a que lo asesinan)...

La venta de tierras de los pequeños a los grandes productores y la emigración a Ciudad del Este (CDE) y otras ciudades aledañas genera una serie de problemas serios, puesto que estas personas sienten que perdieron todo, las tierras no son suyas, no tienen casas propias, empleo, sienten que han perdido su dignidad como persona. Como se indicó y lo expresa un representante de la OIT "*esto crea serios problemas como ser la marginalidad juvenil e infantil, la prostitución infantil, el trabajo infantil, pues muchas veces los hijos se transforman en la principal fuente de ingreso, ante la imposibildad de los padres de conseguir empleo y son exigidos por los padres a que traigan dinero de donde sea*".

Los antecedentes recién señalados sobre el AP agro y agroindustrial, particularmente rural que se derraman por añadidura en CDE, dejan en evidencia la *necesidad de tratar la pobreza rural como parte integral del proceso de desarrollo agrario, en particular agroindustrial*, es decir, de articulación en un todo virtuoso de su economía dual que no ha encontrado la forma para avanzar en los

encadenamientos productivos a partir de sus dos polos de auto-subsistencia y granjero-exportador.

No parece haber otro camino que el señalado para afrontar con urgencia un dramático proceso de descomposición campesina constatada aquí y en la sección (b.) sobre economía campesina (venta e invasión de tierras, crisis en su participación en el mercado algodonero por los precios, recursos, pestes y la actual política agraria y de sus acopiadores; fracaso de la cooperación horizontal tipo ONG de empresas de su entorno como la Cooperativa Iguazú y el Banco Mundial; prostitución infantil y en general de jóvenes campesinas/os empujadas/os a dejar su hogar en buscar de recursos en la ciudad o porque sus padres de tercera edad no les entregan las riendas del predio; abigeato, probablemente de origen campesino).

Un proyecto así abriría camino también a un sector de productores sojeros fuertemente dependiente de las transnacionales, y de un sector granjero que no logra consolidar un camino propio de exportación.

Todo ello debe en forma paralela formar parte, por de pronto, de otro proyecto tanto o más urgente centrado en la capital del AP, continua pero no aislada del area agrícola: como plantea el PNUD *" CDE debe reconvertirse..."* Pero, como todos saben, esto es materia fundamentalmente de política pública nacional como afirman autoridades de la Iglesia, mas que de un programa de desarrollo endógeno como el que busca generar el presente proyecto. Las causas de la situación de CDE, como se ha documentado, escapan a su propia realidad.

CONCLUSIONES

A. Dos Territorios

Los datos presentados sobre el tejido productivo y de servicios del Alto Paraná tienden a indicar la *existencia de un*

territorio económico diferenciado, cuyo corazón es su zona sojera y que se expande más allá hasta Itapúa (coincidiendo con la territorialización de la Cooperativa Sojera UNICOOP y del informe JICA, y la diferenciación subrayada por el PNUD) e incluso posiblemente hasta Canindeyú, tanto por su estructura productiva sojera como por la presencia de un campesinado pobre aledaño dentro de su territorio que lo ha abastecido de tierras y mano de obra barata. Además, los mismos podrían convertirse en el futuro en socios de un proyecto mayor, esta vez más virtuoso, de balanceados para sus animales y para otros rubros de exportación. Están también sus lazos fronterizos agroindustriales, aunque incipientes, en su común frontera brasileña.

Este territorio está vinculado, pero es diferenciado de CDE, cuyas relaciones económicas principales, como se ha indicado, pasan por otros circuitos que no son los agrarios ni los agroindustriales, aun cuando tampoco se tratan de compartimentos económicos estancos, como se señaló al analizar la débil pero aún así existente relación de la industria de CDE y el sector primario de AP. En el caso financiero y comercial, las relaciones entre CDE y el resto del territorio del AP, son prácticamente inexistentes. Y lo más importante, las soluciones institucionales a los nudos de CDE no son materia de política territorial si no nacional.

B. El carácter del desarrollo agro-agroindustial del AP.

Su economía muestra una variedad de situaciones: 1. por un lado, claras indicaciones de economía dual, con cadenas de *commodities* que compiten internacionalmente y que conviven con otras de autosubsistencia en el mismo territorio . 2. Pero también de economías aventureras , como la de los servicios de “reexportación” o las tabacaleras, en un mundo que exige transparencia de los mercados, globalizada y normada por la OMC y la gran empresa exportadora y transnacional. 3.Y también se advierten rasgos de economías que fluyen en paralelo sin mayores encadenamientos y sin rozarse en el territorio, según el citado informe del PNUD. 4. Finalmente se

muestran aspectos de economía de enclave, como la gran represa de ITAIPU, sin mayores encadenamientos en su territorio.

El medio ambiente muestra un deterioro mercado i) por la deforestación "proceso... que ha sido particularmenrte intenso y es sintomático de una concepción extractiva de la explotación de los recursos naturales, financieros y humanos" según el PNUD.

Actualmente alcanza "entre 8% y 10% de la superficie" la cual perdió a un ritmo de 0.5% anual entre 1945-1965, 1% anual entre 1965 y 1985 y se intensificó al 1.5% en el período 1985-1991, pero a partir de allí, ha ido disminuyendo; ii) por el uso anormado de pesticidas con impactos negativos sobre personas y animales en las economías campesinas colindantes; iii). y cultivos transgénicos de probable acción inesperadas en la salud humana; iv) a la vez, se evidencian salvaguardas contra las consecuencias normales del monocultivo, para lo cual se han incorporado sistemas de rotación de soja, trigo, maíz.

Las relaciones laborales indican rasgos prominentes de flexibilidad típicas de procesos modernos de economías internacionalizadas ágiles pero, a la vez, con rasgos distintivos de precarización por la falta de relaciones laborales normadas, la preeminencia del trabajo temporal en los servicios de Ciudad del Este y en la soja sin contrato formal, sindicatos, previsión y derechos de salud.

Su modo de vida indica un Indice de Desarrollo Humano alto para el Paraguay - 0.735 - pero aún así medio-bajo a escala internacional. En efecto, coincidiendo con el análisis precedente en el caso del potencial cluster de balanceados, se indica que los procesadores a diferencia de los productores, serían los líderes, junto con los ganaderos (dependiendo, eso sí, de su *poder comprador).*¿Cómo caracterizar un desarrollo así, dinámico, pero polarizador, sin mayores encadenamientos, depredador pero revirtiéndose finalmente, precario pero flexible y dinámico, y con una calidad de vida limitada, en particular para quienes en la llamada "dualidad formal-informal" como la define el PNUD, se llevan la peor parte?

De forma sucinta, se trataría, simplemente, de un desarrollo desintegrado como se proponía en el primer informe de este proyecto, o quizás mejor –tomando la feliz caracterización de su economía hecha por el PNUD– **desarrollo disgregado**, es decir, formado por partes que no logran armonizarse virtuosamente a pesar de sus enormes logros y potencialidades.[18]

Sus elementos componentes son, como se indicó, en lo económico: dual, aventurero, en paralelo y de enclave, es decir, un desarrollo con elementos muy dinámicos, pero muy lejos de ser integrador de sus partes. Sus otros elementos lo reafirman: medio ambiente, depredado y dañando la salud (pesticidas, transgénicos); relaciones de trabajo flexibles pero precarias; y calidad de vida promedio media-alta para Paraguay pero con bolsones de pobreza, desempleo e incluso auto subsistencia sin futuro alguno de ser revertidos.

Pero se trata de un territorio ciertamente con potencialidades claras. Como su vecina Itapúa, es la región con mayor productividad del Paraguay, y esto es lo fundamental. Ella se apoya, por lo demás, en algunos elementos sólidos: capital humano y tecnología y acceso a nueva tecnología de punta en el sector sojero e hidroeléctrico, con ingreso de éstos a la dirección Municipal, además de ciencia y tecnología difusa en el territorio campesino, en el saber hacer bien un cúmulo de cosas, como se trasluce en las 3 Ferias regionales de productores, jóvenes y mujeres.

Como ya se ha indicado, es probable que la *eco-región Alto Paraná-Itapúa-Canindeyú* detectada por el Banco Mundial en lo ecológico, bien corresponda al *territorio económico* al que habría que apuntar en el proyecto en ciernes.

---

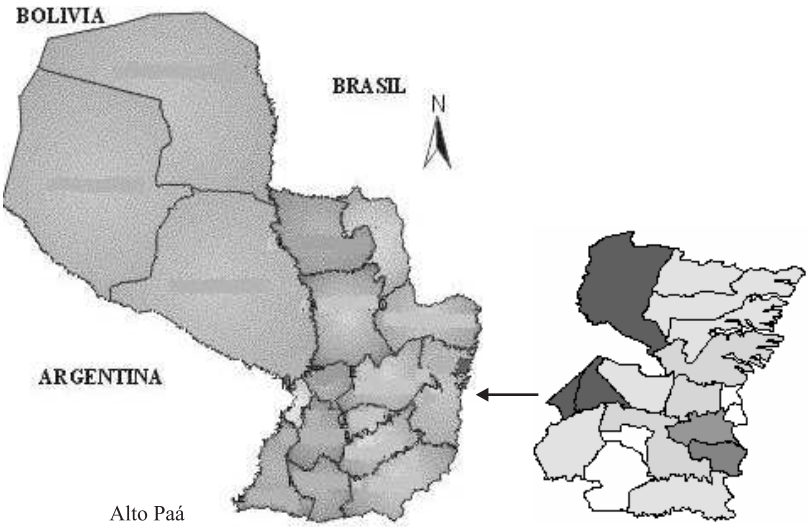
[18] La situación se asemeja, pero tan solo ligeramente a aquella que define territorios chilenos con "encadenamiento potencial", pues de trata en ese caso de territorios con varias cadenas desarrolladas y actores, que pueden encadenarse pero que corren en paralelo sin toparse. Ver FALABELLA, Gonzalo. Institucionalidad para el Desarrollo de Chile. In: BORDA, Dionisio, MASI, Fernando. (eds). *Economías Regionales y Desarrollo Territorial* .Asunción: CADEP, 2002. p. 112-114.

Anexo 1 - Producción Agropecuaria 1971/2000, por Principales Productos

Departamentos*	Algodón		Soja		Trigo		Caña de Azúcar		Maíz		Tabaco		Yerba mate		Mandioca		Vacunos	Porcinos
	Has	Ton	Has	Ton	Has	Ton	Has	Ton	Has	Ton	Has	Ton	Has	Ton	Has	Ton	cabezas	cabezas
	Miles	miles	miles	miles	miles	miles	miles	miles	miles	miles	miles	miles	miles	miles	miles	miles	miles	miles
Paraguay**	36,2	17,5	54,5	75,1			39,7	1407,4	190,2	229,8	16,4	18,2	-	-	94,6	1197,9	4.458,8	578,8
Alto Paraná	1,3	0,8	6,0	5,7	-	-	0,1	0,4	10,1	20,4	2,0	2,6	-	-	3,7	49,9	26,5	24,8
Paraguay**	242,9	316,9	396,9	769,2	49,4	61,3	48,1	2.297,9	262,8	413,1	8,1	11,4	14,1	41,7	178,0	2.139,8	6.457,3	1.000,7
Alto Paraná	11,5	17,2	84,8	186,4	4,6	7,3	0,8	22,8	29,8	71,7	0,2	0,3	0,6	2,1	12,0	206,8	93,3	120,7
Paraguay**	414,7	631,7	552,7	1.032,7	154,8	240,5	55,9	2.817,1	243,2	401,4	4,4	8,2	26,51	62,55	175,57	-	7.626,6	1.003,9
Alto Paraná	34,7	60,2	223,5	458,3	53,6	84,1	0,8	30,1	38,1	79,9	0,1	0,1	1,44	3,61	14,16	-	286,4	136,3
Paraguay	194,7	246,5	1.176,5	2.980,1	127,7	231,1	54,5	2.244,9	331,7	647,3	3,2	4,5	31,6	58,7	201,8	2.719,4	9.736,9	1.781,2
Alto Paraná	18,0	26,4	440,0	1.179,2	35,0	63,0	0,9	27,0	60,0	150,0	0,1	0,2	0,14	3,1	21,0	315,0	404,9	234,8

Fuente: Ministerio de Agricultura y Ganadería, Censo Agropecuario por muestreo

Anexo 2 - El Departamento del Alto Paraná



BIBLIOGRAFÍA

CARRERAS, Carlos. *Diagnóstico de Competitividad Industrial del Departamento de Alto Paraná*. PNUD/ORMIC

CENTRAL DE COOPERATIVAS UNICOOP Ltda. *Presentación Institucional 2002* Santa Rita, AP, Pa: Vitamina S/P, 2002. p. 10.

CORDÓN, oct., 1999.

FALABELLA, Gonzalo. Institucionalidad para el Desarrollo de Chile. In: BORDA, Dionisio, MASI, Fernando. (eds). *Economías Regionales y Desarrollo Territorial.* Asunción: CADEP, 2002. p. 112-114

MASI, Fernando. *Postura del Paraguay frente a los escenarios actual y futuros del MERCOSUR.* Proyecto PAR 96/03, sept. 2002

PALAU, Tomás, HEIKEL, María Victoria. *Los Campesinos, el Estado y las Empresas en la frontera agrícola.* Asunción: BASE/PISPAL, 1987.

SECRETARÍA TÉCNICA DE PLANIFICACIÓN/Agencia Internacional de Cooperación del Japón. *Estudio sobre el Desarrollo Económico de la República del Paraguay*. Asunción,2001.

TEMPO, FRONTEIRA E IMIGRANTE: UM LUGAR E SUAS 'INEXISTÊNCIAS'

Marco Aurélio Machado de Oliveira*

* Historiador, Professor Adjunto na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá.

"Tumulto sem vida, silêncio sem quietude"
(Machado de Assis - Páginas Recolhidas)

Recentemente o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, esteve em Campo Grande, Mato Grosso do Sul para dar continuidade ao projeto de instalação do pólo mínero-siderúrgico em Corumbá - cidade em que ecoa o grito de esperança, nem sempre bem fundamentado, de novas oportunidades econômicas e proclama-se a saída definitiva do 'atoleiro econômico' que a mesma se encontra. Localizada na fronteira Brasil-Bolívia, à margem direita do Rio Paraguai, Pantanal de Mato Grosso do Sul, Corumbá se notabiliza por ser uma localidade 'acostumada' a viver diversas cri-

ses. Desde meados do século XX foram tantos os impasses econômicos, sociais e políticos, que terminaram por gerar uma espécie de sentimento de comodismo perante todas as adversidades. A cidade 'do já teve', ou a 'que perdeu tudo para Campo Grande', se deitou na comodidade de sentir-se dilapidada pela capital do estado, sem que para isso precisasse se esforçar em reverter o quadro, mesmo porque dista da mesma uma agradável lonjura de aproximadamente 420 km. Assim, por volta do início dos anos 1980, Corumbá esteve envolta em um tipo de torpor que aliviava seu *débâcle*, dirimindo-a de responsabilidades e de porvir. Porém, naquela mesma época duas novidades se impunham perante o seu status de vítima: o aumento populacional do lado boliviano da fronteira e o fortalecimento econômico dos comerciantes imigrantes palestinos. Eis os objetos deste artigo.

1 - CORUMBAENSES, FEITOS POR ESTRANGEIROS

Ninguém conseguiu interpretar a cidade de Corumbá como o poeta Manoel de Barros. E denomino 'interpretar' o esforço de dar sentido às palavras e coisas e lugares e pessoas. Através de seus olhos e de sua inominável sensibilidade tornou possível estabelecer uma retórica ao declínio preguiçoso e cheio de deleites que há muito encobria a cidade. Manoel de Barros estabeleceu parâmetros líricos para uma rudeza realista, que serviu para envernizar e colorir o que já se encontrava arranhado e espinhado.

Em um de seus mais conhecidos poemas sobre Corumbá ele nos delicia com a constatação de que 'os homens deste lugar são à feição das águas'. Pelos rios, baías, e córregos, esses homens desse lugar se fizeram junto com os estrangeiros. E é nesse aspecto que me debruço e tento entender a formação da feição de uma população. Para tanto, creio ser necessário fazer uma brevíssima explanação a respeito da familiaridade que o tema 'estrangeiro' tem com

essa cidade. Ao final do século XIX a população da cidade de Corumbá contava com cerca de 20 nacionalidades diferentes convivendo em torno de um intenso comércio regional e internacional. Eram franceses, italianos, portugueses, sírios, libaneses, paraguaios, macedônios, entre tantos outros. Suas atividades limítrofes estavam plenamente tomadas pela Bacia Platina, o que derivou um intercâmbio muito intenso com o Rio de Janeiro, além da Argentina, países da Europa e, também, obviamente, com o Paraguai. Deste país são muitos os imigrantes e descendentes que vivem nessa cidade, onde formaram o **Clube Social Paraguaio**, e exerceram enorme influência lingüística. A 'cidade cosmopolita'[1], como alguns chamam, foi se tornando palco de intensas atividades ligadas ao comércio regional e à pecuária, binômio estratégico corretamente utilizado nas diversas tentativas de explicar o seu processo de desenvolvimento e crescimento econômico[2].

Por volta dos anos 1920-30, a cidade que se notabilizava por ser formada por estrangeiros de diversas nacionalidades, passava, lateralmente, a se tornar provinciana, em si e para si mesma, pois, com o deslocamento do eixo econômico Corumbá - Cuiabá para Campo Grande - Cuiabá[3] as dinâmicas atividades comerciais intraregionais começaram a entrar em colapso. Levantamentos que realizei junto aos livros financeiros de algumas famílias de comerciantes daquela época

---

[1] Meus reconhecimentos aos amigos professores Eduardo Gerson de Saboya Filho e Tito Carlos Machado de Oliveira, que ao longo do tempo que vivo nesta cidade e tento notá-la, foram decisivos para a deformação de uma idéia bairrista e atrofiada sobre ela. O termo 'cosmopolita', embora em diversas situações fosse usado no sentido pejorativo, prefiro, contudo, dar à expressão o mesmo sentido que os amigos me ensinaram, o lírico.

[2] Queira ver, por exemplo: OLIVEIRA, Tito C. M. *Uma Fronteira para o Pôr-do-So*l. Campo Grande: UFMS, 2000; e SABOYA FILHO, Eduardo G. *Corumbá*: Uma Política Peculiar no Cenário Mato Grossense (1945-1964). Tese (Doutorado), F.F.L.C.H., USP, 2004.

[3] Queira ver: OLIVEIRA NETO, Antônio F. *Campo Grande e a rua 14 de Julho*: tempo, espaço e sociedade. Tese (Doutorado). Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2003.

demonstraram uma descapitalização de tal forma que apenas alguns pouquíssimos se mantiveram na localidade, sendo que a imensa maioria migrou em direção ao planalto central, mais precisamente para Miranda, Aquidauana e Campo Grande. Cito como exemplo as seguintes famílias: Orro, Fragelli, Calarge, parte das famílias Anache, Said, Sahib, Sayad, entre outros comerciantes estrangeiros. Portanto, nota-se que ainda não havia chegado o momento em que as práticas comerciais e sociais passassem a ganhar o sotaque da fronteira com a Bolívia[4].

Por volta dos anos 1950 a cidade assistiu a um espetacular esforço de industrialização, promovido, principalmente, por imigrantes de origem árabe. Primeiramente a família Chamma que em 1954 instalou a Cia Siderúrgica Sobramil, trazendo em um período inferior a três meses cinco mil nordestinos para trabalharem como operários na indústria e na extração de madeira. Outro grupo era composto pelos imigrantes libaneses: Salim Kassar, João Dolabani, Alfredo Katurchi, Salvador Sahib e o descendente de libanês Namtala Yasbeck. Disso resultaram empreendimentos cujas marcas, algumas em ruínas, resistem ao tempo, como: a Cia de Fiação Matogrossense, Moinho de Trigo e Curtume Mato Grosso, sendo que no início dos anos 1970, todos esses empreendimentos estavam fechados. Mesmo com todo este fenomenal e hercúleo movimento econômico, o espaço fronteiriço com a Bolívia não possuia contornos definidos e Puerto Suarez era apenas um pequeno vilarejo localizado a poucos quilômetros do limite físico entre os dois países. À feição provinciana, a cidade procurava suas saídas no passado, iludindo-se com seu presente e ignorando um futuro que já apontava com brevidade.

Esses não foram os únicos dilemas sofridos por Corumbá.

---

[4] O tema 'fronteiras do Brasil', em especial as do MS, tem despertado interesses variados tanto entre os estudiosos brasileiros quanto nos vizinhos. Queria ver, a título de exemplo: FOGEL, Ramon, GRECO, Aida. Migraciones Internacionales, Fronteras e Integración. El caso Brasil Y Paraguay. In: LEHNEN, Arno et al. *Fronteiras no Mercosul.* Porto Alegre: UFRGS.

2 - O IMIGRANTE PALESTINO E O BOLIVIANO FRONTEIRIÇO DESCONSERTARAM A LÓGICA DO DECLÍNIO

Em meados dos anos 1980 a cidade de Corumbá começou a experimentar algumas alterações em seu modo de viver e de ver as coisas. A presença marcante de imigrantes palestinos e de bolivianos que haviam migrado do norte daquele país para aquela fronteira, fizeram com que a lógica da crise, que mencionei no início deste artigo, fosse subvertida. Tal subversão ocasionou alguns efeitos extremamente positivos e outros penosamente negativos.

a) a dinâmica no comércio trazida pelos palestinos.

Os imigrantes palestinos ao chegarem a Corumbá, motivados pelo comércio de fronteira[5], muitos deles, após penoso período de acomodação, conseguiram fixar-se, abrindo suas lojas, constituindo família, etc. Pude notar em depoimentos que colhi junto a alguns desses pioneiros, que esta primeira fase destacou-se como sendo a que definiu os parâmetros de sociabilização que eles se submeteram[6]. Ou seja, foi neste início que as principais resistências foram quebradas e as atividades de crédito e de comércio puderam ser consumadas. Diferentemente dos primeiros imigrantes árabes, os sírios e os libaneses, os palestinos encontraram uma cidade já estruturada e com oportunidades de negócios bem mais restritas do que as encontradas ao final do século XIX. Ainda assim, conseguiram obter resultados expressivos no processo de acumulação, tornando-se preponderantes no centro da cidade. Nas principais ruas

---

[5] A presença de palestinos ao longo de fronteiras tem merecido estudos em várias localidades. Sua presença e repercussões sobre ela no Rio Grande do Sul, por exemplo, queira ver: MÜLLER, Karla M. A Presença Árabe-palestina na Mídia Impressa Fronteiriça**.** In: OLIVEIRA, Marco A. M. (org.) *Guerras e Imigrações***.** Campo Grande: UFMS, 2004. p.145-168.

MÜLLER, Karla M. Práticas Comunicacionais em Espaços de Fronteiras: os casos do Brasil-Argentina e Brasil-Uruguai. In: MARTINS, Maria Helena. *Fronteiras Culturais***.** Porto Alegre: Ateliê Cultural, 2002. p. 219-232

[6] Obviamente, a religião islâmica possui lugar especialmente grande quando do processo de aculturação. Contido, sobre esse assunto abordo em OLIVEIRA, Marco A. M. Imigrantes em região de fronteira: uma condição Infernal. In: OLIVEIRA, Marco A. M. (org.) *Guerras e Imigrações***.** Campo Grande: UFMS, 2004. p. 189-202.

e quarteirões há, destacando-se, lojas com as características mais marcantes do seu comércio: cores fortes, disposição das mercadorias, etc.

A dinâmica que os imigrantes palestinos e seus descendentes propiciaram à cidade está localizada não na aceleração da circulação de mercadorias, como poderiam dizer alguns economistas, uma vez que eles não são exclusivos no comércio local, portanto, suas formas de comercializar, salvo a facilidade do crédito, não se distingue dos demais comerciantes que atuam na cidade. Reside tal dinâmica na ruptura de diversas barreiras que estavam situadas na estrita relação com os vizinhos. É na segunda fase de suas atividades, quando se tornaram preponderantes nas transações com os vizinhos bolivianos que eles fizeram a diferença nas relações de fronteira. "Pelas ruas do centro da cidade dava gosto de ver pilhas e pilhas de caixa de produtos brasileiros que eram vendidos para a Bolívia (...)", conta saudoso um lojista palestino. "Sim, nós [comerciantes palestinos] tínhamos uma preponderância neste ramo. Afinal, os comerciantes brasileiros não se interessaram [por aquele ramo de comércio], acho que era por preconceito com os bolivianos". Desta preponderância resultou uma aceleração do processo migratório. Se no início dos anos 1980 consegui detectar a presença de aproximadamente 15 famílias de imigrantes palestinos, ao final daquela década já chegavam aos 120 núcleos familiares, quase na totalidade vindos do interior do Paraná.

Resultou, também, em uma espécie de predomínio nas principais ruas de Corumbá, onde é visível o destaque que as lojas de palestinos e descendentes têm sobre as demais. Em recente pesquisa foi possível aferirmos que, aproximadamente, 45% do comércio local estão, fisicamente, em poder desse grupo social.

b) a presença do boliviano no comércio informal

Ao final de 2004 foi concluída uma monografia intitulada **Bolivianos e Brasileiros em Corumbá, MS: Preconceitos e Cooperação Mútuos**, de autoria de Solange Gomes da Silva, nela se apresenta uma série de dados que a psicóloga coletou, bem como algumas interessantes entrevistas que ela realizou tanto com bolivianos quanto com brasileiros, tentando aferir o nível de preconceito existente naquela localidade - tarefa muito difícil, mas que ela conseguiu a bom termo. Foi possível em seu trabalho detectar aquilo que ela denomina de "alegoria da vizinhança", ou seja, uma tentativa da população corumbaense em explicar suas relações com os bolivianos. Em dada passagem de seu trabalho ela relata uma entrevista feita com uma corumbaense em que afirma " eu os considero como considero meus vizinhos, mal cumprimento

meus vizinhos, não tenho intimidade, são indiferentes para mim”[7]. Apesar de singela, esta afirmativa denota a preocupação de dar um lugar de indiferença aos bolivianos, fruto de uma relação contraditória, ou como a própria Solange Silva analisou:

“Esta proximidade existente faz emergir o conflito entre não querer, mas tolerar, este está entrelaçado com o preconceito assim como a solidariedade está entrelaçada com a permissão, este significaria permitir o outro (boliviano) fazer parte do seu cotidiano mergulhado em um laço recíproco, onde não se faria necessário falsear uma relação solidária, mas ser de fato uma relação alicerçada no bem estar”.[8]

O lado boliviano da fronteira começou a crescer demograficamente a partir dos anos 1980. Se antes a população era ínfima, com o fluxo comercial, a intensificação da migração interna que ocorreu naquele país fez com que surgissem novas localidades, mais que quadruplicando sua população em uma década. Por não contar com uma rede de serviços públicos eficiente, o uso por parte de bolivianos de hospitais, escolas, etc. do lado brasileiro é bastante intenso. Eles também predominam no comércio informal - nas feiras livres, nas calçadas e na chamada ‘feirinha boliviana’ que está situada atrás do cemitério de Corumbá. Com tamanha inserção, os conflitos tornaram-se inevitáveis. Porém, a exemplo do que ocorreu com os palestinos, a existência de atritos se dá pela via do absurdo, uma vez que o preconceito efetivamente é um antídoto para qualquer tipo de aspiração à prosperidade.

Tento explicar o fato de que ao ser criada por estrangeiros, vindos de diversos locais do mundo, Corumbá ganhou destaque por ser uma localidade aberta às oportunidades que lhe surgiram, bem como aberta a oferecer oportunidades para pessoas de outros locais que quisessem para lá mudar. Tento, ainda, demonstrar como que, ao tornar-se provinciana, a cidade foi fechando-se para as suas vizinhanças, tão cara no passado. Ora, oportunidade e vizinhança é o binômio que melhor interpreta a presença palestina e boliviana naquela cidade. Associando a esse binômio uma crosta de provincianismo tem-se uma marcante rudeza envernizada pelo preconceito.

---

[7] SILVA, Solange Gomes da. *Bolivianos e Brasileiros em Corumbá, MS*: Preconceitos e Cooperação Mútuos**.** (mimeo) Corumbá: 2004. p. 12.

[8] Idem. p. 12.

3 - INSISTÊNCIAS, TÉDIOS E ESPERANÇAS

Se o esforço para definir fronteira é evidente, também o é o tempo. Não trabalho interpretativamente com o tempo linear, embora reconheça a importância e a miséria da cronologia. Importante por dar organização sistemática e rigorosa às coisas. Miserável por não ultrapassar a superfície quando do entendimento sobre elas. Adoto o tempo do contorno, do delineado, do perfil, do acaso e do intencional. Reservo ao tempo cronológico a mesma importância do espaço físico. Afinal, por exemplo, o imigrante palestino em 2005 na cidade de Corumbá guarda, presentemente, no seu tempo a força de um passado que o expulsou da terra natal. Seu local é dúbio e seu tempo também o é. Assim, Corumbá resiste na idéia do declínio por que assimila o passado como presente, e se ilude com a rudeza de que seu espaço ainda está preso às inebriantes águas do Rio Paraguai. Desta forma é que a fronteira, desde o tempo em que os palestinos dominaram o comércio com os bolivianos, aparece para parte considerável dos corumbaenses como uma irritante realidade. Enquanto outra parte, muito mais considerável, se mistura intensamente, conforme está sendo contatado em pesquisa em andamento, sob minha orientação.

Sob a forma desta cidade, da maneira como sua despreparada *elite* conduziu o processo de construção das relações internacionais, a fronteira Brasil - Bolívia, assim como os palestinos, é profundamente anacrônica e contemporânea. Contemporânea, por ser desdobramento de atividades em contatos diários, por ser real. Anacrônica, por permanecer sob impasses e preconceitos. Eis um de seus impasses reais. E, não mais aqueles imaginados sob o formato de mégalo-projetos, ou tentar supor para onde foram destinados os materiais de seu passado de glória. O que deveria importar é o que e como fazer com ‘esta fronteira’. Afinal, se for implantado o pólo industrial que mencionei no início deste artigo, é possível reconhecer que o ‘gás’ ou o fôlego desta região, há algum tempo está vindo da Bolívia.

Minha intenção ao inserir a epígrafe deste artigo é o de demonstrar como o ruído e o silêncio podem ser profunda e transversalmente entediante. Assim, poderiam ser pensadas novas leituras, que reanimassem, como um corpo exasperado que encontra seu oásis. Nas tentativas inúteis e lúgubres de enxergar o que não existe, poderia haver um esforço compensatório, causador de reflexão e ânimo. Em contrapartida, de causar algum entusiasmo é notar uma receptividade para as novidades que podem ser lançadas nas mentes, como um choque de simplicidade. Novas leituras, novas experiências que juntassem os cacos das ruínas e recuperassem as paredes podres do porto Corumbá, como mencionou Manoel de Barros. Ou, ainda, finalmente enxergar a óbvia realidade, a existência de uma ilimitada fronteira, esperando a sua aceitação para superar o desfeito e o desperdiçado. Ou como nos ensinou Donaldo Schüller, 'criando aquilo que nos falta'.

BIBLIOGRAFIA

ALAIN-MILLER, Jacques**.** *A Erótica do Tempo***.** São Paulo, s/e, 2000.

FOGEL, Ramon, GRECO, Aida. Migraciones Internacionales, Fronteras e Integración. El caso Brasil Y Paraguay. In: LEHNEN, Arno et al. *Fronteiras no Mercosul***.** Porto Alegre: UFRGS. p. 141-146.

JARDIM, Denise F**.** *Palestinos no Extremo Sul do Brasil*: Identidade Étnica e os Mecanismos Sociais de Produção de Etnicidade**.** Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS/Museu Nacional, 2000.

LAMARÃO, Sergio Tadeu N. Identidade étnica e representação política: descendentes de sírios e libaneses no Parlamento brasileiro, 1945-1998. Notas sobre uma pesquisa em andamento. In: OLIVEIRA, Marco A. M. (org.). *Guerras e Imigrações***.** Campo Grande: UFMS, 2004. p. 169-188.

MÜLLER, Karla M. A Presença Árabe-palestina na Mídia Impressa Fronteiriça. In: OLIVEIRA, Marco A. M. (org.). *Guerras e Imigrações***.** Campo Grande: UFMS, 2004. p.145-168.

MÜLLER, Karla M. Práticas Comunicacionais em Espaços de Fronteiras: os casos do Brasil-Argentina e Brasil-Uruguai. In: MARTINS, Maria Helena. *Fronteiras Culturais***.** Porto Alegre: Ateliê Cultural, 2002. p. 219-232.

OLIVEIRA, Marco A. M. Imigrantes em região de fronteira: uma condição Infernal. In: OLIVEIRA, Marco A. M. (org.) *Guerras e Imigrações***.** Campo Grande: UFMS, 2004. p. 189-202.

OLIVEIRA, Tito C. M. *Uma Fronteira para o pôr-do-sol***.** Campo Grande: UFMS, 2000.

OLIVEIRA NETO, Antônio F. *Campo Grande e a Rua 14 de Julho*: tempo, espaço e sociedade. Tese (Doutorado). Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2003.

SABOYA FILHO, Eduardo G. *Corumbá*: Uma Política Peculiar no Cenário Mato Grossense (1945-1964). Tese (Doutorado). F.F.L.C.H., USP, 2004.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo***.** Trad. de Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração*. São Paulo: Edusp, 2000.

SCHÜLLER, Donaldo. Fronteiras. In: CHIAPINI, Ligia, MARTINS, Maria Helena e PESAVENTO, Sandra J (orgs.*). Pampa e Cultura*: de Fierro a Netto**.** Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 7-8.

SILVA, Solange Gomes. *Bolivianos e Brasileiros em Corumbá, MS*: Preconceitos e Solidariedade Mútuos**.** (mimeo) Corumbá, 2004.

INTEGRACIÓN TRANSFRONTERIZA EN SERVICIOS PERSONALES DE SALUD. TENDENCIAS EN LA REGIÓN NORTE DE MÉXICO Y EL SUR DE ESTADOS UNIDOS

Patricia L. Salido Araiza*

* Investigadora en la Coordinación de Desarrollo Regional del Centro de Investigación en Alimentación y Desarrollo, A.C, Hermosillo, Sonora, México.

INTRODUCCIÓN

No sólo la notable ascendencia de los servicios como componentes de la economía, sino también el creciente comercio internacional de estas actividades, han hecho que gobiernos e individuos vuelvan su mirada hacia este sector. En países como México, resulta de gran interés observar cómo servicios especializados –en los que tradicionalmente han destacado los países con mayor desarrollo—adquieren cada vez mayor relevancia. La utilización de servicios de salud privados en ambos lados de la frontera México-Estados Unidos, ha cobrado cada vez mayor significancia. Son ya un buen número

las comunidades fronterizas donde se observa un dinámico movimiento de residentes mexicanos y estadounidenses que buscan atender su salud en las muchas clínicas de servicios médicos y dentales, que junto a numerosas farmacias y laboratorios, entre otros, se han establecido en esos lugares particularmente en las últimas décadas.

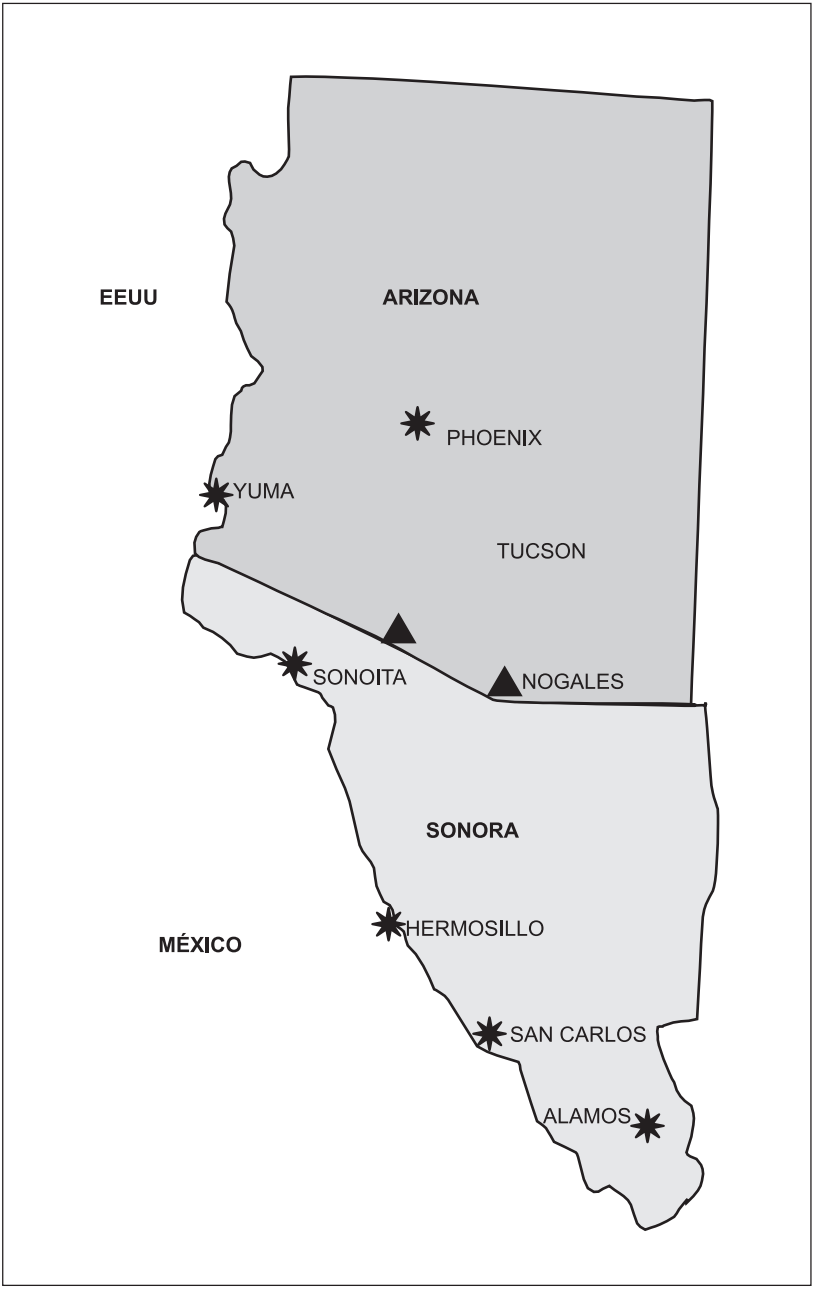
El estudio del creciente comercio internacional de estos servicios y su posible influencia en el desarrollo de una región, han cobrado creciente interés tanto en México como en los Estados Unidos. Tal es el caso de los gobiernos de los estados fronterizos de Sonora y Arizona, ante el reconocimiento de los vínculos existentes entre sus respectivos sistemas de salud.

Sonora –en el noroeste de México—y Arizona –en el sudoeste de Estados Unidos— como otros estados de la frontera México-EEUU, comparten gran parte de sus características y muchos de sus problemas. Destacan sus fuertes relaciones comerciales y manufacturera, cultural, etc. En ese contexto de interrelación, surgen a finales de los 1950s, la Comisión Sonora-Arizona y la Arizona-Mexico Commission, con el propósito de promover e incrementar el acercamiento entre las poblaciones de ambos estados, gestionando el intercambio comercial, científico y tecnológico, el mejoramiento de la calidad de los servicios educativos y de salud pública, etc. (Figura 1)

Hoy día, ambas organizaciones han definido como objetivo general conjunto, el de fortalecer y desarrollar las relaciones económicas y culturales entre Sonora y Arizona y otros estados de México y los Estados Unidos.[1] Estas organizaciones se reúnen dos veces al año, con la participación de diversas personas de los sectores público y privado, interesadas en el desarrollo bilateral de los estados de Sonora y Arizona. En el marco de estas reuniones se plantea en 1993, a

[1] Para una mejor comprensión de estos aspectos, veánse los trabajos de WONG-GONZÁLEZ, P. (1998, 2002), WONG-GONZÁLEZ, P., PAVLAKOVICH, V. (1997). p. 9-14

Figura 1 - La Región Sonora-Arizona. Ciudades seleccionadas



Fuente: Elaboración propia

iniciativa de los gobernadores de estas entidades, el proyecto de largo plazo "Visión Estratégica del Desarrollo Económico de la Región Sonora-Arizona" (VEDERSA), con la idea de desarrollar a Sonora y Arizona como una sola región económica con ventajas competitivas en los mercados globales. Este proyecto aborda, diversos eslabonamientos productivos (clusters) y áreas de fundamentos económicos. Por su cobertura y enfoque, este esfuerzo se considera único en su género.[2]

Uno de los componentes de ese proyecto binacional, es el E*studio de Servicios de Salud en la Región Sonora-Arizona*, arriba mencionado, cuyo propósito central es el análisis del estado actual de los sectores de servicios de salud en estos estados, así como la formulación de recomendaciones orientadas a promover el crecimiento y la integración de un cluster de esos servicios que una a los de ambos estados.[3] Esta investigación fue llevada a cabo en forma independiente por dos grupos de investigadores, uno por cada estado. Los resultados están basados fundamentalmente en las encuestas realizadas a prestadores y usuarios de servicios de salud. Además, se efectuaron entrevistas con representantes de instituciones públicas y privadas relacionadas con las diversas actividades del sector salud. Se entrevistó también a representantes de empresas proveedoras de insumos y equipo de salud, así como de farmacias y empresas de seguros en la región. Además, con el objetivo de obtener una participación amplia de los sectores relacionados con la salud, se realizaron reuniones tipo f*ocus group*, incluyendo representantes de instituciones gubernamentales, de colegios/asociaciones médicas, odontológicas, de empresas hospitalarias, farmacias, laboratorios, entre otros. Los resultados de esa investigación, realizada en 1997-98, sirven de base para la ilustración de ese fenómeno transfronterizo, objeto de este trabajo.

---

[2] CANO VÉLEZ, J. A., in M.A. VÁSQUEZ, (1996).

[3] Véase SALIDO, P.L. et al (1997)

INTERACCIÓN EN SERVICIOS DE SALUD. SONORA Y ARIZONA

En Estados Unidos, la atención a la salud se financia predominantemente a través del sector privado. Los principales programas gubernamentales para cubrir los servicios de salud son *Medicare* y *Medicaid* (con una cobertura, a mediados de los noventa, del 13.1 por ciento y el 12.1 por ciento de la población del país, respectivamente); los programas militares cubren otro 3.5 por ciento. La población de escasos recursos tiene menores oportunidades de tener acceso a estos servicios; en este sentido, destaca el estado de Arizona, con la mayor proporción de población sin cobertura, particularmente en las comunidades de la frontera. En contraste, el sistema de salud en México se encuentra altamente socializado. La mayor parte de la población –cerca del 90 por ciento- está cubierta actualmente por los servicios de salud de las instituciones públicas y de seguridad social. Además, aproximadamente una tercera parte de la población hace uso parcial o exclusivo de los servicios de la medicina privada, los cuales, en su gran mayoría, son pagados en forma inmediata en efectivo y una pequeña aunque cada vez más creciente parte se efectúa a través de compañías aseguradoras privadas o de seguros bancarios. El sistema de salud mexicano, pese a los progresos observados en las últimas décadas, muestra aún grandes vacíos en loso aspectos de cobertura y accesibilidad a la atención en salud. Alrededor de un 10 por ciento de la población mexicana situada primordialmente en zonas indígenas y cinturones urbanos de miseria, se encuentra sin acceso a servicios de salud.

Los servicios de salud en Sonora y Arizona representan una significativa actividad económica. Arizona posee un sector de servicios de salud altamente desarrollado, donde las fusiones y adquisiciones de empresas han sido una dinámica fuente de cambio de estos servicios, mismos que representan hoy día uno de los sectores más grandes en la economía de Arizona, calculándose que a finales de los noventa contribuían a ésta con más de doce billones de dólares.

Respecto a la participación de los servicios de salud privados en la economía sonorense, particularmente desde finales de los años 1980s, se observa un gran dinamismo, ocupando el tercer sitio entre las principales ramas que conforman el sector terciario. Su crecimiento ha sido más acentuado en las comunidades fronterizas, con tasas arriba del 100 por ciento en los rubros de número de establecimientos, personal ocupado y generación de valor agregado. Resulta interesante el que la atención en salud privada esté creciendo significativamente hacia el interior de los sistemas estatales de salud fronterizos, explicado en gran parte no sólo con relación al crecimiento de la población, sino también con la mayor demanda de estos servicios por residentes en el extranjero.[4]

Al analizar la estructura y funcionamiento de estos servicios en los estados de Sonora y Arizona, se hace evidente la existencia de una integración transfronteriza en este tipo de servicios, misma que ha sido funcional a las necesidades de los sistemas de salud más amplios y sus respectivos contextos.[5] Definida la exportación de servicios como la venta de bienes intangibles a residentes o empresas de otros países, y su importación como la compra de ese mismo tipo de bienes a habitantes y empresas de otras naciones,[6] indudablemente que el cruce de la frontera en búsqueda de este tipo de servicios, constituye una forma de comercio internacional: ambos países, importan y/o exportan servicios de salud.[7] Este proceso de integración transfronteriza, sin embargo, no es reciente, pues desde hace varias décadas ya se constataba un considerable flujo binacional de usuarios de servicios de salud. Sin embargo, lo que ha cambiado son las formas e intensidad que adquieren esos intercambios.

En efecto, este intercambio ha ocurrido por muchos años en el norte de México y sur de los Estados Unidos, fundamentalmente en

---

[4] SALIDO, A., P., 2001, p.17-21

[5] Véase SALIDO, A., P. Y SANTILLANA M., 1999, p.127-150

[6] Citado en GÓMES D., O. , FRENK, J. (1994)

[7] Véase VOGEL, R.J. (1995)

un contexto informal, definido por la toma de decisiones de individuos y organizaciones. Particularmente a partir de mediados de los noventa, con la instrumentación del TLC, así como de medidas de reforma al sistema de salud en México y cambios en las políticas de bienestar social e inmigración en Estados Unidos, se comenzó a influir el contexto en el que se solicitan y ofrecen los servicios de salud.

Los principales tipos de interacción transfronterizos identificados en la región del norte mexicano, pueden agruparse en tres amplias áreas: a) intercambio de servicios personales de salud; b) servicios de financiamiento; y c) comercio de productos. En este análisis se destacan, de manera breve, los aspectos relacionados con la primera de estas áreas.[8] De acuerdo a la Academia Nacional de Medicina de México (ANM), existen cinco modalidades principales en el intercambio de *servicios personales de salud:* la exportación de servicios, el movimiento de demandantes, el movimiento de prestadores de servicios de salud, el establecimiento de unidades de atención médica en otro país y la vinculación de proyectos conjuntos internacionales.[9] Particularmente y como lo señala la ANM, la segunda de estas modalidades, la movilidad transfronteriza del consumidor de estos servicios, se constituye hasta ahora en el aspecto más importante del intercambio en la frontera de México y Estados Unidos.

Los resultados de diversas investigaciones realizadas sobre este tópico en la región fronteriza México-Estados Unidos[10], así como los hallazgos de las encuestas practicadas en el estudio del que parte este trabajo, proporcionan una idea aproximada de este fenómeno en la región. En la conformación de este proceso, ha ejercido gran influencia el esquema de demanda por estos servicios presentado por usuarios mexicanos y extranjeros en ambos países.

---

[8] Los otros temas son tratados con mayor detalle en SALIDO, P. L. 1997. op. cit.

[9] Academia Nacional de Medicina op. cit.

[10] Véase al respecto, entre otros, los trabajos de HOMEDES (1992), NICHOLS (1994).

Resultados de la Encuesta a Profesionales de la Salud en Sonora. Con respecto a los prestadores de servicios de salud que atienden residentes en el extranjero, por regiones de Sonora, se encontraron las proporciones más altas en las comunidades de la frontera: 96 por ciento de los médicos y 95 por ciento de los dentistas. Por nivel de especialidad, se encontró en la frontera que todos los médicos de los niveles I (generales) y II (especialistas) atienden pacientes extranjeros; de los del nivel III (subespecialistas), sólo los otorrinolaringólogos y la mitad de los oftalmólogos no atendieron pacientes extranjeros. Los dentistas del nivel I, en un 92% sí atienden, y también todos los incluidos en el nivel II.

En cuanto al número de pacientes con residencia en los Estados Unidos atendidos por mes en la región fronteriza de Sonora se encontró un promedio de 32 pacientes (28 para los médicos y 36 para los dentistas), superior a los 25 reportados en el estudio de Homedes y colaboradores, de 1988. La carga porcentual promedio de estos pacientes con respecto al total atendido mensualmente fue de 29.4%, cifra igualmente superior al 27 por ciento registrado en la investigación mencionada, hecho que llama la atención pues refleja

Cuadro 1 - Sonora: Profesionales de la salud que atienden a residentes en el extranjero (%)

Profesional	Región Frontera	
de la salud	Atienden	No Atienden
Médicos		
n*	**45**	
Nivel I	100	0
Nivel II	100	0
Nivel II	88	12
Dentistas		
n*	**46**	
Nivel I	92	8
Nivel II	100	0

Nivel I: Incluye médicos generales, familiares y medicina alternativa
Nivel II: Incluye ginecólogos, pediatras e internistas
Nivel III: Resto de especialidades
*Tamaño de la muestra
Fuente: Tomado de Salido et al, op. cit.

un aumento en términos relativos y absolutos si se toma en cuenta que el número de prestadores de servicios de salud creció en este periodo. En la frontera, el 47 por ciento de los médicos y el 37 por ciento de los dentistas comentaron que la mayor parte de sus pacientes estadounidenses los visitan de 4 a más veces durante el año. En relación al tipo de padecimientos que acuden a atenderse, los usuarios de estos servicios señalan como los más importantes los siguientes : 70% dentales (incluyendo ortodoncia); 18% cirugías; problemas leves, 55 por ciento; graves, 18 por ciento. En su mayoría, los pacientes son de origen latino, mujeres (55%), en edad reproductiva; además, más de la mitad cuentan con algún seguro de salud en los Estados Unidos. Recientemente, la tendencia en el número de pacientes anglosajones atendidos en Sonora, ha crecido considerablemente, como se advierte en las salas de espera de los consultorios –sobre todo dentales.

Por su parte, de la *Encuesta a Profesionales de la Salud en el Estado de Arizona*, resultó que en un 79%, estos prestadores señalaron atender residentes provenientes de México, aunque no pudieron precisar cuál era la proporción de estos pacientes en relación al total atendido mensualmente. Los motivos de los consumidores procedentes de México que buscan servicios de salud en Arizona también varían. Algunos de ellos buscan servicios de salud de una calidad superior a la que perciben existe en México; otros solicitan esta atención en Estados Unidos porque consideran que ello les otorga mayor prestigio. Hay también quienes buscan servicios de especialidades o atención altamente especializada, la cual no se encuentra disponible dentro de una distancia razonable a su lugar de residencia. En ciertos casos, algunas mujeres continúan cruzando la frontera para dar a luz a sus hijos, con la meta de asegurar la ciudadanía estadounidense de sus bebés. Entre los tipos específicos de servicios proporcionados a consumidores mexicanos se incluyen los de urgencia (principalmente traumatología), tratamientos por especialistas, atención primaria y servicios dentales.

Los consumidores toman decisiones acerca del lugar donde obtienen los servicios de salud con base en una variedad de criterios, incluyendo el costo relativo del producto o servicio, la calidad, disponibilidad/conveniencia, o grado de correspondencia con las necesidades y expectativas culturales del consumidor.[11] Así, al preguntar por las razones de su preferencia para atenderse en Sonora y respondiendo a opciones múltiples, el 76 por ciento de los usuarios anotó que por el costo más bajo de estos servicios; el 38 por ciento dijo sentir más confianza con médicos mexicanos ; un 33 por ciento por comodidad en el idioma ; 27 por ciento porque siempre se atiende en México; un 23 por ciento considera que la calidad es similar a la ofrecida en Estados Unidos y un 14 por ciento porque a su juicio el nivel tecnológico -infraestructura médica- es también aceptable . También resultó que, en el 91 por ciento de los casos, los usuarios surten su receta médica en farmacias del lado mexicano.

Los motivos de los consumidores procedentes de México que buscan servicios de salud en Arizona también varían. Algunos porque perciben una calidad superior en servicios de salud de la que piensan existe en México; otros, porque consideran que ello les otorga mayor prestigio. También hay quienes buscan servicios de especialidades o atención altamente especializada, la cual no se encuentra disponible dentro de una distancia razonable a su lugar de residencia. En ciertos casos, algunas mujeres prefieren dar a luz a sus hijos en Arizona con el objetivo de asegurar la ciudadanía estadounidense de sus bebés. Entre los tipos específicos de servicios proporcionados a consumidores mexicanos se incluyen los de urgencia (principalmente traumatología), tratamientos por especialistas, atención primaria y servicios dentales.

Algunas comparaciones en costos de servicios de Salud en Sonora y Arizona destacan que en el lado mexicano las consultas por atención médica especializada cuestan aproximadamente una cuarta

---

[11] Véase SALIDO, P., op. cit.

parte que en su contraparte norteamericana; los servicios hospitalarios resultan de 13 a 20 veces más caros en Arizona que en Sonora, mientras que los medicamentos son de 5 a 6 veces menores en Sonora. En cuanto a la calificación de los médicos, existen importantes diferencias en los procesos de educación de ambos países: en Estados Unidos toma de 6 a 16 años completar estos estudios, incluyendo rigurosos exámenes de admisión en las escuelas de medicina y para la certificación. En México, se tiene un promedio de 10 años para esta educación, no existe tanta competencia por ingresar a estas escuelas, y el otorgamiento de certificación apenas a partir de la última década y estimulado por el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC), ha cobrado importancia creciente. Así se denota en la frontera sonorense, donde un 81 por ciento de los médicos son especialistas, de los cuales un 71 por ciento cuenta con certificación, aunado a que más del 70 por ciento contaba con una experiencia mayor de 10 años de ejercer su profesión al momento de realizarse el estudio. Respecto a la calidad de los servicios otorgados en las prácticas médica y dental, los usuarios encuestados en la frontera mexicana (64 por ciento dijo preferir atenderse en México), así como del examen cualitativo practicado se observa niveles comparables en ambos estados, en términos de buen trato, efectividad y tecnología, aunado a la parte mexicana los aspectos socioculturales, y mayor accesibilidad en horarios y días de consulta.

Respecto al comportamiento del flujo de pacientes que cruzan la frontera en ambas direcciones, observado durante los últimos 12 meses previos al momento de la encuesta, coincidentemente el 93 por ciento de los médicos de las dos fronteras consideraron que se ha incrementado o permaneció igual. Se observa un interesante movimiento hacia la región interior de Sonora y Arizona, más allá de las comunidades fronterizas, donde los encuestados percibieron mayor crecimiento en el volumen de pacientes atendidos procedentes del extranjero, lo que se explica básicamente por la disponibilidad de hospitales con tecnología más avanzada en las ciudades de esas regiones y de médicos con otras especialidades. (Cuadro 2).

Cuadro 2 - Tendencias en la demanda transfronteriza de Servicios de Salud (Percepciones de los prestadores) 1997

REGIÓN	SONORA	ARIZONA
• INTERIOR		
Creciendo/Igual	67%	80%
Disminuyendo	33%	20%
• FRONTERA		
Creciendo/Igual	93%	93%
Disminuyendo	7%	7%

Fuente: Con base en Salido et al op. cit.

Otras formas de interacción a través de las fronteras, lo es el establecimiento de unidades de atención a la salud procedentes de otros países. En Sonora, a partir de la puesta en marcha del TLC, teniendo como componente sustancial la participación de inversión extranjera, se han instalado en Hermosillo, la capital del estado, y en Nogales, en la frontera, hospitales privados con especialidades. Para su facilitación, se contó con el apoyo del gobierno estatal. Por otra parte, se cuenta recientemente en la entidad, con el establecimiento de unidades de información/difusión de hospitales y otras instituciones de Arizona, con el fin de promocionar los servicios ofrecidos y como centros de información a posibles consumidores.

Un área con presencia comercial extranjera, es la del *financiamiento de la atención a la salud*, en especial en lo que hace a seguros de salud y programas de atención prepagados. En algunos de estos planes se proponen nuevos y diversos esquemas de financiamiento. Estas actividades han comenzado a cobrar relevancia en los últimos años, concretamente desde la instrumentación del TLC, que libera este tipo de industria. En otro orden de ideas, se observa en el estado el surgimiento de empresas que ofrecen carnet de descuentos en sus planes de servicios de salud y dentales orientados a grupos, empresas o instituciones, asociaciones, o dirigidos a individuos y familias. Algunas de estas empresas, se hallan afiliadas a compañías estadounidenses. La cuestión del financiamiento es importante, pues el pago por servicios proveídos resultó ser un aspecto de gran

preocupación para muchos de los profesionales encuestados en Arizona, especialmente aquellos que prestan sus servicios en comunidades próximas a la frontera.

Con el fin de conocer la interacción transfronteriza en comercio de productos farmacéuticos, se realizó una encuesta a 12 de las principales farmacias establecidas en Nogales, Sonora. Respecto al porcentaje de residentes en Estados Unidos que son clientes de estos establecimientos, se señaló un promedio de 50 por ciento del total, que en ocasiones representa hasta el 90 por ciento. El principal obstáculo mencionado para elevar su nivel de ventas a estos clientes fue la traba impuesta por las autoridades norteamericanas, que permiten a quienes regresan al país llevar consigo provisión personal de medicamentos que no exceda sesenta días.

Respecto al movimiento de prestadores de servicios de salud a través de la frontera, con el propósito de ejercer su profesión en Arizona u otro lugar de Estados Unidos, recientemente se ha intensificado significativamente. Aunque aún pequeño e irregularmente, es cada vez mayor el número de médicos y dentistas que acuden a prestar ahí sus servicios. Este caso es particularmente cierto para médicos de reconocido prestigio internacional (cardiólogos y oftalmólogos) asentados en Hermosillo; hasta ahora se ha llevado a cabo con permisos especiales y en forma temporal. En los últimos años son cada vez más los hospitales en Estados Unidos que ofrecen programas de entrenamiento para profesionales de la salud extranjeros, con el objetivo de cubrir particularmente la gran escasez que existe de servicios de enfermeras. Así lo constata el mayor número de estas profesionales de la salud sonorenses que son entrenadas y contratadas en hospitales de Arizona y Florida. Hay también la experiencia en algunas comunidades de Sonora, de estudiantes de medicina y enfermería de Arizona, que bajo acuerdos especiales entre las autoridades de salud de ambos estados, realizan cortas estancias en hospitales locales; existe además un pequeño flujo de estudiantes sonorenses que acuden a escuelas de medicina de Arizona, particularmente a nivel

de licenciatura. Así, en suma, se registra una intensificación en el intercambio de conocimientos y procedimientos clínicos entre los prestadores de servicios de salud (médicos y enfermeras, principalmente) tanto en forma individual como institucional.

COMPLEMENTARIEDADES EN SERVICIOS DE SALUD

Como se ha visto, el intercambio de servicios de salud entre Sonora y Arizona representa una importante actividad económica; ambos estados poseen un gran potencial para el crecimiento económico de esta industria. Arizona posee, entre otras cosas, una estructura educativa altamente desarrollada en áreas relacionadas con la salud, elevados niveles en tecnología y recursos humanos, importantes actividades en investigación y desarrollo, servicios de laboratorio eficientes y una desarrollada red de proveedores al sector de servicios de salud. Sonora cuenta con un importante número de profesionales de diversas áreas de la salud -muchos con especialidades y subespecialidades-, con gran capacidad para relacionarse con culturas de origen hispano y buen manejo del idioma inglés; los costos de los servicios de salud y productos farmacéuticos son significativamente más bajos que los ofrecidos en Arizona y otras regiones de México; se dispone también de opciones en medicina alternativa. En ambos estados se advierte una vigorosa demanda -interna y externa- por estos servicios. El TLC y la reforma al sistema de seguridad social en México ofrecen grandes oportunidades para una mayor inversión y actividad empresarial.

No obstante, en esta región binacional existen grandes deficiencias en aspectos considerados de gran importancia para la integración de un *cluster* transfronterizo en servicios personales de salud. Entre los principales obstáculos se encuentran: Diferencias en los procesos de educación, otorgamiento de licencias y certificación;

Carencia de mecanismos de financiamiento de la atención en salud en un contexto transfronterizo y bajos niveles de cobertura de seguros en gastos médicos privados en México; Bajo nivel de dominio del idioma Español y falta de conocimiento de otras culturas en la provisión de salud por parte de los proveedores en Arizona; Alto costo de los servicios en Arizona, especialmente para personas de bajo ingreso y sin seguro médico; Escaso acceso a equipo y tecnología médicos modernos en Sonora, así como a hospitales especializados en áreas fronterizas y turísticas; Insuficiencia en recursos de capital y difícil acceso al crédito en Sonora; Ausencia de un sistema transfronterizo de referencia y contrarreferencia de pacientes; Infraestructura de información en servicios de salud inadecuada a las demandas de la atención en salud transfronteriza.

Pese a los diversos obstáculos existentes para la integración transfronteriza, existen grandes oportunidades para el desarrollo de un cluster formal en servicios de salud entre Sonora y Arizona. El desarrollo de un cluster integrado en este tipo de servicios ofrece un potencial significativo para el mejoramiento tanto de las empresas en servicios de salud de ambos estados, como para la salud de los habitantes de la región.

CONCLUSIONES. LOS SERVICIOS DE SALUD COMO UN *CLUSTER* REGIONAL SONORA-ARIZONA

Desde el punto de vista de una región Sonora-Arizona, es decir en forma conjunta, ningún otro estado en México o en los Estados Unidos, por sí solo, reuniría los elementos que constituirían las ventajas competitivas de esta región única, en caso de darse las complementariedades necesarias para la integración formal de un *cluster* regional de servicios de salud. Sin embargo, las perspectivas de su desarrollo en un mediano y largo plazos

estarán en función directa del potencial de su competitividad internacional. Como resultado de la investigación realizada y en respuesta a las principales consideraciones señaladas en los puntos anteriores, se identificó una amplia serie de recomendaciones, producto tanto del análisis cualitativo como cuantitativo de la evolución del sector, conjuntamente a las percepciones de los actores involucrados directamente en las distintas áreas que comprende esta industria. Su instrumentación efectiva requiere de la acción de quienes participan en la toma de decisiones y de los líderes de los sectores de servicios de salud en ambos estados (gobiernos en todos los niveles, sector privado, universidades, organizaciones, colegios médicos, etc.).

Las propuestas para la región en su conjunto, incluyen, entre otras, las siguientes recomendaciones,[12] algunas de las cuales ya se han llevado a la práctica actualmente y otras se hallan en proceso de implementación:

- Desarrollo de un proyecto piloto transfronterizo de infraestructura;
- Mejorar la infraestructura en hospitales en las áreas turísticas;
- Aumentar la disponibilidad y cobertura de seguros médicos y planes de salud binacionales;
- Establecer contratos con proveedores sonorenses para cobertura de pacientes de Arizona, por parte de Medicare, Medicaid and AHCCCS;
- Mayor Desarrollo de acuerdos/convenios de entrenamiento que vinculen a instituciones en Arizona y Sonora;
- Provisión de programas de entrenamiento en terapia física y ocupacional en comunidades fronterizas;
- Fomentar un mayor conocimiento de los prestadores de los servicios, en cuanto a regulaciones y cuestiones legales pertinentes a ambos estados;
- Creación de un centro binacional de información en servicios de salud, que incluya publicación de un directorio de profesionales de la salud que ofrecen servicios en el contexto transfronterizo;
- Activar mecanismos para la certificación de proveedores en Sonora y Arizona que prescriban medicamentos a cubrirse en farmacias a través de la frontera;

---

[12] SALIDO, A., P. (1997)

- Facilitar el transporte y movimiento transfronterizo; facilitar el proceso de cruce de la frontera a individuos que buscan atención en salud; facilitar el movimiento transfronterizo de productos relacionados con el área de la salud;
- Desarrollo de un sistema binacional de comunicaciones;
- Desarrollo de una red binacional de referencia y contra-referencia;
- Resaltar la interacción transfronteriza entre proveedores;
- Instituir un centro binacional para evaluación y referencia de exámenes de laboratorio;
- Facilitar el manejo de idiomas y conciencia de aspectos culturales, en los proveedores.

Particular importancia reviste la atención a aspectos estructurales de los sistemas de salud en ambos estados/países, incluyendo aspectos de regulación/legislación, atención a la salud, financiamiento, enseñanza, capacitación e investigación, etc., para el mejor aprovechamiento de las oportunidades que presentaría la formalización de una integración transfronteriza regional. Entre otras, se proponen acciones como: Establecimiento de una "zona libre" para la práctica profesional en la frontera; Incrementar las actividades de colaboración y sociedades transfronterizas; Asegurar que el tema de los servicios de salud sea incluido en forma efectiva en las discusiones del TLC; Homogeneización en las leyes correspondientes a provisión de servicios y educación en salud.

BIBLIOGRAFÍA

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. *El Tratado de Libre Comercio y los servicios Médicos:* elementos para el análisis y la negociación. México: ANM, 1994.

CANO VÉLEZ, Jesús Alberto. Visión Estratégica del Desarrollo Económico de la Región Sonora-Arizona. In: VÁSQUEZ, M. A. (coord.). *Las Regiones ante la Globalidad*. Gobierno del Estado de Sonora y la Universidad de Sonora. Hermosillo, 1996.

GÓMES D., O., FRENK, J. El Tratado de Libre Comercio y el futuro del intercambio de servicios de salud en América del Norte. *Carta sobre Población*. v.1, n.2, Temas Selectos. México, D.F., 1994.

HOMEDES, N. et al. The role of physicians and dentists in the utilization of health services at the Arizona-Sonora border. In: *Southwest Border Rural Health Research Center.* Monograph n.31, College of Medicine, University of Arizona, 1992.

NICHOLS, A. W. Utilización de servicios médicos de Arizona por residentes de México. In: *Salud Pública de México*. 36. México, 1994. p: 129-139.

SALIDO A., Patricia L. et al. *Los Servicios de Salud en Sonora y Arizona*. Oportunidades para la Integración Transfronteriza. Informe Técnico preparado para los Gobiernos de los Estados de Sonora y Arizona y las Comisiones Sonora-Arizona y Arizona-Mexico, Dirección de Desarrollo Regional del Centro de Investigación en Alimentación y Desarrollo, A.C., Office of Economic Development de la Universidad de Arizona, CIAD, A.C. Hermosillo, 1997.

SALIDO A., Patricia L., SANTILLANA, Manuel. M. Elementos para el análisis del intercambio internacional de servicios de salud. La perspectiva de Sonora. Estudios Sociales. In: *Revista de Investigación del Noroeste*. n. 17, CIAD-COLSON-UNISON. Hermosillo, 1999. p.127-150

SALIDO A., Patricia L. Estructura de los servicios de salud en el norte de México. Vértice Universitario. *Revista de Divulgación de la División de Ciencias Económicas y Administrativas.* Universidad de Sonora. año 3, n.9, ene.-mar. Hermosillo, 2001. p.17-21.

VOGEL, R.J. Crossing the Border for Health Care: An exploratory analysis of consumer choice. In: *Journal of Borderland Studies*. v. X, n.1. 1995.

WONG-GONZÁLES, Pablo. Globalización y Regionalización: Nuevas Estrategias de Desarrollo Regional Transfronterizo. *UNCRD Proceedings Series* n.33: Planeamiento del Desarrollo Regional en el Siglo XXI: América Latina y El Caribe. Nagoya, 1998. p.41-64.

WONG-GONZÁLES, Pablo. Alianzas estratégicas de regiones transfronterizas: cooperación y conflicto en la frontera México-Estados Unidos. In: BORDA, D., MASI, F. (eds.). *Economías Regionales y Desarrollo Territorial*. Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya (CADEP). Asunción: 2002, p.144-179.

WONG-GONZÁLES, Pablo, PAVLAKOVICH, Vera. *The Arizona-Sonora Region*. Transnational Regional Economic Development in North America. Research Paper Series. 1996-1, Department of Community Affairs and Economic Development of the University of Arizona. 1997. p. 9-14

TIPOLOGIA DAS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS: ELEMENTOS PARA O DEBATE TEÓRICO-PRÁTICOS

Tito Carlos Machado de Oliveira*

* Geógrafo. Doutor em Geografia Humana (USP/1994). Professor Titular do Departamento de Economia e Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

Na região de fronteira há complementaridades de toda ordem, todos sabemos, o que as transforma em subsistemas abertos pouco condicionados às amarras das burocracias estatais. As coisas, os fatos, os atos – enfim a vida – que ocorre ali, é movida por necessidades e/ou vontades que fogem dos grilhões do escopo legal.

Nunca é demais lembrar que as pessoas somente sobrevivem porque se complementam, as divisões sociais do trabalho consolidam e respaldam os motivos de viver de cada um; as cidades também somente existem por que se

complementam com outras cidades no palco da divisão territorial do trabalho. Todavia, na fronteira, existe algo mais.

Os marcos de jurisdição legal que sobrepõem vontades e ditam limites "manifestam uma integração informal que sobrevive às conjunturas políticas de fechamento e de corte" (PADRÓS, 1994: 76), mas que, também, separam línguas e formas culturais de agir, fazendo com que o rigor destes marcos imponha uma preocupação cotidiana para as forças sociais daquele *meio-geográfico*: preservar a jurisdição de seu lado, e transpor a jurisdição do outro. Noutros termos, há um *limite projetado* pelo conjunto das forças sociais com o fito de sobrepor o *limite adotado* pelo Estado (EVANGELISTA, 1998).

Não há, no ambiente fronteiriço, em especial, nas *cidades gêmeas*, apenas a difusão de comunidades condicionadas a demandar relações de convivência onde se entrelaça sangue, línguas e capitais, ou seja, trocas. Há, por sua vez, um monitoramento dos ruídos que ameaçam ou violam a integridade territorial, e uma vigilância constante sobre a soberania e sobre o fio da existência cultural. É um local onde os direitos servem mais a si, enquanto os deveres servem mais aos vizinhos, ou seja, trocos[1]. São as existências das ricas trocas e dos trocos nas relações ambíguas e suas acomodações, que definem um comportamento invulgar, leve e ríspido.

O presente artigo visa: abordar algumas questões pertinentes ao comportamento econômico e social, traçando metodologicamente, uma tipologia de atuação do espaço presente no território fronteiriço; exemplificar, com a adequação desta tipologia à fronteira oeste do Brasil, com o norte-leste do Paraguai.

---

[1] Troco é sinônimo de troca ou de miúdo; mas também pode ser entendido, popularmente, como dinheiro, soldo, salário, propina e, ainda, como ato de retorno em uma rusga entre partes, ato de revanche, réplica. Neste texto, está sendo utilizado em todas estas formas e significados.

ENTENDER A NATUREZA DO COMPORTAMENTO INSTITUCIONAL NA FRONTEIRA

A linha que divide um Estado de outro, a faixa que separa (ou une, mas não mistura) uma cultura de outra, conspira contra a organização compacta e isofórmica de território. A dimensão na vida da fronteira é bipolar e multiforme. É, como podemos caracterizar, um lugar onde o limite se estabelece como (quase) necessidade de ser transposto. "Se relações necessárias devem se instituir entre elementos pertencentes a duas malhas diferentes, não são os limites que impedem essas relações..." (RAFFESTIN, 1993: 177). Por esta condição, a fronteira tem que ser observada com cuidado. A "... frontera fue y es simultáneamente un objeto/concepto y un concepto/metáfora. De una parte parece haber fronteras físicas, territoriales; de la otra, fronteras culturales, simbólicas" (GRIMSON, 2000: 9). Este aspecto antitético de ser concreta e abstrata, física e metafísica, simultaneamente, é o axial que sustenta a transposição dos limites compulsórios à legalidade, ou melhor dizendo, adequação à realidade.

Enquanto as leis no Estado-Nação funcionam de forma horizontal onde todos, sem distinção, estão sob sua égide e suas imposições, na fronteira, existe um escopo legal dividido em *duas* partes. Dista muito de ser um espaço isonômico. São duas legislações que se impõem (ou se contrapõem): de forma *horizontal* para um lado e *vertical* para o outro, e vice-versa. É como se o indivíduo fronteiriço vivesse em dois estados (sólido e gasoso), cuja necessidade imperativa é se adaptar.

Assim é na fronteira. A máxima do direito romano, *ubi pedis ibi pátria* (onde estão os pés aí está a pátria), reforça seu significado ante as vicissitudes impostas aos atos de produzir e viver naquele território. Existe vontade/necessidade: de um lado é sempre avançar sobre os limites da legislação civil, fiscal e normativa; do outro, ao mesmo tempo, preservar os seus (para o outro); noutros termos, estender a sua horizontalidade (as leis que os regem) sobre a verticalidade do outro

(Figura-1). A situação invoca uma convivência de natureza conflitiva, e o comportamento se enviesa em ambos os lados do limite imposto. As conexões e os compromissos assumidos diante da subjetividade envolvente não possibilitam a mistura de culturas e tradições, senão o contrário, nas fronteiras os princípios que identificam os nacionalismos se afloram em rivalidades com mais intensidade que alhures. Isto não implica dizer que não haja uma convivência entre as relações preexistentes, contudo não há uma simbiose cultural definitiva. Os conflitos, as desconfianças, as rusgas, bem como os preconceitos são perenes, ainda que pouco aparente, e criam um ambiente de profundo cuidado nas complexas relações de todo tipo, amorosas inclusive. Esta pluralidade de ambiente termina por conceber comportamento similar para a população: os fronteiriços se parecem e criam as condições necessárias para produção e reprodução de uma localidade específica, ou então, melhor afirmando - uma *translocalidade* no dizer de Appadurai (1997). Este ambiente plural transformou as fronteiras em territórios singulares. São singulares em relação ao território-nação e singulares entre si - cada fronteira é *uma* fronteira.

No passado (até não muito distante), esta singularidade possuiu um significado (quase) exclusivamente militar. A questão é simples: a

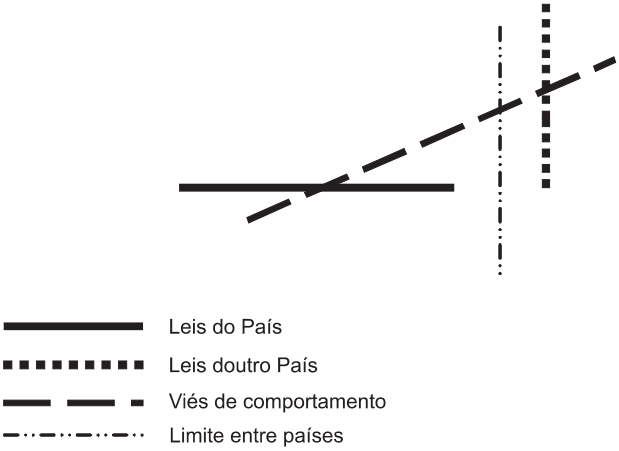


Figura 1 – Tendência de Comportamento da Fronteira

segurança militar ali localizada, estava submetida à lógica intransigente da preservação e não da expansão. E, como o preparo militar parte do princípio do uniforme, padronável e inflexível, as singularidades são desconhecidas ou desprezadas. O resultado é o estabelecimento de agudos níveis de intolerâncias, suscitando um comportamento hostil, pela simples presença. Totalmente outra é a lógica que se pressupõe hoje, com 'ausência' militar.

Nos dias que correm, ainda que a presença militar na fronteira seja real, ela não passa de uma presença limitada e reduzida, e do ponto de vista 'da função, ' ineficiente e torpe[2]. Há uma inversão da lógica: da preservação para a expansão. Não há expansão do território (como estava traduzida a lógica da preservação), mas sim, a expansão das relações de trocas e, na expansão - daquilo que, no dizer de Santos (2004b), podemos chamar - da *territorialidade*. Está na irresoluta *territorialidade* presente, o redesenho dos arranjos sociais. Isto não faz desaparecer as tensões e os preconceitos, como referidos anteriormente; o que há é um redimensionamento da convivência, onde a intolerância cede lugar a formas tolerantes de sociabilidades indulgentes. A permissividade faz parte do cotidiano fronteiriço mais que em qualquer outro ambiente.

DESENHANDO A TIPOLOGIA DAS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS

Um pouco além de tudo. Devemos compreender este *meio geográfico*, fazer um esforço de sistematicamente, analisar o uso e fluidez do território, desde a utilização de seu *sistema de engenharias*, o fluxo das atividades econômicas, as conjugações das formas sociais, jurídicas, o movimento dos homens e a política que os guia.

---

[2] Considerando as novas faces *da guerra*, os instrumentos disponíveis para preservação de fronteiras e combates, a presença física do soldado é dispensável.

A fronteira não é uma só. Para entendê-las devemos depreender as especificidades de seus fluxos e suas conexões íntimas com o território. A fluidez, com características irreversíveis de ampliação do comércio internacional, tem posicionado as regiões fronteiriças como verdadeiras pontes prostrando as barreiras físicas que impedem a cooperação entre as nações, como alude Ganster e outros (1997: 9). Por manter uma importante interdependência com o exterior, muito maior que outras regiões, os espaços fronteiriços se apresentam, no quadro das novas tendências descentralizadoras, com maiores níveis de capacidade para a complementaridade e, até, competitividade nos mercados internacionais (sobretudo os mais próximos).

Uma estratégia, que busca aproveitar as oportunidades resultantes da transversalidade do comportamento populacional nas fronteiras, é criada. Esta estratégia, geralmente montada por entidades associativas, empresariais, etc (lícitas ou ilícitas), sustenta iniciativas para incrementar fluxos comerciais diversos e, como efeito, estabelece novas rotas comerciais, mudança dos fluxos migratórios, dimensiona as conexões urbanas e redimensiona o papel do poder público: de todo modo, concebem formas menos ortodoxas de uso do território. Independentemente de sua forma e sua estrutura, estas localidades podem ser caracterizadas por "regiones económicas binacionales' (WONG-GONZÁLES, 2001: 155).

É desnecessário dizer que as estratégias traçadas, grosso modo, mobilizam recursos em todos os sentidos, que provocam *frénésie* em determinadas partes do território, em detrimento de outros.

Partimos dos pressupostos estabelecidos por Wong-Gonzáles (2002) para vislumbrar o processo de integração. Segundo o estudioso, entre a 'Região de Sonora-Arizona', a fronteira conhece duas formas de integração econômica: uma de natureza completamente *funcional* e outra de natureza *formal*. Estas formas de integração, que no geral se complementam, possuem características muito distintas. A integração econômica *funcional*, mais antiga, pode ser identificada como aquela que deriva das 'fuerzas del mercado' e concebida pelas articulações

dos atores sociais; enquanto a *formal*, mais recente, 'es consecuencia de acuerdos deliberados' dentro de uma formalidade (quase sempre legal) entre partes interessadas (WONG-GONZÁLES, 2001: 160). Devemos afirmar que a natureza da integração *funcional* não pode ser confundida como ilegal, ilícita ou substancialmente contraventora.

Temos ciência de que as caracterizações reproduzidas buscam retratar uma realidade muito específica, a fronteira México com os Estados Unidos, recheadas de exemplos e concepções eficientemente demarcadas para aquela fronteira. Todavia, Wong-Gonzáles nos abre um leque de opções, por onde podemos navegar em direção a uma formulação um pouco mais abrangente. Na realidade, a formulação do pesquisador mexicano nos convida a uma reflexão intelectual, capaz de entender a realidade fronteiriça além interposição relatada. O cruzamento dos níveis de integração formal e funcional permite construir um desenho consistente no conjunto das interações sócio-materiais das fronteiras.

A integração *funcional* – "Estas regiones económicas transnacionales, de corte *funcional*, se constituyen a partir de la acción de grupos y cámaras empresariales, asociaciones comunitarias y gobiernos locales, donde se desarrollan iniciativas y acciones para incrementar flujos comerciales, localización, la planeación del transporte y cruces transfronterizos, entre otras." (WONG-GONZÁLES, 2001: 152). Também são formas de integração funcional: o comercio, o serviço e a produção industrial de vizinhança, aquela que consolida a complementaridade cotidiana, os empréstimos de máquinas, instrumentos e equipamentos realizados, em especial, no setor rural, e as manifestações realizadas entre unidades de administração local não sustentadas em acordos jurídicos. Ainda que não exclusivo, a maioria absoluta das manifestações funcionais é sustentada pelo circuito inferior da economia; trata-se de uma parte da economia pouco moderna "...que compreende a pequena produção manufatureira, freqüentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie" (cf. SANTOS, 2004: 197); inclui-se neste quesito

parâmetro, os "elementos puros," tipo comércio moderno do outro circuito. Entretanto, devemos considerar que a riqueza da funcionalidade regional, traz consigo uma série de outras atividades não apenas *funcionais*, mas também não lícitas. As facilidades induzidas pela dinâmica das articulações econômicas e sociais não formais 'abrem espaço' para articulação, penetração e consolidação de atividades malévolas (tipo: o narcotráfico, o contrabando, etc.) por grupos que se articulam em *redes* além das nações; como ainda, grupos empresariais que possuem uma tradição nas atividades formais e que podem se sentir incitados a partir para ações, não apenas funcionais, mas informais. Isto tudo não é uma prerrogativa exclusiva das fronteiras. Todos os lugares, entrementes, acumulam funcionalidades excessivas, quando a formalidade é pouco aplicada.

Assim colocado, toda relação funcional excessiva que se distancie de ações formais, pode violar ou ameaçar a salubridade das conquistas e os vínculos de integração existentes na fronteira. Porém: o avesso também é problemático.

A integração *formal* – pode ser configurada como aquela que se enquadra com a geral legalidade, como os acordos bilaterais, as importações e exportações aduaneiras, estabelecimento de entidades supranacionais, intercâmbios estudantis, programas de controle sanitário entre países, etc. Aqui, também, não há exclusividade, mas, a maioria das articulações econômicas são dadas pelo circuito superior, especialmente pelos seus "elementos impuros" (comércio export e import, indústrias de exportação) e pelos "elementos mistos" (atacadistas e transportadores). A integração *formal* termina se constituindo em instrumento impeditivo ao exagero de circulações funcionais, visto que exige um aparato institucional e, por vezes, repressivo, como 'função de controle' sobre a sociedade, inibindo que toda complementaridade fique repousada em *redes* transfronteiriças, às margens das definições estatais e evitando a ocorrência da difusão de fenômenos indesejáveis (RAFFESTIN, 1993). Contudo, se a ausência completa de integração *formal* é um mal, a sua presença ilimitada (digamos, forte

em demasia) também o é. Com a presença muito acentuada das articulações pelo lado formal restringe-se a funcionalidade, visto que, a formalidade exige um aparato institucional (quase sempre de natureza fiscal e repressiva) que cresce e decresce, independente dos níveis de circulação dos fluxos formais. Todas as vezes que reduz o trabalho de controle da formalidade por razões diversas, o aparelho institucional volta-se para coibir as articulações funcionais (quase nunca ilegais); como efeito, reduz os níveis de complementaridades e os intercâmbios (comerciais e culturais) que sustentam o dinamismo do território, em especial, nas conurbações e semiconurbações[3].

Em outros termos, podemos dizer que, enquanto perspectivas: a população e a economia fronteiriça clamam pela ampliação da integração *funcional*; enquanto, o Estado tentará, por todos os meios, instituir regras que limitem a funcionalidade e amplie a integração *formal*. Na realidade, a relação entre estas duas lógicas é conflitiva, todavia, muito mais na aparência do que na essência - uma sempre recorre à outra para consecução dos seus desígnios. E, por assim ser, a dinâmica territorial e a 'paz' na fronteira serão demarcadas pela atuação proveniente de ações convergentes entre o *formal* e o *funcional*, como vemos a seguir.

Pode-se caracterizar as regiões, cidades, empresas e entidades da fronteira baseando-se sobre duas lógicas centrais: a lógica da integração *funcional* e a lógica da integração *formal*. Com a ajuda desta dupla condição de integração, podemos identificar uma Tipologia de Relações Fronteiriças. Esta tipologia (Figura 2) permite-nos verificar uma diferença acentuada entre as localidades, empresas, etc[4], caracterizados pela presença de relações de trocas com outro país.

---

[3] Em Corumbá, fronteira do Brasil com Bolívia, isto é muito visível; a redução dos fluxos formais entre os dois países tem representado hostilidades de ambas as partes; somente neste ano, a fronteira foi fechada várias vezes, impossibilitando qualquer tipo de circulação.

[4] Para efeito deste *paper*, vamos centrar nosso olhar sobre a base do território e não das empresas.

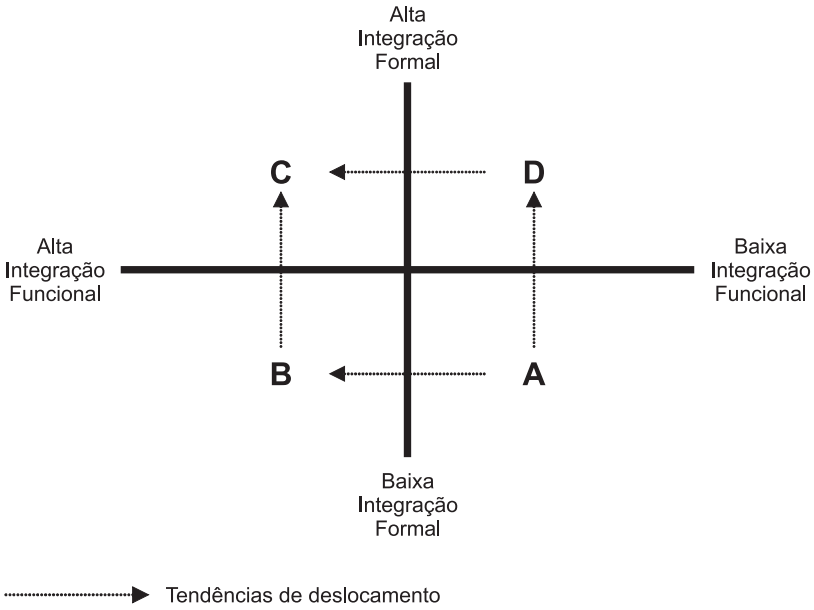


Figura 2 - Tipologia das Relações Fronteiriças

A tipologia foi construída, colocando-se de um lado, a intensidade e a fragilidade de relações *formais* de trocas e, de outro, a intensidade e fragilidade de relações *funcionais* de trocas. O resultado é a presença de quatro diferentes Tipologias de Relações Fronteiriças, a seguir:

Situação A: Baixa integração *Formal* com baixa integração *funcional*. Fronteira Morta. Uma fronteira de costas para a outra. Este caso corresponde àqueles territórios fronteiriços, cujas administrações das cidades, empresas, entidades, etc. não possuem e não vislumbram nenhuma relação de proximidade com o país vizinho. A formalidade está presente na esfera conjuntural e a baixa integração *formal* significa, no geral, a ausência de infra-estrutura rodoviária voltada para atender um processo de circulação de mercadorias e pessoas para a fronteira; enquanto a ausência de relação *funcional* nulifica o nascimento de atividades comerciais, industriais e serviços de médio porte 'exportador' ou reexportador. As cidades que se en-

contram neste território possuem uma relação mórbida e passiva com a fronteira, a sua condição (de fronteira) é um "incômodo" político-administrativo. Quando muito, este território serve à exploração latifundiária de ambos os lados da fronteira ou como reserva (ambiental, indígena). Em consonância com a Proposta do Ministério de Integração Nacional (2005: 144), podemos caracterizar esta fronteira como modelo *margem*. "Podem ser considerados espaços potenciais de aplicação de políticas públicas futuras"[5].

Situação B: Baixa integração *formal* com alta integração *funcional*. Território Perigoso. O território, nesta faixa de fronteira, é povoado de implicações adversas: a utilização do trabalho, das terras, dos serviços e as relações comerciais (consolidados em HOUSE,1980) ali existentes, acontecem porque são movidas por uma informalidade abusiva. É muito comum trabalhadores de um lado da fronteira serem utilizados do outro lado, sem o mínimo de formalismo, com salários muito abaixo do praticado; conseqüentemente, termina por disponibilizar os trabalhadores nesta condição, ao trabalho não apenas funcional, mas ilícito. Este é apenas um exemplo de uma variedade de possibilidades, onde o excesso de funcionalidade pode desaguar em formas descontroláveis de ilegalidades. Mais ainda: as relações de confiança/desconfiança fazem com que a troca seja efetuada sempre (ou majoritariamente) em papel moeda, desprezando-se outras formas de transações (cheques, cartões, etc). A ausência de atividades formais, comumente, contagia o território de maneira sistêmica e endêmica, contaminando inclusive, setores de acesso restrito, como bancos e a administração pública, que não muito raro, chega até aos respectivos servidores no topo da hierarquia. Nestes territórios, são mais visíveis as formas paramilitares de segurança e o silêncio como *código de conduta*. De todo modo, este território não engendra atra-

---

[5] O trabalho realizado pelo Grupo RETIS da UFRJ, para o Ministério da Integração Nacional, estabelece uma Tipologia para as interações fronteiriças com cinco modelos fundamentais: *margem, zona-tampão, frentes, capilar e sinapse.* (MIN, 2005: 144-147)

tivos para instauração de atividades comerciais representativas no cenário regional, senão o contrário - apresenta-se como uma força de repulsão de atividades formais legais, ainda que possa ser contornado.

Situação C: Alta integração *formal* com alta integração *funcional*. Fronteiras Vivas. "As fronteiras vivas, caracterizadas por uma presença demográfica relativamente importante e por uma estrutura social complexa (...) Os habitantes desses espaços não se sentiram constrangidos em trocar relações, pelo fato de serem componentes de nações distintas. Indiferentes a isso, interagiram e constituíram espaços próprios comuns, invadiram terras internacionais, trocando informações, produtos, relações, configurando um novo território, criando normas e articulações definidas para atender àquelas pessoas, transgredindo determinações provenientes de instâncias situadas em círculos distantes, em áreas externas a elas" (MÜLLER, 2003). São áreas típicas de tensão constante. Aqui a confrontação das duas lógicas – das organizações econômicas e das organizações políticas sugeridas por Raffestin (1993) – contrapõem-se com mais intensidade e aparência; esta contradição torna-se benéfica quando uma consolida um limite à outra. Se observarmos mais apuradamente, vamos verificar que são quatro lógicas, visto que, tanto a lógica econômica quanto a política não são a mesma quando ultrapassam a linha da fronteira; nesta condição nota-se a interposição das organizações políticas de um lado, limitando as organizações econômicas do outro. As transgressões, manutenções, interposições, distorções, as trocas e os trocos afirmam um movimento e um comportamento transversal nas convivências e nas interações, favorecendo uma dinâmica particular das atividades, com características singulares naquele território, em especial, nas conurbações: os abusos da funcionalidade são, no geral, corrigidos pela imposição de ações de integração *formais*; por outro lado, a integração *funcional* oferece vantagens suficientes para construir uma relação de convivência capaz de suplantar a concepção tradicional de fronteira (barreira, limite, corte e descontinuidade). Esta situação aproxima-se - não *in totun* - do modelo de *sinapse* proposto pelo Ministério da Integração Nacional (2005).

Situação D: Alta integração *formal* e com baixa integração *funcional*. Fronteira Burocrática. Este é um território tomado por ações de Estado ou empresariais, visando potencializar sua posição competitiva frente a outras regiões ou outras empresas, através da dinamização das exportações e/ou importações, criação de portos aduaneiros, zonas especiais de exportação, implantação de *maquillas*. Como pode apresentar programas entre dois países para controle de zoonoses com vacinação de rebanhos, educação sanitária, e atividades militares para combate ao narcotráfico e ao contrabando, desprezando os nexos de integração cotidiana com o território; nestas fronteiras, as pessoas que transitam nesta formalidade, pouco constroem laços de fraternidade com os atos culturais locais.

A Tipologia apresentada que se articula sob duas lógicas e apresenta quatro tipos de Relações Fronteiriças, não traz consigo a primazia de uma lógica sobre a outra. Nos sistemas colocados, nas situações **B** e **C** as empresas, as entidades e as articulações funcionam, em relação à fronteira, sob a égide de uma "lógica territorial" (segundo MAILLAT, 1994), onde as ações acontecem por mecanismos endógenos movidos por inter-relações de múltiplos atores, prioritariamente locais; neste caso, a complementaridade (saudável ou não) existe e tende a tecer relações horizontais de parceria efetiva. Totalmente outra é o sistema colocado nas situações **A** e **D**. Nestes sistemas as integrações com a fronteira são ditadas por articulações exógenas, o 'efeito *meio geográfico*' é utilizado (quando utilizado) verticalmente - de cima para baixo, cujo ator dominante, na configuração territorial, é externo e pouco integrado.

Considerando que, assim como a sociedade em geral, a Fronteira ou é dinâmica ou sofre reflexos de dinamismos externos; e, especialmente, se considerarmos que a Fronteira é mais porosa e permeável do que outras partes dos territórios nacionais: não podemos considerar que posição destes diferentes tipos de situações sejam estáticas. Os sistemas podem se deslocar em ambos os sentidos, porém há uma tendência de deslocamento de **A** para **C,** passando por **B** ou por

D. Contudo, como os fluxos pendulam com muita intensidade, acompanhando comportamentos de demandas sugeridas por acordos supranacionais, oscilações cambiais, estratégias nacionais, etc. sugerindo afirmar que *outros* deslocamentos também podem acontecer.

Vejamos algumas circunstâncias: o deslocamento da direção das exportações regionais de determinado produto pode suscitar o aparelhamento de portos (secos ou molhados) e de outras infra-estruturas em determinadas regiões de fronteira; ocasionaria, por efeito, a instauração de atividades de integração formal. Se isto ocorre em um território de situação **A,** ele tenderia à condição **D** rapidamente; se ocorrer na condição **B** ou **D,** ele tenderia à condição **C**; e, se ocorre na situação **C,** poderia, ainda que em menor possibilidade, influenciar a região que tenderia a deslocar para situação **D**. No caso das trocas se inverterem, provocadas por oscilação do câmbio, pode desmotivar o influxo de mercadorias de determinados tipos, mudando as características do comércio local (de importador para exportador ou reexportador), criando uma nova regionalização, provocando conseqüentemente um deslocamento de qualquer situação, com exceção provável da Situação **A**, como ainda, acordos supranacionais podem criar zonas de livre comércio e desestimular zonas especiais de exportação; estratégias nacionais podem definir, através de incentivos diversos, deslocamentos populacionais (frentes pioneiras, assentamentos rurais, etc) ou de empresas (via subsídios fiscais); e, iniciativas para promover e incrementar ricas relações de intercâmbios por atores locais: sugerem uma nova espacialidade, redefinindo sinergias e competências capazes de variar as situações de integração, o comportamento estabelecido e a 'alma' do lugar, como efeito, podendo redefinir a posição em todas as Situações (**A** inclusive), de modo que todas as manifestações de complementaridades internas e as externalidades (*lógica estrutural* e *lógica conjuntural* no dizer de PABAYLE, 1994) se manifestam no sentido de cunhar vantagens (competitivas, passivas ou ativas cf. MEYER-STAMER, 2001) ou desvantagens territoriais.

É obvio, que estas evoluções e involuções não operam automaticamente; as lógicas formais e funcionais agem no sentido da coerência territorial e, às vezes, no sentido da desarticulação. A evolução desejável pode ser pilotada, mas as indesejáveis também, o que depende sempre, em última instância, da capacidade da ação e intervenção dos atores regionais.

O ESPAÇO FRONTEIRIÇO, UM ESFORÇO DE LOCALIZAÇÃO DO *MEIO GEOGRÁFICO* NA TIPOLOGIA DAS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS: FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI.

Após as reflexões sobre o desenho teórico da Fronteira, permitimo-nos, agora, traçar um perfil do território fronteiriço - considerando a Tipologia apresentada - entre o Brasil e Paraguai tendo como palco às raias do Estado de Mato Grosso do Sul.

Na realidade, o nosso intuito propõe levantar algumas questões sobre as condições econômicas e sociais neste *meio geográfico*, dentro das tipologias sugeridas, sem o significado de uma 'camisa de força' ao entendimento da realidade.

Identificando: no estado de Mato Grosso do Sul, a linha divisória tem uma extensão de 1.517km; destes 386km de fronteira - com a Bolívia, e 1.131km - com o Paraguai. São 12 municípios situados na *linha* de fronteira, sendo que, entre eles, alguns na condição de conurbação. Se contarmos a *faixa* (150 km da linha), o território abrangido corresponde a aproximadamente 48% da área do Estado, com 39 municípios, 895.680 habitantes e uma densidade demográfica de 5,23hab/km^2, ou seja, uma região pouco povoada.

Para o estudo a que nos propomos a aprofundar, vamos fixar nossa atenção naquelas regiões onde os contatos físicos, econômicos

e sociais são mais intensos com o Paraguai, sem contudo, desprezar em definitivo, as cidades que se encontram na *faixa* definida em lei (150 km da linha).

É bom lembrar: toda esta região de contato foi, na passagem do século XIX para o século XX, do lado brasileiro palco do 'grande latifúndio do oeste', de domínio da *Cia. Matte Laranjeiras* que explorou, sob concessão, todos os ervais em território brasileiro localizado na faixa entre os Rios Paraná e Paraguai. Do lado paraguaio, registrou-se a venda de terras públicas logo após a Guerra da Tríplice Aliança "...tuvo su punto de partida em la padrinazgo oficial a determinadas personas o empresas" (GOIRIS, 1999: 131), originando imensos latifúndios[6] com baixíssima capacidade produtiva - este período é conceituado pelos historiadores paraguaios como *Era de los Latifúndios*.

Talvez, o ponto de partida para entendermos todo o processo de aproximação entre os povos da fronteira seja a exploração da Erva-mate (*ilex paraguaryensis*). Enquanto a maioria dos ervais eram explorados do lado brasileiro, a mão-de-obra utilizada era proveniente do lado paraguaio. Não é intuito deste trabalho aprofundar o estudo sobre a exploração dos ervais na fronteira, mas enfatizar que a rica história produzida por essa exploração foi a propulsora de criação de cidades e vilas, do aproveitamento do criatório bovino para alimentação e transportes, da criação de portos e vias de circulação, tanto do lado brasileiro quanto paraguaio. Os preceitos da convivência eram estabelecidos pela exploração latifundiária sempre em condições sub-humanas[7].

---

[6] Alguns são muito significativos na historiografia local: *Patricio Escobar Cia; Industrial Paraguaya* (depois CAFÉ – Compañia Americana de Fomento Económico pertencente a Clarence Johnson – 200 mil ha); *Cramer Ortlieb y Cia*; e Tomaz Laranjeira - que mais tarde consorcia-se com Francisco Mendes e formam a *Laranjeira Mendes e Cia*; consorcia-se, posteriormente, com o Banco Rio- Matto Grosso (de Joaquim Murtinho) e formalizam a *Cia. Matte Laranjeiras*.

[7] Os recrutamentos de trabalhadores eram feitos, no geral, pelo conchavo entre partes sob o domínio do latifúndio, que incluía donos de bares, policiais, cartórios e o "aconchavador" (figura que preparava o conchavo a partir de uma grande briga de bar).

Essa larga tradição de explorar o território fronteiriço pelas concessões latifundiárias, deixaram profundas marcas nas relações de convivência entre as duas partes. As rusgas de consistência natural entre culturas diferentes, na fronteira em tela, são sempre aprofundadas, resultando em avesso às relações humanas encontradas nos espaços contíguos na fronteira: enquanto se observa uma redução dos conflitos com a redução das assimetrias, naquele *meio geográfico* elas tomam corpo e se intensificam.

Mesmo assim, no local em que a atuação acima foi mais intensa, reforçou laços de parentescos e interações econômicas de complementaridades muito mais profundas do que naqueles espaços mais recentes; a conurbação de Pedro Juan Caballero (Py) com Ponta Porã (Br) é o exemplo maior.

Em todas as formas, na região em cena, há quatro níveis muito aparentes de Relações Fronteiriças que se definem por um comportamento econômico e social dessemelhante.

A primeira - situada na condição do Tipo ***A:***. Se afixarmos toda faixa em questão, vamos observar que a maioria dos municípios se enquadraria neste Tipo de relação, visto que mantém uma ligação à distância com a fronteira; para maioria dos investidores daquele território, a fronteira funciona como algo impeditivo de ações desenvolvimentistas; segundo informações colhidas junto aos segmentos empresariais, observamos que há um incômodo muito grande quando se trata do assunto *fronteira*. Há, evidentemente, exceção. Algumas empresas agropecuárias possuem relações comercias com a fronteira; hoje já se observa que na rede de armazenamento de grãos está incluído o Paraguai; como os frigoríficos têm mantido uma certa freqüência (incerta para contabilizar) na compra de gado paraguaio, conseqüentemente, constata-se um embrião de integração *formal*, ainda que muito frágil[8]; discutiremos esta questão mais adiante.

---

[8] Segundo empresários locais (na área de produção de leite), este relacionamento tende a crescer, considerando-se a modernização da agricultura e pecuária no Paraguai.

Dentre aqueles municípios na linha limítrofe, três deles chamam a atenção: Caracol, Aral Moreira e Japorã. Todos com sede muito próxima da linha limite, mas com uma relação quase inexistente com o lado paraguaio; durante as visitas a estas cidades, observamos que uma quantidade substantiva de pessoas, com quem mantivemos contato, não estabelecem relações comerciais, nem culturais, nem políticas e nem de parentesco com o lado paraguaio; quando isso ocorre, se estabelece via outra cidade: no caso de Caracol - com Bela Vista ou com Porto Murtinho; no caso de Aral Moreira - com Ponta Porã e, no caso de Japorã - com Mundo Novo. Os três municípios foram palco de ação da Cia. Matte Laranjeiras, todavia nenhum deles teve participação efetiva nos processos de produção e circulação[9]. O caso de Japorã é de maior agudez, por ser um município muito pobre (o menor IDH-M do Estado), tanto urbano quanto rural (região de assentamentos de trabalhadores rurais); é inclusive, uma região de reservas indígenas (na divisa), em constantes conflitos com fazendeiros, o que faz com que a aproximação com a fronteira seja tida como 'maldita'. Quando perguntamos aos administradores públicos dessas três localidades, sobre as possibilidades de maiores interações com o Paraguai a resposta foi: "... já temos problemas demais, para quê ampliá-los?", demonstrando que além de não cultivar, não propõem estimular uma aproximação com a fronteira.

Depreende-se claramente que não há vontade política no intuito de deslizar esta fronteira para uma relação de Tipo **C** ou Tipo **D**. A fronteira é, realmente, morta; há pouco a se observar sobre o comportamento de ambos os lados da mesma. No Paraguai - Departamento de Concepción - que faz limite com o município de Caracol, possui na

---

[9] Considerando a importância da Matte Laranjeiras e de suas relações com o Paraguai, trabalhamos com a hipótese de que os municípios de sua influência tenderiam uma aproximação com a fronteira. O fato é que os três municípios, em questão, nasceram vinculados a outras necessidades: Aral Moreira - ao movimento da soja, Caracol vinculado a pecuária bovina, e Japorã relacionados aos assentamentos de trabalhadores rurais e conflitos indígenas.

divisa a pequena cidade de San Carlos (20km de distância) que não define uma relação de proximidade com Caracol (nem com Porto Murtinho). Enquanto que em Japorã e Aral Moreira não possui nenhuma cidade ou vila sequer, no lado paraguaio, podemos constar relações de complementaridade pelo lado do setor rural, ainda que, com muita debilidade (nestes municípios). Em Aral Moreia e Caracol encontramos um percentual pouco representativo (menos de três por cento) de proprietários com terras dos dois lados da fronteira,[10] segundo informação da categoria ruralista das três localidades.

Não podemos deixar de considerar que os três municípios possuem infra-estruturas debilitadas, tanto do lado brasileiro quanto da ligação com o território paraguaio: Japorã e Aral Moreira sequer dispõem de ligação vicinal pavimentada até suas sedes; as vias de destino ao Paraguai são consideravelmente intransitáveis; Caracol possui ligação pavimentada recentemente, porém com destino a San Carlos ainda persiste a ausência de boa traficabilidade, inclusive a travessia do Rio Apa é feita por botes; muito débil é a iluminação rural contida nos três municípios embora em Aral Moreira esta condição tenha conquistado avanços recentes. Por fim, também importante aludir sobre outros dois aspectos: um - crescente volume de terras destinadas a pecuária no lado paraguaio, sob a possessão de brasileiros sudestinos e sulistas, avançando sobre tradicionais áreas de pequenas propriedades camponesas, o que tem motivado o retorno dos *brasiguaios* ao Brasil; outro - segundo informações no comércio local, há um grupo significativo de pecuaristas que adquirem produtos (vacinas, hormônios, etc) de origem paraguaia, para aplicar no rebanho brasileiro.

---

[10] Entretanto, chamam-nos a atenção os fatos concernentes a propriedade da terra no Paraguai: um, é a quantidade de propriedades da La Victoria S.A (Seita do Reverendo Moon) - com mais de 680 mil hectares no Departamento de Concepción - trabalhando com agricultura, turismo e gado; ao mesmo tempo, a seita possui mais de 30 mil hectares (dados incompletos) no lado brasileiro (Município de Jardim, a 70 km da fronteira e próximo de Caracol) - o outro, é um conjunto de mais 170 mil ha de terras pertencentes a grupos de brasileiros, de diferentes regiões do Brasil.

*Uma situação especial com potencial - o Tipo **B***. Há vários fatos que nos possibilitam constatar que a situação encontrada neste tipo tem significado potencial. Enfatizamos dois de maior relevância: um - há um rearranjo espacial do lado paraguaio com a profissionalização da agropecuária em, praticamente, toda a região de fronteira[11]; por outro lado, no Brasil também está acontecendo um rearranjo espacial, com redefinições no conjunto produtivo, a partir do volume de assentamentos de trabalhadores rurais, alocados na faixa de fronteira[12].

Os municípios que se encontram neste Tipo de relação com muita formalidade, estão localizados fora da linha, porém na *faixa* de fronteira, ainda que haja potencialidades de toda ordem, devemos concentrar nosso olhar sobre três em condições mais ativas e efetivas: Dourados (120 km da linha), Naviraí (120 km da linha) e Amambaí (60 km da linha).

Dourados, segunda cidade do Estado de Mato Grosso do Sul, já pode ser considerada um centro sub-regional, uma cidade nos contornos de 200 mil hab, mas, que ao seu entorno sustenta uma atividade centralizadora de comércios e serviços para mais de 10 municípios. Nasceu e cresceu sob a influência de 'frentes pioneiras' da agricultura (Colônia Nacional de Dourados); recebeu e propiciou o avanço dos 'granjeiros' sulistas plantadores de soja no último quartel dos anos sessenta,[13] contudo, manteve uma forte relação histórica com grupos

---

[11] Nos estudos realizados por Masi, Penner e Dietze (2000) "Evolución del Rol de las Regiones Fronterizas en el Proceso de Desarrollo Económico del Paraguay: Tres Estúdios de Caso" confirmam que as regiões do Paraguai, que mais se desenvolvem, são as regiões fronteiriças.

[12] No Mato Grosso do Sul, as maiorias absolutas (+80%) dos assentamentos ocorreram nos municípios da faixa de fronteira; destes, 22% estão localizados em municípios da *linha*. De todos estes assentamentos um muito significativo foi a venda da famosa fazenda Itamarati (a maior fazenda de soja do mundo até o início dos anos noventa) para construir os assentamentos Itamarati I, II e III.

[13] Estes granjeiros chegaram ao sul do velho Mato Grosso animado pelo preço da terra após o fim das exportações de mate para Argentina e a sucessiva queda da arroba do boi gordo entre 1962 e 1969 (OLIVEIRA, 2000: 79-89).

comerciantes e com o criatório bovino de corte (hoje também de leite). Noutro sentido, mas na mesma direção, estão as cidades de Amambaí e Naviraí - estas duas que sempre estiveram sob as hostes da cidade de Dourados, têm recentemente conquistado um arco de articulação próprio com outros municípios da região (com o Paraguai, inclusive) visando o fortalecimento de sua economia. O estudo desenvolvido pelo Grupo Retis (MIN,2005: 230-257) corrobora com as afirmações ditas e a dizer.

Nestas três localidades, é possível visualizar a ampliação das relações de convivência *formal* com o Paraguai. Empresas como a Lar, Cargill, Bunge, ADM, assim como outras menores, mantêm relações comercias de ambos os lados, com eficientes sistemas de armazenamento em rede. As usinas de tecelagens que surgiram (e a surgir) e as indústrias de confecções (muito ao estilo *sweat-shops*) têm consubstanciado uma ampliação de relações formais com a fronteira, o aumento das exportações e animando o plantio de algodão no Departamento de Amambay, com alta mecanização, comprometida com o abastecimento do lado brasileiro. Com o certificado de 'área livre de aftosa' no Paraguai, tem motivado a compra de gado por frigoríficos brasileiros. Animados pela revalorização do mate, entidades públicas e empresas privadas têm apontado na direção do fortalecimento de uma rica cadeia, muito bem articulada entre produtores brasileiros e paraguaios, fornecendo matéria prima para indústrias de Amambaí, Dourados e Pedro Juan Caballero. Em quase todos os sentidos, como já foi dito, há (ou houve) a imposição de uma lógica exógena que transcende a lógica territorial, empurrando-a para a articulação fronteiriça. Um outro exemplo, talvez o mais proeminente, seja o Arranjo Produtivo da Mandioca. A implantação de diversas fecularias (amido) e farinheiras,[14] tanto do lado brasileiro quanto do paraguaio,

---

[14] Convidadas pelo avanço tecnológico químico-industrial para melhor aproveitamento dos nutrientes da mandioca e pela ampliação de seu aproveitamento em produtos alimentares e farmacêuticos.

motivou o plantio de mandioca em toda região de fronteira o que tem consumado um aumento do preço do produto *in natura*, e como efeito, aumentando as possibilidades de elevação de renda, estimulando o plantio em propriedades de pequeno e médio porte e, o mais importante – segundo informações difíceis de serem contabilizadas – tem motivado agricultores (brasileiros e paraguaios) a avançarem com o plantio de mandioca sobre áreas de tradicional plantio de *cannabis sativa* no Paraguai. Todos estes elementos apresentam um quadro otimista com relação a aproximação de cidades que tradicionalmente, não possuem nenhuma relação de proximidade com a fronteira a expandirem suas frentes de atuação econômica para o lado paraguaio.

O importante, nestas articulações, são os diversos mecanismos utilizados pelas pessoas e empresas; ainda que a articulação entre os dois lados da fronteira seja construída pelo lado *formal*, múltiplas conexões se expandem para fora do âmbito legal, mas que não impedem articulações de parcerias e compromissos entre as partes.

Até onde conseguimos avançar no entendimento destas articulações, aparentemente de natureza contraditória, não tem consolidado a elevação dos níveis de complementaridades *funcionais* entre os moradores das cidades localizadas distantes da linha; as pessoas não se deslocam cotidianamente para a fronteira no intuito de ali buscar produtos que completem as suas sobrevivências. Entretanto, isto não pode ser subestimado nem negligenciado. Os arranjos de vasos e flores, assim como outros objetos de decoração, expostos nos hotéis destas cidades, muitos são orientais, comprados de reexportações no Paraguai; também adubos, veneno e arames (de origem brasileira ou não), quando utilizados por pequenos agricultores, são freqüentemente adquiridos no Paraguai, em quantidades que raramente ultrapassa os limites da legislação alfandegária. Nestes termos, também, a inauguração do *Shopping China* (Ponta Porã) e a transformação da antiga Casa China em um hipermercado para o abastecimento regional sejam sintomas da confluência de uma funcionalidade mais substancial atraída pelo aumento da articulação *formal*.

*Onde mora o perigo - o Tipo **C** de integração*. Definitivamente, toda esta parte da fronteira que se integra funcionalmente com o Paraguai, e vice-versa, não pode ser considerada uma fronteira morta; as relações sobrevindas são movidas pela negação dos fatores formais, contudo não da mesma forma em todo território. As motivações são diferentes. As ações não são uniformes. O pedaço do território mais ao leste (de Mundo Novo a Cel. Sapucaia) possui muita diferença com a parte mais oeste (de Bela Vista a Porto Murtinho).

Bela Vista é uma cidade conurbada através de uma ponte sobre o Rio Apa, com a cidade de Bella Vista Norte (Departamento de Amambay); as duas somam uma população nas proximidades de quarenta mil viventes. Porto Murtinho surgiu a partir da criação do porto de embarque da erva-mate, às margens do rio Paraguai; do outro lado do rio estão a *pequeña Isla Margarita* (acanhado centro reexportador com meia dúzia de lojas), a colônia de Carmelo Peralta e, descendo um pouco mais o rio, encontra-se Vallemi - região produtora de cimento (Departamento de Concepción). Toda esta vizinhança possui uma população pouco superior a vinte mil habitantes, em condição de extrema pobreza. Aqui, encontramos uma funcionalidade muito intensa, contudo pouco agressiva no sentido da ilegalidade.

As trocas em Porto Murtinho se fazem sem registro e sem o menor controle (digo, pelos meios de repressão). Cotidianamente, em pequenos botes, os paraguaios trazem raízes, frutas, verduras, vassouras, bolsas de linhas *ñanduty* para vendê-los no Mercado do Produtor (inaugurado pela Prefeitura, em 1990, que conta com 32 barracas, metade de paraguaios) e retornam ao fim do dia com produtos manufaturados do Brasil, sem a menor intervenção aduaneira. Em tempos recentes, vem se intensificando a utilização de mão-de-obra paraguaia, no lado brasileiro. Esta mão-de-obra era, historicamente, utilizada: no setor rural, desde o embarque do mate (*Cia. Matte Laranjeiras*); na extração do tanino de quebracho (para as *Cias. Florestal Brasileira e Quebracho do Brasil*); e mais, incisivamente, na lida do gado, até os dias de hoje. Considerados como

leais, confiáveis e baratos (sem encargos sociais), os paraguaios são utilizados em atividades tipicamente urbanas da construção civil, carregadores e encargos domésticos. Em nossas visitas, constatamos a presença de paraguaios sendo utilizados como garis limpando ruas e colhendo lixo, contratados por dia (sic) pelo poder público[15]. Também se observa a presença de famílias paraguaias sendo recebidas em programas de assentamentos urbanos destinados aos sem tetos do Governo do Estado (Programa Che roga mi), não significando *a priori*, um deslizamento da legalidade, visto que vários paraguaios possuem dupla identidade.

Na conurbação das Belas Vistas, a situação não se distancia muito do que se observa em Porto Murtinho, com algumas vantagens para ambos os lados. Em Bela Vista existe um mínimo sentido de urbanidade, onde as ruas bem traçadas, com várias lojas e bares, dão um ar de cidade à localidade; o mesmo se observa em Bella Vista Norte cidade doutro lado da ponte sobre o Rio Apa. Esta urbanidade, em ambos os lados, tem atraído brasileiros a morarem em território paraguaio, aproveitando os preços mais acessíveis do terreno, do aluguel, dos impostos urbanos e da energia elétrica. Ali também há uma "feira de produtores" que incorpora produtos e vendedores do Paraguai; a mão-de-obra paraguaia é muito utilizada, tanto no setor urbano quanto no rural; os brasileiros consomem variados produtos de reexportação; a Educação e a Saúde são oferecidas, majoritariamente, no lado brasileiro (42% dos alunos nas escolas são de origem paraguaia).

Como vemos, estas localidades distam muito de ter uma relação de proximidade formal com seus vizinhos; os produtos vendidos oficialmente no lado paraguaio, sejam de origem brasileira ou de alhures, estão ligados a uma articulação, em redes, com o comércio atacadista de Ciudad Del Este (conurbada com Foz do Iguaçu). Todavia, no

---

[15] Ressaltamos que não conseguimos constatar esta prática, como sendo corriqueira e cotidiana.

último biênio vem se intensificando o comércio portuário com a reativação do porto, de Porto Murtinho (GODOY, 2005), com exportação de açúcar e soja; isto tem motivado a construção de um frigorífico e de um lacticínio nas proximidades daquela cidade; e existe uma intenção programada de uma ligação rodoviária de Pto Esperanza até a Carretera Ruta 9 (em direção à Bolívia) que aproximará a região às Colônias Melonitas do Alto Paraguay e às articulações com o Porto de Arica no Chile, atravessando o Chaco paraguaio, ou seja, há promessa de se intensificar as relações com o Paraguai pelo lado formal. Por enquanto, as autoridades, tanto de Bela Vista quanto de Porto Murtinho, reclamam do aumento do contrabando de gado e do tráfico de drogas.

Enquanto a agressividade não é de visibilidade importuna nas cidades citadas anteriormente, não se pode dizer o mesmo quando deslocamos nossa abordagem para o lado leste do território.

De Cel. Sapucaia até Mundo Novo, passando por Paranhos, Sete Quedas (excluindo Japorã), a presença de homens armados, visivelmente despreparados, sem a menor discrição transitam calmamente impondo uma tranqüilidade agressiva e estúpida. Aqui, acontece tudo que encontramos nas cidades de Bela Vista e Porto Murtinho, em termos de funcionalidade, porém há algo que sintoniza o lugar com outras correntes: o incisivo tráfico de drogas (especialmente de maconha) e o contrabando de madeira.

As cidades de Capitãn Bado (Departamento de Amambay) e Cel. Sapucaia, separadas apenas por uma avenida, constituem uma pequena conurbação de vinte mil habitantes. Esta parte do Departamento de Amambay tem, por tradição, o plantio da *cannabis sativa*, feito por pequenos produtores associados à produção de subsistência. Cerca de um lustro atrás, um programa financiado pelo Banco Mundial, tentou aplicar (quase distribuir) recursos financeiros, no sentido de reduzir a produção ilegal de maconha; segundo informação que obtivemos, este programa fracassou, constatado o fato de paraguaios resgatarem o dinheiro do WB, ao mesmo tempo, arrendavam suas terras

para brasileiros continuarem o plantio da maconha[16]. Esta foi uma das diversas tentativas de redução do plantio da *cannabis,* sem sucesso; porém, mais recentemente a febre da sojeicultura e a expansão da pecuária extensiva somada, em menor parte, pelo plantio da mandioca puxada pelo preço do produto no mercado brasileiro, têm avançado sobre estas terras. A condição imposta por esta relação perigosa tem levado o local a se tornar um forte centro de repulsão[17], conforme empresários locais, os nomes das duas cidades são utilizados como referência de ilegalidades abusivas; comumente os nomes de políticos locais estão vinculados a guerras de quadrilhas e crimes misteriosos. Seria irresponsabilidade de nossa parte envolver a maioria da população neste caldeirão de ilegalidades; nem sequer dispomos de mecanismos para medirmos a participação da população em ações ilícitas. Mas, não se pode omitir a situação real de que as complementaridades pertinentes ao escopo de integração fronteiriça se fazem em tamanho e volumes pouco convencionais, bloqueando as possíveis potencialidades locacionais. Intentos dos atores locais, no sentido de definir ações compartilhadas visando a redução das ilegalidades, é uma necessidade de urgência, realizada, no momento, com extrema timidez.

Isso vale também para os municípios seguintes. Pouco mais em direção leste, encontra-se outra pequena conurbação entre as cidades de Paranhos e o povoado de Ypeyú (Departamento de Canindeyú), logo após as cidades de Sete Quedas, Japorã e Mundo Novo (a trinta km de Salto Guairá); essa região é pouco pautada pelo narcotráfico – ainda que se tenha verificado a expansão dessa atividade ilícita na região – ali, o contrabando de madeira e gado coordena as ações

---

[16] Observa-se que o controle do tráfico de maconha na região sempre esteve sob o comando de grupos brasileiros que possuem atividades legais e trânsito livre no Brasil.

[17] Um fato curioso é o fechamento de uma Agência Bancária em Cel. Sapucaia, segundo informações cedidas pela Superintendência do Banco, a agência foi fechada por 'excesso de depósito'; esse é um fato provavelmente único, pouco registro se encontrará em outra localidade no mundo.

ilegais. O Departamento de Canideyú tem sido, segundo fontes paraguaias, o mais agravado em relação ao desmatamento. Com o esgotamento das reservas nativas do lado brasileiro, ainda nos anos setenta, o que deslocou a maioria das serrarias, para o norte de Mato Grosso e outras para dentro do Paraguai, inicia-se um processo de exploração da madeira às margens dos rios *Paraná*, *Jejui Guazú*, *Aguaray Guazú* chegando até as reservas naturais del *Bosque Mbaracayu*. Aproximadamente, oitenta por cento da madeira extraída daquele *Departamento* é direcionada às serrarias do Brasil (sic). Caso esta atividade estivesse sob a luz da legalidade, seria um instrumento seguro para se desenvolver ações de integrações formais; todavia, tanto o desmatamento quanto o transporte e o beneficiamento, estão assentados sob uma base de interesses estranhos à legalidade, coordenados por grupos muito bem articulados em redes, que incorporam atores de todas esferas[18].

A cidade de Mundo Novo, devido a sua proximidade com Guairá (PR) e com Salto de Guairá (Py), sustenta maiores condições de redefinir sua posição neste território. Por ser um município na casa dos trinta mil habitantes, ter uma boa infra-estrutura de estradas e serviços e, por ser passagem natural de ligação entre o Mato Grosso do Sul e o Paraná, se coloca numa situação de conquistar uma posição de centro articulador de ações que completem as atividades econômicas, tanto do Brasil quanto do Paraguai. Vale ressaltar que articulações neste sentido nascem, ainda que frágeis: a ampliação de atendimento com serviços de saúde e educação à população paraguaia é um bom sinal desse comportamento articulador.

Devemos constatar que houve em tempos recentes um aumento do consumo de maconha no lado brasileiro; considerar também que

---

[18] Até onde conseguimos apurar, não há um envolvimento dos grupos da madeira e do gado com o narcotráfico, existe conforme informações colhidas um acordo tácito entre estes, de pactualização na utilização do território, por onde passa madeira e gado, não passa o tráfico, e vice-versa; este acordo persiste há quinze anos.

o Mato Grosso do Sul faz parte da rota do narcotráfico (MACHADO, 1996); e, mais recente, segundo informações do Departamento de Polícia Federal (MS), após a Lei do Abate,[19] o tráfico por terra teria aumentado em mais de duzentos por cento no primeiro semestre deste ano. Esta constatação, somada à redução da oferta da madeira, poderá redirecionar esse pedaço de território para as variações impostas pelo narcotráfico.

*A soma das partes e dinâmica do território do Tipo **C***. Pedro Juan Caballero e Ponta Porã formam uma conurbação vibrante, recheada de ações *formais* e complementaridades *funcionais* plurais. Local onde habitam 120 mil pessoas na região urbana e, mais de 150 mil, se contado o setor rural; estabelecem um nível de convivência com intensa complementaridade. Em que pese a presença de contrabando, narcotráfico e outras ilegalidades, suas dimensões não ultrapassam os índices doutras cidades do mesmo porte na América Latina. Senão o contrário, esta conurbação apresenta índices de violência menores que a cidade de Dourados, fora da linha. O nascimento, quase concomitante, destas cidades com um crescimento e com características muito próximas, desde a exploração da erva-mate, sempre impôs limites ao avanço indiscriminado de uma parte sobre a outra, possibilitando criar uma interação recheada de inter-relações históricas, culturais e sociais, inda que rivais.

De fato, ocorrem na conurbação praticamente tudo aquilo que também ocorre nas condições anteriores, todavia, com diferenças marcantes: as articulações se objetivam pelo lado *formal* da economia - e das atividades administrativas das duas cidades - impõe severos limites a desordem institucional e comportamental da população.

---

[19] A Lei que permitiu a partir do dia 17 de outubro de 2004 que Caças da Força Aérea Brasileira (FAB) poderão abater aviões suspeitos que se recusarem a cumprir ordens de identificação no espaço aéreo brasileiro. A lei visa a reduzir o tráfico de drogas efetuado por aviões.

Vários são os trabalhadores brasileiros que trabalham e habitam no lado paraguaio da cidade como o avesso também acontece, mas, a atuação dos instrumentos jurídicos se posta com o mínimo de eficiência para construir os limites necessários. Os acordos de cooperação nascem e se fortificam em ações de controle do axial urbano, exemplos como: a cooperação para manutenção do Corpo de Bombeiros, a atuação conjunta da Polícia Militar até a 'regulamentação' de transbordo de carros de aluguel (táxis e outros) atravessando a linha que divide a cidade - são esforços conjuntos de cooperação observada pela atuação compartilhada das duas Câmaras de Vereadores.

A participação de empresários em foros de debates em ambos os lados, não tem surtido efeitos associativistos para empreendimentos comuns, mas tem se destacado em ações reivindicatórias, podendo *a posteriori*, sustentar projetos estratégicos de associação econômica-financeira do tipo que já ocorre em Ciudad Del Este. Em tempos recentes, tem-se observado maior interação entre o setor rural da economia, o avanço da agricultura e da pecuária moderna sobre terras camponesas no Departamento de Amambay, ainda que muito questionada por diversos setores sociais[20]; e, a implantação de assentamentos de trabalhadores rurais em terras brasileiras (grande parte de *brasiguaios* - cf. MOREIRA, 2005), tem construído uma relação de proximidade entre atividades de caráter rural significativamente ativa. Do ponto de vista *formal* - o aumento do trânsito de gado tem se colocado como fator de ponderação durável; vem se observando o consumo de gado paraguaio pelos frigoríficos brasileiros até muito distante da linha de fronteira (em Campo Grande e Presidente Prudente por exemplo); e, pelo lado *funcional* - os abastecimentos de produ-

[20] Segundo alguns organismos, esse processo de avançar sobre terras de pequenos proprietários, já está provocando êxodo rural, com perspectivas pouco animadoras para esta população, podendo carrear um descontrole do espaço urbano e o aumento da criminalidade.

tos, que barateiam os custos dos assentados, são comprados no Paraguai[21].

Outro destaque importante é o fato das cidades consolidarem traços de articulação regional e sub-regional, tanto em termos comerciais quanto na prestação de serviços. As linhas de ligação de transportes de passageiros retratam, com clareza, esta articulação: Ponta Porã está ligada por linhas regulares ou 'escolares' (ônibus que transportam estudantes universitários) com os municípios de Antônio João, Aral Moreira, Laguna Caarapã, Amambaí, Cel. Sapucaia, Caarapó e Bela Vista; enquanto Pedro Juan Caballero estabelece uma ligação articulada de Ypeyú, Capitán Bado, Concepción, Bella Vista Norte chegando até Cel. Oviedo nas proximidades de Asunción. Mas, mais que isto: as articulações ditadas pelo mercado atacadista expande a articulação de Pedro Juan com Ciudad Del Leste e com Asunción.

Mormente riscos existem. Um risco perfeitamente observável é o acréscimo de ligações comercias de Pedro Juan com Ciudad Del Este. A articulação em redes de abastecimento, promovidas pelos atacadistas e transportadores, tem desprezado a passagem de produtos brasileiros por Ponta Porã. Encontramos hoje, vários produtos de origem brasileira (calçados, higiene e limpeza, alimentos, etc), todos comercializados via atacadistas de Ciudad Del Este, enquanto poderiam estar ingressando por Ponta Porã. Este influxo, em redes, de articulações *formais*, tão saudável para as integrações fronteiriças, carreando pelo lado "de fora" da conurbação, tende a reforçar o lado *funcional* em detrimento da articulação *formal*. Neste caso, as cidades ficariam uma "de costas" para a outra, visto que, nas articulações em redes não se entrelaçam, neste caso torna-se necessário recolocar Ponta Porã como cidade exportadora, reanimando a postura aduaneira ali presente.

---

[21] É digno de nota, o fato de que os assentados brasileiros possuem uma relação de confiança maior com os comerciantes paraguaios do que com os patrícios brasileiros; o fato de poucos proprietários operarem com sistema de crédito a *caderneta*, tem se mostrado ainda um instrumento eficaz no financiamento dos assentados por paraguaios.

CONCLUSÃO

Contrapondo-se a uma integridade territorial absoluta, a Tipologia apresentada concentra a atenção no fato de que a territorialidade presente nas regiões de fronteira é muito mais complexa do que a aparência permite observar. A cada translocalidade, criada em dado ambiente da fronteira do Brasil com o Paraguai, redesenha-se a paisagem em função de sua complexidade - o resultado é um mapa muito pouco uniforme.

Há elementos novos, como aludimos. Estes novos elementos pautados, tanto no nível da legalidade quanto da ilegalidade, possuem uma articulação complexa e um caráter multifuncional, seja no âmbito estrutural quanto conjuntural. Isto, por si só, reduz a possibilidade de mapeamento a um tempo minimizado.

Todavia, os Tipos de Relações Fronteiriças concebem uma lógica territorial sustentada na complementaridade instável e insegura, mas concebem, inclusive, propriedades e vantagens com as quais podem contar; permitindo a cada localidade acionar seus atores no esforço de operacionalizarem recursos e promoverem formas alternativas (ou tradicionais) de desenvolvimento endógeno. Em qualquer caso, o que não pode deixar de estar claro é que *o território é de fronteira* e sobre este esteio deverá ser fundamentada sob qualquer perspectiva de movimento, de mudança ou manutenção.

Neste caso, a intenção em desenhar um mapa das relações territoriais conforme a Tipologia apresentada, não é captar a imagem permanente, mas sim o contrário, captar a imagem neste dado momento histórico. É o ambiente cartográfico do possível e do pouco previsível, observando-se que na fronteira a morfologia social imbricada, contradiz como senso comum sobre nação, tarefa assaz complexa para os geógrafos.

BIBLIOGRAFIA

APPADURAI, A. “Soberania sem Territorialidade, notas para uma Geografia Pós-Nacional” *Revista Novos Estudos CEBRAP, n.49*. São Paulo,1997.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. S.ed., 2005.

EVANGELISTA, H. de A. *A Fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro segundo uma perspectiva de análise geográfica*. Tese (Doutorado). UFRJ, 1998.

GANSTER, P. On the road to interdependence? The United States-Mexico Border Region. In: GANSTER, P. et al. *Border and Border Regions In Europe and North America*. IRSC/SDSU Press San Diego, 1997. (237-266)

GOIRIS, F. A. J. *Descubriendo La Frontera*: História, Sociedad y Política en Pedro Juan Caballero. Ponta Grossa: Inpag, 1999.

HOUSE, J.W. “The Frontier Zone. A Conceptual Problem for Policy Makers. *International Political Science Review*, 4(1). 456-477, 1980.

MACHADO, L. O. O comércio Ilícito de Drogas e a Geografia da Integração fronteiriça. In: CASTRO, I. et al (org.). *Brasil*: Questões Atuais da reorganização do Território. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1996. p.15-64.

MAILLAT, D. Comportaments spatiaux et milieux innovateurs. In: AURAY, J. P. et al. *Encyclopédie d’économie spatiale*. Paris: Economica, 1994. p. 255-262.

MEYER-STAMER, J. *Estratégia de Desenvolvimento local*. (Policy Paper n. 28) ILDES, São Paulo, 2001.

MÜLLER, K. M. *Mídia e Fronteira*: jornais locais em Uruguaiana-Libres e Livramento-Rivera. Tese (Doutorado). São Leopoldo: PPGCCom/UNISINOS, 2003.

OLIVEIRA, T. C. M. Plantando Soja e Colhendo um Novo Estado. *Revistas Geopantanal*. ago. - dez. n. 6. Corumbá: AGB, 2000. p. 79-89.

PABAYLE, R. As regiões de Fronteira e o projeto de integração do Mercosul. In: LEHNEN, A et al. (org). *Fronteiras no Mercosul.* Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 100-115.

PADRÓS, E. S. Fronteiras e integração fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais*. v. 17, n.1/2 jan./fev. Porto Alegre, 1994.

RAFFESTIN, C. Território e o Poder. In: *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-222.

SANTOS, M. *O Espaço Dividido* – os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 1979, 2004 a.

SANTOS, M. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2004b.

MOREIRA, G. D. V. *Agricultura Familiar e Agronegócio na Fronteira*: o caso do Assentamento Rural Dorcelina Folador. Dissertação (Mestrado em Agronegócio). Campo Grande: UFMS, 2005.

WONG-GONZALES, P. Alianzas estratégicas de Regiones transfronterizas: cooperacion y conflito en la frontera USA-Mexico. MASI, F. & BORDA,D. *Economías Regionales y Desarrollo Territorial*. CADEP, Assunción, 2002.

LA FRONTERA NORTE DE MÉXICO: POBLACIÓN, MIGRACIÓN Y EMPLEO

Rodolfo Cruz Piñeiro*

* El Colegio de la Frontera Norte

INTRODUCCIÓN

La frontera México-Estados Unidos comprende una larga delimitación territorial de 3,200 kilómetros. Si se consideran los municipios de México y los condados de Estados Unidos de esta zona desértica y semi desértica, casi doce millones de persona viven en esta frontera. Numerosos han sido los estudios sobre ella y en cada uno de ellos se la ha definido a partir de las problemáticas específicas que surgen de su propia estructura como el alto crecimiento demográfico, el fuerte desarrollo de la industria maquiladora y el alto intercambio comercial de bienes y servicios con Estados Unidos.

Si analizamos los trabajos realizados sobre la frontera México-Estados Unidos existe una gran heterogeneidad con respecto a la definición de la misma. En algunos trabajos se ha tomado como referencia a las entidades federativas del norte de México, es decir a Sonora, Chihuahua, Coahuila, Nuevo León y Tamaulipas. En otros, a los municipios que colindan físicamente con Estados Unidos y el algunos más, a las principales localidades urbanas fronterizas. A pesar de esta heterogeneidad al abordar la frontera norte de México, es importante señalar que en este ámbito geográfico se llevan a cabo interacciones sociales, culturales, económicas y demográficas que son particulares a ella y que la distinguen del resto de México.

Una de estas particularidades se refiere a la colindancia con la mayor economía del mundo en la actualidad, Estados Unidos. Este espacio se caracterizó por su escasa integración a la economía mexicana y su alto grado de interdependencia con Estados Unidos. Otra particularidad e la zona es el diseño e instrumentación de programas económicos y sociales y reglamentaciones que el gobierno federal mexicano ha dirigido a lo largo de la historia, específicamente a esta frontera.

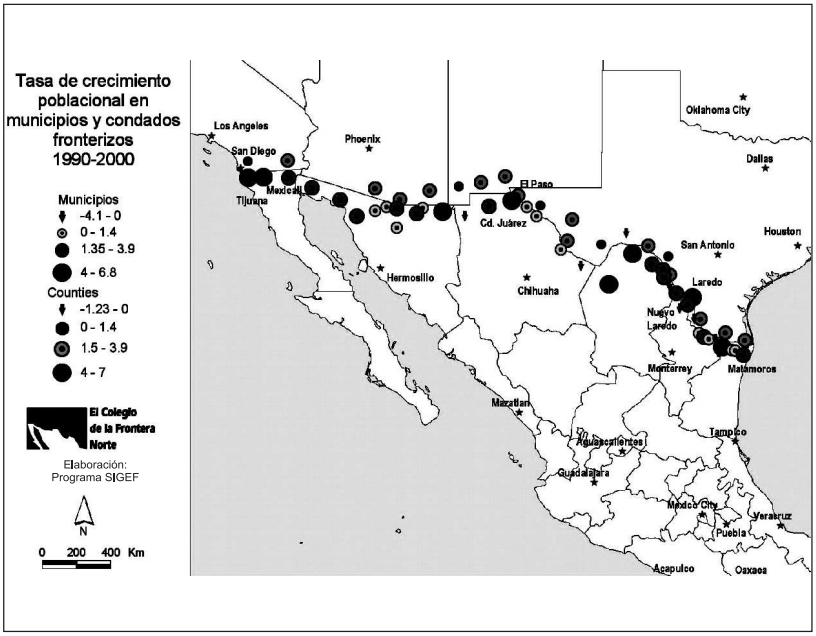
Sin embargo, a pesar de la existencia de ciertas particularidades de la frontera, es difícil considerarla como una sola región geo económica, ya que no existe una verdadera integración entre las zonas que la conforman. Las causas que han originado esta situación son las condiciones físico-geográficas del norte de México que hacen difícil las relaciones este-oeste entre las ciudades fronterizas, propiciando más bien que las interacciones económicas y sociales predominantes sean aquéllas que se realizan con regiones del sudoeste de Estados Unidos y con el centro de México.

Más bien, esta frontera norte está conformada por un conjunto de micro regiones que se articulan en torno a la línea divisoria entre México-Estados Unidos y que aunque son muy diferentes en términos de su desarrollo socioeconómico, presentan ciertas características comunes y graduales: altos niveles de incremento poblacional, actividad económica altamente concentrada en actividades industriales, un alto

nivel de interacción e interdependencia con los vecinos condados de Estados Unidos y una rígida y peligrosa frontera que obstaculiza la libre movilidad de la fuerza de trabajo.

Pero, a pesar de estas características comunes, cualquier delimitación que pretenda definir a la frontera norte de México como una sola región presenta problemas, luego entonces, es más conveniente tomarla como un contexto geográfico para el estudio de los fenómenos fronterizos.

En este trabajo se considerará como contexto geográfico para el estudio demográfico de la frontera norte de México al conjunto de treinta y cinco municipios que colindan con Estados Unidos, más los municipios de Ensenada en Baja California, Manuel Benavides y Valle Hermoso en Tamaulipas que son considerados como fronterizos por su gran interacción fronteriza, aunque no colinden físicamente con el vecino país del norte.



Mapa 1 - Tasas de crecimiento poblacional en municipios y condados fronterizos, 1990-2000

Esta frontera norte es un escenario complejo, contradictorio y dinámico. El gobierno federal mexicano la administra desde la perspectiva del centro del país, sin aprovechar completamente las grandes oportunidades que la vecindad con Estados Unidos ofrece a la zona. Es por esto que la interacción de las sociedades locales fronterizas mexicanas con sus vecinas comunidades del norte es tanto formal como informal, rígida como flexible.

La frontera México-Estados Unidos es considerada en ambos países como un área estratégica, en México esto se debe a su desarrollo social y económico y en Estados Unidos se debe a su importancia en términos de su seguridad nacional. Las principales ciudades fronterizas llaman la atención de ambos gobiernos en temas relacionados con la migración internacional e indocumentada, conflictos ambientales, escasez de recursos naturales, industria maquiladora, mercados laborales, problemas sobre narcotráfico y asuntos relacionados con derechos humanos. La mayoría de los problemas sociales, ambientales, políticos que se presentan en estas ciudades fronterizas se convierten en problemas internacionales.

Entre las principales características de esta frontera está el fuerte crecimiento de sus principales ciudades, resultado en gran parte, de los intensos flujos migratorios que éstas reciben. La instrumentación de una variedad de planes de desarrollo de índole federal, el establecimiento y crecimiento de la industria maquiladora de exportación, la intensa interacción social y económica con las ciudades vecinas del otro lado de la línea fronteriza se han unido para dar como resultado ciudades con un intenso dinamismo demográfico, económico y social.

El objetivo de este trabajo es presentar un panorama general de esta frontera. Exponiendo en un primer apartado el crecimiento demográfico de los municipios fronterizos, en un segundo lugar el fenómeno de la migración que la caracteriza.

Y, por último en un tercer apartado se presentará la inserción laboral de la población de esta frontera.

DINÁMICA DEMOGRÁFICA EN LA FRONTERA NORTE DE MÉXICO

El crecimiento demográfico de México durante el siglo XX fue bastante acelerado. Haciendo a un lado la década de 1910-1920[1] la población mexicana creció constantemente. La población de México pasó de 13.6 millones en 1900 a 97.4 millones en el 2000. Este crecimiento no fue uniforme durante todo el periodo, al principio del siglo dicho crecimiento fue moderado.

Entre 1940 y mediados de los años setenta, la población mexicana creció a ritmos más elevados con tasas anuales de crecimiento demográficas de 3.03% en la década de los cincuenta; 3.35% en los sesenta y 3.15% en los años setenta. A partir de mediados de los setenta en adelante, la población mexicana continua creciendo pero a tasas menores. Durante los años setenta la población creció a una tasa anual promedio de 3.15%; 2.00% en los ochenta y 2.03% de 1990-1995 y 1.57 de 1995 al 2000. La explicación a este patrón de crecimiento demográfico en el país radica en las elevadas tasas de fecundidad en combinación con una mortalidad en constante descenso.

Este ritmo de crecimiento poblacional que experimentó México no fue igual para las distintas regiones del país. La diferencia regional en el crecimiento demográfico tiene su explicación principalmente en el fenómeno de la migración interna de México. El volumen y las características de los flujos migratorios al interior del país explican, en gran medida, además de la fecundidad y la mortalidad, la dinámica demográfica de las regiones.

En este sentido, en México existen regiones que han mostrado comportamientos demográficos especiales. Tal es el caso de la región de la frontera norte del país. La frontera norte de México se ha caracterizado por un acelerado crecimiento demográfico, superior al mos-

[1] Durante el periodo de 1910 a 1920, la población mexicana decreció en aproximadamente un millón de personas a consecuencia de la Revolución Mexicana (CORONA, 1991).

trado por el país en su totalidad y sólo comparable con el crecimiento experimentado por las principales áreas metropolitanas de México. Esta dinámica demográfica es consecuencia de un alto crecimiento natural, y principalmente, de los intensos flujos de migración dirigidos hacia esta región.

Las entidades del norte de México colindantes con Estados Unidos (Baja California, Sonora, Chihuahua, Coahuila, Nuevo León y Tamaulipas) pasaron de 2.1 millones de habitantes en 1930 a 16.6 millones en el 2000. Estas entidades fronterizas han crecido a un ritmo mayor que el promedio nacional durante los últimos años. Así, mientras que el país creció en un 2.0% por ciento anual promedio en la década de los ochenta, los estados fronterizos crecieron a un 2.2% anualmente, 2.48 en el quinquenio 1990-1995 y 2.05 por ciento durante el quinquenio 1995-2000.

La tendencia general muestra que las entidades del norte del país vieron disminuir su ritmo de crecimiento durante los años ochenta y volvieron a crecer durante el primer quinquenio de los noventa, con excepciones de Baja California, que muestra un ritmo de crecimiento y de Coahuila mostrando una caída constante de su crecimiento poblacional. Sin duda alguna, los flujos migratorios hacia estas entidades federativas están jugando un papel relevante y muy significativo en el ritmo de crecimiento de los estados de la frontera norte de México.

Como se señalo con anterioridad, una aproximación más adecuada a la zona fronteriza de México lo constituyen los municipios que colindan geográficamente con Estados Unidos cuyos nombres y poblaciones residentes de 1970 al 2000 se exhiben en el Cuadro 1[2]. La

---

[2] El Cuadro 1 presenta 38 municipios, pero en realidad los municipios que colindan geográficamente son 35. La diferencia se debe a que en la lista se añadieron Ensenada, B.C., Manuel Benavides, Chih., y Valle Hermoso, Tamps., porque en la práctica y para efectos de programas federales se les considera como fronterizos. Asimismo, en el cuadro no aparecen los municipios de reciente creación como Plutarco Elías Calles (Sonora) y la incorporación de Puerto Peñasco y de Playas de Rosarito (Baja California), cuya población es incluida en el municipio de Tijuana hasta 1990.

Cuadro 1 - Población total de los municipios fronterizos del norte de México, 1970-2000

MUNICIPIOS a	1970	1980	1990	2000
Tijuana, B.C.b	340,583	461,257	747,381	1,274,240
Cd. Juárez, Chih.	424,135	567,365	798,499	1,217,818
Mexicali, B.C.	396,324	510,664	601,938	764,902
Reynosa, Tam.	150,786	211,412	282,667	419,776
Matamoros, Tam.	186,146	238,840	303,293	416,428
Ensenada, B.C.	115,423	175,425	259,979	370,730
Nuevo Laredo, Tam.	151,253	203,286	219,468	310,277
Nogales, Son.	53,494	68,076	107,936	159,103
San Luis Rio Colorado, Son.	63,604	92,790	110,530	145,276
Piedras Negras, Coah.	46,698	80,290	98,185	127,898
Río Bravo, Tam.	71,389	83,522	94,009	110,388
Acuña, Coah.	32,500	41,948	56,336	103,901
Caborca, Son.	28,971	50,452	59,160	77,444
Tecate, B.C.	18,091	30,540	51,557	69,359
Agua Prieta, Son.	23,272	34,380	39,120	61,821
Valle Hermoso, Tam.	42,287	48,343	51,306	58,292
Cananea, Son.	21,315	25,327	26,931	32,074
Puerto Peñasco, Son.	12,436	26,755	26,625	31,101
Ojinaga, Chih.	25,560	26,421	23,910	25,675
Miguel Alemán,Tam.	18,218	19,600	21,322	24,313
Nava, Coah.	5,682	8,684	16,915	22,986
Ascensión, Chih.	9,316	11,985	16,361	21,866
Anáhuac, N.L.	13,341	16,479	17,316	16,768
Gustavo Díaz Ordaz, Tam.	18,261	17,830	17,705	16,223
Camargo, Tam.	15,416	16,014	15,043	12,019
Janos, Chih.	7,028	8,906	10,898	10,225
Ocampo, Coah.	9,934	9,000	7,857	10,016
Guadalupe, Chih.	9,593	8,876	9,054	9,703
Praxedis G. Guerrero, Chih.	7,950	7,777	8,442	8,924
Jimenez, Coah.	8,445	8,636	8,253	7,224
Altar, Son.	3,886	6,029	6,458	6,738
Mier, Tam.	6,193	6,382	6,244	5,352
Naco, Son.	4,200	4,441	4,645	4,763
Guerrero, Tam.	4,249	4,121	4,510	4,370
Manuel Benavides, Chih.	5,167	4,164	2,794	2,252
Saric, Son.	2,321	2,250	2,112	2,047
Guerrero, Coah.	2,650	2,316	2,374	1,747
Santa Cruz, Son.	1,637	1,587	1,476	1,642
Hidalgo, Coah.	619	751	1,220	1,442
Total	2,358,373	3,142,921	4,139,829	5,967,123

Fuente: De 1970 a 2000 Censos de Población 1970, 1980, 1990 y 2000.

[a] Los municipios están en orden descendente de acuerdo con el tamaño de su población en 2000.

[b] Incluye Playas de Rosarito.

Cuadro 2 - Tasas de crecimiento anual promedio de los municipios fronterizos del norte de México, 1970-2000

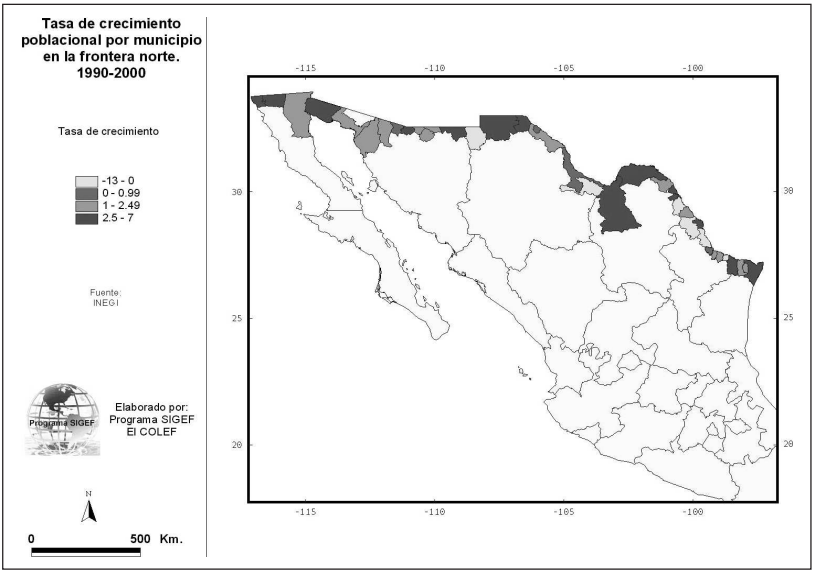
MUNICIPIOS[a]	1970-1980	1980-1990	1990-2000
Tijuana, B.C.[b]	2.9	4.9	5.4
Cd. Juárez, Chih.	2.8	3.5	4.2
Mexicali, B.C.	2.4	1.7	2.4
Reynosa, Tam.	3.3	3.0	4.0
Matamoros, Tam.	2.4	2.4	3.2
Ensenada, B.C.	4.0	4.0	3.6
Nuevo Laredo, Tam.	2.9	0.8	3.5
Nogales, Son.	2.3	4.7	3.9
San Luis Rio Colorado, Son.	3.6	1.8	2.8
Piedras Negras, Coah.	5.2	2.1	2.7
Río Bravo, Tam.	1.5	1.2	1.6
Acuña, Coah.	2.5	3.0	6.2
Caborca, Son.	5.4	1.6	2.7
Tecate, B.C.	5.1	5.4	3.0
Agua Prieta, Son.	3.8	1.3	4.6
Valle Hermoso, Tam.	1.3	0.6	1.3
Cananea, Son.	1.7	0.6	1.8
Puerto Peñasco, Son.	7.4	0.0	1.6
Ojinaga, Chih.	0.3	- 1.0	0.7
Miguel Alemán, Tam.	0.7	0.9	1.3
Nava, Coah.	4.1	6.8	3.1
Ascensión, Chih.	2.4	3.2	2.9
Anáhuac, N.L.	2.0	0.5	0.3
Gustavo Díaz Ordaz, Tam.	- 0.2	- 0.1	0.9
Camargo, Tam.	0.4	- 0.6	- 2.3
Janos, Chih.	2.3	2.1	- 0.6
Ocampo, Coah.	- 1.0	- 1.4	2.4
Guadalupe, Chih.	- 0.8	0.2	0.7
Praxedis G. Guerrero, Chih.	- 0.2	0.8	0.6
Jimenez, Coah.	0.2	- 0.5	- 1.3
Altar, Son.	4.2	0.7	0.4
Mier, Tam.	0.3	- 0.2	- 1.6
Naco, Son.	0.5	0.5	0.3
Guerrero, Tam.	- 0.3	0.9	- 0.3
Manuel Benavides, Chih.	- 2.1	- 4.1	- 2.2
Saric, Son.	- 0.3	- 0.6	- 0.3
Guerrero, Coah.	- 1.3	0.3	- 3.1
Santa Cruz, Son.	- 0.3	- 0.7	1.1
Hidalgo, Coah.	1.9	5.0	1.7
Total	2.8	2.8	3.7

Fuente: De 1970 a 2000 Censos de Población 1970, 1980, 1990 y 2000.
[a] Los municipios están en orden descendente de acuerdo con la población del 2000
[b] Incluye Playas de Rosarito.

población de los municipios de la franja fronteriza pasó de 306 habitantes en 1930, a 2.35 millones en 1970, y a 5.97 millones en el 2000. Así, los municipios fronterizos aumentaron su población de manera acelerada, casi 20 veces en el periodo de 1930 a 2000. El ritmo de crecimiento poblacional de los municipios fronterizos es superior al mostrado por las entidades federativas del norte del país y al promedio nacional.

El promedio anual de crecimiento demográfico de todos los municipios fronterizos de 1990 al 2000 fue de 3.7 por ciento, a nivel nacional este porcentaje fue de alrededor de 1.83. Este crecimiento demográfico de la franja fronteriza es bastante heterogéneo entre los municipios que componen esta zona. Así, de los 38 municipios fronterizos quince de ellos crecen por encima de 2.5 por ciento anualmente; nueve municipios crecen entre 1 y 2.4 por ciento; cuatro lo hacen a un ritmo de 0 y 0.9 por ciento; y diez de ellos muestran un ritmo de crecimiento poblacional negativo, es decir, su población decreció durante ese periodo.

Mapa 2 - Tasas de crecimiento poblacional por municipio en la frontera norte, 1990-2000



Cuadro 3 - Población total de los municipios fronterizos del norte de México de 100,000 y más habitantes, 1970-2000

MUNICIPIOS[a]	1970	1980	1990	2000
Tijuana, B.C.[b]	340,583	461,257	747,381	1,274,240
Cd. Juárez, Chih.	424,135	567,365	798,499	1,217,818
Mexicali, B.C.	396,324	510,664	601,938	764,902
Reynosa, Tam.	150,786	211,412	282,667	419,776
Matamoros, Tam.	186,146	238,840	303,293	416,428
Nuevo Laredo, Tam.	151,253	203,286	219,468	310,277
Nogales, Son.	53,494	68,076	107,936	159,103
San Luis Rio Colorado, Son.	63,604	92,790	110,530	145,276
Piedras Negras, Coah.	46,698	80,290	98,185	127,898
Río Bravo, Tam.	71,389	83,522	94,009	110,388
Acuña, Coah.	32,500	41,948	56,336	103,901
Total	1,916,912	2,559,450	3,420,242	5,050,007

Fuente: De 1970 a 2000 Censos de Población 1970, 1980, 1990 y 2000.
[a] Los municipios están en orden descendente de acuerdo con la población del 2000, a partir de la cual se definió el criterio "100,000 habitantes y más".
[b] Incluye Playas de Rosarito.

Así, podemos decir que en realidad el crecimiento poblacional de la franja fronteriza se debe en gran medida al crecimiento demográfico que experimentan algunos de los municipios fronterizos, que son precisamente las once grandes ciudades, las que en el 2000 tenían cuando menos 100 mil habitantes. Aunque el crecimiento de estos municipios es disímil y con variaciones en el tiempo, son estos municipios fronterizos los que explican en gran medida el dinamismo demográfico experimentado por esta zona del país durante los últimos años.

Los principales municipios fronterizos muestran un patrón de crecimiento poblacional siempre en ascenso, en la década de los setenta los principales municipios fronterizos mostraron un crecimiento (2.8%) por debajo del nivel nacional (3.2%) y del estatal (3.0%), pero ya para los años ochenta el ritmo de crecimiento de los municipios fronterizos (3.0%) fue muy superior al presentado por los estados fronterizos (2.2%) y por el país (2.0%). Durante los noventa, la diferencia de crecimiento demográfico entre los principales municipios fronterizos y sus respectivas entidades y el del país es

mayor; 3.9 por ciento es el ritmo de crecimiento de los principales municipios fronterizos

Otra de las características poblacionales de la zona fronteriza es su alta concentración poblacional (CUADRO 5). En 1970 los once principales municipios fronterizos concentraban ya un 85.5 por ciento de la población residente en los 38 municipios considerados como fronterizos; para 1980 ese porcentaje creció a un 86.2 por ciento, a 88.2 en 1990, y a un 90.2 por ciento en el 2000 (véase Cuadro 5). Como se observa, esta concentración poblacional en tan sólo once de los 38 municipios ha ido en aumento a través del tiempo y son, sin duda, estos municipios fronterizos los que marcan la pauta de la dinámica demográfica de la zona fronteriza.

POBLACIÓN INMIGRANTE EN LA FRONTERA NORTE

La tendencia predominante hasta hace relativamente pocos años era la concentración de la población en unas

Cuadro 4 - Tasas de crecimiento anual promedio de los municipios fronterizos del norte de México de 100,000 y más habitantes, 1970-2000

MUNICIPIOS[a]	1970-1980	1980-1990	1990-2000
Tijuana, B.C.[b]	2.9	4.9	5.4
Cd. Juárez, Chih.	2.8	3.5	4.2
Mexicali, B.C.	2.4	1.7	2.4
Reynosa, Tam.	3.3	3.0	4.0
Matamoros, Tam.	2.4	2.4	3.2
Nuevo Laredo, Tam.	2.9	0.8	3.5
Nogales, Son.	2.3	4.7	3.9
San Luis Rio Colorado, Son.	3.6	1.8	2.8
Piedras Negras, Coah.	5.2	2.1	2.7
Río Bravo, Tam.	1.5	1.2	1.6
Acuña, Coah.	2.5	3.0	6.2
Total	2.8	3.0	3.9

Fuente: De 1970 a 2000 Censos de Población 1970, 1980, 1990 y 2000.
[a] Los municipios están en orden descendente de acuerdo con la población del 2000
[b] Incluye Playas de Rosarito.

cuantas ciudades del país, en especial en la región centro del territorio nacional. Esta tendencia está siendo gradualmente modificada, dando paso a una distribución más amplia de la población en centros urbanos de diversas dimensiones. Los movimientos migratorios de carácter urbano-urbano y metropolitano-urbano han cobrado mayor importancia y lo seguirán haciendo conforme avance y se profundice la inercia urbanizadora y la tendencia a la desconcentración urbana.

En México se ha dado un proceso de urbanización bastante acelerado, entre 1980 y 2000 la población urbana (considerando a ésta como la población que reside en ciudades con más de 15 mil habitantes) pasó de 34 a 59 millones de personas, lo que representa el 42.6 y 61 por ciento de la población nacional, respectivamente. Asimismo, en 1980 había 300 localidades con 15 mil habitantes y más, para 2000 este número ascendió a 513, lo que significó que la tasa de crecimiento anual de la población urbana se elevó a 2.7 por ciento de 1980 al 2000, la cual es superior a la de la población nacional, observada en el mismo periodo, (1.91) y a la de la población rural (1.%). Como resultado de

Cuadro 5 - Concentración poblacional de municipios fronterizos del norte de México de 100,000 y más habitantes, respecto al total de municipios fronterizos, 1970-2000

MUNICIPIOS[a]	1970	1980	1990	2000
Tijuana, B.C.[b]	15.2	15.5	19.3	22.8
Cd. Juárez, Chih.	18.9	19.1	20.6	21.8
Mexicali, B.C.	17.7	17.2	15.5	13.7
Reynosa, Tam	6.7	7.1	7.3	7.5
Matamoros, Tam.	8.3	8.0	7.8	7.4
Nuevo Laredo, Tam.	6.7	6.9	5.7	5.5
Nogales, Son.	2.4	2.3	2.8	2.8
San Luis Rio Colorado, Son.	2.8	3.1	2.8	2.6
Piedras Negras, Coah.	2.1	2.7	2.5	2.3
Río Bravo, Tam.	3.2	2.8	2.4	2.0
Acuña, Coah.	1.4	1.4	1.5	1.9
Total	85.5	86.2	88.2	90.2

Fuente: De 1970 a 2000 Censos de Población 1970, 1980, 1990 y 2000.
[a] Los municipios están en orden descendente de acuerdo con la población del 2000, a partir de la cual se definió el criterio "100,000 habitantes y más".
[b] Incluye Playas de Rosarito.

esta dinámica, el grado de urbanización pasó de 49.4 por ciento en 1970 a cerca de 56.2 por ciento en 1980 y a 61 por ciento en 1990 (Programa Nacional de Población, 1995-2000).

Aparentemente existe una menor atracción de los flujos migratorios ejercida por las grandes metrópolis del país. La concentración de la población en ciudades de más de un millón de habitantes ha disminuido. Esta menor atracción migratoria de las urbes metropolitanas se encuentra de alguna manera vinculada al deterioro de calidad de vida de estas áreas. Garza (1992) nos señala que aunque en México la urbanización de corte metropolitano durante el periodo de 1960-1990 se fortaleció, hay evidencias de cambios importantes en la distribución territorial de la población por la pérdida de importancia relativa de las grandes áreas metropolitanas (Ciudad de México, Guadalajara, Monterrey y Puebla) y debido a la configuración de otras ciudades grandes: León, Toluca, Ciudad Juárez, Tijuana, San Luis Potosí y Chihuahua.

Las ciudades llamadas intermedias (aquellas entre 100 mil y un millón de habitantes) han aumentado considerablemente en los últimos años. En 1950 había sólo 13 ciudades con dichas dimensiones; en 1970 el número de estas ciudades aumentó a 37 y en 1990 sumaron un total de 56 (CORONA, TUIRÁN, 1994) y en el 2000 eran 104. En la década de los ochenta, estas ciudades crecieron más rápidamente que las grandes metrópolis. Las ciudades intermedias desempeñarán en los años venideros un papel prominente en la vida económica y demográfica del México urbano.

El dinamismo económico e industrial, con capacidad de atracción de la industria maquiladora e inversión extranjera, que las ciudades fronterizas del norte de México han mostrado en los últimos años han repercutido de manera significativa en la atracción de grandes flujos migratorios de país.

En el cuadro 6 se presenta la población total por condición migratoria. Esta información nos muestra cómo en las localidades de

100,000 habitantes y más de Baja California el 48 por ciento de su población es población nacida en otra entidad; ese mismo porcentaje considerando sólo a la ciudad de Tijuana vemos que más de la mitad de su población (el 55.6 por ciento) es considerada como inmigrante bajo este mismo concepto**.**

El lugar de procedencia de la población inmigrante en Tijuana, Baja California se presenta en el mapa 2. En este se observa que las principales entidades que tienen un mayor peso porcentual en su contribución a los flujos migratorios destinados a Tijuana son: Sinaloa, Veracruz, Jalisco, Sonora, Ciudad de México, Chiapas.

Para la otra ciudad de mayor peso poblacional de la frontera norte de México, Ciudad Juárez, las principales entidades de procedencia se presentan en el mapa 3 y son: Veracruz, Durango, Coahuila, Zacatecas, Oaxaca, Ciudad de México.

Como ya se señaló, las ciudades de la región fronteriza del norte de México han mostrado durante toda su historia un crecimiento poblacional intenso, particularmente en sus principales ciudades (Tijuana y Ciudad Juárez), las cuales han sido el destino de una gran cantidad de mexicanos que han ido en búsqueda de mejores oportunidades de vida. En la siguiente sección analizamos la inserción ocupacional y la movilidad laboral de los trabajadores inmigrantes en los mercados urbanos de trabajo de la región fronteriza del norte de México.

Cuadro 6 - Total de población nativa de las entidades fronterizas, Tijuana y Ciudad Juárez, 2000

ESTADOS Y CIUDADES	Números absolutos			Distribuciones porcentuales		
	NO ATIVO	NATIVO	TOTAL	NO ATIVO	NATIVO	TOTAL
Baja California	1,183,915	1,277,614	2,461,529	48.1%	51.9%	100.0%
Chihuahua	602,173	2,421,958	3,024,131	19.9%	80.1%	100.0%
Coahuila	324,594	1,956,292	2,280,886	14.2%	85.8%	100.0%
Nuevo León	871,184	2,928,139	3,799,323	22.9%	77.1%	100.0%
Sonora	372,909	1,811,006	2,183,915	17.1%	82.9%	100.0%
Tamaulipas	701,196	2,024,241	2,725,437	25.7%	74.3%	100.0%
Tijuana	702,009	561,432	1,263,441	55.6%	44.4%	100.0%
Cd. Juárez	448,152	760,500	1,208,652	37.1%	62.9%	100.0%

Fuente: INEGI, Censo General de Población y Vivienda, 2000

Mapa 3 - Principales estados de procedencia de los nuevos inmigrantes de Tijuana

INSERCIÓN OCUPACIONAL Y MOVILIDAD LABORAL DE LA POBLACIÓN INMIGRANTE EN LAS CIUDADES FRONTERIZAS

La población inmigrante en los mercados laborales de la frontera norte de México es importante y significativa. El fenómeno migratorio es un proceso social que permea de manera importante las estructuras ocupacionales de estas comunidades de la frontera norte de México. En gran medida las ciudades fronterizas del norte de México se han venido formando gracias al arribo y a la contribución de poblaciones inmigrantes procedentes del interior del país.

La proporción de la población inmigrante económicamente activa en las ciudades fronterizas es muy importante, así en Tijuana el 72 por ciento de su fuerza laboral ocupada es población inmigrante, población que nació fuera de la entidad en la que reside; en las demás ciudades

Mapa 4 - Principales estados de procedencia de los nuevos inmigrantes de Ciudad Juárez

fronterizas ese mismo porcentaje es: en Cd. Juárez 42.1, en Nuevo Laredo 47.2 y en Matamoros 36.4.

Los niveles de participación económica de las ciudades fronterizas se han destacado en los últimos años por situarse entre las tasas de participación más altas del país, particularmente las tasas de participación de la población femenina. Estas tasas de participación económica han ido acompañadas de un crecimiento en la actividad económica.

El acelerado incremento de las tasas de participación económica en las ciudades fronterizas se explica en gran medida por dos procesos sociales que se dan de manera concomitante y que repercuten en las estructuras sociales y económicas de estas comunidades fronterizas. Por un lado desde mediados de los años setenta, al igual que en el resto del país, se empieza a dar un rápido proceso de incorporación de

la mujer al trabajo extra doméstico. Esta incorporación cada vez mayor de la población femenina a los mercados de trabajo adquiere especial singularidad en los distintos contextos regionales del país.

Por otro lado, se encuentra el establecimiento y desarrollo de la industria maquiladora de exportación en las zonas urbanas de la frontera norte de México, un hecho suficientemente documentado en la literatura sobre el tema. La instalación de la industria maquiladora en las ciudades fronterizas fue un hecho que, sin lugar a dudas, ha venido a distinguir de manera particular la mano de obra de estas comunidades de la región norte del país.

Los importantes incrementos en los niveles de participación económica en las ciudades fronterizas han estado acompañados de bajos niveles de desempleo abierto en estas comunidades.

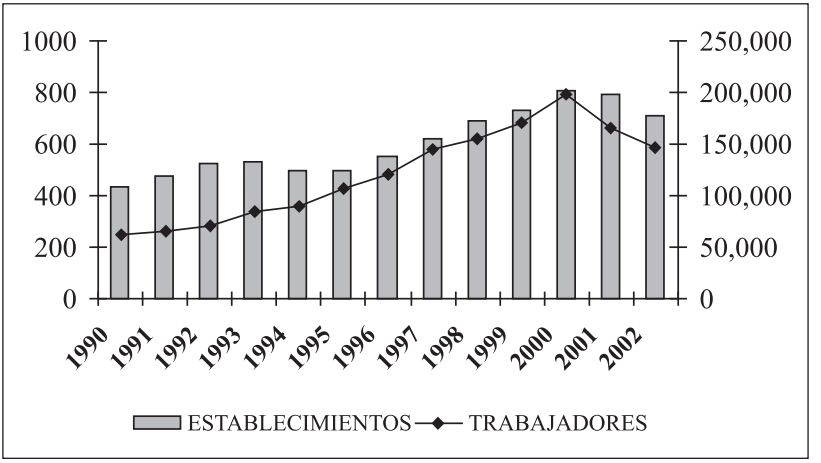
Antes de los años sesenta las ciudades fronterizas, particularmente Tijuana y Ciudad Juárez eran economías orientadas hacia el comercio y los servicios especialmente hacia el turismo estadounidense. En 1940, los censos de población muestran la importancia del sector servicios en la estructura económica de Tijuana que concentraba aproximadamente el 45% de su fuerza laboral, y el sector comercio concentraba el 25%. Las devaluaciones del peso frente el dólar en los años de 1976, 1982, 1986 y 1994 afectaron fuertemente a las economías fronterizas desestabilizando algunos de sus sectores económicos. Sin embargo, la industria maquiladora de exportación se vio beneficiada, en términos generales, por estas devaluaciones.

Desde el establecimiento de la industria maquiladora de exportación en varias ciudades de la frontera norte de México la fuerza de trabajo incrementa su participación en el sector manufacturero e industrial de las economías fronterizas. Durante los últimos años la industria de transformación ha sido el sector económico que ha absorbido la mayor parte del incremento de la fuerza laboral.

En 1975 había alrededor de 100 plantas maquiladoras en Tijuana y alrededor de 7,844 trabajadores. Para el 2002 el INEGI reporta que existen alrededor de 700 plantas y 150,000 trabajadores. Durante las últimas dos décadas la industria maquiladora ha crecido de manera acelerada en Tijuana, particularmente después de la crisis económica de 1982. Sin embargo, del 2000 al 2002 se muestra una caída tanto en el número de empleos como de establecimientos.

En aquellas ciudades fronterizas donde la industria maquiladora ha mostrado un intenso desarrollo, la población inmigrante se emplea de manera importante en esta industria. En el cuadro 7 se presenta la población económicamente activa por sector de actividad y condición migratoria. En esta información se observa que la población inmigrante se inserta de manera importante en el sector de la industria manufacturera, particularmente llama la atención la proporción de la población inmigrante en Ciudad Juárez que se emplea en la industria de la manufactura (64.8 por ciento). Igualmente, los inmigrantes se insertan de manera importante en dicho sector económico en las ciudades como Tijuana, en donde la industria maquiladora se ha desarrollado de manera ace-

Grafica 1 - Número de establecimientos y trabajadores en la industria maquiladora de exportación, Tijuana, 1990-2002



Fuente: INEGI, Estadísticas de la industria maquiladora de exportación

Cuadro 7 - Distribución porcentual de la población económicamente activa por sector económico y condición migratoria

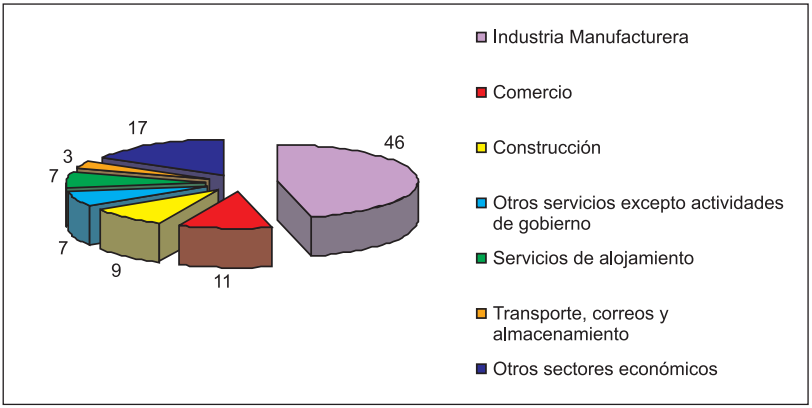
	TIJUANA			CIUDAD JUAREZ		
SECTOR ECONÓMICO	MIGRANTE	NO MIGRANTE	TOTAL	MIGRANTE	NO MIGRANTE	TOTAL
Agropecuario y Mineria	1.3%	1.7%	1.6%	0.9%	1.4%	1.4%
Construcción	8.6%	8.2%	8.3%	4.4%	6.9%	6.5%
Industria manufacturera	45.2%	27.3%	30.9%	64.8%	40.1%	44.5%
Comercio	12.2%	18.4%	17.2%	8.8%	16.0%	14.7%
Transportes y Comunicación	3.9%	6.2%	5.6%	2.0%	4.6%	4.2%
Servicios al productor	2.2%	4.7%	4.1%	1.3%	3.1%	2.8%
Servicios Sociales	6.4%	9.0%	8.4%	4.7%	8.6%	7.8%
Servicios Personales	15.3%	17.7%	17.2%	9.9%	14.2%	13.4%
Actividades de gobierno	1.5%	2.8%	2.5%	0.8%	2.5%	2.2%
No especificado	3.5%	4.1%	4.0%	2.4%	2.6%	2.5%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fuente: INEGI, Censo General de Población y Vivienda, 2000

lerada. Otros de los sectores donde se emplea la población inmigrante es el sector de los servicios personales.

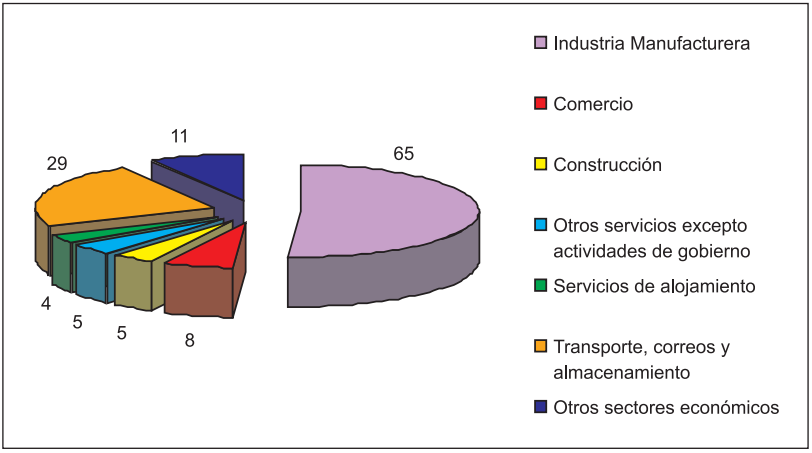
El tipo de inserción sectorial de la población inmigrante en las ciudades fronterizas se refleja también en su inserción ocupacional. La mayor concentración de los inmigrantes se da en ocupaciones relacionadas con la industria de transformación. La inserción ocupacional se da principalmente en las ocupaciones como trabajadores fabriles y operadores de maquinaria; en Cd. Juárez el 58.1 por ciento de los inmigrantes se emplean en dichas ocupaciones, el 42.5 % en Tijuana, véase cuadro 8.

En el cuadro 9 se presentan el ingreso real promedio mensual, las horas trabajadas a la semana, la proporción de la población inmigrante que tiene alguna cobertura médica en estos mercados laborales fronterizos. Los salarios percibidos por la población inmigrante en las ciudades fronterizas es menor que los percibidos por los no migrante. Sin embargo, los inmigrantes trabajan un mayor



Grafica 2 - Población económicamente activa migrante según sector económico, Tijuana, 2000

Fuente: INEGI, Censo General de Población y Vivienda, 2000



Grafica 3 - Población económicamente activa migrante según sector económico, Ciudad Juárez, 2000

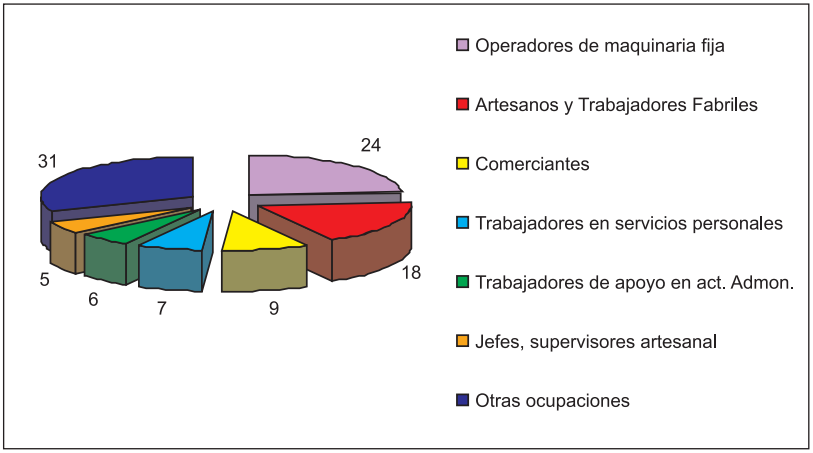
Fuente: INEGI, Censo General de Población y Vivienda, 2000

número de horas a la semana que los no migrantes. Asimismo, la cobertura médica, es decir, las personas que cuentan con alguna prestación de cobertura médica por parte de su trabajo como IMSS, ISSTE o médico personal, es mayor entre la población no migrante, con excepción de la poblacón inmigrante en Ciudad Juárez. Considerando estos indicadores, en general, podemos decir que la población

Cuadro 8 - Distribución porcentual de la población económicamente activa por ocupación en el trabajo y condición migratoria

	TIJUANA			CIUDAD JUAREZ		
OCUPACION EN EL TRABAJO	MIGRANTE	NO MIGRANTE	TOTAL	MIGRANTE	NO MIGRANTE	TOTAL
Artesanos y trabajadores fabriles	18.4%	19.0%	18.8%	11.2%	15.8%	15.0%
Operadores de maquinaria fija en movimiento continuo	24.1%	11.2%	13.9%	46.9%	20.5%	25.1%
Comerciantes	9.0%	14.2%	13.1%	5.5%	12.1%	10.9%
Trabajadores de apoyo en actividades de administración	6.0%	7.6%	7.3%	4.4%	8.1%	7.5%
Trabajadores en servicios personales	6.8%	7.0%	7.0%	4.8%	5.7%	5.5%
Conductores y ayudantes de maquinaria móvil	3.7%	5.3%	5.0%			
Jefes, supervisores artesanal				4.3%	5.2%	5.0%
Otras ocupaciones	31.9%	35.6%	34.9%	23.0%	32.8%	30.9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

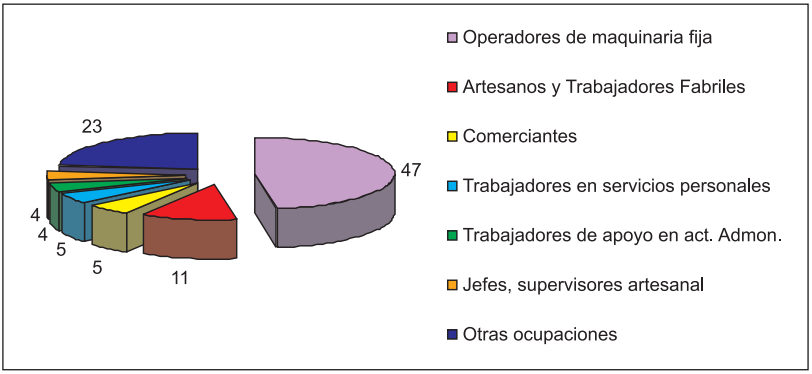
Fuente: INEGI, Censo General de Población y Vivienda, 2000



Grafica 4 - Población económicamente activa migrante según ocupación, Tijuana 2000

Fuente: INEGI, Censo General de Población y Vivienda, 2000

inmigrante que trabaja en los mercados fronterizos se encuentra laborando en las condiciones laborales menos favorables que la población no migrante.



Grafica 5 - Población económicamente activa migrante según ocupación, Ciudad Juárez 2000

Fuente: INEGI, Censo General de Población y Vivienda, 2000

Cuadro 9 - Algunas características laborales de la población económicamente activa por condición migratoria

	TIJUANA			JUAREZ		
BENEFICIOS	MIGRANTE	NO MIGRANTE	TOTAL	MIGRANTE	NO MIGRANTE	TOTAL
INGRESO MENSUAL (en pesos mexicanos)	5,434.60	6,662.82	6,445.87	3,575.52	4,859.61	4,620.06
HORAS TRABAJADAS A LA SEMANA	46.81	44.57	45.02	44.89	43.7	43.89
NO RECIBE SERVICIO MEDICO	28.40%	31.40%	30.60%	14.50%	20.70%	19.50%
NO TIENE VACACIONES PAGADAS	28.20%	28.30%	28.30%	14.80%	19.60%	18.70%
NO RECIBE AGUINALDO	24.40%	25.40%	25.10%	12.50%	17.10%	16.10%
NO RECIBE REPARTO DE UTILIDADES	42.20%	46.00%	45.10%	22.20%	31.40%	29.60%
NO RECIBE SAR O AFORE	44.40%	43.80%	43.90%	23.70%	28.00%	27.10%

Fuente: INEGI, Censo General de Población y Vivienda, 2000

TRANSMIGRANTES EN LAS CIUDADES DE LA FRONTERA NORTE

Otro tipo de migrantes en las ciudades de la frontera norte de México son aquellas personas que residiendo en un lado de la frontera se emplea y trabaja en el otro lado, es decir, en esta población fronteriza existe una proporción considerable de personas

que viven del lado mexicano y trabajan del lado estadounidense. Por considerarlo de importancia, en este trabajo documentamos la proporción de la población económicamente activa que se encuentra en estas condiciones en las distintas ciudades fronterizas.

En Tijuana el número de trabajadores transmigrantes que cruzan la línea internacional diaria o semanalmente se incrementó considerablemente durante los años noventa. En esta ciudad, la proporción de la población económicamente activa pasó de 6.8 por ciento en 1990 a 8.0% en 1998. Mientras que este mismo porcentaje de la PEA se redujo tanto en Ciudad Juárez como en Matamoros. Estos trabajadores transmigrantes principalmente son trabajadores asalariados y se emplean en ocupaciones de trabajadores fabriles y operadores de maquinas. Por supuesto, el ingreso mensual que reciben estos trabajadores es superior a los salarios recibidos por la fuerza de trabajo que se empleo en el lado mexicano, sin embargo, el número de horas que trabajan a la semana es inferior al número de horas de trabajo que tienen que laborar los trabajadores del lado mexicano. Algo que llama la atención en Tijuana es el hecho de que durante 1994-95, el periodo de fuerte crisis económica en México, el porcentaje de transmigrantes se incrementó considerablemente. Así, mientras el ingreso real promedio mensual disminuye durante ese año, esa proporción de transmigrantes se incrementa en esta ciudad fronteriza.

CONCLUSIONES

Las ciudades fronterizas han continuado creciendo de manera acelerada durante la década de los noventa. Este crecimiento en gran medida es la consecuencia de los intensos flujos migratorios que están recibiendo las comunidades fronterizas, especialmente las ciudades de mayor magnitud como Tijuana y Ciudad Juárez. Las zonas de procedencia de estos flujos migratorios continúan siendo, de manera general, aquellas entidades que tradicionalmente

han enviado población hacia estas zonas fronterizas. Sin embargo, en los últimos años se observa un mayor número de entidades que participan en estos flujos migratorios que tienen como destino la región fronteriza del norte de México.

La causa principal de esta atracción de los flujos migratorios de las ciudades fronterizas es la búsqueda de mejores oportunidades de trabajos, empleos con una mayor remuneración económica. Los bajos niveles de desempleo y el alto promedio de ingreso salarial mensual son factores que, sin duda alguna, son elementos que ayudan a explicar la movilidad territorial de la población hacia estos centros urbanos. Asimismo, el establecimiento y el intenso desarrollo de una industria particular en esta zona fronteriza han estimulado de manera particular el desplazamiento hacia estas ciudades fronterizas. Sin embargo, no todo el panorama es bueno, las contradicciones del desarrollo social y económico de estas ciudades repercuten de manera especial en la población inmigrante de menores recursos. Las condiciones laborales, que aunque un poco mejores que en otros centros urbanos del país, no dejan de ser precarias. En general, esta población inmigrante ha tenido que laborar un mayor número de horas, tienen ingresos menores que la población no migrante y el trabajo es poco estable.

BIBLIOGRAFÍA

AGUILAR, A., GRAIZBORD, Boris, SÁNCHEZ, A. *Las Ciudades Intermedias y el Desarrollo Regional en México*. CONACULTA-UNAM-El Colegio de México, 1996.

CANALES, Alejandro. *Migración y Urbanización en la frontera norte de México*. El Colegio de la Frontera Norte, (mimeo). 1997.

CONAPO. *Evolución de las Ciudades de México, 1900-1990*. Consejo Nacional de Población. Ciudad de México, 1994.

CORONA, Rodolfo. 1991.

CORONA, Rodolfo, TUIRÁN, Rodolfo. Migración Hacia las Ciudades de Tamaño Intermedio. Profundas transformaciones regionales. In: *Demos, Carta demográfica sobre México*. Ciudad de México, 1994.

CORONA, Rodolfo, TUIRÁN, Rodolfo. *México:* Medición de la migración internacional con base en la Encuesta Nacional de la Dinámica Demográfica de

1992, Apéndice Técnico. Estudio Binacional México-Estados Unidos sobre Migración. cap. 1. Cuantificación de la Migración. (mimeo)

CORONA, Rodolfo, LUQUE, R. Cambios recientes en los patrones migratorios de la Zona Metropolitana de la Ciudad de México. In: *Estudios Demográficos y Urbanos*. v. 7, n. 2 y 3. El Colegio de México. 1992.

CRUZ PIÑEIRO, Rodolfo. Migraciones internas hacia las ciudades fronterizas y no fronterizas. In: *Las Ciudades Medias y el Fenómeno Migratorio*. El Colegio de la Frontera Norte. (mimeo). 1994.

CRUZ PIÑEIRO, Rodolfo. Inestabilidad y volatilidad en el empleo de la fuerza de trabajo fronteriza. In: *Estudios Demográficos y Urbanos* v. 10, n. 3, sep.-dic. El Colegio de México, 1995.

GARZA, Gustavo. Crisis económica y desarrollo urbano. Urbanización. In: *Demos, Carta demográfica sobre México*. Ciudad de México. 1992.

PARTIDA BUSH, Virgilio. *Migración Interna*. Ciudad de México: INEGI-El COLMEX-ISSUNAM, 1994.

SOBRINO, Jaime. Tendencias de la urbanización mexicana hacia finales del siglo. In: *Estudios Demográficos y Urbanos*. v. 11, n. 1. El Colegio de México. 1996.

PARTE II

TERRITÓRIO, IDENTIDADE E CULTURA

CULTURA FRONTEIRIÇA DO MERCOSUL: PODERES DOS SEM PODER

Ligia Chiappini*

* Cátedra de *Brasilianistik, Lateinamerika-Institut / Freie Universität-Berlin*

1 - O PROJETO (WORK IN PROGRESS)

Este texto se propõe a apresentar algumas conclusões parciais de um projeto em andamento, intitulado "Cultura fronteiriça e fronteiras culturais na comarca pampeana: obras exemplares",[1] do qual sou coordenadora, na Universidade Livre de Berlim, Alemanha e a Profa. Dra. Sandra Nitrini, na Universidade de São Paulo, Brasil.

---

[1] Iniciado em janeiro de 2004, mas com antecedentes em projetos menores, seja de pesquisadores isolados (entre os quais me incluo) seja de grupos, sobretudo de grupos brasileiros, argentinos e uruguaios, que se puseram em contato para intercambiar dados e resultados ainda parciais.

O projeto se enquadra no programa PROBRAL da CAPES (Brasil) e do DAAD (Alemanha), que possibilita o intercâmbio mais frequente e intenso entre os pesquisadores *seniors*, e entre estes e os pesquisadores mais jovens, que estão desenvolvendo projetos específicos de doutorado ou pós-doutorado, no âmbito da problemática e de um *corpus* variado do projeto comum[2].

O projeto consiste basicamente no esforço de atualização dos estudos de literatura e cultura gaucha e *gaúcha*, em tempos de globalização, através da abordagem comparativa de textos brasileiros, argentinos e uruguaios, considerados exemplares da tensão nacional, regional, transnacional, nos séculos XIX e XX, retrocedendo, quando é necessário, até a segunda metade do século XVIII. Esses textos são vistos aqui como expressão simbólica da fronteira. [3]

Na verdade, o interesse pelo tema, de minha parte, nasceu de uma coincidência de três fatores essenciais: 1. o fato de que boa parte de minhas pesquisas no Brasil se detiveram na problemática dos regionalismos e das relações entre literatura, cultura e sociedade a nível local, nacional e global. 2. a encomenda que me fizeram Élida Lois e Ángel Núñez, organizadores da edição crítica do *Martín Fierro*, de

---

[2] Pelo lado alemão, os pesquisadores associados são: Dr. Horst Nitchack (Universidad Humboldt –HU Berlín quando aderiu ao projeto, mas atualmente professor na Universidade do Chile), o Prof. Dr. Werner Thielemann (HU-Berlín) e a Profa. Dra. Sabine Schlickers (Universidade de Bremen). Pelo lado bralileiro, os professores doutores Flávio Aguiar (USP-Centro Ángel Rama), Maria Helena Martins (CELP Cyro Martins-Porto Alegre e Centro Ángel Rama- USP- São Paulo), Gilda Neves da Silva Bittencourt (UFRGS- Porto Alegre), Léa Masina (UFRGS- Porto Alegre). Os jovens, até agora, são: Helga Dressel (doutoranda, FU), Flávia Carvalho (candidata a doutoranda, FU), Luz Marina Yupán Cárdenas (doutoranda, FU), Maria Colmán (doutoranda da FU), Adriana Acosta (candidata a doutoranda, FU), Eoná Moro (doutoranda, USP), Ronaldo Silva Machado (doutorando, UFRGS), Marcel Vejmelka (pós-doutorando, FU) , Patricia Weiss-Bomfim (pós-doutoranda, FU), Gerson Neumann (candidato a pós-doutorando, UFRGS).

[3] A relação entre regiões e nações é interna e externa a estas. E a Comarca Pampeana (o termo é tomado ao crítico literário e cultural uruguaio, já falecido, Ángel Rama), como unidade cultural supra-nacional, fronteiriça por excelência, foi escolhida como objeto privilegiado para estudar as tensões de um mundo considerado pós-nacional.

José Hernández, para a prestigiosa coleção Archives. Eles me pediram um texto sobre a recepção de *Martín Fierro* no Brasil, que eu fiz e se publicou juntamente com o aparato crítico. 3. a notícia que recebi desses colegas de que, na biblioteca do Instituto Latinoamericano da Universidade Livre de Berlim (LAI), havia um tesouro: o legado do pesquisador Alejandro Losada[4] de tudo o que pesquisou, leu, anotou, copiou e escreveu sobre José Hernández, sua vida, sua obra e o contexto histórico-social dos dois. Imediatamente interessei-me pelo „tesouro" e, com o apoio material da comissão de pesquisa da FU, e o trabalho de uma estudante, Érika M. Carneiro[5], organizamos mínimamente esse material que nosso Instituto acabou doando ao Instituto Iberoamericano, não sem antes apresentá-lo ao público, por meio de uma exposição e de um simpósio internacional, sob o título de "Cultura fronteiriça: Brasil, Uruguai e Argentina", realizado em julho de 2002. Assim o Instituto Iberoamericano incorporou ao seu setor de espólio o acervo Losada, composto de textos, cartas, periódicos, livros, fichas com notas de Losada e muitas fotos.[6] Do evento citado resultou o livro *Pampa e Cultura: de Fierro a Netto*, publicado pela editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Instituto Estadual do Livro, o Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins e a Cátedra de Brasilianística da Universidade Livre, com apoio da Fapergs e do Memorial da América Latina. O título desse livro tem a ver com dois personagens centrais de duas obras exemplares do nosso corpus, *Martín Fierro*, de 1872 e *Netto perde sua alma*, de Tabajara Ruas, de 1990.

---

[4] Alejandro Losada foi professor de Lateinamerikanistik no Lateinamerika Institut da Freie Universität Berlin. Morreu em um desastre de avião em 1985. Sua viúva legou a esse Instituto tudo o que ele havia reunido em longos anos de pesquisa sobre José Hernández e sua obra.

[5] Foi muito importante para a realização desse trabalho o apoio técnico da então bibliotecária do LAI, a senhora Britta Lützwolf.

[6] Contamos com o apoio das Embaixadas do Brasil, Argentina e Uruguai, da Sociedade Brasil-Alemanha (DBG), do Instituto de Cultura Brasileira na Alemanha (ICBRA), do Ministério de Cultura Brasileiro e do governo do Rio Grande do Sul, juntamente com os Institutos Goethe de São Paulo e de Porto Alegre.

Com tudo isso, comecei a ler os textos de Losada e constatei que ele pensou e escreveu coisas muito importantes sobre dimensões ainda não exploradas de Hernández, mas também da literatura argentina no contexto das literaturas latinoamericanas.

Um de seus projetos era publicar uma História da Literatura Latinoamericana. Para ele, a América Latina se dividia em 5 regiões (México, Brasil, Região Andina, Rio da Prata e Caribe, incluindo aí a América Central). O Brasil era, portanto, examinado em separado, constituindo por si só uma região. Hoje sabemos que essa divisão tem um problema de origem por isolar o Brasil que, apesar das diferenças lingüísticas e históricas, se integra com a cultura hispânica em regiões transnacionais, como a Amazônica e a Pampeana, por exemplo, formando o que Rama chamou de "comarcas culturais" (RAMA, 1974), que trascendem as fronteiras geopolíticas e lingüístícas entre as nações do lado hispanoamericano e do lado brasileiro. A expressão "Comarca Pampeana" parece muito acertada, pois transfere uma palavra, do vocabulário político-administrativo[7] para o campo da cultura, marcando a superação de fronteiras nesse âmbito.

Para Rama, haveria que traçar

> "un segundo mapa de áreas con trazos comunes, cuyas fronteras no se ajusten a las de los países independientes. Ese segundo mapa latinoamericano es más verdadero que el oficial, cuyas fronteras fueron, en el mejor de los casos, determinadas por viejas divisiones administrativas de la Colonia y en una cantidad no menor, por las eventualidades de la vida política nacional o internacional. En ese segundo mapa, el estado de Rio Grande del Sur, brasileño, muestra vínculos mayores con el Uruguay, o con la región argentina de la pampa, que con el Mato Grosso o el Nordeste de su propio país; la zona occidental andina de Venezuela, aparentada con la similiar colombiana, mucho más de lo que con la región central antillana." (RAMA, 1987: 58)

---

[7] Comarca em espanhol quer dizer divisão do território que compreende várias povoações. De co e marca. *En comarca* significa também em torno ou ao redor. Já em português temos a mesma palavra com o sentido mais circunscrito à linguagem judiciária, mas também como significação muito geral de região e confins.

Mas isso não significa homogeneidade, pois importa considerar as

> "simultáneas y muy variadas subculturas que se elaboraron en las diferentes áreas de América Latina, con lo cual no sólo dispondríamos de un mapa de culturas regionales sino que además, dentro de cada una de ellas, detectaríamos una serie de estratos culturales distintos que se vinculan notoriamente con los grupos o clases sociales pertinentes."[8] (RAMA, 1976: 12)

A Comarca Pampeana configura então uma unidade cultural supra-nacional, o que, em tempos de globalização e teorização sobre as sociedades chamadas pós-nacionais e plurais torna o tema da gauchesca mais interessante e atual. A gauchesca como tal está muito bem estudada em cada um dos três países, mas ainda faltam estudos comparativos. Este projeto[9] quer contribuir para o aprofundamento desses estudos, trabalhando pela superação daquilo que alguns estudiosos consideram como um verdadeiro "tratado de tordesillas" cultural que provoca o desconhecimento mútuo entre o Brasil e seus vizinhos da América do Sul. (cf. SCHWARTZ,Jorge em seu ensaio intitulado "Abaixo Tordesilhas", 1993).[10]

---

[8] Embora sublinhe as semelhanças, reconhece que essas "son neutralizadas por las normas nacionales que dominan las regiones internas de cada país, imponiéndoles lengua, educación, desarrollo económico, sistema social, etc., constituyendo una influencia no desdeñable en la conformación cultural, que impide el manejo del esquema de división por regiones, desconsiderando el fijado por la existencia de países independientes"(RAMA, 1976:12).

[9] Nossa proposta é pesquisar, por meio de obras literárias (no sentido estrito e no sentido amplo) como se constroem e se desconstroem as identidades nacionais e a serviço do que estão essas obras e essas identidades, em circunstâncias e contextos, marcados pela dialética da continuidade e da mudança. Nesse sentido, um dos temas privilegiados é o das sucessivas mortes e ressurreições do gaúcho e do *gaucho,* como expressão simbólica de processos sociais comuns aos três países, apesar de que cada um guarda especificidades por analisar e interpretar.

[10] Darcy Ribero, antropólogo e escritor brasileiro, falecido há alguns poucos anos, costumava dizer que os países hispanoamericanos e o Brasil viviam de costas entre si, desconhecendo-se mutuamente. Por um lado, o mesmo parece ocorrer ainda na região que estudamos, mas, por outro lado, ela também se configura como uma ponte possível da tão desejada por uns e rechaçada por outros "integração latinoamericana" ou, pelo menos, sulamericana. Na linha de pensamento de Ignacio Corona, trata-se de desenvolver os estudos comparativos horizontais —Sul-Sul—, como forma de vencer

Como são produzidas e desconstruídas as identidades nacionais e regionais na Comarca Pampeana e qual é o papel dos textos literários (no sentido estrito e no sentido amplo) nesse processo; textos, cujos autores, personagens, espaços, linguagem e leitores podem ser vistos como fronteiriços? Essa é a pergunta que será investigada nas obras e autores brasileiros, uruguaios e argentinos, canônicos ou não, em três linhas de pesquisa, marcadas pelo enfoque interdisciplinar.[11] As duas primeiras linhas de pesquisa são concebidas cronologicamente, de modo relativamente autônomo, e a terceira, como transversal às outras duas: Linha 1 - "Formação das literaturas nacionais como criação de fronteiras culturais"; Linha 2 - "O gaúcho como figura fronteiriça: morte e resurreição"; Linha 3 - Fronteiras lingüísticas: mesclas e delimitações, do léxico à pragmática".

O ciclo de conferências para o qual foi escrito este texto me permitiu pensar em questões mais gerais no âmbito das quais se situa nosso projeto. A primeira questão geral é a questão da fronteira propriamente dita e suas implicações com respeito à discussão atual sobre nação, identidade nacional, cultura nacional, identidade regional, cultura regional, para melhor situar a discussão específica sobre literatura e cultura, em suas relações com o local, o nacional e o global. A segunda é essa problemática vinculada com a do Mercosul e sua produção cultural, em dois sentidos, ou seja, como esforço para lograr uma identidade regional e como acumulação de produtos culturais da região, que, de certa forma, podem ser considerados como sendo uma base simbólica sobre a qual se faz a integração econômica e política. Depois de apresentar alguns mapas e dados

---

a ignorância tradicionalmente existente entre países com história e cultura afins, forma também de "descolonizar nuestra historia" (CORONA, Ignacio. *Vecinos distantes?* Las agendas críticas posmodernas en hispanoamérica y el Brasil. 1998).

[11] O tema exige que se levem em consideração outras áreas das ciências humanas, tais como a História, a Antropologia, a Sociologia e, naturalmente, a Geografia, bem como a Teoria e Crítica da Música, do Cinema, das Artes Plásticas. Para tanto, além da bibliografia específica, contaremos com assessores e consultores dessas respectivas especialidades.

sobre as fronteiras brasileiras e do Mercosul, voltarei à cultura e à literatura, com alguns exemplos tirados das análises parciais que se vêm fazendo nesta pesquisa.

2 - FRONTEIRA

O Brasil tem uma área superior a 8.500.000 quilômetros quadrados e limita por terra com 9 países da América do Sul: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, e com o departamento ultramarino francês da Guiana, em uma extensão de 16.886 quilômetros, que equivale quase à metade da circunferência terrestre. (Mapa 1)[12]

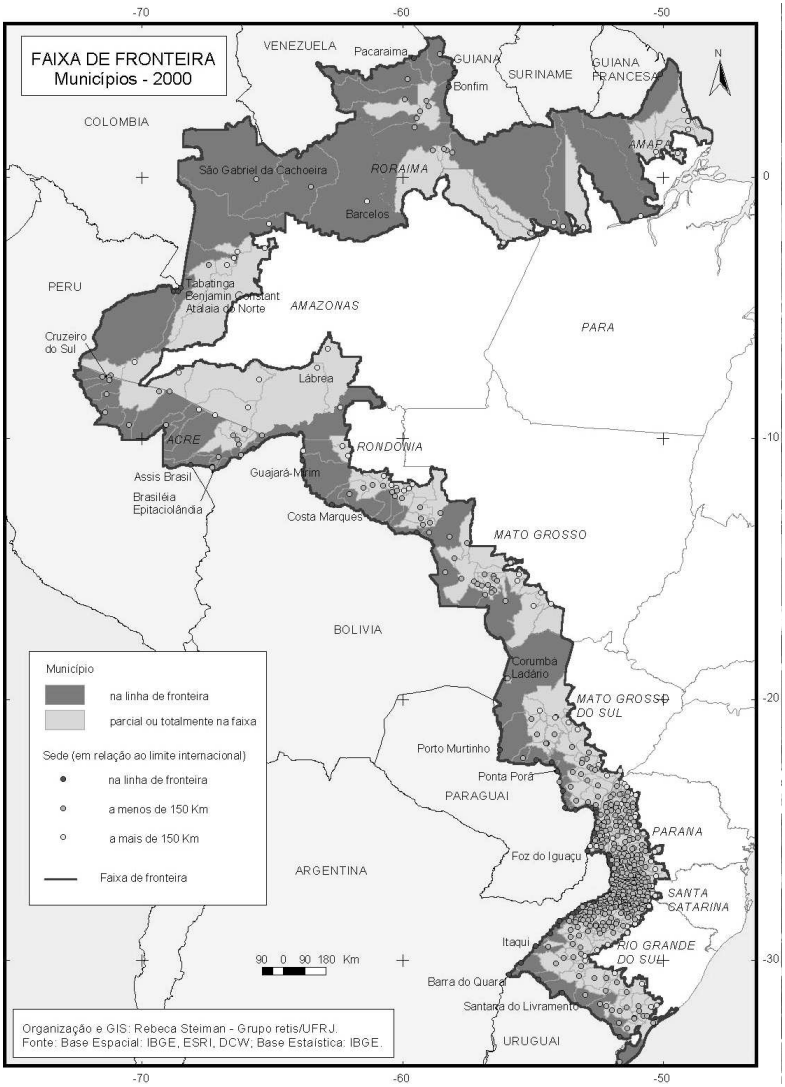
"Fronteira é um termo mais amplo, que se refere a uma região ou faixa. Já o termo limite está ligado a uma concepção precisa, linear e perfeitamente definida no terreno."[13] Mas muito mais que tratados ou linhas em mapas, a fronteira é uma estrutura complexa e funcional em face da terra, que passa pelo menos por três etapas bem distintas: delimitação, demarcação e caracterização. No caso do Brasil, as duas primeiras fases estão terminadas e a terceira quase no final. No que diz respeito aos países da região do Mercosul, a situação é a seguinte:

A fronteira do Brasil com o Uruguai, com uma extensão de 1.068,1 km. está definida, demarcada e caracterizada, por meio do tratado de limites de 1851; tratado da Lagoa Mirim, de 1909; convenção do Arroio São Miguel, de 1913; do Estatuto Jurídico da Fronteira, de 1933 e, finalmente, das notas reversais sobre a fixação da desem-

---

[12] Os mapas reproduzidos no final, bem como alguns dos textos citados são do *Grupo Retis de Pesquisa sobre Fronteiras* da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, sob a coordenação da Profa. Dra. Lia Osório Machado: www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/

[13] KRUKOSKI, Wilson R. M. *Fronteras y Límites*. www.info.Incc.br/wrmkkk/artigoe.html, S. 1.



Mapa 1 - Faixa de Fronteira

Mapas elaborados pelo Grupo Retis de Pesquisa, conforme mencionado neles mesmos.

bocadura do Arroio Chuí, de 1972. A fronteira com a Argentina, com 1.261,3 km. de extensão, está também definida, demarcada e caracterizada, pelo tratado de 1898, complementado pela convenção de 1927. Com o Paraguai, igualmente, tudo se definiu, demarcou e caracteri-

zou, pelo tratado de 1872, complementado em 1927 e 1973 (Tratado de Itaipu).[14]

Os estudiosos nos alertam quanto ao fato de que

> "a atual tendência de formação de blocos econômicos regionais e as diásporas de povos com nacionalidade composta em uma escala, sem precedentes no passado, provocaram mudanças fundamentais no tratamento das fronteiras e limites internacionais. Para muitos países já não importam tanto os efeitos da existência dos limites internacionais, mas sim os efeitos da remoção desses limites ou, pelo menos, o importante seria reduzir as descontinuidades que estes representaram por muito tempo para a vida econômica e social, para a circulação de idéias, mercadorias e serviços".[15]

Outros, porém, como Claude Raffestin nos chamam atenção para o fato de que

> "as novas formas de tratar o problema, sobretudo na Europa, estão criando a mitologia da abolição das fronteiras-limites, coincidentemente com uma vontade confusa de torná-las sem sentido também em outros domínios da sociedade (...). Essa mitologia da abolição dos limites estaria apoiada na idéia de que constituem um obstáculo e um estorvo para a libertade individual ou coletiva, dentro de uma tradição antiga de atribuir às divisões entre Estados somente funções negativas. (...)"Para Raffestin, isso não tem o menor sentido, já que o limite é uma necessidade ineludível, um mecanismo de regulação que resiste ao caos. Embora pareçam completamente ultrapassados, aparentemente sem efeito sobre o cotidiano vivido, os limites internacionais continuam sublinhando tanto diferenças legais como o princípio da identidade territorial, e a separação entre "nacionais" e "não nacionais", através de impedimentos jurídicos, políticos, ideológicos." (RAFFESTIN, 1993, apud STEIMAN e MACHADO, 2003)[16]

---

[14] Cf. ENGEL, Juvenal Milton. *As comissões brasileiras demarcadoras de limites*. Breve notícia histórica. www.info.Incc.br/wrmkkk/cbdls.html, p. 1-7. acess. em 30.10.2003

[15] HOUSE, 1980:9, apud STEIMAN, Rebeca, MACHADO, Lia Osório. *Limites e Fronteiras Internacionais*: uma discussão histórico-geográfica. In: www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/p02avulsos04.htm, S. 9. acess. em 15.11.03.

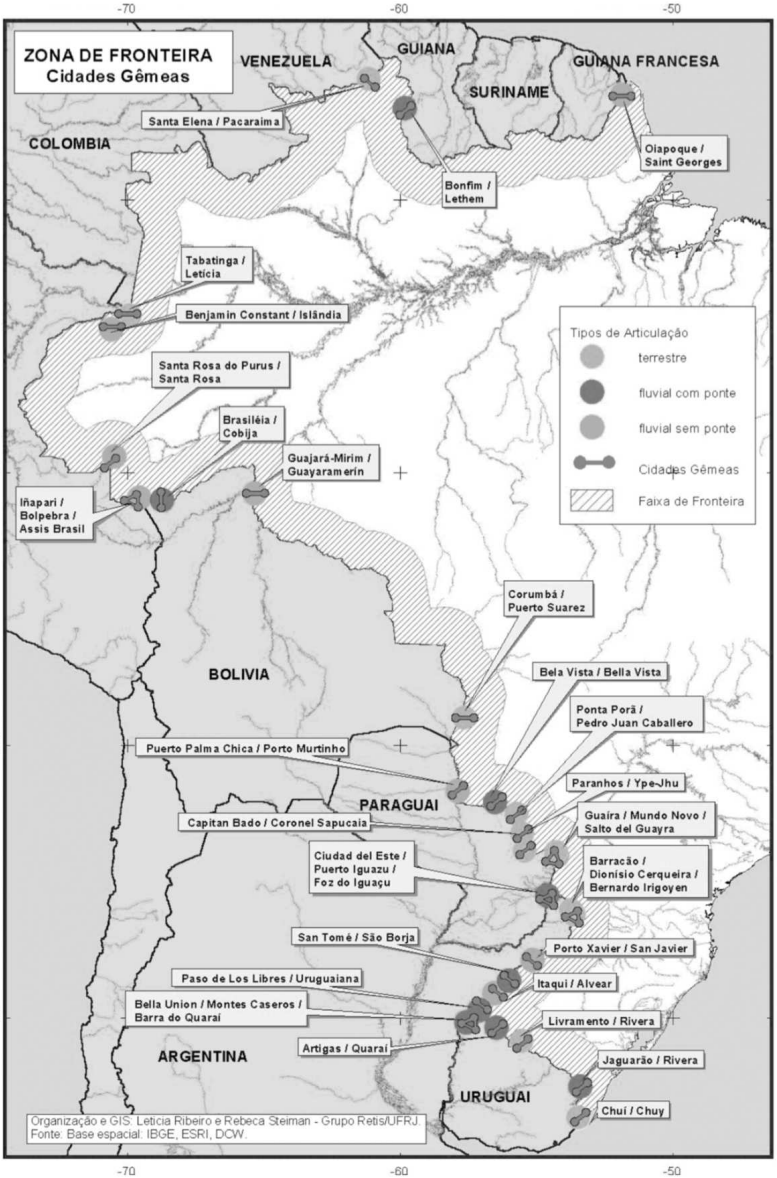
[16] STEIMAN, Rebeca, MACHADO, Lia Osório. *Limites e Fronteiras Internacionais*: uma discussão histórico-geográfica. (2003:9)

De minha parte, reconheço que a formação dos blocos supranacionais, como a União Européia, a Nafta e o Mercosul, estão alterando a noção clássica de fronteira, mas sem dissolvê-la (a expressão dissolução de fronteiras está na moda e na minha opinião é exagerada e perigosa) propriamente, mas sim relativizando-a, principalmente com a criação de regiões transnacionais que concorrem com as uniões internacionis, regidas a partir dos centros de cada país. O principal problema para essas regiões fronteiriças seria superar a condição de regiões de trânsito rumo ao centro dos países limítrofes, insertando-se produtivamente nas redes transnacionais que se criam com as uniões internacionais.

2.1 - FAIXAS DE FRONTEIRA E CIDADES GÊMEAS

Em função disso, ganha importância maior o conceito de faixas de fronteira, regiões que se caracterizariam por interações internacionais, mas próprias do meio de fronteira e só perceptíveis em escala local/regional e não na regional/nacional. John House é apontado como pioneiro por centrar a análise dessas faixas como nó de interações entre cidades-gêmeas, qualificando-as. Econômica e políticamente se poderia tirar lições dessas zonas fronteiriças, segundo House, para a organização dos contatos e cooperações transnacionais. O mesmo poderíamos pensar com relação aos contatos culturais. Muitos estudiosos pensam que hoje em dia as melhores formas de intercâmbio entre as nações modernas ocorrem nas faixas de fronteira. São as chamadas „fronteiras vivas".

Outro conceito interessante que nos trazem os geógrafos é o de cidades gêmeas (MAPA 2). Trata-se de cidades com uma configuração espacial específica, responsável por intensas interações. Na fronteira brasileira-rioplatense elas são freqüentes e se completam por capacidades e produções distintas, o que implica distintos fluxos de pessoas, mercadorias, serviços, informações, legais ou ilegais. Há tam-



Mapa 2 - Zona de Fronteira - Cidades Gêmeas

bém aí flutuações monetárias que influem no turismo e no comércio. Os fluxos derivados da relação complementar entre unidades geográficas, capacidades e produções distintas, de um lado, e as flutuações monetárias que movem o turismo no local, de outro, assim como o comércio e o movimento das cargas, operam com maior visibilidade nas chamadas "fronteiras secas" (por exemplo Rivera e Santana do Livramento), sem descontinuidades físicas ou com descontinuidades físicas naturais (por exemplo, um rio), mas com vinculação artificialmente construída (exemplo: por meio de pontes, como Uruguaiana). [17]

Essa dinâmica das cidades gêmeas estaria, segundo diversos estudos, ameaçada por projetos internacionais de integração, como o Mercosul. O que se pergunta é até que ponto o Mercosul teria impactos negativos sobre essa realidade local, implicando em eliminação de barreiras alfandegárias, redução das assimetrias de mudança e maior fluidez de circulação entre os países do bloco. Por isso:

> "Estudar as fronteiras internacionais do ângulo das cidades gêmeas no sul do Brasil é um enfoque alternativo e complementar com relação aos que enfatizam as relações conflitivas, primeiramente entre as metrópoles coloniais (Portugal e Espanha) e posteriormente entre os estados nacionais (Brasil, Uruguai e Argentina)".[18]

Essas cidades tiveram um importante papel militar, defensivo, mas também, de trânsito comercial. E aí desenvolveu-se uma atividade que é por ela mesma fronteiriça, entre a legalidade e a criminalidade: o contrabando. A infraestrutura da rede ferroviária, por exemplo, beneficiou mais as capitais. Cidades como, por exemplo, Livramento e Rivera "ficaram com os benefícios secundários do comércio de intermediação e do contrabando." [19] Isso seria importante para enten-

---

[17] PARENTE RIBEIRO, Letícia. *Zonas de Fronteira internacionais na atualidade*: uma discussão. www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02avulsos03.htm, p. 19. acess. em 15.11.03

[18] PARENTE RIBEIRO, www. Cit. p. 29 acess. em 15.11.03

[19] "Os pequenos núcleos na área da fronteira do lado uruguaio subsistiram, em grande parte, pela exploração do contrabando, tanto contrabando de produtos uruguaios (principalmente gado e couro) como de produtos importados da Europa e destinados

der as razões pelas quais o contrabando é um tema obsessivo da literatura da região em distintas épocas, do que daremos alguns exemplos mais adiante.

3 - MERCOSUL

Se compararmos alguns dados econômicos dos três blocos, como o produto interno bruto (PIB) e o volume dos intercâmbios em dólar, o Mercosul aparece como o primo pobre da Nafta e da União Européia, embora se compararmos as populações e extensões territoriais respectivas, a União Européia seja o bloco menor.

O Mercosul abarca aproximadamente a metade do território da Nafta e quase quatro vezes mais do da União Européia. Mas seu PIB representa menos de 10% do PIB dos dois outros blocos. Também o volume de dinheiro que circula no comércio do Mercosul não alcança 2% do PIB mundial, enquanto na Nafta chega a 20% e na União Européia, a 35%.

3.1 - MERCOSUL: CERCAS E JANELAS[20]

Por brincadeira, disse eu uma vez a um pesquisador alemão que estuda a problemática fronteiriça entre México e Estados Unidos, que ele trabalhava com fronteiras da guerra e eu com fronteiras da paz, referindo-me às inumeráveis mortes dos mexicanos que tentam passar para os Estados Unidos e à convivência hoje em

---

aos mercados no território brasileiro, pautado pelo grande desnível dos preços operados nos dois países e beneficiado pelo parco controle exercido pelo poder público sobre os fluxos que atravessam a fronteira".(PARENTE RIBEIRO, www. Cit. P. 21 acess. em 15.11.03)

[20] Alusão ao título do livro de KLEIN, Naomi, 2002.

dia muito pacífica entre uruguaios, paraguaios, brasileiros e argentinos em zonas fronteiriças nas quais se cria uma identidade terceira, que muitas vezes é alabada como integradora e superadora das rivalidades do passado, tanto por autoridades de cada país, sobretudo quando estão interessadas no êxito do Mercosul, quanto pela gente do povo. Mas na brincadeira havia um pouco de verdade, pelo reconhecimento da fragilidade sulamericana, que se deu sobretudo a partir da experiência comum das ditaduras e de sua superação, num momento em que, entretanto, essa fragilidade se reforça – de forma talvez mais cruel e até certo ponto inesperada para quem esperava muito da reabertura democrática de seus países – por força das reformas néoliberais que levaram ao colapso a economia da Argentina e do Uruguai e ao quase colapso da brasileira.

A questão mais ampla, ao discutirmos as fronteiras do poder e o poder das fronteiras, sería como, em contraste com associações e tratados entre países pobres e ricos (por exemplo, México e Estados Unidos da América), se reconfiguram essas e outras relações na associação de países pobres (Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai), países territorial y economicamente assimétricos, mas homogêneos, sobretudo no que se refere à sua histórica dependência dos países ricos e à sua secular heterogeneidade interna. Será que se poderia dizer que a solidariedade, típica das comunidades pobres de todo o mundo, é também mais fácil a nivel da integração de comunidades internacionais? Como se expõe e como se oculta essa solidariedade, mas também a heterogeneidade congênita nessas sociedades, pode-se analisar, seja nos discursos políticos, seja nos acadêmicos, ou nas distintas formas de expressão cultural e artísticas. A análise destas pode identificar contradições com respeito àqueles. Mas para ler isso é necessário passar pelos textos e sua forma, porque como nos ensina Mukarovski, na sua incisiva formulação, na literatura "conteúdo é forma e forma é conteúdo."

Os estudiosos dos blocos econômicos e das relações de poder nas fronteiras acusam a existência de uma tensão permanente entre

integração e separação, que muitas vezes se vincula ao oportunismo político-econômico, com a utilização ambígua dos estados nacionais. Essa tensão se pode observar no caso do Mercosul, onde o oportunismo político-econômico, por sua vez, historicamente, se vincula ao de países dominantes, tais como Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha.

Economistas, sociólogos e historiadores escrevem muito sobre o Mercosul. Nesse mesmo ano surgiu um livro de 676 páginas, dedicado ao tema. Trata-se do livro de Moniz Bandeira, *Conflito e integração na América do Sul: Brasil, Argentina e Estados Unidos, da Tríplice Aliança ao Mercosul*, 1870-2003 (BANDEIRA, 2003). Como o título deixa claro, a intenção é estudar os esforços de integração e os conflitos que minam esses esforços na grande região sulamericana. Mas a ênfase se dá nas relações entre a Argentina e o Brasil, que decidem muito do destino das alianças e rupturas mais amplas com os demais países do Cone Sul e da América do Sul em geral.

Descreve-se aí pormenorizadamente uma relação entre Brasil e Argentina, que foi até meados do século passado (XX) de muita rivalidade, o que se expressou concretamente numa verdadeira corrida armamentista. A essa corrida e às disputas por espaço econômico se opõe todo um trabalho diplomático, sobretudo a partir do final do Império Brasileiro. Com a mediação de diplomatas do porte do Barão do Rio Branco, formula-se uma espécie de antecedente do Mercosul, o ABC (Argentina, Brasil, Chile), como união política defensiva contra o domínio da Inglaterra e dos Estados Unidos que começava a substituir aquela como principal potência imperial na região.

Depois de tentativas meio bem sucedidas e meio malogradas, entre 1930 e 1960 (sobretudo na época de Perón e Getúlio como presidentes dos respectivos países), interrompidas por outro tipo de integração que poderíamos considerar sinistra, feita pelas ditaduras, começou um período que se pode chamar de auto-consciência da própria fragilidade, a qual deveria sobrepor-se aos ressentimentos e com-

plexos de superioridade de um Brasil grande ou de uma Argentina super civilizada, para resumir brutalmente algo que é muito mais complexo.

Nos anos 80 [21], com a abertura democrática, haverá mais possibilidades para a implantação do Mercosul. A bacia do Prata, de campo de conflito, tornou-se mais campo de integração e as fronteiras de guerra e disputas por poder, tornaram-se fronteiras de paz e de intercâmbio econômico, político e cultural, embora os conflitos volta e meia venham à tona, como ocorreu recentemente, quando do aniversário dos 10 anos da assinatura do tratado de Ouro Preto. O próprio desenvolvimento dos países, em meio a crises ou näo, produziu um ambiente cada vez mais integrado, por cima dos desencontros do passado.

O papel do Brasil na América Latina, com seu desenvolvimento econômico, apesar das crises, se impôs e as contradições com os Estados Unidos cresceram a um ponto tal que hoje a resistência à Alca é liderada pelo Brasil, na mesma medida em que se busca remotivar e reforçar a organização do Mercosul, principal concorrente da Alca. A luta que se descreve é, então, de um esforço de integração por parte da Argentina e do Brasil, bem como de tentativas para evitar isso por parte dos Estados Unidos e Inglaterra, sobretudo por meio de pressões diplomáticas e econômicas.

Nos dias atuais, depois da bancarrota da Argentina e da quase bancarrota do Brasil, há uma consciência maior da necessidade do fortalecimento da integração regional sulamericana contra as ilusórias "relações carnais" com as grandes potências, como queria Menen.

Com base nesse histórico, defende-se o Mercosul como a única maneira de lutar contra a Alca na forma como foi proposta, a qual interessa só aos Estados Unidos. Mas para isso, se insiste na neces-

---

[21] "O marco das tendências de integração foi o embrião do futuro Mercosul, gerado durante os governos de Alfonsín e Sarney, ainda nos anos 80." (MATA, Alfredo R. América do Sul: a difícil integração desde a Guerra do Paraguai até hoje. *O Globo*, 16.08.03).

sidade de reforçar a integração cultural junto com a integração política e econômica.

3.2 - MERCOSUL E CULTURA: INTEGRACIONISTAS E DIALOGUISTAS

Distintos esforços dos círculos intelectuais, sobretudo da parte dos historiadores, foram feitos no passado e se fazem ainda hoje na construção cultural do Mercosul. Para entender esses esforços é preciso levar em conta desde a teoria racista e nacionalista-lusitana do historiador Moysés Vellinho, expressada num célebre texto denominado "O espírito de fronteira e a integração nacional"— que vê o Rio Grande de Sul como uma laboriosa empresa luso-brasileira, para adiantar a fronteira e velar por ela —, até estudos mais recentes, que vêem a região como marcada por conflitos que configuraram fronteiras belicosas, transformadas progressivamente em fronteiras pacíficas, sobretudo em razão das conquistas cotidianas na convivência de seus habitantes. Falar do Mercosul para esses estudiosos é também falar da possibilidade de criar fronteiras de paz a nivel regional em um tempo de novas guerras de fronteira a nivel mundial. Para Gregório Recondo, por exemplo (RECONDO, 1997:p.20), a questão é como gerar uma consciência de pertencimento no espaço do Mercosul, ampliando o horizonte das lealdades nacionais. Dessa perspectiva, o Mercosul será realidade plena quando se enraíze na cultura das comunidades nacionais.

Trata-se também de criar uma nova filosofia da fronteira, que passa de línha divisória à porta de entrada. Uma filosofia que se coloca contra o economicismo, apontando a omissão da cultura como base do fracasso das tentativas integracionistas da América Latina. Sem integração cultural não haveria integração econômica e política. Contra patologias (nacionalismo fundamentalista, histrionismo patrioteiro) e contra o cosmopolitismo desgastado, que não ajudam nada nessa

tarefa nova. Ataca-se ainda a lógica globalizadora, que dilui as identidades nacionais e pretende imprimir um selo de uniformidade superficial a toda a vida do planeta. A essas posições igualmente incompletas e sectárias se oporia uma consciência regional de pertencimento, nossa maneira iberoamericana, que seria o modo característico de sermos universais (RECONDO, 1997: p. 416).

Mas o Mercosul não está livre da tensão entre integração e separação[22] de que tratamos acima. O antropólogo Alejandro Grimson, do Instituto de Desarrollo Económico y Social (Argentina) se propõe a estudar concreta e empiricamente os conflitos, mais do que as relações harmônicas das fronteiras do Cone Sul, indo mais além da mescla identitária, das combinatórias fronteiriças e desvelando "las lógicas locales de disputas interfronterizas". Sua proposta implica "ir a las fronteras para mostrar la contingencia y historicidad del límite", o que implica "no enfatizar exclusivamente su porosidad y sus cruces, sino también las luchas de poder, los estigmas persistentes y las nuevas formas de nacionalismo" (GRIMSON, 2000: p. 90).

Nesse caso também muda ou se amplia a concepção dos agentes fronteiriços. No Cone Sul seriam agentes fronteiriços, entre outros, tanto os jesuítas das reduções quanto os índios guaranis, tanto os bandeirantes quanto os fazendeiros riograndenses que, por meio de derrotas ou vitórias, contribuíram para a construção das fronteiras políticas na região. A relação, já por si mesma problemática, entre

---

[22] Aí vale tanto a ironia quanto a denúncia. A primeira encontramos, por exemplo, em uma referência de Fernando Henrique, sociólogo e ex-presidente do Brasil; a segunda, de Kenneth Maxwell, politólogo e historiador do Council of Foreign Relations. De Fernando Henrique: em „A ALCA é a opção e nosso destino é o Mercosul". (Quebec, Cúpula do Mercosul, Asunsión *La Nación* 21 22 junio, 2001-) temos a defesa da Argentina em plena crise desta, quando diz que os problemas desse país não são dele, „pois o mundo é interdependente" (GLOBO, RJ. 2001, 9.08.2001).
De Kenneth Maxwell em 08.04.2002, quando expressa sua opinião sobre isso no jornal *Folha de S. Paulo*, concluindo que "Os ideólogos néo-conservadores dos institutos de estudos de Washington e, o mais ameaçador, as lideranças civis do Pentágono, passaram a proclamar que era chegada a hora de "falar alto e sem peias na língua sobre o Império Americano".

nação, estado e cultura, torna-se ainda mais problemática se tentamos entender as relações entre a ação estatal e a dos atores sociais nas fronteiras. E isso nos impediria também de nos contentarmos com as desconstruções do Estado, desvinculadas da realidade e da história.

> "El estado existe y el territorio es una de las primeras condiciones de esa existencia" (GRIMSON, 2000: 92).
>
> "En esas zonas se desarrollan relaciones interculturales que no plantean necesariamente la "pérdida de identidad" nacional. En muchos casos, por el contrario, esas identificaciones se encuentran exacerbadas, atravesadas por el mandato nacionalista de "hacer patria" (GRIMSON, 2000: 94).

Ao mesmo tempo não há uma concordância precisa entre estado e nação. As relações entre poder e identidade nas fronteiras, e entre as fronteiras e seus estados respectivos são problemáticas, precisamente porque o Estado não pode controlar sempre as estruturas políticas que estabelece em suas extremidades. Condensando espaços socioculturais, as fronteiras separam e unem material e simbolicamente.

Estudos específicos no Cone Sul demonstram que "las fronteras continúan siendo barreras arancelarias, migratorias e identitarias" (GRIMSON, 2000: 96). A política de integração regional recria barreiras na medida mesma em que faz cair outras. Essas novas barreiras se evidenciam nos próprios símbolos da união, como é exemplar no caso da ponte que une as cidades de Posadas, na Argentina e de Encarnación, no Paraguai. "Al estar imbricado con ciertas políticas de endurecimiento y reforzamiento de las fronteras, un puente puede terminar separando dos orillas" (GRIMSON, 2000: 96).

O que para uns, especialmente para as autoridades nacionais é símbolo de integração latinoamericana, ou dissolução de fronteiras, para outros pode ser marco de separações e disputas, de controle e repressão, como é o caso estudado por ele, das "pasaderas paraguayas" (mulheres que, há mais de um século vivem do contrabando de pequenas mercadorias), quando se introduzem novas facilidades para que os habitantes de Posadas comprem em Encarnación.

Do ponto de vista dessas „pasaderas" ou dos índios do Paraguai, que destruíram uma ponte porque não lhes servia para unir, mas sim para separar, o Mercosul "no nos sirve, porque lo que hace es atropellarnos" (GRIMSON, 2000: 97).[23]

Enquanto os trabalhos como o de Alejandro Grimson tentam evidenciar as separações e novos limites, criados com políticas de integração que bloqueiam o diálogo e o trânsito aos pequenos, há outros que investem na defesa de políticas de integração ao nível cultural, como passíveis de ajudar a integração econômica e política, sem notar as contradições que estas ocasionam.

Uma proposta bem intencionada é, por exemplo, a de Pablo Lacoste, um historiador da Universidade de Buenos Aires, autor do texto intitulado "Uma tentativa político-cultural para a integração" (LACOSTE, 1999)[24]. Segundo ele, haveria que destacar os aspectos positivos e negativos com relação à integração, eliminar os negativos e potencializar os positivos. Para isso propõe desde a divulgação da música e do cinema latinoamericano entre os países a integrar, até o conhecimento da história mútua, o culto a personalidades históricas importantes de uns e outros, entre eles, os mártires da independência ou os heróis do sonho de integração latinoamericana, como Bolívar. As imagens distorcidas e os ressentimentos mútuos deveriam também

---

[23] "Las nuevas carreteras y puentes no buscan beneficiar a las poblaciones fronterizas (...), sino promover el comercio terrestre entre países, atravesando ciudades fronterizas, concebidas como "zonas de servicios". As facilidades não se criam em função das pessoas, mas sim das grandes empresas. O controle sobre os pequenos comerciantes, incluindo aí o chamado "contrabando hormiga" torna-se mais forte e a violência de sempre sobre os pequenos recrudece. A integração assim concebida é como uma globalização em pequena escala no âmbito do Mercosul, que homogeneiza culturas, anulando as histórias e tradições locais. "La desterritorialización representa así nuevas territorializaciones. La preocupación por la soberanía se remplaza por el pánico de los tráficos, lo que implica multiplicar los flujos por arriba y detener los flujos por abajo" (GRIMSON, 2000: 99).

[24] *Revista de Estudios Transandinos* n. 4, Parlamento Cultural de Mercosur, (PARCUM) V Encuentro-Isla Negra, 18/19/20 abr. Chile, 1999. p. 7.

ser combatidos, como “bacterias nocivas del cuerpo cultural del Mercosur” (LACOSTE, 1999: 7). A geografia deveria ser re-ensinada, sem mapas falseadores da realidade, os objetos culturais seriam tão importantes para a integração ou até mais importantes do que pontes e estradas.

Grimson fala das políticas de integração cultural e de seus defensores românticos, que concebem a relação de povos irmãos como “un proyecto intelectual de ingeniería identitaria supranacional” (GRIMSON, 2001 htm: 1), ao qual concorrem intelectuais e políticos. Entre os primeiros, muitos historiadores, mas também artistas e críticos de arte. Na perspectiva dos dialoguistas, como ele, os integracionistas “pensam que é possível inventar a *mercociudad* artificialmente, criando símbolos, alegorías e mitos sem perceber que estes só “criam raízes quando há terreno social e cultural no qual se alimentam” (CARVALHO, 1990, apud GRIMSON, 2001 htm: 1).

Símbolos são criados ou reativados e histórias comuns são reinventadas. Assim é que, entre outras coisas, as missões jesuíticas são apontadas como antecedentes do Mercosul, “un tiempo en que casi todo el cono sur de América del Sur estuvo unido por una misma fe expresada a través de ritos y devociones particulares, por una misma música (...) y por la cotidiana, humilde pero irremplazable yerba mate” (GRIMSON, 2001, htm: 3).

Contra a integração romântica e acrítica, homogeneizadora em nome de um passado comum também narrado de forma homogênea, que se propõe a criar uma “identidad supranacional”, trata-se de criar “un espacio en donde las distintas culturas, los distintos imaginarios, los distintos símbolos dentro de cada país, y de los diferentes países, puedan encontrarse en pie de igualdad” (GRIMSON, 2001, htm: 6). “Quer dizer, essa posição é contrária à criação de uma comunidade imaginada do Mercosul, mas favorável à constituição de uma comunidade de comunicação na diversidade” (GRIMSON, 2001: htm: 6).

4 - GAUCHESCA: O CONTRADISCURSO DA EXPERIÊNCIA SINGULAR

4.1 - O GAÚCHO: AMBIENTE, FIGURA E FALA

É notável a persistência da literatura gauchesca, seja a sério, seja como paródia. A comarca pampeana, como região cultural, tem que ver com o pampa, o mundo do gado, da estância, mas também das guerras de fronteira, o mundo do gaúcho como figura histórica e mitológica. Como explica Aldyr Schlee, um escritor gaúcho de Jaguarão, cidade fronteiriça com Rivera, no Uruguai:

> "... a literatura gaúcha é antes de tudo uruguaia, além de ser também argentina e um pouco nossa, brasileira. Isso porque o Uruguai só é gaúcho, gaúcho e *gaucho*, enquanto a Argentina é muito *gaucha*—e o Brasil é só um pouquinho gaúcho, no extremo sul do Rio Grande do Sul.
> O Uruguai é um país inteiramente *gaucho*, sempre *gaucho*, ainda *gaucho*, e inclusive em Montevidéu, quase que somente *gaucho*. A história do Uruguai é a história do *gaucho* -que primeiramente foi bandido, depois, herói e, finalmente, gente.
> A Argentina é *gaucha* onde o pampa o permite.
> O Brasil é gaúcho no pampa riograndense, só em um pedaço do Río Grande do Sul, que é o pampa riograndense.
> No nosso país, como na Argentina, tudo o que se refere ao gaúcho é marca regional típica. No Uruguai, é afirmação da nacionalidade" (SCHLEE, 1998: 78).

Com respeito à Argentina, Ángel Núñez (s.d.) nos diz que:

> "A região do Pampa inclui as províncias de Santa Fé, Entre Ríos, Buenos Aires e o Pampa. Por ser a zona de personagens emblemáticos como Martín Fierro e Santos Vega, alguns a têm chamado *gaucha*, embora seja desnecessário mencionar que *gauchos* temos em todo o país, desde os de Güemes para cima, até os descendentes dos magníficos ginetes índios da Patagônia" (NÚÑEZ, s.d.: 36).
> "Já a gauchesca riograndense é marcada por uma ambigüidade, pois entra em disputa com o Brasil, o que não ocorre na Argentina ou no Uruguai. Os *gauchos* estão presentes em quase todas as regiões da província argentina e em toda a chamada Banda Oriental. No Brasil, essa presença é localizada e patriotismo do gaúcho se confunde com a defesa dos interesses provinciais" (NÚÑEZ, s.d. : 117).

Conforme Ruben Oliven, citado por Maria Eunice de Souza Maciel (MACIEL, 2000: 81),

> "a figura do gaúcho é unificadora, ou seja, extrapola os limites originais, servindo como referencial a todos os habitantes do Estado, inclusive dos originários de regiões em que não havia estâncias e cujas povoações tenham sido de outra extração diferente da lusobrasileira (principalmente alemães e italianos). Cria-se assim um pampa simbólico, que, com o tempo, vai extrapolar tanto os limites da campanha e do meio rural como os limites regionais, no momento da criação de centros de tradições gaúchas em outros estados do Brasil, fundados por massas de riograndenses que migram para regiões distantes das originais na busca de trabalho" (MACIEL, 2000: 81).

Uma certa historiografia ajudou a construir essa generalização da identidade gaúcha, com tudo o que ela tem de homogeneizadora, quando idealiza e oculta os conflitos diversos, existentes na sociedade gaúcha, dividida e injusta como a sociedade brasileira em geral.

Para uma nova historiografia crítica, isso se vem desmitificando:

> "A história regional, no caso, apresentada de forma ideológica, oculta a dominação, nega o conflito e restaura do passado uma figura idealizada que não corresponde ao processo histórico real. Na historiografia oficial, senhores da terra e do gado se mesclam com peões num só personagem: o gaúcho—héroi altivo e honrado—que generaliza essas virtudes para o homem riograndense em geral (...): todos os habitantes do Rio Grande do Sul são iguais, todos são herdeiros de tradições gloriosas (como a da revolução farroupilha, tema predileto da historiografía oficial) e correspondem à figura idealizada do gaúcho" (PESAVENTO, 1989: 57).[25]

Como essa visão idealizada se apresenta também na literatura, no cinema, na música popular, no teatro já se vem estudando. Inclusi-

---

[25] "Para essa postura, o Rio Grande do Sul foi sempre o defensor da liberdade, lutou sempre por causas justas e seu povo possui virtudes inatas, representadas pela figura do gaúcho: altaneiro, destemido, valente, livre, etc. Tal visão idealizada se complementa com a idéia de que na sociedade sulina (do Rio Grande do Sul) não havia hierarquias ou distinções sociais. Teria vigorado uma verdadeira democracia nos pampas, na qual os peões e os estancieiros trabalhavam lado a lado, irmanados os dois na mesma figura mítica do gaúcho, centauro dos pampas, monarca das coxilhas" (PESAVENTO, 1989: 56).

ve os historiadores críticos da historiografia chamada de oficial buscam desmitificar também a visão idealizadora do gaúcho na literatura e nas artes, que serviria à sua exploração pelos grandes donos da terra. Mas aí é que entra a necessidade de fazer distinções, que só uma leitura atenta dos textos e de suas estratégias narrativas e estilísticas poderá conseguir, sem cair em simplificações de uma leitura apenas na aparência políticamente correta, mas esteticamente equivocada, e, portanto, também políticamente incorreta.

Se para essa historiografia, por exemplo, o peão dos contos e romances é visto como "buxa de canhão", para a crítica literária pode ser visto como simultaneamente "bucha de canhão" e herói, o homem pobre, que faz depender sua dignidade da coragem e assim se sente igual ou melhor que o patrão. Porque, ao contrário da historiografia, seja a mitificadora, seja a que se propõe a criticar o mito, a literatura tenta ver os dois lados ao mesmo tempo, sem esquecer a complexidade do lado humano, tanto no que toca aos fazendeiros como no que se refere aos peões. Encenando distintos e múltiplos pertencimentos, a literatura problematiza nos melhores casos o que a historiografia, até nos seus melhores casos, esquematiza, dicotomizando. Essa é uma das vertentes do trabalho que se faz com os textos (tomada a palavra texto no sentido amplo) neste projeto.

Uma obra seminal e exemplar é *Martín Fierro*, a chamada *Biblia Gaucha*, reivindicado como seu pelo Brasil, pelo Uruguai e pela Argentina, como comprovam os estudos de recepção. Um deles, que eu mesma fiz, aponta um uruguaio de mais de cem anos que, nos anos 1940, costumava dizer "el Martín Fierro es nuestro", sendo que esse *nuestro* queria dizer tanto do Brasil quanto do Uruguai (CHIAPPINI, 2001b).

O gaúcho Martín Fierro seria, segundo Losada e outros críticos, o emblema dos marginalizados pela modernização do campo. Seguindo seu exemplo, no Brasil, ao canto idealizado do gaúcho (que também o há em *Martín Fierro*) se opõe a denúncia dessa marginalização, por exemplo na obra de Alcides Maya, e, mais tarde, na conhecida trilogia do gaúcho a pé, de Cyro Martins, que examina o que resta do gaúcho

nas orlas das cidades fronteiriças, quando ele já não tem nem o trabalho nem o cavalo que caracterizavam uma vida mais livre (mesmo que essa liberdade fosse em grande parte ilusória) e mais farta no campo.

No Rio Grande do Sul, o maior autor de gauchesca em prosa é João Simões Lopes Neto, criador de uma pequena obra, feita a partir de uma incorporação estilizada da tradição oral. A grande originalidade formal e, simultaneamente, ideológica da sua obra é, conforme tive oportunidade de repetir em vários trabalhos a respeito, tirada de *Martín Fierro*. Trata-se da criação de um narrador popular, no caso, um peão de estância, chamado Blau Nunes, que, já velho, guia outra personagem apenas nomeada mas muda – em uma espécie de diálogo fingido, em que se ouve somente a voz de Blau –, pelos caminhos do pampa transformado, enquanto cada elemento da paisagem o faz lembrar de um feito do passado que viveu ou presenciou e que conta, sentenciando, e aconselhando, como queria Walter Benjamin. A esse achado técnico do narrador, corresponde um outro, estilístico, pois o escritor cria uma linguagem poética, artificial, mas que soa como sendo natural, como se escutássemos o velho Blau nos falar diretamente. A intenção de recriar literariamente o que Simões chama "o vivo e colorido dialeto gauchesco", feito da mescla de vocabulário e expressões fronteiriças com um português aprendido nos melhores escritores da academia.

Como certamente Simões leu Javier de Viana, o conhecido escritor uruguaio, a crítica costumava aproximá-los, alegando inclusive que Viana, no exílio na cidade de Melo, estava muito próximo de Simões e publicava em revistas como *Caras y Caretas*, que circulavam em Pelotas, cidade do escritor riograndense, que comprava e lia regularmente essa revista. Um estudo mais atento, porém, comprova que à semelhança temática e de ambiente, se opõe um estilo totalmente diferente, pois Viana utiliza um narrador erudito em terceira pessoa, narrando em um espanhol mais castiço, sem que sua escrita se contamine com os brasileirismos do portunhol falado na região. A comparação da obra desses dois escritores contemporâneos, de um e de outro lado da banda oriental, nos levou a uma hipótese que deverá compro-

var-se ou não, pela análise de outras obras do corpus: de que os uruguaios e os argentinos resistem mais à mescla do castelhano com o português talvez porque têm medo de um imperialismo brasileiro que começaria pela imposição da língua.

Recentemente, no congresso dos lusitanistas alemães, tivemos oportunidade de ouvir uma comunicação muito interessante do historiador João Medina[26] que nos falava do espanto que tradicionalmente Portugal causava aos escritores espanhóis e da dificuldade destes em escrever sobre isso, inclusive quando faziam uso da hospitalidade portuguesa durante a ditadura de Franco. Portugal seria para eles uma "coisa incômoda". Para que serviría? Já a vocação atlântica desse pequeno país se explicaria pela tentativa de buscar, fora da Europa e da Ibéria, sua própria explicação e construir, na distância, sua identidade. Imagino que esse espanto prossegue na América, mas ao contrário, quando essa pequena coisa incômoda torna-se uma grande coisa ainda mais incômoda, com o Brasil, que se mantém unido, sob o tacão do império, enquanto a América Hispânica se fragmenta em pequenas repúblicas independentes, apesar da unidade lingüística. Essa hipótese poderia explicar a resistência à mescla lingüística nos escritores fronteiriços do lado hispanoamericano, mas é algo para ser ainda comprovado, principalmente com ajuda dos lingüistas.

4.2 - CONTRABANDO E GUERRAS

CONTRABANDO

Um outro grupo importante de textos que se leva em conta aqui são os contos e romances de autores uruguaios, brasileiros e argentinos que tratam do contrabando. Léa Masina cha-

[26] "Visão de Portugal e dos portugueses na obra de alguns escritores espanhóis", 5 Deutscher Lusitanistentag, Univ. Rostock, 26.09.2003. (inédito).

mou atenção, há quase 10 anos, para o imaginário do contrabando nas literaturas de fronteira (MASINA, 1994: 63-70). Para ela, como para outros estudiosos do tema, o contrabando é forma de passagem, que possibilita aproximações e confrontações em zonas fronteiriças. "O contrabando, lido, portanto, em seu processo duplo de liberalização e de socialização, constitui um elemento desmitificador, impondo, através da literatura, novas leituras possíveis da construção de uma identidade fronteiriça".

Romances como *Ibiamoré: o trem fantasma*, de Roberto Bittencourt Martins, *O centauro no jardim*, de Moacyr Scliar, *Perseguição e cerco a Juvencio Gutierrez*, de Tabajara Ruas, todos das décadas de 80 e 90 do século passado, ou contos como os de Simões Lopes Neto, "O contrabandista", de Mario Arregui "los contrabandistas" e de Julio da Rosa, meio século antes, trabalham com os símbolos da integração (pontes, trem, rios), revelando seu lado sombrio, de fechamento e bloqueio. A vivacidade dos fluxos e intercâmbios pessoais e comerciais tornam-se assim uma ameaça permanenente à vida, pois o contrabando é descrito como verdadeira operação de guerra, tanto nas travessias a cavalo abaixo de bala, no meio da noite, quanto na sua versão moderna, em trens, nos quais a ameaça vem da luz que confronta milicos e contrabandistas.

GUERRAS

Outro ponto que a pesquisa comprova é a presença, em diversos escritores, das guerras. Larga tradição textual têm, por exemplo, as guerras missioneiras, especialmente o massacre com que Espanha e Portugal ganharam a guerra guaranítica de 1756. Em ensaio anterior, já citado, sobre Sepé Tiaraju, estudei os textos em que – desde o poema épico *O Uraguai*, de Basilio da Gama, no século XVIII, passando pelo poema de Simões Lopes Neto, "Lunar de Sepé", no começo do século XX e chegando às letras de músicas mais recentes cantadas tanto por cantores e compositores brasileiros quanto platinos –,

reaparece a figura mítica de São Sepé. O Sepé Tiarajú, guarani luminoso, com um lunar na testa, marca divina de um eleito, que valentemente combateu nessas guerras e que teria reaparecido depois, incentivando seus companheiros a seguir lutando contra a dominação européia, sob o lema, hoje em dia requisitado pelo Movimento Sem Terra: „essa terra tem dono". Esses textos trazem a figura e a fala de Sepé que, inclusive, ocorrendo antes de se completar a empresa colonial no Rio Grande do Sul e nos Países do Prata, podem ser lidas como vestígios da resistência guerreira ao colonialismo.

Simões Lopes dedica a Sepé um poema-canção famoso. Mas esse escritor também escreve contos sobre outras guerras posteriores à guaranítica, como, por exemplo, as guerras de brasileiros e castelhanos („Melancia coco Verde"), a revolução Farroupilha („Duelo de Farrapos") e outras revoluções internas como a de 1993, assim como a guerra do Paraguai. Tudo isso aparece filtrado pela interpretação de Blau, que tenta decifrar a história, a partir dos fragmentos a que tem acesso como testemunha parcial e marginal.[27].

As guerras estão aí sempre como tela de fundo para contar histórias de personagens históricos ou fictícios, que se mesclam e se concretizam em seus dramas cotidianos e singulares. Blau, "vaqueano" e ex-soldado, guia o leitor da cidade, representado nos contos por um interlocutor mudo mas que se faz presente por perguntas e respostas que Blau mesmo faz e dá em seu lugar, conselhos e comentários para ensinar-lhe coisas de seu mundo, guiando-o pelos caminhos do Rio Grande e de seu passado: do processo de povoamento e da preia do gado à formação e desenvolvimento das primeiras fazendas, pouco a pouco cercadas e racionalizadas à custa do desaparecimento de um modo de vida e convivência tradicional que, nostalgicamente, só lhe

---

[27] Há também "O Anjo da vitória", sobre a batalha do Passo do Rosário, ou Ituzaingo, que culminou a guerra da cisplatina, entre o império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, onde morreu o célebre General José Abreu, comandante da cavalaria riograndense.

resta rememorar, decodificando os sinais deixados na paisagem do pampa transformado.

As guerras se fazem presentes na célebre trilogía de Érico Veríssimo, *O tempo e o vento* (*O continente*, *O retrato*, *O arquipélago*), na qual se narram 200 anos da história do Rio Grande do Sul, por meio de uma saga da paradigmática família Terra Cambará. O filtro aí é o do intelectual, Floriano Cambará, alter ego do autor. Esse narrador intelectual, Floriano, pode ser lido como metáfora das relações entre os intelectuais e o poder[28], rechaçando tanto a continuidade do coronelismo como o compromisso partidário e a ortodoxia comunista (caminhos trilhados respectivamente por seus dois irmãos). A alternativa liberal, representada por Floriano, ou o que poderíamos chamar um certo humanismo socialista, com o qual Érico se identificava, sería híbrida, por ser masculina e feminina ao mesmo tempo, na medida em que contrapõe a frágil mas firme defesa da vida por parte das mulheres à violência dos machos só aparentemente fortes.

Mais recentemente outro escritor mais jovem, Tabajara Ruas, volta a uma das guerras mais traumáticas, a guerra interna, de 1935, e a externa, do Paraguai, no livro que deu lugar a um belo filme do mesmo nome: *Netto perde sua alma*, exibido no simpósio internacional de que falei acima.

Netto é um general, que proclamou a república riograndense no tempo da guerra dos Farrapos, na qual conduzia um batalhão de 300 escravos negros, os famosos lanceiros farroupilhas, aos quais foi prometida a liberdade uma vez consolidada a república, promessa que não pôde ser cumprida, porque os farrapos perderam a guerra e seus líderes fizeram um acordo final com o Império brasileiro, esquecendo os negros juntamente com a promessa de liberdade que lhes haviam feito.

---

[28]Desenvolvi essa idéia em: „*Flora-Floriano*: impasses do escritor dos anos 30" (CHIAPPINI, 2001: 137-157).

O romance começa mais de 20 anos depois, em plena guerra contra o Paraguai. Netto está ferido num leito de hospital (1866, segundo ano da guerra, com 63 anos, ferido no combate de tuyuty), em Corrientes e delira, fazendo incursões nesse passado, cheio de remorsos por ter matado tanta gente em vão.

A venda da alma pode significar entre outras coisas, como bem sugeriu Ángel Núñez, num debate feito depois da projeção do filme inspirado nessa obra[29], a traição dos próprios ideais farroupilhas, ideais de uma república libertária, na medida em que Netto vai lutar em uma guerra que destrói o sonho muito semelhante de uma república paraguaia independente e mais justa.

4.3 - MUNDO AO REVÉS E PARÓDIA DA GAUCHESCA

Esse mundo masculino e violento é posto em questão também, pelo menos desde Érico Veríssimo, com a ênfase no papel das mulheres, mas a grande novidade, que por isso mesmo se transformou em seriado televisivo de grande êxito no Brasil, foi o romance de uma jovem escritora, Letícia Wierschowski, intitulado *A casa das 7 mulheres*, em que a grande saga do pampa—a revolução farroupilha— é narrada por uma das 7 mulheres que ficam numa fazenda, esperando o regresso de seus homens que lutam na guerra dos farrapos. Uma delas, já velhinha, escreve a história dessa revolução do ponto de vista das mulheres.

A desconstrução da narrativa épica, que agora se dá do ponto de vista da mulher que reescreve a história, também se foi fazendo ao longo

[29] O filme foi exibido, com a presença de Tabajara Ruas, autor e diretor, e Ligia Walper, responsável pela montagem, na abertura do Simpósio Internacional realizado em Berlim, em julho de 2002, já citado.

do desenvolvimento da gauchesca, nos contos ou romances que apresentam o gaúcho como um pícaro. É o caso de alguns textos do escritor argentino Roberto Payró, de Ramiro de Barcelos, no Brasil e do próprio Simões Lopes. Este cria, em seus contos, publicados em jornal e depois em livro póstumo, (*Casos do Romualdo*), a figura de Romualdo, o caçador mentiroso. No mundo ao revés, de Romualdo, num Rio Grande modernizado e urbanizado, Blau se converte, de "genuíno tipo crioulo riograndense"[30], "guasca sadio", "perene tarumã verdejante", "rijo para o machado e para o raio", em um homenzinho "baixinho e gordo", "ruivo e imberbe", embora ainda "homem para as ocasiões".

O mesmo faz Érico, cuja trilogia épica se transforma em um romance satírico, muito conhecido, publicado nos anos duros da ditatura brasileira. Aí o escritor, ao desconstruir o mundo macho e violento do Rio Grande do Sul, desconstrói um pouco a suposta epopéia do golpe de Estado, que os militares chamaram eufemisticamente "a revolução libertadora" e na qual colaboraram muitos riograndenses, depois transformados em dirigentes e até em presidentes do Brasil ditatorial.

Nessa tradição, há um pequeno romance de Sergio Caparelli, "O dia em que Alegrete passou a fronteira" (1983) que expressa de forma sintética e muito divertida as contradições da literatura e do mundo fronteiriço, desde a perspectiva de um menino, Pitico.

Alegrete não é uma cidade da fronteira, mas de uma zona mais ampla, considerada fronteiriça, por ter características próprias da região, que se estende para além dos limites da fronteira, incluindo Alegrete e Rosário. Por isso Alegrete, no conto, foge e passa a Fronteira. Há poucos obstáculos aí, sendo o maior deles a Lagoa Mirim. Os outros são rios que podem ser atravessados a cavalo. Sem montanhas, desertos, pântanos. Mas a tensão permanece, pois os gaúchos saem ao alcance de Alegrete e o trazem de volta no laço, para evitar a invasão da Argentina.

---

[30] Crioulo aqui quer dizer mestiço.

Como vimos, a história é contada do ponto de vista de um menino, que viaja sózinho num trem, de Porto Alegre a Alegrete, sua terra natal. Mas está tão calor que os trilhos se dilatam, resultando na expansão da cidade de Alegrete para além da linha fronteiriça com a Argentina. Quer dizer, já o título é ambíguo, pois se percebe que Alegrete é tanto o trem (embora este se chame minuano, o mitológico vento do Sul), que passa a fronteira e não se detém no lugar da cidade, como a cidade ela mesma, que também passa para o outro lado. O incidente obriga os passageiros a se organizarem para tentar trazer de volta Alegrete e para recompor o clima e a geografia original do Rio Grande do Sul. Podemos ler essa história como concretização da ambigüidade riograndense, do que há de rioplantense nas cidades fronteiriças do Brasil sul, como é o caso de Alegrete. Uma história mais de travessia rumo à superação das fronteiras do país, mas também das fronteiras internas; a passagem da infância à juventude por um pequeno macho gaúcho, que se inicia simultaneamente no amor (por uma aventura com a misteriosa mulher liláz) e na violência (pelo enfrentamento com os gaúchos, armados de facões, que recrutam até o chefe das máquinas e diversos passageiros para laçar o Alegrete). Os gaúchos e gaúchas velhos são transformados em espantalhos ainda vivos. Essas são pessoas que perderam tudo. Viviam livres no pampa e foram expulsos de suas terras pelos grandes proprietários: "Hoje nossa terra é tão pequena que, se nos deitamos nela, nossas cabeças invadem a propriedade da estância" (CAPARELLI, 1983: 48). Por isso são obrigados a permanecer de pé, como espantalhos. Nova imagem para o gaúcho a pé?

Depois aparecem os inimigos misteriosos que atacam a todos com lanças farroupilhas ou revólveres, ajudados por avestruzes misteriosos. Aí estão os gaúchos velhos e pobres, tidos por invasores, e os gaúchos fazendeiros que, com seus guarda-costas, os mandam prender e matar. Os passageiros do trem, Pitico entre eles, vão parar num galpão como prisioneiros. Um personagem misterioso, mão de ferro, sobre o qual os fazendeiros querem informações, é um guarani, que reuniu um grupo de índios para recuperar a terra de seus antepas-

sados e luta faz muito tempo contra os latifundiários e os mercenários paulistas, para reconquistar as ruínas de Santo Ângelo e refazer as missões. Desta vez, sem missionários, só com os missioneiros.

Pitico não crê, porque não ouviu nada disso no rádio ou na televisão. Para que alguma coisa fosse verdade, devia sair na televisão ou no rádio. Aparecer escrito no jornal. "Só podia ser sonho". Eu diria, sonho da literatura... contra os discursos hegemônicos da mídia, graças à memória dos testemunhas: "Corre por aí um boato de que o Alegrete atravessou a fronteira. E temos ordens de não invadir a Argentina" (CAPARELLI, 1983: 65).

5 - CONCLUSÃO AINDA MUITO PROVISÓRIA.

Gostaria de partir, nesta conclusão, de duas afirmações de Ricardo Piglia, o escritor argentino que teoriza sobre o contra-rumor que a literatura introduz no discurso homogêneo e hegemônico:

1. "En definitiva, la literatura actúa sobre un estado del lenguaje. Quiero decir que, para un escritor, lo social está en el lenguaje. Por eso si en la literatura hay una política, se juega ahí. En definitiva, la crisis actual tiene en el lenguaje uno de sus escenarios centrales. O tal vez habría que decir que la crisis está sostenida por ciertos usos del lenguaje. En nuestra sociedad se ha impuesto una lengua técnica, demagógica, publicitaria (y son sinónimos), y todo lo que no está en esa jerga queda fuera de la razón y del entendimiento. Se ha establecido una norma lingüística que impide nombrar amplias zonas de la experiencia social y deja fuera de la inteligibilidad la reconstrucción de la memoria colectiva (...) Hay un orden del día mundial que define los temas y los modos de decir: los *mass media* repiten y modulan las versiones oficiales y las construcciones monopólicas de la realidad. Los que no hablan así están excluidos y ésa es la noción actual de consenso y de régimen democrático" (PIGLIA, 2001: 20).
2. "El Estado también construye ficciones: el Estado narra, y el Estado argentino es también la historia de esas historia(...) a estos relatos del Estado se les contraponen otros relatos que circulan en la sociedad. Un contrarrumor, diría

> yo, de pequeñas historias, ficciones anónimas, microrrelatos, testimonios que se intercambian y circulan. (...) El escritor es el que sabe oír, el que está atento a esa narración social (fragmentada y difusa pero fuerte) y también el que las imagina y escribe" (PIGLIA, 2001: 20).

O contra-rumor é um contra-discurso que deixa rastros da vida concreta dos pequenos, esquecidos de todos os Estados e, por aí, um contra-poder. Muito difuso mas resistente na transgressão de leis e barreiras injustas e na expressão do sofrimento e revolta que empana o brilho do discurso triunfalista e homogêneo que pretende calar essas vozes, seja no âmbito dos estados nacionais, ou no âmbito mais amplo e talvez só aparentemente mais liberador das uniões transnacionais e tratados internacionais como é o caso do Mercosul.

Uma de nossas hipóteses, ao passar dos discursos da história, da sociologia e da antropologia para o da literatura é que esta, apesar de, muitas vezes, cumprir um papel de propaganda da "identidade romântica", por exemplo, ao expressar reiteradamente o mito do gaúcho macho, corajoso e leal, em oposição ao gringo ou ao próprio negro, ou inclusive, opondo os gaúchos de cada lado da fronteira. Uns como bárbaros, outros como gaúchos bons. Ao mesmo tempo e contraditoriamente, porque se debruça sobre o concreto de homens, animais e ambientes, aponta seu contrário, denunciando a violência, a discriminação. E fazendo-nos experimentar os sonhos, temores, conflitos, ressentimentos no cotidiano de seres anônimos, mas de carne e osso das localidades fronteiriças, que falam uma língua mesclada, escutam as notícias do outro lado da fronteira, na língua original, vivem juntos as festas nacionais sem se importar com que elas realmente significam para quem as inventou.

De modo que a ficção, paradoxalmente, se torna mais realista que a versão romantizada e idealizada da integração abstrata que atropela as pessoas concretas. Estas, por sua vez se tornam menos reais que as personagens de ficção nos textos que fazem Sepé Tiaraju renascer, Martín Fierro e Blau Nunes contar, Netto chorar e o filho do estancieiro formar-se como escritor para narrar a saga da família e do

Rio Grande. Porque a ficção, nesses casos, nos leva, como leitores cúmplices, a morrer um pouco com os contrabandistas, a crescer um pouco com o menino, a debater-nos com os dilemas de Floriano Cambará e a passar a fronteira com a cidade de Alegrete. São artes da literatura, que se torna poderosa, embora já não tenha poder numa sociedade cada vez mais movida pelo pragmatismo dos gestos e pelo desgaste das palavras da tribo.

BIBLIOGRAFIA:

AGUIRRE, Mario. *Tres Libros de Cuentos*. Montevideo: Arca, 1969.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos*: conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003). Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CAPARELLI, Sergio. *O dia em que Alegrete atravessou a fronteira*. Porto Alegre, LPM, 1983.

CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1956.

CHIAPPINI, Ligia. *Modernismo no Rio Grande do Sul*: materiais para o seu estudo. São Paulo: IEB/ USP, 1972.

CHIAPPINI, Ligia. In: PESAVENTO, LEENHARDT, CHIAPPINI, AGUIAR. *Érico Veríssimo:* O Romance da História. São Paulo: Nova Alexandria, 2001. p.137-157.

————. Velha praga? Regionalismo literário no Brasil. In: PIZARRO, Ana. (org.). *Palavra, Literatura e Cultura.* Campinas: Unicamp, 1994. v. 2. São Paulo, Memorial da América Latina.

————. Martín Fierro e a cultura gaúcha do Brasil. In: HERNÁNDEZ, José. *Martín Fierro*. LOIS, Élida, NÚÑEZ, Ángel. (org.). Barcelona: Crítica, 2001. p. 1.301-1351. (Colección Archives)

————. João Simões Lopes Neto und Javier de Viana: zwei Schriftsteller der Grenze und ein hypothetischer Dialog". In: NITSCHACK, Horst. (hrsg.). *Brasilien im Amerikanischen Kontext um 1900*. 2004. (im Print)

CORONA, Ignacio. Vecinos distantes? Las agendas críticas posmodernas en hispanoamérica y el Brasil. In: O Brasil, A América Hispânica e o Caribe: abordagens comparativas. *Rev. Iberoamericana*, v. LXIV, n. 182-183, ene.-jun. 1998. S. 17-38.

DA SILVEIRA MACHADO, Propício.*O Gaúcho na Historia e na Lingüística:* a formação étnica e social do Rio Grande do Sul e a origem do termo "Gaúcho" (Subsídios Histórico-Filológicos). Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1966.

FAGUNDES, Antonio Augusto. E o gaúcho morreu. In: GONZAGA, Sergius, FISCHER, Luís Augusto. (org.). *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul, 1992. p. 95-98.

GRIMSON, Alejandro. *Fronteras, migraciones y Mercosur, crisis de las utopías integracionistas*. 2001. In: www.apuntes-cecyp.org/N7-Grimson.htm

————. Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur. In: GRIMSON. (comp). *Fronteras, naciones e identidades*. Buenos Aires: CICCUS- La Crujía, 2000. pp. 89-102.

HERNÁNDEZ, José. Martín Fierro. In: LOIS, Élida, NÚÑEZ, Ángel (orgs.). *Martín Fierro*. Barcelona : Crítica, 2001. p. 14-30. (Col. Archives)

KLEIN, Naomi. *Recinti e Finestre. Dispacci dalle prime linea del dibattito sulla globalizzazione.* Milano: Baldini et Castoldi, 2002.

KRUKOSKI, Wilson R. M. *Fronteras y Límites*. In: www.info.Incc.br/wrmkkk/artigoe.html

LACOSTE, Pablo. La entente político-cultural por la integración. In: *Revista de Estudios Transandinos.* n. 4. Parlamento Cultural de Mercosur (PARCUM), V Encuentro-Isla Negra, 18,,19,20 de abr. Chile, 1999.

LEUMAN, Carlos Alberto. *La literatura gauchesca y la poesía gaucha*. Buenos Aires: Raigal, 1953.

LIMA, Silvio Julio de Albuquerque. *Literatura, folclore e lingüística da área gauchesca no Brasil*. Rio de Janeiro: A. Coelho Broco Filho, 1962.

LOPES NETO, João Simões. *Contos Gauchescos, Lendas do Sul e Casos do Romualdo*. Estabelecimento de texto, introdução e notas de Ligia Chiappini. Rio de Janeiro: Presença/INL, 1998.

LOSADA, Alejandro. Como puede un europeo estudiar la literatura latinoamericana. In: *Cahier du Monde Hispanique et Luso-Bresilien*. Toulouse: Caravelle 45, 1985. p. 37-46.

————. *Martín Fierro:* Gaucho-Heroe-Mito, introducción a una lectura significativa del Poema. Buenos Aires: Plus Ultra, 1967.

————. Martín Fierro, Expresión cultural y manifestación existencial. In: HERNÁNDEZ, José. *Martín Fierro*. Barcelona: Nauta, 1968. p. 20-65.

————. *La literatura marginal en el Rio de la Plata*, informe de investigación. Inédito. Berlin: Archivo Losada, IAI-SPK, s.d.

————. La historia social de la literatura latinoamericana. In: BREMER, Thomas, LOSADA, Alejandro. (ed.). *Actas del 1° Congreso Anual Giessen, mayo de 1983 y 2° Congreso Anual Nauchâtel*, jun. de 1984. Hacia una historia social de la literatura latinoamericana. Giessen,AESAL, 1985. p. 59-74.

LUDNER, Josefina. *El Genero Gauchesco.* Un Tratado sobre la Patria. Buenos Aires: Sudamericana, 1988.

MACHADO, Lia Osório. Grupo Retis de Pesquisa. 2003. In: www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/

MACIEL, Maria Eunice de Souza. Apontamentos sobre a figura do gaúcho brasileiro. In: *Olhares Cruzados*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. S. 76-95.

MARTINS, Cyro. Identidade de uma Literatura Sul-Americana. In: *Páginas soltas.* Porto Alegre: Movimento, 1994.

MARTINS, Maria Helena de Souza. *Fronteiras culturais*: Brasil-Uruguai-Argentina. Porto Alegre/São Paulo: Celpcyro/Ateliê, 2002.

MASINA, Léa. *Percursos de Leitura*. Porto Alegre: Movimento, 1994.

————. *El Martín Fierro*: Truísmos e avatares da crítica literária no Brasil (Forschungsbericht, unveröffentlicht), 2001.

MASINA, Léa. Imaginários do contrabando nas literaturas de fronteira. In: *Percursos de Leitura*. Porto Alegre: IEL, Movimento, 1994.

MORAES, Maria Inês. Rio Grande do Sul y Uruguay: historias fronterizas (apuntes para una agenda de historia comparada). In: TARGA, Luiz Roberto P. (org.). *Breve infentário do Sul*. FEE, Univates: UFRGS, 1998. p. 285.

NÚÑEZ, Ángel. *Acerca de la cultura nacional y latinoamericana*. Buenos Aires: Pueblo Entero, s.d.

OLIVEN, Ruben. O nacional e o estrangeiro na construção da identidade brasileira. In: *Olhares Cruzados*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. S. 59-75.

————. The largest popular movement in the Western World: intelectuals and Gaúcho Traditionalism in Brazil. In: *American Ethologist*. v. 27, n. 1, feb. American Anthropological Association. 2000. s.128-146.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Gaúcho: Mito e História. In: *Letras de Hoje*. n. 77, set. Porto Alegre: PUC do Rio Grande do Sul,1989. p. 55-63.

PIGLIA, Ricardo. Tres propuestas para el próximo milenio (y cinco dificultades). In: *Revista Casa de las Américas*. n. 217, jan-mar. Havana: Casa de Las Américas, 2001.

PRIETO, Adolfo. *El discurso Criollista en la formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires: Sudamericana, 1988.

RADTKE, Edgar, THUN, Harald. (hrsg.). *Neue Wege der Romanischen Geolinguistik:* Akten des Symposiums zur Empirischen Dialektologie (Heidelberg / Mainz, 21. – 24. 10.1991). Kiel, Westensee-Verlag, 1996.

RAMA, Ángel. El Sistema Literario de la Poesía Gauchesca. In*: Poesía Gauchesca*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, s.d.

————. Los procesos de transculturación en la narrativa latinoamericana. In: *Revista de Literatura Hispanoamericana*. n. 5, abr. Venezuela: Universidad del Zulia, 1974.

————. *Los gauchopoliticos Rioplatenses, Literatura y Sociedad*. Buenos Aires: Calicanto, 1976.

————. *Literatura e Cultura na América Latina* (antologia) (org.). AGUIAR, Flávio, VASCONCELOS, Sandra Guardini T., trad. de Rachel La Corte dos Santos e Elza Gasparotto. São Paulo: Centro Ángel Rama, Universidade de São Paulo, Edusp, 2001.

————. *Transculturación narrativa en América Latina.* México: Siglo XXI, 1987.

RECONDO, Gregorio. *Identidad, Integración y creación cultural en América Latina*: el desafío del Mercosur. Buenos Aires: Unesco/ Belgrano, 1997.

RELA, Walter. *20 Cuentos uruguayos magistrales*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1980.

RIBEIRO, Letícia Parente. *Zonas de fronteira internacionais na atualidade*: uma discussão. 2003. In: www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02avulsos03htm

ROCCA, Pablo. *História de la Literatura Uruguaya Contemporánea*. Montevideo: Banda Oriental, 1996.

ROSA, Julio C. Da. *Camino adentro*. Montevideo: Arca, 1959.

SCHLEE, Aldyr. Simões Lopes Neto e a Literatura dos povos platinos. In*: Letras de Hoje*. n. 77, set. Porto Alegre: PUC do Rio Grande do Sul, 1989. p. 77-88.

SCHWARTZ, Jorge. Abaixo Tordesilhas. In: *Revista de Estudos Avançados*. n. 7/17. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993. p. 185-200.

SLATTA, Richard W. *Los Gauchos y el ocaso de la frontera*. Buenos aires : Sudamericana, 1985.

————. The Gaucho in Argentina's quest for national identity. In: *When cultures meet:* frontiers in Latin American History. Wilmington, dec. 1994. p. 151-164.

STEIMAN, Rebeca, MACHADO, Lia Osório. *Limites e Fronteiras Internacionais*: uma discussão histórico-geográfica. In: www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02avulsos04htm.

VIANA, Javier de. *Del campo y de la ciudad*. Montevideo: Claudio García, 1921.

————. *Tardes del Fogón*. Montevideo: Claudio García, 1925.

————. *La Biblia Gaucha*. Montevideo: Claudio García, 1925.

WIERZCHOWSKI, Letícia. *A Casa das 7 mulheres*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

EL ESTADO-NACIÓN Y LAS LITERATURAS NACIONALES: SUS FRONTERAS Y LÍMITES

Horst Nitschack*

* Universidad de Chile - Centro de Estudios Latinoamericanos

A pesar de que la idea de globalización entraña de manera agudizada la imagen de la transgresión de lo nacional, probablemente contamos con pocos momentos históricos en los que se hayan creado tantas nuevas fronteras nacionales como en la última década, principalmente si miramos el mapa europeo. Menciono esta paradoja para tomarla como punto de partida de algunas reflexiones que quisiera desarrollar con respecto a la relación entre Estado, cultura y literatura nacionales, o, dicho de manera más precisa, entre Estados nacionales y la contribución de sus literaturas tanto en la marcación simbólica e imaginaria de sus fronteras como –en un proceso doble– en la

trasgresión de estas. Pues las literaturas nacionales, una vez formadas como instituciones, son –metafóricamente hablando– un arma de doble filo: pueden producir una dinámica permanente, permitiendo contactos, intercambios y diálogos con otras literaturas, es decir contribuir a la permeabilidad de las fronteras de los Estados nacionales, o pueden ser usadas como aparatos de control, de censura y de exclusión, fortaleciendo dichas fronteras. Esta dinámica doble será discutida a continuación, tomando como ejemplo el caso europeo, ya que fue en aquel contexto donde, como sabemos, surgieron las ideas de Estado nacional y de una literatura nacional durante la segunda parte del siglo XVIII.

Sin embargo, no quiero restringirme a una consideración solamente histórica respecto a la relación Estado-nación y su institución 'literatura nacional'. Terminaré con algunas reflexiones sobre las nuevas configuraciones del Estado-nación actual en las constelaciones transnacionales y globalizadas y sus consecuencias para las literaturas, cuestionando el uso actual del antiguo concepto de "literatura nacional". La propuesta será reservar este concepto de 'literatura nacional' para la época histórica en la cual ella ha sido constitutiva para la legitimación y la formación de este Estado-nación. Las literaturas actuales no se escriben en función de un Estado-nación, sino que se ven envueltas en escenarios y procesos culturales que se producen ya sea de manera independiente o en contraste y conflicto con los Estados-naciones actuales. Por ello propondré despedirnos de este concepto si queremos describir los procesos literarios actuales y orientarnos de preferencia por temas, conflictos, lugares, sujetos, etc., tanto inscritos en un marco nacional como también transgrediéndolo. Retomar y repetir en un mapeamiento de las literaturas actuales las fronteras políticas estaduales significaría – y esta es la tesis de este artículo – una deformación de los procesos literarios reales en la actualidad.

El concepto de literaturas nacionales surgió junto con la idea de Estado nacional en el transcurso del siglo XVIII, como resultado y consecuencia del pensamiento ilustrado. En ese momento histórico, la

formación de Estados nacionales apareció como prerrequisito para la introducción de la República y de una organización democrática de la sociedad. Al mismo tiempo, el concepto de literatura nacional se constituyó como un apoyo ideológico importante para las burguesías europeas en el proceso de su liberación de la aristocracia y de la Iglesia y en su exigencia de un Estado propio. Así, la identificación del Estado nacional con una (1) cultura, una cultura que se presenta como homogénea y en tal carácter es declarada como nacional, era uno de los prerrequisitos para la fundación de estos Estados nacionales. Esta identificación entre Estado y cultura tuvo como consecuencia (sobre todo en el siglo XIX), que las fronteras políticas y económicas del Estado se transformaron, casi automáticamente y a pesar de poseer características muy distintas, en fronteras culturales. Por ello, utilizar las diferencias culturales en función de afirmar fronteras políticas siempre implica un uso problemático de lo cultural, incluso considerando que existan instituciones culturales dispuestas a cooperar en esta tarea.

El primer propósito de esta transformación del campo literario de un idioma en una institución de literatura nacional era el de unificar la diversidad cultural, étnica y social dentro de las fronteras nacionales, contribuyendo así a presentarla como una unidad. El precio a pagar era evidente: cualquier expresión literaria que no servía a estos fines debía ser marginalizada o reprimida, y finalmente excluida del canon nacional. El segundo propósito de la institución 'literatura nacional' era el de marcar nítidamente las diferencias con respecto a las otras culturas nacionales, especialmente las vecinas. Sin embargo, vale la pena recalcar que no se trataba solamente de sustancializar como diferencias ciertos rasgos – si no diferentes, sí diferenciables – que se toparon en los límites establecidos por los Estados nacionales, confirmando de esta manera las fronteras. Se trataba, más allá de lo anterior, que estas diferencias debían ser significadas y semantizadas.

Ahora bien, ello no significa que las relaciones entre Estado nacional y la institución de una literatura nacional fueron siempre armoniosas. No es difícil imaginar que tales tareas –garantizar la unidad

interna y marcar las diferencias con los otros Estados nacionales– debían producir conflictos y tensiones entre la propia literatura nacional, sus dinámicas y sus expresiones, y las expectativas del Estado nacional como unidad política.

Veamos lo relativo al primer propósito mencionado, el de unificación interna. El Estado nacional, a pesar de su necesidad de legitimarse culturalmente, no ha representado, ni hacia dentro ni hacia fuera, de manera automática los intereses culturales de los diversos grupos que forman la nación, sino que necesariamente ha representado los intereses políticos y económicos del grupo dominante. Los intereses de estos grupos raramente coinciden con los 'intereses culturales', propios de una literatura nacional, entre los cuales uno de los más importantes es el de formar y defender el espacio público, que es tanto un prerrequisito de su propio desarrollo como uno de los fundamentos de su legitimación. Es este espacio público el que garantiza la posibilidad de un diálogo entre los diversos grupos dentro del territorio nacional, formando así – en el caso positivo – una unidad cultural. Debería ser obligación de la institución 'literatura nacional' el permitir la expresión de las opiniones, convicciones y tradiciones más divergentes, y su protección contra cualquier limitación o censura. Conocemos por la historia cuántas veces la manutención de un espacio público ha entrado en choque con los intereses del Estado nacional. Pero sabemos también que una literatura que renuncia a defender este espacio público traiciona sus propios fundamentos, como hemos visto frecuentemente en el pasado, cuando la literatura como institución ha sido impedida de cumplir con esta tarea de garantizar el espacio público y coartada, de este modo, en su cualidad literaria. Solamente en la medida en que la literatura se abre a las voces múltiples que se articulan en el espacio público, solamente en la medida en la cual ella se abre a estas voces múltiples con la variedad de sus discursos literarios, en prosa o poesía, comedia, sátira o drama, solamente cuando ella anima a todos grupos de la sociedad a manifestarse en este espacio, solamente en este momento ella se autoreafirma como literatura nacional.

También con respecto a la segunda tarea, la de marcar las fronteras con las otras culturas y literaturas nacionales, se produjeron tensiones y conflictos, a veces dramáticos, entre literatura nacional y Estado nacional. También en este caso la literatura se vio desafiada en un área elemental de su derecho de ser, el cual es significar, simbolizar y semantizar según sus criterios, sin someterse a lógicas y razones políticas. No obstante, también en este caso se produjo siempre al final una connivencia o un pacto de la institución literatura nacional con las expectativas del Estado nacional que buscó reducir o a veces también controlar la literatura como institución y reprimir las tendencias de transgresión y subversión inherentes al medio literario.

Si es verdad que las fronteras marcan diferencias, también es verdad y evidente que las fronteras pueden ser instaladas en cualquier parte y, consecuentemente, que las diferencias se pueden estipular según objetivos y motivos que no encuentran su legitimación en estas diferencias, como lo pretenden. Solo la semantización de la diferencia con el otro le otorga su significación específica y decide si él es considerado como amigo o enemigo, como valioso o despreciable. Esta semantización o significación de la diferencia es un acto cultural de primer orden que lleva consigo las consecuencias políticas más decisivas. Así, cualquier colonialismo ha dependido del hecho de que el otro fue culturalmente definido como un ser a colonizar. No es vano recordar en este punto, y para subrayar la práctica de la connivencia entre Estado-nación y literatura, que a partir del momento en que como consecuencia de la secularización la religión cristiana perdió la legitimidad para discriminar entre civilizados y no civilizados, las literaturas nacionales se encargaron de esta tarea. No hay duda de que, a partir de un cierto momento, estas literaturas nacionales europeas como institución asumieron –frecuentemente encontrando resistencias en su propio campo– con gran agrado esta función. Contribuyeron con sus semantizaciones de las diferencias a fortalecer tendencias chauvinistas entre las naciones europeas y comportamientos colonizadores hacia las etnias de otros continentes. Sin embargo no se puede olvidar que

desde el mismo campo literario surgieron las críticas más decididas de tal práctica, críticas, cierto es, que en general fueron excluidas del canon literario nacional e, ironicamente, fueron incluidas y admitidas solamente a partir del momento en que la situación histórica había cambiado.

Si una tarea de la literatura nacional institucionalizada era la de la semantización de las diferencias –la que no necesariamente debe ostentar un carácter represivo sino que puede formar un prerrequisito indispensable para entrar en diálogo con el otro–, otra tarea era la semantización de la propia frontera. A pesar de que las fronteras son construcciones, ellas no son completamente arbitrarias. Se utilizan marcas geográficas, eventos históricos o diferencias étnicas para la construcción y la legitimación de fronteras, es decir, para ser semantizadas como fronteras. Si el Rin es un río alemán o la frontera germano-francesa, si la Cordillera forma la frontera entre dos países como es el caso entre Chile y Argentina o es la columna vertebral de un país, como en el caso del Perú y de Ecuador, no depende de los hechos naturales sino de circunstancias de poder, del pasado histórico-político y de la semantización cultural a la cual estos hechos fueron sometidos. En el mapa brasileño a nadie se le ocurre interpretar el Amazonas como frontera, mientras que el río Uruguay sí está considerado como tal.

Hemos sostenido que en las semantizaciones culturales de las fronteras se reflejan las constelaciones de poder. Sin embargo, estas semantizaciones no dependen completamente de los poderes políticos y económicos, sino que disponen de una potencialidad propia al provenir de las tradiciones culturales, y que va mas allá de lo político o económico en su complejidad. Recordamos cuán difícil fue después de la Segunda Guerra Mundial afirmar culturalmente la cortina de hierro, esta frontera política y económica tan intransigente e impenetrable: autores como Kafka y Celan, Elias Canetti y Manés Sperber, pero también los clásicos como Goethe, Tolstoi y Dostojevsky no podían ser incluidos en las nuevas literaturas nacionales sin someterlos a reinterpretaciones signi-

ficativas y sin perder su carácter de testigo de un espacio cultural que cuestionaba las limitaciones de los nuevos territorios nacionales, o – a veces, como en el caso de Kafka o de Canetti – varias literaturas nacionales los reclamaron como sus autores.

En comparación con las fronteras políticas y económicas, las culturales tenían –por lo menos en la Europa del siglo XIX y primera parte del XX– un carácter blando, produciendo una dinámica muy diferente de dichas fronteras culturales con sus tendencias de crear barreras, separaciones y distancias. Ellas nunca eran claramente definidas y se resistían a ser sometidas a leyes o reglamentos.[1]

Como consecuencia de todo, resulta que las fronteras políticas y económicas se dejan modificar a corto plazo (como nos muestra la historia de las últimas décadas) mientras que las fronteras culturales son de larga duración. Escasamente tienen un carácter tan hermético como las fronteras políticas o económicas, y tampoco se dejan controlar tan rigurosamente como es el caso de estas últimas. Así, las artes, y entre ellas la literatura, fueron en el pasado el medio privilegiado para atravesar las fronteras instaladas por decisiones políticas y/o económicas. Ellas posibilitaron un flujo cultural a través de recepciones, adaptaciones, transformaciones, traducciones y otras actividades culturales que establecieron lazos entre culturas nacionales diferentes.

Resumiendo las diferencias principales entre las fronteras culturales y las fronteras políticas y económicas, como ellas se presentaron al momento de la formación de los Estados nacionales, se puede constatar lo siguiente:

1. Las fronteras culturales obedecían a una historia de larga duración y se resistían a modificaciones y redefiniciones a corto plazo.
2. Geográficamente ellas no podían ser fijadas con la precisión de una frontera política o económica.

---

[1] Un ‘clash of cultures’ en el sentido de Huntington es siempre el resultado de una decisión política y tiene sus fundamentos en conflictos fuera de lo cultural.

3. Ellas estaban caracterizadas por una flexibilidad y permeabilidad que las fronteras políticas o económicas en general desconocían.
4. Se puede constatar la tendencia de las fronteras políticas de usar el acervo cultural para legitimarse, con la consecuencia de transformarse también en fronteras culturales y así quitarles su carácter originario de 'porosas' y 'permeables'.

La formación de la literatura nacional como institución que debe garantizar una homogeneidad cultural hacia dentro y marcar claramente las diferencias culturales hacia fuera se encuentra amenazada doblemente por la cultura 'concreta': hacia dentro por su variedad y por una multiplicidad de voces que no están dispuestas a identificarse con 'lo nacional', y hacia fuera por el hecho de que las 'fronteras culturales' que no corresponden a demarcaciones claras sino a regiones culturales, subvierten y cuestionan fronteras políticas claramente definidas. El caso más evidente para la literatura brasileña es probablemente el de la literatura gauchesca del Río de La Plata, una región ejemplar donde las fronteras culturales y políticas no corresponden.

La literatura nacional tenía que resolver estas dos contradicciones básicas: Primero: 'servir' al Estado-nación, y crear un espacio público donde se realizasen los diálogos con grupos marginalizados y reprimidos por la cultura oficial. Segundo: afirmar las fronteras políticas y mantener el dialogo cultural con las culturas vecinas con las cuales ella estaba relacionada por una compleja red histórica. A pesar de estas tensiones entre Estado-nación y la formación de una literatura nacional, los dos no pueden renunciar fácilmente uno al otro.

El Estado-nación, como hemos visto, necesitaba de la literatura al momento de su nacimiento para su legitimación y la literatura no se sintió solamente ennoblecida por esta tarea sino que además recibió apoyo concreto por el papel que debía que cumplir en la educación nacional, a través de la implementación de bibliotecas, teatros, premios y reconocimientos de sus autores y poetas por instituciones estatales.

Sin embargo, me parece importante preguntarnos cuál es el destino de las literaturas nacionales en época de globalización, es decir en

una época en la cual las propias fronteras políticas y económicas parecen en alto grado permeables y porosas. ¿Será que la literatura tiene que convertirse por necesidad en literatura universal, '*Weltliteratur*'? O será que ella asumirá de nuevo un rol de protección de lo nacional, esta vez no contra la aristocracia y la Iglesia o contra pretensiones hegemónicas de naciones vecinas, sino contra los peligros de la globalización. A algunos les gustaría, parece, ver a la literatura en este papel de estimular y garantizar la identidad cultural nacional contra las amenazas de un proceso globalizador. ¿Pero cuál sería su tarea y su objetivo en este caso? ¿Fortalecer la homogeneidad cultural hacia dentro, semantizar las diferencias con las naciones vecinas o con el mundo globalizado, y encontrar legitimaciones culturales para mantener las fronteras? No se excluye que estas opciones encuentran sus defensores y partidarios. Sin embargo, dicho modelo incluiría un reforzamiento del Estado nacional del siglo XIX y primera parte del XX. Me pregunto si en el pasado el modelo Estado-nación no ha sido un modelo en concordancia con los ideales de la ilustración solamente mientras tenía un carácter defensivo contra la usurpación de los derechos de sus ciudadanos por otros poderes. Ello vale por lo menos para Europa, en los casos más conocidos de Estados nacionales como Inglaterra, Francia, Rusia, Alemania, Italia. Una vez instalados y fortalecidos dichos Estados, tomaron luego el camino hacia la fundación de un Imperio y, movidos por sus aspiraciones hegemónicas, desataron los terribles conflictos que marcaron la primera mitad del siglo XX. Las literaturas nacionales no eran completamente ingenuas en este desarrollo, en especial las literaturas reconocidas como tales. La 'patria' se había convertido en un proyecto de expansión y la misión de estas literaturas era legitimarla.

En otras palabras, hay suficientes razones para desconfiar del modelo conocido de Estado-nación y por consecuencia igualmente de su literatura nacional. Si no estamos convencidos de la necesidad de una disolución de los Estados-naciones en un nuevo orden transnacional, no queda duda que las tareas del Estado-nación del siglo XXI difieren

considerablemente de aquellas del siglo XIX y con ello las de una literatura escrita en sus confines.

Como cambios más significativos se pueden, me parece, nombrar los siguientes:

1. Sea lo que sea, este nuevo Estado nacional dentro de una comunidad internacional en vía de globalización no tendrá más necesidad de la literatura, como lo ha sido el caso del Estado nacional emergente. Otros medios y otras estrategias culturales la sustituirán con mucha más eficiencia y, según mi opinión, solamente para el bien de la propia literatura.
2. Ello implica un cambio significativo de la función de las 'literaturas nacionales' como institución y su relación con el campo literario en toda su productividad y creatividad, aunque, por supuesto, los Estados nacionales no quieren renunciar a `sus` literaturas y lo mismo las literaturas institucionalizadas a los apoyos y a la protección del Estado.
3. Claro que habrá literaturas escritas dentro de los confines de un Estado-nación –en este sentido literatura nacional' sería un puro concepto cuantitativo–, y habrá literaturas que tematizan las historias de naciones, en este caso sería un género literario, como por ejemplo la literatura urbana.
4. Entonces, las literaturas que se dedicarán a cuestiones nacionales –mientras existan Estados-naciones ellas continuarán existiendo– no deberían tener como objetivo la definición y protección de las fronteras de lo nacional sino, por el contrario, marcar sus límites en los dos sentidos, es decir, los límites de lo nacional en su importancia para la literatura, como los límites del Estado-nación en su influencia sobre las literaturas escritas dentro de su territorio, pero no con la intención de legitimarlo como Estado-nación.
5. Algunos ejemplos nos enseñan en qué medida el concepto decimonónico de literatura nacional está corroído: Vargas Llosa, representante destacado de la ""literatura peruana"", cuya obra tiene principalmente al Perú como tema, ha escrito la mayoría de sus novelas fuera del país, en Francia, España e Inglaterra. ¿Con qué motivo integraremos a Cabrera Infante en una historia nacional de la literatura cubana? ¿Y la novela brasileña de mayor éxito internacional de los últimos años, *A Cidade de Deus*, es un ejemplo o un modelo de literatura nacional?
6. Si aún se publican historias de literaturas nacionales es ante todo por comodidad conceptual pero no porque las propias literaturas lo justifiquen.

Es obvio que los procesos de internacionalización, es decir la disolución de las fronteras nacionales como fronteras culturales, afecta

también el proceso literario de distintas maneras. Primero: la literatura – mismo si se identifica con los problemas y conflictos de un territorio y de una sociedad nacional – está liberada de la tarea de semantizar y significar las fronteras, y segundo: en la medida en que los procesos globalizadores tienen un violento efecto homogeneizador de las culturas, de arriba hacia abajo, de los sujetos poderosos hacia los sujetos subalternos, no existe ninguna razón o necesidad de que las literaturas se preocupen en aumentar esta presión. Al revés: que continúen ilustrador y emancipador en su tradición, implica bajo la situación y las condiciones actuales ofrecer un espacio para la articulación de sujetos reprimidos y marginalizados. Sacarlos de su aislamiento y mostrarles cuáles son sus aliados no solamente en el espacio Estado-nación tradicional sino (aprovechando la globalización, pero ahora desde abajo hacia arriba) en el mundo entero. En este sentido, las nuevas 'literaturas nacionales' merecen este nombre solamente de una manera negativa o crítica, mientras sean todavía dependientes de los Estados-naciones en la medida que actúen en su espacio cultural (el cual continúa existiendo a pesar de la globalización y transnacionalidad), pero ellas no son de ninguna manera agentes de este Estado, como sí lo han sido las literaturas nacionales tradicionales.

Su objetivo es dibujar los nuevos mapas universales, contribuir a su manera a lo que es – según Kant – el quehacer de la filosofía, es decir, a esclarecer preguntas: Qué podemos (können) saber, qué podemos (dürfen) esperar, qué deberíamos (sollen) hacer, y situar los sujetos individuales, sus protagonistas y sus lectores en los nuevos espacios de permanente transformación.

Esta comparación con la filosofía deja claro que la literatura tiene que imitar el modelo de las otras artes, el de la filosofía y demás ciencias: considerar su dependencia de un Estado-nación como inevitable, si fuera necesario tematizarla, pero nunca aceptarla como un elemento constitutivo.

Los Estados-naciones actuales ya no se diferencian tan solo por su pretendida cultura homogénea, semantizada y expresada por la lite-

ratura nacional, sino que se distinguen entre ellos por una combinación de culturas diferentes, por nuevas culturas híbridas y por combinaciones culturales que dialogan entre ellas tanto de manera creativa como conflictiva. Nos encontramos frente a escenarios dinámicos en los cuales ninguna de las culturas involucradas debe imponerse con un gesto totalizador. Hablar en este contexto de 'literatura nacional', con la pretensión de englobar bajo el mismo todas las literaturas escritas en un cierto territorio nacional significaría usar este concepto de una manera puramente compiladora y aditiva, resumiendo una variedad de literaturas que entre ellas están relacionadas casualmente y no por una idea unificadora, o, si se insiste en el concepto tradicional, su aplicación tendría necesariamente un alto efecto de exclusión y de censura.

Sin embargo, la situación cambió también en otro aspecto: no debemos imaginarnos el escenario literario de los nuevos Estados-naciones como un escenario sin fronteras. Todo lo contrario: las migraciones y las difusiones culturales llevan fronteras (culturales) consigo y producen nuevas (por ejemplo en Europa el conflicto entre el Islam y el Cristianismo, o en los EE UU el conflicto entre las diferentes culturas latinoamericanas y las culturas anglosajonas o las culturas de otras etnias migrantes). Sin embargo estas fronteras son múltiples y obedecen a una lógica diferente de entre las culturas del Estado-nación de antes. Habíamos subrayado más arriba las diferencias entre fronteras culturales y fronteras económicas y políticas. También en este aspecto la situación actual ha cambiado completamente. Si antes las fronteras económicas y políticas se presentaron como las más impenetrables e intransigentes, mientras las fronteras culturales eran de largo plazo y de carácter poroso, la globalización económica y las migraciones étnicas han cambiado completamente esta situación. Las fronteras económicas y políticas se presentan hoy en día mucho más accesibles a negociaciones y redefiniciones, mientras las fronteras culturales de repente parecieran tener un carácter mucho menos conciliable. Me imagino que existen principalmente dos razones para este cambio. La primera razón es de carácter práctico, mientras la segunda se produce a nivel estructural:

1. La movilidad global y las migraciones tienen como consecuencia que ciertas prácticas cotidianas de culturas que vivieron antes sin contactos concretos, se confrontan de repente en la vida cotidiana (como es el caso de los turcos y los alemanes en las ciudades germanas, o los migrantes africanos y la población autóctona en la mayoría de las metrópolis de Europa occidental). Se producen verdaderos choques culturales, en donde los actores involucrados no tienen ni experiencia ni formación para solucionarlos.

2. Se repite de otra manera nuestro argumento del inicio, de que las diferencias que se sindican como responsables de conflictos en relaciones de poder no existen 'objetivamente' y no tienen ningún respaldo substancialista, sino que se producen en un proceso cultural de significación y semantización. Ello tiene como consecuencia que en situaciones conflictivas la área con una predisposición mayor al conflicto se convierte en el escenario donde este aparece. Antes, en los tiempos de directa rivalidad entre los EE UU y la Unión Soviética, el sector político y económico fue semantizado como responsable de las tensiones entre las dos potencias. Hoy, en una época en la cual todos (o casi todos) se han puesto de acuerdo –por lo menos retóricamente– de que la solución es la democracia en el área política y la economía del mercado en el área económica, los conflictos de poder, de repente, se encuentran semantizados en el campo cultural. Así la confrontación de la guerra fría entre sistemas diferentes, políticos y económicos, ha sido sustituida por el choque de culturas.

¿Cuáles son las consecuencias que resultan de estas transformaciones para las literaturas?

El cambio más importante, en mi opinión, es el hecho de que la cultura misma, o mejor los conflictos entre culturas diferentes y entre sujetos culturales diferentes (etnias, religiones, tradiciones y prácticas cotidianas, pero también el conflicto entre los mundos de pobreza y de riqueza, es decir el mundo de las favelas contra el de los malls y del consumo) se convierte en el primer objeto de la preocupación literaria. No se trata más para ella de asumir el papel de una literatura nacional, ya que los nuevos Estados nacionales (si no quieren revitalizar un nacionalismo decimonónico como por ejemplo Serbia en el conflicto de los Balcanes), pueden prescindir completamente de la literatura para su legitimación ideológica.

Si en la época de los Estados nacionales tradicionales la literatura podía aprovechar de un fondo cultural para transgredir las fronteras entre dichos Estados, hoy en día ella privilegiará su campo de acción para superar las recién instaladas fronteras entre las culturas dentro de un Estado-nación.

De hecho, esto es lo que actualmente está aconteciendo. Por ello, no es casual que los temas destacados de la crítica literaria actual están relacionados con literaturas de migrantes, con literatura de género, con literatura urbana o con cuestiones de violencia entre sectores sociales diferentes y que los sujetos que buscan de su identidad ya no son más naciones enteras sino grupos étnicos o grupos marginalizados que no se encuentran representados por lo imaginario o las simbolizaciones del Estado-nación en cuyo territorio se encuentran. La literatura nacional, como concepto totalizador de literatura, debería ser un modelo ultrapasado – y con razón. (Para repetirlo: ello no vale necesariamente para el Estado-nación como organización política.)

Insistir en la elaboración de historias literarias nacionales sería bajo este aspecto un anacronismo. O resultan – en el mejor de los casos – en una compilación de producciones literarias contingentes que en el fondo no se justifican por la propia lógica de las manifestaciones literarias reunidas, o – en el peor de los casos – intentan "construir" (construir en el peor sentido de un acto arbitrario, que desconoce el contexto real de sus objetos y lo saca de este contexto) una totalidad de literatura nacional, que necesariamente tiene que tener un carácter de exclusión y de censura.

Nos hemos aproximado en estas páginas a la relación entre literatura nacional y Estado nacional. Hemos indagado cuál era el rol de las literaturas nacionales para la semantización de las fronteras del Estado nacional al momento de su fundación, y finalmente distinguimos entre tres actuaciones diferentes:

1. La semantización de las diferencias con el otro, más allá de la frontera.
2. La semantización de la propia frontera.
3. La formación de una cultura nacional homogénea.

Nunca se produjo una congruencia completa entre Estado-nación y literatura nacional, sin embargo, a pesar de todos los conflictos, se realizó un pacto entre Estado-nación y su literatura que, en última instancia, siempre resultó ventajoso para el Estado, no siempre para la literatura en la medida que con frecuencia ciertas manifestaciones y expresiones literarias fueron excluidas del canon de la literatura nacional al no ser compatibles con sus exigencias.

En una segunda vuelta hemos indagado la relación entre Estado-nación y literatura nacional en la época de la globalización. Constatamos que el concepto de 'literatura nacional' actualmente ya no es más una institución tan relevante para el Estado-nación como lo ha sido en el momento de su fundación y lo explicamos por el nuevo carácter de sus fronteras. Las nuevas fronteras económicas y políticas están caracterizadas por un alto grado de permeabilidad (el Estado nacional se justifica hoy día por la competencia de su administración y de su gerencia, comparable al '*management*' de una gran empresa). No le corresponde a la literatura actual semantizar diferencias entre naciones y marcar fronteras, como ha sido el caso de las literaturas nacionales de antes, sino de contribuir a la superación de nuevas fronteras – ante todo culturales (que sin embargo se concretaron, en varios casos también, en la formación de nuevos Estados nacionales) que se producen en consecuencia de migraciones y nuevas diferenciaciones étnicas y sociales.

Para terminar, una última observación: no debemos olvidar que ninguno de los grandes autores nacionales, si pensamos en Dante, Shakespeare, Cervantes, Goethe, Tolstoi, etc., se consideraba como autor nacional, sino que todos fueron apropiados por sus literaturas nacionales como tales.

EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL: LIMITAÇÕES DA ESCOLA BRASILEIRA NUMA DIVISA SEM LIMITES NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

Nilce A. S. Freitas Fedatto*

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Dourados

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Referir-se ao termo fronteira em tempos de globalização, quando se proclama a existência de "um mundo sem fronteiras", pode parecer estranho, mas a realidade tem nos demonstrado que à medida que caem as fronteiras econômicas/comerciais, outras se erguem e parecem até mais rígidas que as primeiras. Estamos nos referindo às fronteiras ideológicas, da intolerância religiosa, da discriminação racial, dos brutais desníveis econômicos, das irreconciliáveis diferenças culturais, das minorias segregadas, dentre outras.

Neste estudo, adotamos uma concepção estrita de fronteira, como limite que separa dois

países, uma divisão administrativa e neste sentido, está vinculada ao conceito de Estado. Ela surge quando se forma um estado nacional novo, seja por conquista, sucessão, anexação ou divisão política. Assim:

> O sentido de fronteira remete à idéia de limite, resultante da soberania de um Estado sobre um determinado espaço. Portanto são os limites político-geográficos que conformam os territórios nacionais, dentro dos quais se organizam os diversos aspectos da vida social e do Estado (OLIVEIRA, 1994, p. 54).

Isto quer dizer que, entendemos a fronteira como uma realidade específica, marcada por uma identidade econômica e social que reflete, por um lado a intersecção das culturas de nações limítrofes e de outro, o desencontro das respectivas esferas político-administrativas nacionais. Nesse enfoque, é necessário reconhecer que, o corte imposto por uma linha de fronteira não representa uma descontinuidade cultural abrupta. Muito ao contrário, trata-se de uma zona , que podendo gerar conflitos, também emerge como áreas abertas a trocas de benefícios recíprocos entre povos vizinhos.

O território brasileiro delimita-se com dez países da América Latina, numa extensão de 16.000 km, envolvendo onze unidades federadas: Roraima, Amapá, Pará, Amazonas, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com tamanha extensão, é natural que as regiões fronteiriças apresentem características das mais diversas. Às vezes, apresentam dificuldades de acesso, isolamento e grandes distâncias, como por exemplo, a fronteira do norte. Outras vezes, são exemplos de intersecção de culturas e de interesses, associados às necessidades de preservação de nacionalidades e de atendimento aos problemas comuns e por questões ambientais que ultrapassam as fronteiras, como acontecem mais ao sul.

Este relato centra-se na análise de uma área bem caracterizada da parte sul do Estado de Mato Grosso do Sul, parte da fronteira oeste do Brasil. Trata-se de um trecho onde surgiram cidades gêmeas constituindo um único aglomerado, com parte brasileira e outra,

paraguaia. Tenta-se apreender algumas peculiaridades da escola brasileira inserida na realidade sócio-educativo-cultural dessa região.

A opção por localizar o estudo na fronteira, não foi por atração pelo "exótico", mas por entender que a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e mais especificamente o *Campus* de Dourados, por localizar-se na faixa de fronteira, deve preocupar-se com o seu entorno. Deve buscar respostas para explicar à sociedade em geral e à comunidade acadêmica brasileiro-regional, sobre problemas de uma região, que é uma zona de contato do Brasil com o Paraguai e, portanto, de permeabilidades e de intercâmbios mútuos.

Explicando melhor, considerando que o estado de Mato Grosso do Sul tem duas fronteiras internacionais (com o Paraguai e com a Bolívia) esse tema deveria ser um dos motes da pesquisa na UFMS, fornecendo, inclusive, uma identidade a essa universidade na área de pesquisa em ciências humanas.

Ponta Porã (município brasileiro do estado de Mato Grosso do Sul com cerca de 50 mil habitantes) e Pedro Juan Caballero (capital do Departamento de Amambay no Paraguai com aproximadamente 60 mil habitantes), constituem uma única unidade urbana, delimitada por uma avenida. Entre as duas cidades não existem barreiras, que dificultem ou impeçam a comunicação entre seus habitantes. Por isso mesmo, é natural que se formem laços familiares, de amizade, comerciais, de trabalho e outros. Daí a região se apresentar como um campo de pesquisa interessante, privilegiado e instigante em razão do contato cotidiano que se estabelecem entre habitantes de ambos os países.

O espaço fronteiriço onde realizamos este trabalho pode ser assim caracterizado:

> [...] uma fronteira 'viva', não só pela relativa densidade de seu povoamento, como pelas relações de intercâmbio entre as populações limítrofes consideradas. Também como uma fronteira 'mole', já que era [e é] grande a facilidade de cruzamento e as trocas não tinham [têm] como ser impedidas (SOUZA, 1994, p. 88).

Podemos completar a caracterização acima, afirmando que a fronteira Brasil/Paraguai em Ponta Porã apesar dos conflitos de natureza política que se sucederam na região no século XIX, com destaque para a Guerra do Paraguai, as relações entre os povos vizinhos na área fronteiriça podem ser consideradas amistosas.

2 - ESCOLA FRONTEIRIÇA: UMA DAS FACES DA/S ESCOLA/S BRASILEIRA/S

Brandão (1981) nos alerta que **EDUCAÇÃO**, assim com "e" maiúsculo não existe. O que existem são **educações**, querendo dizer com isso o intelectual brasileiro que:

> A educação é um dos meios de que os homens lançam mão para criar guerreiros ou burocratas. Ela ajuda a pensar tipos de homens. [...]. Mais ainda, a educação participa do processo de produção de crenças e idéias, de qualificações e especialidades que envolvem a troca de símbolos, bens e poderes que [...] constroem tipos de sociedade (Ibid, p. 11).

Apoiados em Brandão, o que nos propomos não se trata de abordar a **Escola**, nem da **Escola Brasileira**, mas de uma das escolas brasileiras espalhadas por esses "brasis". Nos referimos à escola fronteiriça, mais especificamente abordamos "alguns aspectos" da escola que está inserida na fronteira Brasil/Paraguai, em Ponta Porã/ Pedro Juan Caballero. É uma leitura possível, não tem a pretensão de ser conclusiva, antes abre o debate e o interesse de novas pesquisas para uma realidade muito rica a todos que se interessam pelo diverso, plural e por culturas de contato.

Considerando impossível esgotar o tema, abordamos as seguintes questões: problemas lingüísticos; formação de professores; currículo adotado; integração entre as escolas e órgãos locais e diferenças culturais/nacionais dos alunos.

À primeira vista, a escola da fronteira não se diferencia das demais escolas públicas brasileiras: professores desmotivados, depre-

dada, com problemas de recursos materiais e financeiros denunciando o descaso das autoridades com a educação para a maioria da população.

Numa análise mais acurada, tendo por base o currículo adotado, a primeira impressão que parece tornar-se certeza é uma "típica escola brasileira". O rol de disciplinas segue o "modelo" sugerido nas normas do Conselho Estadual de Educação. E o conteúdo? Pensa-se encontrar até algo que forneça algum indicativo da peculiaridade desta escola. Mas o conteúdo é todo baseado nos livros didáticos enviados pela FAE/MEC, isto é, o aluno de Ponta Porã recebe o mesmo conteúdo que do Amazonas ou Pelotas (RS), uma vez que a parte diversificada do currículo não se traduz em projetos e atividades que contemplem as particularidades locais.

Nesta perspectiva, Sacristán (1995) compreende que nem o currículo, nem as práticas pedagógicas da escola admitem muita variação:

> A escola tem-se configurado em sua ideologia e em seus usos organizativos e pedagógicos como um instrumento de homogeneização e de assimilação à cultura dominante. Tem sofrido processos de 'taylorização' progressiva que dificultam a acolhida e expressão das singularidades que não se acomodam à padronização que caracteriza o conhecimento que transmite e à conduta que exige dos alunos. (p. 84).

Ainda quanto ao conteúdo da escola fronteiriça Amador e Fedatto (1999), constataram que os alunos no curso de magistério não recebem informações diferenciadas para trabalharem numa região de fronteira reforçando, então, que a escola não se diferencia das demais, visto que não prepara o professor para atuar nessa situação peculiar.

Corrobora a constatação acima a verificação do quadro curricular da escola que oferece habilitação específica de 2º grau (atual ensino médio) para o magistério da pré- escola em Ponta Porã, onde aparece como Língua Estrangeira o Inglês, embora o Espanhol seja o idioma da cidade-gêmea Pedro Juan Caballero. O interessante é que as pes-

soas que estabeleceram o quadro curricular, como moradores daquela fronteira, não desconhecem a grande utilidade de falar o espanhol, porque as escolas brasileiras recebem crianças falantes da língua espanhola e também porque o comércio de Pedro Juan Caballero que tem sido um dos maiores empregadores locais exige que seus funcionários falem fluentemente o espanhol e o português.

Frente a esta realidade parece ficar evidente a distância entre o escrito e o feito, a sua total desconsideração. Nosso trabalho busca "atravessar" esta aparência ao que ela é nas suas conexões e nas causas de suas determinações.

Metodologicamente, concordamos que a realidade não se dá a conhecer imediatamente, ou seja, ela é complexa, opaca e desafia o pensamento. Por isso, para desvendar a essência desta escola, fomos conhecer sua realidade e suas relações. Nesse sentido, quando mencionamos que observamos o cotidiano da escola fronteiriça significa que lançamos luz à sua aparência imediata para superá-la e então encontramos o que a diferencia das demais escolas do país: seus alunos e professores.

Dentre os alunos há um número significativo de alunos paraguaios[1]. Esses alunos – principalmente aqueles próximos à linha de fronteira – vêm para as escolas brasileiras já na educação infantil. Os motivos revelam-nos pesquisas anteriores[2], são os benefícios oferecidos pelas escolas brasileiras, tais como: merenda escolar, material didático, não exigência de uniforme. E, podemos acrescentar ainda,

---

[1] Em trabalho de Iniciação Científica, parte deste projeto, Pacheco (1999) observou que os migrantes do comércio freqüentam as escolas particulares brasileiras, não as públicas, deixando evidente que o dualismo educacional é um fenômeno além fronteiras.

[2] FEDATTO, Nilce A. S. F. *Educação, cultura, fronteira*. Um estudo do processo educativo-cultural na fronteira Brasil-Paraguai. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP).São Paulo, 1995. PEREIRA, Jacira Helena Valle. *Migrações de estudantes na fronteira do Brasil com o Paraguai*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Campo Grande, 1999.

nos últimos anos, o êxodo rural e a política econômica neoliberal que tem penalizado os países periféricos.

Os alunos paraguaios não têm tratamento diferenciado nas escolas brasileiras, a não ser por casos (poucos) realmente inusitados, como por exemplo, o de criança que é levada para classe de portadores de necessidades educativas especiais. "Num desses casos, por acaso, uma professora falante da língua guarani acabou por "descobrir" que o aluno agia como "aluno especial" porque não entendia o que a professora ministrava na Língua Portuguesa". Ou, nas palavras de uma coordenadora pedagógica, – **as crianças pobres paraguaias são violentadas nas escolas brasileiras.**

"Violentadas" não só quanto à língua, também quanto à sua realidade cultural, porque além de não utilizarem metodologias diferenciadas, os professores têm dificuldade de considerar a complexidade da situação vivida porque como todo trabalhador, no modo de produção capitalista, ele também foi expropriado de seu conhecimento e reproduz o formalismo que lhe é exigido dos órgãos superiores de ensino desconsiderando, assim, a diversidade cultural presente em sua sala de aula.

Isto leva-nos a crer que, para esses professores, o que a nós apresenta-se como "diverso", "plural", para ele faz parte do cotidiano de sua atividade profissional, onde o gesto mecânico e automatizado dirige mais as atividades que a consciência. Ou como esclarece Heller (1989),

> A vida cotidiana [...] é aquela que mais se presta à alienação. Por causa da coexistência 'muda' [...] de particularidade e genericidade [...]. Na cotidianidade, parece 'natural' a desagregação, a separação de ser e essência. Na coexistência e sucessão heterogêneas das atividades cotidianas [...] o homem devorado por e em seus 'papéis' pode orientar-se na cotidianidade através do simples cumprimento adequado desses 'papéis'. Assim, o papel que tem sido exigido do professor brasileiro é o de 'tarefeiro' ou de transmissor de conteúdo. (p. 37-8).

Outro aspecto a destacar na observação da escola fronteiriça é com relação à língua. O português, até por exigência constitucional

(Art. 210, § 2º) é a língua oficial. Logo, alunos paraguaios, como foi demonstrado anteriormente, aprendem português na escola[3]. No entanto, devemos considerar que "abrir fronteiras" não significa abrir apenas para o comércio, mas também para a língua.

Todos sabemos que a língua é um dos principais componentes de uma cultura e como tal é responsável pela socialização e identidade cultural de cada indivíduo e pelo sentimento de pertencer a um determinado grupo (PERES, 1999, p. 166)[4].

Contudo, a realidade das escolas fronteiriças nos revelou que as crianças migrantes (paraguaias, principalmente) que freqüentam as escolas brasileiras vivem uma dupla referência identitária, ou seja, na família falam o guarani e vivem numa cultura paraguaia e na escola são obrigadas a aprender a língua e a cultura do Brasil, país que as acolhe.

É interessante destacar ainda com relação à língua, tendo em vista a sua importância como meio natural de expressão, que as crianças paraguaias e demais crianças migrantes enfrentam um agravante nesta fronteira, porque o Paraguai é um país oficialmente bilíngüe, assim, essas crianças têm de aprender a língua materna – no caso paraguaio, o guarani e em outros casos depende de sua nacionalidade – além de terem que adquirir o domínio da língua oficial que é o espanhol.

Não desconhecemos, principalmente a partir da década de1970, os esforços de alguns países no sentido de propor políticas educacionais que procurem atender as diversidades culturais e lingüísti-

---

[3] Cf. PACHECO (1999) isso ocorre com filhos dos migrantes asiáticos e árabes. Essas crianças não têm, paradoxalmente, problema de língua. A família resolve isso fora da escola com professores particulares.

[4] Com relação à língua é importante ressaltar também que o **portunhol** – mistura do idioma português com espanhol praticamente inexiste nas escolas fronteiriças brasileiras. Todos os alunos brasileiros falam corretamente o português. Notamos inclusive nos alunos, a recusa em falar espanhol e principalmente o guarani (considerada língua de pessoas ignorantes).

cas, como por exemplo, as propostas de educação intercultural na Europa, mas:

> [...] a escola está longe de criar um espaço comum com alternativas organizacionais, pedagógicas e metodológicas de ensino que integrem de uma forma adequada as minorias étnicas e lingüísticas. A escola não tem sabido valorizar a diversidade humana como forma de enriquecimento de todos os alunos. Bem pelo contrário, tem seguido modelos organizacionais fechados e rígidos e estratégias assimilacionistas e homogeneizadoras [...] (Ibid. p. 167-8).

A complexidade cultural destas zonas de fronteira exige respostas educativas e curriculares para atender uma população diferenciada pela língua, por costumes, crenças e saberes. Questões estas afetam a formação do profissional que será responsável direto pela educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

Amador e Fedatto (1999), em sua pesquisa sobre a formação de professores em nível médio, constataram que, tanto a escola de formação para o magistério de Ponta Porã, como a de Pedro Juan Caballero, não tem um currículo diferenciado que busque atender as peculiaridades daquela região. A pesquisa revela que os futuros professores têm consciência que atuarão numa escola peculiar, que receberão alunos de diferentes nacionalidades e, por viverem ali, têm até sugestão de atividades, mas formalmente não recebem nenhuma informação que os habilite a enfrentar essa situação.

As falas de alguns professores, colhidas por ocasião de nossas visitas para este trabalho, são bastante reveladoras, tanto para confirmar o que já dissemos anteriormente, sobre o dito e o feito, como para atestar os efeitos da vida cotidiana na existência dos indivíduos.

> ¯ Nós deveríamos ser formados com um curso de predomínio espanhol (sic!), pois há vários alunos paraguaios que estudam no Brasil e na maioria das vezes nós nos sentimos mal informados.

Ou,

> ¯ La educación en áreas de frontera debería basarse en los intercambios sociales y culturales que efectivamente se dan en el espacio de frontera, fundamentalmente o contacto de línguas.

Nos chamou atenção sobremaneira o depoimento de uma professora brasileira por sua singularidade, no sentido de se afastar daquilo que costumamos denominar "espírito de fronteira", isto é, um certo cuidado ao referir-se ao outro (do país vizinho, o Paraguai) de maneira "politicamente correta", disse a professora:

> – O professor (brasileiro) tem de ser trabalhado para atuar no Brasil, porque aqui em Ponta Porã ainda não temos a visão da globalização (sic!), porque a lei brasileira diz só o indígena deve ser alfabetizado na sua língua materna, então os pais paraguaios que matriculam seus filhos na escola brasileira devem estar cientes que seu filho tem que aprender o português, junto com os demais.

A professora acima não atentou para o fato que, embora a Lei 9394/96 (LDB) estabeleça a educação em língua materna apenas para os povos indígenas, ela procurou responder a problemática das diferenças culturais presentes no Brasil e dispõe que, aos currículos do ensino fundamental e médio devem incorporar uma parte diversificada, "exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura e da clientela" (Art. 26).

Dando continuidade, e aprofundando um pouco mais a pesquisa supramencionada, analisou-se a formação de professores para a educação fundamental (educação infantil e séries iniciais) em nível superior, ou seja, o curso de Pedagogia.

Ao buscar informações sobre a formação de professores para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, em nível superior, constatamos que duas instituições oferecem o curso de Pedagogia nesta região: do lado brasileiro da fronteira, em Ponta Porã, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Ponta Porã e, do lado paraguaio, em Pedro Juan Caballero, a Faculdade de Filosofia y Ciências Humanas – campus da Universidade Católica "Nuestra Señora de la Assunción" com sede em Assunção.

Considerando que o objetivo deste estudo foi verificar a formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental, o curso de Pedagogia oferecido pelas instituições supramencionadas fugiu do que buscávamos, porque ambas formam os denominados **Especia-**

listas de Educação e não para a docência. Mesmo assim, observamos que o currículo adotado pela Faculdade de Filosofia, *campus* de Pedro Juan Caballero, é o mesmo do curso oferecido em Assunção valendo aqui o que já afirmamos anteriormente: o não atendimento às especificidades locais. Podemos afirmar o mesmo sobre o curso oferecido pela faculdade de Ponta Porã. Havemos de considerar ainda, neste estudo a necessidade de investigarmos melhor o conteúdo desenvolvido, principalmente em Ponta Porã, que oferece habilitações em orientação educacional, supervisão escolar e administração escolar. Profissionais que, segundo a lógica taylorista adotada na política educacional até recentemente e de volta com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – (Lei nº 9394/96), têm a incumbência de "planejar" o ensino para ser executado pelos professores.

Atualmente, a formação de professores consta como tema recorrente das recomendações de organismos internacionais como UNESCO, CEPAL, dentre outros, quanto ao perfil e situação da profissão docente, a estrutura curricular da formação, mas como afirma Ayres (*apud* PERES, 1999, p. 251): "Se pensarmos que há que se inventar a escola, primeiro é preciso reinventar a profissão".

Concordamos com a citação acima e acrescentamos: "reinventar" no sentido de inserir a problemática da formação docente num amplo debate, para além dos gabinetes e decretos-lei, para daí emergir o perfil do profissional da educação capaz de enfrentar os desafios postos à escola do século XXI.

Outro ponto de interesse quando se investiga a escola fronteiriça é a questão do nacionalismo[5]. Aí encontramos uma situação contraditória,

---

[5] É importante esclarecer que não era nosso objetivo investigar a questão teórica e a polêmica que envolve o tema. Nossa intenção era apenas verificar, já que investigávamos a escola em faixa de fronteira, se os professores tratavam do tema ressaltando o fato de estarem próximos a outro país, isto é, se a escola trata de separar o que a geografia une. Para tanto, utilizamos nacionalismo no sentido de tomada de consciência de um povo de sua identidade, isto é, como um conjunto de elementos que tem por função estreitar o sentimento dos membros de um grupo nacional, uns com os outros e marcar o distanciamento deste grupo em relação a outros (PINSKY; ELUF, 1993).

os professores, quando questionados sobre a importância de incentivar o nacionalismo nos alunos são, na grande maioria, enfáticos em responder que sim, como demonstram algumas das informações colhidas:

> ¯ Os indivíduos, em geral, não conhecem e nem se interessam pelo nacionalismo. É preciso incentivar a criança para que ela respeite o seu país e conheça-o.
> ¯ Sim, para não perder a identidade do país de origem.

No entanto, ao verificarmos o dito e o feito, nas salas de aula o assunto nas séries iniciais ainda é parte das ditas "Datas Comemorativas", ocasião em que os estudantes realizam atividades relativas às mesmas como: pintar a bandeira, escrever parte do hino, cantar o hino nacional. Nas séries finais do ensino fundamental e ensino médio, o tema **nacionalismo** fica a cargo das disciplinas de História e Geografia. O que devemos ressaltar é que ambas as disciplinas sofreram uma revisão crítica a partir da década de 1980[6], por intelectuais que enxergam o nacionalismo sob nova ótica, como podemos observar nas palavras de Ruben (1985, p. 82):

> O nacionalismo entende a nacionalidade como defesa de um patrimônio cultural e tradicional próprio de uma sociedade – reduzidos, muitas vezes, a uma série de valores colocados como sagrados e providos de um certo misticismo. Assim, nesta perspectiva conservadora, a defesa do nacionalismo é, também, a defesa de uma determinada ordem social, marcada pela desigualdade entre os homens, que caracteriza a realização das repúblicas burguesas.

Conforme observamos na citação acima, o objetivo dessas disciplinas não é mais apresentar **uma Pátria homogênea, monolítica, harmônica e sem conflitos**[7].

---

[6] Confira, dentre outros: MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia*: pequena história crítica; TELLES, Norma Abreu. *Cartografia Brasílis* ou *Esta história está mal contada*; CABRINI, Conceição et al. *Ensino de História*: revisão urgente; SILVA, Marcos A. da (org.). *Repensando a história*.

[7] Muito ilustrativo e interessante para o tema, sobre como essas duas disciplinas fazem a revisão da concepção de nacionalismo, nos trazem os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia e Parâmetros Curriculares Nacionais de História – Caracterização da área de Geografia e Caracterização da área de História, p. 2-8 e 2-11, respectivamente.

Os livros adotados[8] atestam essa mudança de enfoque. O que nossa investigação revelou, então, é que a questão **nacional,** que parece ser uma das "grandes" questões das escolas fronteiriças, é abordada de forma acrítica e fragmentada nas séries iniciais do ensino fundamental e se "perdeu" na revisão crítica da história e da geografia nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Neste inicio de século, parece que o ensino da história e da geografia deverão ser repensados, tendo em vista a formação do MERCOSUL, e concretizar um ensino mais voltado ao espaço e tempo dos vizinhos argentinos, uruguaios e paraguaios. Em suma, conscientizando-nos de que pertencemos a um espaço, o **sul-americano**.

Não desconhecemos que, do ponto de vista teórico, estão sendo feitas diversas tentativas de vincular os processos nacionais e regionais na sua dimensão sócio-histórica. Entretanto, do que pudemos verificar em nossa investigação, tais formulações não chegaram até a escola.

A Constituição Federal de 1988, ao tratar "Da Educação" (Seção I) estabelece que: "[...] serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (Art. 210)". Percebe-se que a Constituição, ao mesmo tempo em que abre espaço para uma educação diferenciada, limita a autonomia das escolas ao propor "base nacional comum".

---

[8] A análise dos livros adotados pode corroborar nossa afirmação. Para as séries finais do ensino fundamental o livro adotado para a disciplina de História é: FERREIRA, José Roberto Martins. *História.* São Paulo: FTD, 1997. Para a disciplina de Geografia são adotados os seguintes livros: 5ª e 6ª séries: VESENTINI, José William. *Geografia Crítica*. v. 1/2. São Paulo: Ática, 1999. 7ª e 8ª séries: GARCIA, Hélio Carlos, TITO, Marcio G. *Lições de Geografia*. São Paulo: Scipione, 1998. Os professores do ensino médio quase não adotam livros. Segundo eles, trabalham com textos retirados de vários livros.

Atendendo ao dispositivo constitucional supramencionado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) incumbe os estabelecimentos de ensino de "elaborar e executar sua proposta pedagógica" (Art. 12, Inciso I).

Numa primeira leitura considera-se que o projeto pedagógico, ao ser elaborado por cada unidade escolar, acaba por favorecer a autonomia pedagógica e administrativa além da pluralidade. Porém, Freitas (1997) ao proceder um estudo sobre o projeto pedagógico, como exigência legal, aponta três possibilidades de utilização do mesmo: "O projeto pedagógico pode ser estratégico, tanto para a reforma conduzida pelo Estado como para a democratização efetiva da escola ou, ainda, fazer desse instituto uma mera formalidade técnico burocrata". (p. 49).

O estudo apontou as ambigüidades apresentadas pela reforma educacional considerando que os projetos pedagógicos das escolas devem, em sua elaboração, atender as Diretrizes Curriculares (Resolução 02/98 da Câmara de Educação Básica / CNE) e os Parâmetros Curriculares do MEC, relativizando e até limitando a dita autonomia das escolas.

Um aspecto a ser ressaltado em relação ao tema que ora nos ocupa a educação escolar em áreas de fronteira são os Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, cuja finalidade é "[...] que os alunos possam desenvolver a capacidade de posicionar-se frente às questões que interferem na vida coletiva, superar a indiferença, intervir de forma responsável "(p. 08).

Os temas eleitos – Ética, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, Meio Ambiente e Saúde -, segundo o documento supra mencionado, devem possibilitar uma visão ampla da realidade brasileira, sua inserção no mundo e também possibilitar a participação social dos alunos, daí a Transversalidade, isto é, devem perpassar todo o currículo educacional.

Para efeitos deste trabalho, analisamos os projetos pedagógicos, elaborados pelas escolas da fronteira, procurando verificar, espe-

cificamente, como foi tratado o tema **Pluralidade Cultural**[9] considerando que, em se tratando de escolas fronteiriças, esta seria considerada uma das "questões sociais urgentes" daquela realidade.

A pesquisa nos revelou que a Pluralidade Cultural não foi contemplada nas propostas das escolas. As questões urgentes para essas escolas são as mesmas de qualquer escola pública brasileira: indisciplina, dificuldades de aprendizagem, baixos salários, segurança, dentre outros.

Sobre essa questão ressalta Macedo (1999),

> [...] os PCNs deixam sem resposta, sobre como integrar os temas transversais com as diferentes disciplinas, restam-nos outras dúvidas: como fazer para que os temas transversais e disciplinas ocupem o mesmo lugar de importância no currículo se a lógica que *preside* a estruturação curricular continuará sendo a estabelecida pelas diferentes disciplinas? Ou ainda: que sentido fazem as disciplinas se os temas cadentes da vida em sociedade são tratados como temas transversais?. (p. 44).

As dúvidas da autora são nossas também e em nível de unidade escolar transformam em perplexidade. É oportuno lembrar aqui, o perigo dos Temas Transversais terem o mesmo destino da Parte Diversificada proposta pela Lei 5692/71, quando as escolas, em lugar de adequar suas propostas a partir da realidade local, apenas transcreviam as sugestões do Parecer 45 do Conselho Federal de Educação.

A escola, na sociedade capitalista, é basicamente monocultural e tende à homogeneização. Quando no caso da elaboração do Projeto Político Pedagógico no qual, por força até da legislação brasileira, o reconhecimento da diversidade cultural e instrutiva de seus alunos se impõe, ela se vê diante de um dilema. A cultura organizacional da escola obedece a modelos ditados pela racionalidade técnica taylorista,

---

[9] Não vamos tecer comentários sobre a pluralidade cultural, visto ser um tema complexo e objeto de estudo de outros pesquisadores como: Valente (1996; 1999); Dayrell (1996); Gusmão (1997); Lopes (1999); Kreutz (1999), dentre outros.

não comportando propostas mais abertas e críticas. Mas, paradoxalmente, a maioria das escolas propõe "formar um cidadão observador, reflexivo, questionador, crítico, politizado, transformador [...]". Percebe-se que as implicações sociais desses objetivos são grandes e parece que o paradoxo é irresoluto.

> Nosso paradoxo é irresoluto. São justos e legítimos os argumentos a favor das proposições humanistas que reivindicam o reconhecimento da diversidade das culturas e sua expressão em todos os espaços sociais, inclusive o escolar, como o caminho necessário para a superação das tensões e dos conflitos ancorados na percepção das diferenças étnicas, raciais, de gênero, nacionais etc., rumo à construção e consolidação de uma sociedade democrática. Mas a legitimidade dessas reivindicações não bastam para assegurar que seja esse o rumo seguido. Ao contrário, o reconhecimento da diversidade pode sustentar a intolerância e o acirramento de atitudes discricionárias, especialmente quando a diferença passa a justificar um tratamento desigual. Não se trata mais de pensar apenas a construção de sociedades democráticas, mas de salvaguardar os seus princípios como prática e como idéia.[...] (VALENTE, 1999, p. 107).

Finalizando este item, não a investigação da questão educativa em faixa de fronteiras, porque esta permanece como uma rica fonte de possibilidades e desafios àqueles que querem respostas às questões do nosso tempo, dentre estas a necessidade da quebra de fronteiras[10] e respondendo, ao mesmo tempo, a questão proposta neste subitem, o que a escola fronteiriça nos revelou foi uma face contraditória, ora com fronteiras, ora sem fronteiras, logo, dialética, como a realidade na qual está inserida.

Explicando melhor, por um lado podemos afirmar que a escola fronteiriça é uma escola sem fronteiras, visto que acolhe todos os alunos não brasileiros que a procuram, mas por outro lado fecha-se no formalismo burocrático emanado das legislações e não se abre à ri-

---

[10] Neste sentido é muito ilustrativo e instigante os anais do Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (Florianópolis, 20: 1999) *História: fronteiras*; que coloca o tema **fronteiras** nos seus diversos significados, apresenta as fronteiras entre os saberes, passando pelas fronteiras do poder, da Nação, em conflito e finalizando com as fronteiras de gênero.

queza que lhe apresenta a presença de alunos de outras nacionalidades em seu interior e aí ela levanta uma rígida fronteira, ou muitas: da língua; da cultura, do preconceito; tornando-se aquilo que Althusser denominou que aqui concordamos plenamente, aparelho ideológico de Estado.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este relato, consideramos pertinentes alguns esclarecimentos sobre seus limites e suas pretensões. Entendemos que esses esclarecimentos justificam a omissão ou o pouco aprofundamento dado a questões relevantes e pertinentes no que se refere ao tema em análise. Em face do objetivo proposto, delimitamos a abordagem sem sacrificar a compreensão da problemática, nem a contribuição pretendida.

Isto posto, apresentamos, à guisa de conclusão, algumas constatações que a investigação nos propiciou.

A primeira refere-se às características que abriga a educação escolar da fronteira investigada que a distingue, comparativamente, da educação desenvolvida em outras regiões do Brasil e, mesmo de outra região de fronteira. Trata-se da presença de crianças paraguaias nas escolas públicas e de outras nacionalidades como coreanos e chineses nas escolas privadas, da existência de professores falantes de três idiomas (português, guarani e espanhol), a proximidade com o comércio/zona franca de Pedro Juan Caballero que atrai um turista diferente (sacoleiro ou classe média consumidora de produtos importados), o uso de três moedas (real, dólar e guarani) a proximidade com um país não-indígena e falante de uma língua indígena, o guarani, onde o espanhol, a língua do colonizador, é aprendido como língua estrangeira.

Constatamos, também, que mesmo reconhecendo sua especificidade de “cidadão fronteiriço” e, portanto com “duas pátrias” é

perceptível o sentimento de “pertencimento” ao Brasil ou ao Paraguai, daí algumas concepções serem marcantes naquela localidade, tais como: Nação, nacional, pátria, brasileiro, “nossas raízes”, dentre outras.

Nossa investigação nos revelou, ainda, que os cursos de formação docente não têm reconhecido a especificidade da realidade fronteiriça e não oferecem informações que capacitem os professores para o trabalho nas escolas que apresentam características peculiares, como por exemplo alunos que se matriculam sem saber falar o português. As iniciativas são individuais e pontuais.

Percebemos que existe migração de alunos paraguaios e de outras nacionalidades para as escolas brasileiras, mas não o contrário. As causas são várias, desde a merenda, passando pela falta de vagas nas escolas paraguaias até a pretensão de permanecer no Brasil, em São Paulo, principalmente.

Os programas da televisão brasileira, principalmente os da Rede Globo, são assistidos diariamente pelas famílias paraguaias, mas parece que não tem provocado a aculturação ao longo do tempo. As assimilações são parciais, visto que a identidade cultural processa-se no cotidiano da vida social.

Finalmente constatamos que as escolas localizadas na fronteira estudada reconhecem a diversidade cultural que acolhe, porém, embora repleto de boas intenções, o tratamento dispensado é perpassado por uma visão dominada pelo senso comum e sem maior efetividade, ocorrendo em ocasiões programadas como a festa das nações quando se abre espaço para danças, comidas e vestuários típicos.

Por último, cumpre ressaltar que nossa proposta de leitura constitui um breve trailer sobre um espaço permeável e de contato como mostrado na fronteira geográfica estudada. Procuramos mostrar algo novo, diferente do que geralmente é enfocada em seu aspecto geopolítico ou possibilitador de diferentes e diversas contravenções e ilegalidades. Conceber a fronteira apenas como divisa fechada perde-

se de vista aspectos que são capazes de revelar singularidades àqueles que se disponha a ter compromisso com a "aldeia" num mundo globalizado.

BIBLIOGRAFIA

AMADOR, Vera Lúcia, FEDATTO, Nilce A.S.F. *A educação escolar e a globalização*: a formação de docentes para o ensino fundamental na fronteira Brasil Paraguai. Monografia de Iniciação Científica, UFMS, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Plano Nacional de Educação*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998.

BRASIL. *Constituição 1988*. Texto Constitucional de 5/10/1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicação, 1998.

FEDATTO, Nilce A. S. Freitas. *Educação/cultura/fronteira*: um estudo do processo educativo cultural na fronteira Brasil/Paraguai. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC, 1995.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. *A reforma educacional no espaço local*: o projeto político pedagógico. v. 3, n. 5. Intemeio. Campo Grande, 1997. p. 42-53.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MACEDO, Alice R. Pluralidade cultural em políticas de currículo nacional. In: MOREIRA, Antônio F.B. (org.). *Currículo*: política e práticas. Campinas: Papirus, 1999.

OLIVEIRA, Naia. *Áreas de Fronteira na Perspectiva da Integração Latino-Americana*. In: LEHNEN, A. C, CASTELO, I. R, C., SCHÄFFER, N. O. (orgs.). *Fronteiras no Mercosul*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS/co-edição Prefeitura Municipal de Uruguaiana, 1994.

PACHECO, Ana Cláudia M., PEREIRA, Jacira H. V. *A escolarização de migrantes na fronteira do Brasil com o Paraguai*. Monografia de Iniciação Científica, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1999.

PCNs. *Parâmetros Curriculares Nacionais, Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental, Pluralidade Cultural*, Versão Preliminar para Discussão Nacional. Brasília: MEC, 1997.

PEREIRA, Jacira H. Valle. *Migrações de Estudantes na Fronteira do Brasil com o Paraguai*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 1999.

PERES, Américo Nunes. *Educação Intercultural:* utopia ou realidade*?* Processos de pensamento dos professores face a diversidade cultural: integração de minorias de imigrantes na escola (Genebra e Chaves). Porto: Profedições, Lda/Jornal a Página, 1999.

RUBEN, Guilhermo Raúl. *O que é nacionalidade*. São Paulo: Brasileira, 1985.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu, MOREIRA, Flávio Antônio (orgs.). *Territórios contestados:* o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA, Susana Bleil. A fronteira do Sul: trocas e núcleos urbanos - uma aproximação histórica. In: LEHNEN, Arno Carlos, CASTELO, Iara Regina, SCHÄFFER, Neiva Otero (orgs). *Fronteiras no Mercosul*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1994.

SPRANDEL, Márcia Anita. *Brasiguaios*: conflitos e identidade em fronteiras internacionais. Dissertação (Mestrado), Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.

VALENTE, Ana Lúcia. *Educação e diversidade cultural*: um desafio da atualidade. São Paulo: Moderna, 1999 – (Paradoxos).

CULTO AOS MORTOS NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI: OS RITUAIS DA SEXTA-FEIRA SANTA EM PEDRO JUAN CABALLERO

Álvaro Banducci Júnior*
Arnaldo Romero**

* Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, é Doutor em Antropologia Social pela USP e atua nas áreas de antropologia e ambiente e antropologia do turismo.

** Professor do curso de Direito da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal, é psicólogo, advogado e mestrando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Em que pese a divisão política, que esquadrinha espaços e territórios, legitima histórias e define interesses, a fronteira Brasil-Paraguai permanece, até os dias de hoje, imprecisa, plástica e viva. A cultura do povo fronteiriço, suas línguas e costumes, e a tradição de mobilidade, tornam os limites indeterminados e movediços e as identidades dinâmicas e multifacetadas. Manifestações culturais dos dois países se encontram, muitas vezes se fundem e constantemente se interpenetram. Ainda assim, nesse universo de contatos e trocas culturais, singularidades existem e são mantidas separadas na vivência cotidiana das populações da fronteira. Esse é o caso de algumas tradições

religiosas comuns às celebrações da Semana Santa na cidade de Pedro Juan Caballero (PY) que, ao reservar experiências particulares e inusitadas, pouco se assemelham aos costumes da vizinha Ponta Porã (BR), situada em território brasileiro.

Preocupado em revelar aspectos dessas diferenças culturais no campo da religiosidade popular, este trabalho tem por objetivo descrever alguns rituais próprios das comemorações da Sexta-feira Santa na cidade de Pedro Juan Caballero, Paraguai. Mais especificamente, procura abordar o modo como se dá a visitação da comunidade aos cemitérios da cidade a fim de celebrar os mortos.

A despeito dos apelos e esforços da igreja católica por orientar a população acerca do sentido da Paixão de Cristo, é recorrente o costume, no interior do Paraguai, das comunidades reservarem a Sexta-feira Santa fundamentalmente para homenagear os seus próprios mortos. O ponto culminante das solenidades do dia é a visita ao cemitério, num ritual sagrado de reverência aos parentes falecidos. Mas, se a data remete à dor, seja a do sofrimento de Cristo, seja a da ausência dos entes queridos, a presença da comunidade nos cemitérios acaba por se constituir em um acontecimento social, promotor de encontros fraternos. É uma oportunidade para rever parentes, matar saudades, obter notícias de familiares e amigos, para descontrair e até para flertar.

Famílias inteiras, incluindo crianças e agregados, vão aos cemitérios; limpam os túmulos; renovam os “panos de cruz”, fitas enlaçadas às cruzes que encabeçam as sepulturas; enfeitam os altares nelas existentes; preparam o calvário, representado por arcos feitos de cana-de-açúcar, e sob ele depositam oferendas, seja aos santos, seja aos “estacioneros”, cantores que, a pedido das famílias, entoam cânticos em guarani e espanhol, louvando os mortos e lembrando as dores dos que permanecem vivos. A eles são feitos pagamentos em dinheiro ou com “chipas”, pequenos bolos preparados com queijo e polvilho. As pessoas se encontram, conversam, choram seus mortos e se confraternizam.

A CIDADE DE PEDRO JUAN CABALLERO

Terra originária dos *Itaties* e dos *Guaranis*, o nordeste do Paraguai, na sombra daquela que foi Santiago de Jerez, constitui-se no berço de inúmeros povoados, entre os quais a atual cidade de Pedro Juan Caballero, capital do Departamento de Amambay, "la ciudad paraguaya que puede aún gloriarse de sentar sus reales en los reales Campos de Jerez" (CABALLERO 1984: 20).

No final do séc. XVIII, o governo, com os primeiros assentamentos para a exploração da erva mate, não buscava apenas a produção de riquezas, mas também a defesa do patrimônio paraguaio. Conduzidos desde Villa Real de la Concepción, por cujo porto no Rio Paraguai se escoava a produção das plantações de erva-mate, toda a região oriental foi sendo povoada, com o fim de defender o país de ataques do inimigo do outro lado da fronteira. Como diz Caballero, "más que en ninguna parte de Las Españas, aquí en el Norte de la Província del Paraguay (siglo XVIII), la antígua costumbre castellana – consagrada en Derecho – de 'cortar yerba en señal de domínio', adquiría un significado real, inmediatamente comprensible y demostrable" (1984: 27).

Nas terras de propriedade de um tal Garcia, na vasta região oriental de Chirigüelo, o seu ponto mais alto recebeu o nome de *Benefício de Garcia*[1], ontem Punta Porã (a paragem em torno da lagoa), hoje Pedro Juan Caballero[2]. Aquele povoado que, segundo relatos, nasceu por conta de uma roda quebrada de carreta de boi, teve entre

---

[1] "El Garcia citado por Aguirre ejerció actos de dominio – dentro de las normas de nuestra época monárquica – sobre las hoy tierras pedrojuaninas ..." (CABALLERO, 1984: 27).

[2] "Segun modernos estudiosos, el nombre Chiriguello, que hasta fines del siglo pasado designava a toda la zona yerbatera de las faldas, cumbres y la planicie del Este del Paraguay, seria la corrupción fonética del antíguo nombre Taguilello. Cuando el General Francisco Isidoro Resquín traza en 1862 los caminos 'al Chirigüelo', no se refiere a um ponto determinado, sino a toda la zona. La "Punta Porã", en esse caso, venia a ser un punto, el más alto, de todo el Chirigüelo" (CABALLERO, 27).

seus primeiros moradores Pablino Ramirez e José Tapia Ortiz, que até hoje disputam a condição de fundadores da cidade.

Os mais antigos "yerbateros" da cordilheira de Amambai e do Chirigüello, fortaleceram-se como empresários, abarcando campos mais extensos e frutíferos naquela região, até as últimas décadas do século XVIII. Paralelamente foi surgindo na Vila um comércio de considerável movimento e foram se estabelecendo pequenas frotas de transporte da erva-mate, que uniam a população "norteña" com a de Assunção e Buenos Aires.

A cidade passa a se constituir no limite Nordeste do Paraguai, estabelecido pelo próprio Tratado da Guerra da Tríplice Aliança. Oficialmente, a cidade paraguaia nasce em 1º de dezembro de 1899, por Decreto do Poder Executivo, que em função das confusões por conta de não haver naquela região força policial paraguaia, criou uma "delegacia" para melhor cuidar da segurança da população[3]. Em 30 de agosto de 1901, a paragem Punta Porã é alçada à condição de departamento com o nome de Pedro Juan Caballero.

Atualmente a cidade conta com aproximadamente 37.000 habitantes. Sua economia está baseada na agricultura, sobretudo na produção de erva-mate, que deu origem à localidade, e do comércio de produtos importados, voltado para consumidores brasileiros[4]. Grande

---

[3] "Siendo necesaria la creacción de una Comisaria de caracter permanente policial en el Paraje denominado Punta Porã, jurisdiccíon de Villa Concepción, en vista del incremento de la población existente en dicho punto; El presidente de la República Decreta: Art. 1º - Crease una Comisaria de carácter policial en el citado punto com un piquete compuesto de un sargento y cuatro soldados, con la dotación mensual de treinta y veinte y tres pesos fuertes, respectivamente..."(CABALLERO, 74).

[4]. A cidade de Pedro Juan Caballero constituiu-se, desde muito cedo, em importante centro de abastecimento comercial da região de fronteira, concentrando estabelecimentos comerciais tanto de paraguaios quanto de brasileiros. Como ressalta Marin, "em Ponta Porã, a maior parte das casas comerciais localizava-se em Pedro Juan Caballero, embora os comerciantes residissem no lado brasileiro. O abastecimento das casas comerciais brasileiras era feito em Concepción, a 360 Km da fronteira. Esses produtos eram redistribuídos e abasteciam o sul do Estado de Mato Grosso" (2000-2001: 163).

parte da receita e dos empregos do distrito advém dessa modalidade de turismo de compras. A presença desse comércio, que se estende basicamente por duas longas vias junto à divisa entre os dois países, configura a existência de dois universos distintos, que não aqueles definidos pela fronteira, mas sim pela modernidade e tradição. Se nas ruas comerciais é possível encontrar equipamentos da mais avançada tecnologia, como computadores, máquinas digitais, entre outros, que remetem a um universo dominado pela linguagem técnica global, nas vias públicas mais afastadas da divisa, uma população simples e devota perpetua, ainda hoje, rituais que unem tradições de um catolicismo rústico mesclado com costumes guaranis que permaneceram vivos na cultura popular do Paraguai.

A RELIGIOSIDADE MESTIÇA DA FRONTEIRA

A cidade de Pedro Juan Caballero, na divisa com o município de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, encontra-se a 340 Km de Campo Grande, capital do estado. Com características próprias de pequenos centros urbanos, Pedro Juan Caballero é um centro pacato e interiorano, com ruas pavimentadas, limpas, onde a população tem ainda o hábito de sentar-se às calçadas para conversar e tomar o tereré, uma espécie de mate gelado sorvido em recipientes feitos de chifres de bois ou cabaças. Na fala do povo confundem-se o espanhol e o guarani, língua que permaneceu viva na cultura paraguaia, assim como muitos dos costumes daqueles indígenas, fundidos com elementos da cultura hispano-americana.

A cultura mestiça paraguaia exerceu forte influência sobre o universo rural e urbano da fronteira sul mato-grossense. Não apenas a língua, a moeda e o braço guarani, afeito ao trabalho; não somente as vestimentas, a culinária e o ensino eram comuns aos dois lados da fronteira, mas os ritmos, as danças, o legado da violência oriunda do

banditismo, a alegria e a religiosidade se assemelhavam e confundiam, pois herdeiras, em grande parte, dos costumes e crenças paraguaios (V. MARIN, 2000-1: 164-171).

Ao tratar da presença guarani no universo pastoril pantaneiro, Abílio L. de Barros (1998) lembra sua influência sobre os costumes locais, sobretudo no campo do lazer. Como afirma, dos guaranis "adotamos o tereré, o gosto pela dança, as festas, o baile com aqueles alegres gritos no salão, o gosto pelas corridas de cavalo e o truco espanhol. Particularmente deles, adotamos a música: a polca de ritmo rasqueado" (BARROS, 1998: 219).

Do mesmo modo, em seu relato sobre as "fronteiras guaranis", José de Mello e Silva, que exerceu atividade de juiz nas comarcas de Ponta Porã e Bela Vista, leitor interessado dos primeiros antropólogos, tais como Frazer e Rivers, e de sociólogos brasileiros, como Nina Rodrigues e Gilberto Freire, estava atento, antes de tudo, para o caráter dos descendentes guaranis. Sobre estes observa que têm por característica uma alegria constante, manifesta até em momentos de dor e luto. Como diz, o povo guarani "passa do pranto ao riso, do fúnebre ao festivo, sem um hiato, com uma naturalidade constante" (MELO e SILVA, 83). Tudo entre eles é motivo para festas e danças, "predestinado para a arte dos sons, tem ele música própria, de ritmo peculiar, coisa típica e inflexível, e que se não submeteu, até hoje, a influências estranhas" (idem: 85).

Da mesma forma que a música e a alegria o descendente guarani teria, no dizer do cronista, uma profunda tendência religiosa, variando entre um sentimento doentio e hábitos grosseiros. Para Mello e Silva, trata-se de uma religiosidade desvirtuada, aberrante, que marca a distância daquele povo dos princípios evangelizadores.

É interessante comparar as impressões desse autor com os dizeres de Caballero (1984) sobre a atitude dos pioneiros da ocupação do Nordeste paraguaio diante da religião. Segundo este último não existiu nesta região as "Capellanias Familiares", usuais nas outras lo-

calidades do país, e que tinham a responsabilidade de construir e administrar as capelas de santos católicos: “En el norte no se conocen casi los lugares ‘milagreros’, con imágenes o cruces, que atraigan peregrinaciones de fieles” (CABALLERO, 29).

Caballero descreve a atitude do povo da região como sóbria e ordeira, especialmente nas cerimonias religiosas:

> “Las procesiones son silenciosas y las fiestas patronales sobrias. La fe del norteño fue siempre más inserta en su realidad [...], tal vez porque sus encuentros con el Creador se realizaban, la mas de las veces, en medio de la inmensidad del campo, en las soledades de la selva y las cordilleras, y no en la penumbra devota de los templos de barroca exuberancia. Además, la carencia de sacerdotes, crónicamente la há venido padeciendo la feligresía norteña.” (1984: 29).

A acuidade, ainda que perplexa, de Melo e Silva, aponta para outros hábitos, comuns entre os habitantes da fronteira, no que se refere a seu comportamento religioso. Conforme ressalta:

> “... é na maneira de prestar culto aos mortos onde mais se acentua e se manifesta o sentido grosseiro de sua crença. Desde a forma de prantear o morto, incumbência das mulheres, até o sistema de sufragar a alma do defunto, com velórios de grandes repastos, regados a bebidas, cheios de alegria, [que em] tudo reveste um cunho de originalidade típica” (MELO e SILVA, 86).

Ainda sobre os velórios comenta:

> “A essas reuniões comparecem sempre numerosos convivas, estranhos à família e à raça. Vão uns pelo interesse na pândega, e outros levados pelo espírito de deboche, pois nessas aglomerações não faltam mulheres, muitas vezes bonitas, sedutoras. Outros são arrastados pela curiosidade. Freqüentemente degeneram em desordem, pancadarias ou conflitos de maior vulto. As conseqüências inevitáveis, porém, são os namoros, conchavos e uniões livres” (MELO e SILVA, 88).

O caráter miscigenado, alegre e descontraído da religiosidade popular na região de fronteira incomodou não apenas o cronista, mas a própria igreja católica, que encontrava grandes dificuldades para se fazer presente e levar sua mensagem evangelizadora a

uma população dispersa em território vasto e sujeita a contatos com os mais variados povos e costumes[5]. Marin lembra que o aspecto plural do catolicismo popular do Sul do Estado de Mato Grosso tornou-se ainda mais multifacetado na zona de fronteira com as influências indígena, paraguaia e boliviana. Segundo o autor, os "diferentes e heterogêneos usos e entendimentos do sagrado frustraram as tentativas homogeneizantes e unanimistas da Igreja na implantação do catolicismo tridentino e romanizado. Ao se fundir espiritualidades diversas, múltiplas, surgiu uma espiritualidade sincrética" (MARIN, 2000-1: 171). Em outros termos, o espaço amplo e difuso da fronteira, pontuado por hiatos de religiosidade, ao menos daquela pretendida e legitimada pela Igreja Católica, tingiu-se pelo colorido incontrolável de outras espiritualidades, de outras práticas e crenças que, avessas ao estoicismo católico-romano, pautavam-se na descontração, na musicalidade e na alegria de suas celebrações.

A esse respeito, Melo e Silva, preocupado em observar e compreender os hábitos miscigenados e "ociosos" dos habitantes da fronteira, ao mesmo tempo em que procede ao julgamento parcial dos comportamentos dos descendentes de espanhóis e guaranis, e da cultura resultante de sua mistura, revelava-nos costumes inusitados e formas particulares de conceber e lidar com o mundo espiritual próprios do extremo-Oeste brasileiro. Com isso, fornece pistas importantes

---

[5]. Sobre o isolamento e as dificuldades de atuação da Igreja católica no território sul mato-grossense, Marin observa: "pela bula pontifícia "Novas Constiture" do Papa Pio X, de 5 de abril de 1910, foram criadas as dioceses de Santa Cruz de Corumbá, e de São Luiz de Cáceres desmembrando a diocese de Cuiabá que foi elevada à Arquidiocese e Sede Metropolitana. Os motivos que levaram à divisão foi o isolamento da Igreja no Mato Grosso (separada da Igreja Brasileira), a vastidão territorial sujeita à jurisdição da diocese e as condições geográficas adversas à atividade pastoral que tornavam impossível o atendimento espiritual e a evangelização das populações dispersas pelo interior. Contribuiu também o limitado número de sacerdotes, muitos sem o zelo necessário para exercer suas obrigações. A nova diocese, através do incremento religioso, deveria acompanhar o progresso já observado nas dioceses dos demais Estados brasileiros" (MARIN, 1999).

sobre a religiosidade local, marcada pela conjunção de aspectos aparentemente díspares. Assim é que seus relatos indicam a presença, na fronteira do Brasil com o Paraguai, de um catolicismo rústico, miscigenado que, longe da presença de sacerdotes, constituiu-se a partir da associação de rituais e preceitos católicos[6] com crenças e costumes indígenas, resultando em práticas religiosas cujas celebrações contemplam ao mesmo tempo a dor e a alegria, a circunspecção e a descontração, a musicalidade e o pranto, o sagrado e o profano. Todos esses elementos se reproduzem, em maior ou menor grau, ainda nos dias de hoje, nos rituais da Sexta-feira Santa em Pedro Juan Caballero.

Particularmente sobre os ritos fúnebres, Pedrozo (1981: 28) informa:

> "El culto de los muertos tiene el toque de profundidad e intensidad prinicapalísima para el sentimiento religioso del pueblo. El misterio de la vida tiene explicación en el misterio de la muerte; el cristiano campesino, frente a la muerte, vuelca todos sus valores religiosos hacia la coherencia de sus convicciones sobre el destino del hombre, Vida y Muerte son dos realidades antípodas de una misma existencia" (PEDROZO. In: DOMÍNGUEZ, 1981: 28).

Segundo esse mesmo autor, na crença popular paraguaia, se avolumam manifestações e atitudes que formam um sistema de culto aos mortos, cujo ponto de partida e fundamento de seu desenvolvimento se localiza na noção de parentesco. Tais liturgias, mescla de ritos tradicionais da Igreja Católica e práticas folclóricas, com inspirações pagãs, perderam sua origem entre as contribuições aportadas pelas Igrejas coloniais e a posterior, além das práticas criadas pela tradição familiar.

---

[6]. A influência da Igreja católica se não serviu para eliminar alguns traços da cultura mestiça, não deixa de ser marcante no cotidiano daquele povo. Como aponta Melo e Silva, "tamanha é a preocupação do paraguaio pelas coisas de aparência religiosa que muitos têm na cachola todo o calendário cristão, guardando de memória os nomes dos santos de todo o ano" (2003: 91-2)

As redes de parentesco é que fazem com que os rituais paraguaios de culto aos mortos se expandam, além fronteira, para o Brasil. Há inúmeras famílias paraguaias enterradas em cemitérios da cidade de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, o que impulsiona ali também romarias de familiares a fim de velar seus entes falecidos. Diferentemente do que acontece na cidade de Pedro Juan Caballero, entretanto, não há cantorias nem oferendas na forma de alimentos às almas e aos entoadores de rezas e cânticos. É possível, no entanto, perceber em cemitérios brasileiros a presença de cruzes semelhantes às encontradas no lado paraguaio, com duas seções horizontais, sendo uma menor, disposta logo acima da principal, que remete à inscrição identificadora de Cristo (*Inri*), chamada pelos paraguaios de "cabeça de cruz". Mesmo nos cemitérios brasileiros, cruzes nesse formato encontram-se invariavelmente enlaçadas por fitas de tecido, conhecidas como "panos de cruz", costume típico da população do país vizinho.

Percebe-se, portanto, que a linha divisória das cidades gêmeas – Ponta Porã e Pedro Juan Caballero –, delimita, do ponto de vista religioso, e mais precisamente do culto aos mortos, uma ruptura que mantém, de um lado, práticas sincréticas com influência marcadamente indígena guarani e, de outro, traços desses costumes, porém domesticados por uma comunidade que não se deseja totalmente identificada àqueles costumes religiosos. Se, tal como afirma Ramiro Dominguez, persistem no contexto do catolicismo popular paraguaio áreas imprecisas, delimitadas por valores e pautas éticas do universo guarani pré-missionário, que sobrevivem por sincretismo ou hibridismo (DOMINGUES, 1981: 10), e que se manifestam em ocasiões como as dos rituais da Sexta-feira Santa no Paraguai, tais práticas tendem a ser inibidas ou "amenizadas" quando em território brasileiro, mesmo na região imediata da fronteira, manifestando-se de forma controlada, sem a evidência dos traços mais característicos que remetem à cultura indígena.

"ESTACIONEROS" E A MUSICALIDADE NOS RITUAIS DA SEMANA SANTA

Ainda que, conforme será demonstrado adiante, alguns elementos do ritual da Paixão de Cristo sejam característicos das pequenas cidades da fronteira e do interior paraguaio, há aspectos da celebração, tal como a música entoada nos cemitérios, que extrapolam os limites da cultura popular daquele país.

Em toda a América Latina, como de resto em todo país colonizado pelas culturas espanhola ou portuguesa, as manifestações populares relacionadas à Semana Santa têm na música um elemento recorrente. Para Goméz (2003), que relata a celebração da Semana Santa na Guatemala, a música teria a função de completar a mensagem religiosa e amenizar a celebração dos momentos mais sofridos da passagem de Cristo pelo mundo.

> "Los días que abren y cierran la Semana Santa guatemalteca son el de Domingo de Ramos y de Resurrección, ambos cuentan con ceremonias especiales de culto interno en los templos que marca la liturgia católica y en algunos se completa con procesiones de imágenes de dichas advocaciones o bien con representaciones en forma de actos sacramentales que exponen los hechos referidos en los evangelios. En la Nueva Guatemala de la Asunción destacan dos procesiones en los días de apertura y cierre de la Semana Santa. La de Jesús de las Palmas de la iglesia de San Miguel de Capuchinas que se procesiona el Domingo de Ramos y la del Señor de La Resurrección del templo del Calvario. En ambas demostraciones de fe destaca la participación de una banda de música, pero a diferencia de las procesiones de pasión utiliza un repertorio de marchas triunfales, sones tradicionales, alabados y algunas veces se interpretan piezas de corte popular.[...] Podemos notar el desarrollo de las ceremonias propias del día con la incorporación de la música que complementaba los mensajes religiosos actuando en una función de amenizar el evangelio propio del día. El progreso de la cultura hispánica en el medio propuso hacer más fastuosas dichas conmemoraciones que al paso del tiempo adquirieron características particulares en cada rincón del Reino" (GÓMEZ, 2003).

Em entrevista ao Boletim do Centro Cultural Afro-equatoriano, Catherine Chalá, Secretaria da Pastoral Afro-equatoriana, nos infor-

ma que no Equador a música também é elemento significativo nas solenidades religiosas da Semana Santa:

> "La Semana Santa es un de los momentos fuertes de la fe y religiosidad de Pueblo Negro ecuatoriano, momentos en los cuales se expresa públicamente todo lo que de manera silenciosa pero permanentemente han realizado las mujeres de las comunidades negras, tanto del campo como de las ciudades.
> Ellas tienen el privilegio de transmitir cantos antiguos y conjugar los modernos para las celebraciones. Así por ejemplo las mujeres son quienes prepararan a sus hijos y familiares para vivir su fe en lo cotidiano.
> El Jueves Santo y Viernes Santo, en particular, son las cantoras las responsables de acompañar a Jesús en sus sufrimientos con cantos de lamento durante toda la noche y abren con un canto cada una de las siete palabras o las tres horas; es aquí donde son las portadoras del sentimiento y la fe de todo el Pueblo Negro.
> Naquele país, também, existem os "Salves" na Sexta-feira da Paixão, que constituem-se em cânticos de lamentações realizados pelos "santos varones" nas cerimonias religiosas daquele dia"[7] (CHALÁ, 2002).

A música é, assim, um elemento presente e importante nas celebrações ao Cristo morto em diversas culturas latinoamericanas. O que distingue, no entanto, os cultos paraguaios dos acima descritos é que no país vizinho, os cânticos, entoados por parentes ou profissionais contratados especialmente para esse fim, são dirigidos tanto a Cristo sacrificado quanto aos familiares mortos.

---

[7]. Ainda com respeito à musicalidade, acrescenta Peters "Estamos en San Juan de Lachas, en la Cuenca Baja del Río Mira. En esta comunidad afro de la sierra ecuatoriana el Viernes Santo es el día festivo más grande del año. Se extiende hasta el domingo. [...]Temprano en la mañana comienzan los "Santos Varones" a armar el Monte Calvario. Separan el altar del resto de la iglesia con una pared de guaduas, ramas y hojas que cortaron antes en los alrededores.[...] Detrás del Monte Calvario se escucha una melodía triste y monótona, hasta lanzándose a gritar. Al principio sólo se entienden las vocales largas y dolorosamente contenidas. Es la introducción a las "7 Palabras".[...] Cada una de estas "7 Palabras" es acompañada por dos estrofas del canto antiguo, que fue hecho especialmente para esta ocasión. Las cantoras - en su mayoría, pero no exclusivamente, mujeres - lo han trasmitido de generación en generación. El canto de las "7 Palabras" es el más profundo de todas las "Salves". Este canto, para cantarle, necesita toda la fuerza del cuerpo, respirar de lo más profundo hasta casi estar sin aliento como Jesús. La voz es triste, solloza o es un grito desesperado" (PETERS, 2003).

Dentro do contexto da liturgia da Semana Santa, em que o povo paraguaio acaba por criar sua própria celebração, existe a figura dos "estacioneros", grupos de homens e mulheres, organizados por parentesco, que, nos cemitérios na Sexta-feira Santa, recorrem os túmulos das mais diversas famílias, entoando cânticos e rezas às almas dos

Chipa, disposta em "calvário", para ser entregue a "estacioneros", em Pedro Juan Caballero (PI).

falecidos, remetendo às estações por que passou Cristo. Em troca de seus serviços, recebem como pagamento uma pequena quantia em dinheiro e/ou pacotes com "chipas", que são depositados pelos parentes dos mortos ao pé dos túmulos, nos calvários, ou nos altares.

Os "estacioneros" também atuam em outras ocasiões, como durante o chamado "velório" ou durante o *kurusú jegua*, que acontece no dia 3 de maio, em que se dispõem as cruzes dos mortos, retiradas provisoriamente do cemitério para esta ocasião (Cf. PERASSO. In: DOMINGUEZ et al., 1981: 85).

A origem dos "estacioneros" remonta no tempo, talvez tenha sua fonte nos cânticos entoados nas reduções jesuíticas (PERASSO. In: DOMINGUEZ et al., 1981: 86). Do mesmo modo, vem de longa data a tradição de se efetuar o pagamento dos "estacioneros" com "chipas". Como ressalta Melo e Silva, a partir de observações realizadas na década de 1940 do século passado, na fronteira do Brasil com

Mulheres "estacioneras", entoando cânticos junto a túmulo em cemitério de Horqueta (PI). Nas mãos, uma delas traz sacola com chipas recebidas como pagamento por seus serviços.

o Paraguai, “as chipas, amontoadas sobre as tumbas e ao pé das cruzes são a moeda em troco da qual sobem as preces em propiação à alma dos mortos. Os circunstantes têm direito àquelas chipas, independente de pagamento. Contanto que rezem” (2003: 90).

Há desde rezadeiras ou rezadores que oferecem seus serviços aos pares, até grandes grupos, com mais de dez componentes, que se aproximam dos túmulos, cantando suas ladainhas e lembrando as dores de Cristo e as da perda do ente querido. Os familiares ouvem atentos, circunspectos. Muitos choram, sobretudo as mulheres. Terminadas as canções e rezas, numa mistura de espanhol e guarani, os “estacioneros” recebem seu pagamento em dinheiro ou na forma do repasto tradicional. Foi possível observar, numa dessas transações, que o pagamento não excedeu 10.000 guaranis, o equivalente a R$ 5,00.

Os grupos de “estacioneros” podem ser mais ou menos organizados, antigos ou improvisados. No caso dos primeiros, as pessoas encontram-se uniformizadas e possuem um grande rol de canções e ladainhas, atendendo situações específicas, como no caso do morto ser uma pessoa mais velha ou criança. Percebe-se a existência, nesses grupos maiores, de integrantes mais velhos, conhecedores das tradições religiosas, e até de crianças, claramente em processo de iniciação nos rituais sagrados. Os cantores trazem consigo pequenos livretos, cadernetas antigas e gastas, nas quais estão anotadas as cantigas e rezas permitindo-lhes acompanhar o ritmo definido pelos mais experientes.

O papel dos “estacioneros” nos ritos religiosos é bastante definido. A eles cabe elevar orações e louvores aos mortos, lembrar os sofrimentos de Cristo e encaminhar a seu encontro a alma dos entes que partiram. A sua presença, no entanto, implica na materialização da dor da perda. Em um dos cânticos ouvidos, os “estacioneros” pediam a Nossa Senhora da Solidão que amenizasse o possível sofrimento do morto pela falta dos entes queridos na outra vida.

Na ausência de sacerdotes, os cantores e rezadores são aqueles personagens que propiciam uma espécie de ligação entre o mundo dos mortos e o dos vivos, intermediam o contato entre esses dois universos, ainda que irremediavelmente separados, unidos no momento do rito. Quando se aproximam e iniciam suas cantilenas, o sofrimento e o desamparo afloram e tornam-se públicos. Não há constrangimento em mostrar a dor. Pelo contrário, ela deve ser exposta aos olhos da comunidade, para que reconheça a sua dimensão e intensidade[8]. Desse modo, se os "estacioneros" permitem aos indivíduos o contato íntimo e pessoal com seus ancestrais, promovem entre os freqüentadores dos cemitérios uma outra modalidade de experiência de contato, agora de caráter social. Ao chorar a morte dos familiares partidos, os vivos revelam suas aflições e pesares e, na dor, a comunidade se reconhece, se une e se solidariza.

SEXTA-FEIRA SANTA EM PEDRO JUAN CABALLERO

A Semana Santa, no mundo católico, esta localizada no que se pode chamar de "tempo forte", época de profunda significação religiosa, iniciada na quaresma e com término no Domingo de Páscoa. No Paraguai, na Semana Santa não se pode correr, atirar pedras, gritar, fazer fogo (só o necessário para o mate), pois estes procedimentos correspondem, em última instância, a pisar, atirar

---

[8] . Tornar a dor visível, palpável e pública é procedimento comum também nos rituais da Sexta-feira Santa em Pirenópolis, Goiás. Como lembra Brandão (1989), os fiéis têm o costume de colocar a imagem de Cristo morto dentro de um caixão com sedas e flores e passear com ela pelas ruas da cidade. É uma maneira de trazer Cristo visível ao coração dos humanos, de ressaltar que está morto e sua lembrança coberta de dor. Mais uma vez aqui, as representações e o sofrimento remetem ao drama de Cristo, "é ele quem atesta a todos o ato da morte" (BRANDÃO, 1989: 155), diferente do que ocorre em Pedro Juan Caballero, em que a morte, próxima, é vivenciada como manifestação contemporânea.

pedras e maltratar a Deus. É um período sagrado, marcado pelo comedimento e por sacrifícios, ainda que, da mesma forma, por fortes manifestações de estímulo ao contato social. Conforme Martinez, "todas las fiestas bailables se suprimen. Si hay casamiento, cumpleaños, hay música, pero no se baila. Los pobres que no quieren gastar mucho en las fiestas del casamiento aprovechan este tiempo para contraer matrimonio" (MARTINEZ. In: DOMINGUEZ et al., 1981: 54).

Na Sexta-feira da Paixão, os vizinhos e amigos se visitam, sendo recebidos com "chipa" que, tal como descrito anteriormente, trata-se de um bolo feito de queijo, gordura e polvilho. Para passar o tempo há os que jogam baralho, porque não é permitido qualquer tipo de trabalho ou esporte. Nas cidades as pessoas, em grupos, procuram percorrer 7 igrejas, geralmente se deslocando a pé, para realizar, em cada uma delas, uma rápida oração (Cf. MARTINEZ. In: DOMINGUEZ et al., 1981: 55).

a. O cemitério

Cedo na manhã, a população de Pedro Juan Caballero se encaminha – a pé, de bicicleta ou automóvel – em direção aos dois cemitérios da cidade. O mais antigo e populoso fica próximo ao centro e abriga desde famílias tradicionais até as pessoas mais humildes. O segundo, mais novo e modesto, localizado em bairro afastado, possui poucos túmulos e é ocupado sobretudo pela população menos abastada.

No muro, que forma o pórtico de entrada do velho cemitério, tem gravado em alto relevo o ano de 1942, data em que sofreu uma grande reforma, pois existem, em seu interior, túmulos que ostentam datas de funerais mais remotos, revelando tratar-se de construção antiga. Mais não seja, a profusão de túmulos, que se amontoam desordenadamente na área superpovoada do cemitério, demonstra que por longos anos a população local vem enterrando ali os seus mortos.

Desconsiderando o que seria a passagem principal, um caminho sem calçamento com aproximadamente 3 m de largura, as demais vias de acesso aos túmulos não costumam medir mais do que 50 cm, fechando-se, não raras vezes, em novos jazigos que se conformam em labirinto, obrigando o transeunte a grandes voltas e exercícios de localização para atingir seu destino sem profanar os túmulos, o que não é raro de acontecer. Na verdade, é quase impossível evitar pisar sobre as lápides. Quando os caminhos se estreitam em demasia ou quando estão tomados por famílias inteiras que rezam próximo aos jazigos, não há outro remédio senão equilibrar-se nas muretas e lápides para encontrar uma passagem desimpedida.

De outro lado, as pessoas sentam-se nos túmulos para descansar e tomar refeições ligeiras, para ouvir cultos, para conversar, para observar os demais. Quando muito cansados não se constrangem em deitar-se sobre os túmulos enquanto recuperam suas forças. Na Sexta-feira Santa o cemitério se parece com uma praça

Grupo de visitantes descansa, e faz sua refeição, sobre lápide em cemitério de Horqueta (PI).

pública, tamanha a algazarra e movimento. E a familiaridade das pessoas com os símbolos e as lembranças dos que partiram indica uma relação diferenciada daquele povo com a morte. Como lembra Melo e Silva, "o descendente guarani sente-se à vontade em companhia de seus mortos, ou entre cruzes que lhe assinalam as sepulturas. Suas casas são conhecidas pelas cruzes que pontilham os pátios" (2003: 88). E os cemitérios são transformados em lugares próximos e aconchegantes.

O labirinto mórbido dos túmulos fica, portanto, pleno de vida nesse dia. O agrupamento dos mortos obriga à proximidade dos vivos. Estes brotam em profusão, figuras coloridas, por detrás dos jazigos desbotados, encontram-se, esbarram-se, desviam, trocam cumprimentos, sorrisos, pesares, delicadezas, formam, enfim, uma comunidade una e solidária de pessoas devotas que, ao cultuar seus mortos, perpetuam, em última instância, a vida em seu sentido pleno, social e coletivo.

Tratando dos rituais fúnebres nos andes colombianos, Alvarez aponta para o fato dessas manifestações religiosas revelarem mais sobre os vivos do que sobre os mortos, devendo ser compreendidas em sua dimensão social. Segundo ele, "as cerimônias fúnebres, além de exprimirem sentimentos subjetivos, estão impregnadas de ações e representações coletivas... [Elas] tendem a inverter [a] circunstância negativa [da morte] para a comunidade e a transformá-la, quando possível, em uma triunfante afirmação da perdurabilidade do social" (ALVAREZ, 2001). O mesmo pode ser dito em relação às celebrações da Sexta-feira Santa nos cemitérios de Pedro Juan Caballero. A presença da morte remete ao drama dos vivos. Ameaçados em face da possibilidade do caos e da descontinuidade, provocados pela imponderabilidade da morte, a comunidade expõe sua dor, com ela se comove e em torno dela se solidariza, a fim de assimilar seus efeitos e de controlá-la.

Nos cemitérios de Ponta Porã, tal como dito anteriormente, também acontecem as visitas públicas na Sexta-feira da Paixão, sobretu-

do as de famílias paraguaias, que para lá se dirigem a fim de homenagear seus entes queridos enterrados no lado brasileiro da fronteira. Próximo aos portões há comércio de velas e panos de cruz, há um movimento constante de pessoas, porém tudo acontece em menor proporção que no Paraguai e num clima de maior formalidade. As pessoas são mais reservadas e não costumam permanecer longos períodos nos cemitérios, destoando de seu comportamento em território paraguaio.

b. Vendedores ambulantes

À entrada do cemitério, ao contrário do que se vê nos dias de finados no Brasil, apenas alguns poucos vendedores ambulantes permanecem próximos ao portão de entrada, comercializando basicamente pacotes de velas e "panos de cruz", pequenas tiras de tecido, em modelos diversos, com aproximadamente 70 cm de comprimento, utilizadas para enlaçar as cruzes que invariavelmente encabeçam os túmulos.

Essas tiras, cujos exemplares mais simples podem ser adquiridos por 2.000 guaranis (R$ 1,00), são confeccionadas em cetim azul ou rosa – conforme o sexo da pessoa falecida a quem se presta homenagem –, tendo acabamento em tiras de renda branca nas duas extremidades. Outras há, sobretudo na cor branca, que possuem imagens e mensagens impressas, em castelhano não totalmente impecável[9], além de dizeres que remetem ao ente querido. Esses dizeres, se não identificam precisamente, fornecem pistas, aos olhos dos visitantes, do autor da homenagem, pois nas fitas aparecem escritos tais como: para ti papá, hijo, para ti mamá, hermana, abuelo, entre outros. Fica evidente, mais uma vez, a necessidade de expor o vínculo do parente com o morto e, ao público, identificar a vítima do sofrimento.

---

[9]. Numa das fitas de cetim é possível ler a seguinte mensagem: "Sea para ti a Gloria eterna de Dios: como Eterno sera tu recuerdo en nuestro Corazone (sic)".

Há, por fim, em se tratando dos panos de cruz, aqueles tecidos em crochê, em branco ou roxo, mais elaborados e afeitos à tradição, já que costumavam ser confeccionados desse modo pelos próprios familiares do sexo feminino para reverenciarem seus mortos. As mulheres também são encarregadas de trocá-los. O grau de parentesco autoriza a primazia neste mister: os mais próximos excluem os mais distantes. Autoriza inclusive a substituição de um pano novo por outro igualmente novo, contanto que o parente seja o mais próximo. Quando já não há mulheres na família, ocorre dos homens encarregarem-se desta prática.

Na entrada do cemitério, ademais dos vendedores de velas e panos de cruz, expostos sobre pequenos balcões improvisados em mesas e cadeiras, no caso dos primeiros, e em fios presos em árvores e postes ou pendurados nas grades dos portões dos cemitérios, no caso dos últimos, existem alguns vendedores de picolés, que se postam discretos junto ao portão atendendo à demanda das crianças e dos adultos menos resistentes aos castigos do sol e pouco afeitos ao calor da manhã. Não há comércio de flores nos cemitérios. Na verdade, os túmulos são enfeitados com flores trazidas de casa ("azucenas, jasmines e ilusión") ou com pequenos ramalhetes de flores artificiais que adornam os altares existentes à sua cabeceira.

c. O culto aos mortos

A visita aos cemitérios é um ritual que mobiliza e congrega as famílias extensas. Desde velhos até jovens e crianças reúnem-se nas celebrações aos mortos e participam de todas as atividades de louvor aos parentes mortos. Na chegada ao cemitério, após adquirir o "pano de cruz" – caso não o tenham trazido de casa – e, quem sabe, uma vela, os membros da família dirigem-se aos túmulos para prepará-los para as celebrações do dia. Isso implica não necessariamente em grandes investimentos em reformas ou alegorias, porém traduz-se em cuidados como limpeza e adorno, demonstrando a atenção dos familiares com os entes falecidos.

Mulheres preparam altar para a Sexta-feira Santa, em cemitério de Concepción (PI).

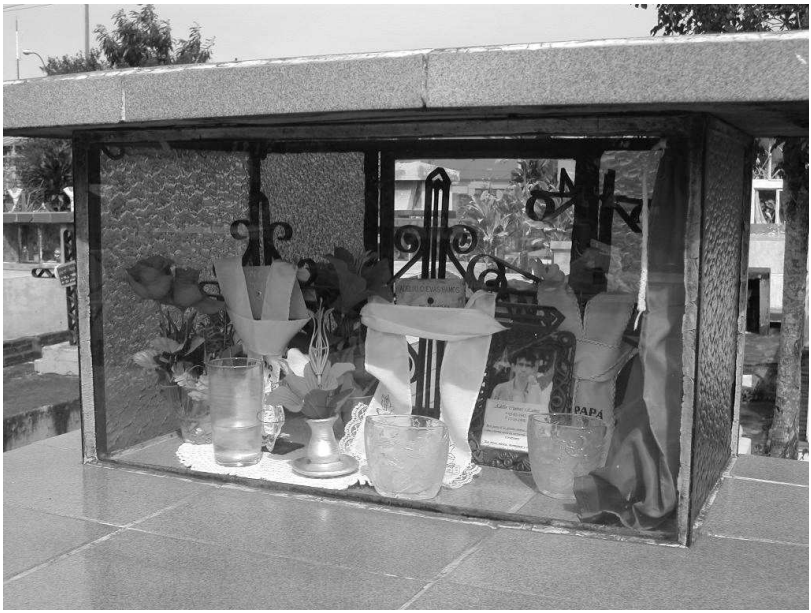
Essas tarefas estão reservadas sobretudo às mulheres. Elas lavam as lápides, enfeitam os pequenos altares, atualmente na forma de caixas de vidro que encabeçam os jazigos. Neles depositam a vela, arrumam os pequenos vasos com flores plásticas, colocam algumas vezes copos com águas destinados aos santos ou às almas[10].

---

[10]. No que diz respeito ao culto às almas, cantadas e acalentadas nos cemitérios no dia da Paixão de Cristo, é proveitoso lembrar de alguns aspectos dos ritos praticados pelos índios guaranis, descritos pelo Padre Montoya, no Paraguai do sec. XVII. Segundo ele, "Julgavam os guaranis que ao corpo já falecido a alma o acompanhava na sepultura, embora separada. E assim muitos enterravam os seus mortos numas urnas grandes ou talhas, colocando um prato na boca, para que naquela concavidade a alma tivesse mais acomodada, ainda que aquelas vasilhas eles as enterrassem até o gargalo. E, quando enterrávamos os cristãos na terra, acudia de jeito muito dissimulado uma velhinha, munida duma peneira assaz curiosa e pequena, e, da mesma forma velada ou fingida, agitava a tal peneira pela sepultura, como se tirasse qualquer coisa. À vista disso diziam os índios que com isso tiravam a alma do defunto, para ela não padecer enterrada com o seu corpo" (MONTOYA, 1985: 54). Para alguns freqüentadores dos cemitérios paraguaios, deve-se dispensar cuidados especiais às almas dos entes falecidos, pois estas podem voltar ao seu túmulo.

Existem túmulos em que as famílias preparam o “calvário”. Duas hastes de cana-de-açúcar, previamente plantadas ao pé do túmulo, uma à esquerda e outra à direita, são unidas formando um arco sobre a lápide, que representa o “calvário”. Sob este arco e na laje que cobre o túmulo, depositam flores, garrafas com água e alimentos, destinados seja aos santos, que vêm participar do repasto dos homens, seja às almas dos mortos que perambulam pelo local e necessitam dos cuidados da família. Ali também se encontram depositados as chipas e os lopis, semelhante às primeiras, porém com formato de pássaros e outros animais, destinados aos “estacioneros”. Nas cruzes enlaçam os “panos de cruz”, que atestam a presença recente dos parentes junto aos entes falecidos e, em alguns casos, identifica-os aos olhos da comunidade.

Algumas famílias promovem, elas próprias, as orações e cantorias. Munidos de violões e em coros animados, entoam, reunidos ao pé do túmulo, os cânticos destinados à alma do morto. Outros



Altar enfeitado para a Sexta-feira Santa, com os panos enlaçando as cruzes e água disposta para os santos (Pedro Juan Caballero).

há que contratam os “estacioneros” para conduzir os pequenos cultos privados. Podem ser apenas duplas de cantores, sendo homens e mulheres, ou grupos maiores e com aspecto mais profissional. De qualquer modo, esse é o ápice do ritual. Nesse momento, as cantigas e orações promovem o “encontro”, sempre comovente, das famílias com seus entes queridos. As pessoas rezam, choram, revivem o sofrimento de sua perda particular, tal como a Igreja proclama a dor de Cristo, remetendo a uma perda pública, divina. O ritual, de seu modo, cumpre a função simbólica mais ampla de reforçar, através da dor, os laços de pertencimento a uma mesma comunidade de fé e de crenças.

Terminados os cantos e orações, as pessoas aos poucos se descontraem. Sentam-se para descansar junto aos túmulos ou passeiam pelo cemitério, encontram amigos e parentes, choram outros mortos, permanecem atentos aos vivos. As famílias mais abastadas, que possuem mausoléus, com ou sem capelas, reúnem-se no interior destas ou trazem cadeiras e se postam à porta dos edifícios fúnebres para conversar e serem vistas. A população mais humilde procura as sombras das árvores para reunir-se e confraternizar. O cemitério transforma-se, no decorrer do dia, em palco de encontros, conversas e flertes. Melo e Silva já havia observado o mesmo costume em meados do século passado. Ele não conseguia deixar de se surpreender e reprovar a forma como os nativos transformavam um espaço sagrado em local de descontraída sociabilidade. Na Sexta-feira Santa nos cemitérios, ressalta o cronista, “as mulheres, feias e bonitas, estão lá, cortejadas pelos preferidos e pretendentes. É um dia de namoro, como outro qualquer” (MELO e SILVA, 90). Ainda hoje, as paqueras são parte dos rituais do dia. Mas, para além delas, são os contatos entre famílias, da comunidade entre si que dão sentido aos cultos do dia. Ainda que haja respeito e circunspecção na celebração dos rituais sagrados, a descontração e a alegria dão a tônica das celebrações. Num dos túmulos, foi possível observar velhas e respeitáveis senhoras, unidas em orações, que não se continham em risos – tanto mais amplos e contagiantes quanto mais frustradamente

dissimulados – simplesmente por haverem-se enganado na seqüência das ladainhas.

As famílias que vieram de longe se reúnem, próximo ao meio-dia, para fazer refeições rápidas. Tendo trazido os alimentos previamente preparados de casa, procuram locais tranqüilos e sombreados, e transformam em mesas as lápides de túmulos para seu repasto. Outros há que retornam para fazer suas refeições em casa. Há que se observar que também aí os hábitos dos paraguaios diferem das tradições do catolicismo brasileiro. A abstinência da carne vermelha não impede o consumo da carne de animais que normalmente não aparecem à mesa do brasileiro nessa data, como o frango e o porco. As refeições diferem do cotidiano não exatamente pelo cardápio isento daquela iguaria, mas por serem mais faustosas e refinadas.

Na Sexta-feira da Paixão não se trabalha. Tanto é assim que a Quinta-feria Santa é destinada ao preparo da comida para o dia seguinte, pois nele não se deve cozinhar. Tudo estará pronto: a sopa paraguaia, a chipa, o porco e as galinhas. Em muitas casas, todo esse alimento é preparado em um forno de barro, assentado em estacas que o elevam acima do solo, chamado "tatacuá", que, limpo com a "chirca" (um arbusto aromático comum na região) e coberto com folhas de bananeira, confere um sabor próprio aos assados. É, pois, por essas práticas cotidianas, que a Semana Santa, além de inspirar sentimentos ora nostálgicos e tristes, ora alegres e descontraídos, também remete à lembrança de sabores e cheiros próprios da ocasião.

No início da tarde, as famílias começam a se dispersar, retornando para seus lares. O cemitério e a cidade como um todo, aos poucos, se esvaziam. Através do encontro com o outro mundo os votos coletivos são renovados e a solidariedade reimplantada no seio da comunidade. A despeito das censuras da Igreja, que alguns momentos critica e em outros cede aos costumes populares, inclusive celebrando missa no cemitério nesse dia, a morte de Cristo, de um modo muito particular, é reverenciada nessa pequena região de fronteira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As celebrações da Paixão de Cristo na Igreja Católica têm por finalidade recordar aos fiéis a trajetória de sofrimentos de um personagem divino, público, que em nome da salvação da humanidade se dispõe ao julgamento e martírio dos homens. A morte de Cristo, atualizada nos rituais da Sexta-feira Santa, revive, na comunidade católica, a comoção de sua perda. A ressurreição, celebrada no domingo de páscoa, é o regozijo público, o reconhecimento de que Deus permanece vivo para velar pelos homens. As cerimônias da Semana Santa reforçam, entre os fiéis, não apenas a idéia de que comungam as mesmas crenças e fé, mas a de que estão ligados no mesmo destino coletivo. Sendo filhos do mesmo Deus, sua existência depende de seguir seus preceitos, relembrados e atualizados na vivência e nas celebrações comunitárias.

Nos cemitérios de Pedro Juan Caballero, os rituais populares, que combinam tradições da igreja católica com traços da religiosidade guarani, os elementos simbólicos adquirem concretude e dramatização. O sofrimento pela morte de Cristo, uma entidade pública, mítica, se transmuta e materializa no sofrimento imediato da perda dos entes queridos, próximos, individualizados. Ao invés das privações circunspectas dos fiéis para relembrar o martírio de Cristo, o sofrimento explícito, dramatizado no espaço sagrado dos cemitérios. Tal como a Igreja recorre a mecanismos simbólicos para reviver as chagas de Cristo – e o catolicismo popular brasileiro atualiza sua morte através da teatralização e do culto às imagens, como relata Brandão (1989) – nos cemitérios paraguaios a dor, sentimento contemporâneo, é incitada através de artifícios definidos pela tradição. Desempenham esse papel os cânticos entoados pelos “estacioneros”, que tendem a provocar a convulsão pública, tanto mais eficaz quanto enseja, em meio a um palco de dramas pessoais, a representação coletiva da perda, materializada no pranto das diversas famílias em torno de seus túmulos.

Se o sentido último das celebrações da Semana Santa o de lembrar aos homens que pertencem à mesma comunidade de fé, os rituais

da Sexta-feira Santa praticados nos cemitérios dessa cidade paraguaia na fronteira com o Brasil, a despeito da insatisfação da Igreja, produzem resultado semelhante. Ao remeterem à problemática da morte, as cerimônias da Paixão reforçam entre os vivos, através dos sentimentos e das ações coletivas, a condição mesma da existência humana, a da "perdurabilidade do social", como diria Alvarez (2001). O sentimento pessoal e subjetivo da família paraguaia, ao tornar-se público mediante a celebração dos mortos, ganha uma dimensão mais ampla, fazendo aflorar os traços inconfundíveis e objetivos da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Santiago. *Enterrando heróis, patriarcas, suicidas e traidores:* solidariedade e ostracismo nos andes colombianos**.** Mana. [online]. out. 2001, v.7, n.2, p.35-55. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000200002&lng=pt&nrm=iso, acessado em 07/10/2003.

BARROS, Abílio Leite de. *Gente pantaneira*: crônicas da sua história. Rio de Janeiro: Lacerda, 1998.

BRANDÃO, C. Rodrigues. *A cultura na rua*. Campinas: Papirus, 1989.

CABALLERO, Pedro Antonio Alvarenga. Historia de los origenes de la ciudad de Pedro Juan Caballero. In: ROIG, Catalina Moreira Quevedo de. *Estampas – Pedro Juan Caballero*. Pedro Juan Caballero: La Negra Producciones, 1984.

CHALÁ, Catherine. Entrevista. **NOTISEPAC n. 43 –** MAR. 2001-2002 - Boletín NOTISEPAC - Centro Cultural Afroecuatoriano. In: http://www.abyayala.org/cca/noti43.html, acessado em 22/09/2003

DOMINGUEZ, Ramiro, PEDROSO, Celso, CAMPÁRA, Sergio, MARTINEZ, Zacarias, DUARTE, Angel N.A., PERASSO, José A. G., ORTIZ, Diego, SUSNIK, Branka, DORADO, Antônio G. *La religiosidad popular paraguaya:* aproximación a los valores del pueblo. Asunción: Loyola, 1981.

GÓMEZ, Fernando Urquizú. *La Musica Triunfal En Apertura Y Cierre De La Semana Santa En Guatemala*. Universidad de San Carlos de Guatemala. In: http://www.lahora.com.gt/03/04/16/paginas/cult_2.htm#n1, acessado em 22.09.2003.

MARIN, Jérri R. Fronteiras e fronteiriços: os intercâmbios culturais e a nacionalização da fronteira no Sul do Estado de Mato Grosso. In: *Fronteiras*: revista de História. Campo Grande: UFMS, v.4/5, n. 7/9, 2000-2001. p. 157- 182.

————. *A romanização do sul do Mato Grosso: 1910-1940*. I Simpósio sobre História das Religiões. Assis: UNESP, 25 e 26 de jun. de 1999. In: http://members.tripod.com/bmgil/mjr28.html, acessado em 22.09.2003.

MELO E SILVA, José. *Fronteiras Guaranis*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico, 2003.

MONTOYA, Pe. Antônio Ruiz de. *Conquista espiritual*: feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Provincias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Ed. fac similar. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

PETERS, Federica. Entrevista. **NOTISEPAC n. 43 –** MAR. 2001-2002 - Boletín NOTI-SEPAC - Centro Cultural Afroecuatoriano In: http://www.abyayala.org/cca/noti43.html, acessado em 22/09/2003.

TRAVESSIAS E FRONTEIRAS: HISTÓRIA, LITERATURA E IDENTIDADE GAÚCHA EM BARBOSA LESSA E RICARDO GÜIRALDES*

Joana Bosak de Figueiredo**

** Mestre em História, atualmente bolsista de doutorado pela CAPES.

O estudo que se segue é uma visada introdutória a um fenômeno fronteiriço por excelência: a identidade *gaucha*, ou gaúcha. Ressemantizada a partir de seu "original" fundo histórico pela literatura e por ela devorada, deformada e reconfigurada[1] de maneira ampla

---

* O presente estudo é parte introdutória de minha tese de doutoramento em Literatura Comparada pela UFRGS, ainda em fase de escritura.

[1] Os três termos enunciados são utilizados nos sentidos que lhes deram Oswald de Andrade para "devoração" em seu Manifesto Antropofágico, Antonio Candido para "deformação" e Haroldo de Campos ao teorizar sobre a tradução. Esses três autores e suas respectivas obras são tomados aqui como marco fundamental à conceituação que se deseja fazer desde uma visada comparatista.

e quase irrestrita, a identidade gaúcha sofre inúmeras transformações e traduções ao longo de sua trajetória que vai do pejorativo ao tipo regional fronteiriço, passando pelo gentílico até chegar aos dias de hoje muito mais como símbolo e conceito que como mito com sinais negativos ou positivos presos ao passado.

Com o objetivo final de perceber a permanência e a vitalidade contemporâneas do tema, reordenado em função de aportes teóricos atualizados, como o multiculturalismo e a crítica pós-colonial, partiu-se da obra literária de dois autores platinos – e por isso, fronteiriços - a saber: Ricardo Güiraldes e Luiz Carlos Barbosa Lessa, os quais detiveram-se notoriamente na manutenção de uma literatura de cunho gauchesco. Suas obras deixam entrever uma origem comum aos romances de cavalaria protagonizados, inicialmente, pela figura utópica e de resistência que foi *Don Quixote*, "pai" literário de todos os "Dons", guachos e sombras, para quem a imaginação e a liberdade são o mais importante na narrativa e onde conceitos como tempo, espaço e pátria têm uma conotação que se distancia do uso tradicional que se faz desses "limites"[2].

A partir de uma ótica que privilegia o caráter da identidade regional e fronteiriça propomos uma leitura conjunta da obra dos dois autores citados e do teórico Valery Larbaud, decisivo na internacionalização das fronteiras literárias e na introdução de temas latino-americanos na Europa dos anos 1920, seja como debatedor e/ou tradutor; de modo que as múltiplas travessias realizadas pelo "gaúcho"[3] Luiz Carlos Barbosa Lessa, pelo argentino Ricardo Güiraldes e pelo autor francês acima citado transcendem os limites das áreas mais convencionais do conhecimento nos momentos respectivos em que viveram e escreveram.

---

[2] Mario Vargas Llosa, em seu ensaio "Una novela para el siglo XXI", que precede ao texto cervantino da edição mais recente de *Don Quixote*, alusiva aos seus quatrocentos anos, expõe questões como essas, que para ele, estão no âmago das miragens quixotescas.

[3] Aqui a palavra gaúcho está sendo utilizada como gentílico.

Se o mais próximo de nós, no tempo e na geografia, Barbosa Lessa (1929- 2002) carrega consigo a marca do telúrico, desdobrando-se entre a história, a memória, o folclore, a publicidade, a produção cultural de forma ampla e a literatura propriamente dita; o cosmopolita Ricardo Güiraldes (1886 - 1927) se aventura pelo mundo editorial, pelas artes plásticas e pela seara da poesia para justificar sua obra maior: o romance *Don Segundo Sombra*, complementado por uma atividade tradutória e difusora da cultura latino-americana junto ao amigo Valery Larbaud (1881 - 1957), escritor, tradutor e teórico da literatura com sua *República Mundial das Letras*[4]. É importante salientar aqui que Larbaud torna-se coadjuvante nessa reflexão como condição da produção güiraldiana tal como ela tende a se desdobrar após o encontro entre os dois, o que renderá inúmeras cartas e uma verdadeira cooperação cultural "transatlântica".

O que une os três escritores é o contato com um mesmo tema latino-americano: a manutenção ou ressignificação do sujeito histórico-literário platino por excelência, o *gaucho*, ou gaúcho, a partir de olhares e esforços distintos. Cronologicamente, pode-se pensar a inserção anterior de Ricardo Güiraldes junto ao tema: a escritura de *Don Segundo Sombra*[5],que começa em 1919, como tentativa de redenção de um escritor oriundo da aristocracia portenha na maioria das vezes considerado inferior em sua obra poética. Na vivência campeira

---

[4] O termo *República Mundial das Letras* foi cunhado por Valery Larbaud em 1927 no seu artigo no "Paris de France", Jaune, bleu, blanc (Paris: Gallimard, 1927), no qual fazia a aposta numa verdadeira internacionalização da literatura. A esse ensaio somam-se vários outros com preocupações semelhantes, entre os quais destaca-se: Ver l'Internationale, de seu imprescindível *Sous l'Invocation de Saint Jerôme*. Paris: Gallimard, 1946. Sobre a *República Mundial das Letras* de Larbaud fazemos da tese um paralelo com a *Weltliteratur* de Goethe a ser desenvolvido em capítulo posterior. A divisa também inspirou Pascale Casanova em um vôo teórico sobre questões atuais da crítica literária: *A República Mundial das Letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

[5] Edición crítica, VERDEVOYE, Paul. (coord.), 1ª reimp. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997, 538 p.

contrariando àqueles que não compreendiam a insistência do escritor em relação ao tema, tem inspiração à obra que seria marco na reestruturação do ícone para uma Argentina já industrializada carente de auto-imagens positivas, já que o gaúcho *Martín Fierro*[6], aparecido em 1870, denota um tipo social mais próximo ao marginal e ao pária.

A figura de proa de Valery Larbaud, teórico da tradução, poeta, escritor e tradutor de primeira ordem surge na vida dos Güiraldes[7] junto a amigos comuns, como a livreira Adrienne Monnier, o poeta Jules Supervielle, entre outros mais; na efervescente Paris da década de 1920, onde o argentino divide seu tempo com a estância da família, *La Porteña*, nos arredores de Buenos Aires, próxima à cidadela de San António de Areco.

Ao mesmo tempo em que introduzia o tango em Paris, Güiraldes inseria-se nos grupos de discussão e elaboração cultural da época, fazendo uma verdadeira ponte entre a cultura e a literatura latino-americana e a européia, apresentando autores e obras que seriam logo traduzidos por seus amigos franceses nas publicações *Navire d'Argent* e *Nouvelle Revue Française*. Larbaud, franco comparatista, ainda que inominado à época, torna-se um amigo sincero dos Güiraldes e essa amizade, fortemente marcada pela troca de cartas com o casal, rende ao escritor argentino o intercâmbio de autores franceses a serem traduzidos por ele e os escritores latino-americanos – ele, inclusive – a merecerem a tradução ao francês por Valery Larbaud.

Precocemente desaparecido Güiraldes é homenageado por seu amigo francês com a imortalidade: a tradução de *Don Segundo Sombra* é feita quase que concomitantemente à edição argentina, de 1926. O entusiasta da *República Mundial das Letras*, Valery Larbaud, vê

---

[6] Ver: HERNÁNDEZ, José. *El Gaucho Martín Fierro.* La Vuelta de Martín Fierro. Madrid: Melsa, 1999, 154 p.

[7] A esposa de Güiraldes, Adelina del Carril é uma grande companheira intelectual. Leitora de sua obra em primeiro lugar segue correspondendo-se com Larbaud e editando a obra güiraldiana postumamente.

nas traduções a maneira possível de alcançar o internacionalismo intelectual, o que é defendido por ele veementemente em seu *Sous l'invocation de Saint Jerôme*[8]. Dessa maneira, Larbaud, que não é prestigiado como escritor, destaca-se pela entrega a essa causa: a tradução e o papel do tradutor como *protagonista silencioso da literatura*, expressão essa além de certeira, de seu próprio punho. E é justamente a dedicação de Larbaud à tradução e à obra de seu amigo Güiraldes que o fazem o essencial disseminador do mito do *gaucho* em terras européias na primeira metade do século XX.

Luiz Carlos Barbosa Lessa surge no cenário literário rio-grandense e brasileiro algumas décadas mais tarde. Leitor contumaz dos autores gauchescos é um grande ativista do tradicionalismo já na juventude, na década de 1940 do então prestigiado colégio Julio de Castilhos. Cria, em 1947, junto a Paixão Cortes, o *Movimento Tradicionalista Gaúcho*, reinventando as tradições rio-grandenses e pesquisando seu folclore, além de ter sido fundamental como força motriz de um novo tipo de regionalismo no Rio Grande do Sul. Humanista convicto, não permanece ligado aos temas regionais "gaúchos" tão somente: seu interesse é pelo todo do Brasil e não apenas pela parte. Estuda costumes e tradições de norte a sul do país, desde São Paulo, onde está radicado a partir da década de 1950. É de longe de suas raízes gaúchas que escreve seu romance mais importante, publicado em 1959: *Os Guaxos*[9], que recebe o prêmio da Academia Brasileira de Letras de 1961.

Ao contar causos do cotidiano dos homens andarilhos dos campos do Rio Grande do Sul e ao refletir sobre sua condição de *guachos*, isto é, de órfãos, de quem não tem para onde ir e tem de bastar-se por si mesmo que Barbosa Lessa incide, também, na reposição desse mito, às vezes em desuso, mas que reaparece a cada momento literário para reafirmar uma inserção profunda na cultura platina como um

---

[8] Paris: Gallimard, 1997 (1946).

[9] Rio de Janeiro/São Paulo: Francisco Alves, 1961 (2ª ed.), 349 p.

todo. Os guachos nada mais são que os próprios gaúchos: trocadilho do qual também se utiliza Güiraldes em sua obra, pois que Fabio Cáceres, o protagonista, nada mais é que um guacho aprendendo a ser gaúcho através da figura de um sábio, Don Segundo Sombra. Don Segundo, por sua vez, é, ele mesmo, a imagem reflexa de todos os gaúchos, pois que sombra representa uma espécie de coletivo desse tipo do qual já se disse que não existia mais.

A existência ou a manutenção do gaúcho, por sua vez, talvez seja uma das questões de maior indagação entre pensadores e folcloristas rio-grandenses e platinos, atuais e antigos. Se o gaúcho sobrevive hoje como gentílico, ou seja, como designação de toda uma comunidade nascida em território rio-grandense e como tipo social também na grande fronteira que é a região do Rio da Prata, independente de sexo, etnia, religião, grau de instrução, profissão ou ainda, pertencente a um meio urbano ou rural, foi disso que tratou o pacto travado entre a história e a literatura na construção e manutenção desse modelo humano e cultural através de pelo menos três séculos de existência.

Inicialmente pária social, marginal à História, a figura vivida e construída do gaúcho superou esse destino trágico para tomar um papel à frente de suas potencialidades originalmente descritas. Por obra da habilidade de cronistas, historiadores, literatos e folcloristas como os que aqui estão em foco, o gaúcho tornou-se alvo de estudo detalhado e apaixonado em se tratando de sua origem e permanência. Tanto que no limiar do século XXI ainda não foi suficientemente lido, interpretado, entendido e sintetizado, se essa for mesmo uma possibilidade. Portanto, há a pergunta original que não quer calar: que é o gaúcho finalmente? Desenrolar de um "verdadeiro" processo histórico ressemantizado, tradição inventada, produto da criativa imaginação de autores platinos, ou um pouco de toda essa encruzilhada entre a história, a literatura e a memória?

Parece que todas as indagações estão próximas desse real, ainda que de forma incompleta, pois que um fenômeno de tal ordem não

pode ser sucintamente medido. É a proposta de um estudo de maior abrangência que aqui se propõe: perceber as facetas da criação e transcendência desse mito real chamado gaúcho pelos autores anteriormente citados. De guacho a gaúcho ele está presente em corações e mentes de muitas gerações de sul-brasileiros e platinos. Ou seriam gaúchos?

Acredito que possamos pensar o gaúcho hoje como uma necessidade de permanência e de resistência identitária regional – embora em boa parte este processo todo se dê de forma inconsciente - face à homogeneização cultural em que vivemos. Dessa forma, talvez se possa observar e admirar a figura do gaúcho com a de um Quixote dos Pampas; como uma marca única dessa região do globo que a identifica e lhe confere um caráter excepcional. Ou seja, o gaúcho hoje pode ser uma forma de o platino existir no mundo como sujeito social e histórico.

NOVAS ABORDAGENS E NOVOS CRITÉRIOS PARA O ESTUDO DO GAÚCHO

As contribuições teóricas de aportes nem tão recentes assim como a discussão acerca dos estudos multiculturais e da crítica pós-colonial têm dado um novo fôlego ao estudo das questões identitárias de uma maneira geral. Autores como o já clássico Homi Bhabha e, mais recentemente, a espanhola María José Vega, vêm trabalhando essa questão de forma diferenciada[10] entre si e em relação ao que era feito anteriormente à sua obra. Nessa visada, a noção de identidade, seja ela definida por padrões culturais ou locais,

---

[10] Ver as obras: BHABHA, Homi (ed.). *Nation and narration*. London/New York: Routledge, 1990 e VEGA, María José. *Imperios de Papel*. Introducción a la crítica postcolonial. Barcelona: Crítica, 2003.

vinculada à questão nacional, regional ou local, passa a ter uma nova elaboração conceitual. Se anteriormente as identidades apareciam como *construções*, ainda que percebidas como processos simbólicos, hoje em dia, além dessa noção, pode-se pensar e discutir a identidade como *negociação*, tanto como nas fronteiras culturais, como nas lingüísticas e territoriais.

Se a identidade é uma negociação, é porque passa por um processo que se desenvolve a partir da noção da existência do outro, da idéia de alteridade e do embate que sofre nesse jogo entre o próprio e o alheio para se constituir[11]. Como na tradução, que sempre envolve a comparação entre línguas e culturas, também a identidade só pode ter como ponto de partida a existência do outro, e, por conseguinte a existência de uma fronteira. Portanto, a aceitação do outro é o primeiro passo para a existência desse um que se propõe diverso. É na comparação com o outro que existe esse um e é nessa negociação que se gesta o tipo de identidade a ser constituída. Entretanto, essa constituição não se dá de forma estanque, podendo ser refeita e rearticulada a cada novo movimento político, histórico, geográfico ou ainda, literário. O que permanece é um substrato anterior, uma noção mais vaga e difusa do conceito que lhe dá uma forma primeira. No caso da literatura, que é o que aqui interessa, a cada nova obra escrita esse olhar pode ser ampliado e revisitado de forma a fornecer um novo arcabouço teórico que permite uma mirada outra sobre o tema em questão.

No caso do *gaúcho*, foi a possibilidade de um reconhecimento dessa diferença que tornou viável o desenvolvimento de uma determinada idéia, pois que hoje são muitos "os gaúchos". Antes como tipo

---

[11] Apropriamo-nos aqui do conceito "negociação" a partir da obra de Umberto Eco sobre as questões tradutórias em *Dire quasi la stessa cosa* (Milão: Bompiani, 2003) e de alteridade/identidade constantes da última obra traduzida de Carlo Ginzburg, *Nenhuma ilha é uma ilha*, quando ao trabalhar a questão da influência da literatura italiana sobre a literatura inglesa, escreve um capítulo intitulado Identidade como alteridade. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 (p. 43 – 63).

social localizado muito especificamente no tempo e no espaço, é o trabalho combinado da história e da literatura que tornará o gaúcho muito mais um conceito, uma idéia que deixará de estar presa a um momento ou um espaço mais definidos originalmente. As obras a serem abordadas dão conta de diferentes percursos trilhados por autores andarilhos que buscam, através da literatura e, quiçá, do folclore, essa negociação. O que deverá permanecer nesta reflexão é a noção do gaúcho mais como uma idéia que se foi transformando com o tempo, uma abstração que significou, entre outras construções, em conceito literário.

Nesse sentido, houve um deslocamento de raciocínio: ao invés da preocupação de perceber o processo de construção identitária gaúcha através da obra de Barbosa Lessa e Güiraldes, pareceu mais rentável, diante das discussões atuais a que já se referiu, articular o gaúcho enquanto conceito na atual fragmentação cultural e perceber que o trabalho que a história e a literatura suscitadas por ambos fizeram foi tão profícuo que o estabelecimento de um tipo social mantido pelas duas abordagens de forma conjunta foi capaz de desdobrar-se atualmente em significado muito mais amplo e fluido, que dá conta da realidade pós-colonial mesmo com todas as mudanças ao nível do local que ora se operam.

Se o gaúcho há muito deixa de ser pária social e é incluído numa visão "vencedora" da história e ele mesmo, torna-se "vencedor" enquanto sujeito vivo e atuante seja no passado social como na literatura[12], sua trajetória é coroada nos dias atuais pela ressignificação constante, através da manutenção dessa mesma literatura revitalizada

---

[12] Quando se pensa aqui no gaúcho como um "vencedor da História" não se está excluindo a visão tradicional desse tipo social originalmente à margem da sociedade, excluído de uma situação social e economicamente privilegiada. Pelo contrário, trabalha-se com essa origem, mas também com a noção de que o tipo sofre uma ruptura em relação a essa marginalidade, subvertendo tal noção e participando da História, através da manutenção documental, literária e historiográfica, de maneira decisiva e transformadora da realidade social no Rio Grande do Sul e no Prata como um todo.

combinada a idéias soltas de um folclore e tradição inventados, porém altamente profícuos[13]. O gaúcho, para os dias de hoje, deixa, portanto, de ser apenas referência de uma era em que se tornou símbolo de resistência regional e de confronto com o Estado nacional e as instituições de um poder centralizado[14], como no passado, mas atua, também, como um sujeito-conceito, ativo e participante, inserido em uma ordem já consolidada, ainda que muitas vezes como uma voz dissonante.

Isso leva a crer que hoje o gaúcho existe muito mais como uma idéia do que é ser gaúcho e como um conceito amplo, fluido e um tanto vago, mas que não se contrapõe às idéias de modernidade: ele mesmo é um símbolo da trajetória que os mitos do passado, se bem arranjados no concerto da memória, da história e da literatura, podem alcançar num contexto fragmentado carente de solidez cultural. Barbosa Lessa, Güiraldes e Larbaud foram protagonistas dessa transformação de ente real a mitológico, de sujeito social a conceito e forma estética.

A idéia que suscita o termo "gaúcho" pode passar por diversas acepções atualmente. Se inserirmos aí o termo em castelhano, *gaucho*, essa gama aumenta ainda mais. Portanto, as noções do que é o gaúcho decorrem não apenas de tempos distintos, mas de espaços e tipos de construção. Além de momentos e espaços diversos o gaúcho tem freqüentado essas duas grandes frentes de expressão, histórica e literária. Ambas se valem ou se valeram da imagem mítica do passado e de suas reposições, ao mesmo tempo em que se reconstroem mutua-

---

[13] Além do auxílio do historiador inglês Eric Hobsbawm para se pensar na questão das tradições como "inventadas", utilizou-se também, a idéia própria de Barbosa Lessa, o qual também percebia isso.

[14] Referimo-nos aquí ao tema "gaúcho" rio-grandense por excelência, a Guerra dos Farrapos, na qual o que estava em jogo, segundo a orientação que aqui se segue, era a manutenção de uma autonomia provincial amparada por um forte sentimento regionalista acumulado em mais de duas centúrias de história e justificada por idéias federalistas emprestadas dos vizinhos platinos, como a doutrina artiguista. O gaúcho foi, em grande parte, transformado em protagonista histórico após a guerra, já que até ela sua figura tinha um sentido contrário ao dos dias atuais: ser gaúcho era ser um pária social, ser gaúcho era um crime.

mente. Essa é outra questão de proa: a de que o gaúcho é construção, fruto de um processo histórico inserido num tempo e num espaço específicos do qual a literatura se apodera dando-lhe permanência histórico-social, trazendo-o – o gaúcho - até os nossos dias de forma ressemantizada.

Acredito que o estudo comparativo das obras dos três autores citados possa ser um elo a mais nessa cadeia que é a existência do gaúcho ainda como personagem de peso no imaginário sul-rio-grandense e platino, mesmo no cenário atual, de valorização do global a despeito das resistências locais no limiar de uma nova cultura altamente fragmentada no século XXI. A literatura recente, com exemplos da narrativa curta do chileno Roberto Bolaño – *El Gaúcho Insufrible*[15] – e da poesia do brasileiro Fausto Wolff – *Gaiteiro Velho*[16] –, ambos publicados em 2003, atestam a existência e permanência atual e de alto gabarito do gaúcho, ao menos na literatura.

GUACHOS E SOMBRAS

Os guachos e as sombras são, antes de tudo, percebidos aqui como duas das grandes metáforas da literatura, da identidade e da memória – história – gaúcha. Quando nos referirmos aqui à memória gaúcha, estamos pensando no conjunto de uma cultura que circula e circunda pela grande fronteira platina. Não existe uma preocupação em se definir o "gaúcho brasileiro" em oposição, comparação ou anterioridade ao "*gaucho* uruguayo" ou argentino, até porque em nossa proposta essa diferenciação – que para nós não existe – não interfere na reflexão e não se torna valor de análise. Aqui também não se está buscando a origem da palavra "gaúcho", como já o fizeram diversos de nossos etimologistas,

---

[15] Barcelona: Anagrama, 2003, 177 p.

[16] Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 159 p.

folcloristas e historiadores, mas a aproximação justamente do contrário: de qual o significado do ser gaúcho hoje e que marcas a literatura de Barbosa Lessa e Güiraldes aprofundaram e deixaram em nossa identidade guacha, gaúcha e, por que não, sombria. Porque sim, o gaúcho é, mais que tudo, um guacho em se pensando historicamente e em seu percurso andarengo a sombra é uma constante, ainda que com um significado mutante e mambembe, bem como sua figura às vezes quixotesca mergulhada em utopia.

ENTRE-TEXTOS DOS GUACHOS E DAS SOMBRAS: TEXTO, IDENTIDADE E TRADUÇÃO

O que une texto, identidade e tradução? Nessas três categorias de análise ou objeto de estudo, estão em jogo a necessidade da interpretação e a existência de um outro. Sem a interpretação e o outro, tanto texto, como identidade e tradução não operam, não subsistem. Texto, identidade e tradução pressupõem, também, um espaço intervalar de confrontação em que se abrem distintas possibilidades e promessas[17].

Os textos, identidades e traduções também são, nesta reflexão, pontos cruciais de entrecruzamento da cultura de que aqui se ocupa. A cultura dita gaúcha é feita de textos, identidades e traduções múltiplos e diversos só capazes de serem apreendidos e talvez compreendidos através de uma gama de ferramentas que, neste caso, oscilam entre história e literatura comparada. Texto, porque nossa cultura ba-

---

[17] Parte das idéias que aqui brotaram surgiram da reflexão sobre a *Presentación* que Angel Gabilongo faz ao livro *La lectura del tiempo pasado*: memoria y olvido, de Paul Ricoeur, uma coletânea das aulas dadas pelo pensador francês no curso de Doutorado "Decir y no decir: el sujeto implicado", da Universidad Autónoma de Madrid, no ano de 1996. Madrid: Arrecife, 1999.

seia-se nele: seja oral, seja escrita, a cultura apóia-se no texto, ainda que essa oralidade perdida já tenha sido transcrita muitas das vezes. Identidade, porque é na sua relação com a memória que se constroem os traços definidores de um povo, de uma raça, de uma religião, de uma cultura: as marcas de permanência na história. Tradução, porque é neste intercâmbio sem fim de releituras e reescrituras que a memória, a identidade e o texto subsistem eternamente. A recriação e a releitura, fundamentais para qualquer existência textual e identitária passa pela noção da tradução, podendo ter inúmeras facetas. Além disso, é só no contato com o outro que muitas vezes a tradução introduz que se pode identificar o próprio.

PERMANÊNCIAS IDENTITÁRIAS GAÚCHAS E LITERATURA COMPARADA

Tanto na história, como na literatura sul-rio-grandenses, o tema da identidade gaúcha é um dos mais candentes ainda na atualidade. Eventos nos últimos anos como as *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*, que tiveram ocasião na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul no ano de 2000; *Fronteiras Culturais Brasil, Uruguai e Argentina*, realizado pelo Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins no mesmo ano; *Cultura e Identidade Regional*, patrocinado pela COPESUL em 2003 e, mais recentemente, o *Simpósio Internacional Fronteiras Culturais no Cone Sul*, outra vez um evento do CELP Cyro Martins em parceria com a cátedra de Brasilianística do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim, em 2004; viabilizados por órgãos estatais e/ou centros de pesquisa, sejam eles universitários ou não, atestam a permanência, a contemporaneidade e a importância do assunto, ao menos na cidade de Porto Alegre, onde todos foram realizados e na região cultural mais próxima: a chamada região platina.

Ao se pensar a formação política, social e cultural do Rio Grande do Sul, hoje, sabe-se que existem muitas perspectivas mais que as envolvidas no início do século XX. Se nesse passado não muito distante, as fontes aceitáveis eram aquelas utilizadas pelos historiadores e diletantes do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, tais como documentação oficial, cartas e ofícios públicos e preferencialmente documentos que dessem conta da "vida política" do Estado; hoje, felizmente, essa perspectiva de pesquisa foi ampliada significativamente. Mesmo o Partenon Literário, importante órgão de difusão da literatura local desde o terço final do século XIX, só foi aceito como instituição passível de dar sua contribuição de verdadeiro arquivo da cultura "gaúcha"[18] muito tardiamente, face à antigüidade da discussão identitária.

Ao tomar-se o Rio Grande do Sul como um espaço muito rico no que concerne ao seu desenvolvimento sócio-histórico, lembrando desses processos desde a época colonial, na qual temos uma capitania sendo disputada entre as duas Coroas Ibéricas - período no qual o estado não tinha as delimitações políticas atuais e nem tampouco estava definida a identidade dos habitantes da região, a não ser a característica fronteiriça por excelência -, e os povos nativos[19] há que se ter em conta a construção de tal espaço de maneira indissociável à história regional, qual seja, a trajetória dos povos, províncias e estados próximos ao Rio da Prata.

---

[18] Neste caso específico o termo "gaúcha" aparece entre as aspas por estar sendo tratado como gentílico e identidade cultural ao mesmo tempo. De acordo com a necessidade os termos gaúcho, *gaucho*, gaúcha e *gaucha*, serão utilizados de formas distintas a serem propriamente melhor explicitadas.

[19] Ver a questão da fronteira tripartida, disputada por portugueses, espanhóis e indígenas, freqüentemente esquecidos nesta disputa fronteiriça, abordada por NEUMANN Eduardo. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto, KÜHN, Fabio, GUAZZELLI, César A. B., NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

O Rio Grande de São Pedro, ou melhor, o Continente, em regiões fronteiriças, confundia-se em sua economia, política e, principalmente, na cultura, muitas das vezes, com os espaços do que viria a ser Uruguai, a Argentina e até mesmo com o Paraguai, pois que, de fato, esses territórios ainda não estavam atravessados por limites políticos, fazendo parte de uma grande comunidade em vias de estruturação através de seus órgãos estatais. Não por acaso, estudos históricos iniciais não apontavam o território dos Sete Povos das Missões como território sul-rio-grandense, já que esse poderia ser um capítulo da história espanhola de acordo com o tratado em vigor. Entretanto, muito tempo se passou para que se compreendesse academicamente que o Rio Grande do Sul não poderia ser estudado isoladamente, pensando-se apenas nos limites políticos atuais. O Rio Grande do Sul, em todas as suas facetas, fossem históricas ou literárias, havia de ser estudado como um território fronteiriço, inserido numa região maior: a platina.

Apenas recentemente se têm produzido alguns trabalhos no Brasil que visam ao estudo da formação de um espaço "platino" do ponto de vista historiográfico. Em 1990, Helen Osório ao defender a primeira dissertação de Mestrado do programa de pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, iniciava, sem o saber, um ciclo voltado aos estudos latino-americanos nessa universidade, recuperando o tema no Brasil[20].

A importância e o ineditismo desse trabalho são perceptíveis hoje, já que a dissertação citada tornou-se um "clássico" dentro da temática que estuda a história regional desde uma mirada que tem por objetivo a formação de um determinado espaço em função de grupos humanos que estabelecem uma fronteira política e cultural. A partir desse trabalho inaugural - que tinha por maior interesse entender questões de circulação da economia em detrimento da organização de um espaço - foram sendo produzidos outros tantos dentro do mesmo âm-

---

[20] OSÓRIO, Helen. *Apropriação de Terras e a Formação do Espaço Platino*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 1990.

bito de uma história integradora do ponto de vista territorial, já que os espaços estudados não o foram dentro de um corte "nacional", tal como hoje os conhecemos, e sim respeitando as especificidades dessas formações históricas, que naquele período obedeciam a uma lógica outra, já que se encontravam no cerne das disputas mercantis entre Portugal e Espanha[21].

Ao se pensar a literatura produzida no Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina como fonte histórica para entender a formação das identidades nacionais e/ou regionais análogas, bem como dar conta dos freqüentes encontros com a historiografia e conceitos trabalhados por ambas - como identidade, nacionalismo, federalismo, entre outros tantos - entrava-se em contato com segmentos acadêmicos bem definidos, ora em História, ora em Literatura. Hoje, o quadro parece estar em franca mudança: eventos como o já citado anteriormente, ocorrido em novembro do ano de 2004 através da organização do Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins em parceria com a cátedra de Brasilianística do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim, vão somando a estudos mais tradicionais um olhar marcadamente multi e transdisciplinar, com uma acolhida claramente multicultural, deixando para trás o específico de uma disciplina só[22]. Afora o *Simpósio Internacional Fronteiras Culturais no Cone Sul*, no ano de 2004 a cidade de Porto Alegre também

---

[21] Alguns autores representativos são, além da professora já citada: GUAZZELLI, Cesar A. B. *Caudilhos e "Montoneros" de la Rioja:* Sociedade e Discurso (1862-1867*)*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 1990**;** NEUMANN, Eduardo. *O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial, 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996; PICCOLO, Helga. *Rio Grande do Sul, Província Fronteiriça*: fator de instabilidade política no processo de Independência do Brasil? Anais da XIV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Salvador: 1994; WASSERMAN, Claudia. *A Questão Nacional na América Latina no Começo do Século XX*: México – Argentina – Brasil. Tese (Doutoramento). Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, para citar alguns dos trabalhos mais representativos.

[22] Participei como expositora no evento supra citado com o trabalho: *Fronteiras no Prata*: guachos e sombras - a identidade gaúcha e a literatura de Barbosa Lessa e Ricardo Güiraldes.

acolheu o *IX Simpósio Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada*, o qual recebeu o subtítulo temático de "travessias", denotando bem as várias pontes interdisciplinares que estavam sendo buscadas.

Inicialmente pensado como um esforço de reflexão historiográfica cercado e justificado por fontes literárias, o objeto em construção delineou-se cada vez mais marcadamente teórico dentro das reflexões propostas pelas diversas possibilidades que a Literatura Comparada proporciona no que tange ao exame do tema da identidade cultural na literatura regional; especificamente no caso do Rio da Prata. Mais que isso, é a noção da própria transformação do tema proposto a partir de um cenário mais próximo das questões multiculturais que meramente regionais; da aproximação, via literatura, de mundos politicamente separados, mas literariamente aproximados, de autores que se leram e revisitaram de alguma maneira, mesmo que pelos intertextos de seus contemporâneos. Trata-se, também, da inserção de uma cultura e uma identidade gaúcha em um horizonte que extrapola o regional, mas que chega ao nível global por meio das traduções e da agitação cultural em que se situam alguns de nossos protagonistas, como Ricardo Güiraldes e seu amigo francês, poeta, escritor, crítico literário e, sobretudo, tradutor Valery Larbaud[23].

O que se pretende desta feita é um trabalho interdisciplinar em que a tônica fundamental seja a articulação das disciplinas citadas de forma a complementar informações já obtidas em momento anterior através de fontes históricas e/ou historiográficas[24], a serem agora fundamento para uma incursão maior às fontes literárias. Neste sentido,

---

[23] Além de *Don Segundo Sombra* ter sido traduzido a dezenas de idiomas, contos de Barbosa Lessa, como Cabos Negros, por exemplo, chegaram a ser publicados na China.

[24] Quando de minha trajetória no mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, na qual desenvolvi a seguinte dissertação: *O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata*: a identidade regional e o Estado nacional. Porto Alegre: PPGHIST/UFRGS, 2000.

busca-se contemplar o estudo de temáticas latino-americanas de forma transdisciplinar, o que é fundamental para a realização de trabalhos - como o que se propõe - que buscam essa perspectiva teórico-metodológica, já que a presente proposta tenta promover um estudo que não se desloque de uma área a outra, mas que agregue conhecimentos apreendidos numa e noutra.

SOBRE GUAXOS E SOMBRAS

O autor argentino Ricardo Güiraldes é um autor canônico em seu país de origem, sendo leitura obrigatória na escola secundária, inclusive. Há vários especialistas argentinos e norte-americanos que se debruçam sobre sua obra, como pode ser comprovado na edição crítica[25], fartamente documentada com estudos preliminares, filológicos, intratextuais, histórico-antropológicos, entre uma boa gama de propostas de leitura. Entretanto, Güiraldes não é um autor estudado no Brasil com a mesma profundidade e profusão que na Argentina, muito embora este estudo tente mostrar justamente a proximidade existente entre a literatura de Güiraldes e uma produzida no Rio Grande do Sul, dando conta, as duas, do tipo regional *gaucho*.

Luiz Carlos Barbosa Lessa ainda não é um autor canônico nem no Rio Grande do Sul, nem no Brasil, apesar do romance *Os Guaxos*[26] ter recebido o prêmio maior das Academias de Letras Brasileira e Paulista em 1961 e do próprio Erico Veríssimo ter visto nele um prosseguidor da obra de Simões Lopes Neto. Talvez um dos motivos seja o fato de o autor ser percebido com alguma reserva pela univer-

---

[25] Edição crítica de *Don Segundo Sombra*, GÜIRALDES, Ricardo; edição crítica, VERDEVOYE, Paul, (coord.). 1ª reimpressão. Madri/Paris/México/Buenos Aires/São Paulo/Lima/Guatemala/São José da Costa Rica/Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997.

[26] LESSA, Luiz Carlos Barbosa. *Os Guaxos*. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Francisco Alves, 1961.

sidade, principalmente entre os historiadores, como um mero folclorista ou "inventor" do *Movimento Tradicionalista Gaúcho*, juntamente com Paixão Cortes. O fato é que sua obra contribui, e muito, para a literatura gauchesca e para o entendimento de um certo modo de vida identificado como "de raiz" gaúcha. Seu olhar sobre o homem do campo e, mais importante, o homem do campo pobre, descortina uma realidade ainda pouco trabalhada pelos historiadores e, provavelmente, pouco percebida como fonte documental literária pelos mesmos[27].

No caso da literatura rio-grandense, o homem do campo passou a ser trabalhado com novo fôlego na obra de Cyro Martins. A figura do *gaúcho a pé*, criatura desse escritor multifacetado torna quase irreconhecível o gaúcho *centauro dos pampas*, que não existia, nos tempos heróicos, sem o cavalo. Nos antagonismos campo *versus* cidade e paisano *versus* povoeiro, o mundo urbano e "civilizado" ameaçava a existência do gaúcho, mas o compromisso da literatura acabou sendo com a sua reinvenção:

> *"Os intelectuais rio-grandenses, preocupados em revelar as singularidades que caracterizavam a vida nos campos e os gaúchos, fizeram um mergulho no passado e construíram as imagens idealizadas que ainda perduram. Lidas, indumentárias, comidas, falares e outros tantos aspectos, foram esmiuçados e externados necessariamente em comparação com os usos e gostos contemporâneos dos espaços urbanos. Neste sentido parece válida uma analogia com os escritores do Prata: 'En su aspecto formal, la literatura gauchesca consiste usualmente en relatos en primera persona escritos en una lengua llena de ruralismos de diversos grados de autenticidad, color local, personajes típicos, y una imaginería que se supone reflejo de la vida rural y el hablar de las clases bajas.'"*[28]

---

[27] A pedra de toque desse trabalho foi justamente uma tese de doutoramento transformada em livro que buscava entender a história do Rio Grande do Sul a partir de fontes literárias que antes de tudo, procuravam entender a pobreza no estado. Ver TORRONTEGUY, Teófilo Ottoni. *As origens da pobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

[28] GUAZZELLI, Cesar A. B. *A Nova Fronteira dos Homens da Fronteira*: A Porteira Fechada do Mundo Urbano. 47 anos de Porteira Fechada. CELP Cyro Martins/IEL. Porto Alegre: 2001. Guazzelli cita SHUMWAY, Nicolas. *La Invención de la Argentina*. Historia de una Idea. Buenos Aires: Emecé, 1993. p. 84.

O que se pode inferir da citação acima é que o atual tradicionalismo gaúcho rio-grandense é criado por gente da cidade, fazendo uma leitura de como deveria ser a vida nos campos em um passado glorioso. Ou seja, mais uma vez, há uma leitura deslocada no tempo, de uma identidade teoricamente pertencente ao passado, entretanto, tal identidade é percebida num período anterior e por personagens que vivem noutro tempo e noutro ambiente social, qual seja, a cidade.

São intelectuais da cidade que dão voz aos narradores campeiros: Blau Nunes, Lautério, Fandango; o escritor se transforma no gaúcho que conta os causos. Por isso há uma legitimidade da identificação:

> *"Para justificar o caráter realista e 'verdadeiro' das reconstituições feitas pelos grandes regionalistas rio-grandenses, todos eles intelectuais urbanos, Augusto Meyer destaca a profunda ligação afetiva que tinham com os 'pagos', a nostalgia de uma vida campeira que os fazia buscá-la incessantemente, num contato o mais epidérmico possível com a terra e as gentes".*[29]

Os regionalistas procuram reconstruir uma realidade que está desaparecendo, suplantada pela colonização alemã e italiana e pela urbanização – não por acaso,

> " (...) *o movimento está associado justamente ao declínio econômico e político, do mundo da estância, como observou Sergius Gonzaga. A nostalgia de mitológicos tempos heróicos conduz à imobilização do passado, que aparece redivivo e acusando a dissolução do presente, que é o presente vivido por esses autores. Essa procura dos tempos perdidos recupera um homem do campo que já não existe, atribuindo-lhe falas e valores que já desapareceram, como escreveu Guilhermino Cesar*".[30]

Dentro dessa visão, o regionalismo gaúcho não repete Tolstoi: "*Conhece tua aldeia e serás universal*" – a literatura gauchesca congelaria os atores e as relações sociais – os autores, porém, ainda estariam muito ligados aos clichês *monarca das coxilhas* e *centauro dos pampas*. A dicotomia campo *versus* cidade, remete a outra: pas-

---

[29] Idem.

[30] Idem.

sado *versus* presente. Portanto, há a exacerbação do tipo regional que só tem no "seu" espaço e no "seu" tempo, que aponta para a existência de uma nova "fronteira".

Ainda segundo Cesar Guazzelli:

> *"Paradoxalmente, derrotado, o gaúcho permitia-se que lhe dessem voz, e prosperou a literatura gauchesca na Argentina, Uruguai e mais tarde no Rio Grande do Sul. Uma imensa gama de intelectuais – todos urbanos, é bom salientar – trataram de resgatar a cultura dos homens do campo, e atribuir-lhes qualidades fundadoras dos novos países, como coragem, altaneria, franqueza, amor à liberdade; dos grandes centros urbanos europeizados e oligárquicos vinham as homenagens à plebe da campanha, submetida à ordem econômica e política, recriando o gaúcho que não existia mais."*[31]

Parece que, no Rio Grande do Sul, onde a literatura gauchesca surgiu mais recentemente que no Prata, a idéia da pátria exibe as contradições presentes na própria historiografia regional, onde conviveram uma "matriz platina" e uma "matriz luso-brasileira"[32] explicando a formação do Rio Grande: os gaúchos rio-grandenses que deram seu sangue para afirmar a "marca portuguesa" no espaço platino castelhano, foram os mesmos que se rebelaram e repeliram a autoridade do Império, e os chefes farroupilhas receberam por parte dos literatos o papel de liderança incontestável dos homens da campanha. Os que defenderam a pátria negaram essa mesma pátria, e ainda hoje se comemoram em setembro o dia Sete e o dia 20 com igual intensidade e, quiçá, patriotismo.

As histórias de uma identidade regional aparecem dentro de uma "História" que homogeneíza o tipo social a partir de um passado nostálgico e pretensamente glorioso – os encontros e desencontros

---

[31] GUAZZELLI, Cesar A. B. O Tal Rei Nosso Senhor não se Enxergava Mesmo! Comunicação Coordenada apresentada no *XXI Simpósio Nacional de História da ANPUH*. Niterói, 2001.

[32] Os termos matriz luso-brasileira e matriz platina são tributários do trabalho indispensável de GUTFEIND, Ieda para se entender a formação histórica do Rio Grande do Sul: *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

entre história e literatura do Rio Grande do Sul e do Prata. Assim como se acredita que não se possa entender o Rio Grande do Sul como um território solto, meramente "brasileiro" historicamente, a literatura que se produz no Prata também é fruto de uma história incomum que une o que hoje são países distintos.

O *Blau Nunes* de Simões Lopes Neto mostra que a pátria dos gaúchos é a República Rio-Grandense; o *Martin Fierro* e o *Chacho* se apresentam como libelos federalistas, denotando ideais comuns aos gaúchos platinos:

> *"Esta operação feita pela literatura tornando o caudilho 'el sindicato del gaucho', para quem o Estado nacional liberal era nocivo, seria retomada pelo revisionismo ao longo do século XX, transferindo aos líderes populistas o protagonismo que tiveram os chefes guerreiros do século XIX. Assim, às camadas populares se afiançava a herança dos* gauchos *do passado, cujos anseios constituíam as bandeiras de luta dos caudilhos, dentre eles destacadamente 'Chacho', cuja 'reabilitação' teve por base o texto de José Hernández."*[33]

Desses encontros entre história e literatura há um resultado, ao menos: a historiografia é recriada pela literatura; ao mesmo tempo, a literatura recria a história e essa "nova história" aparece sendo utilizada para legitimar ações presentes ou justificá-las: um passado nostálgico, glorioso e sonhado revisitado através da literatura e criando tipos sociais e realidades não existentes nesse passado. Há uma uniformização, a negação das diferenças sociais: a chamada democracia de galpão. A historiografia latino-americana também aparece como tributária da literatura, e, neste caso, se pode exemplificar com o *Antonio Chimango* de Amaro Juvenal/Ramiro Barcellos - o qual, como sátira política que é, presta-se ao questionamento: é apenas literatura ou pode ser um relato de cunho histórico, ainda que sob o signo da provocação? Ainda caberia perguntar de forma amplificada: como a composição historiografia/literatura constrói identidades platinas ou mais, latino-americanas?

---

[33] Idem.

Não podemos esquecer de que os líderes políticos platinos escreveram livros fundadores: Sarmiento escreve *Facundo*, a tese identitária argentina, segundo Leopoldo Lugones. José Hernández escreve *El Gaucho Martín Fierro* e *La Vuelta de Martín Fierro*, antítese dessa identidade, a ser finalizada pela síntese *Don Segundo Sombra*, de Güiraldes, desde o ponto de vista do crítico argentino. O regionalismo e o federalismo na literatura mantêm o recorte regional historiográfico de oposição ao Estado nacional e às autoridades centrais e nesse sentido, o tipo regional inventado passa pela historiografia, mas antes pela literatura, com o uso político posterior – havendo toda a reinvenção de uma sociedade e mesmo de uma história.

PRATA E FRONTEIRA: O HORIZONTE GAÚCHO

Em relação ao recorte geográfico aqui focalizado, a grande fronteira que é região platina, tem-se o exemplo de como é complexa a questão da definição de a que território "pertence" uma população como o caso das Missões Jesuíticas. Na tentativa de enquadramento nacional, não é possível que se entenda essa realidade sem que haja uma visão integradora que não incorra em anacronismos, como o estudo dos espaços a partir de sua atual configuração política. Nesse sentido, o conceito de região província introduzido por Chiaramonte, nos foi essencial para uma primeira abordagem, já que leva em conta uma realidade histórica peculiar e tenta evitar anacronismos. Do ponto de vista cultural, a contribuição indispensável de Ángel Rama com as suas comarcas culturais. Se há fronteiras entre os territórios e entre história e literatura, também se pode dizer que não existe história que não seja regional e que não seja comparativa. Portanto, história do Rio Grande do Sul não é só do Brasil, mas, antes, do Prata e da América Latina.

A base desse estudo comparativo encontra-se na análise e cotejo de textos historiográficos e literários, buscando a constituição de identidades gaúchas: rio-grandense, platina e latino-americana de forma geral, do ponto de vista de um trabalho que se propõe integrador, trabalhando territórios que hoje compõem Estados Nacionais distintos com a participação de disciplinas na maioria das vezes trabalhadas de forma secionada.

Leva-se em conta neste projeto, que visa a utilização da noção de região-província, desenvolvida por José Carlos Chiaramonte[34], que as relações entre castelhanos e portugueses no espaço platino acabaram por conformar um espaço homogêneo, bem como a existência de um mercado interno vinculado ao centro "imperialista" mostra a possibilidade de uma interpretação além das fronteiras nacionais.

Justifica-se a utilização da noção de fronteira como questão fundamental na formação da identidade dos povos. Na América Latina, a ocupação lusa e hispânica conduz a situações de conflito e convivência de populações oriundas de diversas procedências na disputa desses espaços, o que é de interesse metropolitano. O estudo da fronteira é precariamente feito e compreendido pelas humanidades como um todo. Em geral, as noções trabalhadas mesclam-se à confusão existente entre fronteira e limite, e, neste sentido, há a transformação da paisagem natural em paisagem cultural. Segundo Zientara, "(...) *à tendência de fazer coincidir as fronteiras lingüísticas, culturais e econômicas com as estatais, opõe-se sempre uma outra em sentido contrário, como tendência à diferenciação das sociedades e à ultrapassagem dos limites do próprio grupo*".[35]

---

[34] CHIARAMONTE, José Carlos desenvolve este novo aporte conceitual, levando em conta as peculiaridades regionais de uma província do litoral argentino do século XIX em: *Mercaderes del Litoral – Economia y Sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1991.

[35] ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. *Enciclopédia Einaudi v. 14*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. p. 306.

Dessa assincronia, resulta o Estado nacional como imposição. Deve-se, então, levar em conta a fronteira menos como espaço definido naturalmente que como espaço construído pela mão humana – a fronteira tem pressupostos sociais e não geográficos. Faz-se necessário, também, frisar o caráter periférico da fronteira: a população fronteiriça é um grupo social à parte que se opõe a ambas autoridades estatais recém implementadas. Segundo Mariategui[36], autor caro tanto aos estudiosos de Literatura quanto de História, um dado que não pode ser secundarizado é o fato de a região ser anterior à nação; o projeto nacional, no caso das ex-colônias portuguesa e espanholas latino-americanas, é muito posterior à colonização e expansão da população branca nesses territórios, por exemplo. E essa população, muitas vezes desatendida pelas autoridades organiza-se em torno de interesses comuns que nem sempre convêm às demandas governamentais metropolitanas e/ou nacionais posteriormente.

O tipo de fronteira que se constitui na região platina é aquela à qual pode-se referir como "fronteira viva", ou seja, aquela fronteira porosa existente entre populações que mais aproxima do que afasta. Nessas regiões periféricas, carentes de autoridades centrais que nela se imponham, desponta a figura do caudilho, personagem essencial à compreensão do espaço platino como um todo enquanto mito carregado de caracteres próprios e agente social altamente participante na região como líder local. Mas o caudilho não existe por si só, sua cauda é composta por aqueles que, historicamente transformam-se em "gaúchos" ou *gauchos*, ou ainda, em guachos[37].

---

[36] MARIATEGUI, José Carlos. *Regionalismo e Centralismo*. Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

[37] Segundo o dicionário Houaiss, gaúcho pode ser o habitante da zona rural do Rio Grande do Sul e, por extensão, de todo o estado; ou ainda, o habitante da zona rural (pampas do Uruguai e da Argentina, que se dedica à criação de gado e, ainda, o peão de estância ou um bom cavaleiro). Já guacho, no mesmo dicionário, é: aquele que é criado por outro que não a própria mãe ou órfão, sem mãe, do *quíchua*: pobre, indigente, órfão e, ainda, estranho, estrangeiro.

Há que se levar em conta que as historiografias produzidas quando da afirmação desses Estados nacionais trata de separar, artificialmente, elementos que denotam a uniformidade de uma região, seus traços comuns e peculiares, que mais as unificam socialmente do que separam. Talvez seja o caso de se pensar que o que a historiografia "separa" a literatura "una". Se a fronteira existe como construção e o limite é artificialmente construído, é na literatura que o Estado nacional nem sempre importa, mas é onde as semelhanças podem ser mais bem percebidas: o gaúcho brasileiro e o *gaucho* castelhano e/ou platino aparecem como o tipo social que representa o passado glorioso de lutas e de felicidade. Aquele personagem que no século XVIII desponta como pária social, como um desordeiro, acaba por ser incorporado pela ordem social vigente no século XIX, sofrendo uma metamorfose em direção ao herói. Nesse sentido a literatura fica em oposição à historiografia quando trabalha tipos renegados pelos órgãos de divulgação histórica.

Um bom exemplo é, novamente e já em meados do século XX, a figura do gaúcho a pé de Cyro Martins[38], que trabalha pela primeira vez este tipo social de forma diferente da qual é caracterizado usualmente: sem o cavalo, sem nenhum tipo de posse. A literatura de Martins desmonta um ícone caro tanto à historiografia quanto à literatura gauchesca tradicional: o "centauro dos pampas" e o "monarca das coxilhas", a partir do momento em que mostra o gaúcho como talvez ele sempre tenha estado/sido, a pé e despossuído. Será o gaúcho a pé uma contradição semântica? Sim, pois se o termo original "gaúcho" pressupõe o cavaleiro, é porque há uma ressemantização.

Barbosa Lessa, em nosso objeto de pesquisa, o romance "Os Guaxos" trabalha essa noção do "herói" excluído, sem nome, órfão:

---

[38] MARTINS, Cyro. *Porteira Fechada*. Porto Alegre: Movimento, 1975.

> *"A História do Rio Grande do Sul – legendária e romanesca – foi escrita por homens guaxos. É verdade que as páginas dos livros guardaram apenas o nome glorioso dos caudilhos; mas, atrás de cada um destes chefes marcharam sempre, em colunas de cavalaria – e sem nem sequer saberem que existiam livros de História – centenas de guaxos*. (sic)[39]"

E assim segue descrevendo a participação dos guachos em diversas guerras pelo Rio Grande do Sul, defendendo não sabem o quê: se a propriedade do patrão, a estância (muitas vezes o único horizonte que conhecem); o Rio Grande, a Coroa Portuguesa ou o Brasil já emancipado. Das guerras, Barbosa Lessa chega à paz e estabelece o "andarengo" em um chão que não é seu, mas onde há a possibilidade de deixar de ser guacho, tornando-se posteiro (como é o caso de um dos personagens centrais do romance, Zacaria): "*Só depois que as fronteiras se fixaram e os homens se mataram à saciedade é que a paz foi sendo feita. Então muitos guaxos se assalariaram de peões, em estâncias que lhes garantiam a alimentação e mais um dinheirinho mensal para a roupa e 'os vícios'*"[40].

Já Ricardo Güiraldes trabalha, também, o *gaucho* muito próximo do guacho. A estudiosa de Güiraldes Élida Lois, em seu *Estudio Filológico Preliminar*[41], no qual coteja diferentes versões de *Don Segundo* (treze versões, entre manuscritos, provas de página, primeiras edições etc) para chegar a um texto mais completo, encontra interpretações significativas:

> *"Antes, es cierto, fui un gaucho, pero en aquel momento era un hijo natural [...] – Debe restablecerse la lección de ms. (manuscrito de Don Segundo Sombra) y cp. (Cópia mecanografada dos manuscritos):*
> *Antes, es cierto, fui un guacho [...] (p. 213).*

---

[39] BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. *Os Guaxos*. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Francisco Alves, 1961. p. 24.

[40] Idem, p. 25.

[41] Da edição crítica de *Don Segundo Sombra*, GÜIRALDES, Ricardo; edição crítica, VERDEVOYE, Paul. (coord.). 1ª reimpressão. Madri/Paris/México/Buenos Aires/São Paulo/Lima/Guatemala/São José da Costa Rica/Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997.

El autor alude a las diferencias de clase social por medio de la oposición de dos expresiones parcialmente sinonímicas (guacho/hijo natural), y la errata falsea un pasaje especialmente revelador acerca de la capacidad del lenguaje para connotar contraposiciones ideológicas."

O comentário de Élida Lois a essa passagem do texto (e a uma falha intencional ou não de datilografia ou revisão) é fundamental ao caráter que se quer trabalhar nessa pesquisa. Até onde guachos e *gauchos*, nas obras de Ricardo Güiraldes e Barbosa Lessa, confundem-se identificando um tipo social regional mítico, ficcional, mas também real do Prata?

Ernesto Sábato nos indica um caminho possível:

"Un crítico argentino, que pretende utilizar a Marx como maestro, sostiene que el Don Segundo Sombra de Güiraldes no existe, que es apenas la visión que un estanciero tiene del antiguo gaucho de la provincia de Buenos Aires; lo que es más o menos como acusar a Homero de falsificador porque exhaustivos registros llevados a cabo en las montañas calabresas y sicilianas no han dado com un solo cíclope. Com este mismo criterio de naturalista habría que rechazar a Modigliani por su manía de pintar mujeres com gargantas inexistentes. Pero inexistentes dónde? No desde luego en el espíritu del pintor. La diferencia entre Modigliani y una máquina fotográfica es que el arte no es una mera copia de la realidad externa sino un acto onto-creador, más cercano al sueño que al espejo.

Por ahí andaba todavía el modelo que empleó Güiraldes para inventar su personaje. Creo que se llamaba Segundo Ramírez. Los astutos admiradores de la fama lo exhibían a los turistas extranjeros. Evité la tristeza de conocerlo, pero aun así puedo asegurar que era un mistificador, porque el auténtico Don Segundo es el mito imaginado por Güiraldes, que misteriosamente reveló un secreto de la condición pampeana. Inmortal, como todos los mitos.

Que los sociólogos de la literatura y los profesores de folklore no pierdan tiempo tratando de desautorizarlo."[42]

---

[42] SÁBATO, Ernesto. *Mito y Realidad de Don Segundo Sombra*. p. XV, op. cit. VERDEVOYE.

ANTES DA LITERATURA, A HISTÓRIA

Inicialmente, há uma abordagem basilar de história regional, já que a região platina hoje constitui territórios de diferentes Estados nacionais. Neste sentido, não se pode incorrer numa visão teleológica da História, na qual os espaços são colocados como meramente "destino manifesto" e "vocação brasileira" do Rio Grande do Sul. O espaço, então, deve ser reconstruído enquanto objeto de análise. Segundo Westphalen:

> *"(...) quase sempre confundida a região a meros espaços geográficos confinados por divisões político-administrativas que nem sempre correspondem às tradições históricas, ou às tradições subjacentes da sociedade, da economia e da civilização. Muitas vezes Províncias, Estados, Comunas, arbitrariamente formados, anti-econômicos e mesmo contra-geográficos.* [43]"

Recuperar o passado da região é fundamental a fim de historicizar o espaço, negando o meio físico como um dado apriorístico e insensível às ações humanas – o que seria determinismo. As pesquisas de cunho regional geralmente não levam em consideração que o espaço também sofre ações humanas sobrepostas, as quais o modificam; a abordagem espacial marcada pelo empirismo e pelo naturalismo retira a historicidade do espaço.

A categoria analítica de região, no que diz respeito ao século XIX, encontra no já citado autor latino-americano um avanço. Para Chiaramonte, que trabalha especificamente com a área do Rio da Prata, o regional vem antes do nacional, já que as províncias representam a fragmentação do Vice-Reinado do Rio da Prata. Há a constatação de que havia vínculos mais sólidos do que se pensava entre as "regiões-províncias" no que tange ao comércio, já que os produtores mercantis eram locais, os caudilhos provincianos, portanto, a economia era "provincial".

---

[43] WESTPHALEN, Cecília Maria. História Nacional, História Regional. *Estudos Brasileiros*. n. 3, jun. Curitiba, 1977. p. 30.

A economia provincial e a existência desses caudilhos representa, praticamente - e isso é comprovado pelos inúmeros levantes regionais ocorridos no século XIX, como a Guerra dos Farrapos, por exemplo - a negação do Estado nacional. Por outro lado, em relação ao Prata, se a região-província é tomada como realidade, há mais contatos do que conflitos: as semelhanças entre *gauchos orientales* e gaúchos rio-grandenses, por exemplo, são bem marcadas pela literatura regional, a qual se mostra semelhante nessas regiões.

Dentro da problemática regional faz-se imprescindível lembrar a questão da autonomia das regiões-províncias fronteiriças em relação às autoridades centrais e que os contatos entre regiões-províncias ocorrem, muitas vezes, como forma de resistência às autoridades centrais. Os fronteiriços, como podemos chamar os habitantes dessas regiões, são comandados por caudilhos e acabam por compor os exércitos regionais que se opõem ao Estado central.

Por outro lado, a Literatura Comparada, para Nitrini[44], permite que se utilize o método comparatista na análise de obras de diferentes autores, países, línguas, literaturas. Sendo a questão identitária algo muito caro ao horizonte comparatista, principalmente o latino-americano, os meios dessa disciplina parecem ser os mais indicados à consecução desta proposta. A comparação dos dois textos fundamentais já citados deve ser feita, portanto, tendo por base os estudos desenvolvidos no âmbito comparatista brasileiro e latino-americano, levando-se em conta, principalmente as questões intertextuais nos dois trabalhadas como de forma análoga, muito embora partamos do princípio que se trata de duas obras produzidas em momentos diferentes - 1919 a 1926, para Güiraldes e 1959, para Lessa - e retratando, aparentemente, duas realidades “nacionais” ou, ainda, “regionais” diversas. A esse esforço novo - em meu caso específico -, deve unir-se o conhecimento das fontes históricas já utilizadas por ocasião do levantamen-

---

[44] NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada*. São Paulo: EDUSP, 2000.

to de documentos feito para o trabalho de mestrado, bem como de conceitos antropológicos e históricos também utilizados.

Discussões mais recentes, como as da coletânea *Nós, os Gaúchos*[45], trazem à tona reiteradamente a discussão, sempre muito presente nos corações e mentes rio-grandenses, dentro e fora da academia: o que somos agora que viramos brasileiros? Mas este título só faz sentido se pensado historicamente e no Brasil, já que na Argentina e Uruguai a palavra *gaucho* ainda tem um sentido mais próximo do original. O que se pode inferir é o fato de haver uma literatura de cunho gauchesco, a qual talvez remeta a incompletude da historiografia ao negar um passado comum que ultrapassa barreiras nacionais posteriormente criadas e a persistência de usos, costumes e tradições gauchescos, construídos artificialmente[46] ou não.

Talvez a principal herança de uma historiografia comprometida ideologicamente com o estado das coisas da década de 1920 no Rio Grande do Sul - quando é fundado o primeiro grande órgão divulgador da história regional, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – e que escreve sobre esse passado pretensamente heróico, seja o mito da democracia de galpão, o qual encobriria a real situação dos excluídos e marginalizados do poder e da riqueza na província de São Pedro.

Nosso gaúcho, relido pelas metáforas, como guachos e sombras, aparece como um ente que paira no horizonte platino, independente da necessidade de comprovações e justificativas, porque existente na imaginação de nossos escritores e como mito de nossos conterrâneos. Como ser fronteiriço que é, atravessou todas as barreiras ainda existentes entre língua e cultura. As tentativas, cada vez

---

[45] GONZAGA, Sergius, FISCHER, Luis Augusto (org.). *Nós, Os Gaúchos*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

[46] Exemplo de construção "artificial" que aqui se pensa está relacionado aos Centros de Tradições Gaúchas, de maneira geral, que remetem-se aos usos e costumes do "verdadeiro" Rio Grande do Sul, rural e glorioso.

mais profícuas de entendê-lo, em todos os lados dessa fronteira *bi* ou *tripartida* comprovam apenas – o que já é muito - seu caráter contemporâneo e sua necessidade de existir como ser de um microcosmo circundado pela selvagem homogeneização cultural. A barbárie agora é outra.

BIBLIOGRAFIA

BHABHA, Homi (ed.). *Nation and narration.* London;New York: Routledge, 1990

BOLAÑO, Roberto. *El Gaúcho Insufrible.* Barcelona: Anagrama, 2003. 177 p.

BOSAK, Joana. *O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata*: a identidade regional e o Estado nacional. Porto Alegre: PPGHIST/UFRGS, 2000.

BOSAK, Joana. Fronteiras no Prata: Guachos e sombras – a identidade gaúcha e a literatura de Barbosa Lessa e Ricardo Güiraldes. *Simpósio Internacional Fronteiras Culturais no Cone Sul.* Porto Alegre, 2004

CASANOVA, Pascale . *A República Mundial das Letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Mercaderes del Litoral* – Economia y Sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1991.

ECO, Humberto. *Dire quasi la stessa cosa* .Milão: Bompiani, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 43 – 63.

GONZAGA, Sergius, FISCHER, Luis Augusto (org.). *Nós, Os Gaúchos*. Porto Alegre: UFRGS, 1993

GUAZZELLI, Cesar A. B. *Caudilhos e "Montoneros" de la Rioja:* Sociedade e Discurso1862-1867. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 1990.

GUAZZELLI, Cesar A. B. *A Nova Fronteira dos Homens da Fronteira*: A Porteira Fechada do Mundo Urbano, 47 anos de Porteira Fechada. Porto Alegre: ELP Cyro Martins/IEL, 2001.

GUAZZELLI, Cesar A. B. O Tal Rei Nosso Senhor não se Enxergava Mesmo! In: *XXI SIMPÓSIO Nacional de História da ANPUH.* Niterói: 2001.

GÜIRALDES, Ricardo. *Don Segundo Sombra*. Madrid: Cátedra, 2002.

GÜIRALDES, Ricardo. Don Segundo Sombra. VERDEVOYE, Paul. (coord.). Edicción Crítica. 1ª reimpressão. Madri; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; São José da Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997.

GUTFEIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

HERNÁNDEZ, José. *El Gaucho Martín Fierro.* La Vuelta de Martín Fierro. Madrid: Melsa, 1999. 154 p.

LARBAUD, Valery. República Mundial das Letras. In*: Paris de France*. Paris: Gallimard, 1927.

LARBAUD, Valery. *Sous l'Invocation de Saint Jerôme*. Paris: Gallimard, 1946.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. *Os Guaxos*. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Francisco Alves, 1961. 349 p.

MARIATEGUI, José Carlos. *Regionalismo e Centralismo*. Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MARTINS, Cyro. *Porteira Fechada*. Porto Alegre: Movimento, 1975.

NEUMANN, Eduardo. *O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial, 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

NEUMANN, Eduardo. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto, KÜHN, Fabio, GUAZZELLI, César A. B., NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada*. São Paulo: EDUSP, 2000.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação de Terras e a Formação do Espaço Platino*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 1990.

PICCOLO, Helga. Rio Grande do Sul, Província Fronteiriça: fator de instabilidade política no processo de Independência do Brasil? *ANAIS da XIV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH*). Salvador, 1994.

RICOEUR, Paul. *La lectura del tiempo pasado*: memoria y olvido. Madrid: Arrecife, 1999.

SÁBATO, Ernesto. *Mito y Realidad de Don Segundo Sombra*. p.. XV, op. cit. VERDEVOYE, P.,

SHUMWAY, Nicolas. *La Invención de la Argentina*. Historia de una Idea. Buenos Aires: Emecé, 1993. p. 84.

TORRONTEGUY, Teófilo Ottoni. *As origens da pobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

VEJA, Maria José. *Imperios de Papel*. Introducción a la crítica postcolonial. Barcelona: Crítica, 2003.

WASSERMAN, Claudia. *A Questão Nacional na América Latina no Começo do Século XX:* México – Argentina – Brasil. Tese (Doutoramento). Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

WESTPHALEN, Cecília Maria. História Nacional, História Regional. *Estudos Brasileiros*. n.3, jun. Curitiba, 1977. p. 30.

WOLF, Fausto. *Gaiteiro Velho*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 159 p

ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. *Enciclopédia Einaudi v. 14*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. p. 306.

ESPAÇOS DE FRONTEIRAS NACIONAIS, PÓLOS DE INTEGRAÇÃO

Karla M. Muller*

* Jornalista, Relações Públicas e Publicitária; Profª Adjunta PPGCOM/UFRGS; Editora da revista eletrônica INTEXTO - www.intexto.ufrgs.br; Membro da diretoria do Instituto Alberto André (IAA/ARI); Colaboradora do Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins/Projeto Fronteiras Culturais - Cultura Fronteiriça.

INTRODUÇÃO

Os espaços de fronteiras há muito têm interessado estudiosos e pesquisadores por estimularem os povos na busca pelo novo, pelo desconhecido, por despertarem a curiosidade, o ímpeto de ampliar territórios, conhecimentos e realizar intercâmbios. Escrito há mais de 50 anos pelo historiador Fernand Braudel, o livro *O Mediterrâneo*[1] é um dos estudos mais curiosos e ricos existentes sobre o tema fronteira. Águas singradas por embarcações provenientes dos distintos po-

[1] A edição aqui utilizada é de 1992.

vos oriundos dos países que o cercam, o Mar Mediterrâneo tornou-se palco de acontecimentos e de conquistas iniciadas com o período das navegações, por volta de 1500. Espaço onde culturas se entrelaçam, línguas e moedas se confundem, ambiente opulento e cobiçado até por habitantes de terras mais longínquas, aquele espaço é cenário de disputas, guerras, conquistas, mas sobretudo de trocas.

A reflexão sobre "ser" fronteira é trazida por Boaventura de Sousa Santos, ao analisar o caso de Portugal. O autor considera a cultura daquele país como uma cultura fronteiriça, pois, segundo ele, no trajeto histórico cultural da modernidade, os portugueses foram tanto o europeu como o selvagem, tanto o colonizador como o emigrante. Ele destaca que "a zona fronteiriça é uma zona híbrida, babélica, onde os contactos se pulverizam e se ordenam segundo micro-hierarquias, sendo pouco susceptível de globalização" (SOUZA SANTOS, 1996, p. 153). Ao prosseguir na análise, salienta que, na relação de Portugal, com os países africanos e o Brasil, o país europeu serviu aos demais como passagem de acesso às culturas centrais. Ao tecer considerações a respeito dos tempos atuais, o sociólogo comenta que:

> O contexto global do regresso das identidades, do multiculturalismo, da transnacionalização e da localização parece oferecer oportunidades únicas a uma forma cultural de fronteira precisamente porque esta se alimenta dos fluxos constantes que a atravessam. A leveza da zona de fronteira torna-se muito sensível aos ventos. É uma porta de vai-vem, e como tal nem nunca está escancarada, nem nunca está fechada (SOUZA SANTOS, 1996, p.154-155).

Pode-se afirmar que, em um mundo globalizado, atravessado por trocas de informações, pessoas, mercadorias etc., as permutas se dão não apenas em pontos que estão dispostos lado a lado, mas, também (e cada vez mais) entre pólos longínquos. A discussão trazida por Boaventura de Souza Santos está voltada para a questão da cultura, no caso específico, reforçada pelo elemento lingüístico, já que, nos

países colonizados por Portugal, a língua do colonizador assumiu uma posição predominante.

Outro estudo sobre o tema, de indiscutível valor, foi realizado na divisa entre Estados Unidos e México (GARCÍA CANCLINI, 1990), salientando o convívio entre povos de nacionalidades distintas, onde os intercâmbios ocorrem, muito embora existam restrições comerciais e políticas entre os dois países, e movimentos de grupos americanos ultra-nacionalistas, contrários à integração. Nem as divisas físicas, como as estabelecidas através da construção de cercas de arame ou muros de concreto, nem as culturais, como a língua – o espanhol falado de um lado, o inglês, falado de outro, além das nativas, naturais daquela região e mais usadas pela população da periferia - impedem que os habitantes locais realizem trocas e intensifiquem o trânsito de um lado para outro. Ali, configura-se um processo dinâmico de hibridização, influenciado, também, pelas ações de entrelaçamento que se fortalecem e se ampliam por todas as partes, divulgadas pelos meios de comunicação.

No entanto, ao discutirmos questões que envolvem o processo de hibridização cultural, no continente latino-americano em especial, faz-se necessária a composição de um quadro mais complexo, envolvendo o processo de livre comércio e integração econômica e sociocultural, até mesmo porque podemos dizer, concordando com Canclini, que a América Latina é um "continente de intensas hibridizações, mas com baixa integração" (GARCÍA CANCLINI, 1997, p. 21).

FRONTEIRAS: UMA BREVE DISCUSSÃO CONCEITUAL

As fronteiras estão presentes no imaginário social como limite, aparecendo como naturalizadas. Entretanto, elas são mais do que isso, pois, ao mesmo tempo em que impedem, permi-

tem a passagem (MÉLO, 1997, p. 69)[2]. E o que queremos discutir, neste momento, é a questão fronteira vinculada à territorialidade, onde os pontos de contato estão dispostos lado a lado e, neste sentido, o conceito de fronteira precisa ser repensado.

A expressão fronteira origina-se no latim *frontaria*, significa o território que ficava em frente ou nas margens (ZIENTARA *apud* GUAZZELLI, 1997, p. 164). Se partirmos de uma avaliação mais ampla, é possível concordar, em parte, que os espaços das cidades de Uruguaiana e Paso de Los Libres, assim como Santana do Livramento e Rivera, configuram-se em fronteiras. No caso específico, municípios limítrofes de territórios nacionais, isto é, pontos de efetivo contato entre Brasil e Argentina e, Brasil e Uruguai, respectivamente. No entanto, a análise vai além disto, já que as linhas demarcatórias não correspondem a divisões naturais e, sim, a limites estabelecidos a partir de acertos, firmados entre governos nacionais. Grosso modo, o que se entende como fronteira constitui-se numa delimitação territorial que irá definir, no caso em questão, onde se encerra um país e onde se inicia outro, estipulando a interrupção do poder de um Estado num determinado território.

A concepção tradicional é de fronteira como barreira, limite, corte, descontinuidade. No entanto, esta visão, dadas às transformações mundiais em curso, torna-se parcial, reducionista, e, por isso, faz-se necessário buscar novos referenciais para o tratamento do tema:

> *el aspecto central del análisis de la dinámica fronteriza deja de ser la existencia de una región o una identidad cultural fronteriza y adquiere relevancia el estudio de prácticas sociales que logran articularse desde las diferentes sociedades nacionales. Esta perspectiva posibilita el análisis histórico de las relaciones de vecindad sin dejar de lado las consecuencias jurídico-políticas e*

---

[2] O texto faz referência a Morin (1987) que destaca que a fronteira simultaneamente abre e fecha, autoriza e proíbe a passagem, e ao posicionamento de Milton Santos (TV PUCSP, 1995) que ressalta que as fronteiras fazem parte de um processo, portanto, não são algo acabado.

ideológicas que una línea corpóreamente inexiste – como el límite[3] *– pueda tener en el ámbito internacional y local* (CHINDEMI, 2000, p. 78).

Alguns aportes funcionam como guias para compreender o avanço conceitual de *fronteira*. Entre eles, pode-se citar o de fronteiras-zonas que se constituem na organização do espaço pelo homem, caracterizando-se por extensas áreas inabitadas, como florestas e montanhas. Por outro lado, o conceito de fronteiras-faixas, apresenta a fronteira como muralhas e muros, e o de fronteiras-linhas, como demarcações que podem dividir organizações de grupos humanos em qualquer escala. É preciso levar-se em conta que, como as relações internacionais são redimensionadas, conseqüentemente, "vai mudando rápida e progressivamente o conceito tradicional de fronteira e as organizações espaciais vão se tornando cada vez mais internacionalizadas" (LEHNEM; JACOBS; COPSTEIN; GONÇALVES, 1990, p. 162). Por exemplo, o conceito de zonas de fronteira, apresentado por Sarquis, traz uma visão um pouco mais condizente com a realidade em questão. O autor as define como "amplas franjas territoriais de um lado e de outro das linhas de demarcação geográfico-políticas, no qual convivem populações com particularidades próprias que as diferenciam de outras partes dos territórios nacionais" (SARQUIS, 1996, p. 60).

O que surge em lugares como Uruguaiana-Libres e, principalmente, em Livramento-Rivera, é o que Iturriza, citado por Padrós (1994, p. 69), denomina de fronteiras-vivas, permeáveis, de tensão ou acumulação. São zonas isoladas e afastadas dos centros dinâmicos nacionais, com escasso e desigual desenvolvimento econômico com relação ao país, sem autonomia para tomar decisões locais, mas que têm recursos naturais pouco explorados e pouco conhecidos. Possuem deficientes vias de comunicação e acesso e estão próxi-

---

[3] Para a autora, se o limite é um elemento constitutivo da fronteira, e este não faz parte do território, a fronteira pode ser pensada como a negação desse, isto é, um espaço considerado como não-território.

mas de áreas de países vizinhos de conformação humana e geográfica semelhantes.

Nestes espaços, inexistem, com freqüência, fronteiras-barreiras já que há ação e interação dos agentes fronteiriços, estimulando dinâmicas específicas informais. É indiscutível que os enlaces que ocorrem entre os pontos de contatos, principalmente urbanos, entre os países do Extremo Sul da América Latina propiciam interações. Tais fronteiras, como ressalta Grimson (2000, p. 19), consideradas interestatais, não são naturais nem necessariamente produtos de acordos históricos que surgiram de relações de forças entre os Estados e suas relações com as populações locais; as identificações diferenciadas que surgem e se negociam na fronteira se vinculam a interesses das populações locais e as suas necessidades de organização social.

As regiões escolhidas para a presente reflexão possuem características similares no que diz respeito a sua configuração geográfica. Nelas foram instaladas comunidades urbanas que, com a dinâmica que lhes é peculiar, estabelecem intercâmbios constantes; além do que, pela constituição do Mercosul, elas tornaram-se cenário das passagens de trocas oficiais, importações e exportações, definidas a partir dos acordos econômicos, instituídos pelo Bloco.

Como demonstram os eventos históricos, a região foi palco de inúmeros conflitos, cujo pivô foi a demarcação territorial. De acordo com Sarquis (1996), o Nordeste da Argentina apresenta uma situação fronteiriça particular, posto que as províncias de Misiones e Corrientes são as únicas em contato com um país de fala não hispânica, o Brasil.

Esta região é o resultado de um processo de colonização (missões jesuíticas), de despovoamento e povoamento posterior (correntes imigratórias européias, asiáticas e de países vizinhos, sobre uma população nativa guarani que foi se dissipando através do tempo), onde vivia e, às vezes, sobrevivia, um amplo espectro de culturas e línguas (SARQUIS, 1996, p. 63).

O mesmo ocorreu nos espaços territoriais que ligam o Brasil ao país vizinho, Uruguai, onde foi criada uma vila, hoje Rivera, para conter o avanço do império brasileiro.

Como ressalta Milán:

> a atual zona de fronteira Uruguai-Brasil foi ponto de referência para a disputa política e militar entre interesses muito poderosos (a linha fronteiriça discutida pelo Império Português e o Império Espanhol mudou de lugar em sucessivas oportunidades); muitas vezes o povoamento de estâncias e fazendas, ou a fundação de vilas e fortes, foi o modo de reivindicar a soberania dos territórios. O enfrentamento político-militar foi sucedido pelo contato lingüístico entre o português e o espanhol, as línguas que colonizadores e soldados levavam consigo (MILÁN, 1996, p. 121-122).

Nestes espaços, registraram-se sucessivos movimentos de conflitos e acertos cooperativos. Desde o início da colonização, os rios que compõem a Bacia Platina constituíram-se em vias de comunicação visadas pelas grandes potências européias da época e que influíram em vários eventos, como a Guerra do Paraguai (1865-1870). No episódio, Brasil, Uruguai e Argentina uniram-se com o objetivo de derrotar Solano Lopes, dirigente paraguaio que, estimulado por interesses ingleses, deflagrou um acirrado conflito na região com o intuito de ampliar o território paraguaio. Esta tensão teve como um dos marcos a Retomada de Uruguaiana, ocorrida em 1865, quando, com o auxílio de tropas uruguaias e argentinas, o Brasil reintegrou a cidade ao seu território.

Hoje, em um período denominado de Consolidação do Mercosul, vemos novamente a região da fronteira ser palco de acontecimentos que refletem os acertos e os desacertos dos governos nacionais do Brasil, Argentina e Uruguai. Para Bentancor, o espaço físico da fronteira está compreendido pela superfície onde se dá a superposição de elementos socioculturais e intercâmbio econômico ‘legal e ilegal. A autora considera que “a efetiva integração socioeconômica, com o conseqüente aumento de intercâmbio, se encontra obstaculizada pela situação política interna dos países da Latino América” (BENTANCOR, 1995, p. 97-98).

Favorecidos pela região platina, outros vínculos culturais aproximam as comunidades das cidades da fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Hábitos como beber chimarrão e comer churrasco, fortemente cultivados pela população fronteiriça, estão entre os aspectos culturais que se transformam em amarras de união e interação, sendo reforçados pelas músicas e danças gauchescas e pelos laços de família, que nas idas e vindas entre um país e o outro, e com o passar dos tempos, criaram-se e intensificaram-se.

Pelas flutuações monetárias que ora beneficiam os moradores de um lado da fronteira, ora os do outro, o espaço torna-se propício ao comércio de produtos fabricados nos países envolvidos, estimulando, também, a comercialização de mercadorias provenientes de outras partes do mundo, como da China e de Taiwan. Este é um dos motivos pelos quais as regiões fronteiriças atraem imigrantes, entre eles os palestinos, a quem é atribuído um grande tino comercial.

Muito embora existam semelhanças entre as duas áreas selecionadas para a discussão, há elementos peculiares a cada uma delas. Até mesmo porque, em um dos espaços selecionados, a divisa do Brasil se dá com o Uruguai e em outro com a Argentina. E, por mais que estejam carregadas de traços similares, as identidades nacionais são distintas e as relações entre elas se dão de forma singular e merecem atenção em separado.

Se examinarmos o caso de Uruguaiana-Libres, temos ali um acidente geográfico que pode ser identificado como fronteira-barreira, no entanto, há muito tempo este tipo de elemento não se configura como um limitador. Com os avanços tecnológicos, passou a ser possível a transposição desta barreira através da construção de pontes e dos laços criados pelo homem, estabelecendo uma ligação permanente entre as duas cidades, onde o fluxo de pessoas, de mercadorias e de veículos é uma constante.

Vale ressaltar que, no exemplo aqui analisado, diferente do que ocorre no espaço do Mediterrâneo, onde o limite é o horizonte das

águas, em Uruguaiana-Libres é visível o território que pertence a cada um dos países que se avizinham, pois a outra margem do rio deixa pairar o sentimento de bloqueio, de limite. No entanto, nem assim o homem se sente acuado e, na tentativa de novas conquistas, por idéias expansionistas e para conviver com seus semelhantes, vê-se motivado a superar os desafios que a natureza lhe impôs, criando alternativas para possibilitar a aproximação.

Uma das formas de reforçar esta aproximação é a criação e o fortalecimento de blocos econômicos, movimento presente em todo o mundo e que envolve questões de diversas naturezas, como as que passam pelo ponto de vista econômico e financeiro, ultrapassando os poderes dos Estados Nacionais.

Assim, conforme explica Ianni, "surge uma transformação quantitativa e qualitativa do capitalismo além de todas as fronteiras, subsumindo formal ou informalmente todas as outras formas de organização social e técnica do trabalho, da produção e reprodução ampliada do capital" (1996, p 17). De acordo com o sociólogo, toda economia nacional, seja qual for, tornou-se província da economia global; o "modo capitalista de produção entra em uma época propriamente global" (IANNI, 1996, p. 17).

Em se tratando de Mercosul, o discurso integracionista é forte. Porém, como nos demais blocos econômicos, está pautado em acordos econômicos. Se a idéia é alcançar êxito em um processo que vise a integração entre os povos, fortes alterações deverão acontecer, como o que se passou com o bloco europeu, embora o exemplo não corresponda ao ponto ideal, sonhado e defendido por iniciativas integracionistas.

Os avanços terão que ocorrer em mais de uma matriz, que não só a pautada pelos acertos econômicos, mas envolvendo entendimentos nas áreas social e cultural, de modo a se configurar em um verdadeiro processo de integração. De acordo com Padrós, a idéia de integração refere-se a uma projeção que pretende ampliar as potencia-

lidades e recursos dos países envolvidos que passam a integrar uma unidade dimensionalmente ampliada.

O autor entende que esse processo não é, simplesmente, um somatório de possibilidades, mas a criação de um novo espaço de interação e negociação. Por outro lado, ressalta que "integrar não deve significar perda de identidade nacional, e sim, contato com outras identidades nacionais" (PADRÓS, 1994, p. 66). Seguindo esses cuidados, a integração pode ser o resultado de uma negociação equilibrada, dependendo, para isso, da existência de uma vontade política de todos os envolvidos. E, neste aspecto, a vida na fronteira torna-se uma peça chave, podendo auxiliar na composição de uma mudança que leve à efetiva existência de um elemento novo, integrado de fato e de direito.

INDICATIVOS PARA UM EXERCÍCIO INTEGRACIONISTA

Devido ao distanciamento que as zonas fronteiriças aqui trabalhadas têm, com exceção do Uruguai, do contexto nacional do qual fazem parte, elas se constituem em espaços periféricos, margens, bordas de um todo. O Brasil e a Argentina são países com grandes dimensões onde os espaços de fronteira estão a quilômetros de distância do governo central, pólos de tomada de decisões da vida nacional.

Entretanto, se subdividirmos o Uruguai, perceberemos o quão próximas suas fronteiras estão da sede do governo federal por sua pequena dimensão territorial, em relação aos outros dois países. Tal fato, no entanto, não impede que a vida do homem da região da fronteira, que habita as áreas limítrofes entre os países citados, apresente semelhanças.

Como bem observa Padrós, o homem fronteiriço possui uma mentalidade própria à integração, pois para ele as noções de espaço e

nacionalidade muitas vezes são tão abstratas quanto a idéia da existência de uma linha demarcatória que o separa do outro país. O autor ressalta que a fronteira integracionista não resulta de uma ação planejada, pois é anterior a isso.

As fronteiras vivas, caracterizadas por uma presença demográfica relativamente importante e por uma estrutura social complexa, "manifestam uma integração informal que sobrevive às conjunturas políticas de fechamento e de corte" (PADRÓS, 1994, p. 76).

A grande extensão geográfica e a diversidade de correntes migratórias que, desde a época da colonização, instalaram-se nos países analisados, sobre a base de uma população aborígine, trouxeram particularidades aos processos de evolução das economias regionais e nacionais. As trocas e o trânsito na região do Prata ocorreram desde os primeiros povos que habitaram aquele espaço. Os momentos de tensão sempre estiveram presentes, mais fortes em determinadas épocas. Entretanto, até mesmo através destes movimentos sociais, os intercâmbios foram estimulados e as trocas ampliadas.

A preocupação em resolver os problemas locais levou o homem da fronteira a criar mecanismos para tratar suas dificuldades e atender suas necessidades:

> "*las poblaciones de localidad fronteriza de dos estados nacionales pueden tener más contactos sociales entre si que con sus respectivas metrópolis, pero esto no modifican en si mismo – contra lo que a veces se afirma – la adiscripción nacional de sus pobladores*" (EVANS-PRITCHARD *apud* GRIMSON, 2000, p. 17).

Desta forma, o que se verifica é que não há razões intrínsecas para que as fronteiras significativas dos sistemas sociais sempre coincidam com as fronteiras culturais. Exemplos disto encontramos em diversos setores da sociedade de Uruguaiana-Libres e Livramento-Rivera.

Os habitantes desses espaços não se sentiram constrangidos em trocar relações pelo fato de serem componentes de nações distin-

tas. Indiferentes a isto, interagiram e constituíram espaços próprios comuns, invadiram terras internacionais, trocando informações, produtos, relações, configurando um novo espaço, criando normas e articulações definidas para atender àquelas pessoas, transgredindo determinações provenientes de instâncias situadas em círculos distantes, em áreas externas a elas.

Em Livramento-Rivera, as articulações estabelecidas entre seus moradores abrangem vários aspectos e acordos vão sendo firmados sem o menor constrangimento entre os municípios e, principalmente, através das instituições, que transformam o espaço em verdadeiras fronteiras abertas[4]. Em algumas situações, as autoridades representativas dos órgãos oficiais em nível nacional e estadual vêem-se obrigadas a "fechar os olhos", não por estarem coniventes com o desrespeito às leis, mas pelo fato de conhecerem a realidade local, compreendendo o quanto acertos informais são vitais para o desenvolvimento da comunidade fronteiriça.

O próprio conceito de fronteira é empregado de modo diferenciado por quem não é morador desse tipo de espaço e por um habitante desses locais. Para aqueles que vivem nestes lugares, a linha divisória é tênue e não passa necessariamente pela demarcação geopolítica. Eles se dizem "da fronteira"[5], incluindo-se em uma área diferenciada e ampla e deixando para regiões mais distantes, além das zonas urbanas, a responsabilidade pelos contornos nacionais.

---

[4] A expressão é empregada por Mélo, em seus estudos sobre as relações fronteiriças Brasil-Uruguai nos anos noventa naquele espaço (2000).

[5] Conforme adverte Grimson (2000, p.29), devemos ter cautela ao analisar zonas de fronteira, levando em conta dois elementos. O primeiro deles é o mito apregoado por seus habitantes que dizem que "a fronteira não existe" ou que "estamos integrados desde sempre", pois, apesar do que dizem os atores, é possível que a fronteira não exista para algumas coisas e para outras exista. O outro elemento a ser considerado é o discurso nativo da 'irmandade imemorial' como base articuladora de uma identificação transfronteiriça como zona periférica e marginalizada, contrária às respectivas metrópoles nacionais que, em termos locais, opera muitas vezes como base de sustentação de um protesto político contra o centralismo.

Por sua vez, em alguns momentos, os valores nacionais de cada um são chamados em defesa de uma identidade que o ligue ao seu país, como é o caso de disputas futebolísticas entre times do Brasil e do Uruguai. O policiamento local vê-se obrigado a fechar as principais passagens das ruas que ligam uma cidade a outra de modo a evitar confrontos entre torcedores mais ferrenhos.

Entretanto, até mesmo estes confrontos servem para demonstrar como o que se passa ali, onde os torcedores do Brasil são mais numerosos de um lado e torcedores do Uruguai preponderam do outro, é um processo interativo. Em que outros espaços esta rivalidade ficaria tão manifesta e controlada ao mesmo tempo? Em que outro espaço esta rivalidade teria um tempo definido de duração, 90 minutos? Se, por um lado, cada um quer demonstrar a superioridade do seu país sobre a outra nação a partir das equipes de futebol, por outro é o lugar onde este tipo de manifestação pode ocorrer sem que os desfechos sejam graves ou negativos. Na verdade, são "irmãos-*hermanos*" que se encontram para um "confronto fraterno".

Já em Uruguaiana-Paso de Los Libres, há mais resistência com relação aos acertos, mas eles são inevitáveis. Os pactos entre os dois municípios são em áreas mais específicas, como a comercial, e implicam acordos necessários para a sobrevivência, por exemplo, do mercado local. O que se verifica na fronteira destas duas cidades é que, por Uruguaiana ser considerada como um grande Porto Seco[6], conflitos ligados ao transporte de cargas por caminhões do Brasil para a Argentina e aos outros países do Cone Sul têm seu desfecho naquela localidade, envolvendo as duas aduanas, hoje unificadas. As tensões ali registradas, muitas vezes, são resultadas de problemas existentes nas políticas nacionais dos governos, refletidas nos acordos de ordem

---

[6] Uruguaiana é denominada o 'Maior Porto Seco da América Latina' considerando o grande fluxo de mercadorias que circulam em caminhões de carga provenientes do Brasil com destino aos demais países do Continente.

internacional entre seus dirigentes, com relação à exportação e à importação de produtos.

Nestes municípios, os choques são mais freqüentes e não se limitam aos confrontos esportivos, muito embora eles ocorram sempre que há um enfrentamento entre times brasileiros e argentinos, quando os torcedores de Libres fazem carreatas ao redor da praça central de Uruguaiana, provocando os representantes da torcida brasileira na derrota de uma equipe do Brasil. Já o inverso não é permitido. A polícia argentina proíbe a passagem dos torcedores brasileiros para o lado argentino, interditando a ponte.

Segundo depoimentos de uruguaianenses, a polícia do país vizinho é bem rígida quando um brasileiro está envolvido em um incidente do lado argentino. Até mesmo quando se trata de questões relativas ao rio Uruguai, a Guarda Costeira argentina é severa com os brasileiros que cometem infrações, como passar para as águas argentinas, chegando a prendê-los e deixando-os incomunicáveis.

O mesmo ocorre quando acontece um choque entre um automóvel dirigido por brasileiros em Libres. Há dificuldades para retirar o veículo e a autuação é lavrada na hora, com a exigência do pagamento da multa naquele instante e com moeda argentina. Estes são apenas alguns exemplos, citados pelos habitantes locais, de situações de conflito[7].

Este tipo de relacionamento, onde as diversidades da legislação de cada país são ressaltadas, não deixa de demonstrar que há uma interação permanente entre as partes envolvidas e que o que mais contribui para os desacertos são as decisões que são tomadas em nível nacional, por governos centrais, que ignoram a situação peculiar dos espaços fronteiriços.

---

[7] A discussão sobre o relacionamento de brasileiros com argentinos, tem uma base histórica segundo Jacks, Machado, Muller (2004), e muito tem relação com o paradoxo fraternidade/ rivalidade entre Brasil e Argentina ainda nos dias de hoje.

Por outro lado, movimentos são criados com o intuito de aproximar a comunidade fronteiriça [8]. Um deles é a Comissão Binacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis Paso de Los Libres - Uruguaiana, instituição fundada pelos moradores destes municípios preocupados com a preservação ambiental. Esta organização elege a cada dois anos seu presidente. A ocupação do cargo é alternada por um brasileiro e um argentino e a sede de atuação da entidade se desloca para a cidade da qual o dirigente é originário, Uruguaiana ou Libres.

As batalhas travadas pela Comissão em favor do ambientalismo fazem com que seus membros recorram aos governos municipais, estaduais e federais, com o objetivo de transpor as barreiras administrativas, políticas e de legislação em prol da natureza da região e da comunidade local. As questões relativas aos recursos hídricos são as mais importantes para a entidade devido à existência na região de um grande lençol freático, que se estende por uma área abrangida pelos quatro países do Mercosul[9].

Situações semelhantes ocorrem em Livramento-Rivera. Nestas cidades, uma entidade de cunho não-governamental, presente em vários países dos cinco continentes e que tem como objetivo trabalhar com jovens e crianças, nas áreas de educação, esporte e lazer, recebe uma denominação bem peculiar. A Associação Cristã de Moços / *Asociación Cristiana de Jóvenes* (ACM/*ACJ Frontera*) atua nas

---

[8] Na Guerra Civil que se desenrolou no Estado no período da Proclamação da República, as forças oposicionistas gaúchas – os federalistas ou maragatos – firmaram alianças com as províncias argentinas de Corrientes e Entre Ríos. Do lado uruguaio, os pontos de contato eram Rivera, Bella Unión e Cerro Largo. Nestes pólos, a ligação brasileira se deu através de cidades como Uruguaiana e Santana do Livramento, configurando a região em verdadeiro santuário dos quais a oposição lançava as invasões. Segundo Chindemi (2000, p. 84), a denominação maragatos surgiu pelo apoio de grupos uruguaios, descendentes de espanhóis provenientes de Maragatería, isso convertia os maragatos em invasores estrangeiros.

[9] Este lençol tem potencial para abastecer de água 150 milhões de pessoas num período de 2.500 anos.

duas cidades e conta com o apoio de voluntários brasileiros e uruguaios. Indiferente à linha divisória entre os dois países, esforços são somados e dificuldades são enfrentadas para que, até mesmo suas sedes regionais, localizadas em Porto Alegre e Montevidéu, compreendam as situações com as quais ela se defronta.

Quando da prestação de contas, a ACM/*ACJ Frontera* apresenta os resultados nas três moedas correntes em Livramento-Rivera: o real, o peso e o dólar. Os administradores, distantes da comunidade fronteiriça têm dificuldades em aceitar a realidade informada pelos coordenadores locais. Da mesma forma, colaboradores de ambos os lados da divisa não medem esforços, buscando ultrapassar os empecilhos decorrentes das leis municipais, estaduais e nacionais, causadores de entraves a projetos direcionados aos habitantes do lado brasileiro e uruguaio, firmando convênios e acordos para atender à comunidade local indiscriminadamente.

Estados que se propõem integracionistas deveriam priorizar nas suas análises o agente local fronteiriço e as relações por ele estabelecidas. Sua vivência pode auxiliar na compreensão do que venha a ser de fato e de direito um processo de integração e não chegar "*con fuerzas renovadas a las fronteras a partir de la 'integración'*" (GRIMSON, 2000, p. 12), exercendo um controle inédito sobre as populações locais, não raras vezes desconhecendo e anulando as histórias e tradições locais. Segundo Fedatto, "o processo de integração visando a uma sociedade mundializada, devia começar na fronteira, onde seus habitantes já aprenderam o respeito pelo outro" (1996, p. 117).

Tanto as relações de irmandade, generosidade ou as assimetrias fazem-se presentes em jornais e rádios locais que relatam o cotidiano das comunidades fronteiriças, traduzidas nos discursos de borramento de fronteiras, como o discurso político, o da integração. O estudo que analisa o espaço fronteiriço de Pasadas (Argentina) e Encarnación (Paraguai) através de dois jornais locais, um de cada uma das cidades, destaca que para algumas coisas a fronteira existe e para outras não. O autor conclui que:

"*buscar subrevivir, y quizá ascender socialmente, implica para ellos (os fronterizos de Pasadas e Encarnación) maximizar los benefícios de la frontera (...) el hecho de beneficiarse de la frontera no implica que consideren al otro como enemigo*" (GRIMSON, 2000, p. 228-229).

Portanto, uma das técnicas que possibilitam a análise de como o elemento fronteira está presente na vida dos habitantes dos espaços de divisas entre países é a realização de entrevistas sobre o que se passa no dia-a-dia, e que, geralmente, conquista espaço na mídia local. Desta forma, é possível verificar quais são os movimentos do homem fronteiriço para estabelecer um espaço próprio, peculiar aos habitantes das áreas limítrofes.

PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS

Entrar na realidade da região através do contato direto com seus habitantes, observando os personagens no contexto, ouvindo as vozes e falas e lendo os textos trazidos pela mídia local, são exercícios que auxiliam a observação de que a relação não é de todo harmônica, mas a presença da fronteira torna o espaço peculiar e ímpar.

Trouxemos à reflexão apenas alguns pontos para a discussão conceitual e exemplos práticos sobre mecanismos acionados por comunidades fronteiriças no intuito de dar conta das situações vivenciadas no dia-a-dia. Movimentos de interação realizados pelos habitantes locais transformam os espaços de fronteiras nacionais efetivamente integrados.

Não é privilégio do Rio Grande do Sul possuir cidades que façam divisa nacional com outras como é o caso de Uruguaiana-Libres e de Livramento-Riveira, nas quais o exercício cotidiano exige empenho, compreensão, enfim, alteridade de todos os sujeitos locais – população e instituições de modo geral - envolvidos. Outros tantos espaços urbanos poderiam ser enfocados como linhas de contato do território brasileiro com seus vizinhos latino-americanos. Entre eles pode-

mos citar Corumbá e Ponta Porã, municípios do estado do Mato Grosso do Sul, ambos localizados nas fronteiras nacionais que ligam o Brasil à Bolívia, através de Puerto Soarez e o Brasil ao Paraguai, através de Pedro Juan Caballero respectivamente.

Vale reforçar, que em muitos aspectos há semelhanças nas articulações realizadas em espaços de fronteiras, como a possibilidade de oscilar entre a designação de local e internacional, dependendo da situação e dos interesses em jogo. Entretanto, devido às singularidades, cada um desses grupos analisados apresenta características específicas, solicitando um olhar mais aprofundado que consiga identificar questões que respondam, de forma mais abrangente, como uma "matriz" - ou um quadro referencial - e questões que destaquem as especificidades de cada um.

Definir tal "matriz" solicita estudos mais criteriosos sobre a cultura e a identidade fronteiriças. Neste sentido, estudiosos[10] estão colocando em curso diversos trabalhos que contribuem com a identificação de elementos que possam ser considerados como constitutivos dessa cultura e dessa identidade. Os resultados obtidos com este tipo de investigação apontarão para índices que propiciem pensar as relações de fronteira como um todo e cada uma das regiões em particular. Desta forma, será possível definir melhor os processos de integração a partir e através das fronteiras.

---

[10] Diversos eventos estão trazendo a temática fronteira para o debate. Neles professores e pesquisadores do Brasil e de outros países discutem a questão. Entre eles podemos citar alguns dos quais estivemos participando nestes últimos meses: I Colóquio Transfronteiras Sul, realizado pela INTERCOM na PUC/RS em setembro de 2004, em Porto Alegre; Simpósio Internacional Fronteiras Culturais no Conesul, organizado pelo Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins, dentro da 50ª Feira do Livro de Porto Alegre, em novembro de 2004; Simpósio Fronteiras na América Latina, promovido pelo Mestrado em Integração Latino Americana da Universidade Federal de Santa Maria, também em novembro de 2004 nesta cidade; Sessão Arte e Cultura dentro do V Fórum Social Mundial que abriu espaço para a discussão Cultura e Identidade Fronteiriça: o caso gaúcho/ gaucho, preparada pelo Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins, em janeiro de 2005 na cidade de Porto Alegre.

BIBLIOGRAFIA

BENTANCOR, Gladys Teresa. Frontera y integración. In: CASTELLO, Iára Regina, HAUSEN, Ênio Costa, LEHNEN, Arno Carlos, SCHÄFFER, Neiva Otero, SILVA, Pedro Câncio da, SOUZA, Suzana Bleil de. (orgs.). *Práticas de integração nas fronteiras*: temas para o Mercosul. Porto Alegre: UFRGS, Instituto Goethe/ ICBA, 1995.

BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo y el mundo mediteráneo en la época de Felipe II*. v.2. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

CHINDEMI, Julia V. ¿Ciudadanos o extrangeros? Espacio fronterizo y soberanía territorial en el corredor internacional de Río Grande del Sur (1923-1935). In: GONZALES, J. A., GRIMSON, Alejandro. (comp.*). Fronteras, naciones e identidades*: la periferia como centro. Buenos Aires: Ciccus-La Crujía, 2000.

FEDATTO, Nilce Aparecida da S.F. Educação/ cultura/ fronteira: um estudo do processo educativo – cultural na fronteira Brasil-Paraguai. In: TRINDADE, Aldema Menine, BEHARES, Luis Ernesto. (orgs.). *Fronteiras, educação, integração*. Santa Maria: Pallotti, 1996.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. *Imaginários urbanos*. Buenos Aires: EUDEBA, 1997.

GARCÍA CANCLINI, Nestor**.** *Culturas híbridas*: estratégias para entrar y salir de la modernidad. México: Grijalbo, 1990.

GRIMSON, Alejandro. El puente que separó dos orillas: notas para una crítica del esencialismo de la hermandad. In: GONZALES, J. A., GRIMSON, Alejandro. (Comp.*). Fronteras, naciones e identidades*: la periferia como centro. Buenos Aires: Ciccus-La Crujía, 2000. p. 201-231.

GUAZZELLI, César A. Barcellos. *O horizonte da província*: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845**).** Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

IANNI, Octávio**.** *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JACKS, Nilda A., MACHADO, Márcia Benetti, MÜLLER, Karla M**.** *Hermanos pero no mucho:* el periodismo narra la paradoja de la fraternidad y rivalidad entre Brasil y Argentina. Buenos Aires: La Crujía, 2004.

LEHNEM, Arno C., JACOBS, Casimiro M., COPSTEIN, Gisela, GONÇALVES, Jussara M. O espaço fronteira Brasil-Uruguai. In: *Temas da integração latino-americana*. Petrópolis: Vozes, 1990.

MÉLO, José Luiz Bica. Reflexões conceituais sobre fronteira. In: CASTELLO, Iára Regina, KOCH, Mirian Regina, OLIVEIRA, Naia, SCHÄFFER, Neiva Otero,

MÉLO, José Luiz Bica de. *Fronteiras abertas*: o campo do poder no espaço fronteiriço Brasil-Uruguai no contexto da globalização. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

MILÁN, José Guillermo, SAWARIS, Gerri, WELTER, Milton Luis. El camino recorrido: lingüista y educadores en la frontera Brasil Uruguai. In: TRINDADE, A.

M., BEHARES, Luis E. (orgs.). *Fronteiras, educação, integração*. Santa Maria: Pallotti, 1996.

MORIN, Edgar. *O método 1*: a natureza da natureza. Lisboa: Europa-América, 1987.

PADRÓS, Enrique Serra. Fronteiras e integração fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual. In*: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais*. v. 17, n. 1/ 2, jan/fev. Porto Alegre, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade**.** São Paulo: Cortez, 1996.

SARQUIS, Patrícia. La educación en zonas de frontera: síntese de investigaciones realizadas en Argentina. In: TRINDADE, Aldema Menine, BEHARES, Luis Ernesto (orgs.). *Fronteiras, educação, integração*. Santa Maria: Pallotti, 1996.

STROHAECKER, Tânia M. *Fronteiras na América Latina:* espaços em transformação**.** Porto Alegre: UFRGS/ FEE, 1997.

TV PUC/SP. *Diálogos impertinentes*: fronteira. São Paulo: TV PUCSP, 1995. Fita de vídeo, 143 min. Debate entre Paulo Sérgio Pinheiro e Milton Santos.

Sugestão de sites para consulta

www.intercom.org.br

www.celpcyro.org.br

www.midiaefronteira.com.br

LA LITERATURA GAUCHESCA ARGENTINA Y URUGUAYA EN LOS SIGLOS XIX Y XX, UN ESBOZO*

Sabine Schlickers**

** Professor, Pesquisador da Universität Bremen

El proyecto de investigación *Fronteiras culturais e cultura fronteiriça no Rio da Prata* ahonda en la cuestión de en qué medida los textos, autores, personajes y acciones de y en la literatura gauchesca pueden ser interpretados como representantes de un mundo fronterizo caracterizado por transgresiones y subversiones. El presente esbozo se limita a mis primeras investigaciones sobre la literatura gauchesca de

* Versión elaborada de mi charla del 16 de julio de 2004 en un *workshop* del proyecto de investigación en el Instituto Latinoamericana de la Universidad Libre de Berlín, organizado por Ligia Chiappini, reproducida in: http://www.celpcyro.org.br/ WorkshopsdoprojetoPROBRAL.htm

Argentina y del Uruguay, para vincularlo y completarlo en estudios siguientes con la literatura brasileña.

1 - EL CONTEXTO HISTÓRICO

Estamos en la primera mitad del siglo XIX, en una época en la que se definen los estados y las fronteras. **Uruguay** pertenecía como "Banda oriental" a España, pero hasta bien entrado el siglo XIX, hubo constantemente luchas por la hegemonía entre españoles y portugueses. La independencia de la Argentina en 1810 originó también en Uruguay una rebelión; no obstante, en 1817 el país fue colonizado por el Brasil hasta independizarse definitivamente en 1828. Las siguientes décadas se caracterizan por guerras civiles y disputas entre el partido colorado de los liberales y el partido de los blancos conservadores.

En la **Argentina** hubo asimismo en el primer cuarto del siglo XIX muchas guerras y revoluciones[1]; la constitución de 1819 no respetaba más la autonomía de las provincias, lo que provocó una protesta de "los 13 ranchos". El conflicto central residía en esta continua rivalidad entre la capital y las provincias. Hubo cierto desarrollo económico en las ciudades, pero simultáneamente escasez y pobreza en el campo, por lo que los gauchos se convirtieron pronto en nómadas o criminales, o emigraron a las ciudades.

En 1825, los federalistas vencieron a los unitarios; su líder, el general Rosas, primero gobernador de Buenos Aires (1829-32), se convirtió después en un dictador cruel (1835-52). En 1826, la constitución fue declarada inválida – el experimento liberal había

[1] Empezando en 1806 con la llegada de tropas bajo el mando del general británico Whitelocke, la victoria de los argentinos y la proclamación de Liniers como virrey provisorio en 1808, y el "Día de la patria" (caída del virrey español) en 1810.

fracasado. Las "Provincias Unidas del Río de la Plata", como Argentina se llamaba en aquel entonces, eran una ficción: tal unidad o institución no existía, los estados federales inhabitados en los que existían unas pequeñas ciudades coloniales exigían su autonomía y tenían sus propios caudillos que luchaban o contra Buenos Aires o entre ellos mismos – en esos años violentos nació, pues, el mito del gaucho (rebelde) y de la pampa.

2 - GÉNESIS Y DESARROLLO DE LA POESÍA GAUCHESCA

La poesía gauchesca se desarrolla entre las guerras de independencia y la constitución definitiva del estado argentino en 1880. Siguiendo a Ángel Rama (1976:106), se pueden distinguir tres fases[2]: Bartolomé Hidalgo (1788, Montevideo-1822) inicia con su primer cielito en 1812 la primera fase de carácter revolucionario. Durante la era rosista predomina la "fase partidista", representada por Hilario Ascasubi (1807-75), quien destacaba sobre innúmerables versificadores de las gacetas gauchi-políticas editadas por los bandos en pugna para difundir entre el proletariado rural sus consigas de lucha. Rosas quería destruir el liberalismo, unitarismo según él, y comandaba la Mazorca, una suerte de escuadra de muerte, que perseguía a los unitarios. El famoso cuento "El matadero" de Echeverría ilustra esta situación de represión bárbara, asimismo como el famoso poema "La Refalosa" de Ascasubi. El subtítulo reza: *Amenaza de un mazorquero y degollador de los sitiadores de Montevideo dirigida al gaucho Jacinto Cielo, gacetero y soldao de la Legión Argentina, defensora de aquella plaza,* y luego sigue un largo apóstrofe del mazorquero:

---

[2] Anteriormente, Walter Rela (1967:9-15) había hecho ya esta distinción – es raro que Ángel Rama no mencione a su compatriota.

> Mirá, gaucho salvajón [...] Unitario que agarramos/lo estiramos [sigue una larga descripción de los distintos métodos de tortura que termina con la muerte del unitario:] y entonces lo desatamos/y soltamos; y lo sabemos parar/para verlo *refelar*/¡en la sangre! [...] De ahí se le cortan orejas,/ barba, patilla y cejas;/ y pelao/ lo dejamos arrumbao,/ para que engorde algún chancho,/ o carancho. // Con que ya ves, Salvajón;/nadita te ha de pasar/después de hacerte gritar:/¡Viva la Federación!

Puesto que la mayoría de la población rioplatense de aquella época era analfabeta, las gacetas gauchescas, hojas sueltas y canciones de la época servían como instrumento de información y de educación; el poeta era un asalariado que ponía su talento al servicio de un gobierno[3].

La tercera fase, la "de agotamiento", está representada por el *Fausto* (1866) de Estanislao del Campo*;* políticamente, esta fase corresponde al triunfo económico del liberalismo, que comienza con la presidencia de Mitre en 1862. Josefina Ludmer (1988), en cambio, señala –como la gran mayoría de los críticos– que esta última fase termina con la obra cumbre de la poesía gauchesca: el *Martín Fierro II* (1879) de José Hernández. Ludmer opina que éste "no pudo escribir sin *Fausto* y nombró el título en la carta-prólogo, [...] para situarse en el otro polo, en el lugar de la pérdida y las lágrimas" (LUDMER, 1988:125). Lo nuevo del *Fausto* era "la despolitización, la autonomización de lo literario" (ibid., 242), mientras que Rama (1976:106s.) lamenta –en una lectura revanchista– justamente este aspecto:

> adecuado a un nuevo público (los salones mundanos de Buenos Aires a los que pertenecía del Campo), de ahí una construcción más compleja, enfrentamiento de diversos planos [...]. Este sector, en cambio, debe apropiarse de los gauchos dentro de una concepción de tipo nacional, dado que se considera el intérprete de la totalidad nacional, y lo hará mediante una imagen jocosa y esmaltada que los edulcora, disminuye a nivel de juguete y les arranca todo empuje rebelde.

---

[3] Cfr. Rama (1976:97). Me pregunto si existían en el Brasil también gacetas gauchescas que cumplían esta doble función informativa y educativa.

Mirando el texto de del Campo, se reconoce fácilmente, empero, una fuerte crítica social. Así, se menciona la escasez que existe debido a la guerra: "-Hace como una semana/que he bajao a la ciudá,/ pues tengo necesidá/de ver si cobro una lana;/pero me andan con *mañana,/ y no hay plata, y venga luego*. [...] –Vamos a morir de pobres/los paisanos de esta tierra" (*FAUSTO*, 60). Luego, el machismo que le impide al oyente (Laguna) entender el conflicto de Fausto, y que recurre al lema del Don Juan Tenorio de Zorrilla (1844): "Por hembras yo no me pierdo:/la que me empaca su amor,/pasa por el cernidor/Y... *si te vi, no me acuerdo.*" (75), mientras que Anastasio el Pollo, el espectador de la ópera de Gounod, concibe el amor como romántico y se identifica a tal punto con la heroína, que sintió "dos lágrimas asomarse" (82), lo que Laguna comenta con "-¡Qué vergüenza!". Pero Anastasio lo corrige, describiéndole todas las libertades gauchescas: la defensa por actos de honor, la fuga delante de la autoridad, la posibilidad de hospedarse en cualquier rancho, la posibilidad de ganarse la vida trabajando con bolas, lazo y maniador, de volver siempre a su pago. Y: "Engaña usté a una infeliz,/y, para mayor vergüenza,/va y le cerdea la trenza/antes de hacerse perdiz.// La ata, si le da la gana, en la cola de su overo,/ y le amuestra (sic) al mundo entero/la trenza de ña Julana" (ibid., 83). Las mujeres o chinas, en cambio, solas y despreciadas no pueden sino "soltar al aire su queja" y "empapar con llanto el pelo/del hijo que usté le deja." El mismo motivo aparece posteriormente en *Santos Vega* de Ascasubi. Rama lo lee bajo la misma óptica renegadora, sólo por el hecho de que Ascasubi haya publicado esta obra en París, lo que basta para que Rama le adjudique cierta alienación, o sea, una "falsa reinterpretación de los orígenes" (1976:122) –aunque no lo comprueba textualmente[4].

---

[4] Tendría también dificultades para comprobarlo, ya que *Santos Vega* ahonda en el mismo problema con respecto a los hijos mestizos, fruto de los casamientos entre caciques y cautivas, en este caso: "Y hay cautiva que ha vivido/ quince años entre la indiada,/ de donde al fin escapada/ con un hijo se ha vinido, / el cual, después de crecido,/ de que era indio se acordó/ y a los suyos se *largó*; y vino otra vez con ellos, y en uno de esos degüellos/ a su madre libertó" (SANTOS VEGA, 17).

En cuanto al posible agotamiento del género constatado por Rama, yo me pregunté cuándo murió el gaucho. En la literatura de investigación se encuentran opiniones contrarias[5]; Hernández mismo testimonia algo arbitrariamente en su prólogo de 1872: “al paso que avanzan las conquistas de la civilización, [el gaucho] va perdiéndose casi por completo”. Según mis propias investigaciones (SCHLICKERS, 2003:60-66), el medio rural se despobló en Argentina alrededor de 1870/80, y en Uruguay a partir de 1890, lo que tiene que ver con la moder-ni-zación de las estruc-turas de pro-duc-ción en el campo. Hernández describió, pues, una existencia todavía real en el momento de su publicación, pero su obra cierra definitivamente el género de la **poesía** gauchesca. Las siguientes n**ovelas** gauchescas representan un tipo idealizado que pertenece al pasado, o bien un tipo degenerado, que no logra acostumbrarse a los nuevos modos de vida[6].

En resumen, citando a Rama (1976:76): “entre la Revolución de Independencia y la República constituida, [...] un pequeño sector de la burguesía [...] creará [esta] literatura [...] con una capacidad estética de sobrevivencia que no consiguieron los productos del neoclásico de la época”. Juan María Gutiérrez reconoció también en su prólogo a *Santos Vega* de Ascasubi: “este género es lo único original que tenemos, lo único que puede llamarse americano; todo lo demás es una imitación más o menos feliz de la poesía europea”. Los poemas épicos gauchescos son, pues, las primeras obras literarias emanci-padas de Uruguay y Argentina, lo que habla en favor de la hipótesis del proyecto de que la gauchesca es una literatura nacional que “é tanto um processo de exclusão ou segregação como um processo de inclusão e abertura de

---

[5] Según Meyer-Minnemann (1986:14), la oligarquía rechazaba primero el *Martín Fierro*. Sólo décadas después, cuando el gaucho ya no existía, pudo convertirse en el poema épico nacional para todos los argentinos. Garscha (1978:22), en cambio, opina que ya en el momento de la publicación –o sea, en los años 70– los gauchos libres ya no existían en ninguna parte.

[6] Por ejemplo, en la narrativa de Javier de Viana (ver SCHLICKERS, 2003:301-312).

textos literários”[7]. Pero no estoy segura de si se puede confirmar la segunda hipótesis, según la cual “nos textos que contribuem decisivamente para a formação da literatura nacional, a ficcionalidade predomina, enquanto as literaturas regionais são marcadas sobretudo pela referencialidade”. Tal vez reside también en el hecho de que no esté segura de si la poesía gauchesca de las dos primeras frases tiene que concebirse como literatura nacional o regional. Volveré un poco más adelante a este punto.

3 - GÉNESIS Y DESARROLLO DE LA NARRATIVA GAUCHESCA (1880-1935)

Ludmer y Rama limitan el objeto de su investigación a la poesía gauchesca de Argentina y Uruguay. Faltan investigaciones detenidas tanto de la producción del teatro gauchesco como de la novela gauchesca en el Río de la Plata y en el Brasil. La primera manifestación de teatro gauchesco data de 1823, y se llama *Las bodas de Chivico y Pancha*[8]. La investigación del teatro gauchesco, del sainete, del grotesco, del canto (tango y milonga), etc. de este período constituye una laguna que valdría mucho la pena investigar.

Según el cómputo de Schäffauer (1998:135), tan sólo en 1885 salie-ron 16 “novelas gauches-cas” de Eduardo Gutiér-rez [...], lo que

---

[7] “De um lado era necessário excluir textos fortemente marcados pela sua regionalidade de um projeto de literatura nacional [como] textos que colocavam em questão os limites nacionais [...]. De outro lado era preciso assegurar também simbolicamente as fronteiras estabelecidas pelo poder político—que só raramente coincidiam com fronteiras lingüísticas e culturais. Isso ocorreu através da confirmação literária da Nação conquistada politicamente, como Movimento cultural próprio em direção ao seu interior e como demarcação rigorosa em relação ao exterior. Os romances de José de Alencar são um bom exemplo disso” (Linha de pesquisa 1).

[8] Agradezco a mi colaboradora Ana Luengo de haber encontrado este texto.

equi-vale a un cuarto de la pro-duc-ción lite-raria anual (58 títu-los en total). Esto nos lleva al problema de la intensión y exten-sión del térmi-no "criollismo" y de las distintas acepciones que tiene en la "comarca pampeana": Según Prieto (1988: 64 y 186), en la Ar-gen-tina de los años noventa era sinóni-mo de "literatura popu-lar", como lo demuestra también la colección "Biblioteca Criolla" de Lehmann-Nitsche en el Instituto Ibero-america-no de Berlín. Ernesto Que-sa-da (1902) fue el pri-mer le-tra-do ar-gen-ti-no que estu-dió esta cre-cien-te lite-ratura popu-lar, "seu-dogau-ches-ca" y "per-nicio-sa", puesto que impone el peligro de imitación de actos violentos por parte de un público inculto. En Uruguay y Chile, por el contra-rio, los litera-tos y críti-cos se refe-rían con el térmi-no "Criollis-mo" a unos tex-tos narra-tivos cul-tos cuyos mundos diegéticos se sitúan en el cam-po (cfr. SCHLICKERS, 2003:75s.). Un artículo que salió en 1894 en el diario *La Razón* (Montevideo) documenta, empero, en contra de mi afirmación citada, una actitud de la clase superior uruguaya igualmente despectiva con respecto al criollismo. Comentando la fundación de la Sociedad Criolla, el articulista escribe:

> Fuerte y feo ha entrado el amor por las costumbres nacionales; o mejor dicho por las costumbres de pa juera, porque aquí a Dios gracias no es todavía traje común el de la bombacha [...] Se ha organizado una gran Sociedad, [...] cuyo único objetivo es conservar en la ciudad, a través del progreso, que perfecciona los hábitos y modifica las costumbres, el pericón y el canto de contrapunto, que la influencia benefactora de otra civilización superior ha delegado a los departamentos más atrasados de la República, donde la escuela no ha terminado aún su misión instructiva (citado en GUARNIERI, 1987:83s.).

Para el Brasil, por el contrario, este término parece no tener ninguna vigencia[9]. Las distintas acepciones del término "criollismo"

---

[9] Existen además diferencias raciales con respecto a la acepción del término criollo. En la novela naturalista *Bom crioulo* (1895) de Adolfo Caminha, el "crioulo" es un marineiro homosexual de piel negra, lo que corresponde a las acepciones de "crioulo" en el diccionario *Novo Aurélio*: "1. Diz-se de qualquer indivíduo negro [...]. 3. Referente ao negro nascido no Brasil.". Sólo la segunda acepción corresponde a la española: "indivíduo branco, nascido nas colônias européias, particularmente na América".

nos remiten a las definiciones de Ludmer, para quien el género gauchesco es "un uso letrado de la cultura popular" (11), concibiendo lo popular como algo positivo, contrapuesto a la "cultura de masas". Rama critica indirectamente el uso letrado:

> [...] desde un nivel culto elevado proyectándose hacia abajo, hacia un nivel educativo inferior, tal como lo prueba la elección de la lengua campesina de las obras que contrasta violentamente con la escritura de los prólogos o artículos (RAMA, 1976:123).

En su *tratado sobre la patria* –que carece de una bibliografía, de un índice y de un modelo genérico– Ludmer establece tan sólo unas reglas: "*La primera regla del género es la ficción de reproducción escrita de la palabra oral del otro como palabra de otro* y no como la del que escribe" (72s.). Esta regla es –a mi modo de ver– una paráfrasis de la frase de Rama que acabo de citar. "*La segunda regla es la construccion del espacio oral*, el marco de la "voz oída". Podríamos resumir: la situación ficticia de la narración es oral, ya que el gaucho-narrador se dirige cantando a su público intradiegético. El segundo rasgo genérico sería entonces la oralidad fingida en un sentido doble: en cuanto a la enunciación misma y en cuanto a la situación enunciativa.

Aparte de estos rasgos genéricos a nivel del discurso habrá que reconstruir los rasgos genéricos a nivel del **contenido**. Tenemos primero el protagonista, que suele ser un "gaucho malo". Pero no malo de por sí, sino malo debido al influjo del medio ambiente, del sistema de injusticias en el que le ha tocado nacer. Suelen aparecer dos elementos, a veces juntos: 1) La delincuencia campesina reside en el hecho de que el gaucho no tenga ni trabajo ni tierra y robe reses para sobrevivir. 2) Las revoluciones y las guerras de independencia necesitaban hombres válidos como los gauchos, que fueron obligados a luchar. Jurídicamente, esto fue posible gracias a la "ley de levas", y su corolario, la "ley de vagos" (ver LUDMER, 1988:231), así que muchos de ellos trataron de huir o se incorporaron a partidas de matreros y gauchos

alzados[10]. Además, hay que tener en mente que los códigos de los gauchos no corresponden a los códigos de los ciudadanos que hacen las leyes: la propiedad privada, por ejemplo, no existía en el código consuetudinario del gaucho; tampoco estaba prohibido "matar en duelo si se es ofendido"[11].

Sarmiento, quien renegaba de la "barbarie" que vio representada en el gaucho, lo introdujo, sin embargo, como arquetipo de la identidad argentina que reside en cierto sincretismo entre elementos "bárbaros" criollos y "civilizados" eurooccidentales[12]. Tal vez valdría la pena ahondar en los gauchos como modelos de identidad para Argentina/ Uruguay y Brasil, y destacar las diferencias en las respectivas literaturas nacionales o regionales. Entonces veríamos que no todos los gauchos son malos, como lo ilustran los casos del gaúcho Manuel de Alencar (1870) y de *Los 3 gauchos orientales* del autor uruguayo Lussich, pero hay asimismo casos en la literatura argentina: *Fausto* y *Don Segundo Sombra* de la novela homónima de Güiraldes, por lo que tenemos que concluir que la delincuencia es un rasgo variable.

---

[10] Ludmer destaca que Martín Fierro ejemplifica esta situación de injusticia: debido al trabajo forzoso y sin sueldo para el ejército, se convierte en un gaucho malo. Juan Filloy reescribe esta temática en el cuento "El Juido" de su saga gauchesca *Los Ochoa* sobre la que proyecto hacer un estudio singular, junto con uno sobre su novela *La potra* que salió un año más tarde.

[11] En el cuento "El carbunclo" de la mencionada saga de Filloy, esta diferencia de códigos se parodia: El protagonista gaucho Primo Ochoa orina en cualquier lado y es arrestado por ello, ya que la mujer del veterinario monta tanto escándalo cuando se topa con Primo en esta ocasión que su marido lo denuncia en la comisaría. Lo trágico de este cuento reside en el hecho de que el veterinario descuida en pos de la venganza sus tareas y su código ético-moral y no visita al hijo de Primo Ochoa cuando éste tiene una infección altamente inflamada. Por consecuencia, el hijo se muere.

[12] "El caudillo Rosas forma un ejército europeo, mientras que los liberales europeizantes ensayan la táctica de la ´montonera´. El resultado militar-cultural según Sarmiento: ´el gaucho toma la casaca; el militar de la Independencia, el *Poncho*´; [...] el espíritu de la pampa ´está alli en todos los corazones; pues si os levantáis un poco las solapas del frac, hallaréis siempre el gaucho más o menos civilizado´ (SARMIENTO: *Facundo*, citado en DILL, 1994:67).

Personalmente, creo que la diferencia entre literatura nacional y regional reside en este grado de la identificación de la mayoría de la población con cierto tipo autóctono, y no tanto en el grado de referenciabilidad. Países como Argentina y Uruguay, que se caracterizan por la estructura social "capital vs. campo" o "ciudad vs. provincia", no tienen regiones muy variadas como el Brasil con la Amazonia, el Sertão, el interior, la costa, etcétera.[13]

Se impone entonces la siguiente pregunta: ¿nacionalismo o regionalismo? Siguiendo a Carlos Alonso (1990), expongo brevemente el concepto del regionalismo literario que predomina en la hispanística: hay otros términos parecidos como novela de la tierra, novela criolla, rural, costum-brista, regional, campesina, de la selva, y, *last, but not least*, novela gauchesca. Los autores se orientan en lo vernáculo, las idiosincrasias, y buscan una escritura que debe expresar una identidad cultural mestiza del Nuevo Mundo. De ahí que lo autóctono no se encuentre sólo en el contenido, sino también en la narración, por ejemplo, en la imitación del habla cotidiana o en la transcripción de dialectos. La naturaleza adquiere estatus de protagonista, muchas veces es un antagonista del ser humano.

En este sentido, las novelas gauchescas rioplatenses como *Don Segundo Sombra* serían novelas regionalistas –y la historiografía literaria parece seguir esta lógica, puesto que la novela de Güiraldes forma parte de una reconocida tríada regionalista, junto con *La vorágine* de José Eustasio Rivera y *Doña Bárbara* de Rómulo Gallegos[14]. Las tres novelas aparecieron en los años 20, después de la Primera Guerra Mundial, cuando se celebraron los 100 años de la Independencia de Hispanoamérica, y pueden leerse como toma de conciencia con respecto a los valores

---

[13] Ligia Chiappini (2004:15) cita en su artículo sobre la cultura fronteriza del mercosur a Aldyr Schlee, escritor y gaucho de Jaguarão en la frontera con Uruguay, quien confirma que la gauchesca es un fenómeno local en el Brasil, pero nacional en las regiones de provincia de Argentina y Uruguay.

[14] Ver también *Literaturwissenschaftliches Wörterbuch für Romanisten*, s.v. "Regionalliteratur", p. 354.

nacionales, propios. La narrativa regionalista concibe Latinoamérica como algo extraordinario, positivo, subrayando el aspecto de su "otredad". A la vez, persigue una intención civilizadora que destaca asimismo en las novelas gauchescas de Carlos Reyles y Benítez Lynch, cuyos protagonistas quieren introducir nuevas tecnologías, reformar las estructuras y el trabajo en las estancias y luchar contra la indolencia de los paisanos[15]. Valga añadir la hipótesis de que en el ámbito hispanoamericano el regionalismo literario carece de la connotación negativa que tiene en el Brasil –por lo menos el regionalismo hispanoamericano del siglo XX–, mientras que la crítica brasileña utiliza frecuentemente la expresión "apesar de regional, universal", por ejemplo con respecto a Guimarães Rosa[16]

Pasamos ahora al desarrollo genérico de la narrativa gauchesca. Tenemos dos formas de criollismo que deberían sucederse cronológicamente por las distintas poéticas a las que recurren, pero que de hecho coexisten: Tenemos

> la tradición románti-co-realista –véase por ejemplo la novelística de Acevedo Díaz [en los tardíos años 80 y en los años 90. Y tenemos] la novela naturalista-criollista [que] adopta los procedimientos científicos para explicar y criticar el funcionamiento de lo repre-sentado en los mundos novelescos y que cambia la representación del gaucho como persona-je fundacional idealizado por la de un ente determinado biológico y socialmente, situado en su contexto histórico en vías de transformación (SCHLICKERS, 2003:293).

---

[15] Por un lado, el hombre y su mundo aparecen como resultados de cierto desarrollo político-social y los autores persiguen una intención reformadora, didáctica. Por el otro, es justamente la alteridad la que aparece como eterna e interesante para ser apropiada literariamente. Reformar las condiciones de vida equivaldría, pues, a borrar los rasgos característicos de la identidad. Aquí se abre un círculo vicioso, o por lo menos una contradicción, ya que festejando la alteridad se cimentan las miserables condiciones de la vida.

[16] Agradezco esta observación con respecto a la literatura regionalista brasileira a Ligia Chiappini; Horst Nitschak es un experto de la literatura nordestina regionalista del Brasil. En cuanto a la connotación positiva del regionalismo literario en Hispanoamérica hay que exceptuar a Rodó, "quien acla-ró con-tra la corriente en ´El america-nismo literario´ (1895) y ´La nove-la nueva´ (1896), que la literatura nacional no resi-de en la des-crip-ción de la natu-raleza o en temas espe-cífi-cos de la reali-dad extra-litera-ria, puesto que este ´re-gionalismo infecun-do´ lleva a ´incomunicacio-nes e intoleran-ci-as´" (SCHLICKERS, 2003:81).

Después se abre camino una narrativa gauchesca que supera nuevamente las palabras letradas delimitadas nítidamente de un *Juan Moreira* o *Don Segundo Sombra*: Reyles reproduce el habla gauchesca en *El gaucho Florido* (1932). Lynch lo supera dos años después en *Romance de un gaucho*, ya que la novela entera, que tiene más de 500 páginas escritas en letras de pulga, está puesta en lenguaje gauchesco: introduciendo un narrador gaucho en primera persona, Lynch se aparta de la tradición de separar nítidamente los pasajes del narrador hetero-extradiegético personal de los pasajes de diálogos que transcriben fielmente los dialectos de los gauchos y chinas. Lynch termina su prólogo explicando los motivos de la publicación del supuesto manuscrito encontrado:

> Esta es la novela que publico, en el convencimiento de que no tengo derecho a mantener ignorada –en una época que tanto se interesa por todo aquello que se refiere al antiguo habitante de nuestros campos– una obra que no puede ser más genuinamente gaucha, como que fue sentida, pensada y escrita por un gaucho...(p. 9s.)

Es curioso leer estas palabras nostálgicas sobre el trasfondo de cierto discurso nacionalista argentino de los años 30, estoy pensando particularmente en Martínez Estrada y su desoladora *Radiografía de la Pampa* (1933). Después del primer proceso de la vertiginosa modernización, del Centenario, de los primeros movimientos de vanguardia en los años 20, de la crisis económica del 29, surgen, entonces, discursos nacionalistas diametralmente opuestos: En el ambiente de restauración conservadora (golpe de estado de Uriburu en 1930), con una apertura cultural, elitista hacia Europa (en 1931 aparece la revista *Sur*), los hijos de ricos estancieros, como Carlos Reyles y Benito Lynch, hacen resucitar el gaucho como personaje idealizado y sitúan los mundos narrados de sus novelas en un pasado idílico en el campo. Martínez Estrada analiza el estado de enfermedad de un país condenado al eterno retorno de la barbarie y del caos[17]. En *El hombre*

---

[17] Morales Saravia (1986:162) indica que Martínez Estrada reescribe todas las dicotomías de Sarmiento en equivalencias, al estilo de ciudad ~ campo, Buenos Aires ~ pampa, barbarie ~ verdad, vicios y fallas ~ prosperidad.

que está solo y espera (1931), Scalabrini Ortiz describe paralelamente el hombre nuevo, surgido del congestionante proceso migratorio[18]. Este "hombre de Corrientes y Esmeralda" coincide con la línea de interés del *Evaristo Carriego* (1930) de Borges, la biografía de un poeta popular, mito del "Palermo del cuchillo y la guitarra". En cierto sentido, el gaucho se convierte, pues, en guapo.

En los años 70, un autor argentino muy original y desmerecidamente ignorado por la historiografía literaria, Juan Filloy[19], escribe con la saga de *Los Ochoa* (1972) no una parodia, sino más bien un palimpsesto a veces paródico de la gauchesca. En el último cuento se encuentra una inversión de la dicotomía civilización – barbarie, a la vez que mete un punto final al gaucho y –posiblemente– con ello a la literatura gauchesca[20]:

> En materia de doma de potros, los salvajes somos nosotros, no los mapuches chilenos que ocuparon hasta 1879 la mitad de la Argentina. Los indios [...] no domaban al bagual, lo amansaban. [...] Ya no hay indios en nuestra tierra ni gauchos errantes en ella. Porque, ni bien el gaucho se apeó y se sentó ante una mesa y comió con cuchara y tenedor, se hizo peón. Es decir, obrero rural. Es decir, ciudadano argentino.

---

[18] Una tercera vertiente se encuentra en *Historia de una pasión argentina* (1937) de Mallea, quien trata de reevaluar el viejo mito de la civilización desde una perspectiva retrógrada. La desilusión consiguiente lleva a la retirada, al silencio, a la subjetividad (cfr. MORALES SARAVIA, 1986:277ss).

[19] Agradezco a Dieter Reichardt el conocimiento de este autor excepcional, que publicó sólo una mínima parte de su obra literaria durante su vida.

[20] Por otro lado, la famosa trilogía del *Gaúcho a pé* en los años 30 de Cyro Martins tampoco acabó con la literatura gauchesca, sino que le dio una nueva dirección.

BIBLIOGRAFÍA

1. Textos

ACEVEDO DÍAZ, Eduardo. *1888 Ismael*. Montevideo: Centro, 1968.

ALENCAR, José de. *1870 O Gaúcho*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.

ASCASUBI, Hilario. *1872 Santos Vega y otros poemas*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina (biblioteca argentina fundamental, 15), 1967.

BORGES, Jorge Luis. *1930 Evaristo Carriego.* Buenos Aires: Emecé, 1995.

CAMPO, Estanislao del. 1866 *Fausto*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina (biblioteca argentina fundamental, 15), 1967.

COLLAO. 1823. *Las bodas de Chivico y Pancha.* Sainete. Ed. de Mariano G. Bosch, Buenos Aires: Imprenta de la Universidad. Sección de documentos. Tomo IV, N. 2, 1925.

ECHEVERRÍA, Esteban. 1839/1871 *El matadero*. Madrid: Cátedra, 2003.

FILLOY, Juan.1972 *Los Ochoa*. Buenos Aires: Interzona latinoamericana, 2003.

GÜIRALDES, Ricardo. 1926 *Don Segundo Sombra*. Madrid: Cátedra (Letras hispánicas 82), 2002.

HERNÁNDEZ, José. 1872+1879 *Martín Fierro*. Madrid: Cátedra (Letras hispánicas 99), 1997.

HIDALGO, Bartolomé. *Cielitos y diálogos patrióticos*. Buenos Aires: Huemul, 1963.

LUSSICH, A. D.1872 *Los tres gauchos orientales*.

LYNCH, Benito. 1916*Los caranchos de La Florida*, Buenos Aires: Ibérica, 1926.

1933*Romance de un gaucho,* [1929-30 in *La Nación].* Buenos Aires: Kraft, 1961.

REYLES, Carlos. 1894*Beba*. Montevideo: Dornaleche y Reyes. 1916 *El terruño*, prólogo de J.E. Rodó. Madrid: Soc. General española de librería Ferraz, 1927 (edición retocada y definitiva). 1932*El gaucho Florido*. La novela de la estancia cimarrona y del gaucho crudo. Montevideo: Impresora uruguaya, s.f. [1937?].

VIANA, Javier de. 1896 *Campo.* Escenas de la vida de los campos de América. Madrid: América, s. f. 1899/1901 *Gaucha*. Montevideo: Artigas, 1956. 1901 *Gurí y otros cuentos*. Madrid: América, s. f.

2. Estudios

ALONSO, Carlos J. *The Spanish American Regional Novel.* Modernity and Autochthony. Cambridge: Cambridge UP, 1990.

CHIAPPINI, Ligia. *Grenzkultur des Mercosur*: die Macht der Machtlosen. 30 p., manuscrito todavía inédito, 2004.

DILL, Hans-Otto. Domingo Faustino Sarmiento: Facundo. In: DILL et al. (eds.): *Apropiaciones de realidad en la novela hispanoamericana de los siglos XIX y XX*. Madrid: Iberoamericana,1994. p. 62-74.

GARSCHA, Karsten. *Abhängigkeit und Befreiung.* Zur Geschichte der lateinamerikanischen Literatur. Teil 2: Von der Unabhängigkeit bis zur Gegenwart. In: Iberoamericana 2, 1978. p. 18-37.

GUARNIERI, Juan Carlos. *El Gaucho a través de testimonios de su tiempo*. Montevideo: Florensa & Lafón,1967.

LUDMER, Josefina. *El género gauchesco.* Un tratado sobre la patria. Buenos Aires: Sudamericana, 1988.

MARTÍNEZ ESTRADA, Ezequiel.1933 *Radiografía de la pampa*. Buenos Aires, 1983.

MEYER-MINNEMANN, Klaus. Lateinamerikanische Literatur - Dependenz und Emanzipa-tion. In: *Iberoamericana* 28/29, 1986. p. 3-17.

MORALES-SARAVIA, José. *El discurso argentinista en los años treinta:* Scalabrini Ortiz, Martínez Estrada, Mallea. Berlin: Inaugurual-Dissertation, 1986.

PRIETO, Adolfo. *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires: Sudamerica-na, 1988.

QUESADA, Ernesto. *El 'criollismo' en la literatura argentina*. Buenos Aires: Coni Hermanos, 1902.

RAMA, Ángel. *Los gauchopolíticos rioplatenses*. Buenos Aires: Calicanto, 1976.

RELA, Walter. La poesía. In: GARGANIGO, John. F., RELA, W. (eds.): *Antología de la literatura gauchesca y criollista*. Montevideo: Delta, 1967. p. 9-15.

RODÓ, José Enrique. 1895 *El americanismo literario*. In: *RNLC*, reproducido en Id.: *O.C.* Madrid: Agui-lar, 1967. p. 787-809. 1896 *La novela nueva* (A propósito de 'Academias' de Carlos Reyles). In: *RNLC* 2/42: 273-276, reproducido en Id.: *O.C.*, ed. de VACCARO, A. J. Buenos Aires: Zamo-ra, 1948. p. 129-140.

SARMIENTO, Domingo Faustino. 1845 *Civilización y barbarie:* Vida de Juan Facundo Quiroga. Buenos Aires: Santillana, 1997.

SCALABRINI ORTIZ, Raúl. *El hombre que está solo y espera.* Buenos Aires : Plus, 1931.

SCHÄFFAUER, Markus Klaus. 1998*scriptOralität in der argentinischen Literatur*. Funktionswandel literarischer Orali-tät in Realismus, Avantgarde und Post-Avantgarde (1890-1960). Frankfurt/-M.: Ver-vuert.

SCHLICKERS, Sabine. *El lado oscuro de la modernización.* Estudios sobre la novela naturalista hispanoamericana. Madrid: Iberoamericana, 2003.

3. Diccionarios

Literaturwissenschaftliches Wörterbuch für Romanisten. Tübingen: Francke, 1989[3]

Novo Aurélio. Rio de Janeiro: Nova, 1999.

O PAMPA REVISITADO: EM DIA COM ALCIDES MAYA

Léa Masina*

* Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto de Letras – Programa de Pós-Graduação em Letras - Área de Literatura.

A reedição de *Ruínas Vivas* (1910) e *Tapera* (1911) e *Alma Bárbara* (1922), de Alcides Maya[1], quase um século depois de sua publicação, supre uma lacuna importante nas letras gaúchas. Juntamente com a obra de Simões Lopes Neto, a de Maya delineia a cartografia do pampa, descreve o espaço geográfico e o homem da campanha gaúcha, pontuando alguns temas que serão permanentes ao longo do século XX. Dentre esses, por sua atualidade, destacam-se a violência no campo e a marginalização do gaúcho, temas que serão aco-

[1] MAYA, Alcides. *Ruínas Vivas*. 2.ed. Porto Alegre: Movimento, 2002.

lhidos e desenvolvidos, dentre outros, por alguns dos escritores mais representativos da literatura gaúcha no século XX: Cyro Martins, Tabajara Ruas e Sergio Faraco.

Esse registro crítico já seria suficiente para justificar a reedição da obra de Maya. Porém, a longa espera dos leitores é ainda recompensada por uma edição cuidadosa dos livros, preparada pelo crítico literário e editor Carlos Jorge Appel, que introduz *Ruínas Vivas* com prefácio de Cyro Martins, e *Tapera* com o antológico ensaio em que Augusto Meyer insiste na necessidade de reler a obra de Maya. Já *Alma Bárbara*, último livro de contos do escritor (1922), também reeditado pela Movimento, com apoio do Curso Universitário (1991), compõe-se de contos nostálgicos, de extração regional e urbana. Esses últimos textos, menos carregados quanto ao léxico e aos preciosismos vocabulares, recuperam um tempo que poderia ser idílico, não fosse a lucidez com que Maya registra o sofrimento dos pobres da campanha.

Por volta dos anos 70, ao examinar, em aula, o regionalismo na literatura, Guilhermino Cesar imaginava a reação dos leitores de então, se lhes fosse dado ler *Ruínas Vivas* e, sobretudo, *Tapera*, longe das motivações históricas e sociais de fins de XIX e primeiras décadas de XX. A questão só pode ser respondida agora, eis que os livros de Maya foram, por longo tempo, relegados ao esquecimento.

Foi, portanto, com interesse que reli o romance e os livros de contos, reavivando um diálogo enriquecido pelos anos e estimulado pela fortuna crítica das obras.[2] E, ao fazê-lo, neles identifiquei o vigor formal que existe, por exemplo, em escritores do porte dos brasileiros Euclides da Cunha e Coelho Neto, ou mesmo do argentino Eduardo

---

[2] Cabe, aqui, um parêntesis para lembrar Mozart Pereira Soares, leitor e profundo conhecedor da literatura gaúcha, que viu em Maya um escritor essencial para a definição dos rumos da nossa cultura. Mozart Soares é, sem dúvida, herdeiro de Maya, com quem se identifica na visão poética de sua *Pastoral Missioneira*, e também ao transpor para a ficção, em *Alecrim e Manjerona* (2000), as revoluções de 1983 e de 1923.

Acevedo Díaz. A linguagem de Maya, pedra de toque em que se baseou o Modernismo para tachar suas obras de conservadoras, desafia o crítico a considerar sua contribuição para expressar, pela grandiloqüência do verbo, um sentimento de grandeza ameaçada, de vigor reprimido, sentimentos emanados da violenta convulsão social que fora a Revolução de 1893 para os habitantes da campanha sul-rio-grandense. Nos contos de *Tapera*, por exemplo, domina a proliferação e o desdobramento das frases longas e dos períodos opulentos, com suas ressonâncias épicas, perpassados sempre pela compaixão para com os pobres e os desvalidos. Suas frases e períodos são matizados por expressões de época, vertidos num vocabulário rebuscado e erudito, feito de palavras hoje em desuso, o que obrigou seu editor a anotar-lhes o significado em notas de rodapé. E se fosse possível abstrair o sentido literal das palavras, ainda assim o texto deixa ler a impetuosidade das frases, suas linhas melódicas a inundar o texto de verde, poeira e sangue. Uma campanha ensangüentada e dividida desdobra-se em contos de temática vária: do guri que, num arroubo épico, lança-se sobre a linha inimiga da trincheira, até os irmãos inimigos que se defronta na peleia, tudo converge para compor um mundo agônico. A nostalgia, tantas vezes apontada pela crítica como um dos pecados mortais do autor, é quase nada se comparada ao retrato das ruínas da guerra e das ruínas humanas que o leitor de hoje ainda contempla comovido.

Com o intento de recuperar o impacto da primeira leitura, logo me deparei com uma região sonora, visual, olfativa que evocava o peso de uma ancestralidade a propagar-se do espaço às personagens. Mas essas não se apequenam ou tornam-se estáticas pela contaminação da paisagem. Pelo contrário, são elas que impressionam o leitor e engrandecem os livros: Maya captou a psicologia do gaúcho antigo, articulando detalhes, hábitos, circunstâncias num estilo caudaloso e fecundo. Ele escreveu do seu modo, como um acadêmico e um escritor do seu tempo. Sua obra ficcional constrói-se de textos que referenciam a realidade, espelhando fatos, de guerras fronteiriças, criando legendas heróicas que, queiramos ou não, continuam vivas em

nossa memória mítica. São as histórias do bandido bom, da prostituta infeliz e pura, casos de crueldade e vingança, de perdas e saudade, paixão e morte. Como disse Décio Freitas[3], a mitologia é a história narrada pelo povo.

Lendo contos, tais como *Chinoca* ou *Por vingança*, de *Tapera*, o leitor se deixa envolver pela força ontológica das personagens. As nuanças psicológicas da mulher, que trai o amante, entregando-o ao inimigo, são sintomáticas da percepção de Maya sobre os efeitos devastadores das guerras e sua ação sobre os sentimentos de homens e mulheres da campanha. Em *Por vingança*, o escritor desvenda a alma de um homem de bem, um trabalhador do campo, submetido à força do mandonismo político local. Em *Inimigos* há uma luta fratricida, alimentada pelo fragor político dos embates. Em *Estaqueado*, a campanha se apresenta conspurcada pelo cheiro das carniças, o cheiro acre de sangue, e pela rudeza dos saques. Nesse conto, de modo especial, Maya narra os horrores do pós-guerra, quando os gaúchos, derrotados, *extraviavam-se* (...) *pelas veredas e encruzilhadas da linha*. Esse sentimento de derrota não é apenas o registro de um dano moral impingido por uma facção política sobre outra. A derrota dos federalistas de 1893 se expressa nos contos de Maya, pela devastação do espaço: *taperas*, *ruínas vivas*, desolação e morte. Numa época em que a literatura produzida nos centros hegemônicos do país era acolhida como o "sorriso da sociedade", a obra ficcional de Alcides Maya mereceu sua repercussão imediata. Outro será o quadro quando o Modernismo, paradoxalmente, irá impor novos padrões estéticos fundados nas soluções formais, condenando a um segundo plano os escritores que se mantinham fiéis ao modelo realista de contar histórias.

Alcides Maya não se limitou, em seus textos ficcionais, a registrar ou a documentar questões regionais, embora os usos e costumes do *terruño* façam parte de seu universo. Leitor de Machado de Assis,

---

[3] Em conversa, num encontro que tivemos em casa de Carlos e Myrna Appel, em novembro de 2003.

sobre o qual escreveu um competente ensaio – *Algumas Notas sobre o Humour* - Maya soube perceber e narrar os sentimentos individuais e coletivos que tumultuavam o Rio Grande do Sul no entremear das guerras. Além da denúncia da exclusão social, do êxodo rural, da injustiça contra os pobres, da prepotência dos mandatários locais, Maya percebeu o sofrimento das pessoas, arruinadas e miseráveis, privadas da dignidade, como a pobre Chinoca, deixada ao desamparo com a morte do pai, *um valente guerreador morto em combate*. A mitificação da honra gaudéria, que serviu de argumento à crítica modernista para condenar a idealização do gaúcho, empreendida por Maya e por outros regionalistas, pode ser hoje lida como o registro da perda gradual da dignidade, então o apanágio do homem do campo[4]. Verdade ou imaginação, nesses textos narrados ressurgem vozes de outros tempos, vivas ainda no interior do Rio Grande do Sul, o que confirma o paradoxo de conviverem, num mesmo tempo e espaço, a globalização e a lavoura arcaica.

Na obra ficcional de Alcides Maya coexistem diferentes modos de expressar os paradoxos do século cientificista e totalitário em que viveu. Concorreram nesse sentido os modelos realistas que o então jovem escritor buscou na literatura européia de Zola, Bourget e Eça, aliados aos laivos românticos de tudo quanto antes lera.

Os valores de Maya eram os de seu tempo, como também os eram os valores de Machado de Assis, Raul Pompéia, Coelho Neto e Euclides da Cunha. Não obstante, ele aprendera com Spencer que o escritor deveria ter uma função social. Desse modo, engajou-se ao projeto propedêutico e nacionalista da cultura brasileira, empenhando-se em registrar no mapa do Brasil uma região convulsionada e tensa, preterida pelos centros hegemônicos, submetida ao influxo constante da cultura platina.

---

[4] É preciso lembrar que, certo ou errado, no mundo gaúcho do século XIX não se lutava ou trabalhava por dinheiro, questão que será contemplada e regulamentada na Era Vargas, com a implantação da legislação trabalhista no estado.

Leitor dos uruguaios Acevedo Díaz e Javier de Viana, e de outros tantos argentinos, como Horacio Quiroga e Ricardo Guiraldes, e próximo às mitologias fronteiriças, como o *Martín Fierro*, de Hernández, e *Facundo*, de Sarmiento, Alcides Maya manteve-se fiel aos seus princípios de escritor nacionalista. E esses são reverenciados em *Ruínas Vivas*, *Alma Bárbara*, e em cada conto de *Tapera*, quando o narrador registra, documenta e inventa imaginários regionais fortemente radicados em uma difusa consciência coletiva. Ao desencavar da história as carcaças deixadas ao sol da campanha e no centro dos desfiladeiros pelas inumeráveis revoluções, Maya não estava apenas relatando ficcionalmente episódios reais: ele estava escavando a consciência do homem degolador, estaqueador, violador, saqueador, tirano e cruel que existe em cada um de nós. Literatura catártica? Até pode ser.

Há alguns anos, em minha tese de doutoramento[5], levantei a hipótese de que havia, no romance e nos contos de Maya, uma expressão barroca modulada pela linguagem regional, com fortes laivos dialetais, típicos do linguajar da fronteira gaúcha. Essa linguagem procurava dar conta de uma violência interna, decorrente da tensão entre um substrato telúrico e rude da campanha e a cultura adquirida no convívio apaixonado do escritor com a Europa, em especial com as teorias evolucionistas e deterministas do cientificismo de oitocentos. Desse modo, o romance registraria os paradoxos sociais da época, através de uma forma rebuscada, muitas vezes em desacordo com a singeleza da matéria tratada. Mas agora, mesmo sem abrir mão das hipóteses iniciais, escolho o caminho simples da fruição e deixo-me levar pela força vital das personagens e dos tipos que proliferam na campanha. Criaturas de um mundo em dissipação, essas personagens eternizam no texto um universo afetivo aos poucos recuperado. Como já tive ocasião de registrar, fazendo eco ao que afirmaram Augusto Meyer, Cyro Martins e Floriano Maya D´Avila, das páginas de Maya

---

[5] Publicada em livro: MAYA, Alcides. *Sátiro na terra do Currupira.* IEL/Unisinos, 1998.

ressurge a comparsaria do pampa, cujos destinos estão intimamente ligados ao da sociedade que representavam.

Existem diversas maneiras de ler um livro. Se o leitor preferir o viés da reflexão e do pensamento, encontrará, em *Ruínas Vivas*, múltiplas possibilidades de estabelecer relações com a história do Rio Grande do Sul, a sociologia, a antropologia, a psicologia, a cultura letrada e a popular. Mas se ele estiver disposto a aventurar-se por veredas inventivas, há de encontrar Miguelito, o primeiro exemplo de *um gaúcho a pé*. Seu sofrimento pela perda da auto-estima e pela bastardia, exemplifica a competência do escritor para criar personagens complexas e surpreendentes. Vejam-se também os tipos secundários: Fulgêncio, Chico Santos, Jango Sousa, o Anilho, Silvério Rodrigues, a Carmem, a Ritoca. Elas surgem a todo momento nos *rancherios* das chinas, aos pés da casa grande; no *recuerdo* dos entreveros, que agitam o sono de um gaúcho moribundo; no ato simples de matar, à pata de cavalo, um passarinho implume, apenas para *não pená*; nas conversas das *carreras*, nos encontros nos boliches, nas vendas e nas *pulperias*, nas eleições "a cabresto", na violência da faina diária das estâncias, com a marcação do gado, a castração, o trabalho rude de campear as reses mortas, recolhendo a courama fétida para o estaqueamento.

A leitura atual da obra de Maya aponta, necessariamente, para a questão das fronteiras, pela forte incidência de elementos da cultura platina. *Ruínas Vivas* registra e documenta processos de exclusão, avaliando as conseqüências da guerra na destruição do espaço regional. Nesse sentido, pouco importa saber se as personagens do romance espelham o "gaúcho tradicional" ou o "gaúcho verdadeiro". O que interessa é o modo como o escritor registra, no romance, a agonia de um mundo em que a natureza determinava a origem e os pertencimentos. E de que modo narrou as tensões de fim do século, marcado pelos paradoxos de uma ciência explicativa, determinista e totalitária, em conflito com a intuição e o instinto entendidos como formas ancestrais de conhecimento.

Rompido o equilíbrio mítico, as personagens de Alcides Maya esquecem a graça dos fandangos, dos rodeios numerosos, a folgança das marcações, o tumulto das carreiras, o requebro das chimarritas e as antigas carreteadas da campanha, e defrontam-se com a dispersão e o êxodo, a transformação de um modo de vida que o escritor associa à tragédia de um fim coletivo. No pago, *o Jaguari é uma visão perdida que a guerra destruíra para sempre.*

UM INTERMEDIADOR DE CULTURAS

Os dezoito anos que separam a elaboração de meu trabalho de Mestrado, *Tese e realidade em Ruínas Vivas, de Alcides Maya* (1980) e a tese de Doutorado, *Paradoxos da Transição: a obra de Alcides Maya* (1998) testemunhou a deterioração progressiva e rápida dos ensaios e artigos críticos de Maya publicados em periódicos. Em contato com os familiares do escritor, tomei conhecimento das circunstâncias que impediram os leitores, por muitos anos, de terem acesso a esses textos, considerados fundadores da crítica literária no Rio Grande do Sul.

Alcides Maya fez coincidir seu projeto intelectual com o programa nacionalista da época em que viveu, lidando, ao mesmo tempo, com a cultura européia adquirida e a cultura vivenciada na campanha gaúcha. Desse modo, coube-lhe profissionalizar a crítica literária no Rio Grande do Sul, atuando na imprensa como um intermediador de culturas. No processo de transformar idéias de fora para corresponder às necessidades do país e da região, ele inaugurou e sistematizou, no Estado, a prática de reproduzir os modelos etnocêntricos sem, no entanto, perder o ímpeto de formular um pensamento próprio.

Assim, como a grande maioria dos intelectuais do século dezenove, Maya confrontou a literatura produzida no Rio Grande e o Brasil com a matéria proveniente de fontes européias. Essas aceitas e legitimadas pelas instituições nacionais, representavam o desejo de ascensão de uma classe média urbana que buscava intelectualizar-se.

Desse modo, paradigmática da época, a ensaística de Maya dá visibilidade à circulação das idéias na sociedade, enfatizando as principais questões estéticas que ocupavam os intelectuais e os jornalistas brasileiros e latino-americanos nas primeiras décadas do século vinte. Seus artigos e ensaios antecipam questões que ocupam a crítica literária e a literatura comparada desde sempre. Ademais, ao escolher, já aos dezoito anos, o periodismo cultural como prática, Alcides Maya definiu seus temas preferenciais: além do nacional, incluem-se as relações entre o social e o literário, a produção cultural brasileira e americana, os fundamentos da cultura no Ocidente, as relações entre a cultura erudita e a cultura popular.

Maya praticou o jornalismo cultural, profissionalmente, durante mais de quarenta anos (de 1898 a 1940), colaborando com ensaios e artigos em periódicos locais e do centro do país. Publicou seus textos, sobretudo, nos jornais: *A Federação, A República, Correio do Povo, Jornal da Manhã, A Reforma, A República,* de Porto Alegre; e em *A Noite* e *O País,* do Rio de Janeiro. Escreveu, também, para as principais revistas cariocas do seu tempo, como *Careta, Ilustração Brasileira* e a *Revista da Academia Brasileira de Letras.* Como em diversos momentos ele próprio afirmou, foi um cronista do cotidiano, um "poeta do inédito", "um transfigurador da hora", sempre consciente de sua responsabilidade na formação do pensamento e do "gosto" dos leitores. Nesse sentido, seus textos críticos partem de constatações genéricas, de paradigmas ou de referências para comentar obras isoladas. Através desses comentários, buscava prolongar o efeito dos textos examinados sobre os leitores, levados a refletir sobre as relações que se articulavam entre a produção literária dos centros culturais europeus e brasileiros e aquilo que se produzia na Província. Muitas vezes, tomando uma circunstância ou acontecimento cultural que considerasse relevante, buscava direcionar os rumos do pensamento, no teimoso deslocar-se entre o velho e o novo continente.

Mas não foram, apenas, as escolhas temáticas e o desejo de promover o progresso intelectual do Brasil que asseguraram ao escri-

tor o papel de intermediador de culturas e de comparatista "avant la lettre". Além de antecipar questões que hoje são caras aos estudos culturais e à literatura comparada, ele avivou, na Província, as inquietações de uma época, delas extraindo dimensões de perenidade. Desse modo, pôde compreender as diferenças culturais, as trocas e as relações entre culturas, a recepção e a transformação dos influxos estrangeiros, as fronteiras discursivas, os localismos e os convencionalismos universais.

Sem grandes avanços ideológicos ou metodológicos, de resto, impensáveis no clima cultural sul-rio-grandense da passagem do século, Maya ocupou o espaço intervalar entre dois modelos de pensamento: a tradição oitocentista e cientificista européia e o modernismo que já se prenunciava através da ação dos publicistas brasileiros e latino-americanos.

Dentre os inúmeros aspectos que justificam a reavaliação crítica da ensaística de Alcides Maya, merece relevo a veemência com que ele tratou a questão da ética no exercício do jornalismo e da crítica literária. Como se lerá no capítulo 4 deste volume, ele propôs o *decoro à ponta das penas* como requisito essencial à prática periodística. Além disso, sempre conclamou os escritores à responsabilidade para com a seleção e a divulgação de bens culturais. Fiel a seus princípios, informava aos leitores o que ocorria no Brasil na Europa e América Latina, perseguindo, de modo obsessivo, o propósito de atualizar o pensamento provinciano.

Como o leitor irá observar os textos iniciais, publicados na mocidade do escritor, já prenunciam a acuidade crítica que atingirá sua maturidade com o ensaio *Machado de Assis, algumas notas sobre o "humour"* (1912). Juntamente com *Romantismo e Naturalismo na obra de Aluísio de Azevedo* (1926), discurso que proferiu ao tomar posse na Academia Brasileira de Letras, em 1911, o ensaio sobre o "humour" constitui o ponto culminante da crítica alcidiana. Com esse estudo, Maya reverteu a avaliação crítica da obra de Machado. Considerado por muitos como um escritor anti-nacionalista, devido à au-

sência, em sua obra, da chamada "cor local", Machado foi lido por Maya sob novo viés, passando a ser valorizada por sua inclusão no cânone dos "humouristas" clássicos ocidentais, como Rabelais e Sterne. Assim, ao confrontar o "humour" em diferentes textos e culturas, Maya tornou visível a assimilação e a transformação do influxo estrangeiro como elementos de prestígio literário, numa época em que o nacionalismo ainda era o vetor crítico dominante.

Conforme desenvolvi no livro *Alcides Maya, um Sátiro na Terra do Currupira* (1998), a ficção alcidiana, embora aparentemente naturalista, traz as marcas do barroco na concepção do mundo e na linguagem, expondo os influxos platinos na cultura do sul do Brasil. No tocante à ensaística, o diálogo de Maya é, antes de tudo, livresco, antecipando o que, meio século depois, ainda será problemático, embora decisivo para definir o destino de uma obra literária latino-americana: sua legitimação pela "intelligentsia" européia. Embora se haja alterado o processo de canonização de obras e autores no Brasil e no Rio Grande do Sul, com o surgimento de editoras locais, a multiplicação, a diferenciação e as exigências de um público novo e expansivo, é vital reconhecer o modo como a crítica da passagem do século lidou com o influxo europeu sobre a cultura brasileira.

Assim como um modelo cultural tende a reproduzir-se quando intermediado, repetindo os mecanismos do processo canônico original, uma literatura de país colonizado é impensável sem a noção de ruptura e o desejo de criar uma tradição própria. Ilustrando esse procedimento, os textos iniciais de Maya documentam o empenho e o compromisso do crítico brasileiro com a promoção e a democratização do conhecimento.

Diversos quanto à temática, os textos críticos de Alcides Maya tratam questões atuais, como a importância do periodismo na formação de comunidades discursivas; o nacional, o local, o universal e o particular, incluindo o regionalismo e a cultura popular; o influxo dos textos estrangeiros na formação da literatura brasileira e, ainda, a prática da resenha jornalística como formadora de opinião e como germe

da crítica literária até meados do século XX. Além disso, há que ressaltar o idealismo do escritor, que deplora o atraso do país e apela para os valores de uma cultura imaginária, humanística e universal, expressa uma visão de mundo utópica, característica do intelectual latino-americano da passagem do século XIX.

Escritor pioneiro e de renome, Alcides Maya sofreu os prejuízos de uma avaliação crítica injusta. Fruto das idéias mal digeridas e sempre repetidas por uma crítica que procedia pela exclusão, elegendo um autor em detrimento de outro, sua obra ficcional suportou, durante meio século, a comparação com a de Simões Lopes Neto, inegavelmente um escritor admirável, que correspondia aos paradigmas críticos da modernidade. Mas esse processo de comparação binária, além de redutor, só fez acentuar as diferenças, sem perceber que essas, precisamente, contribuíam para a riqueza e diversidade da literatura gaúcha e sua inserção no sistema literário brasileiro.

Nos anos setenta, nas aulas que ministrava no Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Guilhermino Cesar já apontava a necessidade de melhor avaliar o legado cultural de Alcides Maya. E alertava para o fato de que sua contribuição para a literatura ocorreu também pelo eixo da militância crítica. Seus ensaios contribuíram para fundar uma linhagem no Rio Grande do Sul da qual, por exemplo, Augusto Meyer foi um expressivo representante. A inteligência fina e o rigor com que Meyer exerceu a crítica literária, baseando-se na sensibilidade, no gosto e na erudição adquirida mediante a leitura sistemática, aproximou-o de Alcides. No livro *Prosa dos Pagos*[6], encontra-se o ensaio antológico dedicado à obra de Maya, ponto de partida para inúmeras inserções críticas. Como costuma ocorrer nesses casos, o bom texto de Meyer, retomado e relido, suscitou truísmos e aporias críticas, como se nele estivesse contido um ciclo de homenagem e apreço.

---

[6] MEYER, Augusto, MAYA, Alcides. In: ————. *Prosa dos Pagos*. Rio de Janeiro: São José, 1960. p. 113-141.

Sem pretender, neste momento, avaliar a fortuna crítica de Alcides Maya, limito-me a referir, ao calor da hora, os ensaios e artigos que lhe dedicaram Floriano Maya D'Ávila, Salgado Martins e Cyro Martins. Além desses, nas últimas décadas de vinte, diversos estudos sobre a crítica literária sul-rio-grandense elegeram a ensaística de Alcides Maya como objeto de análise e avaliação. Acadêmicos em sua maioria, esses textos apresentam visões historiográficas e panorâmicas fundamentais para situar a obra alcidiana no contexto histórico-cultural da sua época. Sua existência reforça a idéia de que a obra de Maya precisa ser lida e estudada, pois consiste em fonte primária indispensável para o conhecimento da cultura gaúcha. O registro dessa memória é questão fulcral, eis que se encontram no passado as predisposições, as tendências, as preferências, as rejeições e as exclusões que formam e particularizam os processos culturais.

BIBLIOGRAFIA

MAYA, Alcides. *Pelo futuro.* Porto Alegre: Franco & Irmão, 1897.

MAYA, Alcides**.** *O Rio Grande independente.* Porto Alegre: Agência Literária, 1898.

MAYA, Alcides. *Através da imprensa.* Porto Alegre: Octaviano Borba & Irmão, 1900.

MAYA, Alcides. *Ruínas vivas.* Porto Alegre: Lello & Irmão, 1910. 2.ed. Porto Alegre: Movimento, 2002.

MAYA, Alcides. *Tapera*. Rio de Janeiro, Paris: H. Garnier, 1911. 2.ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1962.; 3.ed. Porto Alegre: Movimento, 2004.

MAYA, Alcides. *Machado de Assis.* Rio de Janeiro: Jacintho Silva, 1912. 2.ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1942.

MAYA, Alcides. *Crônicas e ensaios.* Porto Alegre: Globo, 1918.

MAYA, Alcides. *Alma bárbara.* Rio de Janeiro: Pimenta de Mello & C., 1922. .2.ed. Porto Alegre: Movimento, 1991.

MAYA, Alcides. *Romantismo e Naturalismo.* Porto Alegre: Globo, 1926.

MAYA, Alcides. *El giorello del Brasile:* Richesi, Belese e Originalitá dello Stato di Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Compagnia de Loteria Nazionali del Brasile, 1910.

MAYA, Alcides. *Textos críticos*. (org., seleção e notas de Léa Masina). Porto Alegre: Movimento/UFSM, 2004.

A IMAGEM DESCONHECE FRONTEIRAS: SERÁ QUE O BERÇO DO CINEMA LATINO-AMERICANO É SITUADO NO PAMPA?

Ute Hermanns*

* Universidade Livre de Berlim

Nos anos 1960, países como o Brasil e a Argentina encontravam-se numa situação bem parecida no que dizia respeito ao cinema. O Brasil sofreu o falecimento dos estúdios da Vera Cruz de São Paulo em 1952 cujos diretores almejavam uma produção nos moldes hollywoodianos. O custo de manutenção dos estúdios da Vera Cruz era bastante elevado. Alguns filmes tinham feito sucesso de bilheteria embora não davam lucro aos estúdios como mostrava o exemplo do filme "O Cangaceiro" de Lima Barreto. Foi assinado o contrato de distribuição com a Columbia e o filme nas mãos da distribuidora norte-americana tornou-se um sucesso de bilheteria, sem que isso vol-

tasse aos estúdios o que a longo prazo causou a falência dos estúdios da Vera Cruz cujas portas foram fechadas. Críticos de cinema e jornalistas revindicaram em 1952, no *I° Congresso Paulista do Cinema Brasileiro,* uma produção cinematográfica menos pretenciosa que deveria corresponder às condições precárias do país, como também eles solicitaram temas diferentes. Partiu-se do pressuposto de que a literatura e a história do Brasil eram bastante férteis para inspirar a sétima arte[1].

Quase a mesma coisa aconteceu na Argentina. A cinematografia da Argentina conseguia - através do tango – até competir com o cinema mexicano na disputa pelo mercado hispânico durante os anos 30 e nos inícios dos anos 40. Depois, o interesse pelos musicais argentinos diminuiu e os realizadores buscaram novas fórmulas para poder preservar os mercados conquistados. Comenta Paulo Paranaguá: "O lento declínio deve-se tanto à esclerose estética quanto à fragilidade econômica. A vontade de "internacionalizar" o cinema argentino acentuou o mimetismo em relação aos modelos dominantes: a fala popular, o lunfardo foi abandonado em benefício de uma língua neutra, sem o sotaque do Rio de la Plata: adapta-se Ibsen, Tolstoi, Strindberg, em vez de apelar para obras e realidades nacionais. O público vira as costas para essas pálidas cópias[2]".

PENSANDO A AMÉRICA LATINA

Essa análise pretende mostrar que a cinematografia latino-americana que se torna sobretudo nos anos 1960 um ob-

---

[1] SANTOS, Nelson Pereira dos. *O Problema do Conteúdo no Cinema Brasileiro*. Comunicação ao I Congresso Paulista de Cinema Brasileiro 1952. Reescrito por Jean-Claude Bernardet, assinado pelo diretor. São Paulo, 1991 (ainda não publicado).

[2] PARANAGUÁ, Paulo Antônio. *Cinema na América Latina* – Longe de Deus e perto de Hollywood. Porto Alegre: L&M, 1985. p. 45.

jetivo de alguns cineastas da região, tem algumas das suas origens no pampa. E justamente essa região que demostra desde cedo uma noção da identidade latino-americana, uma que ultrapassa as fronteiras.

Glauber Rocha, cineasta brasileiro e cabeça intelectual do Cinema Novo brasileiro, sempre defendeu o conceito do cinema de autor, que vinha dos cineastas franceses da *Nouvelle Vague*. O conceito exigia que o diretor de cinema tivesse que inventar o seu filme, escrever o seu roteiro e fazer tudo para realizar o seu filme. Não era permitido a cópia, nem o molde hollywoodiano, mas o filme tinha que transmitir uma mensagem e ter uma narrativa apropriada e singular.

TERRA EM TRANSE

Glauber Rocha apresentou no exílio europeu o seu texto teórico "Estética da fome" como manifesto que discutia as condições de produção cinematográfica nos países chamados subdesenvolvidos, faminto.

José Carlos Avellar conta, que logo depois ele começou a escrever em Roma a história que mais tarde viria dar o filme "Terra em Transe". Mas Glauber Rocha começou com outro título e teve "Terra em Transe" como subtítulo. O projeto na época se chamava: "America Nuestra" e tinha como subtitulo "A terra em transe". Na estória de "América Nuestra", Paulo Martins não morre apenas. Ele é ferido e vai para as montanhas, junta-se a guerrilheiros e volta para derrubar Dom Porfirio Diáz. Desse primeiro tratamento "América Nuestra-a Terra em Transe", Glauber em seguida desenvolveu o primeiro esboço do roteiro que chamava-se também "A Terra em Transe" e passava inteiramente no Brasil.[3]

---

[3] Entrevista com J.C. Avellar (ainda não publicado) com a autora em 17.2.2005 em Berlim.

Glauber Rocha considerou o conceito da "Estética da fome" básico para o cinema, os cineastas e os artistas do Brasil e da América Latina. A "Estética da fome" exigia uma determinada linguagem visual que deveria ser crua e direta. A luz era a luz do dia. O cinema era considerado um discurso político. A própria produção de Glauber segue aos princípios da "Estética da Fome" em todos os seus filmes realizados. Por exemplo, o filme "Terra em Transe" recentemente restaurado em cópia digital[4], aborda o conflito do intelectual. Neste filme Glauber pressentiu quais as consequências desastrosas da ditadura militar, o Brasil ia sofrer. Rocha termina este filme em 1967. Nele, ele usa uma parte do poema *Martín Fierro*, escrito por José Hernandez. E uma cena bastante curta do filme: Chega Vieira pelo corredor e alcança um salão elegante onde Paulo Martins se encontra com o livro aberto em suas mãos. Dá para ler o título. E uma reunião de um grupo político de esquerda que relê diversas obras de conscientização. Em um determinado momento, o personagem Paulo lê em voz alta os seguintes versos do canto XXXIII, estrofe 1182:

> "Es el pobre en su orfandá
> De la fortuna el desecho
> Porque naides toma a pechos
> El defender a su raza:
> Debe el gaucho tener casa,
> Escuela, iglesia y derechos "[5]

O seguinte plano mostra como Paulo fecha o livro, olha a capa e lê o título do livro: "Martín Fierro".

Glauber comenta essa decisão: "É um poema épico revolucionário dos gaúchos da Argentina; e como estava fazendo um filme num espírito latino-americano, achei bom colocar uma citação de Martín

---

[4] Foi mostrado na ocasião do Festival Internacional de Cinema em Berlim 2005, no Fórum a partir do dia 16 de fevereiro de 2005.

[5] HERNANDEZ, José. *Martín Fierro*. Barcelona: Juventud S.A., 1974. p. 282.

Fierro. Vieira, líder populista, lê esta obra que é um poema progressista."[6] Ao conferir a Martín Fierro o epíteto de progressista, Rocha assume o sentimento geral das classes politicamente engajadas perante o poema. Cita o discurso do Martín Fierro que este realiza para os seus filhos em que refere todas as virtudes, deveres e condições do ser gaúcho. Glauber, no entanto, atualiza o poema de Hernández e coloca Martín Fierro como herói da América, fornece então uma leitura do poema que é atual.

José Carlos Avellar comenta: "Acho que no poema "Martín Fierro" Glauber apreciou em primeiro lugar a idéia de uma expressão poética, não tanto o personagem Martín Fierro. O que sempre o fascinou era uma expressão que fosse de poesia no sentido de que a poesia pode trazer uma expressão não inteiramente controlada pela razão, uma expressão não disciplinada para conseguir contar algumas coisas que a gente não sabia."[7]

O POEMA MARTÍN FIERRO DE JOSÉ HERNANDEZ

Nos anos 1870, o presidente argentino Domingo Sarmiento inseriu a Argentina na divisão internacional do trabalho. Sarmiento tanto promoveu a alfabetização da população como também forçou a industrialização, promovendo uma campanha de imigração. Ele formulou a tese de que a América Latina era o palco de um conflito entre a Civilização, que era uma cópia dos modelos europeus, e a Barbárie que para ele era o conjunto das culturas autóctones em que viveriam as populações marginais argentinas que ele, Sarmiento, queria erradicar do país. Nestas populações destacavam-se os gaú-

---

[6] ROCHA,Glauber. *Revolução do Cinema Novo*, obra citada acima, p. 91.

[7] AVELLAR, J.C., veja referência acima.

chos que formavam uma cultura particular nos três países, sendo Argentina, Uruguai e Brasil. Como era o grupo marginal mais numeroso, Sarmiento mais se esforçou para aculturá-lo nos moldes europeus, valendo-se de diversas estratégias. Inicialmente forçando a desagregação social daquela comunidade, engajou – na maioria das vezes à força – a população masculina no exército, levando-os à fronteira para combater as tribos indígenas cujas terras eram requisitadas pela expansão agropecuarista que Sarmiento promovia, e cujo êxito se tornaria a tônica da economia argentina. A morte em combate ou o contato massificador do exército reduziria ao mesmo tempo a população gaucha, assim como a resistência cultural dos sobreviventes.

Em 1872, José Hernandez compõe o poema *Martín Fierro*. Naquela altura era deputado de oposição do governo do presidente Domingo Sarmiento. José Hernandez utiliza no seu poema – que é uma resposta contra a política do Sarmiento – "as formas tradicionais da poesia gauchesca". Por causa do enorme sucesso, Hernandez publica em 1879 a segunda parte: *La vuelta de Martín Fierro*.

Ao decorrer do tempo, o protagonista do poema, por representar uma grande parte da população, tornou-se um marco da identidade nacional argentina. Ele apresentava aquelas marcas culturais que desejava atribuir à nação inteira, mesmo sob a grossa camada de europeísmo com que o sucesso na aplicação das teses de Sarmiento marcara a população argentina. Desta forma, o poema de Hernández será transmutado de uma obra de denúncia social à qualidade de um dos símbolos do nacionalismo argentino. Ao mesmo tempo, vários autores e críticos a reconstroem e reinterpretam entre eles Jorge Luis Borges.

Depois do filme de Glauber Rocha que com *Terra em Transe* elaborou um perfil do intelectual e do político em um país subdesenvolvido, seguem na Argentina duas adaptações argentinas do poema *Martín Fierro* para o cinema. Os cineastas tentam devolver à narrativa de *Martín Fierro* o caráter original de protesto. *Martín Fierro* não mais foi visto somente como representante da identidade argenti-

na, mas como representante da identidade latino-americana. Penso nos filmes *Martín Fierro* (1968) de Leopoldo Torre Nilsson e *Hijos de Fierro* (1974) de Fernando Solanas.

Glauber Rocha notou que existe, porém resolvido diferentemente na forma, a estreita temática comum dos dois cineastas: Leopoldo Torre Nilsson segue com a sua versão ao modelo do drama psicológico. Glauber Rocha compreende essa leitura de Martín Fierro como obra precursora, retratando as lutas pela liberação latino-americana. Ele vê a obra como épica – com isso remete à aceitação da poética marxista formulada no teatro por Bertholt Brecht durante os anos 40-50, cujas primeiras manifestações se davam na América Latina em inícios dos anos 60 através de grupos como o brasileiro Teatro Oficina. Rocha qualifica o filme *Martín Fierro* da seguinte forma: "Gosto do Martín Fierro de Torre Nilsson porque ele vive de uma destas linhas psicológicas isoladas e evoluiu para uma linha épica aberta (...) Creio que isto é importante porque vejo os grandes problemas da América Latina expressos numa linguagem épica" (ROCHA, 1981, 159-160).

Neste momento, *Martín Fierro* passa a ser visto como obra prenunciadora das lutas pela liberação latino-americana. Além de uma voz de denúncia do arbítrio exercido pela classe dominante, Martín Fierro passa a ter significado como embrião do pensamento socialista latino-americano. O personagem torna-se paradigmático para uma identidade latino-americana, supra-nacional o que também afirma Glauber Rocha. Como tinha desenvolvido o conceito da "Estética da Fome", Glauber fornece uma contribuição para a teoria do *Nuevo Cine* argentino cujos representantes são Otávio Getino e Fernando Solanas. Glauber interpreta a produção do *Nuevo Cine* latino-americano como representação dessa "fome latina" e exige respostas revolucionárias para o cinema, que devem ser oferecidas pelo artista para que a arte possa adquir uma dimensão política.

Para Glauber, Martín Fierro é o representante do drama do povo, do drama dos pampas, do drama da vida latino-americana. Para ele, o

poema de José Hernandez metonimicamente representa todo universo latino-americano compreendido por sua parte gaúcha. A ideologia atribuida ao filme por Glauber Rocha, que "debe el gaucho tener casa, /escuela, iglesia y derechos" requer uma identificação da obra de José Hernandez com as revindicações da esquerda latino-americana dos anos 60.

O FILME "MARTÍN FIERRO" DE LEOPOLDO TORRE NILSSON

O filme começa com o herói que anda a cavalo, procurando uma sorte nova. Vive numa cabana, tavalha, é alegre, trabalha com cavalos, vacas, tem tudo, quer dizer tem uma casa, "um rancho", uma mulher e filhos. Não tem muita educação, porém se compreende como gaúcho para quem a terra é importante. Quando é chamado para participar nas lutas na fronteira, ele deixa a família e vai. Na volta está sem mulher, sem casa, sem filhos. Começa a se dar conta que a mulher deve ter sofrido bastante "Dios sabe o cuanto ella sofrió". Ele mesmo perdeu o rumo para onde seguir: "Ne sabrei daonde ir me, ne tenia mujer ni hijo, ni tenia rancho."

No início mata negros e se demonstra como racista: "Los Negros son del infierno," mas no final ele se converte num homem, que respeita outro homem, independentemente da cor, quando quer coisas boas, tais como fazer música. A condição de gaúcho ele condamna: "El ser gaúcho es un delito."

Faz o balanço da sua vida: Passou três anos sofrendo nas fronteiras, outros dez anos sem amigos, só pensando na sua esposa. Fica bastante aliviado quando reencontra os seus filhos. Não consegue mais achar a sua esposa, mas é incapaz de se relacionar com outra mulher. A maneira épica do filme deixa o herói percorrer vários estágios de alma até ele chegar ao ponto de não querer matar mais, de viver uma vida sensata com a família, a mulher que perdeu. Martín Fierro é o homem do pampa, que anda a cavalo, desce lá e cá para comer, para

resolver uma briga, para tocar música, mas na realidade é um eterno viajante.

LOS HIJOS DE FIERRO

Fernando Solanas, realizador do filme *Los hijos de Fierro* (1973/74) analisa a obra: "O Martín Fierro representa a resistência do "Homem Novo" do pampa argentino".[8]

No seu filme, Solanas introduz os *"Hijos de Fierro"*, para ele são os operários de Buenos Aires, como povo que vive nas greves nas grandes cidades, um povo de trabalhadores que revindica os seus direitos.

O comentário de Solanas sobre o gaúcho é que ele ficaria em Buenos Aires uma figura tão constrangedora, quanto ficaria em Paris, Roma ou Londres. O seu filme *"Hijos de Fierro"* menciona em algumas citações o filme do Torre Nilsson, por exemplo, cita várias vezes o encontro do pai com os seus filhos num encruzilhamento de caminhos no pampa para logo cada um seguir seu rumo numa direção diferente. Solanas transpõe a condição do homem latino-americano para a cidade onde também é explorado por uma política corrupta. No demais é um filme que exprime a raiva contra a política argentina, mostra o universo da cidade em oposição.

O poema de Hernández tornou-se um palco de identificação e obra de leitura necessária para a esquerda latino-americana dos anos 60. Também surge um herói que representa o desejo da "latinamericanidad": Nesse momento, o nascente mito de Che Guevara também contribuiu para a reconstrução do imaginário em torno de Martín Fierro, como se percebe na declaração do Glauber a respeito de uma discussão com o cineasta argentino Torre Nilsson em 1962:

---

[8] SOLANAS, Fernando. *Solanas por Solanas*. São Paulo 1993. p. 45.

> "Houve feroz debate entre eu e Torre Nilsson (...) O cinema argentino era um devaneio estetizante que ocultava, na imitação de Bergman, Antonioni e Resnais, o drama do povo, o drama dos pampas, o drama dos Martíns Hierros (sic) de la vida cujo representante era 'Che". (ROCHA, 1981, 40).

Um outro filme de Fernando Solanas, rodado e exibido em seguida clandestinamente, o filme *La hora de los hornos* (1968) termina com um plano de 4 minutos com a imagem do Che Guevara morto, símbolo para a luta pela melhoria das condições sociais na América Latina.

Torre Nilsson, ao contrário de Glauber, abre outra perspectiva no seu filme *Martín Fierro*:

> "... solo contando la história de Martín Fierro, podria contar la historia de todos los argentinos que habia querido y que era el modo más notorio de integrarnos al país y no perdernos en la tentación de ganar dinero a condición de contar la vida de la gente que no compartía nuestros muertos ni nuestros sentimientos, ni nuestro humor ni nuestra piedad – a veces impiadosa – y nuestra rebeldia – a veces sumisa,"[9] e explica que ele quer retratar a condição do povo argentino em vez de fazer filmes que não tem a ver com as realidades do país. Neste caso, o Martín Fierro retoma a tradição contestatária do original literário, esvaziando se da condição de mito sem abrir mão da identificação com os oprimidos que o livro traz. Assim, o filme pode funcionar como um manifesto contra a opressão política, sem cair no panfletarismo característico das esquerdas de então.

Torre Nilsson retoma o discurso de Hernández para realizar uma obra que pode ser vista como patriótica ou como denúncia dos desmandos da ditadura militar – estratégia semelhante àquela utilizada por Joaquim Pedro de Andrade ao realizar Macunaíma (1969): Der Film setzt ein mit dem patriotischen Marsch Desfile aos heróis do Brasil von Heitor Villa-Lobos:

> Glória aos homens que elevam a pátria
> Esta pátria que é o nosso Brasil

---

[9] MARTIN, Jorge Abel. *Los films de Torre Nilsson*. Buenos Aires: Corregidor, 1980. p. 48.

Desde Pedro Cabral que a esta terra
Chamou gloriosa num dia de abril
Pela voz das cascatas bravias
Dos ventos e mares vibrando no azul
Glória aos homens, heróis desta pátria
A terra feliz do Cruzeiro do Sul (bis)
Até mesmo quando a terra apareceu
Fulgurando em verde e ouro sobre o mar
Esta terra do Brasil surgindo à luz
Era a taba de nobres heróis.[10]

Aparentemente Joaquim Pedro de Andrade se insere no cânone da ideologia dominante do final dos anos 60 que prevê uma glorificação da nação brasileira. Mas o filme contradiz as premissas da ditadura militar: Um ano depois da instauração do Ato Institucional Nº 5 que afeta bastante os direitos dos cidadões, surge o filme. O verso "Chamou gloriosa num dia de abril" se refere não só à descoberta do Brasil no mês de abril do ano 1500, mas também ao mês de abril de 1964 que instaurou a ditadura militar do General Castello Branco. Sutilmente Joaquim Pedro de Andrade apresenta seu discurso cinematográfico que critica as estratégias e os alvos do regime militar, criando uma parábole.

Talvez nos filmes mencionados sobre o pampa a mensagem política do cinema tenha sido bem mais importante do que nos filmes de hoje.

Por exemplo, o filme de Tabajara Ruas: *Netto perde a sua alma*, 2001 que apresenta o General Antonio de Souza Netto, homem político e líder na Guerra dos Farrapos e na Guerra da Triplice Aliança (Brasil, Argentina, Uruguai) contra o Paraguai, fazendo o balanço da sua vida. Ele chega à conclusão que matou demais, que pensava estar certo, mas que na verdade era submisso a uma concepção errada da vida.

---

[10] BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. *Heróis de nossa gente*. Tese (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1974. p.143-144.

> “ Eu matei índios. Matei negros. E matei brancos. Mais do que tudo, matei castelhanos: urugaios, argentinos, paraguaios, chilenos. Matei portugueses. Matei galegos. Aqui neste quarto eu ficava matutando comigo mesmo nessa gente toda que matei e me dava um peso enorme no coração” (RUAS, 2001:143).

A política se torna menos importante.

> “ Acho que buscava um pretexto, queria justificar, dar um sentido decente a essa atividade sangrenta toda, mas a razão falta quando a gente se lembra de tanto sangue. A gente não quer acreditar que tudo é inútil. A gente quer lembrar porque matou tanto e pensa nas ideais, nas grandes palavras, e não acha resposta que valha a pena tanto sangue” (RUAS,2001, 143).

Em analogia ao romance do mesmo título, Tabajara Ruas se filia à tradição do gaúcho na tradição de Hernández, apresentando no balanço de vida o erro cometido por ter matado tanta gente. Tabajara Ruas se limita a essa visão e nem sequer apresenta uma visão revolucionária, porém decide-se como muitos cineastas depois do Cinema da Retomada por uma visão mais arqueológica da história.

O mesmo, embora se passando em tempos mais recentes, acontece no novo filme *Diários de Motocicleta* de Walter Salles que aborda a viagem de Ernesto Guevara e Alberto Gramado em 1952. Numa entrevista, perguntado se concordava com a visão de Glauber Rocha a respeito do filme “Martín Fierro” de Leopoldo Torre Nilsson (que ganhou a Gaivota de Ouro no Festival Internacional do Cinema do Rio de Janeiro em 1969) Salles disse que Nilsson “fez de Martín Fierro o grande filme popular, político social da Améria Latina, algo que no Brasil não temos.” Se ele mesmo queria fazer de Ernesto Guevara um filme popular, político social e romântico da América, ele respondeu: “Queria fazer antes de mais nada, um filme ao espírito de desvendamento, ao espírito do desejo do conhecimento do outro – um filme que tivesse o mesmo desejo de alteridade que a viagem original de Ernesto e Alberto tinham. Um filme que quisesse de certa forma abraçar o continente. Um filme pensado como um abraço. Essa foi a idéia inicial. Um filme que funcionasse como um livro em camadas e que fosse um pouco como caminhar em baixo de uma chuva fina. No final daquela viagem você estaria empapado, enxarcado por aquele

continente, pela geografia física e humana daquele continente, mas de uma maneira que não fosse imposta, que não fosse articulada de uma forma impunitiva. Agora ao fazer a primeira viagem de locação, retraçando o caminho que os dois fizeram originalmente em 1952 ficou claro para quase todos que pouca coisa havia mudado naquele continente durante cinquenta anos de um ponto de vista estrutural. O resultado disso é que nós entendemos que *Diários de Motocicleta* tinha que ter um caráter de urgência, de imediatismo."[11]

Na mesma entrevista, Walter Salles se recusa fazer um cinema político como foi feito por Glauber Rocha e Fernando Solanas e outros no tempo das ditaduras militares. Hoje ele considera o contexto histórico diferente e não quer seguir a geração que na época se pronunciava contra a ditadura e a repressão. Diz J.C. Avellar: O texto que abre e fecha *"Diários de Motocicleta"*, seja o texto que o Che Guevara escreveu de introdução aos seus diários. Especialmente aquela idéia de que ele diz que depois da viagem ele não é mais ele. Eu não sou mais o meu eu interior, eu sou outro. Esse processo de transformação que está como tema dominante em muitos filmes da América Latina. É uma questão que se repete na nossa produção cinematográfica que é a invenção da nossa sociedade, de um país. Diferente das culturas européias onde você procura reafirmar certos dados formadores de uma comunidade, de uma cultura, de uma expressão linguística. Na América Latina ainda se trata de criar isto.

Walter Salles, ao contrário, pretende contar histórias latino-americanas em vez de somente brasileiras. É interessante que ele, para fazer isto, se refere ao símbolo da luta para a melhoria da condição do povo, do homem esmagado tanto pela economia quanto pela política.

Conclusão: Uma vertente para se pensar em cinema latino-americano com certeza tem sua origem no pampa.

---

[11] Entrevista de Walter Salles concedida a autora em 8.10.2004, publicada em 28.10.2004 no jornal *Die Tageszeitung*. (A versão brasileira continua inédita até hoje)

BIBLIOGRAFIA

DIAS PITA, Luiz Fernando. Releituras cinematográficas do Martín Fierro. In: *Cinemais*. n. 29, maio/jun. 2001. p.41-78.

HERNANDEZ, José. *Martín Fierro*. Barcelona: Juventud S.A.,1974. p. 282.

MARTIN, Jorge Abel. *Los films de Torre Nilsson*. Buenos Aires: Corregidor, 1980. p. 48.

PARANAGUÁ, Paulo Antônio. *Cinema na América Latina* – Longe de Deus e perto de Hollywood. Porto Alegre: L&M, 1985. p. 45.

ROCHA, Glauber. *Cartas ao Mundo organizadas por Ivana Bentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SANTOS, Nelson Pereira dos. *O Problema do Conteúdo no Cinema Brasileiro*. Comunicação ao I Congresso Paulista de Cinema Brasileiro 1952. Reescrito por Jean-Claude Bernardet, assinado pelo diretor. São Paulo, 1991 (ainda não publicado).

SOLANAS, Fernando. *Solanas por Solanas*. São Paulo, 1993. p. 45.

Entrevistas:

Entrevista com J.C. Avellar (ainda não publicado) com a autora em 17.2.2005 em Berlim.

Entrevista de Walter Salles concedida à autora em 8.10.2004, publicada em 28.10.2004 no jornal *Die Tageszeitung*. (A versão brasileira continua inédita até hoje)

SERRA VERSUS PAMPA: O RIO GRANDE DO SUL NA OBRA DE VIANNA MOOG

Helga Dressel*

* Formada e mestra em letras e ciências teatrais pela Universidade Livre de Berlim. Prepara uma tese de doutorado sobre a obra de Vianna Moog.

Mesmo que o autor tenha deixado o Rio Grande do Sul ainda jovem, nota-se uma persistência do Rio Grande do Sul na obra de Vianna Moog. O presente trabalho se propõe a traçar a qualidade dessa presença nos ensaios *Uma Interpretação da literatura brasileira* (1943) e *Bandeirantes e Pioneiros* (1954) assim como nos romances *Um Rio Imita o Reno* (1939), *Uma Jangada para Ulisses* (1959) e *Tóia* (1962). Encontrou-se não tão somente uma diferenciação entre pampa e serra, mas também o uso paradigmático dos modelos de vida dados como representados pelos seus habitantes, o gaúcho respectivamente o colono.[1]

---

[1] Versões anteriores a este trabalho foram apresentadas no SIMPÓSIO INTERNACIONAL "Fronteiras Cultu-

Na sua conferência *Uma Interpretação da Literatura Brasileira*, de 1942, Vianna Moog propõe um novo modo de enfocar a literatura brasileira. Partindo da observação que o fenômeno Brasil não pode ser analisado adequadamente por uma historiografia tradicional, linear, homogenizadora, Moog sugere um novo modo de olhar. Mostra-se inspirado pelas novas tendências dos estudos históricos e sociais, e formula a necessidade de renunciar ao intento de abranger a literatura brasileira como um todo. O sistema interpretativo adequado seria *"o de análise dos núcleos culturais cuja soma forma o complexo heterogêneo da chamada literatura brasileira. Fragmenta-se o Brasil em regiões onde predominem, o mesmo clima, a mesma geografia, as mesmas formas de produção, e o problema ficará imediatamente simplificado [...] sob este ângulo, apesar a continuidade do território, não constituimos um continente; somos antes um arquipélago cultural. Com muitas ilhas de cultura mais ou menos autônomas e diferenciadas"* (MOOG, 1943: 22).

Neste parágrafo já aparece de forma bastante clara o impulso antihomogenizador e autonomizador que percorre o ensaio. Decorre da tentativa de considerar e valorizar o desenvolvimento específico de cada região. Por outro lado, nota-se, também, uma tendência determinista, herança esta da formação positivista. Os critérios para a definição de uma região originam de todas as disciplinas possíveis, menos das letras ou da estética. Empregando fatores não literários na definição das regiões, essas últimas, uma vez definidas, servem como clave não somente para o entendimento da literatura brasileira, mas de toda sua sociogenese.

Uma vez definidas as ilhas, tratar-se-ia de encontrar o *genius loci* das respectivas regiões *"que comunica aos lugares físicos uma fisionomia moral e cultural que os torna inconfundíveis – [...] Mu-*

---

rais" em Porto Alegre resp. São Paulo em out. e nov. de 2004, realizado pelo Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins de Porto Alegre e pela Cátedra de Brasilianística do Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade de Berlim. A participação foi possibilitada pelo convênio Probral (CAPES/DAAD).

dam-se os tempos, modificam-se as formas, estilos de vida, sobem e descem governos, aluem-se instituções, criam-se e extinguem-se impérios, mas o genuis loci [...], esse mantem-se a bem dizer inalterado" (MOOG, 1943: 38). O fator "tempo" é retirado da definição, porque o desejo seria o de encontrar a essência. Procuram-se os *"valores estáveis e permanentes"*. A historiografia da literatura deveria servir para a procura das *"verdades essenciais"* não somente da *"nossa história"*, mas também da *"nossa formação espiritual"* e especialmente do *"nosso destino" (MOOG, 1943: 21* - Transparece aqui até uma certa teleologia). Para tanto, seria preciso enfocar todas as regiões especificamente, pois *"... não é possível recolher do conjunto da literatura brasileira nenhuma grande síntese ajustável aos rigores de uma definição" (MOOG, 1943: 19)*.

Quando tratar de *Uma Interpretação da literatura brasileira*, Afrânio Coutinho aponta para o fato de Gilberto Freyre, nalguns de seus textos, ter manifestado um objetivo semelhante ao moogiano, originado, em ambos os casos, das obras de Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Tavares Bastos e outros mais (COUTINHO, 1986: I, 34/35 e IV, 236).

Como entender esta alusão a Gilberto Freyre? Estabelecendo o vínculo entre os dois pensadores, Afrânio Coutinho pensa em três obras gilbertianas: *Continente e ilha* (1935/ 1943), *Região e tradição* (1941) e, obviamente, o *Manifesto regionalista do Recife* (1926).

No primeiro destes textos, Freyre define a *área de cultura* - uma unidade cultural que se diferencia de outras – tentando diferenciá-la das unidades natural, geográfica ou ecológica, por um lado, e política ou administrativa, por outro lado. Como centro da unidade cultural descobre a nutrição e em torno dela girando as técnicas de locomoção, de construção, de vestimenta etecetera.

Mesmo no caso de Freyre, porém, o momento homogenizador encontra o seu caminho de volta pela porta dos fundos: o homem, a cultura e o ambiente estariam num estado de equilíbrio, dentro do qual

o homem se desenvolveria e que, ao mesmo tempo estaria em contínuo processo de transformação pela atuação do homem. Dessa mesma atuação do homem originaria a unidade brasileira, uma unidade à custa da variedade: *„É possível que assim se promova a unificação da cultura brasileira; mas com sacrifício, em vários casos, de espontaneidades regionais que em vez de fazerem dano a essa cultura comum, enriquecem-na" (FREYRE, 1943: 74).*

Confirma-se, desta forma, o mérito de Vianna Moog de ter levado para o campo da crítica literária, novidades metodológicas do campo da sociologia. Entender essa proximidade ajuda na análise de algumas contradições nas constatações e conclusões moogianas a respeito das ilhas culturais.

No seu *Diário Crítico* Sérgio Milliet aponta para a boa intenção da proposta moogiana mas também a insuficiência da aplicação dada pelo próprio autor julgando que *"o método parece perfeitamente defensável e somente o apego indiscutível do autor à antropogeografia me afasta de suas conclusões"* (MILLIET, 1981: 184). A ênfase, portanto, estaria na intensão anti-homogenizadora apresentada no texto e não necessariamente nas propostas metodológicas e aplicações práticas como elas se dão naquele trabalho. Quais seriam, enfim, as regiões? São sete as regiões definidas: Amazônia, Nordeste, Bahia, Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro.

Para a presente ocasião, deve interessar somente o caso do Rio Grande do Sul. Ao tratar da ilha cultural sul-riograndense, Moog começa a introdução à região com um comentário significante: *"no Rio Grande, pelo menos naquela parte do Rio Grande do Sul que se tornou conhecida cá fora [...]"*. Percebe-se um porém, e desta forma a seguinte caracterização já sofre uma limitação preliminar: *"Neste cenário virgiliano de pastores e rebanhos o homem alonga o olhar em derredor e não encontra obstáculos intransponíveis a barrar-lhe a paisagem"*. O homem se chama gaúcho e *"... é um enamorado das coisas que o cercam. Daí o seu individualismo, o seu narcisismo e por vezes o seu caudilhismo, que é, no fundo, a exacerbação do seu indivi-*

dualismo. Daí ainda literatura regional, onde só há espaço para a celebração daqueles temas que fazem a delícia do galpão: o rodeio, a doma, o cavalo, a china, o quero-quero, a bravura, o estoicismo, a morte em combate, a tapera, o entrevero, o rancho, o buchinho, a cordeona, as carreiras em cancha reta. Para ele só essas coisas têm importância. Só elas são dignas de respeito e de culto" (MOOG, 1943: 55-57) – Como representantes dessa literatura, preocupada com o local, marcado pela presença da fronteira, cita os autores Simões Lopes Neto, Darcí Azumbuja, e Vargas Neto.

Mas: "*Desoprimido de inveja, nada tímido, vigilante, mas não desconfiado, é o gaúcho tão indiferente a tudo quanto ultrapassa os limites de suas coxilhas,* - e aqui entra o porém, a relativização - *que, apesar de um século e quase um lustro andados sobre o advento da colonização germânica no Rio Grande do Sul, mal advertiu nas transformações que ela operou na fisionomia social da província. [...] nesse período o Rio Grande industrializou-se [...]; o estilo de vida foi profundamente modificado, como modificados foram os usos e costumes regionais; a família patriarcal, solidária e brasileira, deu lugar à família do tipo europeu, isolada e privativista."* Encontramos aqui a descrição de outro homen de valor paradigmático na visão moogiana, o colono. No ensaio de 1943 o par de opostos, gaúcho versus colono, ainda não se presenta como esquema estabelecido e amplamente aplicável. Esse passo aconteceria mais tarde, como veremos, em outro ensaio, desta vez de cunho sociológico. Por enquanto, porém "*foi preciso que os próprios descendentes dos antigos colonos denunciassem ao Rio Grande e ao país a ameaça a que estava exposto o velho tronco da nossa formação – a cultura luso-brasileira – denúncia a que Gilberto Freire emprestou em "Uma cultura ameaçada" o prestígio e a chancela de uma autoridade sociológica sem contraste, para que o gaúcho se desse conta das novas realidades que o cercavam. [...] surgira um novo tipo de civilização e com esse novo tipo de civilização, situado na confluência das imigrações açoriana, italiana e alemã, um novo tipo de cultura, mais voltado, por contraste ao universal do que ao regional. Só então passou a admitir, com a evidência da transição, as oscilações entre o*

regional e o universal que caracterizam a atividade do núcleo rio-grandense nos dias de hoje" (MOOG, 1943: 59-61[2]*).* Como representantes exemplares dessa literatura, voltada para os efeitos da modernização em contexto tradicional, cita Érico Veríssimo, Augusto Meyer, De Sousa Júnior, Alcides Maia, João Pinto da Silva, Paulo Arinos, si mesmo, e, mesmo que há tempos radicado na capital, Alvaro Moreira.

Não lhe ocorre que – ficando dentro de sua definição da ilha cultural - possa se tratar de duas ilhas (Verificando a caracterização das outras regiões respectivamente núcleos e literaturas regionais, percebem-se análogas imprecisões).[3]

No que corresponde ao papel do Rio Grande do Sul, o próprio texto apresenta uma diferença entre aquilo que geralmente é tomado como sul-riograndense, isto é, gaúcho, por um lado, e, por outro lado, aquilo que passa desapercebido, isto é, o mundo cultural da "colônia". O gaúcho simboliza a tradição bandeirante, formadora da nação, mas também anacrônica por se mostrar incompatível com as exigências dos novos tempos, enquanto o colono já apresenta a brisa da modernização, força do progresso da nação. [4]

---

[2] Uma identificação decidida com a cultura lusa, e homogenizadora e, portanto hegemônica, acontece no momento em que ela é considerada ameaçada. No contexto histórico dentro dos quais essas idéias foram apresentadas ao público, Freyre e Moog andavam puxando do mesmo lado da corda.

No trecho citado, Moog refere-se explicitamente a um discurso de Gilberto Freyre feito em junho de 1940 no mesmo lugar, isto é, na *Casa do Estudante do Brasil*, e posteriormente publicado por ele, *Uma cultura ameaçada – a luso-brasileira* oferecido a Gastão Cruls, Moysés Vellinho e o próprio Vianna Moog.

[3] O carácter contraditório da conferência também foi constatado por Wilson Martins, em sua *História da Inteligência Brasileira*, onde ele diz que o trabalho *„[...] abria, ao mesmo tempo, as portas da explicação e da contestação. Isso significa que Vianna Moog malgrado a contradição aparente, tinha tanta razão quanto seus críticos – e vice-versa"* (MARTINS 1979: 195).

[4] Neste sentido, Moog é expressão de "seu tempo e de sua terra", reivindicação moogiana não somente em "Uma Interpretação da Literatura barsileira". No seu estudo *"Americanos"*, Lucia Lippi de Oliveira dedica um capítulo a Vianna Moog, contextualizando a obra dentro da tradição comparatista Brasil-Estados Unidos e seus discursos de identidade nacional: *"após a Revolução de 30 e principalmente nos*

Em seu ensaio *Bandeirantes e Pioneiros* Moog contrapõe o sistema do bandeirantismo ao sistema do *frontier* dos Estados Unidos. Em Vianna Moog esses fenômenos históricos adquirem um valor emblemático para todo o desenvolvimento das duas culturas comparadas. Uma vez que idealizada e promovida a símbolo, uma imagem muito dificilmente seria deslocável ou substituível: *"Por todo o País, senhores de engenho, patriarcas, estancieiros, bacharéis, letrados, generais, padres, comerciantes, capitães de indústria, uma regular variedade de novos tipos sociais, apresentar-se-iam, para substituir como símbolo a imagem idealizada do bandeirante. Não obstante, este continuará resistindo" (MOOG, 1954: 237).*

E aqui Vianna Moog se permite outro paralelo mencionando "*o exemplo do Rio Grande do Sul, na zona colonial. Em tudo e por tudo o desenvolvimento nos núcleos coloniais [...] sobretudo o alemão e o italiano, do Rio Grande do Sul, assemelham-se à formação e desenvolvimento dos núcleos pioneiros dos Estados Unidos. A analogia é quase perfeita: o sistema de emigração em casais e comunidades; a formação das aldeias, vilas e cidades com um sentido de cooperação e assistência recíproca, o desdobramento dos recursos da iniciativa individual, a mulher temperando a autoridade patriarcal do marido; o artesanato, depois o crescimento industrial, a pequena propriedade, o espírito religioso e associativo" (MOOG, 1954:238).*

Culmina na seguinte constatação: "*[...] Aliás, para compreender o êxito da formação dos Estados Unidos, não há como estudar a formação das colônias do Rio Grande do Sul."* [sic!]

São apresentados, então, naquilo que em outros tempos era considerado pelo autor uma ilha do arquipélago cultural Brasil, os dois

---

anos do Estado Novo (1937-45), teve lugar um processo de construção ideológica que procurou construir a cultura política nacional sobre dois pilares: a busca das raízes brasileiras e a implantação de um Brasil moderno" (LIPPI 2000: 95).

pólos da comparação entre Estados Unidos e Brasil. Existindo os dois em vizinhança próxima, fica a pergunta por que, no discurso nacional brasileiro e regional sul-riograndense, a figura do pioneiro/colono não se impõe? Porque a figura do bandeirante/gaúcho continua reinando tanto no imaginário como no discurso coletivo?*: "a imagem idealizada do colono que outra coisa não é, pelo seu estilo de vida, senão um pioneiro não teatralizado, não consegue desalojar a imagem do bandeirante, projetada na do caudilho. Por quê? Porque, quando chegou o pioneiro, a imagem do bandeirante convertido em caudilho e, depois, em estancieiro, já estava instalada na imaginação popular e já tinha conquistado."*

O livro precursor àqueles já citados foi *"Um Rio imita o Reno"*, no qual o autor apresenta todo um leque de visões e opiniões, de posturas e posições numa cidadezinha da assim chamada "velha colônia". Quem conhece um pouco as literaturas sociológica e histórica sobre a região de colonização alemã no sul do país, não ficará surpreendido com os personagens do livro. Conhece-os todos. [5]

A recepção do livro se dá em plena campanha pela nacionalização. Isto é, numa campanha que sublinhava a importância do "tronco luso da nossa formação", homogenizador. Essa posição tem o seu representante no personagem Cordeiro que reivindica em discurso público *"a unidade nacional pela identidade de tradições, pela unidade de língua, de cultura e de educação"* (MOOG, 1987: 142). Continua alegando que o Brasil é bastante grande e glorioso para reclamar só para si o amor de todos os seus filhos, mas distingue entre os filhos "legítimos e adotivos". Os legítimos aqui seriam os filhos das três raças fundadoras, isto é, no âmbito sul-riograndense, o gaúcho; neste plano, os adotivos seriam os emigrantes de levas migratórias mais recentes, e ainda vinculados parcialmente à antiga pátria, isto é,

---

[5] Mencione-se aqui especialmente Emílio Willems com *"A aculturação dos alemães no Brasil"* que chega até a citar personagens do romance moogiano como expressões representativas, confirmadas pelos resultados da pesquisa.

o colono alemão, italiano, etecetera. A esses caberia o esforço de se integrarem na cultura da nova pátria.

Dá-se a impressão que os efeitos colaterais da campanha efervescida tenha levado Vianna Moog a repensar as consequências de uma total homogenização. Mesmo que militando, lado a lado com Moysés Vellinho e Gilberto Freyre, pela nacionalização, este engajamento se dá no momento da *"ameaça ao tronco luso da nossa formação"*. Já na conferência de 1942, tratada acima, encontra-se uma reavaliação da diversidade nacional.

Nos romances, *"Uma Jangada para Ulisses"* (1959) e *"Tóia"* (1964), o Rio Grande do Sul permanece como ponto de referência. Como vimos, o Rio Grande moogiano tem várias faces, e todas elas também aparecem na obra ficcional. Percebe-se uma certa deslocalização de ênfase. E uma conscientização cada vez maior das contradições produzidas em textos anteriores.

E como pode-se observar em todas as obras ficcionais de Vianna Moog, também em *Uma Jangada para Ulisses* certos personagens soltam conclusões já formuladas na obra ensaística. Desta forma, o personagem Ripol se queixa de que *"fala-se em nosso Estado, e lá vem a idéia estereotipada de que tudo ali é pampa, tudo são campos a perder de vista. Ninguém parece se dar conta de que a paisagem rio-grandense é uma das mais diversificadas do Brasil. Francamente, é irritante... Tão irritante quanto a mania de povoar a nossa paisagem com um único exemplar humano, o gaúcho, o centauro dos pampas..."* Encontramos aqui não somente a idéia da diversidade do Estado mas também a idéia da imagem estabelecida que, uma vez que transformada em símbolo, cega a vista do observador e impossibilita a percepção de uma realidade outra, tal qual apresentada em *Bandeirantes e Pioneiros*. É também nessa linha que segue o diálogo no romance pois o interlocutor indaga: *"Quer dizer então que o Rio Grande tradicional e estepário está morrendo?",[...]* e recebe a seguinte resposta, conhecida aos leitores do ensaio sociológico: *"Adaptar-se aos novos tempos não é morrer,*

[...], mas viver com plenitude. É precisamente o que está fazendo o Rio Grande. Não ficamos ancorados no passado...O que o Rio Grande está fazendo é acomodar-se rapidamente às novas realidades [...]" (MOOG,1959: 31-33). É o Rio Grande da colônia, do pioneiro, do desenvolvimento sustentável, a caminho da modernização. E aquele Rio Grande que manda o gaúcho descer do cavalo: *"Isto tudo tinha apenas uma significação: a Colônia começava a predominar sôbre a Fronteira, a cidade sôbre o campo; o homem urbano sôbre o rural, a indústria sôbre a pecuária. A hora solar dos regionalistas tinha passado. O Rio Grande universalizava-se" (MOOG, 1959: 248).*

Tratando, no primeiro plano, da gênese de um ensaio sobre a mexicanidade, intitulado "O Oriente acaba no México", o romance *Tóia* pode ser lido como uma transposição metafórica do discurso da brasilidade. O personagem Jorge Miranda constrói seu modelo do caráter psico-social do México baseando-se nos conceitos Oriente/Ocidente. Para ele, o próprio México tem gosto a Oriente: *"Sim, o México era uma projeção do Oriente. [...] tudo no México lembrava o Oriente" (MOOG, 1962: 87).*[6] No pensamento de Jorge Holanda encontramos, até um desdobramento do par Oriente/Ocidente em outros pares opostos: dioníasico e apollínico, platônico e aristotélico, pré-corteziano e pós-corteziano, mistério e clareza, fertilidade e esterilidade, criatividade e paralisação. O personagem Holanda trabalha com os contrastes, e, desta forma, cumpre aquilo que Antonio Candido formulou com respeito a seus contemporâneos, e que vale inclusive para o próprio Vianna Moog: *"No pensamento latino-americano, a reflexão sobre a realidade social foi marcada, desde Sarmiento, pelo senso dos contrastes e mesmo dos contrários [...] <Civilização e barbárie> formam o arcabouço do Facundo e, decênios mais tarde, também de Os Sertões. Os pen-*

---

[6] Pelo menos desde Edward Said sabemos que "Oriente" e "Ocidente" não correspondem a uma realidade estável que exista como um fato natural. Trata-se de construções de um outro, quanto mais oposto melhor, que está subjeito a contínuas interpretações e re-interpretações. Cada época cria e re-cria suas "outredades" (SAID, 1994: 331-332).

sadores descrevem as duas ordens para depois mostrar o conflito decorrente" (CANDIDO, 1987: xliii).

Como o México e o discurso da mexicanidade servem como parábola do Brasil e do discurso da brasilidade, o romance ilustra num jogo de constantes reflexos e impressões dèjá-vu, afetando tanto personagens como leitores. Na descrição do seu protagonista, Moog brinca com a própria condição de analista e ensaista. Desta forma, também vale tanto para Holanda como para o Vianna Moog de *Bandeirantes e Pioneiros*, aquilo que Alfredo Bosi disse sobre toda a geração: *"Persistiria, no entanto, o interesse de detectar as qualidades e os defeitos do homem brasileiro, ou seja, o caráter nacional, noção cheia de ciladas enquanto projeta estereótipos e os maneja com os instrumentos de uma enferrujada "psicologia dos povos" (BOSI, 1982: 428).*

Mas, como tanto Lúcia Lippi como Donaldo Schüler sublinham nos seus respectivos estudos sobre Vianna Moog[7], este nunca se enclausurou em posições dogmáticas fechadas. Antes saia correndo para incorporar críticas à arquitetura das suas construções de identidades coletivas. *Tóia* forma o auge nesse caminho da auto-reflexão como ensaísta, como intérprete do caráter psicosocial/nacional de quaisquer sociedades, como generalizador que se inspira em detalhes para tirar máximas conclusões.

E nesse crescendo de analogias e representações, o personagem Holanda desvela que para ele, o próprio México teria gosto a Oriente... e da parte pampeana do Rio Grande. Cabe, porém, a outro personagem formular com inédita clareza: *"Sair do Rio Grande para o México era, para Juvenal, como não sair do mesmo lugar (1962: 324)."*

---

[7] Donaldo Schüler publicou já em 1986 um ensaio abrangente e fundamental sobre Vianna Moog, *"O espírito de fronteira e as fronteiras da crítica"*, onde, fora de muitas observações de profunda importância, situa *Tóia* no contexto de outras obras do autor e aponta para a tradição de se perceber o Rio Grande do Sul como Oriente, obviamente no sentido de construção.

BIBLIOGRAFIA

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1981[3].

————. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CANDIDO, Antonio. Los brasileños y la literatura latinoamericana. In: *Casa de las Américas*. ano XXII, n. 136 .(1981[1], 1983).

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. v. I + IV. Rio de Janeiro: J. Olympio / UFF, (1986[3]).

FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco / MEC, (1926[1], 1967[4]).

FREYRE, Gilberto. Áreas de cultura e outras áreas (Conferência: 1935/ Revisão: 1942). In: *Problemas Brasileiros de Antropologia*. Rio de Janeiro: CEB, (1943).

FREYRE, Gilberto. Complexidade da Antropologia e complexidade do Brasil como problema antropológico. In: *Problemas Brasileiros de Antropologia*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. v. 7. São Paulo: Cultrix, 1979.

MILLIET, Sérgio. *Diário Crítico*. v. 1. São Paulo: Martins / Edusp, 1981

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000

SAID, Edward. *Orientalism*. New York: Random House. (1978[1], 1994).

SCHÜLER, Donaldo. O espírito da fronteira e as fronteiras da crítica. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre: Globo, 1986. 17(3): 93-110.

VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El Rei*. Porto Alegre: Globo, 1964.

VIANNA MOOG, Clodomiro. *Interpretação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: CEB, 1943.

VIANNA MOOG, Clodomiro. *Um Rio Imita o Reno*. Porto Alegre: Globo, (1939[1], 1987[9]).

VIANNA MOOG, Clodomiro. *Bandeirantes e Pioneiros*. Porto Alegre: Globo, 1954.

VIANNA MOOG, Clodomiro. *Uma Jangada para Ulisses*. Porto Alegre: Globo, 1959.

VIANNA MOOG, Clodomiro. *Tóia*. Porto Alegre: Globo, (1964[1], 1968[2]).

“A fronteira, no seu processo de funcionalização, pode naturalmente ser interpretada, tanto no sentido político como no sentido sócio-cultural. Nestas condições, a fronteira aparece muito paradoxal, já que o seu reforço e mesmo seu desmantelamento é um provável reflexo de um outro sistema de limites em crise, não imediatamente visível." (...)

"A fronteira e suas metamorfoses podem ser a conseqüência de modificações não visíveis no sistema de valores. Quando a delimitação não é mais possível no interior de um conjunto cultural, fica à disposição somente a malha dos territórios. Mas não foi o que prevaleceu, na maior parte dos casos do mundo.”

Claude Raffestin

ISBN 85-7613-069-6
9 798576 130696